



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2027

Quinta-feira - 30 de Junho de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3	Guaramirim.....	235	Peritiba.....	482
Alto Bela Vista.....	23	Guarujá do Sul.....	238	Petrolândia.....	505
Anchieta.....	25	Herval d'Oeste.....	241	Planalto Alegre.....	506
Antônio Carlos.....	26	Ibiam.....	244	Pomerode.....	507
Arabutã.....	29	Ilhota.....	249	Ponte Serrada.....	510
Ascurra.....	30	Imbituba.....	250	Porto União.....	511
Balneário Piçarras.....	38	Indaial.....	259	Presidente Castello Branco.....	513
Balneário Rincão.....	39	Iomerê.....	275	Princesa.....	514
Barra Bonita.....	40	Ipumirim.....	276	Rio do Sul.....	535
Barra Velha.....	41	Irineópolis.....	279	Romelândia.....	543
Benedito Novo.....	42	Itaiópolis.....	281	Santa Cecília.....	544
Biguaçu.....	44	Itapema.....	282	Santa Rosa do Sul.....	545
Blumenau.....	54	Itapiranga.....	283	Santa Terezinha do Progresso.....	546
Bom Jesus do Oeste.....	62	Itapoá.....	286	Santiago do Sul.....	549
Bom Retiro.....	64	Ituporanga.....	297	São Bento do Sul.....	551
Botuvera.....	68	Jacinto Machado.....	307	São Carlos.....	558
Braço do Trombudo.....	70	Jaraguá do Sul.....	308	São João do Oeste.....	566
Brusque.....	147	Joaçaba.....	316	São João do Sul.....	567
Caçador.....	154	Lacerdópolis.....	330	São Joaquim.....	571
Camboriú.....	156	Lages.....	333	São José.....	580
Campo Alegre.....	158	Laguna.....	339	São José do Cedro.....	602
Campo Erê.....	163	Lauro Muller.....	340	São Lourenço do Oeste.....	603
Campos Novos.....	165	Lebon Regis.....	343	São Miguel da Boa Vista.....	605
Canelinha.....	169	Lindóia do Sul.....	344	São Miguel do Oeste.....	606
Canoinhas.....	170	Luzerna.....	347	São Pedro de Alcântara.....	608
Capinzal.....	175	Macieira.....	387	Schroeder.....	610
Catanduvas.....	179	Mafra.....	388	Seara.....	688
Caxambu do Sul.....	180	Maracajá.....	391	Serra Alta.....	694
Chapadão do Lageado.....	183	Maravilha.....	393	Sombrio.....	697
Chapécó.....	188	Massaranduba.....	394	Sul Brasil.....	699
Cocal do Sul.....	190	Meleiro.....	403	Tigrinhos.....	700
Concórdia.....	191	Modelo.....	404	Timbé do Sul.....	701
Correia Pinto.....	192	Mondaí.....	406	Timbó.....	702
Curitibanos.....	194	Monte Carlo.....	407	Treze Tilias.....	731
Dionísio Cerqueira.....	202	Navegantes.....	408	Trombudo Central.....	732
Doutor Pedrinho.....	203	Nova Trento.....	417	Tunápolis.....	739
Ermo.....	204	Orleans.....	418	Turvo.....	747
Flor do Sertão.....	207	Ouro.....	419	União do Oeste.....	748
Forquilha.....	208	Paial.....	420	Vargem Bonita.....	753
Fraiburgo.....	214	Palhoça.....	422	Videira.....	756
Frei Rogério.....	219	Papanduva.....	427	Vitor Meireles.....	764
Garopaba.....	221	Paraíso.....	432	Xanxerê.....	767
Garuva.....	227	Passo de Torres.....	433	Xavantina.....	770
Gaspar.....	229	Paulo Lopes.....	434	Xaxim.....	781
Grão Pará.....	232	Penha.....	435		

Associações

AMAI.....	784
-----------	-----



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2027

Quinta-feira - 30 de Junho de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Consórcios

CIGA	785
CIMCATARINA	785
CIMVI	786
CIS Nordeste	786
CIS/AMARP	787
CIS/AMFRI	788
CITMAR	788

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

CONTRATO Nº 60/2016

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº. 60/2016 DE 27/06/2016

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, 322 – Centro, CNPJ nº. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Senhor NOVELLI SGANZERA, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 160.789.509-91 doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa CONCRETOS CRUZEIRO IND. E COMÉRCIO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 75.493.908/0001-83, estabelecida na Rua Tirolesa, 240, Centro, Joaçaba – SC, neste ato representada por FERNANDO REGENSBURGER, portador do CPF nº. 196.410.609-53, residente e domiciliado no município de Joaçaba, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato para fornecimento de materiais de construção, de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objeto o fornecimento de tubos e derivados de concreto, conforme descrito abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
9	Tubo de concreto tipo PA 2, 1500MM	75	733,00	54.975,00
10	Tubo de concreto tipo PA 2, 2000MM	75	1.175,00	88.125,00
17	Paver em concreto 10 x 20 x 4	600	29,70	17.820,00
19	Paver em concreto 10 x 20 x 8	400	44,80	17.920,00
TOTAL				178.840,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

3.1. A entrega será parcelada, de forma fracionada por unidade do material ou quantidade múltipla da unidade. A empresa vencedora será responsável pela entrega, deverá ter os produtos para pronta entrega na área urbana de Água Doce ou outro local que se fizer necessário. Os produtos deverão estar disponíveis imediatamente após a assinatura da ata de registro de preço.

3.2. As retiradas dos produtos por funcionário do município somente poderão ser efetuadas mediante autorização do contratante, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente as quantidades fornecidas, de acordo com especificação constante no anexo II deste edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – O preço ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 178.840,00 (cento e setenta e oito mil oitocentos e quarenta reais).

3.2 – O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 10 dias após a liquidação da despesa, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente recebida e aceita por Servidor ou Comissão responsável pelo recebimento, observado o estabelecido no art. 5º da Lei 8.666/93, e desde que não ocorra fator impeditivo provocado pela adjudicatária.

3.3 – Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura, de acordo com a Nota de Empenho, indicando o produto a ser fornecido, quantidade, preço unitário e preço total.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

3.6 – Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF nº 306 de 12 de março de 2003.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

4.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

5.1 – O prazo do presente contrato será de 12 meses, a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA

6.1 – Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto deste Contrato, serão empregados os seguintes recursos orçamentários:

17 – SECRETARIA DE URBANISMO

01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

2.046 – Manutenção do Departamento de Urbanismo

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/151 – Aplicações Diretas

1.017 – Pavimentação, abertura e conservação de vias públicas urbanas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/129 – Aplicações Diretas

14 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

01 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO BÁSICO

2.047 – Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0034/119 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/120 – Aplicações Diretas

08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

1.019 – Construção e manutenção de pontes, bueiros e pontilhões

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/102 – Aplicações Diretas

2.050 – Manutenção da Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/107 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 – O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento do pessoal para prestação dos serviços.

8.2 – A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.3 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da assinatura do contrato, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.4 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

8.5 – A CONTRATADA é responsável, às suas expensas, em efetuar o deslocamento do pessoal até o local da prestação dos serviços, não cabendo qualquer obrigação a contratante.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE;
- e) Declaração de inidoneidade.

9.2 – A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

9.3 – À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação dos serviços ou pela prestação dos serviços que não atenda as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

9.4 – A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

9.5 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 – Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1 – A fiscalização será efetuada pelo responsável do Setor de Esportes deste Município.

11.2 – A fiscalização exercerá controle rigoroso quanto à qualidade dos serviços prestados.

11.3 – As reclamações entre a contratada e a fiscalização serão feitas mediante ofício protocolado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

12.1 – Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

13.1 – O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.2 – O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o

direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

13.3 – A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula nona deste contrato.

13.4 – Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

14.1 – O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 de 21/6/93, suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

15.1 – Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 25/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 – Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato. E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce, SC, 27 de junho de 2016

NOVELLI SGANZERLA	FERNANDO REGENSBURGER
Prefeito Municipal	Concretos Cruzeiro Ind. e Com. Ltda EPP
Contratante	Contratada

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF 005.614.419-95	CPF 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

CONTRATO Nº 61/2016

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº. 61/2016 DE 27/06/2016

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, 322 – Centro, CNPJ nº. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Senhor NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 160.789.509-91 doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa

DERIVADOS DE CIMENTO PATO BRANCO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 79.847.687/0001-55, estabelecida na Avenida Tupi, 6300, Bairro Copasa, Pato Branco – PR, neste ato representada por ELOY ROBERTO LATTMANN, portador do CPF nº. 371.565.439-20, residente e domiciliado no município de Pato Branco, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato para fornecimento de materiais de construção, de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objeto o fornecimento de tubos e derivados de concreto, conforme descrito abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
8	Tubo de concreto tipo PA 2, 1200MM	110	497,00	54.670,00
TOTAL				54.670,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

3.1. A entrega será parcelada, de forma fracionada por unidade do material ou quantidade múltipla da unidade. A empresa vencedora será responsável pela entrega, deverá ter os produtos para pronta entrega na área urbana de Água Doce ou outro local que se fizer necessário. Os produtos deverão estar disponíveis imediatamente após a assinatura da ata de registro de preço.

3.2. As retiradas dos produtos por funcionário do município somente poderão ser efetuadas mediante autorização do contratante, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente as quantidades fornecidas, de acordo com especificação constante no anexo II deste edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – O preço ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 54.670,00 (cinquenta e quatro mil seiscentos e setenta reais).

3.2 – O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 10 dias após a liquidação da despesa, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente recebida e aceita por Servidor ou Comissão responsável pelo recebimento, observado o estabelecido no art. 5º da Lei 8.666/93, e desde que não ocorra fator impeditivo provocado pela adjudicatária.

3.3 – Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura, de acordo com a Nota de Empenho, indicando o produto a ser fornecido, quantidade, preço unitário e preço total.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

3.6 – Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF nº 306 de 12 de março de 2003.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na

ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

4.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

5.1 – O prazo do presente contrato será de 12 meses, a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA

6.1 – Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto deste Contrato, serão empregados os seguintes recursos orçamentários:

17 – SECRETARIA DE URBANISMO

01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

2.046 – Manutenção do Departamento de Urbanismo

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/151 – Aplicações Diretas

1.017 – Pavimentação, abertura e conservação de vias públicas urbanas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/129 – Aplicações Diretas

14 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

01 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO BÁSICO

2.047 – Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0034/119 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/120 – Aplicações Diretas

08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

1.019 – Construção e manutenção de pontes, bueiros e pontilhões

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/102 – Aplicações Diretas

2.050 – Manutenção da Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/107 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 – O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento do pessoal para prestação dos serviços.

8.2 – A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.3 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da assinatura do contrato, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.4 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

8.5 – A CONTRATADA é responsável, às suas expensas, em efetuar o deslocamento do pessoal até o local da prestação dos serviços, não cabendo qualquer obrigação a contratante.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;

c) Rescisão Contratual;

d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE;

e) Declaração de inidoneidade.

9.2 – A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

9.3 – À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação dos serviços ou pela prestação dos serviços que não atenda as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

9.4 – A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

9.5 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.

b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os

objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 – Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1 – A fiscalização será efetuada pelo responsável do Setor de Esportes deste Município.

11.2 – A fiscalização exercerá controle rigoroso quanto à qualidade dos serviços prestados.

11.3 – As reclamações entre a contratada e a fiscalização serão feitas mediante ofício protocolado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

12.1 – Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

13.1 – O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.2 – O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

13.3 – A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula nona deste contrato.

13.4 – Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

14.1 – O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 de 21/6/93, suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

15.1 – Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 25/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 – Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato. E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce, SC, 27 de junho de 2016

NOVELLI SGANZERLA	ELOY ROBERTO LATTMANN
Prefeito Municipal	Derivados de Cimento pato Branco Ltda
Contratante	Contratada

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF 005.614.419-95	CPF 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

CONTRATO Nº 62/2016

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº. 62/2016 DE 27/06/2016

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, 322 – Centro, CNPJ nº. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Senhor NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 160.789.509-91 doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa DELCIR BOESING ME – ARTEFATOS DE CIMENTO SIDART, inscrita no CNPJ sob n.º 07.515.006/0001-40, estabelecida na Rodovia SC 135, Bairro Vila Bressan, Pinheiro Preto – SC, neste ato representada por DELCIR BOESING, portador do CPF nº. 513.966.029-68, residente e domiciliado no município de Pinheiro Preto, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato para fornecimento de materiais de construção, de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objeto o fornecimento de tubos e derivados de concreto, conforme descrito abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
5	Tubo de concreto tipo PS 1, 600 MM	440	69,79	30.707,60
TOTAL				30.707,60

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

3.1. A entrega será parcelada, de forma fracionada por unidade do material ou quantidade múltipla da unidade. A empresa vencedora será responsável pela entrega, deverá ter os produtos para pronta entrega na área urbana de Água Doce ou outro local que se fizer necessário. Os produtos deverão estar disponíveis imediatamente após a assinatura da ata de registro de preço.

3.2. As retiradas dos produtos por funcionário do município somente poderão ser efetuadas mediante autorização do contratante, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente as quantidades fornecidas, de acordo com especificação constante no anexo II deste edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – O preço ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 30.707,60 (trinta mil setecentos e sete reais e sessenta centavos).

3.2 – O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 10 dias após a liquidação da despesa, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente recebida e aceita por Servidor ou Comissão responsável pelo recebimento, observado o estabelecido no art. 5º da Lei 8.666/93, e desde que não ocorra fator impeditivo provocado pela adjudicatária.

3.3 – Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura, de acordo com a Nota de Empenho, indicando o produto a ser fornecido, quantidade, preço unitário e preço total.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

3.6 – Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

4.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

5.1 – O prazo do presente contrato será de 12 meses, a partir de

sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA

6.1 – Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto deste Contrato, serão empregados os seguintes recursos orçamentários:

17 – SECRETARIA DE URBANISMO

01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

2.046 – Manutenção do Departamento de Urbanismo

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/151 – Aplicações Diretas

1.017 – Pavimentação, abertura e conservação de vias públicas urbanas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/129 – Aplicações Diretas

14 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

01 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO BÁSICO

2.047 – Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0034/119 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/120 – Aplicações Diretas

08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

1.019 – Construção e manutenção de pontes, bueiros e pontilhões

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/102 – Aplicações Diretas

2.050 – Manutenção da Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/107 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 – O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento do pessoal para prestação dos serviços.

8.2 – A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.3 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da assinatura do contrato, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.4 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

8.5 – A CONTRATADA é responsável, às suas expensas, em efetuar o deslocamento do pessoal até o local da prestação dos serviços, não cabendo qualquer obrigação a contratante.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções,

conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE;
- e) Declaração de inidoneidade.

9.2 – A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

9.3 – À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação dos serviços ou pela prestação dos serviços que não atenda as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

9.4 – A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

9.5 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 – Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1 – A fiscalização será efetuada pelo responsável do Setor de Esportes deste Município.

11.2 – A fiscalização exercerá controle rigoroso quanto à qualidade dos serviços prestados.

11.3 – As reclamações entre a contratada e a fiscalização serão feitas mediante ofício protocolado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

12.1 – Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

13.1 – O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes

casos:

- a) Por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.2 – O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

13.3 – A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula nona deste contrato.

13.4 – Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

14.1 – O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 de 21/6/93, suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

15.1 – Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 25/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 – Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato. E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce, SC, 27 de junho de 2016

NOVELLI SGANZERLA	DELCIR BOESING
Prefeito Municipal	Delcir Boesing ME – Artefatos de Cimento Sidart
Contratante	Contratada

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF 005.614.419-95	CPF 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

CONTRATO Nº 63/2016

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº. 63/2016 DE 27/06/2016

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, 322 – Centro, CNPJ nº. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Senhor NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 160.789.509-91 doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa AGRIMASTER ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº. 05.534.807/0001-28, estabelecida na Rodovia SC 303, Interior, Rio das Antas – SC, neste ato representada por MARIANE TESCK FREITAS, portadora do CPF nº. 036.495.179-65, residente e domiciliada no município de Rio das Antas, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato para fornecimento de materiais de construção, de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objeto o fornecimento de tubos e derivados de concreto, conforme descrito abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
2	Tubo de concreto tipo PS 1, 300 MM	560	23,20	12.992,00
12	Bloco de concreto 9 x 19 x 39	700	1,90	1.330,00
TOTAL				14.322,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

3.1. A entrega será parcelada, de forma fracionada por unidade do material ou quantidade múltipla da unidade. A empresa vencedora será responsável pela entrega, deverá ter os produtos para pronta entrega na área urbana de Água Doce ou outro local que se fizer necessário. Os produtos deverão estar disponíveis imediatamente após a assinatura da ata de registro de preço.

3.2. As retiradas dos produtos por funcionário do município somente poderão ser efetuadas mediante autorização do contratante, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente as quantidades fornecidas, de acordo com especificação constante no anexo II deste edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – O preço ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 14.322,00 (quatorze mil trezentos e vinte dois reais).

3.2 – O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 10 dias após a liquidação da despesa, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente recebida e aceita por Servidor ou Comissão responsável pelo recebimento, observado o estabelecido no art. 5º da Lei 8.666/93, e desde que não ocorra fator impeditivo provocado pela adjudicatária.

3.3 – Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura, de acordo com a Nota de Empenho, indicando o produto a ser fornecido, quantidade, preço unitário e preço total.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

3.6 – Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF nº 306 de 12 de março de 2003.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

4.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

5.1 – O prazo do presente contrato será de 12 meses, a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA

6.1 – Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto deste Contrato, serão empregados os seguintes recursos orçamentários:

17 – SECRETARIA DE URBANISMO

01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

2.046 – Manutenção do Departamento de Urbanismo

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/151 – Aplicações Diretas

1.017 – Pavimentação, abertura e conservação de vias públicas urbanas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/129 – Aplicações Diretas

14 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

01 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO BÁSICO

2.047 – Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0034/119 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/120 – Aplicações Diretas

08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

1.019 – Construção e manutenção de pontes, bueiros e pontilhões

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/102 – Aplicações Diretas

2.050 – Manutenção da Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/107 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 – O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento do pessoal para prestação dos serviços.

8.2 – A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.3 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da assinatura do contrato, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.4 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

8.5 – A CONTRATADA é responsável, às suas expensas, em efetuar o deslocamento do pessoal até o local da prestação dos serviços, não cabendo qualquer obrigação a contratante.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE;
- e) Declaração de inidoneidade.

9.2 – A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

9.3 – À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação dos serviços ou pela prestação dos serviços que não atenda as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

9.4 – A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

9.5 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 – Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1 – A fiscalização será efetuada pelo responsável do Setor de Esportes deste Município.

11.2 – A fiscalização exercerá controle rigoroso quanto à qualidade dos serviços prestados.

11.3 – As reclamações entre a contratada e a fiscalização serão feitas mediante ofício protocolado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

12.1 – Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

13.1 – O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.2 – O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

13.3 – A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula nona deste contrato.

13.4 – Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

14.1 – O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 de 21/6/93, suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

15.1 – Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 25/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 – Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato. E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce, SC, 27 de junho de 2016

NOVELLI SGANZERLA	MARIANE TESCK FREITAS
Prefeito Municipal	Agrimaster Artefatos de Cimento Ltda ME
Contratante	Contratada

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF 005.614.419-95	CPF 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

CONTRATO Nº 64/2016

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº. 64/2016 DE 27/06/2016

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, 322 – Centro, CNPJ nº. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Senhor NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 160.789.509-91 doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa ELIMAR ARTEFATOS DE CIMENTO, inscrita no CNPJ sob nº. 09.077.085/0001-80, estabelecida na Rodovia SC 303, Interior, Rio das Antas – SC, neste ato representada por ELISIANE DUARTE SCUR, portadora do CPF nº. 046.918.679-88, residente e domiciliada no município de Rio das Antas, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato para fornecimento de materiais de construção, de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objeto o fornecimento de tubos e derivados de concreto, conforme descrito abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
3	Tubo de concreto tipo PA1, 400 MM	620	34,90	21.638,00
TOTAL				21.638,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

3.1. A entrega será parcelada, de forma fracionada por unidade do material ou quantidade múltipla da unidade. A empresa vencedora será responsável pela entrega, deverá ter os produtos para pronta entrega na área urbana de Água Doce ou outro local que se fizer necessário. Os produtos deverão estar disponíveis imediatamente após a assinatura da ata de registro de preço.

3.2. As retiradas dos produtos por funcionário do município somente poderão ser efetuadas mediante autorização do contratante, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente as quantidades fornecidas, de acordo com especificação constante no anexo II deste edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – O preço ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 21.638,00 (vinte um mil seiscentos e trinta e oito reais).

3.2 – O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 10 dias após a liquidação da despesa, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente recebida e aceita por Servidor ou Comissão responsável pelo recebimento, observado o estabelecido no art. 5º da Lei 8.666/93, e desde que não ocorra fator impeditivo provocado pela adjudicatária.

3.3 – Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura, de acordo com a Nota de Empenho, indicando o produto a ser fornecido, quantidade, preço unitário e preço total.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

3.6 – Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF nº 306 de 12 de março de 2003.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

4.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o

objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

5.1 – O prazo do presente contrato será de 12 meses, a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA

6.1 – Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto deste Contrato, serão empregados os seguintes recursos orçamentários:

17 – SECRETARIA DE URBANISMO

01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

2.046 – Manutenção do Departamento de Urbanismo

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/151 – Aplicações Diretas

1.017 – Pavimentação, abertura e conservação de vias públicas urbanas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/129 – Aplicações Diretas

14 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

01 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO BÁSICO

2.047 – Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0034/119 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/120 – Aplicações Diretas

08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

1.019 – Construção e manutenção de pontes, bueiros e pontilhões

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/102 – Aplicações Diretas

2.050 – Manutenção da Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/107 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 – O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento do pessoal para prestação dos serviços.

8.2 – A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.3 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da assinatura do contrato, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.4 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

8.5 – A CONTRATADA é responsável, às suas expensas, em efetuar o deslocamento do pessoal até o local da prestação dos serviços, não cabendo qualquer obrigação a contratante.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE;
- e) Declaração de inidoneidade.

9.2 – A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

9.3 – À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação dos serviços ou pela prestação dos serviços que não atenda as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

9.4 – A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

9.5 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 – Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1 – A fiscalização será efetuada pelo responsável do Setor de Esportes deste Município.

11.2 – A fiscalização exercerá controle rigoroso quanto à qualidade dos serviços prestados.

11.3 – As reclamações entre a contratada e a fiscalização serão feitas mediante ofício protocolado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

12.1 – Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

13.1 – O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.2 – O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

13.3 – A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula nona deste contrato.

13.4 – Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

14.1 – O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 de 21/6/93, suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

15.1 – Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 25/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 – Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato. E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce, SC, 27 de junho de 2016

NOVELLI SGANZERLA	ELISIANE DUARTE SCUR
Prefeito Municipal	Elimar Artefatos de Cimento Ltda ME
Contratante	Contratada

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF 005.614.419-95	CPF 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

CONTRATO Nº 65/2016**CONTRATO DE RATEIO**

Contrato nº. 65/2016 DE 28/06/2016

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções e do Contrato de Programa, de um lado, o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº82.939.398/0001-90, com sede na Pça. João Macagnan, 322, na cidade de Água Doce - SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Novelli Sganzerla, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Água Doce - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua Nereu Ramos, 761, 1º andar, sala 1, Centro, no Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, Prefeito Municipal de Caçador, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CIMCATARINA, as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Lei nº 2.425/2016, e do Contrato de Programa CTP/PROLICITA/CIMCATARINA/2016-05.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, previamente aprovado em Assembléia Geral do Consórcio, para o exercício de 2016, na ação: Desenvolvimento e Gestão de Contratações Compartilhadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES

3.1. O CONTRATANTE transferirá ao CONTRATADO o valor total de R\$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos reais, divididos em 7 parcelas mensais de R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O CONTRATANTE deverá pagar mensalmente a parcela do mês de referência até o dia 10 (dez) do respectivo mês, através de boleto bancário ou depósito em conta do PROLICITA.

4.2. O valor das parcelas serão devidos integralmente a partir do mês de assinatura do Contrato de Programa.

4.2.1 – Quando a data de assinatura do Contrato de Programa for menor que 15 (quinze) dias no mês, o valor será devido somente no mês seguinte.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA será responsável pela execução do objeto deste contrato, seguindo suas disposições legais, contratuais e estatutárias, vinculando as partes

nos termos do contrato de programa.

CLÁUSULA SEXTA – DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

6.1. A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Contrato de Programa.

6.2. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do Consórcio Público, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.3. Quanto ao presente contrato o CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

6.4. O CONTRATADO deve fornecer ao CONTRATANTE as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude deste contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

7.1. São direitos e deveres do CONTRATANTE:

- a) Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento de informações previamente solicitadas;
- b) Acompanhar a prestação dos serviços disponibilizados;
- c) Transferir os recursos financeiros decorrentes dos serviços contratados, conforme estabelecido neste Contrato de Rateio;
- e) Acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas, em especial no Contrato de Rateio.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio terão as seguintes classificações orçamentárias:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 – DEPTO DE SERVIÇOS GERAIS

2.009 – Contribuições Financeiras a Entidades

3.1.71.70.00.00.00 00.01.0000/17 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 12.285,00

3.3.71.70.00.00.00 00.01.0000/18 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 3.885,00

4.4.71.70.00.00.00 00.01.0000/21 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 630,00

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1. O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA

10.1. O CONTRATANTE inadimplente com o Consórcio Público será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

10.2. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o CONTRATANTE poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembléia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 – O presente contrato programa poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexequível;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Em caso de descumprimento das obrigações ajustadas pelas partes neste contrato de rateio, a parte que der causa ao descumprimento ficará obrigada a pagar, a outra, o percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela ou sobre o total da obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Fraiburgo, do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que foi devidamente aprovado pela Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA.

Água Doce, SC, 28 de junho de 2016

Município de Água Doce - SC Sr. NOVELLI SGANZERLA Prefeito Municipal	Consórcio Intermunicipal Catarinense-CIMCATARINA GILBERTO AMARO COMAZZETTO Presidente do CIMCATARINA
--	---

Testemunhas: Assessoria Jurídica:

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA

Visto e Aprovado

CPF 005.614.419-95

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB/SC 27419

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN

CPF 006.597.239-21

CONTRATO N° 66/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 66/2016 DE 28/06/2016

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, 322 – Centro, CNPJ n°. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Senhor NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF n°. 160.789.509-91 doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa G&D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 07.174.722/0001-01 estabelecida na Rua 7 de Abril, 2963 – Centro – Catanduvas – SC, neste ato representada por ROSANE ALVES DE OLIVEIRA, portadora do CPF n°. 021.970.419-83, residente e domiciliada no município de Catanduvas – SC, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato para fornecimento de materiais de construção, de conformidade com o que preceitua a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de conserto de calçamento, calçadas e passeios públicos, meio-fios e bocas de lobo, conforme descrito abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
1	CONCERTO DE CALÇAMENTO, CALÇADAS, PASSEIO PÚBLICO	5.000	22,00	110.00,00
2	CONCERTO/COLOCAÇÃO DE MEIO-FIO	2.000	15,00	30.000,00
3	CONCERTO DE BOCA DE LOBO	50	155,00	7.750,00
TOTAL				147.750,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

3.1. A entrega será parcelada, de forma fracionada por unidade ou quantidade múltipla da unidade. A empresa vencedora deverá iniciar os serviços em até 24 horas após a emissão da Autorização de Fornecimento. Os materiais necessários (pedras, blocos, meio-fios, pó de pedra e/ou outros) serão fornecidos pelo município.

3.2. Dos Prazos e Vigência – O presente registro de preço passa a ter início no ato da assinatura do Ata de Registro de Preço e duração de até 12 meses, ou quando a quantidade terminar, o que expirar primeiro.

3.3. O município se reserva o direito de utilizar apenas parte dos serviços licitados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – O preço ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 147.750,00 (Cento e quarenta e sete mil setecentos e cinquenta reais).

3.2 – O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 10 dias após a liquidação da despesa, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente recebida e aceita por Servidor ou Comissão responsável pelo recebimento, observado o estabelecido no art. 5º da Lei 8.666/93, e desde que não ocorra fator impeditivo provocado pela adjudicatária.

3.3 – Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura, de acordo com a Nota de Empenho, indicando o produto a ser fornecido, quantidade, preço unitário e preço total.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

3.6 – Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e

extracontratual.
(...).

4.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

5.1 – O prazo do presente contrato será de 12 meses, a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA

6.1 – Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto deste Contrato, serão empregados os seguintes recursos orçamentários:

17 – SECRETARIA DE URBANISMO

01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

2.046 – Manutenção do Departamento de Urbanismo

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/151 – Aplicações Diretas

1.017 – Pavimentação, abertura e conservação de vias públicas urbanas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/129 – Aplicações Diretas

14 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

01 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO BÁSICO

2.047 – Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0034/119 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 – O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento do pessoal para prestação dos serviços.

8.2 – A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.3 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da assinatura do contrato, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.4 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

8.5 – A CONTRATADA é responsável, às suas expensas, em efetuar o deslocamento do pessoal até o local da prestação dos serviços, não cabendo qualquer obrigação a contratante.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;

c) Rescisão Contratual;

d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE;

e) Declaração de inidoneidade.

9.2 – A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

9.3 – À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação dos serviços ou pela prestação dos serviços que não atenda as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

9.4 – A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pelo

prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

9.5 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 – Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1 – A fiscalização será efetuada pelo responsável do Setor de Esportes deste Município.

11.2 – A fiscalização exercerá controle rigoroso quanto à qualidade dos serviços prestados.

11.3 – As reclamações entre a contratada e a fiscalização serão feitas mediante ofício protocolado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

12.1 – Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

13.1 – O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.2 – O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

13.3 – A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula nona deste contrato.

13.4 – Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

14.1 – O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 de 21/6/93, suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

15.1 – Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 26/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 – Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce, SC, 28 de junho de 2016

NOVELLI SGANZERLA	ROSANE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal	G&D Materiais de Construção e Construtora Ltda EPP
Contratante	Contratada

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF 005.614.419-95	CPF 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

CONTRATO Nº 59/2016

CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº. 59/2016 DE 27/06/2016

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, 322 – Centro, CNPJ nº. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Senhor NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 160.789.509-91 doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa CONCRETOS ÁGUA DOCE LTDA ME, inscrita no CNPJ sob n.º 00.334.470/0001-91, estabelecida na Avenida Independência, 1832, Centro, Água Doce – SC, neste ato representada por JOSUÉ ÍTALO LUCHESE PIAIA, portador do CPF nº. 055.477.549-27, residente e domiciliado no município de Água Doce, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato para fornecimento de materiais de construção, de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objeto o fornecimento de tubos e derivados de concreto, conforme descrito abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
1	Tubo de concreto tipo PS1 ,200 MM	470	18,32	8.610,40
4	Tubo de concreto tipo PS 1, 500MM	550	57,89	31.839,50
6	Tubo de concreto tipo PA2, 800 MM	250	194,90	48.725,00
7	Tubo de concreto tipo PA 2 ,1000 MM	135	297,90	40.216,50
11	Bloco de concreto 20MPa Vedação 14 x 19 x 39cm	1600	2,49	3.984,00
13	Canaleta em concreto 14 x 19 x 39	700	2,69	1.883,00
14	Meio fio pré-moldado em concreto armado 80 x 30 x 11 cm	450	16,90	7.605,00
15	Lage pré moldada m²	200	34,70	6.940,00
16	Palanque alambrado 10x 10 x 3 m	400	44,90	17.960,00
18	Paver em concreto 10 x 20 x 6	600	39,00	23.400,00
20	Paver em concreto 10 x 20 x 10	400	57,90	23.160,00
21	Tela com arame Galvanizado malha 7 arame 14	1000	12,24	12.240,00
22	Tela PVC Malha 6 Arame 14	1000	18,79	18.790,00
TOTAL				245.353,40

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

3.1. A entrega será parcelada, de forma fracionada por unidade do material ou quantidade múltipla da unidade. A empresa vencedora será responsável pela entrega, deverá ter os produtos para pronta entrega na área urbana de Água Doce ou outro local que se fizer necessário. Os produtos deverão estar disponíveis imediatamente após a assinatura da ata de registro de preço.

3.2. As retiradas dos produtos por funcionário do município somente poderão ser efetuadas mediante autorização do contratante, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente as quantidades fornecidas, de acordo com especificação constante no anexo II deste edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – O preço ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 245.343,40 (duzentos e quarenta e cinco mil trezentos e quarenta e três reais e quarenta centavos).

3.2 – O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 10 dias após a liquidação da despesa, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente recebida e aceita por Servidor ou Comissão responsável pelo recebimento, observado o estabelecido no art. 5º da Lei 8.666/93, e desde que não ocorra fator impeditivo provocado pela adjudicatária.

3.3 – Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura, de acordo com a Nota de Empenho, indicando o produto a ser fornecido, quantidade, preço unitário e preço total.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

3.6 – Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

4.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

5.1 – O prazo do presente contrato será de 12 meses, a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA

6.1 – Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto deste Contrato, serão empregados os seguintes recursos orçamentários:

17 – SECRETARIA DE URBANISMO

01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

2.046 – Manutenção do Departamento de Urbanismo

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/151 – Aplicações Diretas

1.017 – Pavimentação, abertura e conservação de vias públicas urbanas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/129 – Aplicações Diretas

14 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

01 – DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO BÁSICO

2.047 – Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0034/119 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/120 – Aplicações Diretas

08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

1.019 – Construção e manutenção de pontes, bueiros e pontilhões

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/102 – Aplicações Diretas

2.050 – Manutenção da Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/107 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 – O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento do pessoal para prestação dos serviços.

8.2 – A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.3 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da assinatura do contrato, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.4 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

8.5 – A CONTRATADA é responsável, às suas expensas, em efetuar o deslocamento do pessoal até o local da prestação dos serviços, não cabendo qualquer obrigação a contratante.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE;
- e) Declaração de inidoneidade.

9.2 – A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

9.3 – À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação dos serviços ou pela prestação dos serviços que não atenda as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

9.4 – A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

9.5 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 – Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1 – A fiscalização será efetuada pelo responsável do Setor de Esportes deste Município.

11.2 – A fiscalização exercerá controle rigoroso quanto à qualidade dos serviços prestados.

11.3 – As reclamações entre a contratada e a fiscalização serão feitas mediante ofício protocolado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

12.1 – Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

13.1 – O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.2 – O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

13.3 – A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula nona deste contrato.

13.4 – Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

14.1 – O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 de 21/6/93, suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

15.1 – Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 25/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 – Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce, SC, 27 de junho de 2016

NOVELLI SGANZERLA	JOSUÉ ÍTALO LUCHESE PIAIA
Prefeito Municipal	Concretos Água Doce Ltda ME
Contratante	Contratada

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF 005.614.419-95	CPF 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 43/2016 - DISPENSA Nº. 6/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 43/2016

DISPENSA 6/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público para conhecimento, a RATIFICAÇÃO do ato da Comissão de Licitações, pertinente ao PROCESSO LICITATÓRIO nº 43/2016, "DISPENSA nº 6/2016", destinado ao rateio fixo de despesas para desenvolvimento dos projetos e ações do programa de licitações compartilhadas – PROLICITA – Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, no valor de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais), nos termos do art. 24 Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 28 de junho de 2016

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL N 699 DE 24 DE JUNHO DE 2016

FIXA OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, PARA A LEGISLATURA QUE INICIA EM 1º DE JANEIRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores propôs, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei,

Art. 1º. Na Legislatura que inicia em 1º de janeiro de 2017, o Vereador perceberá subsídio mensal, em parcela única, no valor de R\$2.594,98 (Dois mil, quinhentos e noventa e quatro reais e noventa e oito centavos), quando no efetivo exercício do mandato, proibida qualquer outra espécie remuneratória ou indenizatória, exceto:

I – percepção de diárias, quando em viagem de representação ou a serviço do Poder Legislativo Municipal;

II – percepção de indenização de despesas realizadas em viagens de representação ou a serviço do Poder Legislativo Municipal, quando não há pagamento de diárias.

Art. 2º. O Suplente de Vereador, quando assumir vaga no Poder Legislativo Municipal, fará jus ao subsídio mensal, em parcela única, proporcional aos dias de efetivo exercício.

Art. 3º. A ausência injustificada do Vereador às reuniões implicará em desconto, calculado à razão de 25% (vinte e cinco por cento) do subsídio mensal, por sessão e ou reunião.

Art. 4º. O Vereador Presidente da Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal perceberá subsídio mensal, em parcela única, no valor de R\$3.892,47 (Três mil, oitocentos e noventa e dois reais e quarenta e sete centavos), posto as atribuições contidas no art. 38 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

Art. 5º. Nas transmissões de cargo de Presidente, o Vereador que assumir a Presidência, fará jus ao subsídio mensal, pago em parcela única:

I – proporcional aos dias de efetivo exercício no cargo de Vereador; e

II – proporcional aos dias de efetivo exercício no cargo de Presidente.

Art. 6º. A soma dos subsídios mensais não poderá ultrapassar os limites estabelecidos na legislação vigente.

Art. 7º. Nos períodos de recesso do Poder Legislativo, é devido, integralmente, o pagamento dos subsídios de que trata esta Lei.

Art. 8º. A revisão dos subsídios de que trata esta Lei, será anual, na mesma época e proporção em que serão revistos os vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, respeitados os limites estabelecidos na legislação vigente.

Art. 9º. Os recursos necessários à execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores.

Art.10. O número de edis na Câmara Municipal para a Legislatura que inicia em 1º de janeiro de 2017 será de 09 (nove) vereadores, conforme prevê o art. 29, IV, "a", da CF.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Alto Bela Vista – SC, 24 de junho de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fatima Lorete Clein da Silva

Responsável Pelas Publicações

LEI MUNICIPAL N 700 DE 24 DE JUNHO DE 2016

FIXA OS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA O MANDATO QUE INICIA EM 1º DE JANEIRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores propôs, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei,

Art. 1º O subsídio mensal do Prefeito do Município, para o mandato que inicia em 1º de janeiro de 2017, é fixado em R\$ 10.126,74 (Dez mil, cento e vinte e seis reais e setenta e quatro centavos), pago em parcela única.

Art. 2º O subsídio mensal do Vice-Prefeito do Município, para o mandato que inicia em 1º de janeiro de 2017, é fixado em R\$ 5.063,37 (Cinco mil e sessenta e três reais e trinta e sete centavos), pago em parcela única.

Parágrafo único. O Vice Prefeito Municipal, quando no exercício do cargo de Prefeito, perceberá, o subsídio correspondente ao cargo, proporcionalmente ao período do efetivo exercício.

Art. 3º O Prefeito Municipal, terá direito a gozo de férias anuais, de trinta dias, sem prejuízo no recebimento do subsídio, após decorridos doze meses de exercício no cargo.

Art. 4º O subsídio mensal dos Gerentes/Secretários do Município, para o mandato que inicia em 1º de janeiro de 2017, é fixado em R\$ 4.126,79 (Quatro mil cento e vinte e seis reais e setenta e nove centavos), pago em parcela única.

Art. 5º Os agentes políticos de que trata esta lei não terão direito de receber verba indenizatória, a qualquer título, salvo disposto no artigo 5º.

Art. 6º Os agentes políticos que trata esta Lei, quando em viagem a serviço ou representação do Município terão direito a diária, regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º A revisão dos subsídios fixados por esta Lei, será anual, na mesma época e proporção em que serão revistos os vencimentos dos Servidores Públicos Municipais, respeitados os limites estabelecidos na Legislação vigente.

Art. 8º Os recursos necessários à execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Alto Bela Vista – SC, 24 de Junho de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fatima Lorete Clein da Silva

Responsável Pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 034_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 034/2016

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94, Decreto 160/13 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do artigo 48 da Lei Complementar 147 de 07/08/2014, para Registro de Preço visando a aquisição de Gás de Cozinha (P13 e P45) para ser utilizado na elaboração da Merenda Escolar, das Escolas Municipais do Ensino Fundamental/Infantil/Creche, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:00 horas do dia 13/07/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 28 de junho de 2016.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 052/2016; Modalidade: Pregão Presencial nº 036/2016; Tipo: Menor Preço Por Item (Registro de Preço); Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de gêneros alimentícios, material de limpeza, higiene, gás e água para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Antônio Carlos /SC, de acordo com os quantitativos e especificações constantes no anexo I, parte integrante deste Edital. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 12 de julho de 2016 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-8617 ou (48) 3272-8618, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 29 de junho de 2016.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

DECRETO N 052/2016

DECRETO Nº 000052/16 de 29 de Junho de 2016

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DE CRE TA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 93.359,67 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
04.01.13.392.0005.1.004-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 15.658,68

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS
06.01.15.451.0006.1.008-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 17.700,99

09 - ENCARGOS GERAIS
09.01 - ENCARGOS GERAIS
09.01.28.843.0010.0.003-3.2.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 60.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 17.700,99
Superávit financeiro 75.658,68

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de Junho de 2016
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

DECRETO N 053/2016

DECRETO Nº 000053/16 de 29 de Junho de 2016

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DE CRE TA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 5.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
04.01.13.392.0005.1.004-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA
04.01.13.392.0005.1.004-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de Junho de 2016
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

LEI Nº 1509/2016

LEI NO 1.509/2016

Retifica o Artigo 1º da Lei Municipal Nº 1.075/2006, e dá outras providências.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, em especial pelos poderes conferidos no art. 56, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei Municipal nº 1075, de 16 de maio de 2006, fica retificado com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica incorporado o abono concedido pela Lei Municipal nº 978/2004, aos vencimentos dos Servidores Públicos Municipais”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 16/05/2006, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 28 de junho de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 240/2016

PORTARIA Nº 240/2016
Admite ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, FRANCINE FRAGOSO DE MIRANDA SILVA, para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA – 20H, em substituição a servidora MARIANA DA SILVA, Licença Maternidade, a partir de 04 de julho de 2016 a 11/11/2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 29 de junho de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 30 de junho de 2016.

PORTARIA N 241/2016

PORTARIA Nº 241/2016
Admite ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, ALESSANDRA BASEI, para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA – 20H, em substituição a servidora LUCIDE MARIA SCHMITZ KREFF, Licença para atividade política, a partir de 04 de julho de 2016 a 02/10/2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 29 de junho de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 30 de junho de 2016.

PORTARIA N 242/2016

PORTARIA Nº 242/2016
Concede Adicional de Titulação.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei Municipal nº 1250/2009,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL DE TITULAÇÃO, por GRADUAÇÃO, a servidor efetivo FRANCIELLY KELM, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir do mês de julho de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 29 de junho de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 30 de junho de 2016.

PORTARIA N 243/2016

PORTARIA Nº 243/2016
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora CINTIA LAURECI COELHO DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I, por 30 dias, a partir de 01 de agosto de 2016, relativo ao período aquisitivo de 10/06/2015 a 09/06/2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 29 de junho de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 30 de junho de 2016.

PORTARIA N 244/2016

PORTARIA Nº 244/2016
Concede Licença para atividade política.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo n 83 da Lei nº 558/1992,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA, por 03 (três) meses, a servidora efetiva JANICE IVONETE MULLER, ocupante do cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 20H, a partir de 02 de julho de 2016 a 02 de outubro de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 29 de junho de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 30 de junho de 2016.

PORTARIA N 245/2016

PORTARIA nº 245, em 30 de junho de 2016.

Autoriza a averbação da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo IPREV sob o nº 738/2016, nos assentos funcionais da servidora AUTANEI JUNKES HILLESHEIM, detentora da matrícula nº 416, e do cargo de provimento efetivo de Professor (Pós-Graduação / Especialização) - 20 horas e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora Autanei Junkes Hillesheim, detentora da matrícula nº 416 e do cargo de provimento efetivo de Professor (Pós-Graduação/Especialização) - 20 horas, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo IPREV, sob o nº 738/2016, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência, devendo os períodos de 05/05/1988 a 04/07/1988, 13/03/1989 a 31/12/1990, 18/03/1991 e 17/09/1991, correspondentes a 02 anos, 05 meses e 13 dias (893 dias), serem integralmente computados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de junho de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

TERMO RESCISÃO CONTRATO 51/2014

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 51/2014

Fica rescindido a partir de 30 de junho 2016 o contrato nº 51/2014 firmado entre o Senhor JAIR CLAUDIOMIRO EBELINGLLI e o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, em 13 de novembro de 2014, por término da vigência contratual.

Arabutã/SC, 30 de junho de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Ascurra

PREFEITURA

ATA PREGÃO 10/2016 FMS

ATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO Nº 000010/2016

Às 9 horas do dia 29/06/2016, na Sala de Licitações da Comissão Permanente de Licitação, reuniu-se o Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de ASCURRA, Sr. THADEU BADALOTTI, e os membros da equipe de apoio

Equipe de Apoio
SOLANGE MARIA LOURENÇO
RENATO MOSER
ELAINE GRACIELA DALCEGIO COELHO

designados no Decreto nº 5375 de 2015, com a finalidade de proceder a abertura dos envelopes da licitação acima referida. Inicialmente, em conformidade com as disposições contidas no Edital, o Pregoeiro abriu a sessão pública, efetuando o credenciamento, recebimento dos envelopes, que teve como participante somente a empresa SANTA CLARA COMERCIO DE VEICULOS LTDA. Em seguida, o Pregoeiro deu início com a abertura do envelope da proposta de preço. Foi ofertada a seguinte proposta:

Item: 00001 – VEÍCULO ÔNIX 0KM, 1.0L, NA COR PRATA, COM AIRBAG DUPLO, SISTEMA DE FREIOS COM ABS, RODA DE ACO ARO 14, COM AR CONDICIONADO, DESEMBACADOR ELETRICO TEMPORIZADO DO VIDRO TRASEIRO, DIRECAO HIDRAULICA, LIMPADOR E LAVADOR ELETRICO DO VIDRO TRASEIRO, BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA, BANCO TRASEIRO REBATIVEL, COM SOM INSTALADO, AROS CROMADOS, TAPETES, RÁDIO USB, POTÊNCIA DE 78CV NA GASOLINA E 80CV, PORTA MALAS COM CAPACIDADE DE 280 LITROS, VEÍCULO ESTE QUE SERA UTILIZADA PELO SETOR DA VIGILANCIA SANITARIA DESTE MUNICÍPIO.

Fornecedor	Proposta
SANTA CLARA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	38.990,0000

Em sequência o pregoeiro deu início a negociação que resultou na proposta final referente ao item

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	SANTA CLARA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	38.990,0000	0,0000

Posteriormente o envelope de documentação da empresa vencedora foi aberto para análise e verificação, sendo a licitante considerada habilitada. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representante presente:

Pregoeiro
THADEU BADALOTTI

Equipe de Apoio
SOLANGE MARIA LOURENÇO
ELAINE G. D. COELHO
RENATO MOSER

Representante Empresa
RAQUEL CURBANI

DECRETO Nº 2845, DE 28/06/2016 - HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO CONCURSO PUBLICO

DECRETO Nº 2845, de 28 de junho de 2016.

Homologa o Resultado final do Concurso Público de acordo com o Decreto nº 2829, de 01 de março de 2016, referente ao Edital nº 001/2016.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de Ascurra, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, que os resultados apresentados pela Comissão Especial do Concurso Público e pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, responsáveis pelo Concurso 01/2016;

CONSIDERANDO, que o prazo de validade do Concurso Público é de 02 (dois) anos, a contar da publicação do presente Edital, podendo ser prorrogado por igual período; e

CONSIDERANDO, que as vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura de Ascurra, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Concurso, serão preenchidas, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do Concurso Público, referente ao Edital nº 001/2016, conforme quadro de classificação que

segue abaixo.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 28 de junho de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito municipal

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 28 de junho de 2016.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

Superior completo

039 - ANALISTA FINANCEIRO

No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1º	DANIEL SANTANA	1375-7	05/01/1991	340.00	0.000	340.000
2º	ROBERTO CARDOSO STRUVE	1427-3	28/07/1978	340.00	0.000	340.000
3º	NEIDE MARIA DE SOUZA RAMIRES	1664-0	11/03/1978	330.00	0.000	330.000
4º	SABINE HELOISE TILLMANN	1184-3	07/01/1984	330.00	0.000	330.000
5º	THIAGO PEGORETTI MOSER	1459-1	12/09/1984	330.00	0.000	330.000
6º	NYCHOLAS VAHLICK	1306-4	27/08/1994	330.00	0.000	330.000
7º	DIEGO EGIDIO CONZATI	1256-4	24/03/1987	320.00	0.000	320.000
8º	EDUARDO FELIPE REZENA COSME	1607-1	24/09/1988	310.00	0.000	310.000
9º	TIAGO BAGATTOLI PEREIRA	1396-0	17/08/1993	310.00	0.000	310.000
10º	EDMARA DE SOUZA CARVALHO	1342-0	11/01/1987	290.00	0.000	290.000
11º	SILVIA IMME	1329-3	26/01/1980	290.00	0.000	290.000
12º	RICARDO BAGGIO	1190-8	28/05/1990	290.00	0.000	290.000
13º	MAICON ZICO POFFO	1451-6	20/10/1982	290.00	0.000	290.000
14º	CLEYTON RICARDO SAIS	1647-0	04/02/1989	280.00	0.000	280.000
15º	SOLANGE MARIA LOURENCO	1194-0	16/05/1973	280.00	0.000	280.000
16º	JOSEMARA GRIPPA	1269-6	20/08/1983	280.00	0.000	280.000
17º	ROSANA SILVA DE OLIVEIRA	1610-1	30/04/1986	270.00	0.000	270.000
18º	PATRICIA CORREIA DE AMORIM	1432-0	15/01/1984	270.00	0.000	270.000
19º	DANIELE VOIGT	1280-7	11/06/1989	260.00	0.000	260.000
20º	ALEXANDRE WILLIAN ZOMER	1696-9	20/08/1977	260.00	0.000	260.000
21º	THIAGO ANTONIO FUCHT	1228-9	04/05/1986	250.00	0.000	250.000
22º	MICHELE VANESSA ALVES URNAU	1298-0	19/08/1984	250.00	0.000	250.000
23º	WILSON ROBERTO MIRANDA CARDOSO	1343-9	01/03/1959	240.00	0.000	240.000

Superior completo

043 - MEDICO PEDIATRA

No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1º	MARCEU FLORES PINTO	1568-7	19/06/1984	290.00	0.000	290.000

Superior completo

104 - ORIENTADOR PEDAGOGICO

No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1º	KARLA MAISA PEDROSO	1579-2	17/07/1990	240.00	0.000	240.000
2º	SOLANGE VELWOCK DE FRANCA	1238-6	01/08/1978	230.00	0.000	230.000

Superior completo

036 - PROCURADOR

No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1º	RAFAEL PEDRO MARIOTTO	1408-7	03/12/1987	300.00	0.000	300.000
2º	LUISE PETRY	1305-6	31/12/1994	290.00	0.000	290.000
3º	SUSANA SOUZA OLIVEIRA DA SILVA	1188-6	21/03/1986	270.00	0.000	270.000
4º	GIANNA THALITA GIRARDI	1276-9	27/04/1993	270.00	0.000	270.000

Superior completo
102 - PROFESSOR II
No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1º	ADRIANA DOS SANTOS	1637-3	22/06/1983	300.00	1.000	301.000
2º	MARIA CAROLINA BILK	1430-3	26/03/1994	300.00	0.000	300.000
3º	CHARLINE DAIANA DE LIMA	1686-1	25/12/1993	280.00	1.000	281.000
4º	SIMONE POLI FERRARI	1425-7	06/10/1975	270.00	1.000	271.000
5º	ROSLEINE BASSANI TOMIO	1593-8	28/02/1980	270.00	1.000	271.000
6º	ANDREIA FERETTI SCHMITZ	1337-4	02/08/1977	270.00	0.000	270.000
7º	FABIANE MOSER	1288-2	01/12/1987	260.00	1.000	261.000
8º	GIOVANA THIARA POFFO	1462-1	07/07/1992	260.00	0.000	260.000
9º	DANIELA PRADÉ	1272-6	22/12/1987	250.00	1.000	251.000
10º	NILVA MARIA MIGUEL	1416-8	03/02/1977	250.00	0.000	250.000
11º	ADAYHANE APARECIDA PIMENTEL PEREIRA	1248-3	12/09/1984	250.00	0.000	250.000
12º	LILIAN CORDULA MACHADO	1551-2	21/10/1970	250.00	0.000	250.000
13º	EDILAINE FERNANDES TOBIAS	1267-0	04/07/1979	250.00	0.000	250.000
14º	REGINA APARECIDA GOMES	1662-4	21/07/1981	240.00	0.000	240.000
15º	JULITE ANDREONI TAMBOSI	1327-7	24/11/1958	240.00	0.000	240.000
16º	SILVIA ROSITA POFFO MOSER	1251-3	03/07/1967	240.00	0.000	240.000
17º	IRES COSTA	1626-8	02/09/1971	240.00	0.000	240.000
18º	FERNANDA CRISTINA BEGALKE RADDATZ	1307-2	03/11/1984	230.00	1.000	231.000
19º	GUSTAVO ADOLFO STANKE GONCALVES GOMES	1580-6	10/04/1987	230.00	0.000	230.000
20º	VANIA PESSOTTI DIAS	1634-9	02/09/1976	210.00	0.000	210.000

Superior completo
017 - PSICOLOGO
No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1º	ANA PAULA KLAUMANN	1559-8	25/05/1993	360.00	0.000	360.000
2º	FELIPE FERREIRA DE JESUS	1187-8	10/10/1991	350.00	0.000	350.000
3º	FERNANDO CERCENA LEVENTI	1379-0	02/02/1986	340.00	0.000	340.000
4º	LEILA PATRICIA CIPRIANI	1668-3	12/02/1988	330.00	0.000	330.000
5º	DOUGLAS DA CUNHA ROCHA	1656-0	04/06/1978	320.00	0.000	320.000
6º	DIANA SCHMIDT	1404-4	13/07/1979	320.00	0.000	320.000
7º	CRISTIANE LUMI NAKAZAWA	1530-0	21/12/1988	320.00	0.000	320.000
8º	LILIAN PINTO DA SILVA	1183-5	06/05/1991	310.00	0.000	310.000
9º	SABRINA RAMOS MAURER	1283-1	19/04/1976	310.00	0.000	310.000
10º	LORENCIO GILMAR URNAU	1297-1	30/05/1980	310.00	0.000	310.000
11º	LEONIR TROSKI	1659-4	10/05/1989	300.00	0.000	300.000
12º	GUSTAVO ANGELI	1673-0	26/02/1991	300.00	0.000	300.000
13º	VENERANDA SENES DO CARMO	1320-0	16/08/1987	300.00	0.000	300.000
14º	FERNANDA GRACA DE GASPER	1677-2	28/11/1985	290.00	0.000	290.000
15º	CLEUSA FURLAN DE OLIVEIRA	1234-3	09/03/1970	290.00	0.000	290.000
16º	TALYA PEDRON ALVES	1378-1	03/06/1992	290.00	0.000	290.000
17º	JESSICA CESCO	1620-9	24/08/1991	290.00	0.000	290.000
18º	LILIAN MAZUREK MEYER	1428-1	03/08/1979	280.00	0.000	280.000
19º	JANAINA BUSARELLO	1291-2	25/05/1990	280.00	0.000	280.000
20º	JANAINA TAPPARO BRAIER	1452-4	27/11/1981	280.00	0.000	280.000
21º	VANESSA POLASTRI	1367-6	19/02/1990	280.00	0.000	280.000
22º	THAIS NILES DE LIMA	1498-2	28/10/1993	280.00	0.000	280.000
23º	ALINE INES HENDGES	1259-9	07/10/1988	280.00	0.000	280.000
24º	DAIANE ANTUNES SOUZA	1271-8	13/05/1991	270.00	0.000	270.000
25º	JULIANO RIBEIRO MARQUES	1347-1	03/07/1978	270.00	0.000	270.000
26º	LETICIA DE AMORIM CINI	1230-0	17/09/1993	270.00	0.000	270.000
27º	FERNANDO ANTONIO PORTELA JAEPELT	1509-1	20/08/1992	270.00	0.000	270.000
28º	JAQUELINE BIANCA GOMES	1496-6	14/10/1993	270.00	0.000	270.000
29º	KETELYN LUNELLI SCHUH	1594-6	23/06/1990	270.00	0.000	270.000
30º	ALINE STRINGARI	1657-8	15/02/1991	270.00	0.000	270.000
31º	LETICIA CRISTINA SCHENATTO	1676-4	27/01/1992	250.00	0.000	250.000
32º	ANA FLAVIA DIAS	1453-2	21/08/1987	250.00	0.000	250.000
33º	RAFAELA SCHULZE	1546-6	26/07/1989	250.00	0.000	250.000

34º	HUMBERTO DOUGLAS ALVES	1333-1	20/08/1992	240.00	0.000	240.000
35º	CRISLAINE ROZA	1618-7	05/05/1990	240.00	0.000	240.000
36º	ANGELA MARIA DOS SANTOS VENERAL	1205-0	27/09/1974	230.00	0.000	230.000
37º	DIONE SCHATTEBERG	1169-0	30/04/1968	220.00	0.000	220.000

Médio completo

075 - AUXILIAR DE EDUCACAO

No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1º	VANESSA CAMPOS KUHN	1492-3	26/10/1977	310.00	0.000	310.000
2º	QUEZIA DIAS RODOLFO	1255-6	26/08/1995	280.00	0.000	280.000
3º	SONIA DOMINGOS DOS SANTOS VIEIRA	1628-4	19/02/1970	270.00	0.000	270.000
4º	SAMARA FONSECA	1394-3	02/09/1993	230.00	0.000	230.000

Médio completo

072 - ATENDENTE DE EDUC INFANTIL

No. de vagas: 3

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1º	SABRINA BISSONI	1648-9	26/03/1997	350.00	0.000	350.000
2º	SIMONE CARNIEL	1493-1	02/04/1976	310.00	0.000	310.000
3º	TALITA VIVIANI MANFRINI	1443-5	10/04/1995	300.00	0.000	300.000
4º	IVANGELA CLAUDINO FLAIT	1384-6	29/04/1994	290.00	0.000	290.000
5º	ANA PATRICIA BADALOTTI	1245-9	13/12/1985	290.00	0.000	290.000
6º	ELLIN GARCIA SOARES	1249-1	05/04/1982	270.00	0.000	270.000
7º	AMANDA TAUANA SOFKA	1397-8	10/02/1998	270.00	0.000	270.000
8º	ALINE AKEMY TANAKA	1158-4	23/08/1988	270.00	0.000	270.000
9º	SILVANIA FAUST BONACOLSI	1370-6	05/11/1984	260.00	0.000	260.000
10º	VANESSA APARECIDA DA SILVA	1373-0	12/10/1984	260.00	0.000	260.000
11º	JULIA GRASIELA DA SILVA	1179-7	11/06/1982	240.00	0.000	240.000
12º	MARY SANDRA HOEPERS KRETZER	1420-6	10/10/1979	240.00	0.000	240.000
13º	PATRICIA FARIAS DE SOUZA	1507-5	17/10/1994	200.00	0.000	200.000

Médio completo

100 - PROFESSOR I

No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1º	MARIA ODETE CORREIA POSSAMAI	1162-2	21/11/1968	270.00	0.000	270.000

Médio completo

057 - TECNICO EM ENFERMAGEM

No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1º	ITIENE IOLANDA MARTINI	1312-9	27/07/1987	280.00	0.000	280.000

Fundamental incompleto

084 - AGENTE OPERACIONAL

No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1º	CANCIO JUAREZ LORENZI	1386-2	13/12/1963	240.00	0.000	240.000
2º	CLAUDINEI NUNES DE MELLO	1203-3	23/09/1968	230.00	0.000	230.000
3º	JULIANO PAQUER	1421-4	04/01/1989	210.00	0.000	210.000
4º	EVARISTO ANTONIO VENAMSIO	1520-2	31/10/1979	190.00	0.000	190.000
5º	LEONARDO ANTONIO DE SOUZA	1279-3	29/01/1992	180.00	0.000	180.000

Fundamental incompleto

074 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

No. de vagas: 3

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1º	MARLISA KOPSCH CATTONI	1473-7	25/12/1968	260.00	0.000	260.000

2º	BARBARA ALEXANDRE RODRIGUES CAMPOS LORENZI	1560-1	26/08/1974	260.00	0.000	260.000
3º	LUCIMARA FERREIRA DOS SANTOS	1608-0	12/05/1982	250.00	0.000	250.000
4º	TAIRINE SILVANO	1207-6	28/09/1991	250.00	0.000	250.000
5º	ZELAIDE DA SILVA BUNDE	1489-3	20/10/1968	250.00	0.000	250.000
6º	JACQUELINE NALZIRA DA SILVA TOMELIN	1189-4	11/03/1971	250.00	0.000	250.000
7º	SANDRA MARI POSSELT	1545-8	18/11/1986	250.00	0.000	250.000
8º	MERI LUCI MORI	1422-2	16/03/1990	250.00	0.000	250.000
9º	MARA REJANE HEUER	1564-4	10/06/1970	240.00	0.000	240.000
10º	MAYCKA APARECIDA CAETANO	1576-8	25/02/1991	240.00	0.000	240.000
11º	IVONETE LUZIA VENTURA DEGRACIA	1275-0	30/06/1977	240.00	0.000	240.000
12º	VANESSA GONCALVES	1597-0	06/04/1989	230.00	0.000	230.000
13º	ADRIANA MACHADO	1383-8	29/03/1974	230.00	0.000	230.000
14º	JENNYFER DAIANI CABRAL	1544-0	23/12/1987	230.00	0.000	230.000
15º	BERNARDETE BASSANI	1605-5	31/01/1961	210.00	0.000	210.000
16º	ARACI BUNDE	1414-1	07/06/1968	210.00	0.000	210.000
17º	ROSANE DE FATIMA CEZAR	1277-7	20/03/1969	200.00	0.000	200.000
18º	DIANA APARECIDA WOLFF	1240-8	15/06/1965	200.00	0.000	200.000
19º	CRISTIANA RAMOS PINHO	1217-3	18/10/1979	200.00	0.000	200.000
20º	MARIA DE SOUZA	1281-5	07/05/1962	190.00	0.000	190.000

Fundamental incompleto

086 - OFICIAL DE MANUT E CONSERVACAO

No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1º	CLEITON STEINHAUSER	1438-9	23/12/1991	220.00	0.000	220.000
2º	CLAUDINEI MACHADO	1221-1	10/01/1966	220.00	0.000	220.000
3º	ELGUISON DOMINGOS DOS SANTOS	1398-6	09/06/1989	200.00	0.000	200.000
4º	GENUARES FERREIRA	1627-6	20/01/1970	190.00	0.000	190.000
5º	ADILSON STREY	1441-9	24/04/1996	190.00	0.000	190.000
6º	WENDEL DE ALBUQUERQUE	1200-9	02/03/1986	190.00	0.000	190.000
7º	DECASSIO SERPA	1650-0	21/07/1970	160.00	0.000	160.000

Fundamental incompleto

082 - OPERADOR DE EQUIPAMENTOS

No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
01º	JONATAS MOSER	1640-3	01/09/1994	210.00	0.000	210.000

DECRETO Nº 2846, DE 28/06/2016 - HOMOLOGA RESULTADO FINAL CONCURSO PÚBLICO - EMPREGO PÚBLICO

DECRETO Nº 2846, de 28 de junho de 2016.

Homologa o Resultado final do Concurso Público para Emprego Público de acordo com o Decreto nº 2835, de 16 de março de 2016, referente ao Edital nº 002/2016.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de Ascurra, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, que os resultados apresentados pela Comissão Especial do Concurso Público e pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, responsáveis pelo Concurso 02/2016;

CONSIDERANDO, que o prazo de validade do Concurso Público é de 02 (dois) anos, a contar da publicação do presente Edital, podendo ser prorrogado por igual período; e

CONSIDERANDO, que as vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura de Ascurra, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Concurso, serão preenchidas, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do Concurso Público – Emprego Público, referente ao Edital nº 002/2016, conforme quadro de classificação que segue abaixo.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 28 de junho de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito municipal

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar.
Município de Ascurra em, 28 de junho de 2016.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Superior completo
079 - ENFERMEIRO PSF
No. de vagas: 1

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1º	BRUNA COELHO	1713-2	02/11/1993	330.00	0.000	330.000
2º	THEAN CARLOS MOSER	1726-4	31/05/1991	330.00	0.000	330.000
3º	JANIA INEZ ULER	1730-2	10/11/1982	310.00	0.000	310.000
4º	DANIELA NOTARI DE OLIVEIRA	1734-5	27/04/1992	300.00	0.000	300.000
5º	MILENA CAMILA MOSER	1706-0	08/03/1992	290.00	0.000	290.000
6º	RAFAEL MEYER	1700-0	18/02/1983	290.00	0.000	290.000
7º	ARQUIMINO DA ROCHA NEVES	1702-7	22/04/1979	280.00	0.000	280.000
8º	CLENI FLORES PILAR	1720-5	06/03/1977	260.00	0.000	260.000
9º	DJONATAN CESAR CORREA	1732-9	05/04/1984	260.00	0.000	260.000
10º	DANIELA GRACIOSA SALVADOR	1704-3	06/12/1979	260.00	0.000	260.000
11º	JULIANA BARTH	1722-1	27/07/1978	240.00	0.000	240.000
12º	ROSANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA	1721-3	15/01/1976	230.00	0.000	230.000
13º	LUANA FURTADO DELFES	1736-1	14/01/1991	220.00	0.000	220.000

DECRETO Nº 2847, DE 28/06/2016 - HOMOLOGA RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

DECRETO Nº 2847, de 28 de junho de 2016.

Homologa o Resultado final do Processo Seletivo Simplificado de acordo com o Decreto nº 2828, de 01 de março de 2016, referente ao Edital nº 001/2016.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de Ascurra, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, que os resultados apresentados pela Comissão Especial do Concurso Público e pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, responsáveis pelo Processo Seletivo Simplificado 01/2016;

CONSIDERANDO, que o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado é de 01 (um) ano, a contar da publicação do presente Edital, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período; e

CONSIDERANDO, que as vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura de Ascurra, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidas, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, referente ao Edital nº 001/2016, conforme quadro de classificação que segue abaixo.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 28 de junho de 2016.

MOACIR POLIDORO
Prefeito municipal

Publicado o presente decreto, na forma regulamentar.
Município de Ascurra em, 28 de junho de 2016.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Superior completo
103 - PROFESSOR II 40h
No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Pontuação Final
1º	LILIAN CORDULA MACHADO	1550-4	21/10/1970	330.00	0.000	330.000
2º	SOLANGE VELWOCK DE FRANCA	1236-0	01/08/1978	330.00	0.000	330.000
3º	MARIA CAROLINA BILK	1429-0	26/03/1994	330.00	0.000	330.000
4º	REGINA APARECIDA GOMES	1661-6	21/07/1981	320.00	0.000	320.000
5º	JOSE NANTAN PEREIRA CRISPIM	1468-0	21/06/1980	300.00	0.000	300.000

6º	IRES COSTA	1237-8	02/09/1971	290.00	1.000	291.000
7º	MELISSA MANDEL	1369-2	23/07/1975	250.00	1.000	251.000
8º	EDILAINE FERNANDES TOBIAS	1229-7	04/07/1979	250.00	0.000	250.000
9º	BARBARA ALESSANDRA PINTARELLI	1301-3	01/03/1980	230.00	0.000	230.000
10º	CINARA MACHADO	1402-8	10/03/1969	220.00	0.000	220.000

Superior completo

102 - PROFESSOR II 20h

No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Pontuação Final
1º	VANIA PESSOTTI DIAS	1633-0	02/09/1976	320.00	0.000	320.000
2º	GIOVANA THIARA POFFO	1460-5	07/07/1992	320.00	0.000	320.000
3º	ELISANGELA MAHLSTEDT KLUG FABICHASKI	1411-7	15/05/1977	310.00	0.000	310.000
4º	SIMONE POLI FERRARI	1357-9	06/10/1975	300.00	1.000	301.000
5º	FABIANE MOSER	1289-0	01/12/1987	300.00	1.000	301.000
6º	CHARLINE DAIANA DE LIMA	1684-5	25/12/1993	300.00	1.000	301.000
7º	ADAYHANE APARECIDA PIMENTEL PEREIRA	1191-6	12/09/1984	290.00	0.000	290.000
8º	ADRIANA DOS SANTOS	1636-5	22/06/1983	290.00	0.000	290.000
9º	SILVIA ROSITA POFFO MOSER	1250-5	03/07/1967	280.00	0.000	280.000
10º	JULITE ANDREONI TAMBOSI	1323-4	24/11/1958	270.00	0.000	270.000
11º	LILIANE GOMES ROCHA	1325-0	01/04/1981	140.00	0.000	140.000

Médio completo

075 - AUXILIAR DE EDUCACAO

No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Pontuação Final
1º	ADULCE MARIA MOSER	1265-3	20/05/1954	300.00	0.000	300.000
2º	DANUBIA MABA	1479-6	21/08/1987	280.00	0.000	280.000

Médio completo

072 - ATENDENTE DE EDUC INFANTIL

No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Pontuação Final
1º	SANDRA MARIA DIAS ZIMATH	1405-2	13/03/1965	340.00	0.000	340.000
2º	ANA PATRICIA BADALOTTI	1243-2	13/12/1985	340.00	0.000	340.000
3º	TALITA VIVIANI MANFRINI	1263-7	10/04/1995	330.00	0.000	330.000
4º	MARY SANDRA HOEPERS KRETZER	1419-2	10/10/1979	300.00	0.000	300.000
5º	ALINE DOS SANTOS MACHADO	1392-7	15/04/1994	300.00	0.000	300.000
6º	VANESSA APARECIDA DA SILVA	1372-2	12/10/1984	260.00	0.000	260.000
7º	MARISE PIAZERA NEVES MOREIRA	1262-9	09/04/1960	250.00	0.000	250.000

Médio completo

100 - PROFESSOR I

No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Pontuação Final
1º	MARIA ANGELITA BERRI MOSER	1244-0	02/05/1966	320.00	0.000	320.000

Fundamental incompleto

084 - AGENTE OPERACIONAL

No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Pontuação Final
1º	RICHARD ADRIANO MELLO KERSCHNER	1352-8	11/05/1987	250.00	0.000	250.000
2º	CLAUDINEI NUNES DE MELLO	1204-1	23/09/1968	230.00	0.000	230.000

Fundamental incompleto

074 - AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS

No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Pontuação Final
1º	MARIA JUCILENA DE OLIVEIRA	1467-2	02/03/1979	230.00	0.000	230.000

2º	MARA REJANE HEUER	1565-2	10/06/1970	220.00	0.000	220.000
3º	TEREZINHA FAUSTINO MOSER	1635-7	24/02/1964	120.00	0.000	120.000

Fundamental incompleto
085 - GUARDA PATRIMONIO PUBLICO
No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Pontuação Final
1º	ELIANE DE FATIMA MARIANO	1562-8	17/02/1977	220.00	0.000	220.000
2º	RODRIGO CONSTANTINO	1577-6	04/04/1986	210.00	0.000	210.000
3º	PEDRO DA SILVEIRA	1212-2	03/10/1979	170.00	0.000	170.000

Fundamental incompleto
086 - OFICIAL MANUT CONSERVACAO
No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Pontuação Final
1º	WENDEL DE ALBUQUERQUE	1201-7	02/03/1986	210.00	0.000	210.000

Fundamental incompleto
082 - OPERADOR DE EQUIPAMENTOS
No. de vagas: 0

Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Pontuação Final
1º	JEFFERSON LUIZ NUNES	1356-0	24/08/1981	190.00	0.000	190.000
2º	LEONARDO SCHINADER	1390-0	23/04/1995	190.00	0.000	190.000
3º	MARCOS AURELIO DE MENEZES	1380-3	11/11/1973	180.00	0.000	180.000
4º	JONATAS MOSER	1638-1	01/09/1994	150.00	0.000	150.000

Balneário Piçarras

PREFEITURA

CONTRATO 29/2016 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

CONTRATO Nº 029/2016/PMBP de 23/06/2016

REF. ORDEM DE COMPRA Nº 428/2016

Constitui o objeto deste contrato a prestação de serviço para elaboração dos programas PPRA/PCMSO/LTCAT e estudo técnico de insalubridade e de periculosidade, conforme as normas técnicas de segurança e medicina do trabalho. O valor do Contrato será de R\$ 7.984,23 (sete mil, novecentos e oitenta e quatro reais e vinte e três centavos).

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI

Balneário Piçarras(SC), 23 de junho de 2016.

Leonel José Martins

Prefeito Municipal.

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº. 052.PMBR.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE CULTURA ESPORTE E TURISMO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços Nº. 052/PMBR/2016

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 18/07/2016 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para Revitalização do Estádio Delmiro Saturno Santiago, no Município de Balneário Rincão/SC, de acordo com o Convenio Nº.2016TR001372, firmado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma e o Município de Balneário Rincão/SC.

Editais/Projetos: O(s) projeto(s) referente à execução da obra, serão disponibilizados em CD-Rom, juntamente com o Edital, mediante pagamento da taxa no valor de R\$ 30,00 (trinta) reais, que poderá ser retirada no setor de arrecadação da Central do Cidadão, localizado na Avenida Leoberto Leal, sn, Centro do Município de Balneário Rincão SC, no horário das 13:00 as 16:45 horas, dúvidas sobre a retirada pelo telefone (**48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 29 de Junho de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 053/PMBR/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 053/PMBR/2016.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 13/07/2016 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de equipamento de informática, para uso da Procuradoria Geral do Município de Balneário Rincão/SC.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão – SC, 29 de Junho de 2016.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE PREGA0016/SAMAE/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/SAMAE/2016.

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Data e horário da sessão de abertura: 13/07/2016 às 14:00 hrs.

Local: Samae de Balneario Rincão/SC, situado na Rua Paraná, 389, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação de serviços serralheria para atender as necessidades da Estação de Tratamento de Água do Samae de Balneário Rincão/SC.

Fone/Fax: (48) 3468-7800 / e-mail: licitacao.samaebr@gmail.com

Balneário Rincão – SC 29 de junho de 2016.

Pregoeira

RENATA DAROS TORRES

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 865/2016 CRIA COMISSÃO E NOMEIA SEUS MEMBROS.

DECRETO Nº 865/2016

CRIA COMISSÃO E NOMEIA SEUS MEMBROS.

Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal, promulgada em 11 de dezembro de 1997,

DECRETA:

Art.1º. Fica criada Comissão Especial composta por: JESSICA BERGMANM, DELCIRA GUBERT E TAIS DERES, todos funcionários públicos municipais, para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Municipal do Edital referente ao Processo Seletivo nº002/2016, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo, instaurado através do Edital de Processo Seletivo Nº. 002/2016.

Art. 2º. Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, prova de títulos e verificar quanto à publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º. Fica vedada a inscrição de parentes no referido processo seletivo, das pessoas acima nomeadas para a comissão do processo seletivo.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de JUNHO de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 866/2016

DECRETO Nº. 866/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

NOMEAR COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO

Art.1º. Designar: JUSSARA REGINATTO, UDINARA VANUSA ZANCHETTIN, brasileiros, representantes da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, compor a COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade a elaboração das provas, instaurado através do Edital de Processo Seletivo nº 002/2016.

Art.2º. Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa de provas, assessorar quando da realização das inscrições, elaboração das provas bem como aplicá-las, corrigi-las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art.3º. Fica vedada a inscrição de parentes no referido concurso público, das pessoas acima nomeadas para a comissão do Processo Seletivo e dos profissionais contratados para a elaboração das referidas provas;

Art.4º. As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art.5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA-SC,
Em 29 de junho de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1.126, 28 DE JUNHO DE 2016 PORTARIA Nº 1.126, 28 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº 1.126, 28 DE JUNHO DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011 e Lei Complementar nº 191/2015, tendo em vista o resultado do Concurso Público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088 de 07/03/2016 e Decreto 1089 de 14/03/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata PAMELA CRISTINA VIEIRA para o cargo efetivo de Monitor de Ônibus, Nível II- 1, anexo IX da Lei Complementar nº 125/2011, lotado com exercício na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com a carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 28 de junho de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

PORTARIA Nº 1125, 28 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº 1125, 28 DE JUNHO DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto do inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal com conformidade nos artigos 10, 13 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 125/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088 de 07/03/2016 e Decreto 1089 de 14/03/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato CLÁUDIO ROTERMEL JUNIOR, para o cargo efetivo de PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA, Nível II- 1, do Anexo I, da Lei Complementar nº 125/2011, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Cultura, com exercício na EBM Profª Antonia Gasino de Freitas, carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 28 de junho de 2016

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO CV 49/2016

ATA DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49/2016

MODALIDADE: Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia - 49/2016

DATA: 28/06/2016 - HORA DE INÍCIO: 14:20 horas.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DE CICLOVIA, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

No dia e horário supramencionados, na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, reuniram-se o Presidente da Comissão Permanente de Licitações JOÃO ULLER e os Membros SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e MAURICIO STEFFEN, nomeados pela Portaria nº 002/2016, para dirimirem a respeito no processo licitatório na modalidade de Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 49/2016.

Dando início aos trabalhos temos o seguinte a ser relatado:

- No dia 13 de junho de 2016 abriu-se processo licitatório para a contratação de empresa para execução de obras de implantação de ciclovia, com fornecimento de todo material, equipamentos e mão de obra, conforme projetos e demais anexos do Edital, com data de entrega e abertura das propostas fixada para o dia 23 de junho de 2016, às 15:00 horas;

- Na data prevista fizeram-se presentes apenas duas empresas licitantes (RCPA EMPREITEIRA LTDA EPP e TERRAPLENAGEM POFFO LTDA, que protocolaram seus envelopes no setor de protocolo da Prefeitura até o horário estipulado.

Diante disto, a Comissão de Licitações suspendeu a sessão solicitando a Assessoria Jurídica do Município parecer a respeito da legalidade da continuidade do certame com apenas duas empresas participantes.

Neste momento, de posse do parecer jurídico o mesmo recomenda a revogação do certame, por entender que, o prosseguimento do certame com apenas duas empresas participantes a Administração Pública poderá fazer uma contratação desvantajosa. Além disso não estaria se cumprindo a exigência de que na modalidade convite deverá haver o número mínimo de 03 (três) propostas válidas.

Com base no exposto no parecer jurídico, decide a Comissão de Licitações que o certame licitatório não poderá prosseguir com apenas duas empresas licitantes, devendo, portanto, ser revogado. Assegura-se às licitantes o direito à ampla defesa, abrindo-se o prazo recursal de 02 (dois) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no DOM/SC, conforme art. 109, inciso I, alínea "c" e parágrafo 6º da Lei nº 8666/93.

Em não havendo interposição de recurso por parte das licitantes, os autos serão encaminhados ao Senhor Prefeito Municipal para as providências de estilo.

Em seguida lavrou-se a presente Ata que foi achada conforme. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Benedito Novo, 28/06/2016, às 14h31m.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

JOAO ULLER

Presidente

MAURICIO STEFFEN

Membro

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI

Membro

ATA DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PP 42/2016

ATA DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 28/06/2016 - HORÁRIO DE INÍCIO: 14:00 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42/2016

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 42/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA CONserto DO MOTOR, TORQUE, COMANDO E CHASSIS DA MAQUINA TRATOR ESTEIRA KOMATSU D41A - REPETIÇÃO TOTAL PP 38/2016 DESERTO.

No dia e horário supramencionados, na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, reuniram-se o Pregoeiro JOÃO ULLER e a Equipe de Apoio SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e MAURICIO STEFFEN, nomeados pela Portaria nº 003/2016, para dirimirem a respeito no processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 42/2016.

Dando início aos trabalhos temos o seguinte a ser relatado:

- No dia 23 de maio de 2016 abriu-se processo licitatório para a contratação de empresa para fornecimento de peças e serviços de mão de obra especializada para conserto do motor, torque, comando e chassis da máquina trator esteira komatsu d41a, em repetição ao certame 38/2016, que foi dado como deserto, com sessão pública prevista para o dia 09 de junho de 2016;

- No dia 09 de junho de 2016, deu-se a sessão pública para abertura e julgamento das propostas tendo como participante somente a empresa MECFAR MECANICA AUTOMOTIVA LTDA ME. Realizados todos trabalhos referentes ao certame verificou-se que a licitante não atendeu plenamente aos requisitos de habilitação, mas que, por sua condição de Micro Empresa, resolveu fazer uso dos benefícios a ela concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, onde versa que a mesma poderá regularizar sua situação no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

- Na data a licitante ingressou com requerimento solicitando prorrogação do prazo para mais 05 (cinco) dias úteis, conforme previsto no art. 43, § da referida Lei, alegando que providenciou a regularização, mas que após a baixa das eventuais obrigações demoraria para emitir as respectivas negativas.

Ocorre que, até a presente data (28/06/2016) a licitante não apresentou nem sanou as pendências relativas a regularidade fiscal e trabalhista, mais especificamente em relação a apresentação de Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, item 5.1.2.2 e a Fazenda Municipal, item 5.1.2.4 do Edital.

Em consulta efetuada por esta Comissão ao site da Receita Federal e ao site da Prefeitura Municipal neste momento, verificou-se que as pendências não foram sanadas, conforme documentos impressos e juntados aos autos.

Conclui-se, portanto, que a empresa licitante MECFAR MECANICA AUTOMOTIVA LTDA ME, não regularizou as pendências relativas a regularidade fiscal e trabalhista nos prazos previstos pela Lei Complementar nº 123/2006, sendo considerada inabilitada no referido certame.

Em consequência, declara-se o certame novamente deserto e prejudicado, devendo, portanto, ser revogado.

Assegura-se à licitante o direito à ampla defesa, abrindo-se o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no DOM/SC, conforme art. 109, inciso I, alíneas "a" e "c"

da Lei nº 8666/93.

Em não havendo interposição de recurso por parte da licitante inabilitada, os autos serão encaminhados ao Senhor Prefeito Municipal para as providências de estilo.

Em seguida lavrou-se a presente Ata que foi achada conforme. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Benedito Novo, 28/06/2016, às 14h10m.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOAO ULLER Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	SERGIO DARIO PASQUALI Equipe de Apoio
-------------------------	-------------------------------------	--

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 101/2016

DECRETO Nº 101/2016 DE: 24 DE JUNHO DE 2016..

alTERA OS MEMBROS DA Comissão de Implantação e Execução do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, NOMEADOS PELO DECRETO Nº 019/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII, da lei Orgânica do Município de Biguaçu, CONSIDERANDO a exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para a existência de uma Unidade Executora Municipal para gerir o Programa;

DECRETA:

Art. 1º. A Unidade Executora Municipal será constituída de 01 (um) Coordenador Geral, 01(um) Coordenador Técnico, 01 (um) Coordenador Administrativo Financeiro, 01 (um) Assistente de Monitoramento e 03(três) Assessores Técnicos.

Art. 2º A Comissão a que alude o Artigo 1º deste Decreto terá a seguinte composição:

Coordenador Geral: Eduardo Lopes Jonker
Superintendente – Secretaria de Administração

Coordenador Técnico: Leandro Torquato
Escriturário - Secretaria da Fazenda

Coordenador Administrativo Financeiro: Priscila Raimundo Pinheiro
Contadora - Secretaria da Fazenda

Assistente de Monitoramento: Bruno Diogo Marques
Superintendente – Secretaria da Fazenda

Assessor Técnico: Willian Lofy
Secretário – Procuradoria Geral do Município

Assessor Técnico: Daniel Cesar da Luz
Procurador – Procuradoria Geral do Município

Assessor Técnico: Leandro de Souza Cunha
Escriturário – Secretaria de Administração

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Fica revogado o Decreto nº 19/2016 e demais disposições em contrário.

Biguaçu, 24 de junho de 2016.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 104/2016

DECRETO Nº 104/2016 DE 28 DE JUNHO DE 2016.

QUALIFICA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO MAHATMA GANDHI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu e,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.637, datada de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3252/2012, que dispõe sobre a qualificação de entidades sem fins lucrativos como Organizações Sociais;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 165/2012, que regulamenta a Lei Municipal nº 3252/2012;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 165/2012, dispõe em seu art. 4º, § 2º que cabe à Comissão de Qualificação de Organizações Sociais, para análise e decisão quanto à qualificação;

CONSIDERANDO a decisão da Comissão de Qualificação de Organizações Sociais junto ao Processo Administrativo nº 5476/2016, que aprovou o pedido de qualificação da entidade "ASSOCIAÇÃO MAHATMA GANDHI";

CONSIDERANDO finalmente o atendimento explícito ao interesse público;

DECRETA:

Art. 1º - Fica qualificado como Organização Social a ASSOCIAÇÃO MAHATMA GANDHI, associação civil, sem fins lucrativos, filantrópica, com sede na Rua Duartina, 1.311 – Vila Soto – Catanduva, SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.078.019/0001-14, que tem como finalidades:

I - a manutenção de instituições de saúde e educação, devendo prestar assistência médico-hospitalar a todos que necessitarem, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, ideologia política ou credo religioso;

II - promover e incentivar estudos e pesquisas vinculados à cultura de biociências;

III - firmar convênios com órgãos científicos e culturais visando o incremento e o intercâmbio do ensino e da pesquisa na área da saúde, voltado para a comunidade onde está inserido;

IV – Gestão em serviços de saúde.

Parágrafo primeiro: A assistência a que se refere este artigo, será prestada nas dependências da associação ou fora dela.

Parágrafo segundo: Além da manutenção dos serviços acima, a Associação poderá organizar e manter outros serviços que visem a ampliação e o aperfeiçoamento no atendimento dos pacientes em geral.

Art. 2º - O Município de Biguaçu, observado o contido na legislação aplicável, poderá celebrar contrato de gestão com a entidade

“ASSOCIAÇÃO MAHATMA GANDHI”.

Art. 3º - A execução do contrato de gestão a ser celebrado será acompanhada e fiscalizada pela Comissão de Avaliação das Organizações Sociais deste Município.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Biguaçu, 28 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 105/2016

DECRETO Nº 105/2016 DE 28 DE JUNHO DE 2016.

QUALIFICA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL O INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu e,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.637, datada de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3252/2012, que dispõe sobre a qualificação de entidades sem fins lucrativos como Organizações Sociais;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 165/2012, que regulamenta a Lei Municipal nº 3252/2012;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 165/2012, dispõe em seu art. 4º, § 2º que cabe à Comissão de Qualificação de Organizações Sociais, para análise e decisão quanto à qualificação;

CONSIDERANDO a decisão da Comissão de Qualificação de Organizações Sociais junto ao Processo Administrativo nº 4489/2016, que aprovou o pedido de qualificação da entidade "INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA";

CONSIDERANDO finalmente o atendimento explícito ao interesse público;

DECRETA:

Art. 1º - Fica qualificado como Organização Social o INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA, associação civil, sem fins lucrativos, filantrópico, com sede na Rua da Fonte, nº 280 – 1º andar, Centro, Martinhos, PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.229.374/0001-22, que tem como finalidades:

I - a manutenção de instituições de saúde e educação, devendo prestar assistência médico-hospitalar a todos que necessitarem, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, ideologia política ou credo religioso;

II - promover e incentivar estudos e pesquisas vinculados à cultura de biociências;

III - firmar convênios com órgãos científicos e culturais visando o

incremento e o intercâmbio do ensino e da pesquisa na área da saúde, voltado para a comunidade onde está inserido;

IV – Gestão em serviços de saúde.

Parágrafo primeiro: A assistência a que se refere este artigo, será prestada nas dependências do instituto ou fora dele.

Parágrafo segundo: Além da manutenção dos serviços acima, o Instituto poderá organizar e manter outros serviços que visem a ampliação e o aperfeiçoamento no atendimento dos pacientes em geral.

Art. 2º - O Município de Biguaçu, observado o contido na legislação aplicável, poderá celebrar contrato de gestão com a entidade "INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA".

Art. 3º - A execução do contrato de gestão a ser celebrado será acompanhada e fiscalizada pela Comissão de Avaliação das Organizações Sociais deste Município.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Biguaçu, 28 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 106/2016

DECRETO Nº 106/2016 DE 28 DE JUNHO DE 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO BEIRA RIO, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE DELTAVILLE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a legislação pertinente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, o imóvel de propriedade de Deltaville Empreendimentos Imobiliários LTDA., descrito e caracterizado conforme matrícula nº 21.207, do Registro de Imóveis – Comarca de Biguaçu e plantas topográficas e memoriais descritivos, anexos, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência. Objetivando o interesse social, as áreas de terras abaixo relacionadas:

I – Uma área de terras situada no loteamento Deltaville, neste Município de Biguaçu, Comarca do mesmo nome, Estado de Santa Catarina, com área de 6.469,41 m² (seis mil quatrocentos e sessenta e nove metros e quarenta e um centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Poligonal fechada tem início no vértice V1 Coordenadas (UTM n: 6.958.011,530 e E 730.573,111), segue por linha reta com distância de 29,23 m até o Vértice V4 (UTM N: 6.958.041,064 e E: 730.569,464) formando o lado OESTE que estrema com a AVENIDA BEIRA RIO; do Vértice V4 segue por linha reta com distância de 211,49 m, até o Vértice v5 (UTM N: 6.958.112,708 e E:730.768,460) formando assim o lado NORTE

que estrema com o CÔRREGO EXISTENTE; do Vértice V5 segue por linha reta com distância de 33,75 m até o Vértice V20 (UTM N: 6.958.093,082 e R:730.795,919) formando o lado LESTE que estrema com a Área de APP-01 de propriedade da DELTAVILLE; do Vértice V20 segue por linha reta com distância de 237,30 m até o Vértice V1 (UTM N: 6.958.011,530 e E: 730.573,111) formando o lado SUL que estrema com TERRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU onde fecha a poligonal com área de 6.469,41 m² da matrícula de n. 21.207.

II – Uma área de terras situada no loteamento Deltaville, neste Município de Biguaçu, Comarca do mesmo nome, Estado de Santa Catarina, com área de 612,87 m²(seiscentos e doze metros e oitenta e sete centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Poligonal fechada tem início no Vértice V21 Coordenadas (UTM N: 6.958.079,972 e E:730.814,270), segue por linha reta com distância de 5,26 m até o Vértice V22 (UTM N: 6.958.083,089 e E:730.818,508) formando assim lado OESTE que estrema com Área de APP-01 de propriedade da DELTAVILLE; do Vértice V22 segue por linha em curva com distância total de 118,53 m até o Vértice V27 (UTM N: 6.958.093,572 e E:730.931,772) formando o lado NORTE estrema com Área de APP-01 de propriedade da DELTAVILLE; do Vértice V27 segue por linha reta com distância de 5,08 m até o vértice V218 (UTM N: 6.958.088,7835 e E: 730.933,373) formando o lado LESTE que estrema com o RIO BIGUAÇU; do Vértice V218 segue por linha reta com distância de 50,00 m até o Vértice V28 (UTM N: 6.958.074,768 e E:730.885,371) formando o lado SUL que estrema com ÁREA DE APP-01 de propriedade de DELTAVILLE; Do Vértice V28 segue por linha em curva com distância de 69,72 m até o Vértice V298 (UTM N: 6.958.076,914 e E: 730.818,551) formando o lado SUL que estrema com o LOTE 20 DO LOTEAMENTO DELTAVILLE; do Vértice V298 segue por linha reta com distância de ,26 m até o Vértice V21 (UTM N: 6.958.079,972 e E:730.814,270) formando o lado SUL que estrema com TERRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, fechando a poligonal com área de 612,87 m².

Art. 2º - As áreas referidas no artigo anterior, I e II, destinam-se ao local de implantação de ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), cuja a destinação da dita área, visa o bem comum, quer seja Municipal ou até mesmo Regional podendo o Poder Público Municipal em função do caráter de urgência da desapropriação, requerer judicialmente a imissão provisória na posse dos bens, mediante depósito prévio de quantia obtida nos termos do art. 15, e seu parágrafo, do Decreto-Lei no. 3.365/41.

Art. 3º - Fica a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN autorizada a tomar as providências decorrentes das ações administrativas e judiciais para fazer valer a execução deste decreto, correndo às suas expensas todas as despesas decorrentes das presentes medidas que se fizerem necessárias para a aquisição das citadas áreas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigência na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 28 de junho de 2016.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

LEI COMPLEMENTAR Nº 102/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 102/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Altera a Lei Complementar nº 03, de 13 de Dezembro de 2007, criando o art. 54-A que dispõe sobre a criação do regime fixo de recolhimento do ISS para os serviços enquadrados no item 17.19 da Lista de Serviços optantes do Simples Nacional.

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Fica criado o artigo 54-A na Lei Complementar nº 03/2007, com a seguinte redação:

“Art. 54-A. Ficam os contribuintes enquadrados no item 17.19 da Lista de Serviços e desde que sejam optantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, enquadrados no Regime de Pagamento Fixo de ISS na forma que trata o artigo 18, § 22-A da Lei Complementar Federal nº 123/2006, os quais efetuarão o recolhimento do valor do ISS, tendo como base de cálculo, o faturamento acumulado no ano anterior e aplicado na tabela do Anexo IV da Lei Complementar nº 03/2007.”

§ 1º O imposto calculado na forma deste artigo deverá ser recolhido mensalmente até o dia 20 de cada mês.

§ 2º O regime previsto no caput deste artigo não se aplica ao MEI – Microempreendedor Individual.

§ 3º O contribuinte que não desejar optar pelo Regime de Pagamento Fixo de ISS, deverá solicitar o desenquadramento através de requerimento junto à Prefeitura até o dia 31 de janeiro de cada exercício ou em até 30 (trinta) dias após a concessão do alvará de funcionamento, no caso de empresas constituídas no exercício vigente; devendo recolher o ISS de forma homologada junto da Guia DAS.

§ 4º Os valores do ISS Fixo, que trata este artigo, serão corrigidos anualmente de acordo com o art. 350, enquanto as faixas de enquadramento somente serão corrigidas pelas alterações dos valores previstos no Anexo III da Lei Complementar nº 123/06.

Art. 2º. Fica a Lei Complementar nº 3, de 13 de Dezembro de 2007, acrescida do Anexo IV, referente à Faixa de ISS Fixo, esta Lei Complementar, conforme abaixo:

I – ANEXO IV

Receita bruta do ano anterior (R\$)	Valor fixo mensal (R\$)
Até 180.000,00	75,00
De 180.000,01 a 360.000,00	150,00
De 360.000,01 a 540.000,00	225,00
De 540.000,01 a 720.000,00	300,00
De 720.000,01 a 900.000,00	375,00
De 900.000,01 a 1.080.000,00	450,00
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	525,00
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	600,00
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	675,00
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	750,00
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	825,00
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	900,00
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	975,00
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	1.050,00
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	1.125,00
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	1.200,00
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	1.275,00
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	1.350,00

De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	1.425,00
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	1.500,00

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 29 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 102/2016, de 29/06/2016

Sancionada em 29/06/2016

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

LEI COMPLEMENTAR Nº 103/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 103/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE OBTENÇÃO DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO EM EDIFÍCIOS ANTERIORES AO ANO 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Fica dispensado da apresentação do Habite-se da Obra para obtenção de Alvará de Funcionamento, as construções, edificações ou obras que no Ano de 2014 se encontrem lançados no Cadastro Imobiliário, desde que obedidas as regras imputadas nesta Lei.

§ 1º - O Alvará de Funcionamento referido no caput deste artigo será expedido para atividades permitidas no zoneamento correspondente a instalação da empresa e obrigatoriamente de baixa complexibilidade, desde que, apresentem:

I – declaração do proprietário ou engenheiro atestando o bom estado da Construção, bem como condições mínimas de higiene, segurança e habilidade;

II – alvará do Corpo de Bombeiros, alvará da vigilância Sanitária, parecer Ambiental, bem como as demais documentações legalmente exigidas;

§ 2º - Não será expedido Alvará de Funcionamento de que trata o caput deste artigo para imóveis:

I – que estejam situados em área non aedificand, domínio público, áreas verdes ou de Preservação Permanente;

II – que tenham invadido logradouro ou imóvel público, ressalvadas as áreas públicas objeto de concessão, permissão, autorização de uso social;

III – que sejam objeto de ação judicial promovida pela Municipalidade de Biguaçu, objetivando a posse, o domínio ou descumprimentos de parâmetros urbanísticos.

§ 3º - Para obras inseridas em zona rural, a comprovação do lançamento no cadastro do IPTU, poderá ser suprida por declarações de confrontantes/vizinhos que a obra se encontrava construída no ano de 2014.

Art. 2º - Esta Lei não se aplica para estabelecimentos dos seguintes

tipos de uso:

I – Religioso, salão de Festas, clubes e similares.

Art. 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 29 de junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 103/2016, de 29/06/2016

Sancionada em 29/06/2016

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

LEI Nº 3662/2016

LEI Nº 3662/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL A CASAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 12, inciso I, § 1º, da Lei Orgânica do Município, pelo interesse público, alienar o bem imóvel, abaixo descrito, à CASAN:

· Área Institucional n.º 4, situado na Avenida Beira Rio, no Loteamento "CIDADE DELTAVILLE", nesta Cidade e Comarca de Biguaçu, com matrícula n.º 24.963, de 04 de agosto de 2011, com área total de 15.099,49 (quinze mil, noventa e nove vírgula quarenta e nove metros quadrados) do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, alienando área de 11.144,10m² (onze mil cento e quarenta e quatro vírgula dez metros quadrados).

Parágrafo Único: Fica desafetado o imóvel acima descrito objeto da matrícula 24.963.

Art. 2º - A alienação do bem imóvel autorizado por esta lei deverá se efetivar por dispensa de licitação, na forma estabelecida no art. 17, inciso, alínea "e", da Lei Federal n.º 8.666/93, como também na Lei Orgânica do Município, art. 12, inciso I, § 1º, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único: O valor da alienação que se refere esta lei deverá ser por valor igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões).

Art. 3º - A presente alienação obedecerá aos ditames da Lei Federal de Licitações e Contratos, a Lei Orgânica Municipal e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 29 de Junho de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Lei nº 3662 /2016, de 29/06/2016

Sancionada em 29/06/2016

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

LEI Nº 3663/2016

LEI Nº 3663/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONCEDER O USO DE BEM IMÓVEL ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DA ESTIVA DO INFERNINHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a ceder, mediante Termo de Cessão de Uso, por um período de até 20 (vinte) anos, renováveis por igual período, o bem imóvel localizado na Estrada Geral da Estiva do Inferninho, Estiva, Biguaçu, conhecido como ESCOLA ISOLADA, administrado pela Secretaria Municipal de Educação de Biguaçu.

Art. 2º. A presente concessão de uso será para utilização como sede administrativa, onde poderá realizar suas reuniões, cursos, palestras, eventos comemorativos e lazer.

Art. 3º. Fica a concessionária obrigada a conservar e preservar o imóvel descrito no artigo 1º, em boas condições, sem que haja nenhum custo ao Erário Público Municipal.

Art. 4º. Serão de responsabilidade da concessionária, as despesas de manutenção, taxas, emolumentos e tributos incidentes sobre o imóvel e suas benfeitorias descrito no Art. 1º, bem como a averbação do contrato no Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 5º. Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 29 de Junho de 2016.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei nº 3663 /2016, de 29/06/2016

Sancionada em 29/06/2016

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 1701/2016

PORTARIA nº 1701 de 24 de junho de 2016

Admitir Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GISLAINE TEREZINHA AMARAL NIENOV, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com regência de classe e jornada de 20 horas semanais, acrescidas de 02 aulas excedentes, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/06/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/06/2016.

Biguaçu, 24 de junho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1702/2016

PORTARIA nº 1702 de 24 de junho de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSILDA DE MELLO BORGES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL), sem regência de classe, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/06/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/06/2016.

Biguaçu, 24 de junho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1703/2016

PORTARIA nº 1703 de 24 de junho de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GISELE MARTINS DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (ENSINO INFANTIL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/05/2016 a 16/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/05/2016.

Biguaçu, 24 de junho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1704/2016

PORTARIA nº 1704 de 24 de junho de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CLEONICE SOMMER DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de

Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (ENSINO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/05/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/05/2016.

Biguaçu, 24 de junho de 2016.
THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1705/2016

PORTARIA nº 1705 de 24 de junho de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOSITA DA CRUZ SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 08/06/2016 a 25/10/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/06/2016.

Biguaçu, 24 de junho de 2016.
THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1706/2016

PORTARIA nº 1706 de 24 de junho de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA LUCIA LOPES PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/06/2016 a 21/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2016.

Biguaçu, 24 de junho de 2016.
THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1707/2016

PORTARIA nº 1707 de 24 de junho de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUIZ ANTONIO MACHADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/06/2016 a 05/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/06/2016.

Biguaçu, 24 de junho de 2016.
THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1708/2016

PORTARIA nº 1708 de 24 de junho de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CAMILA BIANCHINI DOS SANTOS MAIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/06/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/06/2016.

Biguaçu, 24 de junho de 2016.
THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1709/2016

PORTARIA nº 1709 de 24 de junho de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KARLA KRISTINA MARTINS

ESPINDOLA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/06/2016 a 01/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/06/2016.

Biguaçu, 24 de junho de 2016.
THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1710/2016

PORTARIA nº 1710 de 24 de junho de 2016
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) EDELTON LUIS SANTIN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/06/2016 a 25/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/06/2016.

Biguaçu, 24 de junho de 2016.
THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1711/2016

PORTARIA nº 1711 de 24 de junho de 2016
Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KAROLINE BUNN BORBA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO ESPECIALISTA II (GINECOLOGISTA), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 20/06/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/06/2016.

Biguaçu, 24 de junho de 2016.
THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1712/2016

PORTARIA nº 1712 de 11 de maio de 2016
Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Luiz Firmino Armindo, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Pesca, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Pesca e Maricultura, a contar de 01/06/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2016.

Biguaçu, 24 de junho de 2016.
THAYSA NUNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1713/2016

PORTARIA nº 1713 de 29 de junho de 2016.
AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;
CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;
CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;
CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizado a dirigir veículos da municipalidade os servidores:

ACLICI JOÃO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Atendimento ao Cidadão;
ADILSON MARCELINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Execução;
AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
ALINE TELLES DE MORAES, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador do Bolsa Família;
ALEXANDRE MARTINS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
ALEXSANDRA BATISTA JOÃO PORTELA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV;
ANESIO EGIDIO RICHARTZ, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Agricultura;
ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal da Fazenda;
ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Operacional;

ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Ambiental;
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
ANTONIO RAFAEL CORREA VALENÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Esportes;
BRUNO ANDERSON, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral;
CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
CARLOS HENRIQUE RECH, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Transito da Secretaria de Transportes;
CARLOS ZULMAR ALBINO, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Roçadeira Costal;
CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;
CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
CESAR MINA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
CHARLES CORREIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras Públicas;
CLAUDEMIR AIRES, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte;
CLAUDIA BREHM LUIZ, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador da Casa Lar;
CRISTIANO ALMEIDA DE SOUZA, ocupante do Cargo Temporário de Técnico em Topografia;
CRISTINA DE LARA PRAZERES BROERING, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Vigilância Social;
DAIANA COSTA DE SOUZA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;
DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;
DEISE REGIS DE MIRANDA KONS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Apoio à Educação;
DIEGO BUSATO PIMENTEL, ocupante do Cargo Temporário de Psicólogo;
DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
DOUGLAS FERNANDES DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Pesca e Maricultura;
EDERSON LUIZ SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Administrativo;
EDSON FARIA DE ANDRADE, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico do Ensino Fundamental;
EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;
EDUARDO LOPES JONKER, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
ELISIANE APARECIDA FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente do Centro de Convivência de Idosos;
ELOISA AMARAL DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Professor III;
EMERSON EVERALDO SOARES, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Patrimônio;
EMERSON JOSE PETRI, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor de Gabinete;
FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);
FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;
FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III (Jardineiro);

FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;
FRANCISCO DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III (Jardineiro);
FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
GIOVANI RAFAEL GASPARETTO, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
GLEYSON NERES FURTADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
GUSTAVO FELIPE BORBA AMORIM, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Convênios;
HAMILTON REIS, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Trator Agrícola;
HYGOR MACHADO, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;
JAQUELINE SANTOS DE AVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
JOAO DJALMA DE CARVALHO FRANÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente do Núcleo de Transportes;
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceiteiro;
JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
JORGE LUIZ COUTINHO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
JUCÉLIA SONIA GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Abrigo Institucional;
KLEBER GENTIL KUHN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Orçamentos e Projetos;
LAUDEMIR CLOVIS PASTORELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar;
LAURO LUIZ DE CAMPOS, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente de Ensino Fundamental;
LEANDRO ROGERIO PIRES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Exatoria;
LEDIO GERHARDT, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Orçamento Participativo;
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde;
LIDIANE PERGHER MACHADO RABELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Transporte Escolar;
LUIZ AUGUSTO VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Eletricista;
LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;
LUIZ GONZAGA DE AQUINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Planejamento Urbano;
LUIZ JOSÉ MARTINS JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
MANOEL AIRTON PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;
MARCELO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Temporário de Professor II;
MÁRCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professora;
MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de

Auxiliar de Saúde II;
MARLENE DE OLIVEIRA ÁVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário I;
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
NELSON CESAR OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal da Pesca e Maricultura;
NILO VANDO SCHMITZ, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Trator Agrícola;
ORILDO NELSON LAURENTINO JUNIOR, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Operações Internas;
OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do Cargo Temporário de Calceiteiro;
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do cargo não provido de Operador de Trator Agrícola;
OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
OSNI GILBERTO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
PAOLA REIS PACHECO, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
PAULO RODRIGO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Obras;
PEDRO JOÃO DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Calceiteiro;
PEDRO JOAQUIM CARDOSO, ocupante do Cargo de Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;
PERI CESCONETTO WARTTMANN, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico;
PETERSON SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;
RAMON DUARTE, ocupante do Cargo Temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);
REGINALDO FOGAÇA ALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Integração Regional;
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal,

ROBERVAL REIS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
ROGÉRIO GARCIA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Agropecuária;
RONEI JOSÉ DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Trator Agrícola;
ROSINEI JOSE CUNHA, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Trator Agrícola;
SAUL FREITAS DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão da Vigilância em Saúde;
SAUL DE MELO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Transporte;
SEDIEL FLORES, ocupante do Cargo Temporário de Pintor;
SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;
SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo efetivo de Operário Braçal;
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Administração Regional de Santa Catarina;
VERONICA BARBARA BERNZ, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Abrigo Institucional;
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
WANDERLEY DELLA GUSTINA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;
ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da municipalidade e em situações consideradas especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e a Portaria nº 1441/2016.

Biguaçu, 29 de junho de 2016.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2013 CONVOCAÇÃO

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU, utilizando-se das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 24, item III, letra "a" do Regimento Interno da Câmara e art. 54, item VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital 001/2013, da C.M.B., para comparecer na Câmara de Vereadores de Biguaçu, situada na Rua Hermógenes Prazeres nº 79, Ed. Coml. Nagib Garcia, 1º andar, centro de Biguaçu, neste Estado, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munida da Carteira de Identidade e do CPF (originais), a fim de darem início ao processo de sua admissão.
O COMPARECIMENTO PESSOAL DA CANDIDATA ABAIXO RELACIONADA É INDISPENSÁVEL, RESTANDO ENTENDIDO QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO ESTABELECIDO ENSEJARÁ A DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.
Após aprovação do referido exame pré-admissional, a candidata será nomeada e tomará posse no exercício do respectivo cargo.

Biguaçu, 29 de junho de 2016.
Vilson Norberto Alves
Presidente

Cargo 3023 – Copeira - Fernanda Coelho Nunes

EXTRATO DOS CONTRATOS N. 24/2016, 25/2016, 27/2016 E 28/2016**EXTRATO DOS CONTRATOS**

Convite nº004/2016

Contrato nº24/2016

Objeto: aquisição de materiais permanentes e de informática para atender a demanda da Câmara de Vereadores de Biguaçu.

Contratante: Câmara de Vereadores de Biguaçu (CNPJ n. 73.564.064/0001-99).

Contratado: Gisiane Matilde Vieira ME (CNPJ n. 10.790.021/0001-01).

Valor global do contrato: R\$ 16.722,50 (dezesseis mil, setecentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos).

Data da assinatura do contrato: 16/06/2016.

Vigência: da assinatura do contrato pelas partes até o dia 31/12/2016.

Convite nº004/2016

Contrato nº 25/2016

Objeto: aquisição de materiais permanentes e de informática para atender a demanda da Câmara de Vereadores de Biguaçu.

Contratante: Câmara de Vereadores de Biguaçu (CNPJ n. 73.564.064/0001-99).

Contratado: Harley de Aguiar Junior Eireli - EPP (CNPJ n. 06.635.187/0001-86).

Valor global do contrato: R\$ 35.017,50 (trinta e cinco mil, dezessete reais e cinquenta centavos).

Data da assinatura do contrato: 17/06/2016.

Vigência: da assinatura do contrato pelas partes até o dia 31/12/2016.

Convite nº004/2016

Contrato nº 27/2016

Objeto: aquisição de materiais permanentes e de informática para atender a demanda da Câmara de Vereadores de Biguaçu.

Contratante: Câmara de Vereadores de Biguaçu (CNPJ n. 73.564.064/0001-99).

Contratado: Scheylla de Mendonça - ME (CNPJ n. 15.049.999/0001-30).

Valor global do contrato: R\$ 1.407,70 (mil, quatrocentos e sete reais e setenta centavos).

Data da assinatura do contrato: 21/06/2016.

Vigência: da assinatura do contrato pelas partes até o dia 31/12/2016.

Convite nº004/2016

Contrato nº 28/2016

Objeto: aquisição de materiais permanentes e de informática para atender a demanda da Câmara de Vereadores de Biguaçu.

Contratante: Câmara de Vereadores de Biguaçu (CNPJ n. 73.564.064/0001-99).

Contratado: Maria Helena Comercio de Moveis Eireli - ME (CNPJ n. 80.121.858/0001-43).

Valor global do contrato: R\$ 1.070,00 (mil e setenta reais).

Data da assinatura do contrato: 21/06/2016.

Vigência: da assinatura do contrato pelas partes até o dia 31/12/2016.

Biguaçu/SC, 29 de junho de 2016.

Vilson Norberto Alves Presidente

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.969/2016

DECRETO Nº 10.969, DE 17 DE MAIO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no valor de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

33 – SERV. AUT. MUN. TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

3303 – Diretoria de Transito

Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manut. Ativ. Transito

Modalidade 4.4.90 (34) Aplicações Diretas R\$ 225.000,00

Fonte de Recursos 0212.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

33 – SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

3303 – Diretoria de Transito

Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manut. Ativ. Transito

Modalidade 3.3.90 (30) Aplicações Diretas R\$ 225.000,00

Fonte de Recursos 0212.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de maio de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.976/2016

DECRETO Nº 10.976, DE 24 DE MAIO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

33 – SERVIÇO AUT. MUN. TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

3304 – Diretoria de Transporte

Atividade 33.04.26.453.0005.2216 - Manut. Ativ. Transporte

Modalidade 3.3.90 (40) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

33 – SERVIÇO AUT. MUN. TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

3304 – Diretoria de Transporte

Atividade 33.04.26.453.0005.2216 – Manut. Ativ. Transporte

Modalidade 3.1.90 (37) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de maio de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.985/2016

DECRETO Nº 10.985, DE 09 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

33 – SERVIÇOS AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

3304 – Diretoria de Transportes

Atividade 33.04.26.453.0005.2216 – Manut. Ativ. Transporte

Modalidade 3.3.90 (55) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0300.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de junho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.995/2016

DECRETO Nº 10.995, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

ACRESCENTA INCISO AO ARTIGO 5º DO DECRETO Nº 10.040, DE 15 DE JULHO DE 2013, QUE "DISPÕE SOBRE O FÓRUM MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – FMSP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "e" do inciso I do art. 75 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Acrescenta o inciso XL ao artigo 5º do Decreto nº 10.040, de 15 de julho de 2013, conforme segue:

Art. 5º [...]

[...]

XL – Sociedade Maçônica Regional – SOMAR.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de junho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.998/2016

DECRETO N. 10.998, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

PRORROGA O MANDATO DOS ATUAIS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL – CMPC (BIÊNIO 2014/2016).

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, V e VII, e na forma do art. 75, I, "o", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, tomada na reunião ordinária de 25 de fevereiro de 2016, no sentido de prorrogar o mandato de seus atuais membros por 4 (seis) meses;

CONSIDERANDO que o mandato dos atuais Conselheiros encerrou-se em 8 de maio de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o mandato dos atuais membros do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC (biênio 2014/2016), em caráter excepcional, até 8 de setembro de 2016.

Parágrafo único. Ficam convalidados os atos dos membros do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC (biênio 2014/2016), com mandato prorrogado por força do caput deste artigo, praticados no exercício da função anteriormente à edição deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de junho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.999/2016

DECRETO N. 10.999, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

SUBSTITUI O ANEXO I DO DECRETO N. 9853, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, V e VII, e na forma do art. 75, I, "n", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

CONSIDERANDO o disposto nas Leis Complementares n. 615, de 15 de dezembro de 2016 – que "dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Blumenau" –, e n. 751, de 23 de março de 2010, que "dispõe sobre o Código de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo no Município de Blumenau e dá outras providências";

CONSIDERANDO os termos do Ofício /JDCO/FAEMA n. 9, de 8 de junho próximo passado,

DECRETA:

Art. 1º O Anexo I do Decreto n. 9853, de 19 de novembro de 2012 (Mapa de Restrições ao Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo), fica substituído pelo anexo de igual número e denominação que acompanha este Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de junho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

O Anexo está disponível no site <http://www.leismunicipais.com.br>

PORTARIA Nº 19.825/2016

PORTARIA Nº 19.825, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOREM O GRUPO PERMANENTE DE ORGANIZAÇÃO E APOIO AO FÓRUM MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - FMSP.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e o art. 5º do Decreto nº 10.040, de 15 de julho de 2013 e alterações posteriores, que institui o Fórum Municipal de Segurança Pública - FMSP, e de conformidade com o Memorando SEDECI nº 113/2016, de 20 de junho de 2016, Resolve:

DESIGNAR membros para comporem, juntamente com os demais, o Grupo Permanente de Organização e Apoio ao Fórum Municipal de Segurança Pública – FMSP, instituído pelo Decreto nº 10.040, de 15/07/2013 e alterações posteriores:

PATRICIA LUEDERS e SILVIOIRÃ DOS SANTOS, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, em substituição a HELENICE GLORINHA MACHADO LUCHETTA e ELSON CAMPOS FERREIRA, nomeadas pelas Portarias nº 17.116, de 15/07/2013 e nº 19.617, de 14/04/2016;

NILTON ANTONIO SPENGLER e WIEGAND LINK, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, em substituição a MARCELO ALTHOFF e WALNER SEBASTIÃO BERNARDES FILHO, nomeados pelas Portarias nº 18.819, de 02/06/2015 e nº 17.905, de 17/06/2014;

TARCISIO DOS SANTOS e JAILSON ROGÉRIO CANDIDO, representantes titular e suplente, respectivamente, do Serviço Autônomo

Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, em substituição a CÉSAR LUIZ DALRI e DARLEI SCOTTINI, nomeados pelas Portarias nº 19.320, de 10/12/2015 e nº 19.617, de 14/04/2016;

LUIZ REBELLATO e HONÓRIO NICHELATTI, representantes titular e suplente, respectivamente, da Sociedade Maçônica Regional – SOMAR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.826/2016

PORTARIA Nº 19.826, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR O GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – GGI-M, VINCULADO AO GABINETE DO PREFEITO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, “g” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e o art. 6º do Decreto nº 10.043, de 23 de julho de 2013, que institui o GGI-M, e atendendo à solicitação contida no Memorando nº 113/2016 – SEDECI, de 20/06/2016, Resolve:

DESIGNAR para comporem o Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública – GGI-M, juntamente com os demais membros:

NILTON ANTONIO SPENGLER e WIEGAND LINK, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, em substituição a MARCELO ALTHOFF e WALNER SEBASTIÃO BERNARDES FILHO, nomeados pelas Portarias nº 18.812, de 29/05/2015 e nº 17.982, de 22/07/2014;

PATRICIA LUEDERS e ROZIMEIRE MARIA MACEDO, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, em substituição a HELENICE GLORINHA MACHADO LUCHETTA e PATRICIA LUEDERS, nomeadas pelas Portarias nº 17.155, de 23/07/2013 e nº 17.193, de 05/08/2013;

TARCISIO DOS SANTOS, representante suplente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, em substituição a CÉSAR LUIZ DALRI, nomeado pela Portaria nº 19.318, de 10/12/2015;

ROBERTA DA SILVA FERREIRA, representante titular da Política Rodoviária Federal - PRF, em substituição a SÉRGIO RAFAEL MELATI, nomeado pela Portaria nº 17.155, de 23/07/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.829/2016

PORTARIA Nº 19.829, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – CMMA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “g”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o §1º, do art. 3º da Lei Complementar nº 785, de 15 de dezembro de 2010, e Ofício FAEMA/CMMA n. 003/2016, de 15/06/2016, Resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, para compor o Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 785, de 15 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 9.376, de 19 de abril de 2011, juntamente com os demais membros:

MÔNICA ANDRADE DE MORAES VIEIRA, representante titular da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, em substituição a TAUANA PATRICIA BONSENHOR, nomeada pela Portaria nº 19.499, de 14 de março de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.930/2016

PORTARIA Nº 19.930, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE BLUMENAU – COMSEA – BL, PARA O BIÊNIO 2016/2018.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, inciso II, alínea “g” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com suporte na Lei Complementar nº 858, de 25 de maio de 2012 e alterações posteriores, e de conformidade com o Memorando SEMUDES nº 90/2016, de 22/06/2016, Resolve:

NOMEAR,

sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 858, de 25 de maio de 2012 e alterações posteriores, e no Decreto nº 9.761, de 17 de julho de 2012, para comporem o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Blumenau - COMSEA – BL, para o biênio 2016/2018, a contar de 05 de julho de 2016:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

MÁRCIA MARIA KAYSER e EVANI OTÍLIA PEIXE, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES;

JULIANE HINSCHING e JANAINA BURGONNOVO, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Educação - SEMED;

ROSANA PFEILSTICKER PEREIRA BENVENUTTI e ADRIANA STOLLMAYER, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS;

MARTHA VARGAS SANT’ANNA VIDOR e KARLA ANDRÉIA DREWS, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC;

MARIA LETÍCIA STEILEIN LIVI e LAÍS SILVA SANTOS, representantes titular e suplente, respectivamente, da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN;

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:

ODETE DA SILVA e IVONE GNEWUCH, representantes titular e suplente, respectivamente, da União Blumenauense das Associações de Moradores - UNIBLAM;

MARIZA FARIAS HOEPPERS e CARLA LAEMMLE CAMPOS, representantes titular e suplente, respectivamente, da Associação Internacional de Lions Clubes - Blumenau - Garcia;

BRUNO RICARDO TIERLING e PAULO ROSSY CRUZ REGO, representantes titular e suplente, respectivamente, da Associação das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais de Blumenau - AMPE;

POLLYANNA FLÁVIA MANETTI, representante titular da Associação Empresarial de Blumenau - ACIB;

MARIA APARECIDA TEODORO e ALIOS MANTAL, representantes titular e Suplente, respectivamente, do Conselho Gestor da Cozinha Comunitária do Bairro Itoupavazinha;

JÚLIA SERPA LOPES e ORLANDO MATTOS JÚNIOR, representantes titular e suplente, respectivamente, da Associação Assistencial Lar Betânia;

LUCIMAR DE SOUZA LAURENTINO DA ROSA e VALDIR REIS, representantes titular e suplente, respectivamente, da Cáritas Diocesana de Blumenau;

CAROLINE TRIERWEILER e THAYS WAYNE GONÇALVES, representantes titular e suplente, respectivamente, do Serviço Social do Comércio - SESC;

JERRY SCHIMITZ, representante titular do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina – COREN;

WIGOLD JANZ e CELESTINO JOSÉ ZIENER, representantes titular e suplente, respectivamente, da Associação Blumenauense de Apicultores – BLUMEN APIS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.832/2016

PORTARIA Nº 19.832, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPORER A JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS - JURAD, DO PROCON.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 11, da Lei Complementar nº 721, de 21 de agosto de 2009, e conforme solicitação contida no Memorando nº 17/2016, de 24/06/2016, subscrito pelo Coordenador Geral do Procon, Resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 721, de 21 de agosto de 2009, os membros abaixo relacionados, para comporem, juntamente com os demais, a Junta de Recursos Administrativos – JURAD, do Procon, a contar de 06 de junho de 2016:

RODRIGO EDUARDO ESTEVÃO e SILVIO ROBERTO SCHMIDT, representantes titular e suplente, respectivamente, do PROCON, em substituição a ALEXANDRE PEREIRA CAMINHA e ANDRÉA DE SOUZA, nomeados pela Portaria nº 18.626, de 07 de abril de 2015;

FELIPE BARBIERI e HÉLIO ROBERTO RONCAGLIO, representantes titular e suplente, respectivamente, da Câmara de Dirigentes Lojistas de Blumenau - CDL, em substituição a GABRIEL STRAZAS HENKIN e FELIPE BARBIERI, nomeados pela Portaria nº 18.626, de 07 de abril de 2015;

PEDRO IVO KLUG e MARCIO SERGIO SALVADOR RODRIGUES, representantes titular e suplente, respectivamente, do Sindicato do Comércio Varejista de Blumenau – SINDILOJAS, em substituição a MARCIO SÉRGIO SALVADOR RODRIGUES e EMILIO ROSSMARK SCHRAMM, nomeados pela Portaria nº 18.626, de 07 de abril de 2015;

OLIMPIO MORITZ e LEOMIR ANTONIO MINOZZO, representantes titular e suplente, respectivamente, da Associação Empresarial de Blumenau - ACIB, em substituição a ADÉLCIO SALVALÁGIO e LEOMIR ANTONIO MINOZZO, nomeados pela Portaria nº 18.626, de 07 de abril de 2015;

RODRIGO JOSÉ SILVEIRA e ALEXANDRE LUIS MARQUES, representantes titular e suplente, respectivamente, do Poder Executivo, em substituição a JÚLIO AUGUSTO SOUZA FILHO e RODRIGO JOSÉ SILVEIRA, nomeados pela Portaria nº 18.626, de 07 de abril de 2015;

RONALDO FERREIRA GONÇALVES, representante suplente da União Blumenauense das Associações de Moradores - UNIBLAM, em substituição a ARLON TONOLLI, nomeado pela Portaria nº 18.626, de 07 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.833/2016

PORTARIA Nº 19.833, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao Memorando nº 099/2016, de 24/06/2016, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, Resolve:

NOMEAR, com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, os seguintes candidatos, a contar de 30 de junho de 2016:

ILMA MARIA DA COSTA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

RAINAN REGIS GUERREIRO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

DAIANA CRISTINA GRAMM, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

PRISCILLA BRITTO DA GUIA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

MARIA CAROLINA HANK, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

ARYANA LINGNER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

PATRICIA JAGELSKI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

CLEITON OECHSLER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

ROMULO SCABURRI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

THIAGO COPPI DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

MARCIA REGINA DE CARVALHO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.834/2016

PORTARIA Nº 19.834, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao Memorando nº 094/2016, de 24/06/2016, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, Resolve:

NOMEAR, com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, os seguintes candidatos, a contar de 24 de junho de 2016:

SILVANA CARDOSO WICHINHESKI, para ocupar o cargo de

provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

DAVIDSON MARCOS SANTOS DA ROSA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

IOLANDA MARIA CORREA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

GABRIELA JOHANN ARGENTON, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

LUCI MARIA DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

JULIANA DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

BRUNA CAROLINE MAYER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

ELENIR IZABEL ULLER VANELLI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

EDICLEIA MORAIS DA SILVA PRUCHE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014;

ANA PAULA RAUTT, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014;

ROMY SCHNEIDER SCHWAMBACH, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº

003/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.835/2016

PORTARIA Nº 19.835, DE 27 DE JUNHO DE 2016.
NOMEIA CANDIDATAS APROVADAS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao Memorando nº 100/2016, de 24/06/2016, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, Resolve:
NOMEAR, com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, as seguintes candidatas, a contar de 30 de junho de 2016:

SANDRA ELISABETH MELATO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Analista de Políticas Públicas, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

LUZIANA MARY SCHMITT, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Analista de Políticas Públicas, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.836/2016

PORTARIA Nº 19.836, DE 27 DE JUNHO DE 2016.
AUTORIZA O AFASTAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JORGE NEVES MELIM PARA CANDIDATAR-SE A MANDATO ELETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e com fundamento nos arts. 21, 22, II e o § 2º do art. 154, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990, e de acordo com a Lei Complementar n. 1.059, de 23/06/2016, Resolve:
AUTORIZAR

o afastamento, a contar de 02 de julho de 2016, do servidor público municipal JORGE NEVES MELIM, matrículas nºs 216186 e 222348, ocupante dos cargos de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem e Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para candidatar-se a mandato eletivo de Vereador, nas eleições previstas para o dia 02 de outubro de 2016, sem prejuízo do respectivo vencimento, de acordo com o Processo Administrativo nº 2016/06/5699.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.837/2016

PORTARIA Nº 19.837, DE 27 DE JUNHO DE 2016.
AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELISABETH MARIA BRANCO PARA CANDIDATAR-SE A MANDATO ELETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e com fundamento nos arts. 21, 22, II e o § 2º do art. 154, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990, e de acordo com a Lei Complementar n. 1.059, de 23/06/2016, Resolve:
AUTORIZAR

o afastamento, a contar de 02 de julho de 2016, da servidora pública municipal ELISABETH MARIA BRANCO, matrícula nº 192996, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, para candidatar-se a mandato eletivo de Vereador, nas eleições previstas para o dia 02 de outubro de 2016, sem prejuízo do respectivo vencimento, de acordo com o Processo Administrativo nº 2016/06/5720.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de junho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 021/2013

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 21/2013
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU (FCB)
E A SOCIEDADE DE AMIGOS DA BANDA MUNICIPAL DE BLUMENAU

Objeto: Cooperação técnica/financeira entre os convenientes para a operacionalização na difusão da cultura musical popular e clássica.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.
PRAZO DO CONVÊNIO: 01 de julho de 2016 até 30 de junho de 2017.

VALOR DO CONVÊNIO: Renova-se o valor para R\$ 29.237,00 (vinte e nove mil, duzentos e trinta e sete reais) mensais, exceto os meses de setembro de 2016 e abril de 2017 em que os valores serão de R\$ 30.537,00 (trinta mil, quinhentos e trinta e sete reais), referente as despesas relacionadas a manutenção dos instrumentos musicais, incluído reajuste no valor dos serviços de contabilidade, totalizando o valor de R\$ 353.444,00 (trezentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais).

DATA: 27 de junho de 2016.

RESOLUÇÃO CMAS Nº 037/2016

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 37/2016
APROVA O PLANO DE AÇÃO PARA O CO-FINANCIAMENTO DE RECURSOS FEDERAIS, DESTINADOS AOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU PARA O EXERCÍCIO 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 10.598 de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária realizada em 29 de junho de 2016,

CONSIDERANDO:

- o Decreto nº. 5.517, de 17 de abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social;
- a Portaria nº. 440, de 23 de agosto de 2005, que regulamenta os Pisos da Proteção Social Especial estabelecidos pela Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, sua composição e as ações que financiam;
- a Portaria MDS nº. 442, de 26 de agosto de 2005, que regulamenta os Pisos de Proteção Básica estabelecidos pela Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, sua composição e as ações que financiam e suas alterações;
- a Portaria nº. 222, de 30 de junho de 2008, que dispõe sobre o co-financiamento Federal do Piso Fixo de Média Complexidade para a implantação de Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e implementação do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, no âmbito da Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social;
- a Portaria MDS nº. 431, de 03 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a expansão e alteração do co-financiamento Federal dos serviços de Proteção Social Especial, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, quanto ao cofinanciamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI;
- a Portaria MDS nº. 434, de 04 de dezembro de 2008, que estabelece critérios e procedimentos relativos à transferência de recursos financeiros, para aplicação de questionário do âmbito do Programa de Acompanhamento e Monitoramento de acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada – Programa BPC na Escola;
- a Portaria nº. 96, de 26 de março de 2009, que dispõe sobre a forma de repasse dos recursos do co-financiamento federal dos serviços socioassistenciais a Estados, Distrito Federal e Municípios e sua prestação de contas, por meio do SUASWEB, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- a Portaria nº. 404, de 03 de dezembro de 2009, que altera a Portaria nº. 288, de 2 de setembro de 2009, que dispõe sobre a oferta de Serviços de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social com os recursos originários do Piso Básico de Transição e estabelece o co-financiamento dos Serviços de Proteção Básica para idosos e/ou crianças de até seis anos e suas famílias, por meio do Piso Básico Variável, e dá outras providências;
- a Portaria nº. 303, de 8 de novembro de 2011, que estabelece o co-financiamento dos Serviço de proteção Básica e Ações executadas por equipe volante do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, por meio do Piso Básico Variável;
- a Portaria nº. 134, de 28 de novembro de 2013 que dispõe sobre o cofinanciamento federal do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, por meio do Piso Básico Variável - PBV, e dá outras providências;
- a Portaria nº. 843 de 28 de dezembro de 2010 alterada pela Portaria nº 139/2012 que dispõe sobre o cofinanciamento federal do Piso Fixo de Média Complexidade para apoio a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social;
- a Resolução CMAS nº. 33/13 que aprova o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS do município de Blumenau/SC para o quadriênio 2014-2017;

- o parecer favorável das Comissões Permanentes de Financiamento e Políticas de Assistência Social ao Plano de Ação/2016 para co-financiamento de Recursos Federais, destinados aos Serviços Socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social do Município de Blumenau, para o exercício de 2016, conforme consta no Relatório de Reunião Intercomissões CPPAS e CPFAS nº. 03/2015, de 15 de junho de 2015;

- a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, ao parecer das Comissões de Financiamento e Políticas de Assistência Social, em Plenária Ordinária datada de 29 de junho de 2016, conforme consta na Ata CMAS nº. 08/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação para o co-financiamento de Recursos Federais, destinados aos Serviços Socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social do Município de Blumenau, para o exercício de 2016;

Parágrafo único: a aprovação do Conselho refere-se às informações dos dados cadastrais, previsão de atendimento físico, financeiro e resumo executivo descritos na planilha do Plano de Ação para cofinanciamento do Governo Federal destinados ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 29 de junho de 2016.

Eleonice Kopsch Brehmer

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2214/16 - SAMAE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 06-2214/2016

Objeto: Aquisição de bombas submersíveis, motores elétricos e inversores de frequência para aplicação nas ETA's - SAMAE

Empresa(s):

DANFOSS DO BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA

CNPJ:62.158.480/0001-70

Valor total R\$ 76.380,00

NEMA ELETROTECNICA LTDA

CNPJ:80.756.893/0001-39

Valor total R\$ 139.600,00

SANEAUT DO BRASIL LTDA EPP

CNPJ:05.432.738/0001-41

Valor total R\$ 85.000,00

SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ:80.706.492/0001-74

Valor total R\$ 1.355,60

SULZER PUMPS WASTEWATER BRASIL LTDA

CNPJ:77.153.260/0001-21

Valor total R\$ 109.300,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 29 de Junho de 2016.

Valdair José Matias

Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL**RES 471**

RESOLUÇÃO Nº 471

ALTERA A REDAÇÃO DO ANEXO I DA RESOLUÇÃO Nº 423, DE 16 DE MAIO DE 2013.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, inciso VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica alterada, no Anexo I, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, a carga horária do cargo de Motorista Parlamentar, para 30 (trinta) horas semanais, passando a vigorar com a seguinte redação:

Nome do Cargo	Requisitos para provimento	Carga horária	Referência inicial de vencimento	Quantidade
...				
Motorista Parlamentar	Aprovação em concurso público; Curso de nível fundamental completo; Carteira Nacional de Habilitação na categoria D	30 horas semanais	36	06
...				

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 28 DE JUNHO DE 2016.

Mário Hildebrandt
Presidente

Marcos da Rosa
Vice-Presidente

Célio Dias
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky
2º Secretário

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº. 92/2016

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 92/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA ME.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 1199/2016.

Objeto: Reforma em Praça Municipal Osvaldo Sehnem com colocação de passeio publico em paver com área total de 1.747,40 m² e grama em leiva com área total de 6.271,22 m² no Município de Bom Jesus do Oeste.

Valor: R\$ 228.327,68 (Duzentos e vinte e oito mil trezentos e vinte e sete reais e sessenta e oito centavos).

Vigência: 28 de Junho de 2016 a 30 de Novembro de 2016.

Assinatura: 28 de Junho de 2016.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4903/2016

DECRETO Nº 4903/16 DE 27 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs 987/15 de 28.10.2015 (LDO) e 988/15 de 28.10.2015 (LOA) e a Lei Federal nº 4.320/64:

DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar no projeto abaixo, elemento respectivo, dentro da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, no valor de R\$ 62.000,00 (Sessenta e dois mil reais).

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes.

Proj/Ativ.: 2781200191.013 – Apoio a Construção e Reforma Estrutura de Centros Esportivos.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas. (1688).

Valor R\$ 29.500,00 (Vinte e nove mil e quinhentos reais).

Fonte de Recursos: 02.89 – Alienação de Bens.

Órgão: 08 – Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545200302.031 – Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Urbanos.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas. (1689).

Valor R\$ 32.500,00 (Trinta e dois mil e quinhentos reais).

Fonte de Recursos: 02.89 – Alienação de Bens.

Art. 2º Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte 0289 – Alienação de Bens.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, aos 27 de junho de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4904/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº. 4904/2016 de 28 de Junho de 2016.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº. 01199/2016, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4641/15 de 05 de Janeiro de 2.015, sob o Processo de Licitação nº 01199/2016, que tem por objeto Execução de reforma em Praça Municipal conforme projetos da obra memorial descritivo e cronograma físico financeiro.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação:

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Marteplan Terraplanagens & Serviços Ltda ME	Execução de reforma em Praça Municipal Osvaldo Sehnem com colocação de passeio publico em paver com área de 1.747,40 m² e grama em leiva com área total de 6.271,22 m²	1,00	228.327,68

Duzentos e vinte e oito mil trezentos e vinte e sete reais e sessenta e oito centavos	228.327,68
---	------------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 28/06/16.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

2315.16 - LEI REMUNERAÇÃO VEREADORES

LEI Nº. 2315/16 DE 29.06.2016

DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES, PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA A LEGISLATURA 2017/2020 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC;
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º A remuneração dos Vereadores, do Prefeito, do Vice- Prefeito e dos Secretários Municipais de Bom Retiro, será fixada nos termos desta Lei.

Art. 2º Os Vereadores receberão, em parcela única, um subsídio mensal no valor de R\$ 3.000,00 (três reais).

Parágrafo único. A ausência do vereador, sem justificativa em cada sessão, reduzirá seu subsídio em valor proporcional ao número total de sessões plenárias ordinárias realizadas no mês.

Art. 3º O Presidente da Câmara receberá, em parcela única, um subsídio mensal no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Parágrafo único. O vereador que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausências do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento do subsídio do Presidente da Câmara, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 4º O subsídio mensal dos vereadores será pago normalmente durante os recessos parlamentares, independentemente de convocação de sessão legislativa extraordinária.

Art. 5º O subsídio mensal dos vereadores terá sua expressão monetária revisada anualmente quando da revisão geral da remuneração dos servidores do município, considerados os mesmos índices e datas a partir do exercício de 2017.

Parágrafo único. É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos vereadores a observância dos limites impostos na forma da lei.

Art. 6º O Prefeito Municipal receberá um subsídio mensal, em parcela única, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 7º O Vice-Prefeito receberá um subsídio mensal, em parcela única, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco reais).

Art. 8º Os Secretários Municipais receberão um subsídio mensal, em parcela única, no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Art. 9º Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais terão suas expressões monetárias revisadas anualmente, considerados os mesmos índices e datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município, a partir do exercício de 2017.

Art. 10. O Vice-Prefeito que, na forma legal, assumir a chefia do Executivo Municipal, nos impedimentos ou ausências do Prefeito, fará jus ao recebimento do subsídio, previsto no artigo 6º desta

Lei, proporcionalmente ao prazo de substituição pelas dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 11. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de janeiro de 2017.

Bom Retiro em 29 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

59.16 - L. ALTERA ESTATUTO

LEI COMPLEMENTAR Nº 59/16 de 29.06.16

INCLUI PARÁGRAFO SEGUNDO AO ARTIGO 57 DA LEI COMPLEMENTAR 01/2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Fica incluído Parágrafo Segundo ao Art. 57 da Lei N.º 01/2003 (REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE BOM RETIRO), com a seguinte redação:

Art. 57. ...

Parágrafo Primeiro. ...

Parágrafo Segundo. A gratificação prevista neste artigo, incorporar-se-á a remuneração do servidor na proporção de 1/5 por ano de exercício da função de direção, chefia, assessoramento ou controle interno, a partir do 6º (sexto) ano até o limite de 5/5."

Art. 2º. As despesas com a presente Lei correrão à conta do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Retiro em 29 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

628.06.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANA P. CHINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 628/16 de 28.06.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 28 de junho de 2016, a funcionária Ana Paula Chini, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I – Nível 6, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
28 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

629.06.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA N. B. SCHLEMPER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 629/16 de 28.06.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 28 de junho de 2016, a funcionária Maria Neusa Branco Schlemper, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
28 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

630.06.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARCIA R. CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 630/16 de 28.06.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 30 (trinta) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 22 de junho com término no dia 21 de julho de 2016, a funcionária Márcia Regina da Cruz, ocupante do cargo de Servente – Padrão I – Nível 1 – do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
28 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

631.06.16 - P. LIC. MOT. P. FAM. JANIA CASTANHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 631/16 de 28.06.16

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 23 de junho de 2016, a funcionária Jânia Castanheiro, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
28 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

632.06.16 - P. LIC. LUTO ANGELITA AP. BORGES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 632/16 de 28.06.16

Concede Licença Motivo Luto

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 94 Inciso III da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o requerimento protocolado sob Nº 45/16 de 16 de maio de 2016 – 08 (oito) dias de Licença de Luto por falecimento sua irmã Sirlei Rossini Nunes, a contar do dia 18 de junho de 2016 com término no dia 25 de junho de 2016 a funcionária Angelita Aparecida Borges, Ocupante do cargo de Professora - Padrão I – Nível 22, 30 horas, do quadro de Pessoal Efetivo do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Municipal Patrícia Deucher.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
28 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

633.06.16 - P.LIC. MOT. P. FAM. MARCELE AP. B. LAATSCH

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 633/16 de 28.06.16

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, a contar do dia 22 de junho com término 24 de junho de 2016, a funcionária Marcelle Aparecida Becker Laatsch, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
28 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

634.06.16 - P. FÉRIAS EMILIO SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 634/16 de 28.06.16

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) ao funcionário Emilio da Silva, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar do dia 28 de junho com término no dia 27 de julho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
28 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

635.06.16 - P. NOM. JOSIANE D. DERNER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 635/16 de 28.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

Resolve:

Nomear por concurso Josiane Donina Derner, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 1º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Médico Veterinário - Padrão I – Nível – 10 – 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a contar do dia 28 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
28 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

EXTRATO CONTRATO 133/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato Nº 133/2016 Ata de Registro de Preços nº 01/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Alceu Osvaldo Sebold EPP

Objeto: Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABC FARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, que são prescritos pelos profissionais da saúde do Município de Bom Retiro, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde.

Valor Total Medicamento Ético: R\$ 5.932,28 (cinco mil novecentos e trinta e dois reais e vinte e oito centavos).

Bom Retiro, 28 de junho 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

MINUTA TA CONTRATO 79/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 79/2016 FMAS

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro (FMAS)

Contratada: Alfredo Comércio Varejista Ltda. ME.

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios e Material de Limpeza, para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro, sendo entregues de forma parcelada no exercício de 2016.

Fica alterada a Cláusula Terceira (do Preço) sendo concedido aditivo de acréscimo no percentual de 25% no valor do item 32 (Leite integral caixa com 12 unid) passando de R\$ 28,00 (vinte e oito reais) para R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), conforme faculta legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº79/2016, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 30 de junho de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATOS 134, 135 E 136/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 134/2016 Pregão Presencial 17/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Casa do Pica-Pau Ltda. ME

Objeto: Aquisição de implementos agrícolas.

Valor Total: R\$ 21.870,00 (vinte e um mil oitocentos e setenta reais).

Extrato Contrato 135/2016 Pregão Presencial 17/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Agroindustrial Freitas Eirili ME

Objeto: Aquisição de implementos agrícolas.

Valor Total: R\$ 21.870,00 (vinte e um mil oitocentos e setenta reais).

Extrato Contrato 136/2016 Pregão Presencial 17/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Manjato Tratores Ltda. EPP

Objeto: Aquisição de implementos agrícolas.

Valor Total: R\$ 13.485,00 (treze mil quatrocentos e oitenta e cinco reais)

Bom Retiro, 30 de junho de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 1.910/2016**

DECRETO Nº 1.910/2016

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2016".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso IV, da Lei nº 1.320/2015, de 17 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais) conforme abaixo especificado:

06.00	Secretaria de obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
26-782-125-2.35	Man. e Restauração de Rodovias Municipais e Logradouros Públicos
3.1.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(262)	Superávit R\$ 31.500,00
11.00	Fundo Municipal de Saúde
11.01	Fundo Municipal de Saúde
10-301-090-2.29	Serviços Programas e Ações de Saúde de Atenção Básica
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.6.38(325)	Superávit..PMAQ R\$ 4.500,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 28 de junho de 2016.

Botuverá, 28 de Junho de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

EXTRATO CTR57/2016-MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA EPP

Extrato de Contrato nº 57/2016

Concedente: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96

Contratada: MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA, CNPJ: 10.788.391/0001-04, sediada na Rua general Osório, 322, CEP-88350-480, bairro Guarani, Brusque/SC

Valor: R\$ 165.753,46 (cento e sessenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e três reais e quarenta e seis centavos)

Objeto: Pavimentação asfáltica trecho de 300,00 metros da Rua Gabiroba no Município de Botuverá, conforme projeto.

Fundamento Legal: Processo Licitatório nº 39/2016, Tomada de Preços nº 04/2016

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 37/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 37/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Auto Posto Botuvera Ltda

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a alteração do quantitativo contratado, no limite estabelecido pelo Artigo 65, § 1º da lei 8.666/93, ficando a partir deste acrescido os itens.

PORTARIA Nº 082/2016

PORTARIA Nº 082/2016

"Coloca Médico Veterinário a disposição da CIDASC e dá outras providências".

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, usando da competência que lhe é conferida pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando:

- 1) O afastamento para licença maternidade da médica veterinária Dhieni Adrieli Burato;
- 2) O termo de convênio em Cidasc e Município de Botuverá.

Resolve:

Art. 1º- Colocar à disposição da Cidasc, o médico veterinário contratado do Município de Botuverá, o Sr. João Alves de Moraes, matrícula nº 590.000, CPF: 347.292.839-53, RG: 2.729.539 e CRMV nº 12156/PR.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Botuverá (SC), 29 de Junho de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMAS Nº003/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (CMAS)

MUNICIPIO DE BOTUVERÁ

RESOLUÇÃO Nº 003/2016

Dispõe sobre a aprovação da contratação dos Serviços de Oficineiros do Município de Botuverá para atuar no CRAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Botuverá (CMAS), criado pela Lei nº 770/1997, em consonância com a LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social, no uso de suas atribuições resolve: Considerando a necessidade de Contratação de Oficineiros e os mesmos serem por processos licitatórios de nº 22/2016 e Pregão presencial nº 14/2016 - SRP;

Considerando que a contratação deverá ser paga com os recursos advindos do Cofinanciamento dos Pisos de Proteção Social Básica, cofinanciados pelo FNAS – Fundo nacional de Assistência Social e do FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social;

Resolve:

Art. 1º Aprovar, conforme proposta em anexo, a contratação dos

Serviços de oficineiros do Município de Botuverá-SC.
Art. 2º Fica sobre responsabilidade do Gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social o cumprimento do Contrato.
Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 15 de Junho de 2016
Antonia Maria da Silva
Presidente do Conselho Municipal de Botuverá

RESOLUÇÃO CMAS Nº004/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (CMAS)
MUNICIPIO DE BOTUVERÁ

RESOLUÇÃO Nº 004/2016

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços De Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social e (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Botuverá.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Botuverá (CMAS), em reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 15 de Junho de 2016, no uso de suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993- Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 770, de 12 de Março de 2016, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Botuverá – CMAS, e
CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS
RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de R\$ 27.538,70, referente ao ano de 2016, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no plano de trabalho do cofinanciamento, no âmbito da proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 15 de Junho de 2016.
Antonia Maria da Silva
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

criado pela Lei nº 770/1997, em consonância com a LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social, no uso de suas atribuições resolve: Considerando a necessidade de Contratação de Oficineiros e os mesmos serem por processos licitatórios de nº 22/2016 e Pregão presencial nº 14/2016 - SRP;

Considerando que a contratação deverá ser paga com os recursos advindos do Cofinanciamento dos Pisos de Proteção Social Básica , cofinanciados pelo FNAS – Fundo nacional de Assistência Social e do FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social;
Resolve:

Art. 1º Aprovar, conforme proposta em anexo, a contratação dos Serviços de oficineiros do Município de Botuverá-SC.

Art. 2º Fica sobre responsabilidade do Gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social o cumprimento do Contrato.
Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 15 de Junho de 2016
Antonia Maria da Silva
Presidente do Conselho Municipal de Botuverá

RESOLUÇÃO CMAS Nº005/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (CMAS)
MUNICIPIO DE BOTUVERÁ

RESOLUÇÃO Nº 005/2016

Dispõe sobre a aprovação Do Plano de Ação para Cofinanciamento do Governo Federal Sistema Único de Assistência Social Ano 2016 do Município de Botuverá.

O conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação para Cofinanciamento do Governo Federal Sistema Único de Assistência Social Ano 2016 do Município de Botuverá.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 15 de Junho de 2016.
Antonia Maria da Silva
Presidente do Conselho Municipal de Botuverá

Braço do Trombudo

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO OFICIAL DO PROCESSO SELETIVO 001/2016

Divulga da Classificação Oficial dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Edital n.º 001/2016.

A Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, no uso de suas atribuições e atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no Edital 001/2016, torna público para conhecimento dos interessados a classificação oficial.

CARGO: Inseminador

Nº de Insc	Nome do (a) Candidato (a)	Port	CE	Nota final	Classificação Provisória
001	Pablo Alves de Andrade	4	15	9,50	1º
002	Fabício Jefferson Heidrich	4	7	5,5	2º

Braço do Trombudo, em 29 de junho de 2016.

Mauros Müller

Presidente da Comissão Municipal.

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 05/2016- SRP - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 05/2016- SRP - FMS

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial nº 05/2016 FMS. Processo licitatório 10/2016 FMS. Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente para a Secretaria Municipal de Saúde. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedor do certame:

EMPRESA	CNPJ	LOTE	R\$ VALOR
CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI	04.195.853/0001-87	08,16 e 23	12.362,00
JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI ME	13.965.228/0001-68	11 e 12	9.306,50
ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	15.267.298/0001-78	3,4,15 e 24	13.140,00
INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI	04.586.694/0001-41	1,18,25	9.445,00
IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPÉIS LTDA ME	20.081.724/0001-14	5,6,9,14,19,22 e 26	7.709,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	21.304.312/0001-69	2,7,10,13,20 e 21	13.355,00
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA	12.667.876/0001-75	17	12.570,00

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 29/06/2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº06/2015 FMS

Página: 1/70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Agenda de telefone grande (4755)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SAO DOMING	0	31,1060	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SAO DOMING	0	30,7200	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	TILIBRA	0	31,9000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FORONI	0	31,9000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	frama	0	32,0000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PHONE COLC	0	32,0000	6
4	Agenda comercial funcional permanente. Com no mínimo 400 pags, capa em couvinh.com calendário a partir de 2015, tam 13,9x21cm capa preta. (4756)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SAO DOMING	0	21,2957	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	FRAMA	0	21,1200	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	21,9000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	FRAMA	0	21,9500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PLAST PARK	0	22,0000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	frama	0	22,0000	6
5	Álbum para 300 fotos 10x15 cm (4757)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	TECNOARTE	0	127,5000	1
6	Apontador de lápis pequeno em plástico, com um furo, sem estojo, em cores variadas. (4758)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	LEONORA	0	1,2030	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 2/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Bandeja plástica 30x20, com bordas mais altas e em cores claras. (4759)		KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	1,1700	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	1,1810	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	leo leo	0	1,2190	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	1,2500	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	LEO & LEO	0	1,2500	6
		UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	WALEU	0	18,5000	1
8	Balão colorido (pct c/50 unid). (4760)		KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	MARFINITE	0	19,2500	2
		PCT	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	FOLIA	0	9,4200	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	IBB	0	9,4300	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	new ball	0	9,4400	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SÃO ROQUE	0	9,8000	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	ART LATEX	0	9,8000	5
9	Barbante peso lig. 800gr. nº8 titulação nº8 CRU. (3292)		IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	RIBERBALL	0	9,8000	6
		RL	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	ROMA	0	15,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 3/70

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 30/06/2015		Válido até: 30/06/2016		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2			CELIA REGINA WAMBOIMMEL ME (6593)	piratina	0	15,3000	2
3			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	KOREA	0	15,3000	3
4			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	KOREA	0	15,3000	4
5			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	EURORAMA	0	15,3000	5
10	Bloco p/ recado em papel 90g/m² com aplicação de adesivo reposicionável em um dos lados a fim de colar e descolar com facilidade sem danificar o local onde for aplicado. No formato 76mmx76mm, com no mínimo 400 a 500 folhas cada bloco, blocos com 5 cores. (4746)	BL	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	3M	0	11,7460	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	11,7446	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	POLIBRAS	0	11,8000	3
11	Bloco p/ recado em papel 90g/m² PAUTADO com aplicação de adesivo reposicionável em um dos lados a fim de colar e descolar com facilidade sem danificar o local onde for aplicado. No formato 101mmx101mm, com no mínimo 90 a 100 folhas. (4749)	BL	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	3M	0	9,9444	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	INFORMS	0	9,9616	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	POLIBRAS	0	9,9900	3
12	Bloco p/ recado em papel 90g/m² com aplicação de adesivo reposicionável em um dos lados a fim de colar e descolar com facilidade sem danificar o local onde for aplicado. No formato 50mmx50mm, com no mínimo 250 folhas, blocos com 5 cores. (4750)	BL	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	3M	0	10,1534	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	POLIBRAS	0	10,1000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 4/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016						
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	INFORMS	0	10,2106
13	Bloco p/ recado em papel 90g/m² com aplicação de adesivo reposicionável em um dos lados a fim de colar e descolar com facilidade sem danificar o local onde for aplicado. No formato 38mmx50mm, com no mínimo 100 folhas cada bloco, pacote contendo 4 blocos em cores variadas. (3293)	BL	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	3M	0	9,5561
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	9,5631
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	BRW	0	9,6000
14	Bobina saco plástico 20x30 cm picotado, bobina com aproximadamente 700 sacos. (4752)	bobin	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	TOTAL PLAST	0	31,0000
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SCPLAST	0	32,0000
15	Bola de isopor tamanho pequena (3294)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	STYROVILLE	0	2,4490
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	STYROFORM	0	2,4000
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	Isirocort	0	2,5000
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	STYROCORTI	0	2,5000
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	STIROVILLE	0	2,5000
16	Bola de isopor tamanho média. (3295)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	STYROVILLE	0	3,9087
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	STYROFORM	0	3,9000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 5/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 **Data do Registro: 30/06/2015** **Válido até: 30/06/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Bola de isopor tamanho grande. (3296)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	STYROCORTI	0	3,9000	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	STIROVILLE	0	3,9900	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	stirocort	0	3,9900	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	STYROVILLE	0	7,3373	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	STYROFORM	0	7,4000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	stirocort	0	7,4900	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	STYROCORTI	0	7,4900	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	STIROVILLE	0	7,4900	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	LEONORA	0	0,8662	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	make+	0	0,8791	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	0,8802	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	0,8835	4
18	Borracha branca escolar nº 20 (4753)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	LEO & LEO	0	0,9000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	0,9100	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 6/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 **Data do Registro: 30/06/2015** **Válido até: 30/06/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Caderno brochura capa dura 48fls Capa colorida (4875)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	PANAMERICA	0	3,2089	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PANAMERICA	0	3,2500	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PANAMERICA	0	3,3600	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	JANDAIA	0	3,3700	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	credeal	0	3,3800	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PANAMERICA	0	3,3900	6
20	Caderno universitário 10 matérias 200fls capa dura, Capa colorida. (4761)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	PANAMERICA	0	10,6965	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PANAMERICA	0	10,8100	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	JANDAIA	0	11,0000	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PANAMERICA	0	11,1500	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MEGALIFE	0	11,2000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	credeal	0	11,2500	6
21	Caixa de arquivo morto. (3301)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	BRAGAGNOLI	0	3,0274	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	franta	0	3,0239	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 7/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
22	Calculadora eletrônica, 8 dígitos, 2 fontes de energia: bateria e solar, visor inclinado, cor branco gelo, altura 11,7 cm e largura de 7,50cm. (4762)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	BRAGAGNOLI	0	3,0287	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	3,1000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	BRAGAGNOLI	0	3,1600	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SÃO CARLOS	0	3,1600	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ADECK	0	11,5690	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	11,4521	2
23	Corretivo caneta (4763)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	MASTERPRIN	0	11,9000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CLASSE	0	11,9000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	lotec	0	11,9500	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CLASSE	0	11,9533	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	JOCAR	0	8,2138	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	8,3131	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	8,3439	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	make+	0	8,3905	4

Página: 8/70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Caneta esferográfica, de ponta fina na cor azul, ponta de aço inox, esfera de 1,0mm. (4764)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	8,5100	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	JOCAR	0	8,5600	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	INJEX PEN	0	1,0155	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	INJEX PEN	0	0,9780	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	1,0256	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	CARIMBRAS	0	1,0400	4
25	Caneta esferográfica, de ponta fina na cor azul, ponta de aço inox, esfera de 0,7mm. (4765)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	COMPACTOR	0	1,0405	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	INJEX PEN	0	1,0500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	INJEX PEN	0	1,1947	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	INJEX PEN	0	1,1932	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	compactor	0	1,2210	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	COMPACTOR	0	1,2270	4
26	Caneta esferográfica, de ponta fina na cor azul, ponta de aço inox, esfera de 1,0mm. (4764)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	INJEX PEN	0	1,2400	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	INJEX PEN	0	1,2400	6

Página: 9/70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015			Data do Registro: 30/06/2015		Válido até: 30/06/2016		
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	Caneta esferográfica de ponta fina na cor preta, ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 0,7 mm e corpo transparente, tinta a base de óleo. (4766)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PILOT	0	4,9084	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	4,8100	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	pilot	0	4,8155	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	INJEX PEN	0	4,8216	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	PILOT	0	4,9000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PILOT	0	4,9300	6
27	Caneta esferográfica de ponta fina na cor vermelha, ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 0,7 mm e corpo transparente, tinta a base de óleo. (4767)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PILOT	0	4,9084	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	4,8100	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	pilot	0	4,8155	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	PILOT	0	4,8216	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	PILOT	0	4,9000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PILOT	0	4,9300	6
28	Caneta esferográfica, de ponta fina na cor azul, ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 0,7 mm e corpo transparente, tinta a base de óleo. (4768)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PILOT	0	4,9084	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 10/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016							
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Caneta esferográfica, de ponta fina na cor azul, ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 1,0 mm e corpo transparente, tinta a base de óleo. (4769)		ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	4,8100	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	pilot	0	4,8155	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	PILOT	0	4,8216	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	PILOT	0	4,9000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PILOT	0	4,9300	6
		UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PILOT	0	4,9084	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	4,8100	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	pilot	0	4,8155	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	PILOT	0	4,8216	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	PILOT	0	4,9000	5
30	Caneta esferográfica, de ponta fina na cor preta, ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 1,0 mm e corpo transparente, tinta a base de óleo. (4770)		JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PILOT	0	4,9300	6
		UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PILOT	0	4,9084	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	4,8100	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	pilot	0	4,8155	3

Página: 11/70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 30/06/2015		Válido até: 30/06/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

31	Caneta esferográfica, de ponta fina na cor vermelha, ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 1,0 mm e corpo transparente, tinta a base de óleo. (4771)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PILOT	0	4,9084	1
32	Caneta marca textb. amarela fluorescente, papel, fax e cópias, trago 4 mm cx α/12 und. (4772)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	JOCAR	0	19,8127	1

Página: 12/70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
33	Caneta p/retroprojektor 2.00mm azul (4773)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	20,5300	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	JOCAR	0	2,6940	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CIS	0	2,7088	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	JOCAR	0	2,7200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	JOCAR	0	2,8000	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	2,8000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	2,8200	6
34	Caneta p/retroprojektor 2.00mm preto (4774)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	JOCAR	0	2,6940	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CIS	0	2,7084	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	JOCAR	0	2,7200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	JOCAR	0	2,8000	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	2,8000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	2,8300	6
35	Caneta p/retroprojektor 2.00mm vermelho (4775)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	JOCAR	0	2,6940	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 13/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 **Data do Registro: 30/06/2015** **Válido até: 30/06/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	Caneta p/retroprojektor 2.00mm verde (4776)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CIS	0	2,7084	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	JOCAR	0	2,7200	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	JOCAR	0	2,8000	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	2,8000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	2,8300	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	JOCAR	0	3,0967	1
37	Caneta p/retroprojektor 1.00mm ponta fina vermelha (4777)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CIS	0	3,0953	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CIS	0	3,1300	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	PILOT	0	3,2000	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	3,2000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	3,2500	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	JOCAR	0	3,0967	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CIS	0	3,0953	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CIS	0	3,1300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 14/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 **Data do Registro: 30/06/2015** **Válido até: 30/06/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	Caneta p/retroprojektor 1.00mm ponta fina verde (4778)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	CIS	0	3,2000	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CIS	0	3,2000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	3,2500	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	JOCAR	0	3,0967	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CIS	0	3,0953	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CIS	0	3,1300	3
39	Caneta p/retroprojektor 1.00mm ponta fina preta (4779)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	FABER CAST	0	3,2000	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CIS	0	3,2000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	3,2500	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	JOCAR	0	3,0967	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CIS	0	3,0953	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CIS	0	3,1300	3
40	Caneta p/retroprojektor 1.00mm ponta fina preta (4779)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	CIS	0	3,2000	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CIS	0	3,2000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 15/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
40	CD virgem, regravável 700mb, 80min. c/capa. (4780)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6993)	jocar	0	3,2500	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ELGIN	0	3,6876	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	ELGIN	0	3,7000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ELGIN	0	3,7584	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	ELGIN	0	3,8200	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	ELGIN	0	3,8300	5
41	DVD+RW virgem 4,7gb C/Capa (4781)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ELGIN	0	5,6514	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	ELGIN	0	5,6600	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SONY	0	5,7603	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	ELGIN	0	5,8000	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	ELGIN	0	5,8500	5
42	Carbono filme manual formato A4 21x29,7cm c/100 fls azul. (4782)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	RADEX	0	47,9800	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	47,6942	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CIS	0	49,9105	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 16/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	Cartão ponto kraft 86x180mm (4783)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	RADEX	0	50,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	ds	0	50,0000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CIS	0	50,0000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SÃO DOMING	0	0,1575	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	0,1600	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SÃO DOMING	0	0,1600	3
44	Cartolina branca (4784)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	TILBRA	0	0,1600	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	ALFORM	0	0,5180	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	ALLCART	0	0,5243	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PILAR	0	0,5331	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)		0	0,5500	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	JANDAIA	0	0,5500	5
45	Clips nº0 (cx c/ 500gr) (4785)	CX	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	BRW	0	9,8900	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	NEW	0	9,9420	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 17/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	Clips nº4/0 (cx c/ 500gr) (4786)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	NEW	0	10,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	new	0	10,0788	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	NEW	0	10,4000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	NEW	0	10,8300	6
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	BRW	0	9,8925	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	NEW	0	9,9430	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	NEW	0	10,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	new	0	10,0788	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	NEW	0	10,4000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	NEW	0	10,8300	6
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	BRW	0	9,8925	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	NEW	0	9,9430	2
47	Clips nº2/0 (cx c/ 500gr) (4787)	CX	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	NEW	0	10,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	new	0	10,0695	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 18/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 **Data do Registro: 30/06/2015** **Válido até: 30/06/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	Clips nº3/0 (cx c/ 500gr) (4788)	CX	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	NEW	0	10,4000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	NEW	0	10,8300	6
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	BRW	0	9,2453	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	NEW	0	9,3221	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	new	0	9,4459	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	NEW	0	9,7500	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	NEW	0	10,0000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	NEW	0	10,1600	6
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	PIRATININGA	0	1,7380	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PIRATININGA	0	1,7647	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PIRATININGA	0	1,8100	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PIRATININGA	0	1,8120	4
49	Cola branca lavável, não tóxica 90gramas, a base de PVA e água. (4789)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	leo leo	0	1,8143	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	LEO & LEO	0	1,8800	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 19/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 **Data do Registro: 30/06/2015** **Válido até: 30/06/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
50	Cola bastão (40gr) (4790)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	5,0724	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	5,1065	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	leo leo	0	5,2619	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	5,2641	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	LEONORA	0	5,2700	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	LEO & LEO	0	5,4800	6
51	Cola para EVA (4791)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	PIRATININGA	0	3,7573	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PIRATININGA	0	3,7923	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	radex	0	3,9176	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	RADEX	0	3,9217	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PIRATININGA	0	3,9300	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	RADEX	0	4,0000	6
52	Cola para Isopor. (4792)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	PIRATININGA	0	3,3346	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PIRATININGA	0	3,3418	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 20/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 **Data do Registro: 30/06/2015** **Válido até: 30/06/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	Corretivo a base de água (12unid.) c/18ml (4793)	CX	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	maripel	0	3,4375	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	RADEX	0	3,4423	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PIRATININGA	0	3,4500	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	KOALA	0	3,5500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	DELTA	0	16,0095	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	RADEX	0	16,1371	2
54	Estilete grande (4794)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	frama	0	16,3610	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PIRATININGA	0	16,3933	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PIRATININGA	0	16,6000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	RADEX	0	16,7000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	3,2867	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	3,2121	2
54	Estilete grande (4794)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	JOCAR	0	3,2542	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ADECK	0	3,4000	4

Página: 21/70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	DESARTE	0	3,4000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	make+	0	3,4000	6
55	EVA Plusch cores variadas 58x40x0,2mm (4795)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,8590	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	MILUJ	0	1,8545	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	MAKE+	0	1,9500	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	1,9500	4
56	EVA amarelo 58x40x0,2MM (4796)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,8590	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	MAKE	0	1,8545	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KREATEVA	0	1,9500	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	1,9500	4
57	EVA verde bordeira 58x40x0,2MM (4797)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,8590	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	MAKE	0	1,8545	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KREATEVA	0	1,9500	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	1,9500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 22/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
58	EVA azul 58x40x0,2MM (4798)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,8590	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	MAKE	0	1,8645	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KREATEVA	0	1,9500	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	1,9500	4
59	EVA bege 58x40x0,2MM (4799)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,8590	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	MAKE	0	1,8645	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KREATEVA	0	1,9500	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	1,9500	4
60	EVA branco 58x40x0,2MM (4800)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,8590	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	MAKE	0	1,8645	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KREATEVA	0	1,9500	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	1,9500	4
61	EVA laranja 58x40x0,2MM (4801)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,8590	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	MAKE	0	1,8645	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 23/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
62	EVA preto 58x40x0,2MM (4802)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KREATEVA	0	1,9500	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	1,9500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,8590	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	MAKE	0	1,8645	2
63	EVA verde 58x40x0,2 MM (4803)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KREATEVA	0	1,9500	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	1,9500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,8590	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	MAKE	0	1,8645	2
64	EVA vermelho 58x40x0,2MM (4804)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KREATEVA	0	1,9500	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	1,9500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,8590	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	MAKE	0	1,8645	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KREATEVA	0	1,9500	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	1,9500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,8590	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	MAKE	0	1,8645	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KREATEVA	0	1,9500	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	1,9500	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	1,8590	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	MAKE	0	1,8645	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 24/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 **Data do Registro: 30/06/2015** **Válido até: 30/06/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
65	Envelope branco 12x16 (4805)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SCRITY	0	0,3509	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SCRITY	0	0,3376	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	IPECOL	0	0,3861	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SCRITY	0	0,3990	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	maxprint	0	0,4000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SCRITY	0	0,4043	6
66	Envelope kraft 250x353, cx c/250envelopes. (4806)	CX	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SCRITY	0	61,8189	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SCRITY	0	62,7069	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SCRITY	0	71,1832	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SCRITY	0	71,2288	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	IPECOL	0	71,4314	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	maxprint	0	74,3300	6
67	Estojo de canetinha hidrocolor pec. c/12 unidades. (4807)	CX	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	3,8256	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	3,9260	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 25/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
68	Extrator de grampos tipo espátula. Aço inox. (4808)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	leo leo	0	3,9591	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	LEONORA	0	3,9600	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	LEO & LEO	0	4,1200	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MARIPEL	0	4,1300	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	JAPAN	0	1,8902	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	J.STAMP	0	1,8766	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CARBRINK	0	1,8980	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	CAVIA	0	1,9000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	maxplint	0	1,9500	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	JOCAR	0	1,9600	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	FSP	0	7,5704	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SICAD	0	7,5829	2
69	Fita adesiva polipropileno transparente 48x50 (4809)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ADELBRAS	0	7,6666	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	delifix	0	7,7195	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 26/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 **Data do Registro: 30/06/2015** **Válido até: 30/06/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	Fita adesiva papel kraft p/ embalagem 48x50 (4810)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	T.TAPE	0	7,7400	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	EMBALANDO	0	7,9500	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	FITASA	0	13,7411	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SICAD	0	13,7448	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ADELBRAS	0	13,9427	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	delifx	0	14,0485	4
71	Fita adesiva transparente, 45 mm x 45 (4811)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	EUROCEL	0	14,0700	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	EMBALANDO	0	14,5000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	FSP	0	5,2807	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SICAD	0	5,3083	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ADELBRAS	0	5,3545	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	delifx	0	5,3892	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	T.TAPE	0	5,4000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	EMBALANDO	0	5,6000	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 27/70

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 30/06/2015		Válido até: 30/06/2016		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de de Saúde de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
72	Fita adesiva dupla face 12x30mm (4812)	RL	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	FSP	0	7,7696	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SICAD	0	7,7729	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ADELBRAS	0	7,8944	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	delifix	0	7,9496	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	EPA	0	7,9600	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	EMBALANDO	0	8,2000	6
73	Fita Corretiva 12m, Indicado para correções em textos, impressos, fax, fotocópias e escrita à mão, fita com boa aderência, cobertura e correção instantânea, design ergonômico, largura de 4,2mm, com tampa. (4813)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CIS	0	7,8952	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	8,0494	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	make+	0	8,0682	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	MERCUR	0	8,0783	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	MERCUR	0	8,1000	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	8,1800	6
74	Fita Durex grande (4814)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	FSP	0	3,8043	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 28/70

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 30/06/2015		Válido até: 30/06/2016		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de de Saúde de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
75	Giz de cera pequeno (cx c/12cores) (4828)		KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SICAD	0	3,7917	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	3,8613	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	delifix	0	3,8837	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	T.TAPE	0	3,9000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	EMBALANDO	0	4,0000	6
		CX	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	PIRATININGA	0	5,0689	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	5,1371	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	maipel	0	5,1765	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PIRATININGA	0	5,1800	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	LEO & LEO	0	5,3900	5
76	Grampeador grande de mesa 26/6 - Grampos: 26/6 - Grampeador para papéis em estrutura metálica-trava de segurança, dimensões: comprimento: 20 cm largura: 5 cm e altura: 8,5cm (4829)		ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ACRILEX	0	5,4000	6
		UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	JOCAR	0	29,0175	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	JOCAR	0	28,9337	2

Página: 29/70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
77	Grampeador pistola. Contendo trava de segurança. Utiliza grampo 106/6-8. (3360)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	28,9927	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	30,0000	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	30,0000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	30,1500	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ADECK	0	34,7242	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	BESTFER	0	34,6946	2
78	Grampo para grampeador 106/6/8. (4830)	CX	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	35,5000	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	35,5000	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CIS	0	35,8798	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	orion	0	35,9000	6
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	BACCHI	0	10,0422	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	BACCHI	0	10,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	distna	0	10,3818	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	GASFER	0	10,3991	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 30/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 **Data do Registro: 30/06/2015** **Válido até: 30/06/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
79	Grampo para grampeador 26x6 cx c/5000). (4831)	CX	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	BACCHI	0	10,4000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	10,8300	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	NEW	0	5,8548	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	5,8401	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	JOCAR	0	5,8495	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	6,0000	4
80	Grampo trilha 80 mm (pct c/50 unid) plástico. (3363)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	6,1000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	JOCAR	0	6,1000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	JOCAR	0	8,2296	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	IARA	0	8,1354	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	IARA	0	8,2638	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	DELLO	0	8,4000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	bacchi	0	8,4900	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	DELLO	0	8,4900	6

Página: 31/70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 30/06/2015		Válido até: 30/06/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
81	Lápis borracha cx c/ 12 unidades. (3366)	CX	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	LABRA	0	19,0162	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	19,0711	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	labra	0	19,4379	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	EBRAS	0	19,5000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	LEONORA	0	19,5346	5
			JJM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	19,7100	6
82	Lápis de escrever, madeira 100% reflorestada, madeira macia que garante excelente apontabilidade, formato redondo, exclusivas esferas antidescizantes, maior conforto e firmeza no traço, graduação nº 2 = B (4832)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	LABRA	0	0,6671	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LABRA	0	0,6748	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	leo leo	0	0,6837	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FABER CASTE	0	0,6871	4
			JJM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	LABRA	0	0,7000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	FABER CASTE	0	0,7000	6
83	Lápis de cor (cx c/ 12 cores) grande. (3368)	CX	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	LABRA	0	8,9902	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 32/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 **Data do Registro: 30/06/2015** **Válido até: 30/06/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
84	Lápis de cor aquarelável grande cx c/24unid. (3369)	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	9,0260	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	leo leo	0	9,0589	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	MAKE	0	9,1100	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	LEO & LEO	0	9,4800	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MULTICOLOR	0	9,4900	6
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	FABER CASTE	0	40,0731	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	faber castell	0	40,2236	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	STAEDTLER	0	40,2800	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	LABRA	0	40,2905	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	MAPRD	0	41,5000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MAPED	0	41,9600	6
85	Lapiseira 0,5 mm cor preta (tipo super grip 0,5). (3370)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	TRIS	0	7,9948	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	8,1476	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	leo leo	0	8,1561	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 33/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 **Data do Registro: 30/06/2015** **Válido até: 30/06/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
86	Lapiseira 0,7 mm cor preta (tipo super grip 0,7). (3371)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	8,1761	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	8,2800	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	LEO & LEO	0	8,3500	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	TRIS	0	7,9948	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	PILOT	0	8,1476	2
			CELIA REGINA WAMBONMEL ME (6593)	leo leo	0	8,1561	3
87	Lastex natural rolo c/ 10 mts. (3372)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	8,1761	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	8,2800	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	LEO & LEO	0	8,3500	6
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SAO JOSE	0	4,7865	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	COLITEX	0	4,8461	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	S. JOAO	0	4,9462	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	CATAR	0	5,0000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)		0	5,0000	5

Página: 34/70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 **Data do Registro: 30/06/2015** **Válido até: 30/06/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de de Saude de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
88	Livro Ata vertical, formato 205 x 297 mm, capa dura, 50 folhas, numerado tipograficamente. (3373)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SAO DOMING	0	11,1827	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	P.B	0	11,3600	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SD	0	11,6000	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SÃO DOMING	0	11,7200	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SÃO DOMING	0	11,8000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	tamboio	0	11,8300	6
89	Livro Ata vertical, formato 205 x 297 mm, capa dura, 200 folhas, numerado tipograficamente. (3374)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SAO DOMING	0	21,8791	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	P.B	0	21,9200	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SD	0	22,4500	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SÃO DOMING	0	22,6100	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SÃO DOMING	0	22,8000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	tamboio	0	22,8300	6
90	Papel de seda cores variadas. (3375)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	0,5180	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	0,5243	2

Página: 35/70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
91	Papel crepom amarelo (3376)		JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	0,5331	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)		0	0,5500	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	0,5500	5
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	0,7400	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	0,7495	2
92	Papel crepom vermelho (3377)		RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	0,7500	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vnmp	0	0,7700	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	0,7800	5
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	0,7400	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	0,7499	2
93	Papel crepom branco (3378)		RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	0,7500	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	0,7800	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vnmp	0	0,7800	5
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	0,7400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 36/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
94	Papel crepom azul. (3379)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	0,7499	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	0,7500	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vmp	0	0,7700	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	0,7800	5
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	0,7400	1
95	Papel crepom verde. (3380)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	0,7499	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	0,7500	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	0,7800	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vmp	0	0,7800	5
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	0,7400	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	0,7499	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	0,7500	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	0,7800	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vmp	0	0,7800	5
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	0,7400	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	0,7499	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	0,7500	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	0,7800	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vmp	0	0,7700	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	0,7800	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 37/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
96	Papel camurça cores variadas. (3381)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	0,9592	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	0,9596	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	0,9692	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,0000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)		0	1,0100	5
97	Papel cartão, tamanho A4, na cor areia. (3382)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	2,5500	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	2,5800	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	FGH	0	2,5880	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	FILIPAPER	0	2,6500	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	2,6800	5
98	Papel cartão, tamanho A4, na cor bege. (3383)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	2,5500	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	2,5800	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	FGH	0	2,5880	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	FILIPAPER	0	2,6500	4

Página: 38/70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 **Data do Registro: 30/06/2015** **Válido até: 30/06/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
99	Papel cartão, tamanho A4, na cor vermelha. (3384)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	2,6800	5
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	2,5500	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	2,5800	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	FGH	0	2,5880	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	FILIPAPER	0	2,6500	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	2,6800	5
100	Papel cartão, tamanho A4, na cor amarela. (3385)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	2,5500	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	2,5800	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	FGH	0	2,5880	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	FILIPAPER	0	2,6500	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	2,6800	5
101	Papel cartão, tamanho A4, na cor branca. (3386)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	2,5500	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	2,5800	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	FGH	0	2,5880	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 39/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
102	Papel contact transparente (45cmx25m). Rolo (4833)	RL	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	FILIPAPER	0	2,6500	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	2,6800	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PLAVITEC	0	71,7925	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	POLIFIX	0	73,3947	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	INFORMS	0	73,5065	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	74,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vmp	0	74,9000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	INFORMS	0	74,9100	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PLAVITEC	0	134,0306	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VULCAN	0	132,9040	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	INFORMS	0	132,9952	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	134,0000	4
103	Papel contact colorido (motivos infantis) (45cmx25m). Rolo (4834)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vmp	0	134,2500	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	134,2500	6

Página: 40/70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 **Data do Registro: 30/06/2015** **Válido até: 30/06/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
104	Papel contact colorido (motivos florais) (45cmx25m). Robo (4835)	RL	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PLAVITEC	0	134,0306	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VULCAN	0	132,9040	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	INFORMS	0	132,9952	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	134,0000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	134,2500	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	vmp	0	134,2500	6
105	Papel duplex vernizinho. (3390)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,9416	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	0,9630	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	0,9700	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,0000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,0000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	reipel	0	1,0000	6
106	Papel duplex verde. (3391)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,9416	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	0,9638	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 41/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
107	Papel duplex azul. (3392)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	0,9700	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	reipel	0	1,0000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,0000	6
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,9416	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	0,9638	2
		UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	0,9700	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	reipel	0	1,0000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,0000	6
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,9416	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	0,9638	2
108	Papel duplex preto. (3393)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	0,9700	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	reipel	0	1,0000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,0000	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 42/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 **Data do Registro: 30/06/2015** **Válido até: 30/06/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
109	Papel duplex amarelo. (3394)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	reipel	0	1,0000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,0000	6
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,9416	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	0,9638	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	0,9700	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	1,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	reipel	0	1,0000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	1,0000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHIES	0	11,6648	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	acp	0	11,5672	2
110	Pasta catálogo c/50 envelopes (4836)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	DAC	0	11,5752	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	DAC	0	12,0000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ACP	0	12,0000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	AP	0	12,0600	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 43/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 **Data do Registro: 30/06/2015** **Válido até: 30/06/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
111	Pasta c/abas e elástico, (papel 23x33cm) (4837)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	ALAPLAST	0	2,4955	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	frama	0	2,4958	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	ICL	0	2,4990	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	POLYCART	0	2,6000	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	ACP	0	2,6000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ICL	0	2,6000	6
112	Pasta plástica poliamida c/abas elásticas 335x250x55mm, na cor grafite (4838)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	ALAPLAST	0	3,5014	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	ALAPLAST	0	3,4985	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	polybras	0	3,5038	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ACP	0	3,6000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	3,6000	5
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	3,6000	6
113	Papel almeço pautado. (3402)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	ALOFORM	0	0,0863	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PANAMERICA	0	0,0872	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 44/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 **Data do Registro: 30/06/2015** **Válido até: 30/06/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
114	Papel cartão (azul claro) (3403)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PANAMERICA	0	0,0890	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	JANDAIA	0	0,0900	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)		0	0,0900	5
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,8474	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	0,8700	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	0,8770	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	reipel	0	0,9000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	0,9000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	0,9000	6
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,8474	1
115	Papel Cartão (azul escuro) (3404)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	0,8700	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	0,8770	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	reipel	0	0,9000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	0,9000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 45/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
116	Papel Cartão (cores variadas). (3405)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	0,9000	6
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	0,8474	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	0,8700	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	0,8770	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	reipel	0	0,9000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	VMP	0	0,9000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	0,9000	6
117	Papel celofane (cores variadas) (4876)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	0,8633	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	0,8606	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	0,8820	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)		0	0,9100	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	0,9100	5
120	Pasta plástica poliamida c/abas elásticas 335x250x35mm. (4839)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	ALAPLAST	0	3,3563	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	ALAPLAST	0	3,3586	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 46/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
121	Papel micro-ondulado 50x80 (cores variadas). (3409)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	frama	0	3,3598	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	3,4000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	3,5000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ACP	0	3,5000	6
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	VMP	0	3,0695	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RST	0	3,0666	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	VMP	0	3,1015	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)		0	3,2300	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	VMP	0	3,2300	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	nobily	0	16,5000	1
122	Papel ofício A4 - 210x297 (75g/m²) resma C/ 500 FLS (4840)	RESM	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	NOBILY	0	16,5010	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	REAL PAPER	0	16,5050	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SOLCOPY	0	16,5480	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	RINNO	0	17,0000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 47/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	COPIMAX	0	17,2600	6
123	Papel pardo 1,20 de largura (rolo c/50 kg). (3411)	RL	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	NSL	0	342,5000	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	TRENTO	0	345,5000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	embalamento	0	362,7500	3
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PILAR	0	365,0000	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SAMPA PAPEI	0	365,0000	5
124	Percevejo ox c/100 unid. (3412)	CX	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	JOCAR	0	3,0243	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	3,0000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	JOCAR	0	3,0146	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	3,0174	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	JOCAR	0	3,1500	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	3,1500	6
125	Pen drive 4 Gb. (3413)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	KINGSTON	0	25,6708	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	MULTILASER	0	25,3842	2

Página: 48/70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 30/06/2015		Válido até: 30/06/2016		Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de de Saúde de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
126	Pen drive 8 Gb. (3414)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SANDISK	0	25,7600	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SANDISK	0	26,5000	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SCAN DISK	0	26,8300	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	KINGSTON	0	35,0580	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	MULTILASER	0	35,1473	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SANDISK	0	35,1900	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SANDISK	0	36,0000	4
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SCAN DISK	0	36,3000	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ADECK	0	26,1157	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	26,1514	2
127	Perfurador de papel de dois furos, estrutura de metal, escala para ajuste de formato de papel, trava de segurança, tamanho aproximado 15 cm comprimento e 12 cm de largura. 20 Folhas (4841)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	JOCAR	0	26,2352	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	MAPED	0	27,0000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	27,3000	5

Página: 49/70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
128	Perfurador de papel de dois furos, estrutura de metal, capacidade ate 30 folhas. (4842)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	27,3000	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ADECK	0	38,6900	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	38,6569	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	JOCAR	0	38,6982	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	MAPED	0	40,0000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	40,3000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	40,3000	6
129	Perfurador de papel grande de dois furos, estrutura de metal, capacidade ate 100 folhas. (4843)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	CAVIA	0	99,6267	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CAVIA	0	99,1441	2
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	GENNES	0	99,8604	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	103,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	cavia	0	103,3300	5
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CAVIATEC	0	103,3300	6

Página: 50/70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016							
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de de Saúde de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
130	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR . Peso: 260gr. Na cor preta (4844)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	3,8542	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	J.STAMP	0	3,8700	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	BIC	0	4,0000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	maripel	0	4,0000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	RADEX	0	4,0300	5
131	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR . Peso: 260gr. Na cor azul (4845)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	3,8542	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	J.STAMP	0	3,8700	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	BIC	0	4,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	RADEX	0	4,0300	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	maripel	0	4,0300	5
132	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR . Peso: 260gr. Na cor vermelha (4846)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	3,8542	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	J.STAMP	0	3,8700	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	BIC	0	4,0000	3

Página: 51/70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 **Data do Registro: 30/06/2015** **Válido até: 30/06/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
133	Pincel atômico, ponta de feltro, tinta à base de álcool, recarregável com tinta TR, Peso: 260gr. Na cor verde (4847)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	maripel	0	4,0300	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	RADEX	0	4,0300	5
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	3,8542	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	J.STAMP	0	3,8700	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	BIC	0	4,0000	3
134	Pincel charnifrado número 0, (4848)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	RADEX	0	4,0300	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	maripel	0	4,0300	5
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	4,7420	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	TIGRE	0	4,7715	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	LEONORA	0	4,8000	3
135	Pincel charnifrado número 4, (4849)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	TIGRE	0	5,0000	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	8,3683	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	TIGRE	0	8,4924	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	LEONORA	0	8,5400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 52/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
136	Pineal lixado chato número 10. (3422)		ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	TIGRE	0	8,9000	4
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	8,2732	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	TIGRE	0	8,2128	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	LEONORA	0	8,2600	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	TIGRE	0	8,6000	4
137	Pineal lixado chato número 2. (3423)		ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	TIGRE	0	8,6000	4
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	4,7452	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	TIGRE	0	4,7715	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	LEONORA	0	4,8000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	TIGRE	0	5,0000	4
138	Pineal lixado chato número 4. (3424)		ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	TIGRE	0	5,0000	4
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	6,6471	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	TIGRE	0	6,6801	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	LEONORA	0	6,7200	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	TIGRE	0	7,0000	4
139	Pineal lixado chato número 6. (3425)		ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	TIGRE	0	7,0000	4
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	6,0860	1

Página: 53/70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
140	Pincel para contorno número 0. (3426)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	TIGRE	0	6,2078	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	LEONORA	0	6,2400	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	TIGRE	0	6,5000	4
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	5,1351	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	TIGRE	0	5,2439	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	LEONORA	0	5,2700	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	TIGRE	0	5,4900	4
141	Pistola cola quente pequena. (3427)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	8,3569	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	BRW	0	9,0417	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CLASSE	0	9,8905	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FOX LUX	0	10,7973	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	LEOTEC	0	11,2500	5
			CELIA REGINA WAMBONMEL ME (6593)	make+	0	11,2800	6
142	Porta canetas, borracha, cliques, etc. (3428)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	WALEU	0	13,2023	1

Página: 54/70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
143	Prancheta acrílica ofício. Prancheta cristal, em plástico poliestireno injetado. Presilha em aço galvanizado, formato:380x240mm. (3429)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	WALLEU	0	13,0000	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	WALEU	0	13,1403	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	WALEU	0	13,1764	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	NOVACRIL	0	13,7000	5
			CELJA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	waleu	0	13,7500	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	WALEU	0	11,7968	1
144	Quadro metálico liso, 1,00x1,20cm. (4650)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	NOVACRIL	0	11,7789	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	WALEU	0	11,8749	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	DELITEC	0	12,0000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	NOVACRIL	0	12,2000	5
			CELJA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	acrimet	0	12,2800	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SOUZA	0	126,0135	1
144	Quadro metálico liso, 1,00x1,20cm. (4650)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CORTIARTE	0	125,5624	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	LOITA	0	129,7673	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 55/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 **Data do Registro: 30/06/2015** **Válido até: 30/06/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
145	Registrador a/z 28X35X8cm cor Vermelha, mecanismo niquelado (4851)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	STALO	0	130,0000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	belarte	0	130,0000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	BELA ARTE	0	130,0000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHIES	0	8,1441	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	FRAMA	0	8,1566	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	frama	0	8,1594	3
146	Registrador a/z 28X35X8cm cor Verde, mecanismo niquelado (4852)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	FRAMA	0	8,4000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	FRAMA	0	8,4000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	8,5000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHIES	0	8,1441	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	FRAMA	0	8,1566	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	frama	0	8,1594	3
147	Registrador a/z 28X35X8cm cor Verde, mecanismo niquelado (4852)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	FRAMA	0	8,4000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	FRAMA	0	8,4000	5

Página: 56/70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
147	Registrador a/z 28X35X8cm cor amarela, mecanismo niquelado (4853)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHIES	0	8,1441	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	8,5000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	FRAMA	0	8,1566	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	frama	0	8,1594	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	FRAMA	0	8,4000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	FRAMA	0	8,4000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	8,5000	6
148	Registrador a/z 28X35X8cm cor preta, mecanismo niquelado (4854)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHIES	0	8,1441	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	FRAMA	0	8,1566	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	frama	0	8,1594	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	FRAMA	0	8,4000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	FRAMA	0	8,4000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	8,5000	6
149	Registrador a/z 28X35X8cm cor azul, mecanismo niquelado (4855)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHIES	0	8,1441	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 57/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
150	Régua plástica transparente 30 cm (3437)		RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	FRAMA	0	8,1566	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	frama	0	8,1594	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	FRAMA	0	8,4000	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	FRAMA	0	8,4000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	FRAMA	0	8,5000	6
		UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	WALEU	0	0,9558	1
151	Silicone p/ pistola de cola quente pequena. (3438)		KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	WALEU	0	0,9682	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	waleu	0	0,9768	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	BANDERANT	0	0,9800	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	WALLEU	0	0,9816	5
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	WALEU	0	0,9900	6
		UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	0,4859	1
151	Silicone p/ pistola de cola quente pequena. (3438)		KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	BRW	0	0,5248	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	RENDICOLA	0	0,5657	3

Página: 58/70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015			Data do Registro: 30/06/2015		Válido até: 30/06/2016		
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de de Saúde de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
152	Tesoura profissional com lamina em aço inox 8", cabo em polipropileno na cor preta. Medidas 275mm de comprimento, 105mm largura e 16m altura. (3439)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MAKE	0	0,6216	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	make+	0	0,6500	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	RENDICOLA	0	0,6500	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	12,9503	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	DESART	0	12,9268	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	12,9456	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	13,4000	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	jocar	0	13,4800	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	JOCAR	0	13,4900	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	MAKE	0	4,0615	1
153	Tesoura pequena, sem ponta, 13 cm, revestimento emborrachado, ergonômica adaptada para as mãos das crianças, cores sortidas. (3440)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	MAKE+	0	4,0881	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	4,2000	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	TRIS	0	4,2224	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	TRIS	0	4,2300	5

Página: 59/70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
154	Tesoura de plotar (4856)		CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	leo leo	0	4,2300	6
		UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	LEO E LEO	0	49,5524	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CLASSE	0	49,4713	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	KAZ	0	50,1276	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	JOCAR	0	51,0000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	MUNDIAL	0	51,6000	5
155	Tinta alto relevo cores variadas (4857)		CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	masterpaper	0	51,6300	6
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	ACRILEX	0	4,5820	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PIRATININGA	0	4,6620	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	ACRILEX	0	4,7500	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	ACRILEX	0	4,9500	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	ACRILEX	0	4,9500	5
156	Tinta guache 250 ml cor verde (3443)		CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	admet	0	4,9500	6
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	PIRATININGA	0	4,7734	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 60/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 **Data do Registro: 30/06/2015** **Válido até: 30/06/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
157	Tinta guache 250 ml cor amarela. (3444)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PIRATININGA	0	4,8485	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PIRATININGA	0	4,9500	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	MARIPEL	0	5,1300	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	marpel	0	5,1500	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MARIPEL	0	5,1600	6
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	PIRATININGA	0	4,7734	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PIRATININGA	0	4,8485	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PIRATININGA	0	4,9500	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	MARIPEL	0	5,1300	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MARIPEL	0	5,1600	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	marpel	0	5,1600	6
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	PIRATININGA	0	4,7734	1
158	Tinta guache 250 ml cor vermelha. (3445)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PIRATININGA	0	4,8485	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PIRATININGA	0	4,9500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 61/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 **Data do Registro: 30/06/2015** **Válido até: 30/06/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
159	Tinta guache 250 ml cor preta. (3446)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	MARIPEL	0	5,1300	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	maripel	0	5,1500	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MARIPEL	0	5,1600	6
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	PIRATININGA	0	4,7734	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PIRATININGA	0	4,8485	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PIRATININGA	0	4,9500	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	MARIPEL	0	5,1300	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MARIPEL	0	5,1600	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	maripel	0	5,1600	6
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	PIRATININGA	0	4,7734	1
160	Tinta guache 250 ml cor branca. (3447)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PIRATININGA	0	4,8485	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PIRATININGA	0	4,9500	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	MARIPEL	0	5,1300	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	maripel	0	5,1500	5

Página: 62/70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
161	Tinta guache 250 ml cor rosa (3448)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MARIPEL	0	5,1600	6
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	PIRATININGA	0	4,7734	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PIRATININGA	0	4,8485	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PIRATININGA	0	4,9500	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	MARIPEL	0	5,1300	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	maipel	0	5,1600	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MARIPEL	0	5,1600	6
162	Tinta guache 250 ml cor azul (3449)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	PIRATININGA	0	4,7734	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	PIRATININGA	0	4,8485	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	PIRATININGA	0	4,9500	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	MARIPEL	0	5,1300	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	maipel	0	5,1500	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	MARIPEL	0	5,1600	6
163	Tinta spray amarelo 359ml (4858)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CHEMICOLOR	0	15,9680	1

Página: 63/70

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
164	Tinta spray azul 359ml (4859)		JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHEMI COLOF	0	15,9940	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CHEMICOLOF	0	16,1260	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	chemicolor	0	16,2240	4
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CHEMICOLOF	0	15,9750	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHEMI COLOF	0	15,9975	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CHEMICOLOF	0	16,1225	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	chemicolor	0	16,2177	4
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CHEMICOLOF	0	15,9750	1
165	Tinta spray dourado 359ml (4860)		JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHEMI COLOF	0	15,9975	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CHEMICOLOF	0	16,1225	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	chemicolor	0	16,2177	4
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CHEMICOLOF	0	15,9750	1
166	Tinta spray prata 359ml (4861)		JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHEMI COLOF	0	15,9975	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CHEMICOLOF	0	16,1225	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	chemicolor	0	16,2177	4
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CHEMICOLOF	0	15,9750	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHEMI COLOF	0	15,9975	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CHEMICOLOF	0	16,1225	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 64/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
167	Tinta spray preto 359ml (4862)		CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	chemicolor	0	16,2273	4	
		UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CHEMICOLOR	0	15,9750	1	
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHEMI COLOF	0	15,9975	2	
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CHEMICOLOR	0	16,1225	3	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	chemicolor	0	16,2273	4	
168	Tinta spray verde 359ml (4863)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CHEMICOLOR	0	15,9750	1	
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHEMI COLOF	0	15,9975	2	
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CHEMICOLOR	0	16,1225	3	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	chemicolor	0	16,2177	4	
169	Tinta spray vermelha 359ml (4864)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CHEMICOLOR	0	15,9750	1	
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHEMI COLOF	0	15,9975	2	
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CHEMICOLOR	0	16,1225	3	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	chemicolor	0	16,2177	4	
170	Tinta spray marrom 359ml (4865)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CHEMICOLOR	0	15,9750	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 65/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
171	TNT amarelo (50mx1,40m) (4866)	RL	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	CHEMI COLOF	0	15,9975	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CHEMICOLOF	0	16,1225	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	chemicolor	0	16,2273	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SUL BRASIL	0	71,9700	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SUL BRASIL	0	72,0000	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SANTA FÉ	0	72,0000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SULBRASIL	0	74,5000	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	SUL BRASIL	0	74,5000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sulbrasil	0	74,9900	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SUL BRASIL	0	71,9967	1
172	TNT azul (50mx1,40m) (4867)	RL	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SUL BRASIL	0	71,9967	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SANTA FÉ	0	72,0000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SULBRASIL	0	74,5000	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CHEMICOLOF	0	74,5000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 66/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016

Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
173	TNT branco (50mx1,40m) (4868)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sulbrasil	0	74,9900	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SUL BRASIL	0	71,9967	1
			JJM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SUL BRASIL	0	71,9967	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SANTA FÉ	0	72,0000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SULBRASIL	0	74,5000	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CHEMICOLOF	0	74,5000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sulbrasil	0	75,0000	6
174	TNT preto (50mx1,40m) (4869)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SUL BRASIL	0	71,9967	1
			JJM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SUL BRASIL	0	71,9967	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SANTA FÉ	0	72,0000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SULBRASIL	0	74,5000	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CHEMICOLOF	0	74,5000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sulbrasil	0	75,0000	6
175	TNT verde (50mx1,40m) (4870)	RL	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SUL BRASIL	0	71,9967	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 67/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 **Data do Registro: 30/06/2015** **Válido até: 30/06/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
176	TNT vermelho (50mx1,40m) (4871)	RL	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SUL BRASIL	0	71,9667	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SANTA FÉ	0	72,0000	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CHEMICOLOF	0	74,5000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SULBRASIL	0	74,5000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	subrasil	0	75,0000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SUL BRASIL	0	71,9667	1
177	Tinta para almofada de carimbo 40 ml na cor preta (4872)	UND	JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	SUL BRASIL	0	71,9667	2
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	SANTA FÉ	0	72,0000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SULBRASIL	0	74,5000	4
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	CHEMICOLOF	0	74,5000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	subrasil	0	75,0000	6
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	JAPAN	0	5,1472	1
178	Tinta para almofada de carimbo 40 ml na cor preta (4872)	UND	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	J.STAMP	0	5,1408	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	RADEX	0	5,1888	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 68/70

Número do Registro de Preços: 6/2015 Data do Registro: 30/06/2015 Válido até: 30/06/2016
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
178	Grafite para uso em lapiseiras 0,5mm 2B extra macio, máxima resistência (4873)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	cabrink	0	5,3500	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	RADEX	0	5,3600	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	RADEX	0	5,3600	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CIS	0	3,0665	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	leo leo	0	3,1257	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	3,1296	3
179	Grafite para uso em lapiseiras 0,7mm 2B extra macio, máxima resistência. (4874)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SERTIC	0	3,1412	4
			JJM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	JOCAR	0	3,1800	5
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SERTIC	0	3,2000	6
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (6807)	CIS	0	3,0665	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	leo leo	0	3,1257	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	JOCAR	0	3,1296	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	SERTIC	0	3,1412	4
			JJM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (6709)	JOCAR	0	3,1800	5

Página: 69/70

IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	SERTIC	0	3,2000	6
--	--------	---	--------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 30/06/2015		Válido até: 30/06/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de material de expediente para o Fundo Municipal de de Saúde de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2015

PROCESSO Nº 11/2015

- (6593) - CELIA REGINA WAMBOMIMEL ME
- (6709) - JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME
- (6713) - ADL COMERCIAL EIRELI - EPP
- (6717) - KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME
- (6787) - IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME
- (6807) - RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME

Braço do Trombudo, 30 de Junho de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº10/2016 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016

Número do Registro de Preços: 10/2016 Data do Registro: 29/03/2016 Valido até: 29/03/2017

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Material para a reforma do telhado do prédio da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Chapa Ondulada 1,53 x1,10 x 6mm (17843)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	imbralit	0	31,0386	1
2	Chapa Ondulada 1,83 x1,10 x 6mm (17844)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	imbralit	0	36,5556	1
3	Chapa Ondulada 2,44 X1,10 x 6mm (17845)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	imbralit	0	50,1433	1
4	Cuneeira Articulada Inferior 6mm (17846)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	imbralit	0	33,5997	1
5	Cuneeira Articulada Superior 6mm (17847)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	imbralit	0	33,5997	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2016

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 29/03/2016		Válido até: 29/03/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Material para a reforma do telhado do prédio da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Parafuso Telheiro 5/16 x 110 (17848)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	rex	0	0,4335	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2016

Número do Registro de Preços: 10/2016		Data do Registro: 29/03/2016		Válido até: 29/03/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Material para a reforma do telhado do prédio da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016
PROCESSO Nº 17/2016
(8457) - WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Braço do Trombudo, 29 de Março de 2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº19/2015 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2015

Número do Registro de Preços: 19/2015		Data do Registro: 30/06/2016	Válido até: 30/06/2016
Objeto da Compra: Contratação de empresa para prestação de serviço de acesso a internet via rádio para diversos Setores da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo			

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Acesso a internet com velocidade de 2MB/2MB (instalado na Escola Nucleada Braco do Trombudo Km 15) Endereço: Rua: Rod. SC 426, nº 29 Bairro/ Complemento: Km15, (16249)	MES	ALTO VALE NET LTDA - EPP (8756)		0	116,3192	1
2	Acesso a internet com velocidade de 5MB/5MB (instalado na Escola Básica Adriano Mosimann) Rua: Leônido Machado, nº 179 Bairro/ Complemento: Sertão CEP: 89.178-000 (16250)	MES	ALTO VALE NET LTDA - EPP (8756)		0	290,6332	1
3	Acesso a internet com velocidade de 2MB/2MB (Centro de Educação Infantil Edison Amadi) Rua: Leônido Machado, Nº 179 Bairro/ Complemento: Sertão (16251)	MES	ALTO VALE NET LTDA - EPP (8756)		0	116,3198	1
4	Acesso a internet com velocidade de 3MB/3MB, (Centro de Educação Infantil Emilia Rinner) Rua: Bruno Plaster, nº 155 Bairro/ Complemento: Km20, (16252)	MES	ALTO VALE NET LTDA - EPP (8756)		0	174,5034	1
5	Acesso a internet com velocidade de 3MB/3MB, (Centro de Educação Infantil Tia Edith) Rua: Avenida Erika Hansen Joenck - 1388 Bairro/ Complemento: Centro, (16253)	MES	ALTO VALE NET LTDA - EPP (8756)		0	174,5034	1
6	Estação de Tratamento de Água (ETA) Braco Novo; Estrada Geral Braco Novo acesso a internet com velocidade de 600 /600KBPS (16254)	MES	ALTO VALE NET LTDA - EPP (8756)		0	52,1515	1
7	Ponto de Cultura Sertão acesso a internet com velocidade de 600 /600KBPS (Rua Leônido Rodrigues Machado) (16255)	MES	ALTO VALE NET LTDA - EPP (8756)		0	52,1515	1
8	Antiga Escolinha Braco novo acesso a internet com velocidade de 600 /600KBPS (Estrada Geral Alto Braco Novo) (16256)	MES	ALTO VALE NET LTDA - EPP (8756)		0	52,1515	1
9	Antiga Escolinha Ribeirão Vitória acesso a internet com velocidade de 600 /600KBPS (Estrada Geral alto Ribeirão Vitória) (16257)	MES	ALTO VALE NET LTDA - EPP (8756)		0	52,1515	1
10	Secretaria de agricultura acesso a internet com velocidade de 3 MB/3MB (rua dos pioneiros) (16258)	MES	ALTO VALE NET LTDA - EPP (8756)		0	174,5034	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 19/2015		Data do Registro: 30/06/2015		Válido até: 30/06/2016			
Objeto da Compra: Contratação de empresa para prestação de serviço de acesso a internet via rádio para diversos Setores da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	Instalação das antenas em cada unidade (16259)	UND	ALTO VALE NET LTDA - EPP (8756)		0	251,7332	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2015

Número do Registro de Preços: 19/2015		Data do Registro: 30/06/2015		Válido até: 30/06/2016			
Objeto da Compra: Contratação de empresa para prestação de serviço de acesso a internet via rádio para diversos Setores da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2015
PROCESSO Nº 31/2015
(8756) - ALTO VALE NET LTDA - EPP

Braço do Trombudo, 30 de Junho de 2015.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7.822, DE 28 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº. 7.822, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 1.277.856,02 (Hum milhão, duzentos e setenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e dois centavos), para atender a programação abaixo especificada:

03.00 Procuradoria Geral do Município
03.001 Procuradoria Geral do Município
0014.0422.0210.2311 Manutenção do Procon Municipal
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.000,00

09.00 Secretaria Municipal de Educação
09.001 Secretaria Municipal de Educação
0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 200.000,00

0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 150.000,00

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 150.000,00

10.00 Secretaria Municipal de Turismo
10.001 Secretaria Municipal de Turismo
0023.0695.0170.2310 Manutenção da Secretaria Municipal de Turismo
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 20.000,00

0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 85.000,00

0015.0452.0305.2040 Manutenção e Implantação da Iluminação Pública
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00

14.00 Encargos Gerais do Município
14.001 Encargos Gerais do Município
0028.0843.0180.2078 Pagamento de Precatórios – Ec 62/2009
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 500.000,00

18.00 Controladoria Geral do Município - CGM
18.001 Controladoria Geral do Município - CGM
0004.0122.0005.2004 Manutenção da Controladoria Geral do Município - CGM
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00

55.00 Fummpom – Fundo Munic. Melhoria da Polícia Militar
 55.001 Fummpom – Fundo Munic. Melhoria da Polícia Militar
 0006.0181.0150.1106 Instalações e Equip. P/ Polícia Militar
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
 0.3.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 160.000,00
 0.3.89.00 Alienação de Bens
 VALOR R\$ 141.394,99
 0.1.89.00 Alienação de Bens
 VALOR R\$ 4.461,03

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:
 I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

03.00 Procuradoria Geral do Município
 03.001 Procuradoria Geral do Município
 0014.0422.0210.2311 Manutenção do Procon Municipal
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 2.000,00
 09.00 Secretaria Municipal de Educação
 09.001 Secretaria Municipal de Educação
 0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
 VALOR R\$ 200.000,00
 0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
 VALOR R\$ 150.000,00
 10.00 Secretaria Municipal de Turismo
 10.001 Secretaria Municipal de Turismo
 0023.0695.0170.2310 Manutenção da Secretaria Municipal de Turismo
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Corrente
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 5.000,00
 13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Corrente
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 20.000,00
 0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Corrente
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 85.000,00
 0015.0452.0305.2040 Manutenção e Implantação da Iluminação Pública
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Corrente
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 5.000,00
 14.00 Encargos Gerais do Município
 14.001 Encargos Gerais do Município
 0028.0843.0180.2078 Pagamento de Precatórios – Ec 62/2009
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 500.000,00
 18.00 Controladoria Geral do Município - CGM
 18.001 Controladoria Geral do Município - CGM
 0004.0122.0005.2004 Manutenção da Controladoria Geral do Município - CGM
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Corrente
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 5.000,00

II - superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

282.018-8	B.B. PMB C/C	0.1.00.00	314.035,37
		0.3.00.00	4.516,79
156.314-9	B.B. PMB C/C	0.1.00.00	45.661,24

TOTAL GERAL			364.213,40
-------------	--	--	------------

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00
DDO à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00
Restos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00
TOTAL	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.00.00	364.213,40
Valor a Utilizar	0.3.00.00	364.213,40

282.018-8	B.B. PMB C/C	0.1.89.00 0.3.89.00	120,44 22.900,00
156.315-7	B.B. PMB C/C	0.1.89.00	118.374,55
TOTAL GERAL			141.394,99

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.89.00/0.3.89.00	0,00
DDO à Pagar	0.1.89.00/0.3.89.00	0,00
Restos à Pagar	0.1.89.00/0.3.89.00	0,00
TOTAL	0.1.89.00/0.3.89.00	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.89.00	141.394,99
Valor a Utilizar	0.3.89.00	141.394,99

III – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.89.00	Alienação de Bens
Valor Orçado	R\$ 0,00
Valor arrecadado até a data de 31/05/2016.	R\$ 4.461,03
Excesso de arrecadação até a data de 31/05/2016.	R\$ 4.461,03
Valor a Utilizar	R\$ 4.461,03

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 28/06/2016, revogando-se as disposições em contrário. Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 28 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador Geral do Município

CRISTIANO BITTENCOURT

Contador - Responsável Secretaria de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO CONVÊNIO Nº 08/2015

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO. CONVÊNIO nº 08/2015. CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E O MUNICÍPIO DE GUABIRUBA. Objeto: Cessão de servidor público municipal efetivo para a Coordenação do Órgão Executivo de Trânsito e Transportes de Guabiruba – GBTRAN. Data: 28 de junho de 2016. Signatários: José Luiz Cunha (Prefeito Municipal de Brusque); Matias Kohler (Prefeito Municipal de Guabiruba).

LEI Nº 4.004, DE 29 DE JUNHO DE 2016

LEI nº 4.004, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Altera o art. 1º da Lei nº 3.800, de 01 de dezembro de 2014, que denomina a via pública Rua Jeres Haroldo Bragatto, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 3.800, de 01 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica denominada RUA WANDA KREIDLOW, a via classificada como Rua 1000 (Loteamento Residencial Guilherme Kreidlow), transversal da rua Santa Cruz, bairro Águas Claras, localizada a 85,00 metros, sentido bairro/centro, antes da rua Ervin Kreidlow”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.005, DE 29 DE JUNHO DE 2016

LEI nº 4.005, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Fixa o valor do subsídio mensal do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Brusque, para o quadriênio de 2017/2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal do Prefeito e do Vice-Prefeito do Município de Brusque será estabelecido nos termos desta Lei.

Art. 2º O Prefeito Municipal receberá subsídio mensal no valor de R\$ 25.849,16 (vinte e cinco mil, oitocentos e quarenta e nove reais e dezesseis centavos).

Art. 3º O Vice-Prefeito receberá subsídio mensal de R\$ 12.532,92 (doze mil, quinhentos e trinta e dois reais e noventa e dois centavos).

Parágrafo único. Fica vedado a acumulação do subsídio mensal do Vice-Prefeito com o vencimento do cargo na administração direta ou indireta do Município, devendo optar ou pelo subsídio ou pelo vencimento do cargo que vier a ocupar.

Art. 4º O substituto legal que, na forma da Lei, assumir a chefia do Poder Executivo, durante os impedimentos ou ausências do Prefeito Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio mensal do Prefeito previsto no artigo 2º desta lei, proporcionalmente ao período da substituição.

Parágrafo único. A proporcionalidade de que trata este artigo levará em consideração o número de dias em que ocorrer a substituição.

Art. 5º Os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito terão suas expressões monetárias revisadas anualmente, na forma do art. 37, X, da Constituição Federal, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

Parágrafo único. O Prefeito e o Vice-Prefeito do Município de Brusque perceberão 13º subsídio, na mesma forma dos demais servidores do Município.

Art. 6º O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando em gozo de férias ou em licença, por motivo de saúde, perceberão integralmente o respectivo subsídio mensal.

Parágrafo único. Na hipótese de licença para tratamento de saúde, o Prefeito e o Vice-Prefeito estando vinculados ao Regime Geral de Previdência Social perceberão o equivalente à complementação do subsídio mensal, a partir do benefício previdenciário efetivamente pago.

Art. 7º É vedada a recuperação de valores do subsídio mensal do Prefeito e do Vice-Prefeito, em anos seguintes, quando não concedidos em decorrência da extrapolação dos limites legais e constitucionais.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.006, DE 29 DE JUNHO DE 2016

LEI nº 4.006, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Estabelece o subsídio dos Secretários Municipais a partir de 1º de janeiro de 2017 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio dos Secretários Municipais será de R\$ 12.532,92 (doze mil, quinhentos e trinta e dois reais e noventa e dois centavos).

§ 1º Serão admitidos o pagamento de 13º salário e 1/3 de férias.

§ 2º O Chefe de Gabinete do Prefeito e o Procurador Geral, para os efeitos desta Lei, são considerados Agentes Políticos com as mesmas prerrogativas de Secretário Municipal.

Art. 2º Os subsídios de que trata esta Lei serão revistos anualmente na mesma data e com o mesmo índice dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta de dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.007, DE 29 DE JUNHO DE 2016

LEI nº 4.007, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Fixa o valor do subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Brusque para a Legislatura 2017/2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Brusque será fixado nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Na hipótese de licença para tratamento de saúde, o Presidente e os Vereadores, estando vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, perceberão o equivalente à complementação do subsídio mensal, a partir do benefício previdenciário efetivamente pago.

Art. 2º Os Vereadores da Câmara Municipal receberão subsídio mensal de R\$ 8.830,95 (oito mil, oitocentos e trinta reais e noventa e cinco centavos).

§ 1º A ausência de Vereador na Ordem do Dia de Sessão Plenária Ordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio mensal no valor de R\$ 1.103,53 (um mil, cento e três reais e cinquenta e três centavos).

§ 2º Considera-se como justificativa legal, para efeitos deste artigo:

- a) ausência de matéria a ser votada;
- b) a não realização de reunião por falta de quorum, relativamente aos Vereadores presentes;
- c) a participação em eventos destinados a atualização e orientação para o desempenho do mandato;
- d) quando representar o Poder Legislativo em eventos no qual a Câmara participar;
- e) quando das ausências por motivos relevantes não previstos nas alíneas a, b, c e d, sujeito à aprovação do Plenário.

§ 3º As sessões plenárias extraordinárias, solenes e especiais não serão remuneradas.

§ 4º Em caso de substituição, os Vereadores suplentes terão direito à percepção do valor indicado no caput deste artigo.

Art. 3º O subsídio do Presidente da Câmara Municipal será no valor de R\$ 8.830,95 (oito mil, oitocentos e trinta reais e noventa e cinco centavos), acrescidos de uma parcela adicional de caráter indenizatório no valor de R\$ 3.095,28 (três mil, noventa e cinco reais e vinte e oito centavos), a título de representação judicial e extrajudicial do Poder Legislativo, bem como em solenidade e eventos oficiais, e o desempenho das funções administrativas do Parlamento.

Parágrafo único. O substituto legal que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausências do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio mensal e da parcela indenizatória do Presidente, previsto neste artigo, proporcionalmente ao período da substituição.

Art. 4º O subsídio mensal dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal terá sua expressão monetária revisada anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

§ 1º É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º É vedada a recuperação de valores do subsídio mensal dos Vereadores, em anos seguintes, quando não pagos em decorrência da extrapolação dos limites legais e constitucionais.

Art. 5º O subsídio mensal dos Vereadores será pago normalmente durante os recessos parlamentares, independentemente de convocação de sessão legislativa extraordinária.

Parágrafo único. É vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação para sessão legislativa extraordinária, aplicando por simetria o § 7º do art. 57 da Constituição Federal.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de junho de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 1.357/2016

PORTARIA Nº 1.357/2016

O Diretor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/2013;

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder retorno, às atividades junto à Secretaria Municipal de Educação, na data de 09/06/2016, ao servidor IGOR ALVES BALBINOT, cedido através da Portaria nº 142/2016 para a 86ª Zona Eleitoral de Brusque.

Parágrafo Único – O retorno dá-se em função do Servidor ter sido nomeado para o cargo de Diretor junto a Secretaria Municipal de Educação na data de 10/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 09/06/2016, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 29 de Junho de 2016

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

RESOLUÇÃO Nº 08, DE 24 DE JUNHO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 08, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a criação de Comissão Especial Temporária do Processo Eleitoral da representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social, Gestão 2016 - 2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em reunião extraordinária, realizada na data de 24 de junho de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 56, de 02 de janeiro de 1997, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Brusque – CMAS,

RESOLVE:

Art. 1º Criar Comissão Especial Temporária, denominada Comissão Eleitoral, com a finalidade de organizar o processo eleitoral da representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social CMAS, para gestão 2016 – 2018, composta pelas conselheiras:

- a) Amanda Barilli;
- b) Ana Janaína Medeiros de Souza;
- c) Helena Dias;
- d) Ivana Lúcia Meiring Deichmann.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 09, DE 29 DE JUNHO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 09, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre o Plano de Ação para cofinanciamento do Governo Federal Sistema Único da Assistência Social, oriundo do Fundo Nacional de Assistência Social de 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em reunião extraordinária, realizada dia 29 de junho de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742.

de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Complementar Municipal nº 56 de 08 de janeiro de 1997, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Brusque/SC– CMAS,

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar Plano de Ação para cofinanciamento do Governo Federal Sistema Único da Assistência Social, referente ao ano de 2016.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

HELENA DIAS

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 29 DE JUNHO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em reunião extraordinária, realizada dia 29 de junho de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Complementar Municipal nº 56 de 08 de janeiro de 1997, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Brusque/SC– CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de R\$ 55.077,40, referente ao ano de 2016, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA DIAS

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 29 DE JUNHO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre alteração da formação da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Brusque-SC, em reunião extraordinária realizada no dia 29 de junho de 2016, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 56 de 08 de janeiro de 1997, com fundamento nos artigos 30 e 31 de seu Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1.º – Alterar a Comissão de Monitoramento e Avaliação conforme previsto em seu Regimento Interno.

Art. 2.º – Será alterada a composição da Comissão conforme segue abaixo:

Comissão de Monitoramento e Avaliação:

Ana Janaina Medeiros de Souza – Secretaria de Assistência Social
Maritza Sartori Bohn – Secretaria de Saúde
Carla Gabriela Dutra Lopes – APAE
Helena Dias – Lar Menino Deus

Art. 3.º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

HELENA DIAS
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.828

DECRETO Nº 6.828, de 27 de junho de 2016.
Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Julgamento a que se refere o Processo Licitatório nº 61/2016, Concorrência nº 04/2016, cujo objeto é a contratação de empresa prestadora de serviços de limpeza e conservação predial da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde de Caçador:

- I – Julio Cesar Ferreira;
- II – Samara Aparecida Roaris;
- III – Fabiana Binotto Cracco.

Parágrafo único. A Comissão reunir-se-á no dia 18/07/2016 às 14h10min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de junho de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.833

DECRETO Nº 6.833, de 29 de junho de 2016.
Suplementa dotação orçamentária, por conta de remanejamento entre despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nas Leis nºs 3.280, de 18/12/2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2016 e 3.305, de 09 de junho de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2016, na importância de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais):

- 13 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
- 13.001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
- 13.392.19.2.69 - Manutenção do Departamento de Cultura
- 4.4.90.00.00.0100 - Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), conforme segue:

01 - PODER LEGISLATIVO

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL

1.031.0001.1.191 - Modernização da Estrutura Patrimonial
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas.... R\$ 110.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de junho de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 27.027

PORTARIA Nº 27.027, de 27 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, §1º, I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

Resolve:

EXONERAR, a pedido, o Servidor Público Municipal MÁRCIO FACIONI DE MELLO, matrícula 8335, ocupante do cargo efetivo de Agente Municipal de Segurança e Trânsito, da Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador (Dittesc), carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nomeado pela Portaria nº 17.994, de 31 de março de 2008, com efeitos a partir de 01 de julho de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de junho de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.030

PORTARIA Nº 27.030, de 27 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE

CONCEDER ao Servidor Público Municipal EDSON POHLENZ, matrícula 3016, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, lotado junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, 02 (dois) anos de Licença Sem Vencimentos para tratar de assuntos particulares, com efeitos a partir de 01 de julho de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de junho de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.035

PORTARIA Nº 27.035, de 29 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal,

Resolve:

ALTERAR A CARGA HORÁRIA das Servidoras Públicas Municipais a seguir relacionadas, lotadas na Secretaria Municipal da Educação, especificando código, nome, cargo, carga horária anterior, carga horária atual, escola de atuação, motivo da alteração e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	De	Para	Escola de atuação	Motivo da alteração	Período – A Contar de:
14330	Cristina Aparecida Bechert	Professor Ensino Fundamental I	20	40	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Vinculada – Marília Neis Godinho em licença prêmio	01/06/2016 a 30/07/2016
14340	Ivanice Niendicher	Professor Ensino Fundamental I	20	40	EMEB Morada do Sol	Vaga Vinculada – Lair de Fátima Carneiro Klabunde em licença prêmio	13/06/2016 a 22/12/2016
14630	Mariele Zago	Professor Ensino Fundamental II	20	30	EMEB Morada do Sol	Vaga Vinculada – Rosete Vebber da Silva Ferlin em licença para tratamento de saúde	14/06/2016 a 06/07/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de junho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.**PORTARIA Nº 27.037**

PORTARIA Nº 27.037, de 29 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no inciso III, artigo 11 da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

Resolve:

RESCINDIR, o contrato em caráter temporário do Servidor Público Municipal, lotado na Secretaria Municipal da Educação, abaixo relacionado, especificando código, nome, cargo, local de atuação e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	A contar de:
14572	Vitor Thomé Cechetto	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Nossa Senhora Salete; EMEB Padre José Chamot (extensão Graciosa Copetti Pereira) e EMEB Padre José Chamot (extensão Santo Damião)	14/06/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de junho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 69 - 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 40 - 2016 – PREFEITURA**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 69 - 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 40 - 2016 – PREFEITURA; TIPO: MENOR PREÇO,
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS DESTINADOS AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – PAR – PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS – MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 13/07/2016 às 16h30min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 13/07/2016 às 16h30min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Site Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone,

Caçador, 28, de junho de 2016.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Camboriú

PREFEITURA

ANULAÇÃO PR 060/2016 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
ANULAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2016-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 074/2016 cujo objeto é: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DATACENTER COM O FORNECIMENTO DE NOBREAKS, QUADROS E INFRAESTRUTURA ELÉTRICA, CLIMATIZAÇÃO DE PRECISÃO, PISO ELEVADO, CONTROLE DE ACESSO, CABEAMENTO ESTRUTURADO, REDE WIRELESS E ACESSÓRIOS CORRELATOS COM FORNECIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E PROJETO AS BUILT", REFERENTE AO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT/BNDES, POR MEIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL." RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES
Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 28 de Junho de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

DECRETO N.º 3.109/2016

DECRETO N.º 3.109/2016

Dispõe sobre desafetação de área de terras do Município de Camboriú autorizada pela Lei Municipal n.º 1.273/1998 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o levantamento topográfico das áreas de terras de propriedade do Município de Camboriú, ocupadas por famílias com ânimo definitivo para fins de moradia, realizado pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil;
CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n.º 1.273, de 12 de junho de 1998;

DECRETA:

Art. 1º Fica desafetada de sua destinação originária, passando a integrar a categoria de bens dominiais do patrimônio disponível da Administração Municipal, nos termos da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a área de terras de 231,00 m² (duzentos e trinta e um metros quadrados), localizada no Loteamento Albert Hermann Putter, representada pelo Lote n.º 336, situado na Rua Rosa Branca, n.º 351, Bairro Monte Alegre, Camboriú/SC, de propriedade do Município de Camboriú.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo possui as seguintes medidas e confrontações:

I - faz frente ao NORTE com a Rua Rosa Branca, onde mede 10,60 m (dez vírgula sessenta metros); medindo 10,40 (dez vírgula quarenta metros) nos fundos ao SUL com parte do lote 310 e do lote 311; estrema ao LESTE com o lote 335 onde mede 22,00 (vinte dois metros); com a mesma medida na estrema a OESTE com o

lote 337.

Art. 2º Fica reconhecida, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a legitimação da posse da área descrita no artigo 1º deste Decreto em favor JEAN IVÍDIO BRANDALISE, portador do RG n.º 5.436.462 e inscrito no CPF sob o n.º 059.980.039-93, residente e domiciliado na referida área.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 24 de junho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Igor de Oliveira Pinho

Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 3.110/2016

DECRETO N.º 3.110/2016

Declara de Utilidade Pública a Área de Preservação Permanente que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar obra de infraestrutura urbana, destinada ao serviço público de saneamento, com o objetivo de minimizar o problema com alagamentos e facilitar o escoamento das águas no Centro de Camboriú;

CONSIDERANDO o interesse público na realização da obra objeto deste Decreto;

CONSIDERANDO que para a realização da referida obra será necessária a intervenção em área de preservação permanente;

CONSIDERANDO o disposto na alínea "b" do inciso VIII do artigo 3º e no artigo 8º, ambos da Lei Federal n.º 12.651/2012;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, com fundamento na Lei Federal n.º 12.651/2012, a área de terra com extensão de 22,62 m², localizada na Rua João Moraes, n.º 276, Centro, Camboriú/SC, local onde será substituída a tubulação já existente.

Art. 2º A área de terra declarada de utilidade pública, objeto deste Decreto, possui a seguinte descrição:

I - inicia-se a descrição deste perímetro com frente ao oeste, partindo do Vértice V1, de coordenadas N= 7008995.1720 m e E= 733440.0026 m, segue-se com distância de 0,50 cm até o vértice V2, de coordenadas N= 7008995.6672 m e E=733440.0720 m, deste segue-se com distância de 42,23 m até o vértice V3, de coordenadas N= 7008989.6084 m e E= 733484.8959 m, deste segue-se com distância de 0,50 cm até o Vértice V4, de coordenadas N= 7008989.1109 m e E= 733484.8432 m, segue-se com distância de 42,23 m até o Vértice V1, início desta descrição perimétrica, em que as coordenadas estão georreferenciadas no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000.

Art. 2º A área descrita no artigo 1º deste Decreto se destina à obra de substituição de tubulação para minimizar o problema com alagamentos e facilitar o escoamento das águas, bem como para minimizar a proliferação de vetores nocivos a saúde pública.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 28 de junho de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

Igor de Oliveira Pinho
Secretário M. de Administração

DL 002/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 002/2016 – FMS
Data: 29/06/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA CUMPRIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL, CONFORME DECISÃO EM ANEXO. AUTOS Nº 0301259-072016.8.24.0113 - VITÓRIA WEIRICH MARTINS DA SILVA.

Valor total: R\$ 10.552,68 (Dez Mil, Quinhentos e Cinquenta e Dois Reais, Sessenta e Oito Centavos).

Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.

Contratada: ABBVIE FARMACÊUTICA LTDA

Embasamento legal: artigo 24, inciso "V" da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 29 de Junho de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
PREFEITA MUNICIPAL

PR 028/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2016-FMS - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONSERTO DO VEÍCULO LOGAN MMH 6564, PERTENCENTE À FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, FAZ-SE NECESSÁRIO O SERVIÇO DE RESTAURAÇÃO, DE PINTURA E MÃO DE OBRA DO REFERIDO VEÍCULO, TENDO EM VISTA QUE O MESMO ESTEVE ENVOLVIDO EM UM ACIDENTE DE TRÂNSITO QUE OCASIONOU DANOS MATERIAIS. CONFORME BOLETIM DE OCORRÊNCIA ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 12:15 horas do dia 14 (Quatorze) de Julho de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 29 de Junho de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 075/2016 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 075/2016- PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, BLOCOS E MOURÕES PARA SEREM APLICADOS NA DRENAGEM E MANUTENÇÃO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO, BEM COMO A CONSTRUÇÃO DE CAIXAS DE CONTENÇÃO, BUEIROS E BOCAS DE LOBO E O CERCAMENTO DE VIAS PÚBLICAS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 13:00 horas do dia 14 (Quatorze) de Julho de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 29 de Junho de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

RESUMO DE CONTRATO 34 - 2016 - PMC

RESUMO DE CONTRATO
PMC

Contrato nº 034/2016

Processo: Concorrência Pública Nº 002/2016

Contratado: MULTIPLOS SERVICOS E OBRAS LTDA

Data: 16/06/2016

Prazo: 06 (seis) meses

Valor: R\$ 2.072.212,02 (Dois milhões setenta e dois mil duzentos e doze reais e dois centavos)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO DAS RUAS: JOAQUIM NUNES, MONTE AGULHAS NEGRAS, OSCAR VIEIRA, GUSTAVO RICHARD, PRESIDENTE COSTA E SILVA, ARIRIBA E ANGELIM, TODAS NESTE MUNICÍPIO, NOS TERMOS DOS PROJETOS BÁSICOS E MEMORIAL DESCRITIVO, E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO

ADITIVOS
PMC

Primeiro Termo aditivo ao

Contrato: 034/2016

Processo: Concorrência Pública Nº 002/2016

Contratado: MULTIPLOS SERVICOS E OBRAS LTDA

Data: 29/06/2016

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 296.822,22 (Duzentos e noventa e seis mil oitocentos e vinte e dois reais e vinte e dois centavos), referente a qualificação de vias diversas, conforme projeto, memorial descrito e demais anexos, solicitado pela secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

IGOR DE OLIVEIRA PINHO
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA PREGÃO ELETRÔNICO 61/2016

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 61/2016)

Às 10h do dia 29/06/2016, reuniu-se o Pregoeiro deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é a aquisição de equipamentos para três academias ao ar livre a serem instaladas na localidade de São Miguel, Bairro Belo Horizonte (Vila Scheide) e Bateias de Baixo no município de Campo Alegre – SC.

A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/e3mgKH>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

ATA PREGÃO ELETRÔNICO 62/2016

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 62/2016)

Às 14h do dia 29/06/2016, reuniu-se o Pregoeiro deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é a aquisição de equipamentos para duas academias ao ar livre a serem instaladas na localidade de Ribeirão do Meio e Centro do município de Campo Alegre - SC.

A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/e3mgKH>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

CONVOCAÇÃO Nº 103/2016

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2015

CONVOCAÇÃO Nº 103/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. ANTONIO JOARES DE LIMA, inscrita no CPF/MF sob nº 902.503.899-91, aprovado em 1º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público de AGENTE OPERACIONAL II, na Função de VIGIA, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 01 de julho de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 29 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

CONVOCAÇÃO Nº 104/2016

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

CONVOCAÇÃO Nº 104/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ANA RUTH PRUSSAK, inscrita no CPF/MF sob nº 093.322.634-93, aprovada em 5º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO DISTRITO DE FRAGOSOS. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de julho de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 29 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA

Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

CONVOCAÇÃO Nº 105/2016

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

CONVOCAÇÃO Nº 105/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. DENISE IOHANSON, inscrita no CPF/MF sob nº 059.579.289-84, aprovada em 2º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NA LOCALIDADE DE AVENCA DO RIO NEGRO E CAPINZAL. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de julho de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 29 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA

Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

CONVOCAÇÃO Nº 106/2016

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015
CONVOCAÇÃO Nº 106/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ELENICE MICKUS, inscrita no CPF/MF sob nº 041.677.909-39, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO BAIRRO CASCATAS (VILA CEDRO). A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de julho de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 29 de junho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA
Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

CONVOCAÇÃO Nº 107/2016

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015
CONVOCAÇÃO Nº 107/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. IVETE MARIA LOPES ALEXANDRE, inscrita no CPF/MF sob nº 311.330.109-20, aprovada em 2º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO BAIRRO CASCATAS (VILA CEDRO). A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de julho de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 29 de junho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA
Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

CONVOCAÇÃO Nº 108/2016

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2016
CONVOCAÇÃO Nº 108/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ROSEMERI FERREIRA DA CRUZ, inscrita no CPF/MF sob nº 750.328.489-72, aprovada em 10º lugar no Processo Seletivo nº 001/2016-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR I, na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 04 de julho de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 29 de junho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 9.850 DE 29 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 9.850 DE 29 DE JUNHO DE 2016
HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução nº 13 do Conselho Municipal de Saúde, Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
29 de junho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 13 DE 28 DE JUNHO DE 2016

"APROVA AS METAS PACTUADAS NO SISPACTO REFERENTE AO ANO DE 2016."

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião extraordinária realizada no dia 28 de junho de 2016, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea "h" do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovadas as METAS PACTUADAS NO SISPACTO REFERENTE AO ANO DE 2016.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 28 de junho de 2016.
CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC.

DECRETO Nº 9.851 DE 30 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.851 DE 30 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com CLARETE DA LUZ DOS SANTOS CUBAS, do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob o nº 955608, a partir de 30 de junho de 2016.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
30 de junho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.852 DE 30 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.852 DE 30 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO CARGO DE CHEFE DO SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH, Matrícula Funcional nº 000773, Registro no Sistema sob o nº 955391, do Cargo de Chefe do Serviço de Desenvolvimento Social, Função Gratificada FG-1, a partir de 30 de junho de 2016.

Parágrafo único – A exoneração a pedido de que trata o caput deste Artigo, em atenção ao requerimento da Servidora Pública devidamente assinado, protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 29 de junho de 2016 sob o nº 3377.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
30 de junho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos

endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.853 DE 30 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.853 DE 30 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO CARGO DE CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido ANA MARIA DOS SANTOS HERBST, Matrícula Funcional nº 330, Registro no Sistema sob o nº 129040, do Cargo de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo da Saúde, Função Gratificada FG-1, a partir de 30 de junho de 2016.

Parágrafo único – A exoneração a pedido de que trata o caput deste Artigo, em atenção ao requerimento da Servidora Pública devidamente assinado, protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 17 de junho de 2016 sob o nº 3157.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
30 de junho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.117 DE 29 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.117 DE 29 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 186, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença por motivo de doença em pessoa da família, pelo período de 30 (trinta) dias a Servidora Pública, DAISI ISABEL BUCHMANN SCHROEDER, Matrícula Funcional nº 000448, Registro no Sistema sob o nº 954393, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Auxiliar de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, a partir de 30 de maio de 2016 a 28 de junho de 2016.

Parágrafo único – A licença de que trata o caput deste artigo, requerimento devidamente assinado pela Servidora Pública e

protocolado pelo Serviço de Protocolo sob nº 2487 em data de 30 de maio de 2016.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 30 de maio de 2016.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
29 de junho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.118 DE 29 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.118 DE 29 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias ao Servidor Público Municipal, PATRICK ONGHERO, Matrícula Funcional nº 000609, Registro no Sistema sob nº 954897, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único – As férias de que trata o Caput deste artigo, refere-se ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art.2º) Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art.3º) O Servidor gozará as férias no período de 27 de junho de 2016 à 16 de julho de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, requerimento devidamente assinado pelo Servido Público em data de 22 de junho de 2016.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de junho de 2016.

Art.5º) revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
29 de junho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.119 DE 29 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.119 DE 29 DE JUNHO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO CHEFE DO SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Público, CLAUDIO DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000254, Registro no Sistema Sob nº 313130, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional IV, exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Saneamento Ambiental, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único – A Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 01 de outubro de 2012 a 01 de outubro de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 20 de junho de 2016 sob nº 3170.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
29 de junho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.120 DE 29 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.120 DE 29 DE JUNHO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Público, CLÓVIS NENEVÊ, Matrícula Funcional nº 000583, Registro no Sistema Sob nº 954778, ocupante do Cargo Público de Motorista, exercendo a Função de Motorista da Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – A Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 07 de agosto de 2012 a 07 de agosto de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 20 de

junho de 2016 sob nº 3192.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
29 de junho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.121 DE 29 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.121 DE 29 DE JUNHO DE 2016
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Público, JOSÉ ODENIR ALVES FRANCO, Matrícula Funcional nº 000266, Registro no Sistema Sob nº 314960, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Parágrafo único – A Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 20 de junho de 2013 a 20 de junho de 2016, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente assinado em data de 24 de junho de 2016.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
29 de junho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.122 DE 29 DE JUNHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.122 DE 29 DE JUNHO DE 2016
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública, NILDA VIEIRA DE LIMA, Matrícula Funcional nº 000605, Registro no Sistema Sob nº 954847, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e desenvolvimento Social.

Parágrafo único – A Licença Prêmio de que trata o caput deste Artigo referente ao período aquisitivo 08 de junho de 2013 a 08 de junho de 2016, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, devidamente protocolada em data de 27 de junho de 2016 sob nº 3309.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
29 de junho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/06/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 13 DE 28 DE JUNHO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 13 DE 28 DE JUNHO DE 2016
"APROVA AS METAS PACTUADAS NO SISPACTO REFERENTE AO ANO DE 2016."

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião extraordinária realizada no dia 28 de junho de 2016, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea "h" do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovadas as METAS PACTUADAS NO SISPACTO REFERENTE AO ANO DE 2016.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 28 de junho de 2016.
CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre/SC.

Campo Erê

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PL 1246/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº1246/2016, na modalidade Pregão de nº 27/2016 tendo como objeto o Registro de Preços, para aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE, a serem usadas pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e descrições no edital.

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	17	100,00	0,7800	78,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	34	50,00	2,0000	100,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	39	100,00	0,4900	49,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	50	40,00	0,9300	37,2000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	52	250,00	13,9000	3.475,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	73	1.000,00	19,9000	19.900,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	75	30,00	99,0000	2.970,0000
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	1	18	20,00	74,0500	1.481,0000
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	1	21	40,00	10,0500	402,0000
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	1	23	30,00	49,7000	1.491,0000
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	1	24	20,00	49,8000	996,0000
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	1	25	40,00	18,3000	732,0000
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	1	37	200,00	1,6800	336,0000
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	1	38	50,00	10,0000	500,0000
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	1	44	160,00	3,8400	614,4000
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	1	54	50,00	0,4900	24,5000
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	1	55	20,00	98,5000	1.970,0000
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	1	58	50,00	3,1500	157,5000
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	1	69	1.800,00	2,3500	4.230,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	1	50,00	7,4500	372,5000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	2	10,00	14,8000	148,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	3	20,00	6,2000	124,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	4	20,00	1,9000	38,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	5	50,00	0,6500	32,5000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	6	10,00	7,5000	75,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	7	50,00	0,8500	42,5000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	8	10,00	0,9000	9,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	9	25,00	15,5500	388,7500
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	10	4,00	22,4000	89,6000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	11	4,00	26,8000	107,2000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	12	30,00	1,0500	31,5000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	13	30,00	0,5500	16,5000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	14	60,00	2,0000	120,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	15	20,00	56,5000	1.130,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	16	20,00	79,0000	1.580,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	19	20,00	2,8500	57,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	20	40,00	10,4000	416,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	22	50,00	2,0000	100,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	26	10,00	49,0000	490,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	27	20,00	2,1500	43,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	28	20,00	2,1500	43,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	29	20,00	2,1500	43,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	30	20,00	3,4500	69,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	31	20,00	27,3000	546,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	32	20,00	24,3000	486,0000

BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	33	4,00	42,0000	168,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	35	3,00	12,9500	38,8500
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	36	40,00	4,3000	172,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	41	10,00	60,1000	601,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	42	10,00	13,3000	133,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	43	5,00	13,1000	65,5000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	45	30,00	1,0500	31,5000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	46	60,00	3,5000	210,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	47	30,00	3,5000	105,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	48	30,00	10,4500	313,5000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	49	10,00	5,4000	54,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	51	10,00	18,8000	188,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	53	5,00	6,7000	33,5000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	56	20,00	6,7000	134,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	57	400,00	0,9500	380,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	59	30,00	5,5500	166,5000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	60	10,00	7,0000	70,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	61	1.800,00	0,1400	252,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	62	20,00	7,3000	146,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	63	4,00	10,6000	42,4000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	64	10,00	5,7500	57,5000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	65	30,00	0,7800	23,4000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	66	200,00	0,5000	100,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	67	4,00	12,9000	51,6000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	68	20,00	12,4000	248,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	70	50,00	4,4000	220,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	71	16,00	19,5000	312,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	72	10,00	13,7000	137,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	74	5,00	21,7000	108,5000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	26.609,20
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	12.934,40
BELINKI E SOUZA LTDA ME	11.160,80

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Quarta-Feira, 29 de junho de 2016.

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PL 1280/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº1280/2016, na modalidade Pregão de nº 28/2016 tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA, DE ÓLEO DIESEL S10, E ÓLEO DIESEL S500.

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
BAGGIO COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	1	1	31.946,07	3,0500	97.435,5135
BAGGIO COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	1	2	34.885,88	2,9400	102.564,4872

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
BAGGIO COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	200.000,00

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Quarta-Feira, 29 de junho de 2016.

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº 7529/16

DECRETO Nº 7529/16 DE 21/06/16

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 2014/16 de 17/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Professora III, M04, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentadoria por tempo de contribuição da titular, BELONI BUENO ALVES, retroagindo seus efeitos a 17 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 21 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7530/16

DECRETO Nº 7530/16 DE 21/06/16

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1292/16/16 de 01/06/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Professora III, M04, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentadoria especial da titular, CARMEN LUCIA FABIENSKI, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 21 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7531/16

DECRETO Nº 7531/16 DE 21/06/16

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 464/16 de 14/02/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Professora III, M04,

integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentadoria compulsória do titular, CELITO CHIODDI, retroagindo seus efeitos a 17 de fevereiro de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 21 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7532/16

DECRETO Nº 7532/16 DE 21/06/16

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1188/16 de 29/04/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Professora III, M04, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentadoria por tempo de serviço da titular, CLEUDES REGINATO DE OLIVEIRA, retroagindo seus efeitos a 30 de abril de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 21 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7533/16

DECRETO Nº 7533/16 DE 21/06/16

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1331/16 de 17/06/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Professora III, M04, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentadoria por tempo de serviço da titular, CONCEIÇÃO APARECIDA VACARI, retroagindo seus efeitos a 13 de junho de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 21 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7534/16

DECRETO Nº 7534/16 DE 21/06/16

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1193/16 de 03/05/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Professora III, M04, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentadoria por tempo de serviço da titular, ILDA NEVES DE MORAES, retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 21 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7535/16

DECRETO Nº 7535/16 DE 21/06/16

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 119116 de 03/05/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Professora III, M04, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentadoria por idade da titular, LEDA MARIA BOSI, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 21 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7536/16

DECRETO Nº 7536/16 DE 21/06/16

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 105816 de 29/03/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Professora III, M04, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentadoria por tempo de contribuição da titular, LINDAMIR DE FATIMA FAGUNDES, retroagindo seus efeitos a 21 de março de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 21 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7538/16

DECRETO Nº 7538/16 DE 21/06/16

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1290/16 de 01/06/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Professora III, M04, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentadoria especial da titular, NEUSA DAS GRAÇAS FAEDO retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 21 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7539/16

DECRETO Nº 7539/16 DE 21/06/16

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1250/16 de 25/05/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Professora III, M04, integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência do falecimento da titular, SANDRA APARECIDA FRANÇA FAGUNDES retroagindo seus efeitos a 18 de maio de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 21 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7540/16

DECRETO Nº 7541/16 DE 21/06/16

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1192/16 de 03/05/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Professora III, M04,

integrante do quadro de pessoal da Lei nº 1.967/93 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Magistério, em decorrência da aposentadoria por invalidez da titular, TEREZINHA CORREA BONATO retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 21 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7541/16

DECRETO Nº 7541/16 DE 21/06/16

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 957/16 de 07/03/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Técnico em Apoio Administrativo integrante do Anexo I Nível I do quadro de pessoal – Lei nº 1.981/93 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência do pedido de demissão da titular, GRAZIELI APARECIDA CORDEIRO CORREA MAI, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 21 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7542/16

DECRETO Nº 7542/16 DE 21/06/16

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 956/16 de 07/03/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Técnico em Apoio Administrativo integrante do Anexo I Nível I do quadro de pessoal – Lei nº 1.981/93 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência da aposentadoria por tempo de contribuição da titular, JUREMA TERESINHA RAYZEL, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 21 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7543/16

DECRETO Nº 7543/16 DE 21/06/16

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 960/16 de 14/03/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Técnico em Apoio Administrativo integrante do Anexo I Nível I do quadro de pessoal – Lei nº 1.981/93 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência da aposentadoria por tempo de contribuição da titular, MARITA DE FATIMA FORGEARINI, retroagindo seus efeitos a 14 de março de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 21 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7544/16

DECRETO Nº 7544/16 DE 21/06/16

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1234/16 de 24/05/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Motorista integrante do Anexo I Nível IV do quadro de pessoal – Lei nº 1.981/93 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos do Município, em decorrência do falecimento do titular, GERALDO MAFIOLETI, retroagindo seus efeitos a 19 de maio de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 21 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS**CONTRATO Nº 28/2016 - SAMAE**

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 28/2016
PROCESSO LICITATÓRIO - 18/2013
TOMADA DE PREÇO – 09/2013

DATA DE ASSINATURA: 29 de Junho de 2016.

OBJETO: Administração no fornecimento de ticket'salimentação através da utilização de cartões eletrônicos.

CONTRATADA: Personal Net Tecnologia de informação LTDA.

VALOR: Concessão de abatimento da taxa de administração em 0,80% (zero vírgula oitenta por cento)

PRAZO: 01.07.2016 à 30.06.2017.

Campos Novos – SC, 29 de Junho de 2016.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 49/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 49/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 34/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição parcelada, conforme necessidade de materiais de construção, para manutenção corretiva, preventiva e para pequenos reparos, visando a conservação dos prédios da Secretaria de Assistência Social e Cidadania, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante e inseparável do Edital. DATA DE ABERTURA: 12 de julho de 2016, às 10:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 29 de junho de 2016. ANTONIO DA SILVA – Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 618/2016

PORTARIA Nº. 618/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

REVOGAR PORTARIA

Art. 1º - Fica revogado o inteiro teor da Portaria nº 467/2016.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÕES DO PREGÃO Nº PMC 76/2016 (ELETRÔNICO)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. PMC 112/2016
EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 76/2016 (ELETRÔNICO)
ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que, fica sem efeito a publicação do termo de homologação e do resultado final do Pregão Nº PMC 76/2016 (ELETRÔNICO), feita no Diário Oficial Eletrônico do Município (DOM), edição Nº 2024, de 27 de junho de 2016, nas páginas 95 e 100. A publicação correta estará presente nesta edição do Diário Oficial Eletrônico do Município (DOM).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 65/2016 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/16
HOMOLOGAÇÃO: 29/06/16
CONTRATADO: STANG & STANG LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO DIESEL S-10, ENTREGUE NO POSTO DA CONTRATADA DIRETAMENTE NO TANQUE DOS CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS E CAMINHONETES DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR, PELO PERÍODO DE 12 MESES.
VALOR DA DESPESA: R\$ 289.000,00 (duzentos e oitenta e nove mil reais)
DATA: 29/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 76/2016 (ELETRÔNICO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/16
HOMOLOGAÇÃO: 24/06/16
CONTRATADO: BALLOTIN MÁQUINAS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 GRADE ARADORA, 05 DISTRIBUIDORES DE CALCÁRIO, 05 PLAINAS AGRÍCOLAS TRASEIRAS REVERSÍVEIS E 05 CONCHAS TRASEIRAS, DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CANOINHAS - PROPOSTA SIGEF Nº 16436/2016.
VALOR DA DESPESA: R\$ 66.800,00 (sessenta e seis mil e oitocentos reais)
DATA: 29/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/16
HOMOLOGAÇÃO: 24/06/16
CONTRATADO: AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 GRADE ARADORA, 05 DISTRIBUIDORES DE CALCÁRIO, 05 PLAINAS AGRÍCOLAS TRASEIRAS REVERSÍVEIS E 05 CONCHAS TRASEIRAS, DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CANOINHAS - PROPOSTA SIGEF Nº 16436/2016.
VALOR DA DESPESA: R\$ 34.693,00 (trinta e quatro mil seiscentos e noventa e três reais)
DATA: 29/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 92/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 130/2016
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 92/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 14/07/2016, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO PARCELADA DE HORAS DE TRATOR DE ESTEIRA, RETROESCAVADEIRA E DE M³/KILOMETRO RODADO CARREGADO DE CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 14/07/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.
Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº FIA 02/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FIA 03/2016
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FIA 02/2016
O Fundo Municipal da Infância e Adolescência do Município de

Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 12/07/2016, às 14h05min, Licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E MONTAGEM DE 16 STANDS E 04 SALAS PARA PALESTRAS DESTINADOS AO EVENTO "TO LIGADO", QUE OCORRERÁ NOS DIAS 14 E 15 DE JULHO DE 2016, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS AO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM NO PAVILHÃO DA IGREJA MATRIZ CRISTO REI, NO CENTRO DE CANOINHAS. Recebimentos das propostas até às 14h00min do dia 12/07/2016. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 133/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 133/2016
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 133/2016. Data de assinatura: 28/06/2016. Contratada: CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, CNPJ sob 81.099.277/0001-15. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, RECURSO BADESC, DA RUA ALFREDO MAYER, NO TRECHO ENTRE AS RUAS GUILHERME PRUST E ADOLFO BADING, COM A EXTENSÃO DE 834,13 METROS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 1.013.568,77 (um milhão treze mil quinhentos e sessenta e oito reais e setenta e sete centavos). Vigência: 31/12/2016. Processo de Licitação nº 89/2016, Concorrência Pública nº 08/2016.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº PMC 134/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 134/2016
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 134/2016. Data de assinatura: 28/06/2016. Contratada: DERPA USINA DE ASFALTO LTDA - EPP, CNPJ sob 10.752.454/0001-72. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, RECURSO BADESC, DA RUA PAULO RITZMANN, NO TRECHO ENTRE AS RUAS PASTOR GEORGE WEGER E SÃO JOSÉ, COM A EXTENSÃO DE 388,57 METROS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 480.834,44 (quatrocentos e oitenta mil oitocentos e trinta e quatro reais e quarenta e quatro centavos). Vigência: 31/12/2016. Processo de Licitação nº 90/2016, Concorrência Pública nº 09/2016.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO PREGÃO Nº PMC 150/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 245/2015
PREGÃO N.º PMC 150/2015 (PRESENCIAL)
REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO ITEM 02 DO

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, através de seu Prefeito, torna público o realinhamento do valor do Item: 02) leite em pó integral instantâneo, que passa de R\$ 19,15 o quilo para o valor de R\$ 22,45 o quilo (fornecedor: AP Oeste). O realinhamento foi solicitado pelo fornecedor. A documentação para a concessão do reequilíbrio econômico financeiro encontra-se apenas ao Processo, disponível aos interessados.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO PREGÃO Nº PMC 150/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 245/2015
PREGÃO N.º PMC 150/2015 (PRESENCIAL)
REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DOS ITENS 138 e 160
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, através de seu Prefeito, torna público o realinhamento do valor dos Itens: 138) dúzia de ovos vermelhos, que passa de R\$ 4,78 a dúzia para o valor de R\$ 6,17 a dúzia (fornecedor: Frutas e Verduras Indiana) e Item 160) cebola nacional embalada em pacote de 1kg a 5kg, que passa de R\$ 3,73 o quilo para o valor de R\$ 5,59 o quilo. O realinhamento foi solicitado pelo fornecedor. A documentação para a concessão do reequilíbrio econômico financeiro encontra-se apenas ao Processo, disponível aos interessados.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº FMS 17/2016 (ELETRÔNICO)

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
Processo Licitatório n.º FMS 22/2016
Edital de Pregão n.º FMS 17/2016 (ELETRÔNICO)
REPUBLICAÇÃO COM ALTERAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 12/07/2016, às 10h00min, licitação REGISTRO DE PREÇO PARA A COMPRA PARCELADA DO MEDICAMENTO OMNITROPE 10MG AMP 1,5ML, PARA ATENDIMENTO AO PACIENTE ABRAHÃO CARLOS KOSCIANSKI ADUR COM DETERMINAÇÃO JUDICIAL. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 12/07/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 65/2016 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 96/2016 Processo Administrativo: Total dos Itens Vencedores: 289.000,00
Licitação.....: 65/2016 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO DIESEL S-10, ENTREGUE NO POSTO DA CONTRATADA DIRETAMENTE NO TANQUE DOS CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS E CAMINHONETES DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 5830	- ÓLEO DIESEL S-10 - Unidade: UN						
13009	STANG & STANG LTDA	STANG	100.000,000	0,0000	2,8900	289.000,00	Venceu	1 *****
11331	VRC ODACHOWOSKI & CIA LTDA.	POTENCIAL	100.000,000	0,0000	2,9700	297.000,00	Perdeu	2
9328	AUTO POSTO PWIEDADE LTDA	BR PETROBRAS	100.000,000	0,0000	3,0400	304.000,00	Perdeu	3

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	MEMBRO SUPLENTE
MARCIANO FERNANDES CORREA -	MEMBRO SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 76/2016 (ELETRÔNICO)

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:				
112/2016		76/2016 - PE		101.493,00				
Licitação.....:		PREGÃO ELETRÔNICO						
Modalidade.....:		AQUISIÇÃO DE 01 GRADE ARADORA, 05 DISTRIBUIDORES DE CALCÁRIO, 05 PLAINAS AGRÍCOLAS TRASEIRAS REVERSÍVEIS E 05 CONCHAS TRASEIRAS, DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CANOINHAS - PROPOSTA SIGEF Nº 16436/2016.						
Objeto.....:								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 411047169 - GRADE ARADORA 16 DISCOS - Unidade: UN								
17147	AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI - ME	METAL FREITAS	1,000	0,0000	13.640,0000	13.640,00	Venceu	1 ****
17146	BALLOTIN MÁQUINAS LTDA		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 2 - 6706 - DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO E ADUBO - Unidade: UN								
17146	BALLOTIN MÁQUINAS LTDA	FATRITOL	5,000	0,0000	13.360,0000	66.800,00	Venceu	1 ****
17147	AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI - ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 3 - 411047170 - PLAINA AGRÍCOLA TRASEIRA REVERSÍVE - Unidade: UN								
17147	AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI - ME	METAL FREITAS	5,000	0,0000	2.580,6000	12.903,00	Venceu	1 ****
17146	BALLOTIN MÁQUINAS LTDA		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 4 - 6710 - CAÇAMBA CARREGADEIRA TRASEIRA PARA TRATOR. - Unidade: UN								
17147	AGROINDUSTRIAL FREITAS EIRELI - ME	METAL FREITAS	5,000	0,0000	1.630,0000	8.150,00	Venceu	1 ****

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 112/2016		Processo Administrativo:	101.493,00
Licitação.....:	76/2016 - PE		
Modalidade....:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Objeto.....:	AQUISIÇÃO DE 01 GRADE ARADORA, 05 DISTRIBUIDORES DE CALCÁRIO, 05 PLAINAS AGRÍCOLAS TRASEIRAS REVERSÍVEIS E 05 CONCHAS TRASEIRAS, DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CANOINHAS - PROPOSTA SIGEF Nº 16436/2016.		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 4	-	6710	- CAÇAMBA CARREGADEIRA TRASEIRA PARA TRATOR. - Unidade: UN					
17146	BALLOTIN MÁQUINAS LTDA		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas, Em	Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI -	MEMBRO SUPLENTE
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	MEMBRO SUPLENTE
MARCIANO FERNANDES CORREA -	MEMBRO SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

FMS CONTRATO 0048/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Contrato Nº.: 0048/2016</p> <p>Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: JANAINA DACAS & CIA LTDA</p> <p>Valor : 174.784,00 (cento e setenta e quatro mil setecentos e oitenta e quatro reais)</p> <p>Vigência : Início: 29/06/2016 Término: 31/12/2016</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0012/2016</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para realização de sessões de Fisioterapia, para pacientes da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social. Recursos Próprios</p>	
Capinzal, 29 de Junho de 2016	

FMS CONTRATO 0180/2016 M

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Contrato Nº.: 0180/2016 M</p> <p>Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: ELETRONICA SCARTON LTDA - EPP</p> <p>Valor : 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)</p> <p>Vigência : Início: 29/06/2016 Término: 31/12/2016</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0048/2016</p> <p>Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : O presente contrato tem por objeto o registro de preço para contratação de horas/homens, para serviço de mão-de-obra especializada para prestação de serviço de assistência técnica e manutenção corretiva em aparelhos eletroeletrônicos, das Secretarias de Administração e Finanças; Educação Cultura e Esportes; Agricultura e meio Ambiente; da Saúde e suas Unidades de Saúde (ESF's). Com recursos federais e municipais.</p>	
Capinzal, 29 de Junho de 2016	

PMC CONTRATO 0175/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Contrato Nº.: 0175/2016</p> <p>Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL</p> <p>Contratada...: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME</p> <p>Valor : 5.342,00 (cinco mil trezentos e quarenta e dois reais)</p> <p>Vigência : Início: 29/06/2016 Término: 31/12/2016</p> <p>Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0047/2016</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos e materiais de consumo, para melhoramento das atividades e suprimento da demanda dos Centros Municipais de Educação Infantil, Creches e Pré-Escolas, Escolas do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, Secretaria da Educação, Cultura e Esportes. Com Recursos Salário Educação e Municipais</p>	
Capinzal, 29 de Junho de 2016	

PMC CONTRATO 0176/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0176/2016 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME Valor : 5.763,50 (cinco mil setecentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos) Vigência : Início: 29/06/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0047/2016 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos e materiais de consumo, para melhoramento das atividades e suprimento da demanda dos Centros Municipais de Educação Infantil, Creches e Pré-Escolas, Escolas do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, Secretaria da Educação, Cultura e Esportes. Com Recursos Salário Educação e Municipais	
Capinzal, 29 de Junho de 2016	

PMC CONTRATO 0177/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0177/2016 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: CONCORDIA SISTEMAS LTDA - EPP Valor : 382,90 (trezentos e oitenta e dois reais e noventa centavos) Vigência : Início: 29/06/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0047/2016 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos e materiais de consumo, para melhoramento das atividades e suprimento da demanda dos Centros Municipais de Educação Infantil, Creches e Pré-Escolas, Escolas do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, Secretaria da Educação, Cultura e Esportes. Com Recursos Salário Educação e Municipais	
Capinzal, 29 de Junho de 2016	

PMC CONTRATO 0178/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0178/2016 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME Valor : 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) Vigência : Início: 29/06/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0047/2016 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos e materiais de consumo, para melhoramento das atividades e suprimento da demanda dos Centros Municipais de Educação Infantil, Creches e Pré-Escolas, Escolas do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, Secretaria da Educação, Cultura e Esportes. Com Recursos Salário Educação e Municipais	
Capinzal, 29 de Junho de 2016	

PMC CONTRATO 0179/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº...: 0179/2016		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME		
Valor : 8.357,00 (oito mil trezentos e cinquenta e sete reais)		
Vigência : Início: 29/06/2016 Término: 31/12/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0047/2016		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos e materiais de consumo, para melhoramento das atividades e suprimento da demanda dos Centros Municipais de Educação Infantil, Creches e Pré-Escolas, Escolas do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, Secretaria da Educação, Cultura e Esportes. Com Recursos Salário Educação e Municipais		
Capinzal, 29 de Junho de 2016		

PMC CONTRATO 0180/2016 M

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº...: 0180/2016 M		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: ELETRONICA SCARTON LTDA - EPP		
Valor : 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais)		
Vigência : Início: 29/06/2016 Término: 31/12/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0048/2016		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens, para serviço de mão-de-obra especializada para prestação de serviço de assistência técnica e manutenção corretiva em aparelhos eletroeletrônicos, das Secretarias de Administração de Finanças; Educação Cultura e Esportes; Agricultura e Meio Ambiente; da Saúde e suas Unidades de Saúde (ESF's). Com Recursos Federais e Municipais		
Capinzal, 29 de Junho de 2016		

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/26/2016**

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/26/2016

Processo Licitatório Nº CAO/0259/2016

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de materiais de construção, com entregas de forma parcelada, durante o 2º semestre do exercício de 2016.

TIPO: Menor Preço por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 12 de julho de 2016.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.sc.gov.br, francieli@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 30 de junho de 2016.

Francieli A. da Rosa

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/27/2016

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/27/2016

Processo Licitatório Nº CAO/0258/2016

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de polímero catiônico granulado para atendimento das estações de tratamento de esgoto (ETE).

TIPO: Menor Preço por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 13 de julho de 2016.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.sc.gov.br, francieli@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 30 de junho de 2016.

Francieli A. da Rosa

Pregoeira

Catanduvas

PREFEITURA

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO PMC N° 0096/2016

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO PMC N° 0096/2016

Pregão n° 0041/2016 (Processo Licitatório n° 0056/2016)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A AQUISIÇÃO DE AQUIÇÃO DE MINI CARREGADEIRA COM ACESSÓRIOS (CAPINADEIRA E VASSOURA COM ESPAGIMENTO) QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC E A EMPRESA MANITOU BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE MÁQUINAS DE ELEVACAO LTDA, VENCEDORA DO PREGÃO N° 0041/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO N° 0056/2016).

Contratante: MUNICIPIO DE CATANDUVAS.

Contratado (a): MANITOU BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE MÁQUINAS DE ELEVACAO LTDA

Para alterá-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO o parecer técnico o qual dá conta que o bem entregue desatende o descritivo do objeto licitado;

CONSIDERANDO que as justificativas apresentadas pela CONTRATADA são inábeis à solucionar as diferenças apresentadas entre o descritivo e o efetivamente entregue;

CONSIDERANDO que as alegações da CONTRATADA quanto a itens que entende como inexistentes, na verdade, existem, além do fato de não ter havido qualquer impugnação ao edital;

CONSIDERANDO as obrigações constantes na Cláusula Quarta do Contrato, assumidas pela CONTRATADA;

CONSIDERANDO o prazo do convênio de que trata o item 11 do Termo de Referência do Edital do processo licitatório;

CONSIDERANDO o previsto na Cláusula Sétima do Contrato;

RESOLVE:

CLÁUSULA I – Fica rescindido unilateralmente o Termo de Contrato PMC N° 0096/2016, nos termos da CLAÚSULA SÉTIMA do Contrato.

CLÁUSULA II – Este Termo de Rescisão tem validade a partir da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

FUNDAMENTO JURÍDICO: O presente Termo de Rescisão tem amparo legal no art. 79, I, da Lei Federal n° 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas/SC, 29 de junho de 2016.

Contrato Originário: 24 de maio de 2016

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Gisa Aparecida Giacomini

Juliane Perotoni

Assessora Jurídica

OAB/SC 33.765

Testemunhas:

1. _____
CPF/RG

2. _____
CPF/RG

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 67/2016

DECRETO N. 67/2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, e, o artigo 32 da Lei Complementar n. 001/2001 de 06/12/2001;

Considerando que a Servidora Pública Municipal, Marilde Giongo Segatto apresentou a esta municipalidade declaração e carta comprobatória que está recebendo pagamento de Benefício de Aposentadoria através Previdência Social.

DECRETA:

Art. 1º. Fica Exonerada do Cargo de Professora, á Senhora Marilde Giongo Segatto, brasileira, casada, portadora do CPF/MF sob nº. 384.958.306-06 e da Cédula de Identidade sob o nº. 901.532, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor a partir do dia 01 de julho de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 29 de junho de 2016.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

DECRETO 68/2016

DECRETO N. 68/2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, e, o artigo 32 da Lei Complementar n. 001/2001 de 06/12/2001;

Considerando que a Servidora Pública Municipal, Salete Moroni Lucas apresentou a esta municipalidade declaração e carta comprobatória que está recebendo pagamento de Benefício de Aposentadoria através da Previdência Social.

DECRETA:

Art. 1º. Fica Exonerada do Cargo de Professora, á Senhora Salete Moroni Lucas, brasileira, casada, portadora do CPF/MF sob nº. 525.722.939-00 e da Cédula de Identidade sob o nº. 1.717.488-0, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor a partir do dia 01 de julho de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 29 de junho de 2016.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

DECRETO 69/2016

DECRETO N. 69/2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, e, o artigo 32 da Lei Complementar n. 001/2001 de 06/12/2001;

Considerando que o Servidor Público Municipal, Sergio Camatti, apresentou a esta municipalidade carta comprobatória que está recebendo pagamento de Benefício de Aposentadoria da Previdência Social.

DECRETA:

Art. 1º. Fica Exonerado do Cargo de Técnico de Tributação, o Senhor Sérgio Camatti, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob nº. 345.735.349-20 e da Cédula de Identidade sob o nº. 12R 900.618, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor a partir do dia 01 de julho de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 29 de junho de 2016.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

DECRETO 70/2016

DECRETO N. 70/2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado do Cargo de Diretor do Departamento Municipal de Transportes, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, o Senhor Vanderlei Giacomelli, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob nº .743.873.329-72 e da Cédula de Identidade sob o nº .2.549.515-1

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor a partir do dia 01 de julho de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 29 de junho de 2016.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

DECRETO 71/2016

DECRETO N. 71/2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado do Cargo de Diretor do Departamento de Esportes, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, o Senhor Natan Cacieli Gheller, brasileiro, solteiro, portador do CPF/MF sob nº .037.651.839-11 e da Cédula de Identidade sob o nº . 12C – 2.995.521.

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor a partir do dia 01 de julho de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 29 de junho de 2016.
Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

DECRETO 72/2016

DECRETO N. 72/2016

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado do Cargo de Diretor do Departamento de Administração, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, o Senhor Adilso José de Oliveira, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob nº .966.737.880-20 e da Cédula de Identidade sob o nº . 3.570.101.

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor a partir do dia 01 de julho de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 29 de junho de 2016.
Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

DECRETO 73/2016

DECRETO Nº 073/2016

DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS QUE DEVEM SER ADOTADAS NO PERÍODO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, EM CONSONÂNCIA COM A LEI 9.504/97.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e,
CONSIDERANDO que a Lei Eleitoral (Lei 9.504/97) estabelece as condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais;
CONSIDERANDO os três meses que antecedem as eleições, a partir de 02 de julho de 2016;
CONSIDERANDO que os agentes públicos em campanha eleitoral não podem praticar medidas tendentes a afetar o equilíbrio da disputa;
CONSIDERANDO que o Poder Público possui como obrigação fundamental a observância da legislação vigente, especialmente da Constituição Federal e legislação eleitoral;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado a todos os setores da Administração Pública que não permitam a cessão ou cedência de bens móveis ou imóveis pertencentes ao município de Caxambu do Sul em favor de candidato, partido ou coligação partidária.

Art. 2º Fica proibido a todos os servidores públicos a participação ou auxílio a partidos, candidatos ou coligações durante o período de expediente da prefeitura municipal.

Art. 3º Fica proibida nomeação, contratação ou admissão, demissão sem justa causa, supressão ou readaptação de vantagens aos servidores públicos, salvo nomeação para cargos comissionados e aprovados em concurso público homologado até 02 de julho de 2016.

Art. 4º Fica proibida toda e qualquer publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, inclusive no site do Município de Caxambu do Sul na internet, de sorte que também restam suspensos os contratos de publicidade celebrados com veículos de comunicação para divulgação de informativos da prefeitura municipal.

Art. 5º As proibições constantes dos artigos anteriores devem ser cumpridas, impreterivelmente, a partir do dia 2 de julho de 2016 e serão cessadas com o término do período eleitoral ou até a posse dos eleitos no caso das obrigações constantes do art. 3º, conforme disposto no art. 73, V, "c", da Lei 9.504/97.

Art. 6º Eventuais dúvidas a respeito do procedimento a ser adotado deverão ser esclarecidas, necessariamente, junto aos Setores Jurídico e de Controle Interno, sendo que se porventura houver afronta à legislação eleitoral os fatos serão objeto de investigação (sindicância interna) e comunicação ao Ministério Público para responsabilização dos infratores.

Art. 7º Dê-se ampla divulgação à presente determinação, inclusive com entrega de cópia a todos os Secretários Municipais e servidores em exercício de cargo comissionado para controle e fiscalização.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/ SC, 29 de junho de 2016.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

DECRETO 74/2016

DECRETO Nº 74/2016

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Capítulo II da Lei Municipal n. 1.210/2010, de 30 de novembro de 2010, c/c o artigo 71, IV da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados e automaticamente empossados os membros efetivos do CMDCA e seus respectivos suplentes, de forma paritária entre os representantes do governo municipal e da sociedade civil, conforme segue:

SECRETARIAS/ENTIDADES	MEMBROS TITULAR	SUPLENTES
Secretaria Municipal de Administração	Anildo José Gazoni	Camila Rodrigheri
Secretaria Municipal de Agricultura	Adelino Agostini	Fernando Brighenti
Secretaria Municipal de Saúde	Vanice Farina	Marina Cavalli
Secretaria de Desenvolvimento Social	Fabiane Ribeiro	Ivana Maria Cavalli
Secretaria Municipal de Educação	Leandra Rohr	Soeli Mononcin
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Ana Paula Granzotto	Gilberto Luiz Sisterhen
Grupo de Mulheres Camponesas	Ana Carmelinda Rodegheri Santin	Adriana Giacomelli
Grêmio Estudantil E.E.B. Cândido Ramos	Raíssa Vivian	Viviane Mucelini
Igreja Católica Apostólica Romana	Ivanete Hammes	Elizabeth Loureiro de Mello
COPAC – Conselho de Pastores Igrejas Evangélicas	Cenira Mayer de Quadros	Raquel Montiel

Art. 2º. Os membros do Conselho, nomeados por este Decreto, exercerão suas atividades em caráter relevante, sem ônus para os cofres públicos municipais, não gerando direito a qualquer vencimento e demais obrigações sociais e trabalhistas.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário em especial o decreto n. 70/2015 de 15 de julho de 2015.

Caxambu do Sul - SC, 29 de junho de 2016.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

PORTARIA 58/2016

PORTARIA N. 58/2016.

"DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DA DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Cancelar a designação da servidora pública municipal, Cleide Terezinha Garcia Camera, ocupante do cargo de Psicóloga, para atuar 16 horas semanais junto ao CRAS em complemento a carga horária da servidora Daniela Fernanda Schott.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 14/2016 de 24 de fevereiro de 2016.

Caxambu do Sul-SC, 29 de junho de 2016.

Certifico que esta portaria
foi publicada em data supra

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 26/2016 - FMS

Nº. do Contrato Administrativo: 26/2016.

Vigência: 48 meses

Processo Licitatório nº 47/2016.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA

Valor: R\$ 53.999,77 (cinquenta e três mil novecentos e noventa e nove reais e setenta e sete centavos);

Objeto: O Contrato tem por objeto à contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de software de Sistema Informatizado de Gestão da Saúde, conforme características e condições descritas no Abaixo:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada
1	Serviços da Licença de Uso/Implantação (Sistema de Gestão) conversão dos dados, implantação de sistema gerenciador de bancos de dados e treinamento para os usuários.	Un	1,00
2	Serviços de Locação Mensal do (Sistemas de Gestão)	Mês	48,00
3	Assistência Técnica, após implantação dos sistemas, quando solicitado.	Hr	60,00
4	Deslocamento, Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	DR	15,00

DATA DA ASSINATURA: 06 de junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 13/2013 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 13/2013 – PM

Nº. do Contrato Administrativo: 13/2013.

Processo Licitatório nº 53/2016.

Fundamento Legal: o disposto nas alíneas b e c, do inciso VI, do art. 73 da Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997 e o preceituado pelo inciso XIV, do art. 78 da Lei n. 8.666/1993;

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: RÁDIO ITUPORANGA LTDA

Objeto: SUSPENDER NO PERÍODO DE 02/07/2016 A 02/10/2016 A EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 13/2013, celebrado em 23/01/2013.

DATA DA ASSINATURA: 30 de junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

LEI Nº 0660 DE 29.06.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI Nº 0660 DE 29.06.2016

FIXA SUBSÍDIO DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA 2017/2020 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º O subsídio mensal do Vereador para a legislatura 2017/2020 será de R\$2.121,15 (Dois mil cento e vinte um reais e quinze centavos).

Art. 2º O subsídio do Presidente da Câmara Municipal para a legislatura 2017/2020 será de R\$3.119,33 (Três mil cento e dezenove reais e trinta e três centavos).

Parágrafo único. O Vice-Presidente que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausência injustificada do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao subsídio do Presidente da Câmara previsto neste artigo, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 3º O subsídio mensal dos Vereadores será pago normalmente durante os recessos parlamentares, independentemente de convocação de sessão legislativa extraordinária.

Art. 4º A ausência de vereadores na ordem do dia de sessão plenária ordinária ou extraordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio em valor proporcional ao número total de sessões plenárias ordinárias realizadas no mês, pois os pagamentos serão feitos por sessão ordinária realizadas no mês.

Parágrafo único – As reuniões extraordinárias, solenes e especiais, realizadas no período ordinário não serão remuneradas.

Art. 5º Considera-se, como justificativa legal, para efeitos deste artigo, a aprovação em plenário dos motivos apresentados para a ausência.

Art. 6º A partir de 01/01/2018, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das reposições salariais concedidos aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X da Constituição Federal, tendo como base janeiro de 2017 em diante.

Art. 7º É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 101/2000, ficando desde já o Presidente da Câmara autorizado a fazer as devidas reduções.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações consignadas na respectiva Lei Orçamentária.

Art. 9º Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 29 de junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

LEI Nº 0661 DE 29.06.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI Nº 0661 DE 29.06.2016

FIXA SUBSÍDIO DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO, DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA A LEGISLATURA 2017/2020 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º Os subsídios mensais dos Agentes Políticos para a legislatura 2017/2020, ficam fixados em:

I – Prefeito: R\$ 12.227,81 (Doze mil duzentos e vinte e sete reais e oitenta e um centavos).

II – Vice-Prefeito: R\$4.741,40 (Quatro mil setecentos e quarenta e um reais e quarenta centavos).

III – Secretário Municipal: R\$3.368,89 (Três mil trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

Art. 2º A partir de 01/01/2018, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais concedidos aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X da Constituição Federal, tendo como base janeiro de 2017 em diante.

Parágrafo único – Havendo percentual diferenciado, será utilizado o menor.

Art. 3º O Vice-Prefeito que, na forma legal, assumir a chefia do Executivo Municipal, nos impedimentos ou ausências do Prefeito, fará jus ao recebimento do subsídio, previsto no artigo 1º inciso I desta Lei, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 4º O Prefeito Municipal e os Secretários Municipais farão jus ao 13º Subsídio a ser pago no valor correspondente ao subsídio mensal fixado no art. 1º desta Lei, o pagamento ocorrerá até o dia 20 de dezembro de cada ano.

§ 1º Em caso de licença do Prefeito Municipal ou exoneração dos Secretários Municipais, o 13º Subsídio será pago no valor correspondente a fração de 1/12 avos por mês de efetivo exercício do cargo, a quem efetivamente o exercer.

§ 2º O Vice-Prefeito ou o Presidente da Câmara, em caso de substituição do Prefeito Municipal, terá direito ao 13º Subsídio proporcional ao período da substituição.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pelas dotações consignadas na respectiva Lei Orçamentária.

Art. 6º Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 29 de junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 266/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 266/2016

Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar 008 de 23.12.1999 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear ALCIDES KLETTENBERG, para ocupar o cargo em Comissão de Coordenador Administrativo, na Secretaria Municipal da Agricultura Indústria e Comércio - Nível DAS-2, Anexo Único, da LC nº 047 de 01.12.2010, a partir de 30.06.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 29 de junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria 267/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 267/2016

CONSIDERANDO, a Portaria 264 de 27.06.2016, em que designa a Servidora VALDIRENE MOHR MARQUEZ, para responder pela direção, do Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital nº 01/2015/SMECE;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 20 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na área de Anos Iniciais na turma do 2º ano, vespertino, no Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig, pelo período de 28.06.2016 a 16.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 29 de junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria 268/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 268/2016

- CONSIDERANDO, a apresentação de comprovante de conclusão de curso de Pós Graduação, Nível de Especialização, em Nutri Clínica: Fundamentos Metabólicos e Nutricionais, com carga horária de 500 horas/aula.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o art. 18, inciso III, §4º, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10 e, conforme Parecer Jurídico;

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível I para o Nível IV, por nova habilitação ou titulação, a Servidora MARILICE BONETH, matrícula nº 268101 (Código 1.1.05), ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal da Educação/Saúde.

Art. 2º A progressão por habilitação de Pós Graduação em nível de Especialização, tem fundamento no art. 22, incisos IV, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10.

Art. 3º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível IV, código 1.1.05, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99, a partir de 23.06.2016.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC, 29 de junho de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria 269/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 269/2016

- CONSIDERANDO, a Comunicação de Decisão do Benefício n. 612.687.737-7;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar a licença para tratamento de saúde da servidora pública BERNADETE DA SILVEIRA FELIPE, até 23/08/2016, a ser remunerada pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 23.06.2016.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado-SC, 29 de junho de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria 270/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 270/2016

- CONSIDERANDO, a concessão do Benefício Previdenciário de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;

- CONSIDERANDO, a impossibilidade de acumulação da remuneração de cargo, emprego ou função com proventos de aposentadoria, ressalvadas as acumulações previstas no art.37, inciso XVI, da Constituição Federal/88;

- CONSIDERANDO, que o cargo público ocupado pelo servidor não é passível de acumulação remunerada;

- CONSIDERANDO, o disposto no inciso IV, do art. 29, da Lei Complementar n. 008, de 23.12.1999;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 29, inciso IV e art. 32, da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública VILMA ROSA CORREIA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Oficial Administrativo, nomeada pela Portaria nº 417/2000, de 01.06.2000, a partir de 30.06.2016.

Art. 2º Declarar a vacância do Cargo de Provimento Efetivo acima especificado, em decorrência da concessão pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS do Benefício Previdenciário de Aposentadoria por Tempo de Contribuição a Servidora Pública VILMA ROSA CORREIA DE OLIVEIRA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 29 de junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 271/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 271/2016

CONSIDERANDO, os efeitos da Portaria nº 234/2016, que concede Licença Maternidade a servidora pública, DEBORA GRACH;

CONSIDERANDO, o Edital de Chamada Pública 04/2016 SMECE.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99.

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário, DANIELA DA CRUZ para exercer as funções do cargo de Professora - ACT - 10 horas, Nível I, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na disciplina de Artes na turma do 5º ano, no Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig e nas turmas do Pré Escolar, na Unidade de Educação Infantil Maria

Fuck Kreusch pelo período de 30.06.16 a 07.10.16.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO-SC, 29 de junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 272/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 272/2016

CONSIDERANDO, a Portaria 264 de 27.06.2016, em que designa a Servidora VALDIRENE MOHR MARQUEZ, para responder pela direção, do Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital nº 01/2015/SMECE;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário TAINÉ RODE SCHRODER, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 20 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na área de Anos Iniciais na turma do 2º ano, matutino, no Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig, pelo período de 30.06.2016 a 16.12.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 29 de junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 273/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 273/2016

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 12, (doze) dias, datado de 27.06.16;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública DILVA ROSA CORREIA PAUL, ocupante do Cargo efetivo de Secretaria de Escola – 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 27.06.2016 a 08.07.2016, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos legais a partir de 27.06.2016.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 274/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 274/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC, e Lei Complementar nº 047 de 01.12.2010.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Portaria nº. 60, de 31.01.2011, no que se refere a nomenclatura do cargo, passando a vigorar com a seguinte redação: [...] ELIANE DO CARMO MEDEIROS DA SILVEIRA, para ocupar o cargo em Comissão de Assessor de Planejamento, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, em conformidade com o Anexo Único da LC n. 047, de 01/12/2010, a partir de 30.06.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 275/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 275/2016

- CONSIDERANDO, a necessidade dos préstimos dos serviços na área de Contabilidade;

- CONSIDERANDO, que as férias podem ser interrompidas por conveniência do serviço público;

- CONSIDERANDO, a necessidade de serviço;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender o gozo das férias concedidas, através da Portaria n. 260, de 24.06.2016, ao Servidor JOELSIO MACHADO, e, convoca-lo por motivo de necessidade para atender os serviços contábeis, devendo o período remanescente de 18 (dezoito) dias (29/06/2016 à 16/07/2016) a ser usufruído em época oportuna, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativas e de interesse público.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Chapecó

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

Cria o Sistema de Gerenciamento de Gabinete Parlamentar – SGGP e dá outras providências.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica criado o Sistema de Gerenciamento de Gabinete Parlamentar – SGGP – que tem o objetivo de limitar e programar os gastos relacionados às atividades parlamentares da Câmara Municipal de Chapecó.

Art. 2º As despesas mensais de custeio dos Gabinetes Parlamentares de Chapecó ficam fixadas em 800 UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) para cada mês para os Gabinetes dos Vereadores e de 900 UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) para cada mês para o Gabinete do Presidente, os quais poderão ser gastos nas seguintes despesas:

I - Telefones: serão computados os gastos com os ramais, linhas fixas e aparelhos celulares instalados ou cedidos e chip ao Gabinete do Parlamentar;

II - Material de expediente: papel, cola, bloco de papel, CDs virgens, etiqueta adesiva, destaca texto, estilete, fita adesiva, durex, grampo para grampeador, pastas, régua de plástico, corretivo líquido, caneta esferográfica azul, pincel atômico, clips, bloco de memorando, alfinete, colchete, grampo trilho, lápis preto, envelope com timbre, livro de ata, cartuchos, toner, impressos gráficos e ou assemelhados, será debitado em sua cota pelo valor estabelecido.

III - Fotocópias: serão computadas todas as impressões e cópias requisitadas pelo Vereador à central de cópias, na razão de R\$ 0,10 (dez centavos de real) cada;

IV - Correspondências: selos requisitados ou despesas remessa de correspondências serão debitadas da cota do gabinete pelo valor de face ou de porte;

V - Diárias e Passagens: diárias e passagens aéreas, passagem terrestre, inscrições em cursos, congressos, seminários ou assemelhados e combustível do veículo da Câmara em viagem para atender compromissos do (a) Vereador (a): serão cumulativamente debitadas na cota do gabinete do (a) Vereador (a) solicitante para seu uso exclusivo e ou do seu assessor parlamentar pelo valor nelas especificados.

§1º As descrições dos serviços e materiais constantes dos incisos deste artigo, exceto os do inciso II, são limitados aos arrolados (numerus clausus), sendo que o Vereador somente fará jus aos serviços e materiais que ali contem.

§2º O Presidente da Câmara, mediante pedido escrito do Vereador, autorizará o uso de diárias, passagens, inscrições e o veículo para deslocamento para fora do Município desde que comprovado o interesse público municipal, reconhecido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º O Vereador que exceder os limites de valores previsto no Art. 2º será obrigado a devolver aos cofres municipais a diferença, ficando o Presidente autorizado a efetuar o desconto na folha de pagamento do subsídio do Vereador.

Art. 4º O Vereador administrará sua conta como lhe convier, desde que a despesa de cada item não ultrapasse o valor previsto no caput do art. 2º, assim como, não ultrapasse o valor previsto na

Lei Orçamentária.

Art. 5º A cota estabelecida nesta Resolução é de exclusividade do gabinete do Vereador e é intransferível.

Art. 6º O Vereador que ultrapassar, antes do final do exercício financeiro a sua cota anual, ficará obrigado a restituir aos cofres públicos o valor extrapolado, além de não poder mais efetuar qualquer despesa de que fala esta Resolução naquele ano.

Art. 7º O controle do lançamento das despesas dos Gabinetes Parlamentares será efetuado pela Administração da Câmara.

Art. 8º Os Gabinetes receberão relatório mensal contendo as informações acerca de suas despesas item a item mediante solicitação escrita.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor a partir da publicação.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução da Mesa Diretora de nº 05/13, de 20 de dezembro 2013.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 2016.

JOÃO MARIA MARQUES ROSA	ADÃO VALCIR TEODORO
Presidente	Vice-Presidente
CLEBER CECCON	VALMOR JUNIOR SCOLARI
1º Secretário	2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 23 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a criação da Comissão Especial para acompanhar o processo de Licitação do Transporte Coletivo no Município de Chapecó.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial para acompanhar o processo de Licitação do Transporte Coletivo no Município de Chapecó.

Art. 2º A Comissão Especial terá a seguinte formação: Presidente, Relator e Membro.

Art. 3º A Comissão Especial será eleita em Plenário priorizando representação de bancadas.

Art. 4º Findo o processo de licitação do Transporte Coletivo, a Comissão Especial terá o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão do Relatório.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 2016.

JOÃO MARIA MARQUES ROSA	ADÃO VALCIR TEODORO
Presidente	Vice-Presidente
CLEBER CECCON	VALMOR JUNIOR SCOLARI
1º Secretário	2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 4 DE 24 JUNHO DE 2016.

Cria os parágrafos 3º e 4º do artigo 194 da Resolução nº 01, de 14 de março de 2011 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Chapecó).

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica criado o parágrafo 3º do artigo 194 da Resolução nº 01, de 14 de março de 2011, com a seguinte redação:

§ 3º O resultado da votação nominal das proposições referidas nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, X e XI do artigo 109 deste Regimento será disponibilizado no site da Câmara de Vereadores, vinculado ao cadastro de consulta pública da respectiva proposição, constituindo-se em placar de votação, de forma clara e de fácil consulta ao público externo.”

Art. 2º Fica criado o parágrafo 4º do artigo 194 da Resolução nº 01, de 14 de março de 2011, com a seguinte redação:

§ 4º No caso referido no parágrafo anterior, o vereador que tenha justificado o voto poderá, na sessão da respectiva votação, requerer ao Presidente que no placar seja indicada esta circunstância, que será anotada na forma sucinta: “com justificativa”, apenas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 2016.

JOÃO MARIA MARQUES ROSA	ADÃO VALCIR TEODORO
Presidente	Vice-Presidente
CLEBER CECCON	VALMOR JUNIOR SCOLARI
1º Secretário	2º Secretário

Cocal do Sul

PREFEITURA

RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/PMCS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/PMCS/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/PMCS/2016

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal, do Município de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com os incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Dispensa de Licitação conforme segue:

Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços de engenharia para elaboração de relatório (laudo técnico) determinado pela Exma. Dra. Juíza Federal da 7ª Vara Federal de Florianópolis, nos autos do Processo 5009065-54.2016.4.04.7200.

Executor: Tiago Diehl de Souza Engenharia - ME.

Razão da Escolha do Executor: Apresenta preços compatíveis com os praticados no mercado.

Valor: R\$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais).

Justificativa do Preço: No caso em questão, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de serviço similar.

Previsão Legal: Artigo 24, inciso I, da lei nº 8.666/93.

Dotação Orçamentária: 09.01.2.038.3.3.90.39.05 (144).

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Cocal do Sul, 28 de junho de 2016

ADEMIR MAGAGNIN

PREFEITO MUNICIPAL

Concórdia

PREFEITURA

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2016-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2016 – PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para realizar serviços de limpeza em geral, higienização e organização das Unidades Escolares Municipais do Campo, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Secretaria Municipal de Educação torna público que na data de 28/06/2016 foi INDEFERIDO o recurso administrativo interposto pela licitante: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. De consequência, fica inalterado o resultado proferido na sessão do dia 14.06.2016, prosseguindo o processo para adjudicação e posterior homologação do objeto licitado. Fica a disposição das licitantes, se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à diretoria de compras.

Concórdia, SC, 28 de junho de 2016.
SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretaria Municipal de Educação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 64/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 64/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio 789301/2013 - Drenagem Bairro Itaíba, no valor de R\$ 49.170,00 (quarenta e nove mil cento e setenta reais).

Concórdia SC, 29 de junho de 2016.
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 52/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 52/2016

A Secretária Municipal de Administração torna público que ratificou o ato da Senhora Marcela Kuhn Dos Santos Bigaton, Diretora Administrativa, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 27 de junho de 2016, referente à Aquisição de materiais para conserto do nobreak necessário para manter a energia no segundo piso do Centro Administrativo Municipal, a favor da empresa: PROFISSIONAL ENGENHARIA COMERCIO E INSTALAÇÕES LTDA, no valor total de R\$ 1.312,93 (um mil, trezentos e doze reais com noventa e três centavos).

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 53/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 53/2016

A Secretária Municipal de Administração torna público que ratificou o ato da Senhora Marcela Kuhn Dos Santos Bigaton, Diretora Administrativa, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 28 de junho de 2016, referente à contratação de empresa especializada em informática por três meses, para serviços de gerenciamento, monitoramento e suporte do servidor/equipamentos de propriedade da Administração Municipal, a favor da empresa: TURBONET PROVEDOR LTDA ME, no valor total de R\$ 7.800,00 (sete mil, oitocentos reais).

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 3/2016-PMC (CONCESSÃO)

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
CONCORRÊNCIA Nº 3/2016-PMC
(CONCESSÃO)

Objeto: Concessão de Direito Real de Uso de 1 (um) lote de terra nua, conforme previsão expressa na Lei Complementar Municipal no 712/2015, Lei Complementar Municipal no 253/2002 e Lei 4.678/2014, alterada pela Lei nº 4.814/2015, e Lei Complementar 722/2016, sendo localizado em Alto Suruvi, neste município, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimentos do ramo industrial, comercial e serviço

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de classificação da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: foram habilitadas no certame as empresas: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – COOPER AMAUC foi devidamente encaminhada, conforme disposto no subitem 8.1.3 do Edital, ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE do Município de Concórdia para expedição de Parecer Técnico. Assim, após retorno do Parecer do Conselho apresentado através da Ata nº 4/2016, transcrita em sessão realizada no dia vinte e quatro do mês corrente, a mesma foi lida e rubricada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, os quais verificaram a seguinte pontuação: a empresa COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – COOPER AMAUC obteve 333 (trezentos e trinta e três pontos). Diante da pontuação apresentada foi apurado o seguinte resultado: a empresa COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – COOPER AMAUC sagrou-se vencedora desta licitação. De destacar que em diligência realizada durante a sessão, foi encaminhado, através de e-mail, termo de renúncia emitido pelo representante legal e Presidente da licitante renunciando expressamente ao direito de interpor recurso, bem com ao respectivo prazo recursal da fase de classificação da proposta.

Concórdia, SC, 29 de junho de 2016
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da C.P.L

Correia Pinto**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 01/2016 FHMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 01/2016 FHMCP
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0476/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO DE LAUDOS RADIOLÓGICOS (RAIO X).

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa CLÍNICA MÉDICA E ODONTOLOGICA VIDA NOSSA LTDA
CNPJ: 14.239.434/0001-53

Processo Licitatório nº 01/2016 FHMCP – Pregão Presencial

Item	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTDE	PRECO UNIT.	TOTAL
1	A.T.M	UN	100	7,93	793,00
2	ABDOMEM - SIMPLES	UN	140	7,51	1.051,40
3	ABDOMEM 2 POSES	UN	260	10,73	2.789,80
4	ANTEBRAÇO	UN	400	7,24	2.896,00
5	ARCOS COSTAIS	UN	240	7,93	1.903,20
6	ARCOS ZIGOMATICO	UN	100	7,43	743,00
7	ART. SACRO-ILIACAS	UN	100	7,72	772,00
8	BACIA	UN	400	7,72	3.088,00
9	BRAÇO	UN	200	7,72	1.544,00
10	COLUNA CERVICAL	UN	180	7,93	1.427,40
11	COLUNA DORSAL	UN	180	8,20	1.476,00
12	COLUNA LOMBAR	UN	1.200	10,21	12.252,00
13	CO. LOMBAR+DINAMICAS	UN	200	10,91	2.182,00
14	CALCANEO	UN	100	7,27	727,00
15	CAVUM	UN	300	6,88	2.064,00
16	CLAVICULA	UN	100	7,59	759,00
17	COCCIX	UN	100	7,73	773,00
18	COTOVELO	UN	216	7,06	1.524,96
19	COXO FEMORAIS	UN	100	7,72	772,00
20	CRANIO	UN	200	7,63	1.526,00
21	ESCANOMETRIA	UN	100	12,72	1.272,00
22	ESCAPULA	UN	100	7,79	779,00
23	ESTERNO	UN	100	7,79	779,00
24	FEMUR OU COXA	UN	240	8,13	1.951,20
25	JOELHO	UN	100	7,37	737,00
26	JOELHO+ROTULA	UN	100	8,25	825,00
27	MANDIBULA	UN	100	7,52	752,00
28	MÃO	UN	520	7,20	3.744,00
29	MÃOS E PUNHOS (IO)	UN	100	7,10	710,00
30	MASTOIDES	UN	100	8,16	816,00
31	OMBRO	UN	340	7,79	2.648,60
32	OSSOS DA FACE	UN	100	7,93	793,00
33	PÉ	UN	500	7,37	3.685,00
34	PERNA OU TIBIA	UN	200	8,13	1.626,00
35	PODODACTILO	UN	100	7,37	737,00
36	PUNHO	UN	300	7,42	2.226,00
37	QUIRODACTILO	UN	100	6,96	696,00
38	ROT. ABD. AGUDO	UN	100	15,35	1.535,00
39	SEIOS DA FACE	UN	220	7,56	1.663,20
40	SELA TURSICA	UN	100	7,52	752,00
41	TORAX PA	UN	500	7,41	3.705,00
42	TORAX PA + P	UN	1.600	8,32	13.312,00

43	TORNOZELO	UN	200	7,27	1.454,00
TOTAL					88.261,76

Valor total: R\$ 88.261,76

Vigência: 16/06/2016 a 31/12/2016

Correia Pinto/SC 30 de JUNHO de 2016.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO - PROCESSO 18/2016 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 18/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Município de Correia Pinto, através da Secretaria de Administração e da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do artigo 25 inciso III, da Lei 8.666/93, declara aos interessados a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, para a contratação da empresa JOSE CRISTOVÃO BATISTA EPP, CNPJ n. 10.381.833/0001-01, para a construção de 02 bustos, de "Domingos Alves Rodrigues" e "Tancredo de Almeida Neves", em resina de poliéster, 20% maior em relação ao tamanho real. Valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada busto, resultando o valor total de 20.000,00 (vinte mil reais), consoante proposta apresentada.

A presente Inexigibilidade encontra-se plenamente justificada conforme parecer da Procuradoria Geral do Município e despacho do Prefeito anexo ao processo de inexigibilidade.

Nos termos do Art. 109, I da Lei nº 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para apresentação de recursos ou representação.

Correia Pinto, 30 de junho de 2016.

VANIO FORSTER

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 137/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 137/2016

O Município de Curitibanos, SC neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço Global, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS CENTRAIS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME CONVÊNIO Nº 2016TR 1471, FIRMADO ENTRE A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CURITIBANOS E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, E DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 28/07/2016, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 28/07/2016, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 28 de Junho de 2016.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Presidente da CPL

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS NR . 74/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 119/2016 - PR
CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	Processo Administrativo: 119/2016 Processo de Licitação: 119/2016 Data do Processo: 06/06/2016
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE MESAS E CADEIRAS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA E COMÉRCIO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 74/2016 (Sequência: 3)

Ao(s) 27 de Junho de 2016, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 119/2016, Licitação nº 119/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: CONFORME OFÍCIO ENCAMINHADO PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE, A EMPRESA JHONATAN BAGATOLI - ME APRESENTOU AMOSTRAS CONFORME EXIGÊNCIA, SENDO ASSIM CONSIDERADA CLASSIFICADA.

LOTE: 1

Participante: 337874 - JHONATAN BAGATOLI - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	CADEIRA MONOBLOCO DE POLIPROPILENO, NA COR BRANCA, PESO MÍNIMO 2,150KG, COM AS SEGUINTE DIMENSÕES: LARGURA: 430mm X ALTURA 890mm X COMPRIMENTO 510MM. PRODUTO ADITIVADO COM ANTI-UV, CERTIFICADA PELO INMETRO, 1 ANO DE GARANTIA. RESISTENTE A UMA CARGA ESTATICA DE NO MÍNIMO 154KG.	UN	400,00	TRAMONTINA	0,0000	42,04	16.816,00
3	MESA DE POLIPROPILENO, NA COR BRANCA, PESO MÍNIMO 4,800KG, COM AS SEGUINTE DIMENSÕES: COMPRIMENTO: 710mm X LARGURA 710mm X 720mm ALTURA. PRODUTO ADITIVADO COM ANTI-UV, CERTIFICADA PELO INMETRO, 1 ANO DE GARANTIA.	UN	100,00	TRAMONTINA	0,0000	79,76	7.976,00
4	CADEIRA COM BRAÇOS MONOBLOCO DE POLIPROPILENO, NA COR BRANCA, PESANDO 2,400KG, COM AS SEGUINTE DIMENSÕES: COMPRIMENTO: 550mm X LARGURA 535mm X 740mm ALTURA. PRODUTO ADITIVADO COM ANTI-UV, CERTIFICADA PELO INMETRO, 1 ANO DE GARANTIA. RESISTENTE A UMA CARGA ESTATICA DE NO MÍNIMO 154KG.	UN	400,00	TRAMONTINA	0,0000	42,42	16.968,00

Total do Participante —————→ 41.760,00

LOTE: 2

Participante: 337874 - JHONATAN BAGATOLI - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	CADEIRA 2 ENCOSTO INCLINADA, PÉ DIANTEIRO 3,6 DE ESPESSURA, PÉ TRASEIRO 3,6 DE ESPESSURA, MADEIRA DE EUCALIPTO, EMPALHAMENTO CHEIO EM XADREZ, MATERIAL FIO POLIETILENO TORCIDO. COR PALHA.	UN	400,00	JOSÉ R HOFMANN LTDA	0,0000	46,40	18.560,00

Total do Participante —————→ 18.560,00

Total Geral —————→ 60.320,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS****CNPJ:** 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 119/2016 - PR****Processo Administrativo:** 119/2016
Processo de Licitação: 119/2016
Data do Processo: 06/06/2016

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Curitiba, 27 de Junho de 2016

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL

- - Pregoeiro(a)

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 126/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS	TOMADA DE PREÇO Nr.: 126/2016 - TP
CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	Processo Administrativo: 126/2016 Processo de Licitação: 126/2016 Data do Processo: 13/06/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, JOSÉ ANTÔNIO GUIDI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 126/2016
b) Licitação Nr.: 126/2016-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 29/06/2016
e) Data da Adjudicação: 29/06/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE DA RUA JUVENAL CAETANO TRECHO 3, CONFORME CONVÊNIO Nº 2016TR 001103, FIRMADO ENTRE A AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CURITIBANOS E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, E DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$) Total dos Itens
- 334395 - CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP	1 1	0,0000	84.961,72 84.961,72

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.016.4.4.90.00.00.00.00 (70), 1.016.4.4.90.00.00.00.00 (115)

Curitiba, 29 de Junho de 2016.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 126/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS	TOMADA DE PREÇO Nr.: 126/2016 - TP
CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	Processo Administrativo: 126/2016 Processo de Licitação: 126/2016 Data do Processo: 13/06/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, JOSÉ ANTÔNIO GUIDI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 126/2016
b) Licitação Nr.: 126/2016-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 29/06/2016
e) Objeto da Licitação: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE DA RUA JUVENAL CAETANO TRECHO 3, CONFORME CONVÊNIO Nº 2016TR 001103, FIRMADO ENTRE A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CURITIBANOS E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, E DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

			(em Reais R\$)
f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto. (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 334395 - CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP	<u>1</u>	0,0000	<u>84.961,72</u>
	1		84.961,72

Curitiba, 29 de Junho de 2016.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO N. 13/2016**

CONTRATO N. 13/2016

CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Ganz, 288, Centro, em Curitiba/SC, inscrita no CNPJ sob nº 78.493.632/0001-21, neste ato representada por seu Presidente Sr. Márcio Damiani Poletto de Souza, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE E A EMPRESA M MÓBILE EIRELI EPP, estabelecida na Rua Eduardo Neidert, nº1803, bairro Preto, na cidade de Rio Negrinho / SC, CEP 89.295-000, fone 47 – 3644 7969, fax 3644 7969, e-mail gerente@grupomaxima.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 15.764.033/0001-85, inscrição municipal nº 64583, neste ato é representada por JENIFFER MUELLER OU LUIZ AMARILDO MUELLER, cargo/função Administradora / Procurador, portador do RG nº 4.425.240 expedida pela SSP/SC e CPF nº 006.219.389-98, residente e domiciliado na cidade de Rio Negrinho / SC, doravante denominada CONTRATADA.

As partes acima resolvem celebrar o presente contrato de compra e venda, decorrente do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, nº 08/2016, do tipo Menor Preço Global, que se regerá pelos termos do Edital de Licitação e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1. Aquisição de móveis planejados, com execução e montagem na sede da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, conforme especificações contidas no anexo I do Edital de Pregão Presencial 08/2016, e autorização de fornecimento em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA DOS OBJETOS

2.1. Os objetos ora adquiridos deverão ser entregues e instalados na sede da Contratante, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do presente instrumento, com estrita observância ao que dispõe a proposta da CONTRATADA, aos termos deste Contrato e aos demais elementos constantes do Pregão Presencial nº 08/2016, que integram o presente instrumento, como se aqui transcritos estivessem.

2.1.1. Em caso de divergência entre o conteúdo da Proposta da CONTRATADA e o contido neste Contrato e demais elementos que o integram, prevalecerão estes últimos.

2.2. Os objetos adquiridos por força do presente contrato deverão serem entregues e instalados diretamente nas dependências da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, sito à Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitiba/SC, no horário de expediente, das 13h às 19h, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2016, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo escrito, nos termos legais.

3.2. Os preços serão reajustados pelo IPCA, desde que ultrapassado o prazo de um ano, mediante acordo entre as partes.

3.3. O reequilíbrio econômico financeiro será executado a qualquer tempo desde que comprovado mediante documentação fiscal a época da emissão do contrato e atual, mediante também demonstração em planilhas.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor total do contrato fica convencionado entre as partes em R\$ 3.390,00 (três mil, trezentos e noventa reais), conforme tabela abaixo, no qual já se acham incluídos todos os tributos e encargos legais, assim como todas as despesas de administração e custos para fornecimento dos objetos, conforme indicação da proposta da CONTRATADA.

ITENS	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DO ITEM R\$	VALOR TOTAL DO ITEM R\$
MESA AUXILIAR EM MDF, COR COBRE, CONFORME DESCRIÇÕES E CARACTERÍSTICAS CONSTANTES NO PROJETO.	01	266,25	266,25
MÓVEIS PLANEJADOS PARA SALA DE SOM (MESA EM "L" COM UMA PRATELEIRA INFERIOR E TRÊS PRATELEIRAS SUPERIORES), EM MDF, CONFORME DESCRIÇÕES E CARACTERÍSTICAS CONSTANTES NO PROJETO.	01	493,67	493,67
MESA EM "L" PARA RECEPÇÃO COM GAVETEIRO COM CHAVE TODA EM MDF DE 18 MM DE ESPESSURA, CONFORME DESCRIÇÕES E CARACTERÍSTICAS CONSTANTES NO PROJETO.	01	1.217,16	1.217,16
MESA AUXILIAR PARA O PLENÁRIO, EM MDF, COR COBRE, CONFORME DESCRIÇÕES E CARACTERÍSTICAS CONSTANTES NO PROJETO.	01	331,95	331,95
FRALDÁRIO EM MDF, COR LISBOA, COM COLCHONETE SOBRE O TAMPO, CONFORME DESCRIÇÕES E CARACTERÍSTICAS CONSTANTES NO PROJETO.	01	502,18	502,18
MESA DE REUNIÕES CONFORME DESCRIÇÕES E CARACTERÍSTICAS CONSTANTES NO PROJETO.	01	578,79	578,79
VALOR TOTAL DA PROPOSTA	3.390,00		

4.2. O pagamento dar-se-á até 30 (trinta) dias após a entrega dos objetos, mediante depósito em conta bancária a ser indicada pela Contratada. Para tanto, caberá a esta apresentar a Nota Fiscal/Fatura para as conferências e o atesto pelo Contratante.

4.2.1. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente alguma incorreção, o documento será devolvido à Contratada e o prazo de pagamento será prorrogado pelo mesmo tempo em que durar a correção, sem quaisquer ônus adicionais a Contratante.

4.3. Os dados bancários da CONTRATADA para pagamento são: Banco: 001, Ag. 1394-3, Conta nº: 26060-6.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATANTE:

5.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA de acordo com o estabelecido neste instrumento.

5.2. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários ao fornecimento dos objetos.

5.3. Formalizar, por escrito, os pedidos de alterações nos quantitativos dos objetos.

5.4. Informar a CONTRATADA, por escrito, as razões que motivaram eventual rejeição dos objetos entregues.

5.5. Notificar, formal e tempestivamente a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

6.1. Cumprir o objeto deste contrato nos termos e condições constantes do Edital Pregão nº. 08/2016 e seus anexos, bem como da respectiva proposta de preços da CONTRATADA.

6.2. Entregar os objetos descritos no anexo I do Edital de Pregão nº 08/2016, nas condições previstas no Edital, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica e de acordo com a legislação em vigor.

6.3. Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo Contratante, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Quanto a Dívida Ativa da União;

6.4. Prestar esclarecimentos, imediatamente e por escrito, ao CONTRATANTE, sempre que por este solicitado.

6.5. Cumprir com o dever de recolher todos os tributos relacionados com a aquisição dos objetos deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO

7.1. Pela inexecução parcial ou total do CONTRATO, excluídas as hipóteses de caso fortuito e força maior, à CONTRATADA poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, inclusive cumulativamente:

a) Advertência por escrito.

b) Multas, inclusive cumulativamente, sem prejuízo das perdas e danos decorrentes.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE pelo prazo de até 2 (dois) anos.

7.2. Nas hipóteses de inexecução das obrigações, à CONTRATADA poderá ser aplicada multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor total do contrato enquanto perdurar o descumprimento.

7.3. A resolução do contrato motivada pelo inadimplemento de qualquer das partes ensejará a aplicação de multa à parte culpada no montante correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo de indenização por perdas e danos.

7.4. O atraso no pagamento, por culpa exclusiva do CONTRATANTE, implicará na incidência de multa de 0,2% (dois décimos percentuais) sobre o valor de cada fatura e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Os juros serão calculados desde a data limite para o pagamento até a satisfação do débito.

7.5. A CONTRATADA deverá comunicar, por escrito e justificadamente, as ocorrências de caso fortuito ou força maior impeditivas da prestação do serviço, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data da ocorrência, sob pena de não poder alegá-los posteriormente.

7.6. As eventuais multas e outros valores devidos pela CONTRATADA ao CONTRATANTE poderão ser compensados de pagamentos devidos à CONTRATADA, vencidos ou por vencer, deduzido da garantia de execução contratual, caso tenha sido prestada, ou poderão ser cobradas judicialmente, se for o caso.

7.6.1. As multas poderão ser aplicadas tantas vezes quantas forem as irregularidades constatadas.

7.7. O inadimplemento da CONTRATADA dará ao CONTRATANTE o direito de considerar rescindido de pleno direito o CONTRATO, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo a CONTRATADA, ainda, pelas penalidades e pelas perdas e danos decorrentes, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas e impeditivas da prestação dos serviços.

7.8. Além de qualquer outro descumprimento de cláusula contratual, constituem causas de resolução, em qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA tenha direito à indenização, a qualquer título:

A) Ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO, sem a prévia autorização escrita do CONTRATANTE.

B) Deixar de cumprir as obrigações previstas no CONTRATO.

C) Ocorrer reincidência, por parte da CONTRATADA, em infração contratual que implique na aplicação de multa.

D) Ocorrer a decretação de falência, a liquidação judicial ou extrajudicial da CONTRATADA, ou ainda, o ingresso desta última em processo de recuperação judicial;

7.8.1. Em qualquer das situações elencadas nas alíneas do item 7.8, exceto o previsto na letra "D", a CONTRATADA ficará sujeita à multa resolutória prevista na Cláusula 7.3, cumulativamente, respondendo ainda, pelas perdas e danos decorrentes.

7.9. Se ocorrer a hipótese da resolução por parte do CONTRATANTE, caberá à CONTRATADA o direito ao recebimento das faturas correspondentes aos objetos recebidos e aceitos.

CLÁUSULA OITAVA – GESTOR DO CONTRATO E DO FISCAL

8.1. O gestor do contrato será designado por portaria da Presidência.

8.2. A gestão contratual realizada pelo CONTRATANTE não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, assim como não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e/ou prepostos.

8.3. O fiscal do contrato será designado por portaria da Presidência.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas decorrentes da Aquisição do objeto deste edital correrão as expensas da(s) seguinte(s) dotação Orçamentária(s):

Entidade 10 – Câmara Municipal de Curitiba

Órgão 01.00 – Poder Legislativo

Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 1.001 – Equipamento e Material Permanente - Câmara de Vereadores

4.4.90.52.42.00.00.00 – Mobiliário em Geral

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A tolerância por qualquer das Partes, quanto ao descumprimento das condições aqui estipuladas, será interpretada como mera liberalidade, não podendo ser invocada como novação contratual ou renúncia de direitos.

10.2. É vedado a qualquer uma das Partes delegar ou transferir a terceiros, total ou parcialmente, os direitos e deveres objeto do presente Contrato, sem a prévia autorização da outra Parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DEMAIS DOCUMENTOS

11.1. É parte integrante e inseparável do presente CONTRATO, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

ü Edital e Anexos do Pregão Presencial Nº 08/2016

ü Proposta de Preços da CONTRATADA

ü Demais documentos do processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba/SC, com preferência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões com fundamento neste contrato.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas que também o assinam.

Curitiba/SC, 22 de junho de 2016.

MÁRCIO DAMIANI POLETTO DE SOUZA

Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC

CONTRATADA

PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA

O presente contrato cumpre as exigências legais.

Curitiba, 22/06/2016.

Rafael Gobbi

Procurador da Câmara

Testemunhas:

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 088/2016.

VENDEDOR: Prefeitura Municipal Dionísio Cerqueira.

COMPRADOR: Eder Duarte da Rosa.

Objeto: Venda de Imóvel - Lote nº 032, da quadra nº 164, sito a Rua Sabino Sangali, loteamento Jardim Imperador, com área de 493,31 m2, registrado no cartório de registro de imóveis de Dionísio Cerqueira SC sob nº 15.595.... Origem: Processo Licitatório nº 075/2016 CONCORRENCIA nº 075/2016 PMDC, Valor R\$ 60.400,00 - Vigência: 29/06/16 à 30/10/2016.

Dionísio Cerqueira -- 29/06/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Processo nº 102 - Pregão nº. 102/2016. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Rede Municipal de Ensino. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 14/07/2016. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 30/06/2016

Altair Rittes – Prefeito Municipal

RESULTADO LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo Licitatório 075/2016 CONCORRENCIA nº 075/2016 PMDC - Objeto: Venda de Imóvel - Lote nº 032, da quadra nº 164, sito a Rua Sabino Sangali, loteamento Jardim Imperador, com área de 493,31 m2, registrado no cartório de registro de imóveis de Dionísio Cerqueira SC sob nº 15.595. COMPRADOR: Eder Duarte da Rosa. Valor R\$ 60.400,00.

Dionísio Cerqueira - 29/06/2016

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

FINALIZAÇÃO DO CERTAME 23-2016

LICITAÇÃO nº 023/2016 – TOMADA DE PREÇOS

FINALIZAÇÃO DO CERTAME:

Diante da desclassificação da empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA-EPP, mediante ao TERMO DE RENÚNCIA apresentado nesta data pela empresa desclassificada, a comissão decide finalizar o processo licitatório, sem que haja vencedor algum.

Desta forma, será lançado um novo processo licitatório para o objeto em questão.

Doutor Pedrinho (SC), 29 de junho de 2016.

NEUZA APARECIDA GIRELLI

PRESIDENTE

ODETE GIRELLI MARCARINI

SECRETÁRIA

MARIO BENÍCIO VIVIANI

MEMBRO

Ermo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 133, DE 08 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 133, de 08 de junho de 2016.

Prorroga Portarias de Admissão de Servidores em Caráter Temporário – ACT e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, I e III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a urgente necessidade da continuidade dos serviços junto as Secretarias Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam prorrogadas as Admissões em Caráter Temporário (ACT), para ocupar funções junto às Secretarias Municipais, dos servidores conforme abaixo relacionados:

Função: Auxiliar de Serviços Gerais I

Servidor: Mirian Mateus Zuchinali, nomeado(a) pela Portaria nº 071, de 08 de junho de 2015;

Função: Auxiliar de Serviços Gerais I

Servidor: Lidiane Costa da Rosa, nomeado(a) pela Portaria nº 072, de 08 de junho de 2015;

Função: Auxiliar de Serviços Gerais I

Servidor: Marilsa Coelho Fernandes, nomeado(a) pela Portaria nº 073, de 08 de junho de 2015;

Função: Auxiliar de Serviços Gerais I

Servidor: Waly Dela Vedova dos Santos, nomeado(a) pela Portaria nº 075, de 08 de junho de 2015;

Função: Auxiliar de Serviços Gerais I

Servidor: Vanessa dos Santos Nunes, nomeado(a) pela Portaria nº 076, de 08 de junho de 2015;

Função: Auxiliar de Serviços Gerais I

Servidor: Elizabete Silva Guimarães, nomeado(a) pela Portaria nº 077, de 08 de junho de 2015;

Função: Professor.

Servidor: Vercioni Carvalho, nomeado pela Portaria nº 064, de 08 de junho de 2015;

Função: Professora

Servidor: Renata Tristão Possamai, nomeada pela Portaria nº 070, de 08 de junho de 2015;

Função: Motorista I

Servidor: Samuel de Vargas Machado, nomeado(a) pela Portaria nº 084, de 08 de junho de 2015;

Art. 2º As admissões de que trata o Art. 1º, encerram-se no dia 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 08 de junho de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 142, DE 28 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº 142, de 28 de junho de 2016.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº. 003, de 03 de janeiro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor ADÃO RODECZE, do cargo de DIRETOR DE PROMOÇÃO SOCIAL, Nível DASU-2, dos Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal, nomeado pela Portaria Nº 046, de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de junho de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 143, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 143, de 28 de junho de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º e Art. 3º, da Lei Nº 003, de 03 de janeiro de 1997, combinado com o que dispõe o Decreto nº 013/2000, de 24 de abril de 2000;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANA PAULA CANELLA CÂNDIDO, para exercer o cargo de DIRETOR DE CONTABILIDADE, Nível DASU-2, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de junho de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 146, DE 30 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 146, de 30 de junho de 2016.

Concede Licença a Servidor Efetivo para Atividade Política que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 87 e Parágrafo Único, da Lei Nº 038, de 04 de Novembro de 1997.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a pedido, licença para Atividade Política, ao Servidor ALOÍSIO COELHO FERNANDES, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, pelo período eleitoral conforme prevê a Lei Complementar Nº 064, de 18 de maio de 1990.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 30 de junho de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 147, DE 30 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 147, de 30 de junho de 2016.

Concede Licença a Servidor Efetivo para Atividade Política que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 87 e Parágrafo Único, da Lei Nº 038, de 04 de Novembro de 1997.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a pedido, licença para Atividade Política, ao Servidor LOURIVAL DE VARGAS MACHADO, ocupante do cargo de MOTORISTA I, pelo período eleitoral conforme prevê a Lei Complementar Nº 064, de 18 de maio de 1990.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 30 de junho de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 134, DE 08 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 134, de 08 de junho de 2016.

Admite Servidor em Caráter Temporário - ACT.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. No uso das atribuições que lhes confere o Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e conforme a Lei nº 195/2006, de 03 de julho de 2006;

Considerando a urgente necessidade de Médico Ginecologista e Obstetra para atuar junto à Secretaria de Saúde e Promoção Social e a falta de aprovados em concurso público para o cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir LETICIA VASCONCELOS DE MOURA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar o cargo de Médico Ginecologista e Obstetra do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social com carga horária de 10 horas semanais.

Art. 2º Sendo o Caráter Temporário da admissão, conforme dispõe o Art. 1º, a contratação inicia em 01 de junho de 2016 encerrando-se em 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 08 de junho de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 135, DE 08 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 135, de 08 de junho de 2016.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir SABRINA CUSTÓDIO DE SOUZA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais II com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 08 de junho de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 138, DE 13 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 138, de 13 de junho de 2016.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
Considerando o Processo Seletivo nº 001/2016 de 08 de janeiro de 2016 e a Homologação dos aprovados em 24/02/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir MARLI SEMPREBON MACIEL, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Ensino da Educação com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da Posse encerrando-se em 15 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de junho de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 141, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 141, de 28 de junho de 2016.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor;
Considerando o Processo Seletivo nº 002/2016 de 05 de fevereiro de 2016 e a Homologação dos aprovados em 19/03/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir EDUARDO SIMÃO LEONARDO, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar Administrativo com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de junho de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 144, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 144, de 29 de junho de 2016.

Faz Alteração de Função em Cargo de Comissão.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º e Art. 3º, da Lei Nº 003, de 03 de janeiro de 1997, combinado com o que dispõe o Decreto nº 013/2000, de 24 de abril de 2000;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a função do Servidor ANDERSON ANTONIN DA SILVA, do cargo de Chefe Divisão de Obras, Nível DASU 1 para, DIRETOR DE PROMOÇÃO SOCIAL, Nível DASU-2, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 029, de 02 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 29 de junho de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 145, DE 30 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 145, de 30 de junho de 2016.

Prorroga Portaria de Admissão de Servidor em Caráter Temporário – ACT e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em concurso público para o cargo e a urgente necessidade de servidor;
Considerando o Processo Seletivo nº 001/2015 de 14 de abril de 2015 e a Homologação dos aprovados em 02/06/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada até 30 de junho de 2017 a Portaria nº 094, de 26 de junho de 2015, que Admitiu o servidor ADEVALDO IGNESE em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Operador de Equipamentos II do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, conforme Art. 2º, III da Lei Municipal nº. 120/2001, de 03 de outubro de 2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 30 de junho de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 144/2016

	PORTARIA Nº 144/2016
EXONERA PROFESSOR ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
ROGÉRIO PERIN Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria EXONERADO o Funcionário Municipal MAIKO RODRIGO STAMM, ocupante do cargo de Professor de Educação Física em Curso com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 30 dias do mês de Junho de 2016.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 146/2016

	PORTARIA Nº 146/2016
EXONERA FUNCIONARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
ROGÉRIO PERIN Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria EXONERADA a Funcionária Municipal CRISTIANE CARNIEL, ocupante do cargo Comissionado de Diretor, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 30 dias do mês de Junho de 2016.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 41/PMF/2016-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 100/PMF/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 41/PMF/2016
(Referente Pregão Presencial nº. 100/PMF/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1, e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa HERCÍLIO DE MATTIA ME, inscrita no CNPJ/MF nº 19.325.837/0001-39 estabelecida na Rua Silvano Romagna, em Nova Veneza, neste ato representada pela Sra. Sabrina Romagna Bortolotto Daniel, CI 4.483.739, CPF 069.921.859-42, doravante denominada DETENTORA DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 100/PMF/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de móveis para atender às necessidades da Polícia Militar e Bombeiros do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 20 (vinte) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

1.5. Os proponentes deverão apresentar prazo de garantia de 01 (um) ano sob os produtos ofertados, contado a partir do recebimento dos produtos.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na

forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 10 (dez) dias.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha,

autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar a DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na

hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 100/PMF/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 29 de junho de 2016.
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

HERCÍLIO DE MATTIA ME.
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Sabrina Romagna Bortolotto Daniel
CPF: 069.921.859-42

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 108/PMF/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 108/PMF/2016.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de alimentos e afins (coffe break) para diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 13 de julho de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 29 de junho de 2016.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA – COMDEMA RESOLUÇÃO COMDEMA Nº 002, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA – COMDEMA
RESOLUÇÃO COMDEMA Nº 002, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Torna obrigatório a Certidão Ambiental para as atividades da Listagem de Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, com porte abaixo dos limites fixados para fins de licenciamento ambiental, aprovada pela Resolução CONSEMA nº. 02/06 e alterações previstas na Resolução CONSEMA nº. 14/12, aprovar a listagem que define os empreendimentos ou atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental de impacto local, passíveis de licenciamento, autorização, cadastro ou certidão ambiental pela Fundação Ambiental Municipal de Forquilha – FUNDAF, revoga a Resolução COMDEMA nº. 001/2012 e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMDEMA, por deliberação da maioria de seus membros e tendo em vista as atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 1.372, de 29 de maio de 2008,

CONSIDERANDO a necessidade de se alterar a listagem das atividades consideradas de baixo impacto ambiental aprovadas por meio da Resolução COMDEMA nº 001/2012;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização de algumas atividades e empreendimentos caracterizados como potencialmente causadores de impacto local, não definidos de forma específica nas Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA/SC;

CONSIDERANDO a melhoria ambiental pontual propiciada pela regularização de tais atividades e empreendimentos, por meio da instalação e adequado funcionamento dos controles ambientais e pela

celeridade na análise, vistoria e liberação da Licença, Autorização, Cadastro ou Certidão Ambiental;

CONSIDERANDO a importância da aplicação dos princípios da eficiência, isonomia, razoabilidade, proporcionalidade e interesse público aos processos de licenciamento, autorização, cadastro e certidão ambiental de ações e atividades de baixo impacto e impacto local;

CONSIDERANDO que a FUNDAF, nos termos da Lei nº 1.338, de 13 de dezembro de 2007 e das Resoluções CONSEMA nº 02/2006, 04/2008, 010/2008, e 014/2012, tem competência para exercer o licenciamento de atividades potencialmente poluidoras e causadoras de impacto ambiental local;

CONSIDERANDO a competência do Poder Municipal, prevista nos artigos 225, 23 e 30 da Constituição Federal, bem como, a competência do COMDEMA, nos termos da Política Municipal do Meio Ambiente, prevista na Lei nº 733/2001, para deliberar de forma supletiva, sobre normas, critérios e padrões relativos ao controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente na área territorial do Município de Forquilha;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DO LICENCIAMENTO

Art. 1º Tornar obrigatório a Certidão Ambiental para as atividades da Listagem de Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, com porte abaixo dos limites fixados para fins de licenciamento ambiental, aprovada pela Resolução CONSEMA nº 02/06 e alterações previstas na Resolução CONSEMA nº 14/12. Parágrafo único. As atividades mencionadas no caput além de apresentar os documentos estabelecidos em Instrução Normativa adotadas pela FUNDAF e em outras normas federais, estaduais e municipais aplicáveis, deverá apresentar Declaração de Conformidade Ambiental (DCA) sendo a realização da atividade autorizada desde que sejam realizados os controles ambientais exigidos pelo órgão ambiental competente.

Art. 2º Aprovar a listagem constante do Anexo Único da presente Resolução, que define os empreendimentos ou atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental de impacto local, passíveis de licenciamento, autorização, cadastro ou certidão ambiental.

Art. 3º Para o licenciamento, autorização, cadastramento ou certidão ambiental, previstos nesta Resolução através do Anexo Único, o responsável legal da empresa, além de apresentar os comprovantes dos controles ambientais e demais documentos estabelecidos em Instrução Normativa adotadas pela FUNDAF e por outras normas federais, estaduais e municipais aplicáveis, deverá apresentar, conforme disposto no anexo único:

- Relatório Ambiental Prévio (RAP), emitido por profissional habilitado e acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – A.R.T.; ou
- Declaração de Conformidade Ambiental (DCA), emitida por profissional habilitado e acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – A.R.T.; ou
- Cadastro Ambiental (CA), com dispensa da responsabilidade técnica, mas sujeita a comprovação dos controles ambientais exigidos.

CAPÍTULO II

DOS VENCIMENTOS

Art. 4º Serão adotados os seguintes prazos e vencimentos conforme o tipo de documento emitido pela FUNDAF:

- Autorização Ambiental: validade de 04 (quatro) anos devendo ser renovada em até 30 dias antes de seu vencimento;

b) Certidão Ambiental: validade de 02 (dois) anos devendo ser renovada em até 30 dias antes de seu vencimento;

c) Cadastro Ambiental: validade de 02 (dois) anos devendo ser renovada em até 30 dias antes de seu vencimento;

d) Autorização Ambiental de Corte eventual: validade de 04 (quatro) meses podendo ser renovado por igual período, mediante justificativa;

e) Declaração Ambiental: validade de 90 (noventa) dias, podendo ser renovado por igual período, mediante justificativa.

§ 1º Os prazos de validade variam conforme cada tipo de licença (Conama 237/97) e serão especificados no respectivo documento, levando em consideração os seguintes aspectos:

a) Licença Ambiental Prévia (LAP): no mínimo o prazo estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 05 (cinco) anos;

b) Licença Ambiental de Instalação (LAI): no mínimo, o prazo estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 06 (seis) anos;

c) Licença Ambiental de Operação (LAO): no mínimo com validade de 04 (quatro) anos e, no máximo, 10 (dez) anos;

d) Renovação LAP, LAI e LAO: Deve ser efetuada em 120 (cento e vinte) dias antes de seu vencimento.

§ 2º A Licença Prévia (LAP) e a Licença de Instalação (LAI) poderão ter os prazos de validade prorrogados, desde que não ultrapassem os prazos máximos estabelecidos no § 1º.

Art. 5º A FUNDAF poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença (LAP, LAI e LAO), em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação de exigências complementares, desde que observado o prazo máximo de 06 (seis) meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento.

§ 1º A contagem do prazo previsto no caput deste artigo será suspensa durante a elaboração dos estudos ambientais complementares ou preparação de esclarecimentos pelo empreendedor.

§ 2º Os prazos estipulados no caput poderão ser alterados, desde que justificados e com a concordância do empreendedor e do órgão ambiental competente.

Art. 6º O empreendedor deverá atender à solicitação de esclarecimentos e complementações, formuladas pela FUNDAF, dentro do prazo máximo de 04 (quatro) meses, a contar do recebimento da respectiva notificação.

Parágrafo único. O prazo estipulado no caput poderá ser prorrogado, desde que justificado e com a concordância do empreendedor e da FUNDAF.

Art. 7º O não cumprimento dos prazos estipulados nos artigos 5º e 6º, respectivamente, sujeitará o licenciamento à ação do órgão que detenha competência para atuar supletivamente e o empreendedor ao arquivamento de seu pedido de licença.

Art. 8º O arquivamento do processo de licenciamento não impedirá a apresentação de novo requerimento de licença, que deverá obedecer aos procedimentos estabelecidos no artigo 3º, mediante novo pagamento de custo de análise.

Art. 9º Esta Resolução aplica-se, exclusivamente, para fins de licenciamento, certidão, cadastramento e autorização ambiental de competência da FUNDAF, não se aplicando às questões de zoneamento urbano e licenciamento, autorização ou cadastramento ambiental estadual.

Art. 10. Para o licenciamento, autorização, certidão ou cadastro dos demais empreendimentos e atividades de competência da FUNDAF definidas por meio de legislação específica deverão ser apresentados os estudos determinados por meio das Resoluções municipais, estaduais e federais em vigor, bem como, a documentação exigida

pela Legislação Ambiental e por Instrução Normativa emitida pela FATMA ou pela FUNDAF.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Ficam revogadas todas as disposições em contrário, especialmente a Resolução COMDEMA nº 001/2012.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha, 29 de junho de 2016.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Presidente do COMDEMA

RESOLUÇÃO COMDEMA Nº 002, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

ANEXO I

ATIVIDADES NÃO CONSTANTES DO ANEXO III DA RESOLUÇÃO CONSEMA Nº 004/2008, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO CONSEMA 014/2012, SUJEITAS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL PELA FUNDAF:

12 - INDÚSTRIA MECÂNICA

12.20.01M – Instalação de máquinas, aparelhos, peças e acessórios cujo processo produtivo tenha fabricação terceirizada e/ou fique restrito à montagem de aparelhos e peças.

Porte Único: (CA)

33 – CONSTRUÇÃO CIVIL

33.50.00M – Terraplanagem, aterro e movimentação de terra

Pot. Poluidor (Solo: M, Água: M, Ar: P) Geral: M

Porte: AU <= 0,06 pequeno (CA)

AU > Grande (RAP)

Os demais: médio (DCA)

42 - COMÉRCIO VAREJISTA

42.32.30M - Armazenamento e revenda de GLP

Pot. Poluidor: (Solo: P, Água: P, Ar: M) Geral: M

Porte: CmaxA < = 13.000: pequeno (CA)

Os demais: (DCA)

53 – SERVIÇOS DIVERSOS

53.50.00M - Serviços de controle de vetores e pragas urbanas e/ou agrícolas

Pot. Poluidor (Solo: M, Água: M, Ar: M) Geral: M

Porte único: (DCA)

53.60.00M – Borracharias, inclusive oficinas de bicicletas

Porte único: (CA)

53.70.00M - Lavação e/ou lubrificação de veículos automotores

Porte único: (DCA)

53.80.00M - Oficina mecânica de veículos automotores e/ou troca de óleo e/ou chapeação e/ou pintura

Pot. Poluidor/Degradador (Ar:P Água:P Solo:P) Geral:P

Porte pequeno: AU <= 0,2 (DCA)

Os demais: (RAP)

23.80.01M - Martelinho de ouro, serviços de lanternagem ou funilaria

Porte único: (CA)

53.90.00M - Manutenção ou reparação de equipamentos de informática, eletrodomésticos, elétricos e eletrônicos.

Porte único: (CA)

56 - SERVIÇOS MÉDICO HOSPITALAR, LABORATORIAL E

VETERINÁRIO.

56.30.00M - Farmácias de manipulação

Porte único: (CA)

LEGENDA:

AU = área útil (ha) - área total utilizada pelo empreendimento, incluindo-se a área construída e a não construída, porém com utilização (por exemplo: depósito, estocagem, energia e etc.).

CmáxA = Quilograma (Kg) capacidade máxima de armazenamento.

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 78/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 78/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – COOP. DE PROD. AGRIC. FAMILIAR DE FORQUILHINHA - COONAFOR

DO OBJETO – O presente contrato tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, em consonância com o estabelecido na Lei nº 11.947/2009, Artigo 14, § 1º e de acordo com o edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar.

VALOR – R\$ 104.716,20 (cento e quatro mil setecentos e dezesseis reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA – 31/12/2016.

DOTAÇÃO – 0501.2014.3390 (75); 0501.2014.3390 (74).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Dispensa de Licitação nº. 92/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 17 de junho de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 83/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 83/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – EDEMILSON MICHELIS

OBJETO – O presente contrato tem por objetivo a aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 13.090,00 (treze mil e noventa reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2016.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 0501.2014.3390 (75); 0501.2014.3390 (74).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 95/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 22 de junho de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 90/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 90/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA

DO OBJETO – O presente contrato tem por objetivo a implantação da Avenida Max Arns, Município de Forquilha/SC, (perímetro central) trecho com início da Rotatória da Rodovia Gabriel Arns até a futura Rotatória da Rod. Jacob Westrup, com extensão de 1,40 Km, conforme Proposta Transferência 0000017487 cadastrada no SIGEF/SC e Convênio nº. 2016TR001602, firmado entre a Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional/Criciúma e o Município de Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

VALOR – R\$ 399.977,13 (trezentos e noventa e nove mil novecentos e setenta e sete reais e treze centavos).

VIGÊNCIA – O prazo de vigência do presente contrato é de 210 (duzentos e dez) dias corridos (prazo de execução + 90 dias) contados a partir da data de sua assinatura - 24/01/2017.

DOTAÇÃO – 0702.1017.4490 (131), 0702.1017.4490 (133).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Tomada de Preço nº. 90/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 28 de junho de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL N° 39/2016 PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 17/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 39/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 17/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de móveis e eletrodomésticos, para atender às necessidades de diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 24/03/2017

2ª Publicação

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0010_2016 - RP 0065 -DOM

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0010/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de lousas educacionais interativas e mesas digitais interativas para uso nos Centros de Educação Municipais de Ensino Fundamental, incluindo serviços de instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva durante o período de garantia, bem como o fornecimento de softwares e licenças, com entregas durante o período de julho a dezembro de 2016. Julgamento: Menor Preço por LOTE. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 01/07/2016 até as 13:20 horas do dia 15/07/2016. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 13:30 horas até as 14:10 horas do dia 15/07/2016. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14:15 horas do dia 15/07/2016. REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF). Local: www.bllcompras.org.br Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 29 de junho de 2016
Ivo Biazolo – Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0104_2016-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0104/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de persianas em todas as janelas do quartel do corpo de bombeiro militar de Fraiburgo, que está sendo equipado/mobiliado a fim de possibilitar o início de seu funcionamento.. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 13.07.2016 no protocolo geral do município junto a Secretaria-Executiva na sede da prefeitura, localizada a Avenida Rio das Antas, 185, Centro. Credenciamento: Até às 14:15 horas do mesmo dia no Setor de Compras e Licitações na sede da Prefeitura. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia; Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 28 de junho de 2016.
Ivo Biazolo – Prefeito

PORTARIA Nº 1522/2016

PORTARIA N.º 1522, DE 29 DE JUNHO DE 2016.
Concede Licença para Atividade Política à Servidor Municipal

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº 109, de 03 de março de 2010, em seus artigos 85 e 86;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para atividade política, a servidora SIMONE DE FÁTIMA JOMBRA CORRÊA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 899.054.159-04, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, com carga horária de 20 horas semanais, mediante aprovação no

Concurso Público nº 01/97 e no cargo de PROFESSOR, área de atuação LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de 20 horas semanais, mediante aprovação no Concurso Público nº 005/2010, no período de 01 de julho de 2016 a 03 de outubro de 2016.

Art. 2º O servidor fará jus à licença como se em efetivo exercício estivesse na forma da lei, após a confirmação do registro de sua candidatura.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de junho de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1523/2016

PORTARIA N.º 1523, DE 29 DE JUNHO DE 2016.
Concede Licença para Atividade Política à Servidor Municipal

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº 109, de 03 de março de 2010, em seus artigos 85 e 86;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para atividade política, ao servidor RODRIGO DE LARA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 825.066.639-91, nomeado no cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2016 a 12 de outubro de 2016.

Art. 2º O servidor fará jus à licença como se em efetivo exercício estivesse na forma da lei, após a confirmação do registro de sua candidatura.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de junho de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1524/2016

PORTARIA N.º 1524, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Concede Licença para Atividade Política à Servidor Municipal

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº 109, de 03 de março de 2010, em seus artigos 85 e 86;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para atividade política, a servidora ELIINETE FRANCESCATTO KONKOL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 594.023.529-49, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2016 a 12 de outubro de 2016.

Art. 2º O servidor fará jus à licença como se em efetivo exercício estivesse na forma da lei, após a confirmação do registro de sua candidatura.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1525/2016

PORTARIA N.º 1525, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Concede Licença para Atividade Política à Servidor Municipal

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº 109, de 03 de março de 2010, em seus artigos 85 e 86;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para atividade política, ao servidor HAMILTON STÜPP DE MACEDO JUNIOR, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 023.573.269-99, nomeado no cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM INFORMÁTICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2016 a 12 de outubro de 2016.

Art. 2º O servidor fará jus à licença como se em efetivo exercício estivesse na forma da lei, após a confirmação do registro de sua candidatura.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1526/2016

PORTARIA N.º 1526, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Concede Licença sem remuneração para Atividade Política à Servidor Municipal

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº 072, de 31 de julho de 2006, em seu artigo 13;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para atividade política, ao servidor CLAUDINEI DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 552.074.999-04, nomeado CONSELHEIRO TUTELAR, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2016 a 03 de outubro de 2016.

Art. 2º O servidor fará jus à licença sem remuneração durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao pleito;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1527/2016

PORTARIA N.º 1527, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Concede Licença para Atividade Política à Servidor Municipal

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº 109, de 03 de março de 2010, em seus artigos 85 e 86; C/C L.C. 072/31 de junho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para atividade política, a servidora CENELÂNDIA VALIM LOPES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 579.209.239-72, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, com carga horária de 40 horas semanais, e nomeada na função de Conselheiro Tutelar, no período de 01 de julho de 2016 a 03 de outubro de 2016.

Art. 2º O servidor fará jus à licença como se em efetivo exercício estivesse na forma da lei, após a confirmação do registro de sua candidatura.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1528/2016

PORTARIA Nº 1528, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0001 de 20 de janeiro de 2016, e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício nº 051/2016 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JULIANO DE JESUS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 048.425.989-05, na função de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, no período de 01 de julho de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1529/2016

PORTARIA Nº 1529, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Concede Licença para Atividade Política à Servidor Municipal

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº 109, de 03 de março de 2010, em seus artigos 85 e 86;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para atividade política, ao servidor DE-NILSON DALAGNOL, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 701.316.609-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de julho de 2016 a 03 de outubro de 2016.

Art. 2º O servidor fará jus à licença como se em efetivo exercício estivesse na forma da lei, após a confirmação do registro de sua candidatura.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1530/2016

PORTARIA Nº 1530, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Concede Licença para Atividade Política à Servidor Municipal

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº 109, de 03 de março de 2010, em seus artigos 85 e 86;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para atividade política, a servidora DULCINEI RUDECK BILIBIO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 665.138.399-04, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, sendo 20 horas semanais mediante aprovação no Concurso Público nº 001/2001 e 20 horas semanais mediante aprovação no Concurso Público nº 001/2003, no período de 01 de julho de 2016 a 12 de outubro de 2016.

Art. 2º O servidor fará jus à licença como se em efetivo exercício estivesse na forma da lei, após a confirmação do registro de sua candidatura.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1531/2016

PORTARIA Nº 1531, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 091/2016 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora MARIA SIRLENE FLORES BONALDO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 017.812.149-56, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de junho de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1532/2016

PORTARIA Nº 1532, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 092/2016, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIA SIRLENE FLORES BONALDO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 017.812.149-56, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1533/2016

PORTARIA Nº 1433, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 1029/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 0763 de 13 de fevereiro de 2013, que concedeu Função Gratificada – nível FG 6, ao servidor SÉRGIO ANTONIO GEBROSKI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 445.610.759-68, nomeado no cargo de provimento efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS, a partir de 30 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1534/2016

PORTARIA Nº 1534, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 097/2016 do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor LUIZ ALBERTO MARTINSON, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 485.741.989-00, nomeado no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de junho de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1535/2016

PORTARIA Nº 1535, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 096/2016 do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor ALBINO ALMEIDA DE ANDRADE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 525.046.469-68, nomeado no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de junho de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1536/2016

PORTARIA Nº 1536, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Concede Licença para Atividade Política à Servidor Municipal

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº 109, de 03 de março de 2010, em seus artigos 85 e 86;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para atividade política, ao servidor SANDRO EMANUEL CARIPUNA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 899.841.539-91, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de julho de 2016 a 03 de outubro de 2016.

Art. 2º O servidor fará jus à licença como se em efetivo exercício estivesse na forma da lei, após a confirmação do registro de sua candidatura.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1537/2016

PORTARIA N.º 1537, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Concede Licença para Atividade Política à Servidor Municipal

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº 109, de 03 de março de 2010, em seus artigos 85 e 86;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para atividade política, ao servidor VOLNEY SESTREN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 575.337.419-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de julho de 2016 a 12 de outubro de 2016.

Art. 2º O servidor fará jus à licença como se em efetivo exercício estivesse na forma da lei, após a confirmação do registro de sua candidatura.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1538/2016

PORTARIA N.º 1538, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Concede Licença para Atividade Política à Servidor Municipal

IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº 109, de 03 de março de 2010, em seus artigos 85 e 86;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para atividade política, ao servidor ROBERTO RIVELINO LEMOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 646.848.909-10, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01 de julho de 2016 a 12 de outubro de 2016.

Art. 2º O servidor fará jus à licença como se em efetivo exercício estivesse na forma da lei, após a confirmação do registro de sua candidatura.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 004-2016

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

DO MUNICIPIO DE FRAIBURGO-SC

RESOLUÇÃO Nº 004/2016 Dispõe sobre nomeação da Comissão Organizadora para a realização do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e adolescente, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 139 da Lei Federal nº 8069(ECA), lei Municipal nº 920/92, com a alteração 992/93 e Lei Municipal 1162/96, regimentais e conforme reunião ordinária realizada no dia 21 de junho de 2016, Resolve:

Art. 1º – Nomear a Comissão Organizadora para realização do Plano Decenal Municipal dos Direitos da criança e Adolescente, ficando assim constituída:

- Lia Frey
- Maves Borszcz
- Priscila Cordeiro
- Roberto Cezar Xavier
- Deonilce Maria Passini
- Jair Pereira
- Andre Schueda

Art. 2º - As despesas decorrentes da organização do evento correrá por conta do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – FIA.

Art. 3º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo(SC), 28 de junho de 2016.

Dulcinei R.bilibio

Presidente CMDCA

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº 819/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).

DECRETO Nº 819/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da Lei Orgânica do município de Frei Rogério e Lei Municipal nº 852/2016 de 29 de Junho de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 132.999,00 (cento e trinta e dois mil novecentos e noventa e nove reais) em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão:	02	Chefia do Executivo	
Unidade:	02	Secretaria de Administração e Finanças	
Proj./Ativ.	2.116	Transferencias à Consórcios - Cimcatarina	
20	3.1.71.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 9.126,00
Proj./Ativ.	2.116	Transferencias à Consórcios - Cimcatarina	
21	3.3.71.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 2.405,00
Proj./Ativ.	2.116	Transferencias à Consórcios - Cimcatarina	
23	4.4.71.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 468,00
Unidade:	04	Secretaria de Educação Cultura e Esporte	
Proj./Ativ.	2.014	Programa Merenda Escolar	
37	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 34.000,00
Unidade:	06	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
Proj./Ativ.	1.054	Aberturas, Ruas Pavimentação Urbana e Estradas Vicinais	
107	4.4.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 21.000,00
Orgão	03	Fundos Municipais	
Unidade	03	Fundo Municipal de Assistência Social	
Proj./Ativ.	2.093	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 10.000,00
3	3.3.90.00.00.00.00.00.0002	Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
Unidade	03	Fundo Municipal de Assistencia Social	
Proj./Ativ.	2.111	Piso Básico Variável/SCFV	
10	3.3.90.00.00.00.00.00.0002	Aplicações Diretas	R\$ 31.000,00
	TOTAL		R\$ 132.999,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, § 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 132.999,00 (cento e trinta e dois mil novecentos e noventa e nove reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão:	03	Fundos Municipais					
Unidade:	04	Fundo do Desenvolvimento da Agricultura e Meio Ambiente					
Proj./Ativ.	2.097	Programa Tercerização Maquinas Pesadas					
18	3.3.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00				
Orgão	02	Chefia do Poder Executivo					
Unidade:	06	Secretaria de Obras e Serviços Públicos					
Proj./Ativ.	1.056	Construção da Garagem/Oficina da Secretaria de Obras		roj./Ativ.	2.108	ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	Proj./Ativ.
103	4.4.90.00.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 32.999,00				
	TOTAL		R\$ 132.999,00				

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 29 de junho de 2016.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 852/2016 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).

LEI MUNICIPAL Nº. 852/2016, 29 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional no orçamento vigente, no valor de R\$ 132.999,00 (cento e trinta e dois mil novecentos e noventa e nove reais) em reforço das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão:	02	Chefia do Executivo	
Unidade:	02	Secretaria de Administração e Finanças	
Proj./Ativ.	2.116	Transferências à Consórcios - Cimcatarina	
20	3.1.71.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 9.126,00
Proj./Ativ.	2.116	Transferências à Consórcios - Cimcatarina	
21	3.3.71.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 2.405,00
Proj./Ativ.	2.116	Transferências à Consórcios - Cimcatarina	
23	4.4.71.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 468,00
Unidade:	04	Secretaria de Educação Cultura e Esporte	
Proj./Ativ.	2.014	Programa Merenda Escolar	
37	3.3.90.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 34.000,00
Unidade:	06	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
Proj./Ativ.	1.054	Aberturas, Ruas Pavimentação Urbana e Estradas Vicinais	
107	4.4.90.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 21.000,00
Órgão	03	Fundos Municipais	
Unidade	03	Fundo Municipal de Assistência Social	
Proj./Ativ.	2.093	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 10.000,00
3	3.3.90.00.00.00.00.0002	Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
Unidade	03	Fundo Municipal de Assistência Social	
Proj./Ativ.	2.111	Piso Básico Variável/SCFV	
10	3.3.90.00.00.00.00.0002	Aplicações Diretas	R\$ 31.000,00
	TOTAL		R\$ 132.999,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, § 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 132.999,00 (cento e trinta e dois mil novecentos e noventa e nove reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão:	03	Fundos Municipais					
Unidade:	04	Fundo do Desenvolvimento da Agricultura e Meio Ambiente					
Proj./Ativ.	2.097	Programa Tercerização Maquinas Pesadas					
18	3.3.90.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00				
Órgão	02	Chefia do Poder Executivo					
Unidade:	06	Secretaria de Obras e Serviços Públicos					
Proj./Ativ.	1.056	Construção da Garagem/Oficina da Secretaria de Obras		roj./Ativ.	2.108	ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	Proj./Ativ.
103	4.4.90.00.00.00.00.0110	Aplicações Diretas	R\$ 32.999,00				
	TOTAL		R\$ 132.999,00				

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 29 de junho de 2016.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO 001/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 001/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
RODRIGO GAFFORELLI
Candidato(a): 266688
Cargo: MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO
Classificação: 1º LUGAR

Garopaba, 28 de junho de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 1º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 002/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 002/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
GABRIELA ELTZ BRUM
Candidato(a): 263523
Cargo: PROFESSOR INGLÊS 20H
Classificação: 1º LUGAR

Garopaba, 28 de junho de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR INGLÊS 20H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 1º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 003/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 003/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
BETINA LORENSI LOPES
Candidato(a): 242404
Cargo: PROFESSOR INGLÊS 20H
Classificação: 2º LUGAR

Garopaba, 28 de junho de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A)

para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR INGLÊS 20H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 2º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 004/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 004/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
ALEXANDRE JORGE PEREIRA
Candidato(a): 265991
Cargo: SERVENTE
Classificação: 1º LUGAR

Garopaba, 28 de junho de 2016

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 1º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 005/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 005/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
DEISE LISANA FOGLIATO DALA NORA
Candidato(a): 262046
Cargo: SERVENTE
Classificação: 2º LUGAR

Garopaba, 28 de junho de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 2º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 006/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 006/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
JOSIANE MARIA DA SILVA
Candidato(a): 252361
Cargo: SERVENTE

Classificação: 3º LUGAR

Garopaba, 28 de junho de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 3º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 007/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 007/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
VANESSA WIGGER CARDOSO
Candidato(a): 255287
Cargo: MERENDEIRA
Classificação: 1º LUGAR

Garopaba, 28 de junho de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MERENDEIRA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 1º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 008/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 008/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
ANA CAROLINA GOMES DE OLIVEIRA PENA
Candidato(a): 263115
Cargo: SERVENTE
Classificação: 2º LUGAR

Garopaba, 28 de junho de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 2º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 009/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 009/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
LUCIANE ADELINO MONTEIRO
Candidato(a): 255350

Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Classificação: 1º LUGAR

Garopaba, 28 de junho de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 1º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 010/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 010/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
TATIANE PEREIRA TEXEIRA DA ROSA
Candidato(a): 246605
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Classificação: 2º LUGAR

Garopaba, 28 de junho de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 2º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 011/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 011/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
MARILETE PINTO DE OLIVEIRA
Candidato(a): 240846
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H
Classificação: 3º LUGAR

Garopaba, 28 de junho de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 3º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 012/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 012/2016 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

MARIANE FURTADO NASCIMENTO

Candidato(a): 256286

Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H

Classificação: 4º LUGAR

Garopaba, 28 de junho de 2016.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 4º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 127/2016

DECRETO N.º 127, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 1.161.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 1.161.000,00 (hum milhão, cento e sessenta e um mil reais), no Orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO	10.000,00
0412262.002 - Funcionamento e Manut. Do Gabinete do Prefeito	10.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30.000,00
0412292.006 - Func. E Manutenção da Secretaria de Administração	30.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	30.000,00
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	13.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	13.000,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	13.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	12.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	5.000,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	5.000,00
3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1.103.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	1.100.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	1.000.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	100.000,00
10301252.080 - Func. E Manutenção da Gestão em Saude	3.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	3.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 1.161.000,00 (hum milhão, cento e sessenta e um mil reais),

correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO	10.000,00
0412262.002 - Funcionamento e Manut. Do Gabinete do Prefeito	10.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30.000,00
0412292.006 - Func. E Manutenção da Secretaria de Administração	30.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	30.000,00
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	13.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	13.000,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	13.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	13.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	5.000,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	5.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1.103.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	1.100.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	100.000,00
10301252.080 - Func. E Manutenção da Gestão em Saude	3.000,00
3.1.91.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de junho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 30/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 128/2016

DECRETO N.º 128, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 22.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), no Orçamento vigente:

04.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	22.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIRO	22.000,00
0618292.009 - Func. E Manutenção do Funrebom	22.000,00
3.3.90.0.1.24.001070 - Aplicações Diretas	20.000,00
4.4.90.0.1.24.001070 - Aplicações Diretas	2.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de junho de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 30/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

EXTRATO DO CONVENIO 004/2016

EXTRATO DO CONVENIO 004/2016

CONVÊNIO: 004/2016
CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Garopaba
CNPJ: 82.836.057/0001-90
CONVENIENTE: Associação de Dança de Garopaba - ADAG.
CNPJ: 10.784.989/0001-25
OBJETO: Assegurar a manutenção das atividades desenvolvidas pela Entidade
VALOR: R\$ 23.320,00
VIGÊNCIA: 30/06/2016 a 31/12/2016
AMPARO LEGAL: Lei Municipal 1.980 de 29 de junho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

LEI Nº 1980, DE 29 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº 1.980, DE 29 DE JUNHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE DANÇA DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma contribuição no limite de R\$ 23.320,00 (vinte e três mil, trezentos e vinte reais), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela Associação de Dança de Garopaba, CNPJ n.º 10.784.989/0001-25.

Art. 2º. A concessão de contribuição de que trata o artigo 1º, será dividida em parcelas mensais e disciplinada, através de Convênio a ser firmado com a Associação de Dança de Garopaba, na forma da legislação vigente.

§ 1º. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

§ 2º. A vigência do convênio supracitado será até 31 de dezembro do presente exercício.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de junho de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 30/06/2016, de acordo

com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

PORTARIA N.º 532/2016

PORTARIA N.º 532, DE 21 DE JUNHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA, sem prejuízo de remuneração. Nos termos do art. 118, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor EDSON LUIS DA SILVA, Motorista Caminhão/Auto/Ônibus, matrícula funcional n.º 0730 a partir 01/07/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de junho de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 542/2016

PORTARIA N.º 542, DE 28 DE JUNHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA, sem prejuízo de remuneração. Nos termos do art. 118, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor ANÉSIO ESPÍNDOLA DOS PASSOS, Motorista Caminhão/Auto/Ônibus, matrícula funcional n.º 0090 a partir 01/07/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de junho de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 543/2016

PORTARIA N.º 543, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA, sem prejuízo de remuneração. Nos termos do art. 118, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao servidor JOÃO BATISTA SOARES, Motorista Caminhão/Auto/Ônibus, matrícula funcional n.º 0173 a partir 01/07/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de junho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 550/2016

PORTARIA N.º 550, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, TULA SOUZA DO AMARAL, CPF n.º 520.872.209-72, das funções comissionadas do cargo de OFICIAL DE GABINETE, do Gabinete do Prefeito, a partir de 30/06/2016.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de junho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 552/2016

PORTARIA N.º 552, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, em 01/07/2016, nos termos do art. 115, da Lei n.º 1000/2005, da servidora TULA SOUZA DO AMARAL, Matrícula Funcional n.º 0085, concedidas através da Portaria n.º 010/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de junho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 554/2016

PORTARIA N.º 554, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA, sem prejuízo de remuneração. Nos termos do art. 118, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora TULA SOUZA DO AMARAL, Enfermeiro, matrícula funcional n.º 0085 a partir 01/07/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de junho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 560/2016.

PORTARIA N.º 560, DE 30 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, EM CARÁTER INTEGRAL, NOS TERMOS DO ART. 40º, §1º, INCISO I DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DO ART. 27, INCISO I DA LEI MUNICIPAL Nº 677/2000, AUTORIZA O PAGAMENTO DOS PROVENTOS NOS TERMOS DA METODOLOGIA DEFINIDA NO ARTIGO 6º-A DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003, ACRESCIDO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 70/2012, DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO DA SERVIDORA ENEDINA VIEIRA CORREIA, A PARTIR DE 01/07/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º CONCEDER Aposentadoria por Invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso I da Lei nº 677/2000, à servidora ENEDINA VIEIRA CORREIA, detentora da matrícula funcional nº 0059, inscrita no CPF nº 625.685.319-91 e no PASEP nº 1701694785-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Invalidez, em caráter integral, correspondente a 100% de sua última remuneração, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta no artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 1.114,99 (um mil cento e quatorze reais e noventa e nove centavos), que será pago mensalmente pelo IPREGOBA.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso III da Lei Complementar nº 1000/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e opera seus efeitos a partir de 01/07/2016, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de junho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 561/2016.

PORTARIA N.º 561, DE 30 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, EM CARÁTER PROPORCIONAL, NOS TERMOS DO ART. 40º, §1º, INCISO I DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DO ART. 27, INCISO III DA LEI Nº 677/2000, AUTORIZA O PAGAMENTO DOS PROVENTOS NOS TERMOS DA METODOLOGIA DEFINIDA NO ARTIGO 6º-A DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003 ACRESCIDO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 70/2012, DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO DA SERVIDORA JUCILDA DE SOUZA MACHADO, A PARTIR DE 01/07/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 677/2000, à servidora JUCILDA DE SOUZA MACHADO, detentora da matrícula funcional nº 761, inscrita no CPF nº 868.945.289-34 e no PASEP nº 1270199972-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, correspondente a 64% (sessenta e quatro por cento) de sua última remuneração, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta no artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), que será pago mensalmente pelo IPREGOBA.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso III da Lei Complementar nº 1000/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e opera seus efeitos a partir de 01/07/2016, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de junho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA LICITAÇÃO PMG Nº 014/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA

Processo Licitatório PMG nº 014/2016
Modalidade: Concorrência p/ Concessão
Tipo de julgamento: Maior Oferta

Objeto: Outorga em regime de concessão da execução do serviço de remoção, guarda e depósito de veículos, cujos condutores cometerem infrações em âmbito de sua circunscrição, conforme previstas no Código de Trânsito Brasileiro, em pátio ou área destinada

para esse fim, em perímetro urbano dentro do território do Município de Garuva - SC, de acordo com a Lei Municipal nº 1508/2010.

Devido a alterações no edital e termo de referência, a data de entrega e abertura dos envelopes será alterada, ainda sem data definida.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 28 de junho de 2016.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

LEI 1940/2016

LEI Nº 1940/2016

Dispõe sobre a fixação do subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito para 2017/2020.

Atendendo dispositivos legais contidos no artigo 51 parágrafo 8º da Lei Orgânica Municipal eu, Reginaldo Mews Rosa - Presidente do Poder Legislativo Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio do Prefeito e do Vice Prefeito será estabelecido nos termos desta Lei.

Art. 2º O Prefeito Municipal receberá um subsídio mensal no valor máximo de R\$ 19.520,00 (dezenove mil, quinhentos e vinte reais).

Art. 3º O Vice Prefeito receberá um subsídio mensal no valor máximo de R\$ 9.760,00 (nove mil, setecentos e sessenta reais).

Art. 4º O substituto legal que, na forma legal, assumir a chefia do Poder Executivo, nos impedimentos ou ausências do Prefeito Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio do Prefeito previsto no artigo 2º desta Lei, proporcionalmente ao período da substituição.

Art. 5º Os subsídios do Prefeito e do Vice Prefeito terão suas expressões monetárias revisadas anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

Parágrafo Primeiro - É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal do Prefeito e Vice-Prefeito a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 6º Ao ensejo do gozo de férias anuais, o Prefeito Municipal e o Vice Prefeito perceberão o subsídio de forma integral.

Art. 7º Em licença por motivo de saúde o Prefeito e o Vice-Prefeito receberão integralmente o seu subsídio, devendo o Poder Público, se necessário, fazer a complementação do benefício previdenciário a que tiver direito.

Art. 8º Os valores fixados nos artigos anteriores se referem a remuneração bruta da qual descontar-se-ão os encargos devidos e outros abatimentos autorizados.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de janeiro de 2017.

Gabinete do Presidente, em 30 de Junho de 2016.

Reginaldo Mews Rosa
Presidente da Mesa

LEI 1941/2016

LEI Nº 1941/2016

Dispõe sobre a fixação do subsídio dos Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Jurídico para o quadriênio de 2017/2020.

Atendendo dispositivos legais contidos no artigo 51 parágrafo 8º da Lei Orgânica Municipal eu, Reginaldo Mews Rosa - Presidente do Poder Legislativo Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio dos Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Jurídico será estabelecido nos termos desta Lei.

Art. 2º Os Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Jurídico receberão um subsídio mensal máximo no valor de R\$ 7.576,00 (sete mil quinhentos setenta e seis reais).

Art. 3º O subsídio dos Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Jurídico terá sua expressão monetária revisada anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

Parágrafo Primeiro - É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Jurídico observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 4º Ao ensejo do gozo de férias anuais, os Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Jurídico perceberão o subsídio de forma integral, com acréscimo de um terço.

Art. 5º Os Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Jurídico terão direito ao décimo terceiro subsídio pago no mês de dezembro.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de janeiro de 2017.

Gabinete do Presidente, em 30 de Junho de 2016.
Reginaldo Mews Rosa
Presidente da Mesa

LEI 1942/2016

LEI Nº 1942/2016

Dispõe sobre o subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal para Legislatura 2017/2020.

Atendendo dispositivos legais contidos no artigo 51 parágrafo 8º da Lei Orgânica Municipal eu, Reginaldo Mews Rosa - Presidente do Poder Legislativo Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio dos Vereadores do Município de Garuva-SC para a Legislatura 2017/2020 será fixado os termos desta Lei.

Art. 2º Os Vereadores receberão um subsídio mensal no valor de R\$ 6.509,00 (seis mil, quinhentos e nove reais).

§ 1º A ausência de Vereador na Ordem do Dia de sessão plenária ordinária sem justificativa legal determinará um desconto em seu subsídio no valor de R\$ 976,00 (novecentos setenta e seis reais). Nas sessões extraordinárias, nas reuniões de comissões permanentes, especiais ou temporárias, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio no valor de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

§ 2º Considera-se, como justificativa legal, para efeitos deste artigo, comprovado documentalmente o(s) motivos(s) da ausência, sob a forma de requerimento dirigido ao Presidente da Mesa Diretora, ou a apresentação de atestado médico.

§ 3º O requerimento e documentos referidos no parágrafo anterior, deverão ser entregues até o início da sessão em que o vereador não poderá comparecer, sob pena da falta ser considerada injustificada. Quando a causa motivadora da ausência impossibilitar a justificativa prévia, o requerimento e documentos deverão ser entregues até dois (02) dias úteis após a sessão.

§ 4º As sessões plenárias extraordinárias, solenes e especiais não serão remuneradas.

§ 5º Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão de convocação.

Art. 3º O Presidente da Câmara Municipal perceberá verba indenizatória mensal de R\$ 3.254,50 (três mil, duzentos cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Parágrafo único O substituto legal que, na forma regimental, assumir a presidência fará jus ao recebimento do valor da verba indenizatória prevista neste artigo, proporcionalmente ao período da substituição, exceto na direção dos trabalhos das reuniões.

Art. 4º O subsídio mensal dos Vereadores e a verba indenizatória do Presidente da Câmara Municipal terão sua expressão monetária revisada anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município, observando-se a periodicidade mínima de um ano a partir do início da Legislatura.

Parágrafo Primeiro - É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 5º O subsídio mensal dos Vereadores será pago normalmente durante os recessos parlamentares, independentemente de convocação de sessão legislativa extraordinária.

Art. 6º Na licença do Vereador por doença, devidamente

comprovada, será remunerada integralmente, cabendo ao Legislativo, se for o caso, complementar o valor pago pela instituição previdenciária a que se vincular o Vereador.

Parágrafo único – Em caso de assumir o suplente, bem como da licença do Vereador titular, o subsídio mensal será calculado pro rata die.

Art. 7º Os valores fixados nos artigos anteriores se referem a remuneração bruta da qual descontar-se-ão os encargos devidos e outros abatimentos autorizados.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações consignadas na respectiva lei orçamentária.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de janeiro de 2017.

Gabinete do Presidente, em 30 de Junho de 2016.
Reginaldo Mews Rosa
Presidente da Mesa

Gaspar

PREFEITURA

CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE - ATA DE REUNIÃO

CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE

ATA DE REUNIÃO

Data: 25/05/2016 Horário: 18:00 horas.

ASSUNTO: ENCERRAMENTO DO PERÍODO DO CADASTRO DOS ARTISTAS PARA O EVENTO "VIRADA CULTURAL" E OUTROS ASSUNTOS.

Aos vinte e cinco dias do mês de Maio de dois mil e dezesseis, com início às 18:00 horas, realizou-se no Coreto Municipal de Gaspar, localizado na praça Getúlio Vargas – Centro, Gaspar – Santa Catarina, reunião com os membros Conselho Municipal da Juventude, com a presença do Presidente Jean Reichert, e os demais membros: Solano Lenfers, Leonardo Nascimento, Clóvis Zimmermann, Ladson Souza, Doines Rafael Silva, Liliana Santos, Ana Maba e Juvenal Maia da Motta e diversos artistas da cidade, para tratar do Encerramento do Período do Cadastro dos Artistas Para o Evento "Virada Cultural" e Outros Assuntos. O Presidente do Conselho da Juventude, acordado com os demais membros do conselho e artistas, deu por encerrado o processo de Cadastro dos Artistas para participação no Evento Virada Cultural que irá acontecer nos dias nove e dez de julho de dois mil e dezesseis. O processo de cadastramento se deu da seguinte forma, os interessados puderam se cadastrar no Coreto Municipal até 31 de março de 2016, de segunda a sexta-feira, das 14h às 17h, a partir desta data, quem teve interesse em realizar o seu cadastro, deveria entrar em contato pelo telefone 47 3332-6314 ou pelo e-mail juventude@gaspar.sc.gov.br. Sendo assim damos por encerrado o período de cadastro de Artistas para participação no evento "Virada Cultural 2016". E seguida a Assessoria da Juventude, na pessoa de Jean Reichert apresenta a proposta de integrar todos os grupos e artistas cadastrados no projeto "Todo artista Tende ir Aonde o Povo Está", que está reunindo e levantando toda a classe artística da cidade, para se apresentar na 3ª Virada Cultural. Um dos objetivos desta reunião foi fazer uma rodada de ideias em torno desse evento "Virada Cultural 2016". Muitos dos artistas presentes no encontro participaram de uma ou das duas edições anteriores. Essa abertura para a discussão foi muito importante para os artistas exporem suas visões sobre esse evento que é uma celebração cultural da cidade. Entramos num consenso sobre cinco pontos possíveis para sugestão: 1- Gastronomia integrada a Virada Cultural, Food Trucks, Tilápia, etc; 2- Iniciar, com intervenções artísticas já no sábado de manhã; na praça, nas escolas, no comércio, na semana que antecede o evento; 3 - Inserir a história de Gaspar, como forma de abranger mais gerações, mais público, como, por exemplo, fotos, convidar famílias tradicionais da cidade pra trazer e apresentar sua história da cidade; 4 - FEC...ter banda base para agilizar as apresentações; 5 - Cada grupo artístico pode criar um espaço para poder participar às 24 horas do evento; A forma de seleção dos artistas partiu de trinta de abril, quando foi feito o primeiro contato depois do cadastro, e que partiu como ponto de partida para a 3ª Virada Cultural. Nem todos os cadastros foram aproveitados. Alguns artistas, que já participam de algum grupo, individualmente não foram selecionados, decisão que contempla todos, de forma justa. Além de alguns artistas que estão morando fora do município, ou que não desejaram participar. A Assessoria da Juventude, pela pessoa de Jean Paulo Reichert, reforçou a importância dos encontros promovidos pelo forte ato democrático que elas geram, ouvindo diversas pessoas de interesses diferentes e entrando num consenso sobre as diversas questões juvenis que nossa cidade precisa. Não havendo mais nada a tratar, Jean Reichert dá por encerrada a reunião às dezenove horas.

Após a lavratura, leitura e aprovação da presente ATA, como nada mais havia digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada pelos presentes.

DECRETO Nº 7.050, DE 28 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 7.050, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.681, de 18 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 08 SECR. MUNIC. DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Função: 15 URBANISMO	
Subfunção: 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras	
Atividade: 1253 Pavimentação de Ruas	
Dotação: 263 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 350.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 28 de junho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 7.051, DE 29 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 7.051, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E CRIA CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3.711, de 02 de junho de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados os seguintes saldos de dotações constantes do orçamento vigente da Administração Direta e Indireta:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
Unidade: 12 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
Função: 20 AGRICULTURA	
Subfunção: 606 EXTENSÃO RURAL	
Programa: 0021 Apoio ao Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro	
Destino: 2 - Atividade	
Ação: 2106 Eventos de Desenvolvimento e Fomento à Agricultura Familiar	
Despesa: 132	
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 35.000,00

Órgão: 13 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Unidade: 26 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Função: 17 Saneamento
Subfunção: 512 Saneamento Básico Urbano
Programa: 0025 Gestão do SAMAE
Destino: 1 - Projeto
Ação: 1159 Esgoto Sanitário
Despesa: 8
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas
R\$ 38.194,00

Órgão: 11 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade: 23 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Função: 03 ESSENCIAL À JUSTIÇA
Subfunção: 061 Ação Judiciária
Programa: 0020 Gestão da Procuradoria do Município
Destino: 2 - Atividade
Ação: 2204 Manutenção do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município
Despesa: 223
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas
R\$ 56.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos anulados no artigo anterior ficam suplementados os seguintes saldos de dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 13 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Unidade: 26 SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Função: 17 Saneamento
Subfunção: 512 Saneamento Básico Urbano
Programa: 0025 Gestão do SAMAE
Destino: 2 - Atividade
Ação: 2110 Manutenção da Estrutura Administrativa da Autarquia
Despesa: 10
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas
R\$ 38.194,00

Órgão: 12 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade: 25 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
Função: 27 DESPORTO E LAZER
Subfunção: 812 DESPORTO COMUNITÁRIO
Programa: 0028 Gestão da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar
Destino: 2 - Atividade
Ação: 2162 Manutenção da Fundação Municipal de Esportes, Ginásios, Progr.
Despesa: 10
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas
R\$ 35.000,00

Órgão: 11 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade: 23 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Função: 03 ESSENCIAL À JUSTIÇA
Subfunção: 092 REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL
Programa: 0020 Gestão da Procuradoria do Município
Destino: 2 - Atividade
Ação: 2100 Manutenção da Procuradoria Geral
Despesa: 229
Modalidade: 3.3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas
R\$ 56.000,00

Art. 3º Fica criado o crédito especial abaixo, junto ao quadro orçamentário da Administração Direta, na forma indicada, oriundo do superávit do exercício anterior:

Órgão: 10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 20 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função: 08 Assistência Social

Subfunção: 243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social
Destino: 2 - Atividade
Ação: 2196 Manter Proteção Social Especial - Alta Complexidade
Despesa:
Modalidade: 3.4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas
R\$11.566,49

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de junho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 4.041, DE 27 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº 4.041, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA MARIA VERÔNICA RAINERT DE SOUZA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar a servidora MARIA VERÔNICA RAINERT DE SOUZA, ocupante do cargo de Merendeira/Servente, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição na Delegacia de Polícia de Gaspar, a partir de 23 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 23 de junho de 2016.

Gaspar, 27 de junho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PREGÃO PRESENCIAL 146/2016

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2016

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de Materiais Médicos-Ambulatoriais - Repetição. ENTREGA dos envelopes até às 9hs do dia 12/07/2016, no Depto. de Compras, Rua São Pedro, 128, térreo, Centro. ABERTURA a partir das 9hs, na mesma data e local. Íntegra do Edital no Depto. de Compras ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 29/06/2016

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

TOMADA DE PREÇOS Nº 136/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Tomada de preços Nº 136/2016

OBJETO: reformas na Escola Vitorio Anacleto Cardoso. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 19/07/2016. ABERTURA: dia 19/07/2016 às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras, Rua São Pedro nº 128, Centro, Gaspar/SC, ou no site www.gaspar.sc.gov.br Gaspar(SC), 29 de junho de 2016.

MARLENE ALMEIDA – Secretária Municipal de Educação

TOMADA DE PREÇOS Nº 138/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Tomada de preços Nº 138/2016

OBJETO: reforma e ampliação do CDI Fátima Regina. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 21/07/2016. ABERTURA: dia 21/07/2016 às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras, Rua São Pedro nº 128 - Centro, Gaspar/SC, ou no site www.gaspar.sc.gov.br Gaspar(SC), 29 de junho de 2016.

MARLENE ALMEIDA – Secretária Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2016

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2016

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Vistos, etc.

Pelo exposto, havendo empresa habilitada e qualificada, afigurando-me que o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2016, Edital de Credenciamento nº 002/2016, encontra-se regularmente desenvolvido e, restando ainda o interesse na contratação que deu ensejo à instauração do processo, nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal 8.666/1993, HOMOLOGO a decisão da Comissão de Licitação, realizada na reunião datada de 24/06/2016.

Por conseguinte, ADJUDICO em favor das seguintes empresas: RÁDIO SENTINELA DO VALE LTDA, CNPJ nº 83.747.949/0001-87 e RÁDIO ATIVA FM LTDA, CNPJ nº 81.572.489/0001-78, o objeto do credenciamento (divulgação dos atos e ações do Legislativo local conforme Projeto Básico constante do Anexo I do respectivo Edital) pelo valor de R\$ 17,80 (dezessete e oitenta) o valor do spot de 30" (trinta segundos), eis que as citadas Rádios enquadram-se nas exigências do Edital de Credenciamento nº 002/2016, Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2016.

Sigam-se os ulteriores termos.

Publique-se.

Câmara Municipal de Gaspar, em 27 de junho de 2016.

Giovano Borges

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

Grão Pará

PREFEITURA

ERRATA 02/2016 SAMAE

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Estado de Santa Catarina

ERRATA

Errata n.02, ao Pregão Presencial 01/2016, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, com sede à Rua Álvaro de Oliveira Souza, 227, Centro, na cidade de Grão-Pará /SC, inscrito no CNPJ sob nº 80.489.222/0001-59 tendo como objeto o FORNECIMENTO MENSAL DE TÍQUETE ALIMENTAÇÃO EM CARTÃO MAGNÉTICO PARA SERVIDORES DAS ÁREAS ADMINISTRATIVA E TÉCNICA DO SAMAE DE GRÃO PARÁ.

Referente ao número do Processo:

Onde se lê: "/2015"

Que se leia: "/2016"

MOTIVOS: Tendo em vista que estamos no ano calendário de 2016, tendo em vista que a publicação do resumo do Edital, publicados no DOM, DOE e FOLHA O JORNAL, na data de 20 de junho de 2016 e 21 de junho de 2016 respectivamente, encontra-se correta.

Grão-Pará/SC, 29 de junho de 2016.

ENIO JOÃO ZANELATTO BAGIO

Diretor do SAMAE

PORTARIA 142-2016 C. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N.142/2016

DE 14 DE ABRIL DE 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Municipal nº 883, de 07 de outubro de 1997, com as alterações da Lei Municipal nº 1.093, de 25 de setembro de 2001, e Lei Municipal nº 1.318, de 1º de julho de 2004.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear os membros integrantes do Conselho Municipal de Educação para o biênio 2016/2017, ficando assim constituído:

Representantes da Associação Grãoparaense de Desenvolvimento Social –AGRADES

Titular: Emir Müller Bratti

Suplente: Rosilda Perin Böger

Representantes da Associação de Pais e Professores – A.P.P. da Rede Estadual de Ensino

Titular: Clécia Ponciano Bonin

Suplente: Márcia Borghesan Bagio

Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Edinara Hereck Bussolo

Suplente: Jane Bonin

Representantes da Rede Municipal de Educação

Titular: Neide Leal Weber

Suplente: Juliana Miriam Macieski Kafka

Representante da Câmara de Dirigentes Logistas – CDL

Titular: Reginaldo Cechetto

Representantes da Associação de Pais e Professores – A.P.P. da Rede Municipal de Ensino

Titular: Helton Blasius Guizi

Suplente: Cleusa Perin Rohling

Representante da Câmara Municipal de Vereadores

Titular: Dulcilene Wessler Guizoni Dacorégio

Representante da Educação Especial

Titular: Rosinete Michels Dacorégio Perin

Representantes da Rede Estadual de Ensino

Titular: Aleçandra Michels Junkes Schmidt

Suplente: Vanderlene Ballmann Heinzen

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 14 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 14 de abril de 2016.

JANETE DELLA GIUSTINA HEIDEMANN MULLER

Secretária Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 147-A 167 EXCETO A 149-156 E 126 E 164

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 0147 / 2016 DE 14 de ABRIL de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,

RESOLVE Regularizar a situação funcional da servidora KATIA REGINA DE PIERI PICKLER, ocupante do cargo de Enfermeira, código 1.02, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, designando-a para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Setor da Unidade Central, na Secretaria Saúde, fazendo jus a gratificação FG-02.

PORTARIA Nº. 0148 / 2016 DE 14 de ABRIL de 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE Contratar MORGANA MATOS, para ocupar o cargo de Enfermeira, código 1.02, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, em

substituição a titular Katia Regina De Pieri Pickler, designada para função gratificada, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, a partir da data, pelo período da designação, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0157 / 2016 DE 02 de MAIO de 2016

ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Conceder férias regulamentares a JISELI KONS, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, atuando na Função Gratificada de Chefe de Divisão de Administração, no período compreendido entre 02/05/2016 a 31/05/2016, referente ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 31/01/2015, com a conversão do período de 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário do período.

PORTARIA Nº. 0158 / 2016 DE 02 de MAIO de 2016
ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições,
CONSIDERANDO a nomeação de funcionários em caráter efetivo em razão de aprovação em concurso público;
CONSIDERANDO o que dispõe o art. 41, §4º, da Constituição Federal de 1988, que estatui como condição para aquisição de estabilidade, a obrigatória avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade,

RESOLVE CONSTITUIR a COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO OBRIGATÓRIO, nomeando para constituí-la os servidores JISELI KONS, na condição de Presidente, JANE BONIN, na função de Secretária, JANETE DELLA GIUSTINA HEIDEMANN MULLER e VALMIR JACINTO BALLMANN, como membros, que deverão avaliar os funcionários nomeados e empossados que se encontram em estágio probatório, que deverão opinar ao Poder Executivo acerca da necessidade de abertura de sindicância ou processo administrativo.

PORTARIA Nº. 0159 / 2016 DE 02 de MAIO de 2016
ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,
RESOLVE Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura, no período de 16/05/2016 a 15/06/2016.

PORTARIA Nº. 0160 / 2016 DE 03 de MAIO de 2016
ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 31.º item I, da Lei Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000
RESOLVE Contratar CARLOS EDUARDO FAVARETTO MENOSSI, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Professor, nível I, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, e exercer suas funções no Centro de Educação de Jovens e Adultos -CEJA, disciplinas de Química e Física, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, por extrema necessidade de serviço, por não haver candidato inscrito em Concurso Público e/ou Processo Seletivo para provimento de cargo, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0161 / 2016 DE 06 de MAIO de 2016
ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 31.º item I, da Lei Municipal nº 990/2000 de 04/04/2000
RESOLVE Contratar SIMONE ROLING MORAES, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Professor, nível I, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, e exercer suas funções na Escola Municipal Professor Gregório Wessler- Ensino fundamental, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, por extrema necessidade de serviço, até chamada de candidato inscrito em Concurso Público e/ou Processo Seletivo para provimento de cargo, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0163 / 2016 DE 09 de MAIO de 2016
ELIO MULLER BRATTI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,
Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados,

pertencentes ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura, no período de 09/05/2016 a 09/06/2016, com a conversão do período de 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário do período.

PORTARIA Nº. 0165 / 2016 DE 23 de MAIO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 6.º da Lei Municipal nº 991/2000, de 04.04.2000,
RESOLVE Exonerar, a partir de 31/05/2016, CAROLINA CORREA ocupante do cargo em comissão de Coordenador, em atividade no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, vinculado a Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social.

PORTARIA Nº. 0166 / 2016 DE 23 de MAIO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 29.º item I, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000
RESOLVE Exonerar, a pedido, PEDRO PAULO IZIDORO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos, código 4.05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, desde 03/07/1995, conforme portaria de nomeação por concurso nº 135/1995, declarando a vacância do cargo especificado, na forma prevista no artigo 28º, incisos I, da Lei Municipal nº 989/2000, concedendo a despedida voluntária, de forma parcelada, conforme o que dispõe o artigo 20, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, alterado pela Lei Complementar nº 13/2015, de 12/08/2015, na data de 01/10/2015, a partir de 30/05/2016, conforme requerimento e parecer jurídico em anexo, cessando os efeitos da portaria 063/2014, de 14/02/2014.

PORTARIA Nº. 0167 / 2016 DE 23 de MAIO de 2016
AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,
RESOLVE Conceder férias regulamentares a ROSANA GUIZONE ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, código 2.01, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, atuando na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, no período compreendido entre 23/05/2016 a 22/06/2016, referente ao período aquisitivo de 24/03/2014 a 23/03/2015.

PORTARIA N 143-2016-INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL FUNDEB

PORTARIA N.143/2016
DE 14 DE ABRIL DE 2016.

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Municipal n. 1.459/2007, de 24 de abril de 2007, e alterações posteriores,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear os membros integrantes do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, para o biênio 2016/2017, ficando assim constituído:

Representantes do Conselho Municipal de Educação – CME
Titular: Rosinete Michels Dacorégio Perin
Suplente: Emir Müller Bratti

Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas
Titular: Neide Leal Weber
Suplente: Juliana Miriam Macieski Kafka

Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública

Titular: Rosimere Crozeta Machado Del Canale
Suplente: Sírnia Maximiano da Silva Leandro

Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública – Indicado pela Entidade de Estudantes Secundaristas

Titular: Debora Daiane Micarone Torres Alves de Oliveira
Suplente: Mayany Rubia Micarone de Sá

Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica

Titular: Aleçandra Michels Junkes Schmidt
Titular: Helton Blasius Guizi
Suplente: Vanderlene Ballmann Heinzen
Suplente: Cleusa Perin Rohling

Representantes do Poder Executivo Municipal

Titular: Valmir Jacinto Ballmann
Suplente: Osmar Luiz Dacorégio

Representantes do Poder Executivo Municipal – Secretaria Municipal de Educação ou Órgão Educacional equivalente

Titular: Edinara Hereck Bussolo
Suplente: Jane Bonin

Representantes da Educação Básica Pública

Titular: Odícia Galvani Pickler
Suplente: Fátima Alberton

Representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas

Titular: Sandra Aparecida Dacorégio Weber Blasius
Suplente: Patrícia Heidemann Inácio

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 14 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 14 de abril de 2016.

JANETE DELLA GIUSTINA HEIDEMANN MÜLLER
Secretária Municipal da Secretaria da Administração e Fazenda

PORTARIA N 146-2016 - CON. MUN. AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

PORTARIA Nº 146/2016
DE 14 DE ABRIL DE 2016

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com as Leis Municipais nº 863, de 10 de junho de 1997, 1.360, de 26 de abril de 2005, e 1.595/2009, de 27 de maio de 2009,

RESOLVE

Art. 1º. Substituir membros componentes do Conselho Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, nomeados por meio da Portaria nº 174, de 05 de junho de 2013, consoante adiante descrito:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Titular: José Schmitt Bussolo

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO

Titular: Alcedir Fernandes

REPRESENTANTES DA EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

Titular: Sônia Maria Brünning Ascari

Art. 2º. As demais disposições da Portaria nº 174, de 05 de junho de 2013, permanecem inalteradas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 14 de abril de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em 14 de abril de 2016.

JANETE DELLA GIUSTINA HEIDEMANN MÜLLER
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

Guaramirim

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 29/2016 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 29/2016 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL N.º 72/2016 - PMG
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE BLOCOS DE CONCRETO PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 72/2016 PMG

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: VARGAS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.607.135/0001-73, estabelecida na Rua 28 de Agosto, nº 49, Bairro Nova Esperança, Guaramirim/SC.

Vigência: Início: 17/06/2016 Término: 16/06/2017.

Fornecedor: 320587 - VARGAS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	10000	UN	BLOCO DE CONCRETO 14 X 19 X 39	1,40	14.000,00
Total				R\$14.000,00	

Guaramirim (SC), 29 de junho de 2016.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 112/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 112/2016 – PMG

Objeto: Aquisição de materiais mecânicos e óleo para os veículos pesados do município de Guaramirim (SC).

Modalidade da Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso XVII, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situada na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, Santa Catarina.

Contratada: W. Breitkopf Comércio de Veículos Automotores LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 82.636.754/0003-69, situada na Rodovia BR 280, km 53, nº 9090, bairro Avaí, em Guaramirim, Santa Catarina. ContrCon

Valor: R\$ 2.663,85 (dois mil, seiscentos e sessenta e três reais e oitenta e cinco centavos)

Guaramirim (SC), 29 de junho de 2016.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 662/2016

DECRETO Nº. 662/2016

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

12.00 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

12.01

Ação: 2159 - Vigilância em Saúde - Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS)

3449000000000000 - Aplicações Diretas

01381600 R\$ 16.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação das dotações abaixo relacionadas:

12.00 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

12.01

Ação: 2159 - Vigilância em Saúde - Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS)

3339000000000000 - Aplicações Diretas

01381600 R\$ 16.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 28 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO 02/2013 FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2013-FMS

Processo Licitatório nº: 01/2013 - FMS

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA AS INSTALAÇÕES DO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO GUAMIRANGA, SITUADO NA ESTRADA BANANAL Nº 5760, BAIRRO GUAMIRANGA NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM.

LOCATÁRIO: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

LOCADORA: Lenir Hornburg Wagner, inscrita no CPF sob o nº 532.291.009-30, com endereço na Estrada Bananal, nº 7244, bairro Bananal do Sul, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) prorrogar o prazo de vigência pelo prazo de 02 meses (entre 03/07/2016 à 02/09/2016).

Data da Assinatura: 24/06/2016 Vigência 02/09/2016

GUARAMIRIM (SC), 29/06/2016

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 424/2016

PORTARIA Nº. 424/2016

Aplica Penalidade à servidora M. G. B.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e, tendo em vista o disposto no art. 74, da Lei Complementar nº. 007/2001, bem como o julgamento constante do Processo Administrativo Disciplinar nº. 02/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Aplicar a penalidade de exoneração à servidora M. G. B., na função de Cuidadora de Criança e/ou Adolescente, matrícula nº. 406732, por ter infringido o disposto no art. 49, inciso X, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2001.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 28 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 425/2016

PORTARIA Nº. 425/2016

Determina Arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº. 695/2015.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a conclusão da instrução do processo administrativo disciplinar e perante as informações nele contido;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar nº. 14/2015, instaurado pela Portaria nº. 695/2015, em face da servidora C. C. A. R., matrícula 424170, Merendeira.

Art. 2º. Anotar-se-á nos assentos funcionais da servidora a existência do processo administrativo disciplinar.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 28 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 426/2016

PORTARIA Nº. 426/2016

Determina Arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº. 694/2015.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a conclusão da instrução do processo administrativo disciplinar e perante as informações nele contido;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar nº. 13/2015, instaurado pela Portaria nº. 694/2015, em face da servidora M. B., matrícula 404209, Cuidadora de Criança e/ou Adolescente.

Art. 2º. Anotar-se-á nos assentos funcionais da servidora a existência do processo administrativo disciplinar.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 28 de junho de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

RESOLUÇÃO Nº. 005/2016/CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM – CMAS

RESOLUÇÃO Nº 005/2016

Dispõe da aprovação do Plano de Trabalho do Município de Guaramirim- Proteção Social Básica, para o Co-financiamento Estadual 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em reunião ordinária realizada no dia 09 de junho de 2016, conforme a Ata 08/2016, às 08h30min, nas dependências da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.848/2011, considerando:

CONSIDERANDO a Resolução do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina – CEAS/SC nº 05 de dezoito de maio de 2016;

CONSIDERANDO a Resolução da Comissão Intergestores Bipartite – CIB/SC nº 002 de vinte oito de abril de 2016;

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho do Município de Guaramirim – Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social/ SUAS o para co-financiamento do Governo Estadual, ano de 2016.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim, 24 de junho de 2016.

Wanderlise Jeanete Gili

Presidente do CMAS

RESPOSTA RECURSOS - PROCESSO SELETIVO Nº. 04/2016/SMS

PROCESSO SELETIVO - EDITAL nº. 04/2016

RESPOSTA RECURSOS

Candidata: Fernanda Michele Raymundo

Questão 09: Recurso INDEFERIDO.

Candidata: Grazielle Baniski Pacheco

Questões: 06, 07, 17 e 19: Recursos INDEFERIDOS.

Guaramirim, 29/06/2016

Comissão Organizadora

Guarujá do Sul

PREFEITURA

95/2016

Decreto 95/2016

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul, destinados à suplementação do seguinte item orçamentário:

15- FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO:

01- Fundo Municipal do Idoso:

Atividade: 1501.08.241.0057.2.100

(32)3.1.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

SOMA R\$ 1.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

15- FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO:

01- Fundo Municipal do Idoso:

Atividade: 1501.08.241.0057.2.100

(33)3.3.90.00-00.00.090- Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

SOMA R\$ 1.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,
29 de junho de 2016.
José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Claudio Inácio Weschenfelder
Secretário Administração e Fazenda

96/2016

Decreto Nº 96/2016

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, no exercício de 2016, destinado ao reforço do seguinte item

orçamentário:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

03- Gerência de saúde preventiva e epidemiológica:

Atividade: 1103.10.304.0010.2.047

3.1.90.00-00.00.255- Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

04- Coordenação de Programas:

Atividade: 1104.10.301.0010.2.044

3.1.90.00-00.00.255- Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

Soma R\$ 7.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Supelmentar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do Superavit financeiro do exercício de 2015, referente aos próprios, no valor de R\$ 7.000,00.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,
24 de maio de 2016.
JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Claudio Inácio Weschenfelder
Secretário Administração e Fazenda

97/2016

Decreto 97/2016

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 23.300,00 (vinte e três mil e trezentos reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, destinados à suplementação do seguinte item orçamentário:

04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

05- Departamento de Tributação e Finanças:

Atividade: 0405.04.123.0003.2.006

(28)3.3.90.00-00.00.0118- Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

07- Encargos Gerais do Município:

Atividade: 0407.24.722.0029.2.072

(48)3.3.90.00-00.00.0118- Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:

Atividade: 0502.12.361.0014.2.011

(78)3.1.90.00-00.00.0118- Aplicações Diretas R\$ 800,00

SOMA R\$ 3.300,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Município de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

05- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

05- Departamento de Tributação e Finanças:

Atividade: 0405.04.123.0003.2.006
(29)4.4.90.00-00.00.0118- Aplicações Diretas R\$ 2.500,00
04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:
07- Encargos Gerais do Município:
Atividade: 0407.24.722.0029.2.072
(49)4.4.90.00-00.00.0118- Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:
02- Departamento de Ensino Fundamental e Infantil:
Atividade: 0502.12.361.0014.2.011
(80)3.3.90.00-00.00.0118- Aplicações Diretas R\$ 800,00

SOMA R\$ 23.300,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,
29 de junho de 2016.
José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Claudio Inácio Weschenfelder
Secretário Administração e Fazenda

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF PL 28/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 28/2016 - Pregão Presencial Nº. 18/2016.
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviço e instalação de link de internet Banda Larga de no mínimo 100.0 (cem) MBPS FULL, com garantia de banda larga em 99% em DOWNLOAD e UPLOAD e com no mínimo 32 (trinta e dois) IP validos, para atender ao município de Guarujá do Sul.
Propostas e Habilitação: 13/07/2016 (13:30 Documentação - 13:45 Abertura).
Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 29 de junho de 2016.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 093_2016

Decreto Administrativo nº.093/2016.

Ficam nomeados os membros que compõe o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil "COMPDEC", e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, em especial a Lei Municipal nº 2.445/2015 de 27 de agosto de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros que constituem o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil "COMPDEC", do município de Guarujá do Sul, que passa a ser assim composta:

I – Coordenadoria Municipal
Decreto nº094/2016
II – Secretaria Municipal de Transportes e Obras
Nery Luiz Welter

III – Secretaria Municipal de Saúde
Rosmari Keiber Vergutz
IV – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Janice Fatima Eberhardt
V-Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Inês Salete Cavalheiro Martins
VI-Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
Claudio Inacio Weschenfelder
VII-Secretaria Municipal de Assistência Social, Emprego e Trabalho
Adelise de Oliveira
VIII- Coordenadoria Regional de Defesa Civil
Daniel Carom
IX-Representante do Corpo de Bombeiros
Felipe Uczai
X- Representante da Policia Militar
Pedro Andrioli
XI-Representante da Policia Civil
João Alceu Schmidt
XII- Representante do Poder Legislativo Municipal
Clédina de Oliveira
XIII- Representante da Associação Guarujaense de Amparo a Vi-
da-Água
Eliane A. S. Fanton
XIV-Representante da Associação Comercial e Industrial de Gua-
rujá do Sul
Ademar Mantovani

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário, entrando em vigor o presente Decreto Administrativo na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, SC, em
27 de junho de 2016.
64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

Publique-se. Certifique-se. Cumpra-se.

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

Claudio Inacio Weschenfelder
Secretaria de Administração e Fazenda

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 094_2016

Decreto Administrativo nº. 094/2016.

Ficam nomeados os membros que compõe a Coordenadoria Municipal de proteção e Defesa Civil "COOMPDEC", e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, em especial a Lei Municipal nº 2.445/2015 de 27 de agosto de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros que constituem a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil "COOMPDEC", do município de Guarujá do Sul, que passa a ser assim composta:

I – Coordenador
Gustavo Di Domenico
II – Conselho Municipal
Decreto nº. 093/2016
III – Secretaria
Janice Inês Riffel
IV – Setor Técnico
Mauro Steffens
V-Setor Operativo
Nédio Luiz kuhn

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário, entrando em vigor o presente Decreto Administrativo na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, SC, em 27 de junho de 2016.

64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

Publique-se. Certifique-se. Cumpra-se.

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

Claudio Inacio Weschenfelder
Secretaria de Administração e Fazenda

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 45/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 45/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 23/2016 – TOMADA DE PREÇO Nº. 04/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA EPP

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados para instalação de estrutura de iluminação de Estádio Municipal no município de Guarujá do Sul, através do Convenio nº. 2016TR000563 - Estado de Santa Catarina, Agencia de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira e o município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 134.170,95

VIGENCIA DE EXECUÇÃO: 3 meses

VIGENCIA DO CONTRATO: 31/12/2016

Guarujá do Sul, SC, 29 de junho de 2016.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

LEI MUNICIPAL N. 2.492_2016

Lei nº 2.492/2016.

Autoriza a transferência de Recursos Financeiros à Associação Atlética Metropol, e contém outras providências.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, autorizado a transferir no exercício de 2016, a importância de R\$ 10.000,00(dez mil reais), à ASSOCIAÇÃO ATLETICA METROPOL, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 86.947.769/0001-37, com sede na comunidade de Barro Preto, neste município de Guarujá do Sul, destinados à manutenção, coordenação e desenvolvimento de suas atividades estatutárias.

Art. 2º Os recursos serão repassados em uma única parcela no exercício de 2016, sendo obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Entidade bancária Oficial, movimentado por Cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º A Associação terá que comprovar à boa e regular aplicação dos recursos recebidos junto a Contadoria Geral do município, dentro do Exercício de 2015.

Art. 4º A não obediência das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei acarretará no bloqueio da parcela seguinte e na devolução integral dos valores atualizados monetariamente em favor do

Erário Público Municipal.

Art. 5º As despesas impugnadas pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente, serão atualizadas monetariamente e devolvidas à municipalidade.

Art. 6º Os saldos não aplicados nos prazos previstos na presente Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do Erário Público Municipal.

Art. 7º São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário (Presidente) e o Ordenador Secundário (Tesoureiro).

Art. 8º A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e nos prazos previstos nesta Lei, instruídas com os seguintes documentos:

I - ofício de encaminhamento a prestação de contas;

II - balancete Modelo conforme padrão;

III - extrato bancário de conta especial e conciliação do saldo se for o caso;

IV - fotocópia dos documentos suportes de despesas bem legíveis e sem rasuras e/ou entrelinhas; e,

V - declaração de lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita Orçamentária da Entidade.

Parágrafo único. A prestação de contas e demais documentos que comprovarem a boa e regular aplicação dos recursos deverão obrigatoriamente ser assinados pelos Ordenadores Primário e Secundário.

Art. 9º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando a averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 10. As despesas realizadas a conta dos recursos ora autorizados, quando cabível ao caso, obedecerão aos princípios regimentais do processo licitatório, em consonância com a legislação pertinente ao assunto.

Art. 11. As despesas decorrentes com a presente Lei, correrão por conta dos itens cabíveis na dotação orçamentária do Orçamento Municipal.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 29 de junho de 2016 - 64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

- Certifique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Claudio Inacio Weschenfelder
Secretário de Administração e Fazenda

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 753/2016

PORTARIA Nº 753/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 24 (vinte e quatro) dias de Licença Prêmio, à servidora ROSEMILDA HERICKS RAMPON (Matr. 2567), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 7, Referência "B", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 29 de junho de 2016 a 22 de julho de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 754/2016

PORTARIA Nº 754/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido conforme requerimento, e DECLARAR a Vacância do cargo ocupado pela Servidora ALINE PRAXMARER (Matr. 4137), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível – 9, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, conforme disposto no Artigo 107, da Lei Complementar Nº 281/2011, a partir de 30 de junho de 2016, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45, da LC Nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 755/2016

PORTARIA Nº 755/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, o Servidor LEONARDO MASCARELLO (Matr. 4303), a partir de 30 de junho de 2016, o qual ocupa o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Saúde Pública, Nível – DAS-1, 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 756/2016

PORTARIA Nº 756/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR, a pedido conforme requerimento, a Servidora EMANUELLI CRISTINA NARDI (Matr. 4088), a contar de 30 de junho de 2016, a qual exerce a função de Recepcionista, Nível – 4/3 - Referência "A", 42 horas semanais, constante no artigo 10 da LC Nº. 320/2014, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 281/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 757/2016

PORTARIA Nº 757/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR, a pedido conforme requerimento, a Servidora NEIDE MARIA BIANCHINI (Matr. 4267), a contar de 30 de junho de 2016, a qual exerce a função de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "A", 40 horas semanais, constante no artigo 10 da LC Nº. 320/2014, de conformidade com o que preceitua a Lei

Complementar Nº 281/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Junho de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO Nº 006/2016

CONTRATO Nº 006/2016

Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

EXTRATO CONTRATO Nº 006/2016 DE 09/06/2016

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

Contratada: SECURITEL – CEZAR GOMES LIMA 02924379008

OBJETO: prestação, pela CONTRATADA, destinado a prestação, do serviço de locação de um Circuito Fechado de Sistema de CFTV – Circuito fechado de TV, com gerenciamento de imagens e manutenção de todos os equipamentos disponibilizados à CONTRATANTE.

VALOR R\$ 2.175,00

PRAZO: até 31 de dezembro de 2016

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2016, conforme Lei Orçamentária nº 3126/2015 de 07/12/2015.

Herval d'Oeste, em 09 de junho de 2016.

ADELAR JOSÉ PROVENCI CEZAR GOMES LIMA

Pela Contratante

Pela Contratada

RESOLUÇÃO Nº CM 0156/2016

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0156/2016

"Cria Comissão de Ética e Moralidade da Câmara Municipal de Herval d'Oeste e dá outras providências"

ADELAR JOSÉ PROVENCI, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE

Art. 1º Fica criada a Comissão de Ética e Moralidade na Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste-SC, tendo como objetivos, primar pelos princípios administrativos e constitucionais como: o princípio do interesse público, o princípio da legalidade, o princípio da moralidade, o princípio da razoabilidade, o princípio da publicidade e por fim o princípio da finalidade, motivando e demonstrando transparência no trato do legislativo municipal com bens e valores públicos.

Art. 2º A Comissão de ética terá a presença de três membros titulares e três membros suplentes, que serão constituídos por designação do Presidente da Câmara, na forma do art. 66 c/c 71, I do Regimento Interno, devendo reunir-se sempre que houver a motivação, por representação ou solicitação formal de qualquer

vereador, ou mesmo quando da análise para pagamento de diárias decorrentes de deslocamentos.

Art. 3º Antes do deslocamento de qualquer membro do Legislativo Hervalense e necessitando do pagamento de diárias ou pagamento de inscrição, a Comissão de Ética criada analisará o pedido, a causa, a necessidade, o interesse público e o aproveitamento do referido deslocamento e, em se definindo como deslocamento vinculado ao interesse do Legislativo Hervalense, a função do Legislador ou interesse público, apreciado pelos princípios administrativos e Constitucionais acima elencados e os demais existentes em nosso ordenamento jurídico, em consonância com o adequado e equitativo uso dos bens e valores públicos, deferirá ou não o referido pedido, autorizando o deslocamento e pagamentos.

Parágrafo Único: Precederá á reunião e decisão da Comissão de Ética, em casos relacionados a deslocamentos, despesas de viagem e diárias, de parecer jurídico da Assessoria Jurídico da Casa.

Art. 4º Em caso de falta ou ausência de um dos membros titulares nas reuniões da referida Comissão o membro suplente subsequente participará da reunião com direito a voto, devendo tais reuniões acontecerem em horário e dia diverso das reuniões ordinárias da casa, ficando tais datas ao alvitre do Membro Presidente da referida Comissão, sem porém, deixar de cumprir a análise dos pedidos ou fatos em prazo inferior ao evento ou deslocamento.

Art. 5º Autorizado o pedido e ocorrendo ao deslocamento, deverá o beneficiado, através de auxílio da assessoria da Casa legislativa, providenciar a prestação de contas do deslocamento, juntando todos os documentos pertinentes relativos a viagem e entregando-os a assessoria da Casa, devendo esta arquivá-lo em pasta própria, após vistória e rubrica do Presidente da Comissão de Ética, mantendo-o arquivado por pelo menos 05(cinco anos) após a prestação de contas.

Art. 6º Indeferido o pagamento de diárias ou a autorização de deslocamento, não caberá recurso e não poderá ser exigido ou requerido o referido pagamento de outra forma administrativa.

Art. 7º A referida Comissão de Ética e Moralidade terá força, após a aprovação pela maioria dos membros, quando diante de fato a ser investigado relacionado a ato de membro do legislativo, que possa ensejar perda de mandato ou deflagração de CPI, para solicitar a deflagração do Inquérito Administrativo Competente, que será posto em votação e apreciação pela casa, conforme art. 73 e s. do regimento interno;

Art. 8º Os pedidos e deslocamentos dos servidores, manter-se-á sobre a deliberação exclusiva do Presidente da Casa Legislativa.

Art. 9º O prazo de funcionamento da referida Comissão será por tempo indeterminado, devendo, porém, serem os respectivos membros nomeados anualmente, ressalvado revogação em contrário.

Art. 10 As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 11 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de junho de 2016.

ADELAR JOSÉ PROVENCIO
Presidente

RESOLUÇÃO Nº CM 0157/2016

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0157/2016

"Nomeia integrantes da Comissão de Ética e Moralidade da Câmara Municipal de Herval d'Oeste e dá outras providências"

ADELAR JOSÉ PROVENCIO, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE

Art. 1º Ficam nomeados como membros titulares da Comissão de Ética e Moralidade na Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste - SC, os seguintes vereadores:

- a) Vanderlei Antunes da Silva – Presidente
- b) Davi José Frozza
- c) Sérgio Moacir do Nascimento

Art. 2º Ficam nomeados como membros suplentes da Comissão de Ética e Moralidade na Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste - SC, os seguintes vereadores:

- a) Jean Patrick Giusti
- b) Everton Parienti
- c) Osni Silveira de Avila

Herval d'Oeste (SC), em 24 de junho de 2016.

ADELAR JOSÉ PROVENCIO
Presidente

Ibiam

PREFEITURA

ADITIVO 002-2016 - CT 022-2016

TERMO ADITIVO 002/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 022/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2015

O Município de Ibiam, representado pelo Prefeito Municipal, Gilmar Fontana, CPF nº 422.402.559-00, residente e domiciliado em Ibiam – SC, e a Empresa LUIZ CERON MEI, CNPJ nº 15.642.537/0001-47, com sede na Linha São Pascoal Nova, interior, Ibiam - SC, por seu representante legal, Luiz Ceron, CPF nº 604.203.329-87, residente e domiciliado em Ibiam – SC, com fulcro no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993, resolvem celebrar este instrumento, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: A partir desta data, o contrato tem o valor reajustado pelo índice do INPC acumulado desde a data do ultimo termo aditivo, correspondente a 2,06 % (dois vírgula zero seis por cento) passado o valor por Km percorrido de R\$ 3,65 (três reais e sessenta e cinco centavos) para R\$ 3,72 (três reais e setenta e dois centavos).

Cláusula Segunda: Este termo aditivo entre em vigor na data de sua assinatura.

Cláusula Terceira: As demais Cláusulas do Contrato permanecem inalteradas e por estarem certos, firmam este Termo Aditivo em duas vias, perante Testemunhas que também assinam.

Ibiam, 29 de junho de 2016.

MUNICIPIO DE IBIAM LUIZ CERON MEI

GILMAR FONTANA CNPJ nº 15.642.537/0001-47

PREFEITO MUNICIPAL

Testemunhas:

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF nº 490.157.709-30

Fátima Fontana Gonzatto
CPF nº 304.863.359-68

ATA CONFERÊNCIA DAS CIDADES 2016

ATA DA ETAPA MUNICIPAL DA 6ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES - IBIAM/SC

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, reuniram-se os munícipes ibianenses no auditório da Câmara de Vereadores de Ibiam, localizado na Rua Izaltino Gomes de Oliveira, Centro, município de Ibiam para participar da etapa municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades, convocada pelo Executivo Municipal através de Decreto nº 2923 de 10 de maio de 2016 e Decreto nº 2924 de 12 de maio de 2016, nos termos Decreto Federal nº 5.790 de 25 de maio de 2006 e Resolução Normativa nº 19 de 18 de setembro de 2015, do Ministério das Cidades. A etapa municipal foi coordenada pela comissão municipal preparatória, nomeada pelo Decreto nº 2931 de 22 de junho de 2016, composta pelos seguintes membros: Juliana Lizot, Célio Lucas Ramos, Flávia Lenita Pelentir, Gisele Seffer Alves de Anhaia, Adenir Romanatto, Daniel Venícios Ramos, Romeo Pirolli, Divanira Danielewicz Zini e Marilussi Tragancin Cenatti. A conferência teve como temática: "A Função Social da Cidade e da Propriedade", como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas", e teve a seguinte programação: credenciamento; cerimonial de abertura; leitura e aprovação do regimento interno; explanação: "A Função social da Cidade e da propriedade: cidades inclusivas, participativas e socialmente justas", expositora: Juliana Lizot; intervalo para almoço; retorno das atividades: discussão sobre as dimensões: 1. O Brasil

urbano: a cidade que temos. 2. A função social da cidade e da propriedade. 3. O Plano Diretor. 4. A cidade que queremos. Articulador: Jean Marcelo Ziero; apresentação e aprovação das propostas, em plenária, eleição dos delegados e encerramento. A abertura da conferência foi presidida pelo assessor jurídico o Sr. Henrique Grassi Rossato, que saudou a todos e agradeceu pela presença e comentou sobre a importância desta conferência. A Sra. Flavia Lenita Pelentir membro da comissão organizadora fez a leitura do regimento interno o qual foi aprovado por unanimidade pela plenária. Em seguida passou a palavra para a Sra. Juliana Lizot, membro da comissão organizadora a qual saudou a todos e fez uma ampla explanação sobre a conferência das cidades e deu andamento a conferência explicando todos os procedimentos e etapas da realização da mesma. A conferência teve intervalo para o almoço e logo após o retorno das atividades, o Sr. Jean Marcelo Ziero, arquiteto e urbanista da AMARP e professor da UNOESC/VIDEIRA/SC, deu continuidade as discussões, articulando o debate e apresentou exemplos bem sucedidos de projetos de urbanização com acessibilidade. Logo após os presentes dividiram-se em dois grupos para discutir os desafios propostos na conferência. Assuntos debatidos: 1 A sua cidade apresenta espaços públicos de qualidade, acessíveis, próximos ao seu local de moradia? Sim, porém necessitam ainda de maiores e mais diversificados tipos de entretenimentos e incentivos para novas modalidades de eventos, tais como praça, academia ao ar-livre, pista de skate. Os espaços existentes encontram-se próximos aos prédios públicos. Desenvolver e divulgar os projetos para a população usufruir de local para realizar caminhadas, exercícios físicos, entretenimento. Como sugestão foi revitalizar o terreno já existente entre a creche municipal e o Rio Cerro Azul. A habitação de interesse social (moradia popular) na sua cidade são bem localizados? O município não possui oficialmente nenhuma área de moradia popular, mas que é necessário realizar um diagnostico da situação habitacional urbana. O seu município executa políticas de regularização fundiária urbana em favor de famílias de baixa renda, com titulação e registro em cartório? Não possui nenhuma prática de regularização, mas a necessidade de diagnostico específico. Revisão do Plano Diretor. No seu município existe Secretaria de Desenvolvimento Urbano? Caso não, qual(s) instância(s) cuida(m) desse tema? Não possui, porém as atividades estão alocadas dentro da secretaria de planejamento. Seu município conta com Conselho da Cidade? Não possui, sugestão é a criação do conselho. Quais as potencialidades econômicas da sua cidade? Desenvolver turismo rural que contemple as atividades comerciais no perímetro urbano. Reativar a AMPE. Incentivar as pessoas a comprarem no comércio local. Separar questões políticas das econômicas. Incentivar o cooperativismo. Quais São os principais conflitos existentes na sua cidade, e que interesses estão em disputa? O principal conflito é a falta de informação e a falta de interesse nas questões econômicas colocando sempre como prioridade as questões políticas. Os agentes responsáveis por estes interesses são diretamente os poderes executivo e legislativo. Com base nas discussões, os presentes elegeram as seguintes propostas para o município de Ibiam a serem levadas para a etapa estadual: 1. Desenvolvimento econômico (turismo rural e cooperativismo), 2. Estruturação da Secretaria de Planejamento, 3. Atualização do Plano Diretor. Finalizadas as discussões e elencadas as propostas, deu-se início as eleições para os delegados que participarão da 6ª conferência estadual das cidades, a qual será realizada nas datas de 15,16 e 17 de março de 2017. A plenária elegeu os seguintes delegados: representante do poder executivo: Flavia Lenita Pelentir e representante da Sociedade Civil: Marilussi Tragancin Cenatti. Encerrados os trabalhos, a Sra. Juliana Lizot agradeceu a presença

de todos, falou sobre a importância da mobilização para fortalecimento da participação popular e, por fim declarou encerrada a etapa municipal da cidade de Ibiam. Eu Juliana Lizot, lavrei a presente ata, que foi lida e aprovada no momento do encerramento da Conferência e assinada pela comissão preparatória municipal, os presentes assinaram a lista de presença que faz parte desta ata.

CONTRATO Nº 006/2016 - RH

CONTRATO Nº 006/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiam, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal, e como contratada, a Sra. MARLY SALETE FRESCHI LUTHEMEIER brasileira, casada, Professora ACT-II, CI 1.709.085, CPF nº 537.199.309-63, residente no Município de Tangará-SC, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

Cláusula Primeira – O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica Municipal; mais o que consta no art. 2º, da Lei Municipal nº 113, de 05.01.1999; e, considerando o afastamento da servidora efetiva Odete Gonçalves Walter Wille; bem como o resultado do Processo Seletivo - Edital nº 005, de 23.10.2015, homologado pelo Decreto nº 2877, de 28.12.2015; e com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata a Sra. MARLY SALETE FRESCHI LUTHEMEIER para exercer as funções do cargo de Professor ACT-II, com uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais a serem desenvolvidas junto ao Centro de Educação Infantil Atílio José Grassi, nos horários definidos na autorização de admissão (anexo).

Cláusula Segunda – A contratada receberá os vencimentos de R\$ 1.822,60 (hum mil, oitocentos e vinte e dois reais e sessenta centavos), conforme o Anexo IX, da Lei Complementar nº 003, de 09.01.2002.

Parágrafo único – A contratada será regida pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 113, de 05.01.1999 e filiada ao Regime Geral da Previdência Social.

Cláusula Terceira – O presente contrato terá início no ato da sua assinatura e término previsto para 21 de julho de 2016.

Cláusula Quarta - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 15, da Lei Municipal nº 113, de 05 de Janeiro de 1999.

Cláusula Quinta - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo
Unidade orçamentária: 0206 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Subfunção: 365 – Educação Infantil
Programa: 1201 – Desenvolvimento Educacional
Projeto/atividade: 2030 – Manutenção da Educação Infantil
Elemento de Despesa: 31900000 – 0101 – Aplicações Diretas

Cláusula Sétima – O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 113, de 05 de Janeiro de 1999, Processo Seletivo – Edital nº 005, de 23 de outubro de 2015, Decreto Municipal nº 2877, de 28 de dezembro de 2015 e Artigo 37, inciso IX, da Constituição

Federal.

Cláusula Oitava - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 24 de junho de 2016.
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal
CPF – 422.402.559-00

MARLY SALETE FRESCHI LUTHEMEIER
CPF – 537.199.309-63

Testemunhas:

FÁTIMA FONTANA GONZATTO
CPF – 304.863.359-68

MÔNICA TRAGANCIN HOLLEWEGER
CPF – 025.412.729-01

HENRIQUE GRASSI ROSSATO
Advogado – OAB/SC 34173

PORTARIA Nº 123/2016

PORTARIA Nº 123, DE 13 DE JUNHO DE 2016
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO DE JULGAMENTO DO CAMPEONATO DE FUTSAL ABERTO DE IBIAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas no inciso VII, do artigo 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Decreto Municipal nº 223/00;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa os membros e representantes abaixo relacionados para comporem o Conselho de Julgamento do Campeonato de Futsal Aberto de Ibiam:

I – Tiago Dal Bosco Perosa – representante da Secretaria da Educação;
II – Rodrigo Felicetti Perosa – representante do Centro Educacional Elisiane Titon;
III – Itamar Romanatto – representante da Escola de Educação Básica Heriberto Hulse;
IV – Caio Murilo Tragancin Rinaldi – representante do União Esporte Clube;
V – Olivo Ceron – representante da Prefeitura Municipal;
VI – Tiago Romanatto Dani – representante da Comunidade.

Art. 2º. O mandato dos membros do Conselho de Julgamento do Campeonato de Futsal Aberto de Ibiam, vigorará até o término do referido campeonato.

Art. 3º. O Conselho de Julgamento do Campeonato de Futsal Aberto de Ibiam elegerá dentre seus membros, o presidente e secretário.

Art. 4º. Os membros do Conselho de Julgamento do Campeonato de Futsal Aberto de Ibiam exercerão suas funções sem qualquer remuneração e, sua participação será considerada como relevantes serviços prestados ao Município.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 13 DE JUNHO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 124/2016

PORTARIA Nº 124, 13 DE JUNHO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento da Servidora, Resolve:

Art. 1º. Conceder a servidora CLEIDE TERESINHA PEROSA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo – Nível 2 – Referência D, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender Arlindo Primo Perosa - pai, de conformidade com o atestado médico do Dr. Silvio M. Fiedler – CRM-SC 16055.

Art. 2º. O período de afastamento é de 20 (vinte) dias, conforme atestado médico, no período compreendido de 09.06.2016 a 28.06.2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de junho de 2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 13 DE JUNHO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 125/2016

PORTARIA Nº 125, 22 DE JUNHO DE 2016

“CONCEDE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento da servidora protocolado em 29 de abril de 2016, Resolve:

Art. 1º. Conceder a servidora ODETE GONÇALVES WALTER WILLE, ocupante do cargo efetivo de Professor II – Nível 5 – Referência C, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 22.08.2008 a 15.01.2014.

§ 1º. O período aquisitivo da licença prêmio, mencionado no caput deste artigo, foi retardado em 147 (cento e quarenta e sete) dias, conforme determina os §§ 2º e 3º, do artigo 96-B, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

§ 2º. A remuneração da servidora, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. A servidora usufruirá a Licença Prêmio no período de 22 de junho de 2016 a 21 de julho de 2016, no período vespertino.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 22 DE JUNHO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 126/2016

PORTARIA Nº 126, DE 24 DE JUNHO DE 2016

“CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS A SERVIDOR PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que, a municipalidade não possui motoristas em número suficiente para suprir todas as necessidades de deslocamento municipal e outros deslocamentos externos de interesse do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, autorização para dirigir veículos oficiais em casos eventuais e específicos a servidora pública abaixo relacionada, que se encontra devidamente habilitada:

a) Daiane Raizel de Meira – Carteira Nacional de Habilitação nº 1235375837, nº registro 05167371329, categoria “AB”, com validade até 06.12.2020.

Art. 2º. A servidora pública autorizada a dirigir veículos oficiais, não poderá:

- a) Ceder a direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º. A servidora pública autorizada a dirigir veículos oficiais, deverá:

- a) Cumprir as determinações expressas na Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;
- b) Preencher corretamente o Diário de Movimentação de veículos;
- c) Manter atualizado o documento de habilitação (CNH);
- d) Encaminhar cópia da CNH atualizada ao Setor de Pessoal, para arquivamento na sua ficha funcional;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 24 DE JUNHO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 127/2016

PORTARIA Nº 127, DE 27 DE JUNHO DE 2016

“NOMEIA A SRA. SHIRLEY PÖSSERA DA SILVA PARA O CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 15, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, Resolve:

Art. 1º. Nomear para o cargo de provimento em comissão de Diretora do Departamento de Educação – Nível CC-2 – Anexo 1, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, a Sra. SHIRLEY PÖSSERA DA SILVA, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 27 DE JUNHO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 128/2016

PORTARIA Nº 128, DE 29 DE JUNHO DE 2016

“CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS A SERVIDOR PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que, a municipalidade não possui motoristas em número suficiente para suprir todas as necessidades de deslocamento municipal e outros deslocamentos externos de interesse do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, autorização para dirigir veículos oficiais em casos eventuais e específicos a servidora pública abaixo relacionada, que se encontra devidamente habilitada:

a) Marli Fatima Micheluzzi da Silva Matos – Carteira Nacional de Habilitação nº 688023308, nº registro 03761423981, categoria “AB”, com validade até 11.12.2017.

Art. 2º. A servidora pública autorizada a dirigir veículos oficiais, não poderá:

- a) Ceder a direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º. A servidora pública autorizada a dirigir veículos oficiais, deverá:

- a) Cumprir as determinações expressas na Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;
- b) Preencher corretamente o Diário de Movimentação de veículos;
- c) Manter atualizado o documento de habilitação (CNH);
- d) Encaminhar cópia da CNH atualizada ao Setor de Pessoal, para arquivamento na sua ficha funcional;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 29 DE JUNHO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PREGÃO PRESENCIAL 028/2016 FMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2016

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS 016-2016

A Prefeitura Municipal de Ibiã/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para, registrar de preços, visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados de tecidos e aviamentos para serem utilizados nas oficinas realizadas pelo (CRAS), por um período de doze meses.

Entrega dos envelopes: até o dia 12/07/2016 até às 13:20 horas

Abertura dos envelopes: 12/07/2016 às 13:30 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário. Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 0147/14. O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.ibiam.sc.gov.br.

Ibiã, 29 de Junho de 2016.

Gilmar Fontana

Prefeito Municipal de Ibiã

PREGÃO PRESENCIAL 29-2016 - FMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2016

A Prefeitura Municipal de Ibiã/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistema de gestão da assistência social, hospedagem do sistema em servidor virtual, implantação, treinamento dos usuários, suporte técnico.

Entrega dos envelopes: até o dia 12/07/2016 até às 09:00 horas

Abertura dos envelopes: 12/07/2016 às 09:15 horas

Tipo de Avaliação: Menor Unitário. Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 0147/14. O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.ibiam.sc.gov.br.

Ibiã, 30 de Junho de 2016.

Gilmar Fontana

Prefeito Municipal de Ibiã

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE LICITAÇÃO-ERRATA**

CÂMARA DE VEREADORES DE IBIAM

ERRATA AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 01/2016 – ALTERAÇÃO NA DATA DE ABERTURA

A Câmara de Vereadores de Ibiã (SC), torna público que, em conformidade com o disposto no art. 21, inciso II, letra "b" da Lei 8.666/93, fica alterada a data e horário de abertura dos envelopes deste certame para às 15 horas do dia 19 de julho de 2016. Permanecem inalteradas as condições do Edital, sendo que, em se tratando de alteração da data de abertura do processo, não há necessidade de reinício de contagem de prazos.

Objeto: A contratação de empresa especializada na área de contabilidade pública.

Obtenção do edital: no endereço eletrônico cmi@formatto.com.br e na Rua Izaltino Gomes de Oliveira nº.257, fone (49) 3534-0251, Câmara Municipal de Ibiã, no período das 13.30 horas às 17.30 horas.

Ibiã, 28 de junho de 2016

IRINEU SALVADORI, Presidente do Legislativo Municipal

Ilhota

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ILHOTA

RESOLUÇÃO CMDCA 02/2016

RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Nº 02/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO: a ATA de 13 de maio de 2016, a qual cria a Comissão Especial.

RESOLVE: Publicar a relação dos membros da Comissão Especial.

Representante da Procuradoria do Município: Dr. Renato Calduro
Representante da Secretaria de Assistência Social: Maiara da Costa

Representantes CMDCA
Governamental: Sra. Alvarilda Aparecida de Souza
Não Governamental: Sra. Bernadeth da Silva Guedes

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 13 de maio de 2016.

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE IMÓVEL Nº 09/2016

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE IMÓVEL Termo do Convênio nº 09/2016. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE NOVA BRASÍLIA FUNDAMENTO: 4.647, de 15 de dezembro de 2015. OBJETO: O objeto do presente convênio é a cessão de um imóvel locado pela Prefeitura Municipal de Imbituba visando à instalação de uma Casa Mortuária no Bairro de Nova Brasília, devendo ser observados os ditames dos artigos 15,16 e 17 da Lei Complementar Municipal nº 3.888, de 28 de Abril de 2011, que dispõe sobre os serviços Funerários VIGÊNCIA: 31/12/2016. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e PAULO SERGIO MARTINS, Presidente da. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE NOVA BRASÍLIA	

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO 010/2016

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Termo do Convênio nº 010/2016. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Educação e a ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE IMBITUBA – AEUNI FUNDAMENTO: 4.529, de 25 de Março de 2015. OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste disponibilizar à AEUNI 4(quatro) ônibus para o transporte de estudantes universitários de Imbituba com destino a Tubarão e vice-versa, para atender o referido convenio VIGÊNCIA: 31/12/2016. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Srª Francine Matos .	

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO 05/2016

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Termo do Convênio nº 05/2016. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA e a ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE EBENEZER. FUNDAMENTO: Lei Municipal 4.696, de 11 março de 2016. . OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na cobertura de parte das despesas referente à manutenção das atividades desenvolvidas pela referida Associação. VALOR DO CONVÊNIO: Total de R\$ R\$ 13.500,00(treze mil e quinhentos reais). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa correrá por conta de rubricas orçamentárias da Secretaria Municipal da Fazenda conforme funcional programática 12- 04.123.0004 2004.3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000, transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: De 14/03/2016 a 31/12/2016. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e o Sr. JAIRO BARBOSA Presidente da ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE EBENEZER	

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO 18/2016

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Termo do Convênio nº 18/2016. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e o LANCHE DA AMIZADE DE IMBITUBA FUNDAMENTO: Lei Municipal N. 4.729 de 31 de MAIO de 2016.. OBJETO: O objeto do presente convênio consiste na concessão de auxílio financeiro do Município a LANCHE DA AMIZADE DE IMBITUBA, visando à cobertura das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade. VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa ocorrerá por conta da Dotação vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal de Fazenda., conforme funcional programática 12- 04.123.0004 2004.3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: 31/12/2016. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e a Sra. IVONE LOPES DE OLIVIERA, Presidente da. Associação.	

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO 22/2016

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Termo do Convênio nº 22/2016. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e o PONTO DE APOIO DESPERTAR JOVEM. FUNDAMENTO: Lei Municipal N 4.731, de 31 de MAIO de 2016. OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro ao PONTO DE APOIO DESPERTAR JOVEM, visando à cobertura das despesas com manutenção das atividades da respectiva entidade VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa ocorrerá por conta da Dotação vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal de Fazenda., conforme funcional programática 12- 04.123.0004 2004.3.3.5 0.00.00.00.00.00.0.1.0000 transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: 31/12/2016. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e a Sr. LUIZ NAZARENO RIBEIRO Presidente da. Associação.	

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 19/2016

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Termo do Convênio nº 19/2016. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Educação e o POLO DE APOIO PRESENCIAL DE IMBITUBA(UNIASSELVI), MANTIDO PELA EMPRESA INSTITUTO MONTEIRO LTDA.ME FUNDAMENTO: Lei Municipal N. 4.327, de 22 de janeiro de 2014. OBJETO: O objeto do presente convênio é a cooperação entre as PARTES para a disponibilização da infraestrutura física necessária para a realização do curso de licenciatura em Educação Física, ofertado na modalidade à distância pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, através do INSTITUTO MONTEIRO LTDA ME. VIGÊNCIA: 31/12/2016. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e a Sra. MARIA IEDA MONTEIRO, Presidente da. Associação.	

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 027/2016

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
<p>EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Termo do Convênio nº 027/2016. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da fazenda e a INDÚSTRIA DA SOLIDARIEDADE -ISO FUNDAMENTO: lei nº 4.733 de 31 de maio de 2016. OBJETO O objeto do presente Convênio destina-se à cobertura de parte das despesas com a manutenção das atividades da respectiva entidade. VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 5.424,00(cinco mil ,quatrocentos e vinte e quatro reais). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO A despesa ocorrerá por conta da Dotação vigente, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal da Fazenda. VIGÊNCIA: 31/12/2016.SIGNATÁRIOS: Sr. Ivan Vitorio , pelo Município de Imbituba e Srª Sandra Mara Leal Presidente da entidade.</p>	

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 028/2016

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
<p>EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Termo do Convênio nº 028/2016. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e o IMBITUBA ATLÉTICO CLUBE - IAC FUNDAMENTO: 4.738, de 20 de junho de 2016. OBJETO: consiste na concessão de auxílio financeiro que serão aplicados em ações voltadas para a prática de Judô. VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 20.000,00(vinte mil reais).CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO A despesa ocorrerá por conta da Dotação vigente, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal da Fazenda VIGÊNCIA: 31/12/2016.SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Sr JOSÉ DOS PASSOS NUNES, Presidente.</p>	

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 11/2016

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
<p>EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Termo do Convênio nº 11/2016. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e a ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DE ORIENTAÇÃO ALTERNATIVA- ORIALAN FUNDAMENTO: Lei Municipal N. 4.702, de 31 março de 2016. OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro destinado à manutenção das atividades da respectiva entidade. VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ R\$ 12.000,00(doze mil reais).CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa ocorrerá por conta da Dotação vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal de Fazenda., conforme funcional programática 12- 04.123.0004 2004.3.3.50.00.00.00 .00.00.0.1.0000 transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: 31/12/2016. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Sra. Alvani Borges, Presidente da. Associação.</p>	

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 12/2016

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
<p>EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Termo do Convênio nº 12/2016. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e a ASSOCIAÇÃO DE MÃES AMIGAS DAS GESTANTES E IDOSAS - AMAGI FUNDAMENTO: Lei Municipal N. 4.706 de 08 de março de 2016. OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na cobertura de parte das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade. VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 8.400,00(oito mil e quatrocentos reais). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa ocorrerá por conta da Dotação vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal de Fazenda., conforme funcional programática 12- 04.123.0004 2004.3.3.50.00.00.00.0.1.0000 transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: 31/12/2016. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e a Sra. Sonia Maria Miranda da Silva, Presidente da. Associação.</p>	

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 20/2016

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
<p>EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Termo do Convênio nº 20/2016. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e a ASSOCIAÇÃO CORAL DE IMBITUBA FUNDAMENTO: Lei Municipal N 4.728, de 31 de maio de 2016. OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro destinado à cobertura de parte das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade. VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 8.000,00 (oito mil reais). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa ocorrerá por conta da Dotação vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal de Fazenda., conforme funcional programática 12- 04.123.0004 2004.3.3.50.00.00.00 .00.00.0.1.0000 transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: 31/12/2016. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e a Sr. RUI PITTIGLIANI PRATES Presidente da. Associação.</p>	

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 21/2016.

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
<p>EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Termo do Convênio nº 21/2016. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e a ASSOCIAÇÃO IMBITUBENSE DE ARTESANATO FUNDAMENTO: Lei Municipal N 4.731, de 31 de MAIO de 2016. OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro à ASSOCIAÇÃO IMBITUBENSE DE ARTESANTO – ASSIART visando à cobertura das despesas à manutenção das atividades da respectiva entidade. VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa ocorrerá por conta da Dotação vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal de Fazenda., conforme funcional programática 12- 04.123.0004 2004.3.3.50.00.00.00 .00.00.0.1.0000 transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: 31/12/2016. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e a Sra. MARIA VERÔNICA NASCIMENTO Presidente da. Associação.</p>	

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 23/2016

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
<p>EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Termo do Convênio nº 23/2016. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNCIA SOCIAL, TRABALHO E RENDA-SEAST e o ATLETICO CLUBE IMBITUBA FUNDAMENTO: Lei Municipal CMDCA Nº:4.110/2012, Resolução nº 007/2015 – C.M.D.C.A. OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro, por empresas diversas, através do Fundo para Infância e Adolescência - FIA, para pagamento de instrutores técnicos, preparadores de goleiro, massagista, fisioterapeuta, psicólogo, custos com alimentação e deslocamento de Crianças e Adolescentes, equipe técnica para treinamentos , torneios e campeonato; aquisição de uniformes e material esportivo.VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 59.000,00(cinquenta e nove mil reais).CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa ocorrerá por conta da Dotação vinculada ao orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTNCIA SOCIAL, TRABALHO E RENDA-SEAST , 09 - 08.243.0015.2052.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: 31/12/2016. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e a Sr. MICHELL NUNES, Presidente da. Associação.</p>	

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 24/2016

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
<p>EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Termo do Convênio nº 24/2016. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA e a SOCIEDADE AMIGOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES - SAMCRAD FUNDAMENTO: Lei Municipal Nº: 4.741, de 29 de junho de 2016. OBJETO: O objeto do presente Convênio destina-se à cobertura de parte das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade. VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa ocorrerá por conta da Dotação vinculada ao orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA 09 - 08.243.0015.2052.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: 31/12/2016. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e a Sr. EDSON DE SOUZA, Presidente da. Associação.</p>	

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 25/2016

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
<p>EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Termo do Convênio nº 25/2016. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da fazenda e a ASSOCIAÇÃO DE SURF DE IMBITUBA - ASI. FUNDAMENTO: 4.736, DE 9 DE JUNHO DE 2016. OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na cobertura de parte das despesas referente a realização do Circuito Imbitubense de Surf/2016 , que acontecerá entre os meses de maio a setembro de 2016. VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO A despesa ocorrerá por conta da Dotação vigente, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal da fazenda .VIGÊNCIA: 31/12/2016, SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Sr JAISON PACHECO FRANCISCO, Presidente da Associação</p>	

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 26/2016

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
<p>EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Termo do Convênio nº 26/2016. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da fazenda e a ASSOCIAÇÃO AMIGOS DOS AUTISTAS DE IMBITUBA. FUNDAMENTO: 4.740, de 29 de junho de 2016. OBJETO O objeto do presente Convênio destina-se em custear o pagamento das despesas de manutenção das atividades da instituição. VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 10.000,00(dez mil reais).CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO A despesa ocorrerá por conta da Dotação vigente, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal da fazenda-VIGÊNCIA: 31/12/2016, SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Srª RITA HIPÓLITO, Presidente da Associação</p>	

EXTRATO: CONTRATO SEAPI 2015/164 - A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: CONTRATO SEAPI 2015/164 - A02

Contratada: COOPERATIVA DE MÉDICOS VETERINÁRIOS

CNPJ: 00.742.631/0001-86

Objeto: prorrogação do prazo do contrato para até 31 de dezembro de 2016.

Valor R\$ 24.720,00. Prazo: 31/12/2016.

Fundamento: Processo nº 103/2015. Pregão: 58/2015.

Imbituba, 13 de Junho de 2016.

Juliana da Silva Ignácio

Secretária Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI
Contratante

Cooperativa de Médicos Veterinários

Representante legal

Contratada

EXTRATO: PMI SANEAMENTO/SEDURB 2015/48 - A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SANEAMENTO/SEDURB 2015/48 - A02

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 83.073.536/0001-64

Objeto: O reajuste de 14.19996 % (quatorze inteiros e dezenove mil, novecentos e noventa e seis centésimos de milésimos percentuais), dos itens 1 e 2 do contrato original, através do IGPM (FGV) Valor: R\$ 687.406,16 Prazo: 31/12/2016.

Fundamento: Processo nº 03/2014 Concorrência 02/2014

Imbituba, 27 de Junho de 2016.

Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação – SEDURB

Eduardo dos Passos Nunes

Contratante

Serrana Engenharia Ltda

Representante legal

Contratado

EXTRATO: PMI SEAPI 2016/70 – A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2016/70 – A/00

Contratada: J.L CONSTRUTORA LTDA ME.

CNPJ: 12.587.530/0001-67

Objeto: PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA PARANÁ, BAIRRO – CAMPESTRE - IMBITUBA/SC

Valor: R\$ 99.777,11 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº 71/2016. Carta Convite:09/2016

Imbituba, 14 de Junho de 2016.

Juliana da Silva Ignácio

Secretária Municipal da SEAPI

Contratante

J.L Construtora Ltda. ME.

Representante legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEAPI 2016/71 – A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2016/71 – A/00

Contratada: ROSEVANIO MATIAS DE SOUZA ME

CNPJ: 11.002.519/0001-25

Objeto: PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA GUSTAVO PERFEITO, BAIRRO- VILA NOVA IMBITUBA/SC

Valor: R\$ 43.645,01 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº 70/2016. Carta Convite:08/2016

Imbituba, 14 de Junho de 2016.

Juliana da Silva Ignácio

Secretária Municipal da SEAPI

Contratante

Rosevanio Matias de Souza me

Representante legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2016/66 - A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2016/66 - A00

Contratada: FLAVIO GONÇALVES LUIZ ME

CNPJ: 16.708.221/0001-59

Objeto: Contratação de empresa com fornecimento de material e instalação de equipamentos para adequação de acessibilidade dos veículos da frota do transporte escolar.

Valor: R\$ 17.900,00. Prazo: 31/12/2016.

Fundamento: Processo nº 65/2016. Pregão: 46/2016.

Imbituba, 02 de Junho de 2016.

Izabel da Fonseca Cavalcante

Gerente Executiva da Educação básica/SEDUC

Contratante

Flávio Gonçalves Luiz ME

Representante legal

Contratada

EXTRATO: PMI SETEC 2016/74 - A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SETEC 2016/74 - A/00

Contratada: QGX SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO/COMÉRCIO DE MATERIAIS ESCOLARES E ESPORTIVOS LTDA.

CNPJ: 17.670.164/0001-29.

Objeto: Contratação de serviço de arbitragem para o campeonato citadino de handebol, com árbitros da Federação Catarinense de Handebol.

Prazo: 31/12/2016. Valor: R\$ 11.592,00.

Fundamento: Processo nº 74/2016. Pregão: 49/2016.

Imbituba, 24 de Junho de 2016.

Romeu Pires Filho

Secretário Municipal Interino de Setec

Contratante

QGX Serviços de apoio administrativo/comércio de materiais escolares e esportivos LTDA

Representante Legal

Contratada

PORTARIA PMI/GGP Nº 343/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 343, de 28 de junho de 2016.

Dispõe sobre a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical dos servidores municipais de carreira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014, ainda, Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991 e Lei Complementar n.º 1.984, de 16 de dezembro de 1999, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

Considerando, que a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical, se dá através da apresentação através de protocolo, do diploma ou certificado devidamente registrado na respectiva Instituição de Ensino e reconhecido pelo Ministério de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Promover, os servidores municipais de carreira abaixo relacionados, através do instituto da Evolução Funcional mediante PROMOÇÃO VERTICAL, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Matr.	Nome	CPF	Cargo	Nível/ Subnível Anterior	Nível/ Subnível Anterior	Proc./Adm.
5166	Ane Carine Corrêa Ribas	000.325.180-21	Assistente Social	13.1-B	13.2-B	11718/2016
8417	Carlos Alexandre da Silva	287.485.178-79	Visitador Sanitário	4.1-A	4.2-A	11282/2016
5778	Gabriela Miranda Floriano	047.041.789-78	Professora	002 - 001	003 - 001	10670/2016
7506	Ivete Martins	591.479.039-53	Professora	002 - 001	003 - 001	10800/2016
8146	Laise Santos Silva	056.409.159-60	Professora	002 - 001	003 - 001	10435/2016
7484	Lenice da Silva Gonçalves	952.309.559-53	Professora	002 - 001	003 - 001	11073/2016
6227	Lilian Pires	052.388.049-97	Servente Merendeira	1.1-B	1.2-B	12755/2016
4772	Ramon Pereira Silva	006.652.729-52	Motorista	3.1-B	3.2-B	6157/2016
7562	Sandra Ferreira	888.495.709-53	Professora	002 - 001	003 - 001	11055/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de junho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 344/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 344, de 29 de junho de 2016.

Dispõe sobre a demissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, as abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 14/2015, admitidas através da PORTARIA PMI/GGP Nº 188/2016 para exercerem os cargos/funções, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	PSS	Demissão
Tuanny Constantino Nandi	Professora – 20h	074.177.889-04	CP 01/2013	30/06/2016
Tamara Paulino Valentim	Professora – 20h	057.148.069-13	CP 01/2013	30/06/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de junho de 2016.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 345/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 345, de 29 de junho de 2016.

Dispõe sobre a nomeação de Controlador Geral - CGM, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, o Sr. DOUGLAS GERMANO BODE, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 076.279.349-07, para exercer o cargo de Controlador Geral, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 1ª de julho de 2016.

Imbituba, 29 de junho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 346/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 346, de 29 de junho de 2016.

Dispõe sobre a nomeação de servidora de carreira, na função gratificada de Coordenadora de Controle Financeiro, em substituição à titular, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora de carreira abaixo descrita, em substituição à titular, Sra. Licariane de Andrade Martins, matrícula nº 8512, inscrita no CPF nº 027.724.799-35, na função gratificada de Coordenadora de Controle Financeiro, conforme expresso.

COORDENADORA – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Coordenadora de Controle Financeiro	SEDUC	Suzele Moraes Leite	050.732.369-63	01/07/2016

Art. 2º A servidora de carreira nomeada para a função gratificada de Coordenadora, perceberá gratificação de 33% (trinta e três por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 31, § 2º, II da LC nº 4.514/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de julho de 2016.

Imbituba, 29 de junho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 347/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 347, de 29 de junho de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. PEDRO MARTINS MONTEIRO, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o n.º 432.888.399-20, admitido em 12 de maio de 1988, contrato nº 456, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	01.07.2016 a 28.09.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de junho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 348/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 348, de 29 de junho de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. ORLANDO DOS PASSOS, Eletricista, inscrito no CPF sob o n.º 520.905.079-34, admitido em 01 de julho de 1984, contrato nº 433, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	01.07.2016 a 28.09.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de junho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 349/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 349, de 29 de junho de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. JOEL CAMARGO VELHO, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o n.º 712.973.590-20, admitido em 19 de julho de 2010, contrato nº 5502, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2010 a 2015	01.07.2016 a 28.09.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de junho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 350/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 350, de 29 de junho de 2016.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. JOAQUIM HENRIQUE FLOR, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o n.º 027.897.159-80, admitido em 01 de agosto de 2002, contrato nº 1743, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2007 a 2012	01.07.2016 a 28.09.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de junho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 351/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 351, de 29 de junho de 2016.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. MOZAIR FREITAS DA ROSA, Técnico em Edificações, inscrito no CPF sob o n.º 550.587.799-00, admitido em 02 de abril de 1996, contrato nº 402, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2011 a 2016	01.07.2016 a 28.09.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de junho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 352/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 352, de 30 de junho de 2016.
Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, as abaixo relacionadas, aprovadas no Concurso Público - Edital nº 01/2013, para exercerem os cargos/funções, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Concurso	Admissão
Tuanny Constantino Nandi	Professora – 20h	074.177.889-04	CP 01/2013	01/07/2016
Tamara Paulino Valentim	Professora – 20h	057.148.069-13	CP 01/2013	01/07/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de junho de 2016.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 018, DE 29 DE JULHO DE 2016

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 018, DE 29 DE JULHO DE 2016.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de área pública e das outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA (INTERINO), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,
Considerando a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 222 de 1º de Outubro de 2014;
Considerando as informações dos Processos nº 11845/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública constituída pelo Parque Municipal de Eventos para realização do evento " Stop Imbituba Food Truck", localizada na Rua João Hipólito Nascimento, Centro, à New World Eventos, CNPJ nº 22.695.310/0001-00, para explorar a referida área nos dias 01-02-03 de julho de 2016, nos horários 09:00 às 22:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatória usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatória deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o dia 01-02-03 de julho de 2016 das 09h às 22h, a título precário e de caráter gratuito e intransferível, nos moldes do Processo Administrativo nº 11845/2016.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de junho de 2016.

NICOLAU CORSSINO BENTO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ELIETE MATIAS MEDEIROS

Diretoria do Departamento de Documentação e Patrimônio

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 123/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 123/2016

CONTRATADA: AL CERTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a construção de estrutura e cobertura metálica em quadra multiuso, na Escola Básica Municipal Anna Alves Dias, com área de 295,65 m2.

VALOR: R\$99.721,20

PRAZO: 20 de junho de 2016 até 17 de outubro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 20/06/2016.

DECRETO Nº 2029/16

. DECRETO Nº 2029/16

. De 28 de junho de 2016

Altera Decreto 1031/14 que Regulamenta Regime de Sobreaviso e Regime de Plantão no Departamento de Trânsito de Indaial.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal 4.507 e demais dispositivos legais em vigor, considerando a necessidade do departamento de utilizar-se de servidor ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais para os plantões e sobreaviso, e considerando o reajuste concedido a todos os servidores públicos municipais de 4% a partir de julho de 2016,

DECRETA,

Art. 1º - Ficam reajustados os valores da remuneração das horas exercidas em regime de sobreaviso no Departamento de Trânsito e Transporte de Indaial - DEMUTTIN, previsto no parágrafo único do artigo 2º do Decreto 1031/14, passando a vigorar conforme a tabela abaixo:

CARGO	VALOR/HORA (R\$) Até Junho/16	VALOR/HORA (R\$) A partir de Julho/16
Agentes de Trânsito	1,96	2,17
Pintor de Letreiros	1,65	2,08
Auxiliar de Serviços Gerais	1,70	1,77

Art. 2º - Ficam reajustados os valores da remuneração das horas exercidas em regime de plantão no Departamento de Trânsito e Transporte de Indaial - DEMUTTIN, previsto no parágrafo único do artigo 3º do Decreto 1031/14, passando a vigorar conforme a tabela abaixo:

CARGO	VALOR/HORA (R\$) Até Junho/16	VALOR/HORA (R\$) A partir de Julho/16
Agentes de Trânsito	8,84	9,78
Pintor de Letreiros	7,46	9,36
Auxiliar de Serviços Gerais	7,68	7,99

Art. 3º - Ficam convalidados os serviços prestados nos meses de maio e junho de 2016 pelos servidores ocupantes do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais junto ao DEMUTTIN, na forma de sobreaviso e plantão, conforme valores expressos nos artigos 1º e 2º.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de maio de 2016.

Município de Indaial, em 28 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 2030/16

. DECRETO Nº 2030/16

. De 29 de junho de 2016

Declara de Utilidade Pública para fins de Desapropriação Amigável e regularização de via pública.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/41 e alterações, para fins de desapropriação amigável e domínio municipal, a seguinte área originada da Matrícula 14651 do Registro de Imóveis da Comarca de Indaial, de propriedade de Orivald Butzke:

“Um terreno urbano, tomado pela Rua Bertolina May Kechele, no Bairro Mulde, na cidade e Comarca de Indaial, contendo a área de 2.870,24 m2 (dois mil, oitocentos e setenta metros e vinte e quatro decímetros quadrados), localizado a partir da esquina dessa rua com a Rua ID-A-28, sem benfeitorias, medindo e confrontando pela Frente: com 12,64 m (doze metros e sessenta e quatro centímetros) confrontando com a Rua Bertolina May Kechele, lado que vem de Indaial onde por uma deflexão anti-horária de 71°42'25” (setenta e um graus, quarenta e dois minutos e vinte e cinco segundos) dá a direção do lado direito; Lado direito: com 235,53 m (duzentos e trinta e cinco metros e cinquenta e três centímetros) em 5 (cinco) linhas, sendo a primeira linha da frente para fundo com 40,59 m (quarenta metros e cinquenta e nove centímetros) sendo 15,67 (quinze metros e sessenta e sete centímetros), confrontando com a Parcela – 04 - tomada pela Rua ID-A-28 e 24,92 m (vinte e quatro metros e noventa e dois centímetros) confrontando com a Parcela – 02, onde por uma deflexão horária de 173°9'28” (cento e setenta e três graus, nove minutos e vinte e oito segundos) dá a direção da segunda linha com 51,67 m (cinquenta e um metros e sessenta e sete centímetros) onde por uma deflexão horária de 179°51'11” (cento e setenta e nove graus, cinquenta e um minutos e onze segundos) dá a direção da terceira linha com 63,19 m (sessenta e três metros e dezenove centímetros) onde por uma deflexão horária de 178°30'52” (cento e setenta e oito graus, trinta minutos e cinquenta e dois segundos) dá a direção da quarta linha com 57,22 m (cinquenta e sete metros e vinte e dois centímetros) onde por uma deflexão horária de 174°44'2” (cento e setenta e quatro graus, quarenta e quatro minutos e dois segundos) dá a direção da quinta linha com 22,86 m (vinte e dois metros e oitenta e seis centímetros) onde por uma deflexão anti-horária de 97°12'3” (noventa e sete graus, doze minutos e três segundos) dá a direção do fundo, todas confrontando com a Parcela-03 (Lado Ímpar); Fundo: com 12,10 m (doze metros e dez centímetros) confrontando com a continuidade da Rua Bertolina May Kechele, lado que vai para Timbó onde por uma deflexão anti-horária de 82°47'57” (oitenta e dois graus, quarenta e sete minutos e cinquenta e sete segundos) dá a direção do lado esquerdo; Lado esquerdo: com 235,26 m (duzentos e trinta e cinco metros e vinte e seis centímetros) em 5 (cinco) linhas, sendo a primeira do fundo para frente com 24,93 m (vinte e quatro metros e noventa e três centímetros) onde por

uma deflexão anti-horária de 174°44'2" (cento e setenta e quatro graus, quarenta e quatro minutos e dois segundos) dá a direção da segunda linha com 57,50 m (cinquenta e sete metros e cinquenta centímetros) onde por uma deflexão anti-horária de 178°30'52" (cento e setenta e oito graus, trinta minutos e cinquenta e um segundos) dá a direção da terceira linha com 63,07 m (sessenta e três metros e sete centímetros) onde por uma deflexão anti-horária de 179°51'11" (cento e setenta e nove graus, cinquenta e um minutos e onze segundos) dá a direção da quarta linha com 52,63 m (cinquenta e dois metros e setenta e três centímetros) onde por uma deflexão anti-horária de 173°9'28" (cento e setenta e três graus, nove minutos e vinte e oito segundos) dá a direção da quinta linha com 37,13 m (trinta e sete metros e treze centímetros) onde por uma deflexão anti-horária de 108°17'35" (cento e oito graus, dezessete minutos trinta e cinco segundos) dá a direção da frente, todas confrontando com a Parcela-01 (Lado Par)."

Art. 2º - A área de terras ora desapropriada com base no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e 9785/99, destinar-se-á a regularização de parte de via pública, via esta já consolidada e denominada de Rua Bertolina May Kechele, Bairro Mulde, através da Lei nº 1379/1984.

Art. 3º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via amigável, sem ônus para o Município, ficando sob a responsabilidade do Município a escrituração da área ora desapropriada.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 29 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

PAULO ROBERTO LEDRA

Secretário de Planejamento e Habitação

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2031/16

. DECRETO Nº 2031/16

. De 29 de junho de 2016

EXONERA ASSESSOR DE ATIVIDADE ESPORTIVA / ALCÉMIR PISETTA

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3344/04 e suas alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado do Cargo em Comissão de Assessor de Atividade Esportiva, símbolo ATE, Grupo IV, previsto na Lei nº 3344/04, com a redação dada pela Lei nº 3685/08 e demais alterações, Alcemir Pisetta, a partir do dia 1º de julho de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 29 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2032/16

. DECRETO Nº 2032/16

. De 29 de junho de 2016

Cancela gratificação/

Luiz Alberto da Silva Sousa

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 24 da Lei Complementar 83/08 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica cancelada, a pedido, a gratificação concedida nos termos do Decreto 1884/16 ao servidor LUIZ ALBERTO DA SILVA SOUSA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, do quadro de pessoal da Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters, a partir de 1º de julho de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de julho de 2016.

Município de Indaial, em 29 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2033/16

. DECRETO Nº 2033/16

. De 29 de junho de 2016

Concede gratificação/

ELOI PETTRI JÚNIOR

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) ELOI PETTRI JÚNIOR, ocupante do cargo de Bioquímico II, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela coordenação e responsável técnico pelo Laboratório de Análises Clínicas do Município de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de julho de 2016.

Município de Indaial, em 21 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

ADRIANE MACHADO FERRARI
Secretária de Saúde

DECRETO Nº 2034/16

. DECRETO Nº 2034/16
. De 29 de junho de 2016
Concede gratificação/
LARISSA APARECIDA HAGEMMEYER

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no art. 24 da Lei Complementar nº 83/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 176/15, e demais alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) LARISSA APARECIDA HAGEMMEYER, ocupante do cargo de Assistente Social II, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela coordenação de Serviços do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS.

Art. 2º - Fica cancelada, a partir de 1º de julho de 2016, a gratificação concedida a servidora Luciane Leite Grossklags, revogando-se o Decreto nº 1883/16.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de julho de 2016.

Município de Indaial, em 29 de junho de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na forma da lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

ADRIANE MACHADO FERRARI
Secretária de Saúde

LEI Nº 5302/16

. LEI Nº 5302
. de 29 de junho de 2016
ALTERA QUADRO DE SERVIDORES DA LEI MUNICIPAL Nº 2.317/94 (AMPLIA CARGA HORÁRIA, VAGA E NOMENCLATURA).

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial. Faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica ampliada de carga horária do servidor Brian Ehrat, Bioquímico, de 20h/s para 40/s, alterando o quadro de servidores da Lei Municipal nº 2.317/94 conforme Anexo I, parte integrante desta Lei.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria, prevista em orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 29 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito
Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5303/16

. LEI Nº 5303
. de 29 de junho de 2016

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e interveniência do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial. Faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado ao Executivo Municipal firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública, com interveniência do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, nos termos da minuta anexa.

Parágrafo Único □ O Termo de Convênio objeto do presente instrumento legal tem por objetivo estabelecer condições para uma ação conjunta entre as partes conveniadas, visando à fiscalização do trânsito e engenharia de tráfego e de campo, aplicação de medidas administrativas e de penalidades por infração de trânsito, de multas, e sua respectiva arrecadação e destinação; o adequado controle da utilização das vias públicas por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga, nos limites terrestres do município na conformidade da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 □ Código de Trânsito Brasileiro.

Art.2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente, suplementada em época oportuna, quando necessário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 29 de junho de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito
Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 95/16

. PORTARIA Nº 95/16
. De 28 de junho de 2016
Altera Carga Horária Psicólogas CREAS

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 105/10 (Estatuto) e demais dispositivos legais em vigor, considerando a licença maternidade das servidoras Aline Maiochi Beirão e Janaína Tápparo Braier, a necessidade de profissionais psicólogos para atendimento a demanda e a solicitação da Secretaria de Assistência Social, RESOLVE,

Alterar, por 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado, a carga

horária das servidoras Joyce Camila Manzke e Luci Borges Laurindo ocupantes do cargo de Psicóloga do quadro de pessoal da Secretaria de Assistência Social, passando para 35 h/s, a partir de 13 de julho de 2016.

Fixada nova carga horária, fica cancelada a Portaria nº 93/16.

Município de Indaial, em 28 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Cumpra-se e publique-se na forma da Lei.

OSAIR REGINALDO ANACLETO

Responsável pela Secretaria de Assistência Social

PORTARIA Nº 96/16

. PORTARIA Nº 96/16

. De 29 de junho de 2016

Altera Carga Horária - Eloi Pettri Júnior

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, art. 32, §2º da Lei Complementar 105/10 (Estatuto) e demais dispositivos legais em vigor, e

Considerando a demanda existente no Laboratório de Análises Clínicas do Município;

Considerando a frequente necessidade de realização de horas extras pelo servidor em questão, para atender a necessidade dos serviços;

Considerando não haver concurso vigente para o cargo em questão, sendo inviável a realização de concurso neste ano eleitoral.

RESOLVE,

Alterar temporariamente a carga horária da servidora ELOI PETTRI JÚNIOR, ocupante do cargo de Bioquímico II do quadro de pessoal da Secretaria de Saúde, passando de 20h/s para 30h/s, com a devida adequação proporcional a sua remuneração, a partir de 1º de julho de 2016, pelo período de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado, mediante necessidade.

Município de Indaial, em 29 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Cumpra-se e Publique-se na forma da Lei.

ADRIANE MACHADO FERRARI

Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 97/16

. PORTARIA Nº 97/16

. De 29 de junho de 2016

Altera Carga Horária - Ana Cristina Nazari

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, art. 32, §2º da Lei Complementar 105/10 (Estatuto) e demais dispositivos legais em vigor, e

Considerando a demanda reprimida para a especialidade de

psiquiatria nos serviços de saúde do Município;
Considerando não haver concurso vigente para o cargo em questão, sendo inviável a realização de concurso neste ano eleitoral.

RESOLVE,

Alterar temporariamente a carga horária da servidora ANA CRISTINA NAZARI, ocupante do cargo de Médica Psiquiatra do quadro de pessoal da Secretaria de Saúde, passando de 10h/s para 20h/s, com a devida adequação proporcional a sua remuneração, a partir de 1º de julho de 2016, pelo período de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado, mediante necessidade.

Município de Indaial, em 29 de junho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Cumpra-se e Publique-se na forma da Lei.

ADRIANE MACHADO FERRARI

Secretária de Saúde

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 059/2016

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº059/2016

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, POST MIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.089.950/0001-60, com sede na rua João Pio Duarte Silva, nº 42, sala 03, bairro Córrego Grande, na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Wagner Cordenosi Tombi, brasileiro, casado, sócio administrador, inscrito no CPF sob nº 196.995.778-60 e Cédula de Identidade nº 08.987.607-2 SECC/RJ, residente e domiciliado na Rua João Carlos de Souza, nº 260, bairro Santa Mônica, na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1 do contrato original, que tem como objeto contratação de serviços de impressão dos carnês de IPTU, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo deste Contrato será de 31 de maio de 2016 até 29 de julho de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo de contrato passa a fazer parte do contrato original, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 30 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	POST MIX SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA Wagner Cordenonsi Tombi Contratada
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antonio Ferrari Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 070/2016 TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 070/2016

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e, MARILENE DARUGNA VASSELAI, inscrita no CPF sob nº 902.375.109-44, residente na Rua Mônaco, nº 397, bairro das Nações, na cidade de Timbó – Estado de Santa Catarina, e consultório estabelecido na Avenida Getúlio Vargas, nº 101, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta item 5.1., do contrato original, que tem como objeto o credenciamento para a prestação de SERVIÇOS EXAMES/PROCEDIMENTOS DE OFTALMOLOGIA, conforme relação de exames/procedimentos, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas

deste edital, serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2016:

- 30.01.0010.0301.0030.2445.339039500000.01020000 – Ordinário Saúde
- 30.01.0010.0301.0030.2445.339039500000.01381701 – MAC
- 30.01.0010.0301.0030.2445.3390395000.1671 MAC – Estado Cataratas

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 21 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUN. DE SAÚDE DE INDAIAL Adriane Machado Ferrari Contratante
MARILENE DARUGNA VASSELAI Contratada	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 117/2015 TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 117/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 19.354.317/0001-54, estabelecida à Rua Professor Francisco Bodennuller, nº 100, Bairro Centro, na cidade de Brusque – Estado de Santa Catarina, neste ato representada por sua representante legal Sra. Maria de Lourdes Dalago, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF sob nº 506.988.699-15 e Cédula de Identidade nº 1.119.361-1-SESP/SC, residente à Rua ST 007, nº 50, Bairro Santa Terezinha, na cidade de Brusque – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, através do Processo Licitatório nº 107/2015 – Termo de Inexigibilidade nº 002/2014 – 18201 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, celebrar o presente Termo Aditivo de contrato, o qual reger-se-á pelas condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas quarta, itens 4.1., 4.1.1 e 4.1.2, e sexta, item 6.2, do contrato original, que tem como objeto a contratação de 01 (uma) vaga para adulto, feminino, para o acolhimento do Sra. Danúbia Angelita Zacarias da Silva, que necessita de atenção integral por estar com vínculos familiares rompidos, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

4.1. O valor mensal/vaga contratado é de R\$4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), perfazendo o valor anual de R\$50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais).

4.1.1. Do valor mensal, será subtraído o valor do BPC – Benefício de Prestação Continuada, no valor de R\$880,00 (oitocentos e oitenta reais).

4.1.2. Tendo o valor total e o valor do BPC, será de responsabilidade do Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial o pagamento do valor unitário/mensal de R\$3.320,00 (três mil trezentos e vinte reais), perfazendo o valor total anual de R\$39.840,00 (trinta e nove mil oitocentos e quarenta reais).

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

6.2. O prazo de vigência do presente contrato será de 03 de junho de 2016 até 03 de junho de 2017, podendo ser prorrogado até o limite do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial (SC), 01 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Contratante
CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI Maria de Lourdes Dalago Contratada	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 229/2015
TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 229/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, brasileira, Secretária de Saúde, inscrita no CPF sob nº CPF 710.570.649-04, e Cédula de Identidade nº 2.286.115 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Fritz Muller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, MICANTO MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.074.257/0001-04, com sede na Rua Edmundo Koch, nº 1.515, bairro Nereu Ramos, na cidade de Jaraguá do Sul – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Elemar Adilson Fodi, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 654.481.549-72 e Cédula de Identidade nº 2444650, residente e domiciliado na rua Joaquim Francisco de Paula, nº 1.560, bairro Chico de Paulo, na cidade de Jaraguá do Sul – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1., do contrato original, que tem como objeto a aquisição de móveis em geral, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 07 de março de 2016 até 04 de junho de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 04 de março de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	MICANTO MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA EPP Elemar Adilson Fodi Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Miguel Angelo Soar
OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONVÊNIO Nº 007/2015

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONVÊNIO Nº 007/2015

Pelo presente Termo Aditivo de Convênio que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir Dos Santos, Prefeito municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3R/1.111.815, residente e domiciliado na rua 25 de Novembro, nº 797, bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Conveniente, e, REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE INDAIAL, inscrita no CNPJ sob nº 79.374.245/0001-39, com sede à rua Comendador Henrique Wanke, nº 99, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representada por sua presidente, Sra. Marlen Cláudia Tafner, brasileira, inscrita no CPF sob nº 989.186.219/49 e Cédula de Identidade nº 2.748.648/SSP/SC, residente e domiciliado à rua Germano Schroeder, nº 134, bairro do Sol, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de Conveniada, com fundamento na Lei Municipal nº 4.919 de 17 de dezembro de 2013 e Lei Municipal nº 5.100 de 16 de dezembro de 2014, firmam o presente Termo Aditivo de Convênio de acordo com as seguintes cláusulas e condições :

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula segunda, item 2.1., do convênio original, que tem como objeto o repasse de R\$60.000,00 (sessenta mil reais) a Conveniada destinado a atender a manutenção parcial da entidade, durante o exercício do ano de 2015, 2016 conforme Lei nº 5.100/2014, passa a vigorar da seguinte:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1. O prazo do presente Termo de Convênio é de 01 de junho de 2016 até 31 de dezembro 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA :

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do convênio original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e conveniados as partes assinam o presente Termo de Aditivo de Convênio em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Indaial (SC), 30 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL
Sérgio Almir dos Santos
Conveniente

REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER
Marlen Cláudia Tafner
Conveniada

SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS
Márcio Antonio Ferrari
Secretário Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Miguel Angelo Soar
OAB/SC 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 055/2016

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 055/2016

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 14.770.128/0001-49, com sede na rua Paraguay, nº 400, sala 03, Bairro Ponta Aguda, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Jader Aquiles Novelletto, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 003.880.869-20 e Cédula de Identidade nº 3.648.113-0, residente e domiciliado à Rua Hasselfelde, nº 700, Bairro Ponta Aguda, CEP 89.050-400, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a construção de paredes de alvenaria para fechamento lateral de quadra de esportes, e drenagem pluvial, na Escola Básica Municipal Mário Bonessi, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo de execução das obras é de 27 de maio de 2016 até 25 de julho de 2016, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico

financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 25 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP Jader Aquiles Novelletto Contratada

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 056/2016

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 14.770.128/0001-49, com sede na rua Paraguay, nº 400, sala 03, Bairro Ponta Aguda, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Jader Aquiles Novelletto, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 003.880.869-20 e Cédula de Identidade nº 3.648.113-0, residente e domiciliado à Rua Hasselfelde, nº 700, Bairro Ponta Aguda, CEP 89.050-400, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a construção de paredes de alvenaria para fechamento lateral de quadra de esportes, e drenagem pluvial, na Escola Básica Municipal Juvenal Carvalho, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo de execução das obras é de 27 de maio de 2016 até 25 de julho de 2016, da expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 25 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP Jader Aquiles Novelletto Contratada

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 116/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e a empresa, MAPA IMOBILIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.598.838/0001-90, estabelecida à Avenida Getúlio Vargas, nº 234, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu representante legal Sr. Rogério Isnar Patrício, brasileiro, casado, corretor imobiliário, inscrito no CPF sob nº 484.728.839-49 e Cédula de Identidade nº 1.041.331, residente à Rua Paraíba, nº 306, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locador, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 106/2015 sob a modalidade de Termo de Dispensa nº 005/2015-10430, e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas segunda, item 2.1 e terceira item 3.1., do contrato original, que tem como objeto a locação de um imóvel localizado na rua Tiradentes, nº 66, bairro Centro nesta cidade de Indaial/SC., destinado à instalação do centro de conciliação para cobrança de dívidas extrajudiciais, sendo constituído por um imóvel de característica comercial (sala comercial), com área construída privativa de 58,15 m2 (cinquenta e oito metros quadrados e quinze centésimos), contendo as instalações necessárias para a unidade administrativa, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1. O prazo do presente contrato é de 03 de junho de 2016 até 03 de junho de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor mensal contratado é de R\$1.112,37 (um mil cento e doze reais e trinta e sete centavos), perfazendo o valor anual de R\$13.348,44 (treze mil trezentos e quarenta e oito reais e quarenta e quatro centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial (SC), 02 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	MAPA IMOBILIÁRIA LTDA Rogério Isnar Patrício Locador
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antonio Ferrari Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNI- CÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 198/2015
TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 198/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro,

nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, CONSTRUTORA F&F LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.595.052/0001-37, com sede na Rua Marques do Herval, nº 638, sala 02, bairro Centro, na cidade de Ibirama - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Deivid Schlichyng, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 042.385.889/08 e Cédula de Identidade nº 4.528.749-0, residente e domiciliado à Rua João Weidmann, nº 346, bairro Centro, na cidade de Ibirama – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1 e sétima item 7.1., do contrato original, que tem como objeto, a construção de uma edificação em alvenaria com área a construir de 307,66 m2, em terreno de 906,30 m2, destinado à sede Indaial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Fica acrescido a planilha do contrato original os seguintes itens: 2.1.1 e 2.4.3, conforme planilha anexa.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO

7.1. Em razão do presente Termo Aditivo, o valor total do contrato passa a ser de R\$457.661,76 (quatrocentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e sessenta e um reais e setenta e seis centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 21 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	CONSTRUTORA F&F LTDA Deivid Schlichyng Contratada
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNI- CÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 219/2015

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 219/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, brasileira, Secretária de Saúde, inscrita no CPF sob nº CPF 710.570.649-04, e Cédula de Identidade nº 2.286.115 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Fritz Muller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SUPRIMÓVEIS EIRELI – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.563.256/0001-68, com sede na rua Coronel Buchelle, nº 646, sla 01, bairro Centro, na cidade de Tijucas – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Anderson Santos Faria, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 046.057.519/80 e Cédula de Identidade nº 4.293.399-SSP/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo ao contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1., do contrato original, que tem como objeto a aquisição de móveis em geral, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 05 de junho de 2016 até 02 de setembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 03 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	SUPRIMÓVEIS EIRELI – EPP Anderson Santos Faria Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Miguel Angelo Soar
OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 220/2015

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 220/2015

Pelo presente presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, brasileira, Secretária de Saúde, inscrita no CPF sob nº CPF 710.570.649-04, e Cédula de Identidade nº 2.286.115 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Fritz Muller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.514.780/0001-13, com sede na rua Presidente Castelo Branco, nº 167, bairro Paraíso, na cidade de Caçador – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Josnei Rodrigues, brasileiro, vendedor, casado, inscrito no CPF sob nº 870.612.799-15 e Cédula de Identidade nº 2.927.969, residente na rua Paulo Trauner, nº 45, bairro Alegre, na cidade de Rio Negrinho – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1., do contrato original, que tem como objeto a aquisição de móveis em geral, passa a vigorar da seguinte forma

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 05 de junho de 2016 até 02 de setembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 03 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFOR- MÁTICA LTDA – EPP Josnei Rodrigues Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Miguel Angelo Soar
OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 221/2015

TERMO ATIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 221/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, brasileira, Secretária de Saúde, inscrita no CPF sob nº CPF 710.570.649-04, e Cédula de Identidade nº 2.286.115 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Fritz Muller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, CÉLIA REGINA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.195.853/0001-87, com sede na Avenida Beira Rio, nº 730, Galpão, bairro Centro, na cidade de Alfredo Wagner – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Jonas Schutz, brasileiro, solteiro, representante comercial, inscrito no CPF sob nº 091.778.619/06 e Cédula de Identidade nº 4861672, residente e domiciliada na rua Anitápolis, nº 411, na cidade de Alfredo Wagner – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1., do contrato original, que tem como objeto a aquisição de móveis em geral, passa a vigorar da seguinte forma

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 05 de junho de 2016 até 02 de setembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 03 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	CÉLIA REGINA - ME Jonas Schutz Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Miguel Angelo Soar
OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 222/2015

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 222/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, brasileira, Secretária de Saúde, inscrita no CPF sob nº CPF 710.570.649-04, e Cédula de Identidade nº 2.286.115 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Fritz Muller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, M MOBILE EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.764.033/0001-85, com sede na Rua Eduardo Neidert, nº 1.803, bairro Preto, na cidade de Rio Negrinho – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Luiz Amarildo Mueller, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 516.501.429-00 e Cédula de Identidade nº 1.646.471, residente e domiciliada na rua Adolfo Konder, nº 279, bairro Cerramarte, na cidade de Rio Negrinho – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na

melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1., do contrato original, que tem como objeto a aquisição de móveis em geral, passa a vigorar da seguinte forma

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 05 de junho de 2016 até 02 de setembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 03 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	M MOBILE EIRELI – EPP Luiz Amarildo Mueller Contratada

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Miguel Angelo Soar
OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 223/2015 TERMO ADITIVO Nº 002 CONTRATO Nº 223/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, brasileira, Secretária de Saúde, inscrita no CPF sob nº CPF 710.570.649-04, e Cédula de Identidade nº 2.286.115 SSP/SC, residente e domiciliado

à Rua Fritz Muller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, FLEXFORMA COMERCIAL DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 16.967.775/0001-70, com sede na Rua Raul Heusi da Silva, nº 26, sala 01, bairro São João, na cidade de Itajaí – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Ednelson Booz, brasileiro, vendedor, inscrito no CPF sob nº 006.825.419-90 e Cédula de Identidade nº 3.234.822.3, residente e domiciliada na cidade de Itajaí – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1., do contrato original, que tem como objeto a aquisição de móveis em geral, passa a vigorar da seguinte forma

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 05 de junho de 2016 até 02 de setembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 03 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FLEXFORMA COMERCIAL DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA – EPP Ednelson Booz Contratada

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Miguel Angelo Soar
OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 224/2015
 TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 224/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, brasileira, Secretária de Saúde, inscrita no CPF sob nº CPF 710.570.649-04, e Cédula de Identidade nº 2.286.115 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Fritz Muller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, GSIANE MATILDE VIEIRA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.790.021/0001-01, com sede na Rua Francisca das Neves Silva, nº 45, bairro SCentro, na cidade de Penha – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Gabriel da Silva Reis, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF sob nº 052.754.179-69 e Cédula de Identidade nº 4.944.929 SSP/SC, residente e domiciliada na rua Irapuru, nº 70, na cidade de Tijucas – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1., do contrato original, que tem como objeto a aquisição de móveis em geral, passa a vigorar da seguinte forma

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 05 de junho de 2016 até 02 de setembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 03 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	GSIANE MATILDE VIEIRA ME Gabriel da Silva Reis Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Miguel Angelo Soar
OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 225/2015
 TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 225/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, brasileira, Secretária de Saúde, inscrita no CPF sob nº CPF 710.570.649-04, e Cédula de Identidade nº 2.286.115 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Fritz Muller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ALF COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.581.380/0001-84, com sede na Rua Heitor Cadore, nº 89, bairro Navegantes, na cidade de Encantado – Estado do Rio Grande do Sul, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Adovandro Luiz Fraport, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 662.482.300-30 e Cédula de Identidade nº 3055021012, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1., do contrato original, que tem como objeto a aquisição de móveis em geral, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 05 de junho de 2016 até 02 de setembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 03 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ALF COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICO LTDA – EPP Adovandro Luiz Fraport Contratada
--	---

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Miguel Angelo Soar
OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 227/2015

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 227/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, brasileira, Secretária de Saúde, inscrita no CPF sob nº CPF 710.570.649-04, e Cédula de Identidade nº 2.286.115 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Fritz Muller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ERGO – MOBILI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 97.466.593/0001-18, com sede na Rua Júlio Teodoro Martins, nº 3.944, bairro Caveiras, na cidade de Biguaçu – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Fábio Luiz Egert, brasileiro, representante comercial, inscrito no CPF sob nº 018.013.699-25 e Cédula de Identidade nº 2.906.001, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1., do contrato original, que tem como objeto a aquisição de móveis em geral, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 05 de junho de 2016 até 02 de setembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único

efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 03 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ERGO – MOBILI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA Fábio Luiz Egert Contratada

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Miguel Angelo Soar
OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 228/2015

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 228/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, brasileira, Secretária de Saúde, inscrita no CPF sob nº CPF 710.570.649-04, e Cédula de Identidade nº 2.286.115 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Fritz Muller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, S.C COMÉRCIO E ACESSÓRIOS PARA MÓVEIS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.509.854/0001-51, com sede na Rua João Zipperer, nº 209, bairro Industrial Norte, na cidade de Rio Negrinho – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Paulo Leandro Levandoski, brasileiro, industrial, inscrito no CPF sob nº 053.729.359-01 e Cédula de Identidade nº 4.425.831, residente e domiciliado na rua Jorge Rueckl, nº 203, bairro Vista Alegre, na cidade de Rio Negrinho – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1., do contrato original,

que tem como objeto a aquisição de móveis em geral, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 05 de junho de 2016 até 02 de setembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 03 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	S.C COMÉRCIO E ACESSÓRIOS PARA MÓVEIS LTDA ME Paulo Leandro Levandoski Contratada

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Miguel Angelo Soar
OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 229/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, brasileira, Secretária de Saúde, inscrita no CPF sob nº CPF 710.570.649-04, e Cédula de Identidade nº 2.286.115 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Fritz Muller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, MICANTO MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.074.257/0001-04, com sede na Rua Edmundo Koch, nº 1.515, bairro Nereu Ramos, na cidade de Jaraguá do Sul – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante

Legal, Sr. Elemar Adilson Fodi, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 654.481.549-72 e Cédula de Identidade nº 2444650, residente e domiciliado na rua Joaquim Francisco de Paula, nº 1.560, bairro Chico de Paulo, na cidade de Jaraguá do Sul – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1., do contrato original, que tem como objeto a aquisição de móveis em geral, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 05 de junho de 2016 até 02 de setembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 03 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	MICANTO MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA EPP Elemar Adilson Fodi Contratada

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Miguel Angelo Soar
OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

TERMO ADITIVO Nº 008 AO CONTRATO Nº 140/2014
TERMO ADITIVO Nº 008 AO CONTRATO Nº 140/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDIAIAL - SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob n. 383.728.439-53 e Cédula de Identidade n. 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.574.370/0001-20, com sede na Rodovia SC 495, nº 2.034, Areias Pequenas, 89.245-000, na cidade de Araquari – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Marcelo Benvenuti, brasileiro, administrador e engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 024.368.779-63, portador da RG nº 4.017.012, residente e domiciliado na Rua Piratuba, 1.502, bairro Bom Retiro, 89.222-365, na cidade de Joinville – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplanagem, drenagem pluvial e pavimentação asfáltica da Rua Ribeirão das Pedras – Trecho 03 (início: estaca 71+6,00 PF; término: estaca 81+4,00 PF), com extensão de 198,00 metros, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo do presente contrato é de 25 de maio de 2016 até 22 de agosto de 2016, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 25 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIAMAR LTDA Marcelo Benvenuti Contratada
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF.: _____

Iomerê

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2016

Município de Iomerê

Dispensa de Licitação Nº 0004/2016

O Município de Iomerê torna público a dispensa de licitação para serviços de divulgação de evento do Município – Aniversário Político-administrativo.

Contratado: Rádio Tropical FM Ltda ME.

Valor: 1.000,00 (um mil reais)

Iomerê, 29 de junho de 2016.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 03/2016

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 03/2016

1. NATUREZA: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, CNPJ nº 82.814.575/0001-02 e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ÁGUA CRISTALINA, CNPJ nº 05.140.622/0001-39.
2. OBJETO: Cooperação técnico-financeira com vistas ao desenvolvimento do Programa de Parceria e de Apoio a Associações Vinculadas a Agropecuária.
3. DATA DE VIGÊNCIA: 28/06/2016 a 31/05/2017
4. DATA DA ASSINATURA: 28/06/2016.
5. VALOR REPASSADO: R\$ 37.000,00.
6. NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo MUNICÍPIO, Sr. Valdir Zanella - CPF nº 094.020.989-68 - Prefeito e pela ASSOCIAÇÃO, Sr. GENOIR CONTE - CPF nº 526.126.199-68- Presidente.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 04/2016

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 04/2016

1. NATUREZA: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, CNPJ nº 82.814.575/0001-02 e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ÁGUA VIVA, CNPJ nº 07.681.930/0001-05.
2. OBJETO: Cooperação técnico-financeira com vistas ao desenvolvimento do Programa de Parceria e de Apoio a Associações Vinculadas a Agropecuária.
3. DATA DE VIGÊNCIA: 28/06/2016 a 31/05/2017
4. DATA DA ASSINATURA: 28/06/2016.
5. VALOR REPASSADO: R\$ 37.000,00.
6. NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo MUNICÍPIO, Sr. Valdir Zanella - CPF nº 094.020.989-68 - Prefeito, e pela ASSOCIAÇÃO, Sr. IVANIR SCHMIDT - CPF nº 037.253.999-80- Presidente.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 05/2016

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 05/2016

1. NATUREZA: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, CNPJ nº 82.814.575/0001-02 e a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DAS COMUNIDADES DE ALTO FELIZ, LINHA PROGRESSO, LINHA VARANAL E SERRA ALTA, CNPJ nº 07.681.930/0001-05.
2. OBJETO: Cooperação técnico-financeira com vistas ao desenvolvimento do Programa de Parceria e de Apoio a Associações Vinculadas a Agropecuária.
3. DATA DE VIGÊNCIA: 28/06/2016 a 31/05/2017
4. DATA DA ASSINATURA: 28/06/2016
5. VALOR REPASSADO: R\$ 37.000,00.
6. NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo MUNICÍPIO, Sr. Valdir Zanella - CPF nº 094.020.989-68 - Prefeito e pela ASSOCIAÇÃO, Sr. FLORI JOÃO ZAMBONI - CPF nº 693.323.040-68- Presidente.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 06/2016

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 06/2016

1. NATUREZA: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, CNPJ nº 82.814.575/0001-02 e a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DAS COMUNIDADES DE LAJEADO LIMA, LINHA AUREA, BOM JESUS, LINHA MEIO, NOVA PLANICIE, PASSO GRANDE E PEDRAS BRANCAS, CNPJ nº 07.672.834/0001-92.
2. OBJETO: Cooperação técnico-financeira com vistas ao desenvolvimento do Programa de Parceria e de Apoio a Associações Vinculadas a Agropecuária.
3. DATA DE VIGÊNCIA: 28/06/2016 a 31/05/2017

4. DATA DA ASSINATURA: 28/06/2016.

5. VALOR REPASSADO: R\$ 37.000,00.

6. NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo MUNICÍPIO, Sr. Valdir Zanella - CPF nº 094.020.989-68 - Prefeito, e pela ASSOCIAÇÃO, Sr. ALEXANDRO MACHADO - CPF nº 025.718.409-08- Presidente.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 07/2016

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 07/2016

1. NATUREZA: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, CNPJ nº 82.814.575/0001-02 e a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DAS COMUNIDADES DE BOM SUCESSO, LAGEADO BORGES, LINHA NOSSA SENHORA DE LOURDES E LINHA SÃO JOSÉ, CNPJ nº 07.681.933/0001-30.
2. OBJETO: Cooperação técnico-financeira com vistas ao desenvolvimento do Programa de Parceria e de Apoio a Associações Vinculadas a Agropecuária.
3. DATA DE VIGÊNCIA: 28/06/2016 a 31/05/2017
4. DATA DA ASSINATURA: 28/06/2016.
5. VALOR REPASSADO: R\$ 37.000,00.
6. NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo MUNICÍPIO, Sr. Valdir Zanella - CPF nº 094.020.989-68 - Prefeito e pela ASSOCIAÇÃO, Sr. ASTOR MELCHIOR - CPF nº 777.284.759-91- Presidente.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 08/2016

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 08/2016

1. NATUREZA: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, CNPJ nº 82.814.575/0001-02 e a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DAS COMUNIDADES DE DOIS IRMÃOS, FRAGOSINHO E JAGUATERICA, CNPJ nº 07.748.555/0001-65.
2. OBJETO: Cooperação técnico-financeira com vistas ao desenvolvimento do Programa de Parceria e de Apoio a Associações Vinculadas a Agropecuária.
3. DATA DE VIGÊNCIA: 28/06/2016 a 31/05/2017
4. DATA DA ASSINATURA: 28/06/2016.
5. VALOR REPASSADO: R\$ 37.000,00.
6. NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo MUNICÍPIO, Sr. Valdir Zanella - CPF nº 094.020.989-68 - Prefeito, Sr. Vandoir Cerutti - CPF nº 824.810.599-72- Presidente.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 09/2016

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 09/2016

1. NATUREZA: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, CNPJ nº 82.814.575/0001-02 e a ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA DA BACIA DO RIO JACUTINGA, CNPJ nº 05.750.270/0001-33.
2. OBJETO: Cooperação técnico-financeira com vistas ao desenvolvimento do Programa de Parceria e de Apoio a Associações Vinculadas a Agropecuária.
3. DATA DE VIGÊNCIA: 28/06/2016 a 31/05/2017
4. DATA DA ASSINATURA: 28/06/2016.
5. VALOR REPASSADO: R\$ 37.000,00.
6. NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo MUNICÍPIO, Sr. Valdir Zanella - CPF nº 094.020.989-68 - Prefeito, Sr. CLAUDEMIR PERONDI - CPF nº 033.899.219-74- Presidente.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 10/2016

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 10/2016

1. NATUREZA: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, CNPJ nº 82.814.575/0001-02 e a ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DE ORESTES GUIMARÃES, CNPJ nº 06.253.571/0001-14.
2. OBJETO: Cooperação técnico-financeira com vistas ao desenvolvimento do Programa de Parceria e de Apoio a Associações Vinculadas a Agropecuária.
3. DATA DE VIGÊNCIA: 28/06/2016 a 31/05/2017
4. DATA DA ASSINATURA: 28/06/2016
5. VALOR REPASSADO: R\$ 37.000,00.
6. NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo MUNICÍPIO, Sr. Valdir Zanella - CPF nº 094.020.989-68 - Prefeito, Sr. VILMAR LUIZ SCHUCK - CPF nº 445.531.619-15- Presidente.

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 11/2016

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 11/2016

1. NATUREZA: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, CNPJ nº 82.814.575/0001-02 e a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DAS COMUNIDADES DE SERRINHA, ALTO CAPI-TÃO, JUNDIAÍ E ENCRUZILHADA, CNPJ nº 07.660.626/0001-73.
2. OBJETO: Cooperação técnico-financeira com vistas ao desenvolvimento do Programa de Parceria e de Apoio a Associações Vinculadas a Agropecuária.
3. DATA DE VIGÊNCIA: 28/06/2016 a 31/05/2017.
4. DATA DA ASSINATURA: 28/06/2016.
5. VALOR REPASSADO: R\$ 37.000,00.
6. NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo MUNICÍPIO, Sr. Valdir Zanella - CPF nº 094.020.989-68 - Prefeito, e pela ASSOCIAÇÃO, Sr. AMARILDO COLOSSI - CPF nº 625.681.089-91- Presidente.

RESOLUÇÕES NºS 11, 12 E 13 DE 27 E 28 DE JUNHO DE 2016/CMV

RESOLUÇÃO Nº 11 DE 27 DE JUNHO DE 2016/CMV

Dispõe sobre a prorrogação do prazo para conclusão pela Comissão Especial das propostas para atualização da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara Municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPUMIRIM, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que o Plenário Decreta e Ele promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial para estudo e elaboração de propostas para atualização da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara fica prorrogado por mais 90 dias, conforme Art. 3º da Resolução 4/2016 de 23/03/2016, a contar da data de sua publicação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Ipumirim – SC, 27 de junho de 2016. Osmar José Simon-Presidente. Registra-se e publica-se em 27 de junho de 2016. Edson Luiz Bogoni-Agente Legislativo.

RESOLUÇÃO Nº 12 DE 28 DE JUNHO DE 2016/CMV

Dispõe sobre a Concessão de licença à Vereadora para tratar de assuntos particulares.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUMIRIM, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso II do Artigo 29 da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Decreta e

ele promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º Fica concedida licença a Vereadora Claudete Spricigo Zanella, pertencente a Coligação Aliança Democrática Por um Ipumirim Mais, para tratar de assuntos particulares, por um período de 120 dias a contar de 1º de julho de 2016.

Parágrafo único- A vaga da Vereadora será preenchida pelo Suplente imediatamente habilitado pertencente a coligação da Vereadora licenciada.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim – SC, 28 de junho de 2016; Osmar José Simon-Presidente; Registra-se e publica-se em 28 de junho de 2016; Edson Luiz Bogoni-Agente Legislativo.

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 28 DE JUNHO DE 2016/CMV

Dispõe sobre as regras a serem observadas pelos agentes públicos da Câmara Municipal, diante das eleições de 2016, para prefeito, vice-prefeito e vereador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPUMIRIM-SC, no exercício das legais atribuições que lhe confere o art. 44 do seu Regimento Interno, bem como da competência que lhe confere o § 3º do art. 37 da Lei Federal no 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CONSIDERANDO a realização das eleições para prefeito, vice-prefeito e vereadores, a ser realizada em 2016; CONSIDERANDO o dever democrático de imparcialidade institucional e de não permitir, por suas ações e pela ação de seus agentes públicos, a desigualdade de oportunidade entre as candidaturas; CONSIDERANDO a legislação eleitoral, as resoluções do Tribunal Superior Eleitoral e a jurisprudência eleitoral e a necessidade de regulamentação das condutas vedadas da instituição e de seus agentes públicos;

RESOLVE:

Art. 1º Esta Resolução de Mesa define as regras a serem observadas pelos agentes públicos municipais da Câmara Municipal, diante das eleições de 2016, para prefeito, vice-prefeito e vereador.

§ 1º A base de leis para a definição das regras descritas nesta Resolução de Mesa é o Código Eleitoral, a Lei Federal no 9.504, de 30 de setembro de 1997, e as resoluções editadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

§ 2º Considera-se, para fins desta Resolução de Mesa, como agente público da Câmara Municipal:

I – vereador;

II – servidor titular de cargo em comissão;

III – servidor titular de cargo efetivo;

IV – empregado público;

V – estagiário;

VI – prestador de serviço terceirizado.

§ 3º A fiscalização quanto ao atendimento das normas previstas nesta Resolução de Mesa caberá ao Presidente da Câmara.

§ 4º O Presidente da Câmara Municipal responderá por omissão, condução parcial e tendenciosa dos trabalhos institucionais ou por outro ato que possa configurar desequilíbrio entre as candidaturas tanto na eleição para prefeito e vice-prefeito, como na eleição para vereador.

Art. 2º A divulgação de ação institucional da Câmara Municipal e da atuação de seus agentes públicos somente será admitida se tiver caráter educativo, informativo ou de orientação social.

Parágrafo único. Considera-se como ação institucional a decorrente de matéria protocolada e em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 3º São vedadas, aos agentes públicos da Câmara Municipal, as seguintes condutas:

I – fixar, colocar ou distribuir material de campanha eleitoral de qualquer candidatura nos ambientes internos e externos da Câmara Municipal, inclusive janelas, fachadas e estacionamento;

II – realizar reuniões ou receber pessoas nos ambientes da Câmara

Municipal para tratar de assuntos relacionados com campanha eleitoral de qualquer candidatura;

III – ceder ou usar, em benefício de qualquer candidatura ou candidato, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração da Câmara Municipal, ressalvada a realização de convenção partidária;

IV – usar em reuniões de comissão, audiências públicas ou sessões plenárias de qualquer espécie adesivo ou outra forma de identificação de qualquer candidatura ou candidato;

V – usar, em ambiente de trabalho, adesivo ou outra forma de identificação de qualquer candidatura ou candidato;

VI – transportar em veículos oficiais ou locados pela Câmara Municipal material com propaganda eleitoral de qualquer candidatura ou candidato;

VII – usar as redes sociais, o site ou qualquer outro meio de divulgação institucional, inclusive jornais, rádios e demais espaços contratados pela Câmara Municipal, para veicular propaganda eleitoral de qualquer candidatura ou candidato;

VIII – realizar pronunciamentos em sessão plenária, reunião de comissão ou audiência pública que caracterize promoção pessoal ou propaganda eleitoral de qualquer candidatura ou candidato;

IX – ceder servidor da Câmara Municipal para partido político ou coligação;

X – permitir que servidor titular de cargo efetivo, servidor titular de cargo em comissão, empregado, estagiário ou terceirizado da Câmara Municipal realize a campanha eleitoral para qualquer candidatura ou candidato, dentro ou fora do recinto da Câmara Municipal, durante o horário de expediente;

XI – usar o estacionamento da Câmara com veículo adesivado ou que contenha propaganda eleitoral de qualquer candidatura ou candidato;

XII – colocar propaganda eleitoral de qualquer candidatura ou candidato em árvores ou jardins da Câmara Municipal, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, mesmo que não lhes cause dano;

XIII – utilizar informações de qualquer espécie constantes em banco de dados da Câmara Municipal para a divulgação de material com propaganda eleitoral de qualquer candidatura ou candidato, mesmo por meios eletrônicos;

XIV - usar materiais ou serviços, custeados pela Câmara Municipal, que excedam as prerrogativas consignadas em regulamento;

XV - fazer ou permitir o uso promocional, em favor de qualquer candidatura ou candidato, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo poder público;

XVI – guardar, estocar ou acumular material na Câmara Municipal ou em suas dependências referente a campanha eleitoral de qualquer candidatura ou candidato;

XVII - a utilização dos recursos provenientes da quota básica mensal para outro fim que não o de custear materiais e serviços pertinentes à atividade parlamentar institucional do Vereador.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara Municipal, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 1º desta Resolução de Mesa, ao constatar o desatendimento de qualquer dispositivo desta Resolução de Mesa, por qualquer agente público, determinará a imediata cessação da conduta vedada, com a consequente apuração de responsabilidade.

Art. 4º Veda a veiculação, através da TV Câmara e dos serviços de Internet mantidos pela Câmara Municipal, de matéria que tenha como característica:

I – transmissão, ainda que sob a forma de entrevista jornalística, de resultados ou imagens de realização de pesquisa ou qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral;

II – propaganda política;

III – tratamento privilegiado a candidato, partido político ou coligação;

IV – divulgação de filmes ou qualquer outro programa com alusão ou crítica a candidato ou partido político, mesmo que dissimuladamente;

V – divulgação do nome de programa que se refira a candidato

escolhido em convenção, ainda quando preexistente, inclusive se coincidente com o nome de candidato ou com variação nominal por ele adotada.

VI – a partir da respectiva convenção, a transmissão de programa apresentado ou comentado por candidato escolhido em convenção.

§ 1º As restrições deste artigo deverão ser observadas nas transmissões das sessões plenárias, audiências públicas e reuniões de comissão.

§ 2º A observância das restrições estabelecidas será controlada pelas unidades administrativas responsáveis pela divulgação de matéria escrita ou de imagem via Internet ou Televisão.

Art. 5º Subsidiariamente ao disposto nesta Resolução de Mesa, serão aplicadas as demais normas previstas na legislação eleitoral, inclusive quanto ao conceito de propaganda eleitoral, aos prazos de vedação previstos no Calendário Eleitoral definido pelo Tribunal Superior Eleitoral e às restrições na área remuneratória e de pessoal.

Art. 6º Esta Resolução de Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Ipumirim – SC, aos 28 dias do mês de junho de 2016. Osmar José Simon-Presidente; Mauro Antonio Gabardo-Vice Presidente– Licenciado; Gilmar Cavalieri-Secretário; Registra-se e publica-se em 28 de junho de 2016; Adriane Cagol Zanella-Auxiliar Administrativo.

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3006/2016

Decreto nº 3.006/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ESPECIAL POR ANULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas.

Art. 2º - Fica suplementado o montante de R\$ 9.600,00 (Nove Mil e Seiscentos Reais) a dotação:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.042 – Manutenção do Programa de Atenção Integral a Família - PAIF		
3.1.90.00.00.00.00.00.0250 (2)	Aplicações Diretas	R\$ 9.600,00

Art. 3º - Devido suplementação do artigo anterior, fica anulada a dotação:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.042 – Manutenção do Programa de Atenção Integral a Família - PAIF		
3.3.90.00.00.00.00.00.0250 (5)	Aplicações Diretas	R\$ 9.600,00

Art. 4º - Fica suplementado o montante de R\$ 8.500,00 (Oito mil e Quinhentos Reais) a dotação:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.044 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV		
3.1.90.00.00.00.00.00.0250 (35)	Aplicações Diretas	R\$ 8.500,00

Art. 5º - Devido suplementação do artigo anterior, fica anulada a dotação:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.044 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV		
3.3.90.00.00.00.00.00.0250 (13)	Aplicações Diretas	R\$ 8.500,00

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 25 de maio de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3008/2016

Decreto nº 3.008/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ESPECIAL POR EXCESSO E CONTÉM PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar, suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 170.000,00 (Cento e setenta mil reais), conforme discriminação seguinte:

07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA		
1.004 – Atendimento a Programas de Agricultura		
4.4.90.00.00.00.00.00.0256 (73)	Aplicações Diretas	R\$ 170.000,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recurso 256 – Recursos Transferências do Estado.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 27 d maio de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 139/2016

PORTARIA Nº 139/2016.

EXONERA SERVIDOR EFETIVO Á PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

Resolve:

Art. 1.º- EXONERAR a pedido em data de 30/06/2016, o servidor IGOR DANIEL DOS SANTOS, do cargo de Auxiliar Administrativo (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeado através da Portaria nº 257/2010 de 03/08/2010.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30/06/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 21 de Junho de 2016.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

HOSPITAL Bom Jesus**PROCESSO LICITATÓRIO N° 01/2016**

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 01/2016

O hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 04 de agosto de 2016, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por Item de acordo com a Lei n° 10.520/02, visando a aquisição de oxigênio medicinal em metros cúbicos, com entrega parcelada, para uso no Hospital Municipal Bom Jesus. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 12:00 e das 12:30 às 16:30 hrs, sito a Rua Paraná, 168, Centro - -Irineópolis – SC, fone (47) 3625 1122 e no site www.irineopolis.sc.gov.br

MÁRCIA MARIA KERSCHER

Presidente HMBJ

Irineópolis, 23 de junho de 2016.

PROCESSO LICITATÓRIO N° 02/2016

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 02/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2016

O hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 10 de agosto de 2016, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por Item de acordo com a Lei n° 10.520/02, visando a contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de vale alimentação em forma de cartão magnético / eletrônico com ou sem chip de segurança para os funcionários do Hospital Municipal Bom Jesus. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 12:00 e das 12:30 às 16:30 hrs, sito a Rua Paraná, 168, Centro - -Irineópolis – SC, fone (47) 3625 1122 e no site www.irineopolis.sc.gov.br

MÁRCIA MARIA KERSCHER

Presidente HMBJ

Irineópolis, 27 de junho de 2016.

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO – PR Nº 16/2016

EXTRATO DE CONTRATO – PR Nº 16/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016 – OBJETO: aquisição de materiais para implantação de drenagem pluvial, nas Ruas: Willy Semmer (extensão: 346,37m), Antonio Kuhl (extensão: 277,55m), Altevir Ferreira de Araújo (extensão: 201,17m), José da Veiga (extensão: 163,26m), Neri Cordeiro (extensão: 177,11m) e Jorge Furtado de Mello (extensão: 304,49m), Bairro Nova Brasília. CONTRATOS: Nº 50/2016 - ARTEFATOS DE CIMENTO ALTO PARAGUAÇU LTDA – ME, VALOR TOTAL: R\$ 65.454,10, Nº 51/2016 - FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA – EPP, VALOR TOTAL: R\$ 8.901,90, Nº 52/2016 - CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA – EPP, VALOR TOTAL: R\$ 5.685,00: PRAZO: 31/12/2016.

Itaiópolis, 29/06/2016.

José Heraldo Schritke

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO – PR Nº 17/2016

EXTRATO DE CONTRATO – PR Nº 17/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016 – OBJETO: aquisição de materiais para drenagem pluvial e pavimentação com lajotas na Rua Wiegando Weinert CONTRATOS: Nº 53/2016 – CIMENTELLA IND. DE TELAS E ART. DE CONCRETO LTDA, VALOR TOTAL: R\$ 39.603,20, Nº 54/2016 - CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA – EPP, VALOR TOTAL: R\$ 4.953,00, Nº 55/2016 - COMERCIO DE AREIA ACCORDI LTDA – ME, VALOR TOTAL: R\$ 6.142,00, Nº 56/2016 - FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA – EPP, VALOR TOTAL: R\$ 6.290,00, PRAZO: 31/12/2016.

Itaiópolis, 29/06/2016.

José Heraldo Schritke

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO – PR Nº 18/2016

EXTRATO DE CONTRATO – PR Nº 18/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016 – OBJETO: aquisição de materiais para pavimentação nas Ruas Francisco Daudt Loures e Costa Carvalho. CONTRATOS: Nº 58/2016 – CIMENTELLA IND. DE TELAS E ART. DE CONCRETO LTDA, VALOR TOTAL: R\$ 96.532,80, Nº 59/2016 - FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA – EPP, VALOR TOTAL: R\$ 15.910,000, Nº 60/2016 - CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA – EPP, VALOR TOTAL: R\$ 14.429,70, Nº 61/2016 - COMERCIO DE AREIA ACCORDI LTDA – ME, VALOR TOTAL: R\$ 15.022,00, PRAZO: 31/12/2016.

Itaiópolis, 29/06/2016.

José Heraldo Schritke

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO – PR Nº 19/2016

EXTRATO DE CONTRATO – PR Nº 19/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016 – OBJETO: para aquisição de materiais para pavimentação com lajotas, na Rua Henrique Koenig, Bairro Bom Jesus. CONTRATOS: Nº 62/2016 – COMERCIO DE AREIA ACCORDI LTDA – ME, VALOR TOTAL: R\$ 22.942,50, Nº 63/2016 - CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA – EPP, VALOR TOTAL: R\$ 7.412,40, PRAZO: 31/12/2016.

Itaiópolis, 29/06/2016.

José Heraldo Schritke

Prefeito Municipal

Itapema

PREFEITURA

PROCESSO Nº 100 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.068.2016 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES.

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 100 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.068.2016

Objeto: Registro de Preços para aquisição de óleos lubrificantes.

Entrega dos envelopes: Até às 13:00(treze) horas do dia 12(doze) de julho de 2016.

Abertura do Pregão: 12(doze) de julho de 2016, às 13:00(treze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone “serviços – fornecedores – modalidades – pregão – 04.068.2016” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 29 de junho de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Compras, Contratos e Licitações

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 90 DE 29/06/2016

DECRETO 90 DE 29 DE JUNHO DE 2016

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL CLASSIFICATÓRIO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2016

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. MILTON SIMON, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado para conhecimentos dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital de Concurso Público nº 02/2016, o Resultado Classificatório Final (após os recursos), conforme segue:

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO HIDRÁULICA Modalidade A								
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp	Port.	Mat.	Total	Class.
20	335612	Andre Batista Schrippe	10/07/1989	5,60	1,00	1,00	7,60	1º
22	315587	Daniel Soares Welter	02/06/1993	4,55	1,60	0,80	6,95	2º
66	317994	Paulo Roberto Schenkel	25/10/1968	4,20	1,60	1,00	6,80	3º
62	330601	Valdinei Roger Kunz	27/04/1987	4,55	1,20	1,00	6,75	4º
46	336486	Luiz Fernando Schaefer	08/05/1990	4,55	1,20	0,80	6,55	5º
35	316151	Marcelo Sgarabotto	06/01/1995	4,20	1,20	1,00	6,40	6º
25	334497	Daniela Mueller	18/12/1993	4,55	1,00	0,80	6,35	7º
39	321486	Jean Carlos Christ Rohden	20/09/1997	3,85	1,40	1,00	6,25	8º
31	328423	Mauro Cezar Gervasoni	02/11/1969	4,20	1,00	1,00	6,20	9º
12	318437	Douglas Immig	11/03/1992	3,85	1,20	1,00	6,05	10º
60	330957	Roselei Wermuth	29/09/1982	3,85	1,20	0,80	5,85	11º
63	315783	Raquel Paulus	04/01/1985	3,85	1,20	0,80	5,85	12º
10	337484	Gilmar Eidt	06/07/1982	3,50	1,40	0,60	5,50	13º
65	331283	Paulo Roberto Dorneles	10/10/1989	3,50	1,00	1,00	5,50	14º
40	333126	Ivan Roberto Pauli	24/11/1986	3,15	1,20	1,00	5,35	15º
23	329582	Dyonatan Lasie Pereira	12/03/1994	3,50	1,00	0,80	5,30	16º
24	335159	Balduino Bloemer	04/06/1971	3,50	0,80	1,00	5,30	17º
42	326272	Jean Carlos Meurer	21/05/1984	3,85	0,60	0,80	5,25	18º
13	336957	Charles Roden	22/11/1993	3,15	1,00	1,00	5,15	19º
14	330197	Cleocir Lottermann	19/10/1989	3,50	0,80	0,80	5,10	20º
33	332137	Mara Andreia Kern	02/08/1991	3,15	1,00	0,80	4,95	21º
34	326237	Jair Schmidt	17/11/1978	3,50	0,80	0,60	4,90	22º
17	337563	Ederson Luis Kuhn Soehn	01/04/1990	3,50	0,80	0,60	4,90	23º
58	332303	Rogério Lissarassa Bartz	04/08/1970	3,50	0,60	0,80	4,90	24º
32	319526	Liandro Haag	28/03/1980	2,45	1,60	0,80	4,85	25º
38	312398	Jaime Rother	29/06/1976	2,80	1,20	0,80	4,80	26º
61	332784	Paulo Antonio Vollmer	22/02/1986	3,15	0,60	1,00	4,75	27º
59	331583	Tiago Luis Schwab	14/04/1995	3,50	0,60	0,60	4,70	28º
28	330730	Bruno Melz	04/08/1998	2,45	1,20	1,00	4,65	29º
21	312902	Geovan Meurer	28/03/1991	2,80	0,80	1,00	4,60	30º
44	319879	Maikel Miguel Ripplinger	21/11/1992	2,80	0,80	1,00	4,60	31º
64	330455	Tiago Roden	26/02/1992	3,15	1,40	0,00	4,55	32º
16	337984	Genesio Domingos Soares	13/09/1973	2,45	1,20	0,80	4,45	33º
43	332752	Irineu Dobner	15/04/1965	3,15	0,40	0,80	4,35	34º

56	337452	Sergio Berger Schmidt	06/05/1970	2,45	1,00	0,80	4,25	35º
19	334570	Fernando De Souza	13/01/1990	2,80	1,00	0,40	4,20	36º
26	338096	Elise Fath	30/01/1989	2,45	0,80	0,80	4,05	37º
9	312929	Calixto Habacuc Wolfart	30/07/1973	2,80	0,60	0,60	4,00	38º
15	324652	Cristiano Schneider	29/01/1990	2,80	0,40	0,80	4,00	39º

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS) | Modalidade B

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
Não houve nenhum candidato aprovado para este cargo.									

PROFESSOR DE MATEMÁTICA | Modalidade B

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp	Port.	Mat.	Títulos	Total	Class.
72	325826	Lidiane Altenhofen	29/06/1987	5,32	0,80	0,48	0,75	7,35	1º
78	312637	Eduardo Hinterholz	18/06/1980	4,76	0,80	0,64	0,75	6,95	2º
81	312256	Jussara Karal	24/02/1994	5,32	0,80	0,64	0,00	6,76	3º
86	333456	Fabiane Theobald	03/02/1987	4,20	0,64	0,64	0,75	6,23	4º
69	316980	Patricia Mees	22/12/1992	4,48	0,16	0,48	0,75	5,87	5º
89	318140	Monica Alexandra Sartori Rovani	20/02/1974	3,92	0,32	0,48	0,75	5,47	6º
80	324697	Patricia Dill	24/05/1987	4,20	0,48	0,64	0,00	5,32	7º
71	326681	Tatiana Mees	30/06/1989	3,64	0,16	0,64	0,75	5,19	8º
84	313365	Lilian Wecker	18/03/1991	3,92	0,64	0,32	0,00	4,88	9º
87	317371	Eder Weber Alvarenga	02/08/1988	3,64	0,32	0,80	0,00	4,76	10º
74	312574	Francisco Rother	12/08/1996	3,92	0,32	0,32	0,00	4,56	11º
75	337159	Raquel Klein	07/01/1996	3,36	0,64	0,48	0,00	4,48	12º
82	331207	Orli Cesar Da Cruz	11/04/1975	3,36	0,16	0,48	0,00	4,00	13º
79	318195	Andressa Arnemann Caneppele	08/08/1996	3,36	0,00	0,64	0,00	4,00	14º

Art. 3º. Os desempates estão de acordo com o item 7 do edital.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga SC, 29 de junho de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antônio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 91 DE 29/06/2016

DECRETO 91 DE 29 DE JUNHO DE 2016

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL CLASSIFICATÓRIO DO CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 03/2016

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. MILTON SIMON, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado para conhecimentos dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital de Concurso Público para Emprego Público nº 03/2016, o Resultado Final Classificatório (após os recursos), conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – (MICRO ÁREA 10) Modalidade A								
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp	Port.	Mat.	Total	Class.
2	336850	Daniela Fernanda Neckel Paschoali	04/10/1994	4,90	1,20	0,60	6,70	1º
6	322191	Josiane Brizola	15/06/1991	4,20	0,80	0,60	5,60	2º
4	334854	Rosangele Becker	31/08/1978	4,20	0,60	0,80	5,60	3º

1	337469	Karla Lais Borscheid	25/10/1989	3,50	1,00	0,80	5,30	4º
3	337512	Simone Rodrigues Zardo	06/08/1987	3,50	1,00	0,60	5,10	5º
8	318771	Cleide Meier	27/01/1996	3,50	1,00	0,60	5,10	6º
7	326751	Juliana Maria Lourenco Silva	06/12/1985	3,15	1,00	0,20	4,35	7º

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – (MICRO ÁREA 12) | Modalidade A

C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp	Port.	Mat.	Total	Class.
10	320827	Jean Olivio Marques	29/02/1996	4,55	1,60	1,00	7,15	1º
13	320803	Jaqueline De Lima	02/07/1988	5,25	1,40	0,40	7,05	2º
9	331970	Vanessa Kieling	14/02/1991	5,25	1,00	0,80	7,05	3º
20	323803	Jessica Barbon Paul	20/08/1991	4,90	1,00	1,00	6,90	4º
18	317244	Janice Fabiane Boesing	17/03/1992	5,25	0,60	0,80	6,65	5º
16	331190	Asteria Christ Orth	19/08/1982	4,55	1,00	1,00	6,55	6º
14	336552	Franciele Thome	21/01/1998	4,55	1,40	0,60	6,55	7º
11	312780	Raquel Klein	02/01/1991	4,20	0,40	0,80	5,40	8º
19	328644	Monique Bianca Specht	13/12/1995	3,15	1,20	1,00	5,35	9º
15	319694	Fabiana Bogorni Ciepielewski	11/09/1995	3,50	1,00	0,80	5,30	10º
17	337871	Gabriela Philipsen	05/01/1996	2,80	0,80	0,60	4,20	11º

Art. 3º. Os desempates estão de acordo com o item 7 do edital.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga SC, 29 de junho de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antônio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços Nº 108/2016, cujo objeto é a aquisição, de forma parcelada, de equipamentos e materiais de informática, destinados para as diversas secretarias desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 14 de julho de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga – SC., 29 de junho de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA PREGÃO Nº 36/2016

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2016 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao vigésimo nono dia do mês de junho de 2016, a partir das 11:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL, MARIZA APARECIDA FILLA E ROSILDA APARECIDA BOLDORI, nomeados pelo (a) Decreto nº 2722/2016, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 21/2016, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS TIPO (FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES, E LEITE INTEGRAL) PARA UTILIZAÇÃO NO ABRIGO PROVISÓRIO RECANTO FELIZ, SCFV - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricar os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	ARILSON JOSE ALVES
LUCAS VALENTE MACIEL - EPP	CLAUDIO OLAVO TKACHECHEN

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência precedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a(s) empresa(s) demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando pré-classificadas(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresas Pré-classificadas	Itens/Lotes	Valor Total
LUCAS VALENTE MACIEL - EPP	1	R\$ 11.373,50
DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	2	R\$ 29.970,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s)

empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 29 de junho de 2016

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL Membro	MARIZA APARECIDA FILLA Membro
ROSLDA APARECIDA BOLDORI Membro	

Licitantes:

DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP ARILSON JOSE ALVES	LUCAS VALENTE MACIEL - EPP CLAUDIO OLAVO TKACHECHEN
---	--

CMAS - ATA Nº 09-2016

Ata: 009/2016

Reunião: EXTRAORDINÁRIA

Data: 28/06/2016

Horário: 09h00

Local: SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA

Aos vinte e oito dias do mês de junho de 2016, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, situado na Av. das Nações Unidas, número 349, balneário Princesa do Mar, Centro, Itapoá, às 09h20 foi efetuada a contagem dos presentes, havendo quórum, estando presentes os conselheiros Elaine Cristina Alves (Pres.), Lana Rosélia Quadros Bevilaqua (Ent. S/ Fins Lucrativos), Joseane Maria Soares de Lima (SMS), Maristela de Souza Speck (SMAS), Rosana Maria de Lima Brauer (SME), Cristina Bastos Pequeno (SAF), Dante Luiz Puchta - (SMTMAC), Alexandre Ribeiro da Silva - (Trabalhadores) e Yolanda Gambarini da Silva - (Gr. Religiosos). A presidente abre a reunião, informando que a mesma possuirá gravação em áudio, e informando a pauta encaminhada previamente: 1. Plano de Trabalho 2016. Após as devidas explanações realizadas pelo conselheiro Alexandre, DELIBEROU o conselho pela aprovação do Plano de Trabalho 2016. 2. Plano de Trabalho Estado SC. Após as devidas explanações, a plenária DELIBEROU por aprovar por unanimidade o Plano de Trabalho Estado SC. 3. Na continuidade, discutiu-se sobre o Demonstrativo Federal 2015, e após as explicações do técnico, Sr. Alexandre Ribeiro, a plenária DELIBEROU, pela aprovação, de forma unânime dos demonstrativos IGD PBF, IGD SUAS e SERVIÇOS e PROGRAMAS. 4. Outros Assuntos: A Presidente, Sra. Elaine Cristina informou ao

plenário que houve solicitação verbal do Sr. Milton Klinkerfus Filho, na reunião do Conselho do Idoso, de sua desistência da permanência neste e nos demais conselhos em que participa. Requer que a comissão formada para avaliação do Cadastro do Bolsa Família marque uma reunião para que seja realizado relatório dos trabalhos, tendo em vista que a portaria vence no mês de junho. Oficie-se com urgência. 5. A presidente informa que em 29/06/2016 haverá a inauguração da Instituição de Acolhimento Recanto Feliz, às 10h00 ao lado do CRAS, com apresentação cultural das crianças do projeto do SCFV. 6. Que na reunião do dia 06/06/2016, haverá a apresentação do trabalho realizado pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Convidando os conselhos de Educação e Saúde (presidente e membros). Oficie-se. A secretária Alessandra informou que foi liberada a Emenda Parlamentar para a construção da Cozinha para cursos, para até trinta pessoas. A construção somente poderá se iniciar no próximo ano. Informa também que para o próximo ano já se encontra reservada a verba de R\$ 100.000,00 para a aquisição dos móveis planejados da Instituição de Acolhimento. Não havendo mais nada a se tratar, a presidente Elaine Cristina Alves encerrou a assembleia às 11h13. O conselheiro Milton Klinkerfus Filho informou a impossibilidade de comparecimento a presidente do conselho. Assinam a presente os conselheiros abaixo:

Elaine Cristina Alves
Lana Rosélia Quadros Bevilacqua
Joseane Maria Soares de Lima
Maristela de Souza Speck
Cristina Bastos Pequeno
Dante Luiz Puchta
Alexandre Ribeiro da Silva
Yolanda Gambarini da Silva
Rosana Maria de Lima Brauer

CMDCA - ATA 016-2016

Ata: 016/2016

Reunião: Extraordinária

Data: 23/06/2016

Horário: 14h00

Local: Centro de Convivência

Aos vinte e três dias do mês de junho de 2016, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos - SCFV, situado na avenida das Nações Unidas número 349, balneário Princesa do Mar, Centro, Itapoá, às 14h20 foi realizada a contagem dos presentes pela presidente interina do CMDCA. Encontram-se presentes os conselheiros CENITA S. DANI – SME, ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA – SMAS, LEONILDA DA LUZ ROBERTO – PASTORAL, ILZE TEREZINHA KAMINSKI BODDY – SMS, ZILMA GOMES DA SILVA – SMS, ELAINE CRISTINA ALVES – APAE, STEFANY DE LUCAS – ADOLESCENTES, ELISA GONZALEZ CORSO – OAB, YOLANDA GAMBARINI DA SILVA e FLÁVIA JORDANA SANCHES. A presidente interina informou a todos que a reunião possuirá gravação em áudio e relatando a pauta enviada previamente por e-mail, sendo no expediente: Leitura de ofícios: 1. Of. 192/2016 CT – Comunicação de saída de veículo do município; 2.Of. PSI 04/2016 Processo 048/2016 – Comunicação de instauração de processo administrativo e afastamento das sindicadas. A seguir, na pauta deliberativa: 3. Julgamento de recurso apresentado ao Plenário do CMDCA, impetrado pela Sra. Patrícia Maria Carvalho Vieira. Após as devidas explicações, posto em votação, DELIBEROU a plenária por unanimidade pelo indeferimento da inscrição da candidata Patrícia Maria Carvalho Vieira. Em novo ponto, tratou-se do 4. Plano Decenal – Situação conforme reunião ocorrida em 17/06/2016 com a presença dos Srs. Marcos Raksa e Flávia Jordana Sanches, reunião com o Prefeito Municipal e necessidade de criação de comissão intersetorial e acompanhamento da AMUNESC, se a comissão julgar necessário. Que membros desta

comissão deverão ir a Roda de Conversa promovida pela AMUNESC em 28/06/2016. O conselho sugeriu os nomes para a indicação às secretarias. Definiu-se por oficial as secretarias e demais envolvidos. Restaram, os nomes dos Srs. Marcos Raksa, conselheiras Flávia Jordana, Yolanda Gambarini e Cenita S. Dani para participarem da Roda de Conversa na AMUNESC em 28/06/2016 à tarde. Outros Assuntos: 5. Dia 29/06, às 10h00 haverá a inauguração do Abrigo Provisório Recanto Feliz. Todos os conselheiros estão convidados. 6. A conselheira Elaine sugeriu que a Comissão Eleitoral consulte o M.P para eliminar a etapa de eleição, tomando-se a nota de prova como critério de classificação. A Comissão posicionou-se de forma favorável. Não havendo mais nada a ser tratado a presidente interina, Sra. Cenita S. Dani encerrou a reunião às 16h06. Informou-se que a ordinária do mês de junho ocorrerá em 15/07/2016 às 09h00. Assinam a presente abaixo:

CENITA S. DANI
ELISA GONZALEZ CORSO
ELAINE CRISTINA ALVES
YOLANDA GAMBARINI DA SILVA
ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA
SONIA MARIA MIRA FARIAS
STEFANY DE LUCAS
ILZE TEREZINHA K. BODDY
ZILMA GOMES DA SILVA
LEONILDA DA LUZ ROBERTO
FLÁVIA JORDANA SANCHES

CMI - ATA Nº 005/2016

Ata: 005/2016

Reunião: ORDINÁRIA

Horário: 09h00

Local: SCFV

Aos vinte e três dias do mês de junho de 2016, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, situado na Av. das Nações Unidas, balneário Princesa do Mar, Centro, Itapoá, às 09h30 foi efetuada a contagem dos presentes, não havendo quórum, estando presentes os conselheiros Milton Klinkerfus Filho (CECI) mas teve que se ausentar devido a um acidente envolvendo seu funcionário, Elaine Cristina Alves (OAB), Iani Maria Gomes (Céu Azul), Roseli Itner (SAF), MARIA ALZIRA CONEGLIAN VIANNA. Na continuidade, foi lavrada a presente ata, informando que será remarcada a reunião, devido a falta de quorum, devidamente assinada pelos presentes. Encerrada as 09H30 min.

MARIA ALZIRA CONEGLIAN VIANNA
ELAINE CRISTINA ALVES
ROSELI ITNER
ALESSANDRA SILVEIRA
IANI MARIA GOMES

DECRETO MUNICIPAL NO 2828/2016 NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – CMSB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO MUNICIPAL NO 2828/2016

Data: 28 de junho de 2016.

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – CMSB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o artigo 15, da Lei Municipal nº 294/2010, e, considerando C.I. 201/2016/SOSP,

DECRETA

Art. 1 Fica nomeado o Conselho Municipal de Saneamento Básico - CMSB, para o biênio 2016/2017, com a seguinte composição:

I- Representantes do Governo Municipal:

1. Secretaria de Saúde

Mariza Aparecida Filla Titular

Christiane Christine Campana Peres Suplente

2. Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Luciana Hubl Nardo Titular

Valdir Martins Gonçalves Suplente

3. Secretaria de Planejamento

Márcio Roberto Gonzatto Titular

Reinilda Fiorese Suplente

4. Departamento de Vigilância Sanitária

Thales Aimone Titular

Joricilda Borba Ledoux Suplente

5. Departamento de Meio Ambiente

Conrado Schneider Junior Titular

Rodrigo Cechin Suplente

II- Representantes não governamentais, técnicos, prestadoras de serviços e usuários de saneamento básico:

1. Representantes dos prestadores de serviços públicos

Antonio Hercules Neto Titular

André da Silva Souza Suplente

2. Representantes dos usuários de saneamento

Marcos Alceu Mertens Júnior Titular

Paulo Rodolfo Mertens Suplente

3. Representantes de entidades técnicas

João Gabriel Gonzatto Araldi Titular

Bento Janeiro Rodrigues Suplente

4. Representantes de organizações da sociedade civil

José da Silva Tomás Titular

Ricardo Bussinger Carreira Suplente

Luis Fernando da Silva Titular

Carlos Alexandre Silva de Jesus Suplente

5. Representantes pela Defesa do Consumidor:

Janaina Resende Nunes Titular

Ademar Ribas do Valle Filho Suplente

Art. 2 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e Revoga o Decreto Municipal nº 2179/2014.

Itapoá (SC), 28 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2827/2016 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2827/2016

Data: 28 de junho de 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo sexto, inciso quinto da Lei Municipal nº 635/2015 – LOA 2016, de 23 de dezembro de 2015, e considerando CI/DO/61/2016, de 28 de junho de 2016,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação da DR 26.706 – Vigilância em Saúde Epidemiológica Estadual, cuja transferência foi efetuada pelo Fundo Estadual de Saúde, em decorrência da Deliberação 044/CIB/2016, perfazendo o montante de R\$ 32.153,56 (trinta e dois mil cento e cinquenta e três reais e cinquenta e seis centavos),

conforme segue:

Suplementação:

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 Fundo Municipal de Saúde

01003050013.2119 Manutenção da Vigilância Epidemiológica

33390 Aplicações Diretas (491) FR 26706 R\$ 7.153,56

34490 Aplicações Diretas (492) FR 26706 R\$ 25.000,00

Total das Suplementações R\$ 32.153,56

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 28 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1115/2016 - RH

PORTARIA Nº 1115/2016.

De: 03 de junho de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) NEUZI TERESINHA CORDEIRO MACHADO, matrícula 583057, investido (a) na função de AGENTE DE ENDEMIAS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1115/2016 CANCELADA - RH

PORTARIA Nº 1115/2016.

De: 03 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

SILVIO ANTONIO FILLA, matrícula 4120, ocupante do cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, para a referência Nível I - D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 03 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1139/2016 - RH

PORTARIA Nº 1139/2016.

De: 10 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

SILVIO ANTONIO FILLA, matrícula 4120, ocupante do cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, para a referência Nível I - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1140/2016 - RH

PORTARIA Nº 1140/2016.

De: 10 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

DIONÍSIO TESLUK, matrícula 621722, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - B, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 12 de maio de 2013.

Itapoá - SC, 10 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1141/2016 - RH

PORTARIA Nº 1141/2016.

De: 10 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

DIONÍSIO TESLUK, matrícula 621722, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - C, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 12 de maio de 2015.

Itapoá - SC, 10 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1142/2016 - RH

PORTARIA Nº 1142/2016.

De: 10 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

FERNANDA APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS TESLUK, matrícula 621390, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - B, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 20 de agosto de 2013.

Itapoá - SC, 10 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1143/2016 - RH

PORTARIA Nº 1143/2016.

De: 10 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

FERNANDA APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS TESLUK, matrícula 621390, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - C, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 20 de agosto de 2015.

Itapoá - SC, 10 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1144/2016 - RH

PORTARIA Nº 1144/2016.

De: 11 de junho de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) JOSELAINE APARECIDA COIMBRA CARDOSO, matrícula 617210, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1145/2016 - RH

PORTARIA Nº 1145/2016.

De: 13 de junho de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 13 de junho de 2016 à 12 de julho de 2016 (30 dias), ao(a) servidor(a) VANILDA DE SOUZA, matrícula 580252, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1146/2016 - RH

PORTARIA Nº 1146/2016.

De: 13 de junho de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 13 de junho de 2016 à 12 de julho de 2016 (30 dias), ao(a) servidor(a) JANETE LUKASEWICZ DE SOUZA, matrícula 605786, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1147/2016 - RH

PORTARIA Nº 1147/2016.

De: 13 de junho de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 13 de junho de 2016 à 12 de julho de 2016 (30 dias), ao(a) servidor(a) FÁBIO ANTÔNIO DA PAIXÃO, matrícula 623547, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1148/2016 - RH

PORTARIA Nº 1148/2016

De: 13 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 13 de junho de 2016 a 02 de julho de 2016, ao (a) servidor (a) JOACIR BORBA DA SILVA, matrícula 4022, investido (a) no cargo de AGENTE OPERACIONAL, na Secretaria de Assistência Social, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1149/2016 - RH

PORTARIA Nº 1149/2016

De: 13 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 13 de junho de 2016 a 12 de julho de 2016, ao (a) servidor (a) ILVAN LUIZ GELAMO, matrícula 588970, investido (a) no cargo de AGENTE OPERACIONAL, na Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1150/2016 - RH

PORTARIA Nº 1150/2016

De: 13 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 13 de junho de 2016 a 02 de julho de 2016, ao (a) servidor (a) PEDRO SERGIO DE OLIVEIRA, matrícula 622370, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1151/2016 - RH

PORTARIA Nº 1151/2016.

De: 13 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo AGENTE ADMINISTRATIVO I, o (a) servidor (a) PABLO ANGELO ANTUNES, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.290,13.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1152/2016 - RH

PORTARIA Nº 1152/2016.

De: 14 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

THIAGO AVELINO, matrícula 619043, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 14 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1153/2016 - RH

PORTARIA Nº 1153/2016.

De: 14 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

FABÍOLA KASUE TANAKA, matrícula 618799, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 14 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1154/2016 - RH

PORTARIA Nº 1154/2016.

De: 14 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

RICARDO VINICIUS BRAUER, matrícula 618772, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 14 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1155/2016 - RH

PORTARIA Nº 1155/2016.

De: 15 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

JOSÉ LUIZ REIS DE SOUZA, matrícula 3271, ocupante do cargo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS II, para a referência Nível VI - F, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1156/2016 - RH

PORTARIA Nº 1156/2016

De: 15 de junho de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). MARLENE

WESTPHAL, matrícula 1271024, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1157/2016 - RH

PORTARIA Nº 1157/2016.

De: 16 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1º: Fica nomeado (a) para o cargo AGENTE ADMINISTRATIVO I, o (a) servidor (a) MARIANA MARIA WESTPHAL MAFRA, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 1.290,13.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1158/2016 - RH

PORTARIA Nº 1158/2016.

De: 16 de junho de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) TATHIANE REGINA KULIACK CANDIDO, matrícula 1203959, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1159/2016 - RH

PORTARIA Nº 1159/2016

De: 17 de junho de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). MARCELO DA SILVA, matrícula 11629665, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1160/2016 - RH

PORTARIA Nº 1160/2016

De: 17 de junho de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 019/2016 da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). MARCOS ALFREDO CORRÊA, matrícula 625906, na função de PROF. N. H. ACT 40HS, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1161/2016 - RH

PORTARIA Nº 1161/2016.

De: 17 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) DENISE ALVES, matrícula 619540, ocupante do cargo de PROFESSOR I, para a referência Nível I – B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1162/2016 - RH

PORTARIA Nº 1162/2016.

De: 17 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) GRAZIELA DE NOVAIS, matrícula 1211943, ocupante do cargo MOTORISTA, para a referência Nível III – B, por término de estágio probatório, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1163/2016 - RH

PORTARIA Nº 1163/2016.

De: 17 de junho de 2016.

Concede Progressão Vertical por Nova Titulação ao Servidor(a), conforme Lei nº 153/03 Art. 33 Inciso II § 2º e Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 13/2005.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida progressão vertical por nova titulação, ao(a) servidor(a) DENISE ALVES, matrícula 619540, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II – A, conforme Lei Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1164/2016 - RH

PORTARIA Nº 1164/2016.

De: 17 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

DANUBIA AKEMI SAKAI, matrícula 619159, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1165/2016 - RH

PORTARIA Nº 1165/2016.

De: 17 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

ELISETE BUDAL ARINS, matrícula 604011, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1166/2016 - RH

PORTARIA Nº 1166/2016.

De: 17 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

PAMELA TODESCO, matrícula 619353, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - C, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1167/2016 - RH

PORTARIA Nº 1167/2016.

De: 17 de junho de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

SANDRA DEVEGILI, matrícula 619523, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível III - C, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1168/2016 - RH

PORTARIA Nº 1168/2016

De: 18 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 18 de junho de 2016 a 07 de julho de 2016, ao (a) servidor (a) CARLITO JOAQUIM CUSTODIO JUNIOR, matrícula 604640, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE I, no Gabinete do Prefeito, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1169/2016 - RH

PORTARIA Nº 1169/2016

De: 18 de junho de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 18 de junho de 2016 a 17 de julho de 2016, ao (a) servidor (a) PRICILA JUBANSKI GONÇALVES, matrícula 1239759, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1170/2016 - RH

PORTARIA Nº 1170/2016.

De: 20 de junho de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) LIZ MARY HENK, matrícula 605476, investido (a) no cargo de PSICÓLOGO I, na

Secretaria de Saúde – Departamento de Saúde - Centro de Reabilitação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1417/2015 de 18 de junho 2015.

Itapoá, 20 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1171/2016 - RH

PORTARIA Nº 1171/2016.

De: 21 de junho de 2016.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A), A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado (a) a pedido, o (a) servidor (a) IVANILDO FERREIRA DOS SANTOS, matrícula 1282131, ocupante do cargo de MÉDICO 20HS, lotado (a) na Secretaria de Saúde, conforme Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 21 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: CLASSIFICAÇÃO EDITAL Nº 22/2016

Classificação Edital Nº 22/2016

Edital 22/2016 - Português						
Inscrições DEFERIDAS no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para vagas vinculadas para o ano 2016.						
Ordem	Nome	Habilitação	Cursos	Tempo de Serviço na Área	Desempate	Total
1	Andreia Cristina Gelin	Português	69	144		213
2	Camila Bauer Maioli	Português		120		120
3	Tatiane de Miranda	Português		44		44
4	Elen Doris R. de Almeida	Português	4	21		25

Edital 22/2016 - Português						
Inscrições INDEFERIDAS no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para vagas vinculadas para o ano 2016.						
Ordem	Nome	Habilitação	Cursos	Tempo de Serviço na Área	Desempate	Total
1	Erica Regina da Costa	Não Habilitada	0	0		0

Edital 22/2016 – Supervisor Escolar						
Inscrições DEFERIDAS no Processo Seletivo de Profissionais da Educação admitidos em caráter temporário para vagas vinculadas para o ano 2016.						
Ordem	Nome	Habilitação	Cursos	Tempo de Serviço na Área	Desempate	Total
1	Tania Aparecida Haupt		35	269		304
2	Marta do Rosário S. Gutierrez		75	62		138
3	Marilete Caye		15	5		20
4	Gislaine da Silva Muniz		0	0		0

Itapoá, 29 de junho de 2016.
Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ - IPESI

PORTARIA Nº 1051/2016

PORTARIA N.º 1051/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição a servidora MARIA LUCIA ZIMERMANN"

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ - IPESI, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 6º da E.C. 41/2003, combinado com inciso I, artigo 4º e artigo 75 da Lei Complementar Municipal nº 041/2014, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária Por Tempo de Contribuição a servidora Maria Lucia Zimmermann, efetiva no cargo de Servente Escolar Nível "I" Referência "M", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais no valor de R\$ 2.527,90 (dois mil quinhentos e vinte e sete reais e noventa centavos), conforme processo administrativo do IPESI nº 2016.04.01244P, a partir de 02 de maio de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 02 de maio de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 30 de Junho de 2016.
Iara Cristine de Oliveira Hoepfner
Diretora Executiva
Decreto Municipal 2352/2015

Homologo:

Sérgio Ferreira de Aguiar
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1052/2016

PORTARIA N.º 1052/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade a servidora FRANCISCA ROSA COELHO"

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ - IPESI, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 73 da Lei Complementar Municipal 41/2014, artigo 40, § 1º, III, alínea "b" da CF/88, com redação dada pela E.C.41, Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária por implemento por idade a servidora FRANCISCA ROSA COELHO, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Nível "I" Referência "F", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais no valor de no valor de R\$ 705,34 (setecentos e cinco reais e trinta e quatro centavos) e Complemento Constitucional no valor de R\$ 174,66 (Cento e Setenta e quatro reais e sessenta e seis centavos) totalizando o valor do benefício em R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), conforme processo administrativo do IPESI nº 2016.02.01245P, a partir de 02 de maio de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 02 de maio de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 30 de Junho de 2016.
Iara Cristine de Oliveira Hoepfner
Diretora Executiva
Decreto Municipal 2352/2015

Homologo:

Sérgio Ferreira de Aguiar
Prefeito Municipal

Ituporanga

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR N. 062, de 29 de junho de 2016.

LEI COMPLEMENTAR N. 062, de 29 de junho de 2016.

Institui Gratificação de Produtividade Fiscal e dá outras providências.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído Prêmio de Incentivo à Produtividade Fiscal aos servidores ocupantes dos cargos efetivos de Agentes de Fiscalização Tributária da Fazenda Municipal, que estejam em efetiva execução de suas atribuições na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º. São atribuições específicas do Agente de Fiscalização Tributária aquelas constantes na Lei n. 2.189, de 27 de setembro de 2007, dentre elas:

I – Verificação de receita oriunda de tributos municipais junto ao contribuinte ou outras formas;

II – Atendimento e orientação ao contribuinte, relativamente aos assuntos tributários e fiscais;

III – Fiscalização de outras receitas, quando assim determinadas pelas Chefias;

IV – Interdição de estabelecimentos;

V – Plantão Fiscal;

VI – Outras atividades vinculadas às receitas tributárias e/ou Secretaria de Finanças.

Art. 3º. Para apuração da Gratificação e Produtividade Fiscal serão atribuídos pontos a cada procedimento e/ou atividade desenvolvida individualizadamente pelo Agente de Fiscalização Tributária, conforme tabelas constantes do Anexo Único desta Lei.

Art. 4º. A produção mínima correspondente ao desempenho regular das atribuições do cargo, equivalente ao vencimento base dos Agentes de Fiscalização Tributária é de 150 (cento e cinquenta) pontos, computando-se a partir deste limite a produtividade.

Art. 5º. O Prêmio de Incentivo à Produtividade Fiscal, instituído por esta Lei Complementar:

I – tem caráter transitório e é condicionado à efetiva prestação do serviço, Aferimento regular desta e ao preenchimento dos requisitos legais estabelecidos;

II – é fixado em razão da natureza, da responsabilidade e da complexidade das atribuições desempenhadas;

III – é devido em razão da pontuação obtida pelo servidor em aferição mensal no cumprimento das metas de produtividade, na forma do Anexo Único desta Lei;

IV – integra a remuneração para fins de férias e décimo terceiro;

V – não se incorpora ao vencimento ou provento do servidor, nem serão computadas ou acumuladas para efeito de concessão de acréscimos pecuniários ulteriores, conforme determina a Lei Complementar n. 20, de 17 de dezembro de 2008.

§ 1º. O valor fixado para o Prêmio de Incentivo à Produtividade Fiscal de que trata esta Lei Complementar é fixado na seguinte proporção:

I – de 200 a 249 pontos: 10% do vencimento base inicial da categoria;

II – de 250 a 279 pontos: 15% do vencimento base inicial da categoria;

III – de 280 a 299 pontos: 25% do vencimento base inicial da categoria;

IV – acima de 300 pontos: 35% do vencimento base inicial da categoria.

§ 2º. A pontuação será obtida mediante a somatória do total dos pontos realizados pelo servidor dentre aqueles disposto no Anexo Único desta Lei Complementar;

§ 3º. A atribuição de pontos não verídica importará na responsabilização dos servidores que para ela concorrerem, implicando no ressarcimento do valor que tenha contribuído a ser recebido, sem prejuízo das demais responsabilidades civil, criminal e administrativa.

Art. 6º. A aferição da pontuação obtida pelo servidor, para fins de percepção do Prêmio de Incentivo à Produtividade Fiscal, observará a valoração instituída no Anexo Único desta Lei Complementar.

§ 1º. A aferição será feita mensalmente pela chefia imediata e pelo servidor;

§ 2º. O relatório mensal de produção será entregue até as 18:00 horas do dia 25 de cada mês da produção.

Art. 7º. O prêmio de incentivo à produtividade fiscal não será devido ao servidor:

I – em gozo das licenças previstas nos incisos IV, V, VI, VII, VIII, IX e X do art. 140, da Lei Complementar Municipal nº 20, de 17 de dezembro de 2008;

II – em gozo das licenças previstas nos incisos I e III do art. 140, da Lei Complementar Municipal nº 20, de 17 de dezembro de 2008, após os primeiros 30 dias de licença;

III – afastado para servir a outro órgão ou entidade (art. 160, da Lei Complementar Municipal nº 20, de 17 de dezembro de 2008);

IV – afastado para o exercício de mandato eletivo (art. 161, da Lei Complementar Municipal nº 20, de 17 de dezembro de 2008);

V – afastado para Estudo ou Missão no Exterior (art. 162, da Lei Complementar Municipal nº 20, de 17 de dezembro de 2008);

VI – afastado preventivamente para averiguação de falta disciplinar;

VII - suspensão para cumprimento de penalidade disciplinar;

§ 1º. Na hipótese prevista no inciso VI deste artigo, se não comprovada a falta disciplinar, o servidor terá direito ao pagamento do prêmio de produtividade do período em que ficou afastado preventivamente.

§ 2º. Nos casos de licenças ou afastamentos não previstos nos incisos do caput deste artigo, o pagamento do prêmio será devido e calculado pela média aritmética da pontuação obtida pelo servidor nos três últimos meses anteriores a licença.

Art. 8º. Os procedimentos fiscais julgados improcedentes serão desconsiderados para o cálculo da produção fiscal e ensejam a devolução dos valores recebidos no mês subsequente ao da apuração.

Art. 9º. Quando o desempenho da atividade for executada em conjunto, o total de pontos apurados para a atividade é atribuído a cada servidor, mediante divisão em partes iguais.

Art. 10. O Departamento de Fiscalização manterá sempre um Agente de Fiscalização em regime de sobreaviso, para atender situações emergenciais criadas.

Art. 11. A fiscalização do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN para efeito de aquisição de parcelas será considerada:

I – Escrita Contábil, quando o contribuinte recolhe o imposto por movimento ou estimativa, desde que emita notas fiscais de serviços e mantenha escrituração fiscal e contábil;

II – Escrita Fiscal, quando o contribuinte recolhe o imposto por movimento ou estimativa, desde que emita notas fiscais de serviços e mantenha escrituração fiscal;

III – Enquadramento Fiscal, quando o contribuinte recolhe o imposto por estimativa, que não possua escrituração quer fiscal ou contábil.

Art. 12. O Secretário da Fazenda é competente para, em casos excepcionais, abonar parcelas de produção aos Agentes de Fiscalização Tributária, pelas tarefas desenvolvidas, que fujam à tabela de produtividade, anexa a esta Lei Complementar.

Art. 13. O Relatório mensal de produtividade será analisado pelo Secretário da Fazenda, que após ratificá-lo e ou retificá-lo o encaminhará a Departamento de Recursos Humanos para fins de remuneração.

Art. 14. O Agente de Fiscalização Tributária, quando designado para realizar serviços em regime especial, conforme a Tabela B do Anexo Único desta Lei perceberá gratificação de produtividade conforme especificado em cada item.

Art. 15. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotações específicas consignadas no orçamento vigente.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de junho de 2016

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito de Ituporanga

ANEXO ÚNICO

FORMULÁRIO DE AFERIÇÃO – PRODUTIVIDADE FISCAL	
Servidor:	
Matrícula:	
Cargo:	Lotação:
Período:	
Secretário:	Matrícula:

TABELA – A		VALOR PONTOS	PONTOS OBTIDOS
01	Constatação e comprovação de falsidade, fraude ou simulação em nota fiscal e/ou livro contábil	15	
02	Notificação Fiscal de Lançamento por descumprimento de obrigação principal	12	
03	Notificação Fiscal de Lançamento por descumprimento de obrigação acessória	08	
04	Lavratura de termo de apreensão	10	
05	Conferência de cada nota fiscal (física/eletrônica)	03	
06	Elaboração de réplica fiscal administrativa	25	
07	Auditoria Contábil com ou sem lançamento por exercício fiscalizado	25	
08	Auditoria Fiscal com ou sem lançamento por exercício fiscalizado	15	
09	Notificação de lançamento	10	
10	Realização de procedimento de estimativa fiscal	40	
11	Realização de procedimento de arbitramento	15	
12	Elaboração de decisões em processo administrativo-fiscal ou delas participar	40	
13	Elaboração de pareceres em processo de exclusão do Simples Nacional	60	

14	Proceder à orientação do sujeito passivo no tocante à aplicação da legislação tributária, por intermédio de atos normativos e solução de consultas	05	
15	Lavratura de Termo de Vistoria e Verificações "in loco"	08	
16	Lavratura de Intimação	08	
17	Lavratura de Termo de Interdição	25	
18	Lavratura de Auto de Infração	15	
19	Lavratura de Notificação Preliminar	10	
20	Lavrar Termos de Início de Fiscalização, Prorrogação, Encerramentos e congêneres	10	
21	Participação em cursos de educação vinculada ao exercício do trabalho de fiscalização	30	
22	Realização de atendimento a denúncia	15	
23	Ministração de treinamento ou cursos aos demais servidores do Município, contabilidades e contribuintes em geral	20	
24	Elaboração de despachos/parecer/ofícios em processos de baixa, revisão de lançamento e congêneres	12	
25	Emissão de Alvará Especial/Provisório	20	
26	Emissão de Alvará de Funcionamento Anual	10	
27	Fornecimento de Nota Fiscal de Serviço Avulsa	03	
28	Lançamento Tributário	15	
TABELA – B			
01	Plantão Fiscal Externo	50	
02	Plantão Fiscal Mensal	50	
03	Serviços relacionados ao Movimento Econômico	50	
04	Outros Serviços Especiais designados por superior hierárquico	50	

LEI COMPLEMENTAR Nº 061, 29 de junho de 2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 061, 29 de junho de 2016

Cria o Fundo Especial da Procuradoria do Município de Ituporanga, dispõe sobre a distribuição dos honorários advocatícios entre os advogados públicos do Município de Ituporanga e dá outras providências.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Fundo Especial da Procuradoria do Município de Ituporanga, de natureza contábil e financeira autônoma, que movimentará seus recursos através de conta corrente bancária própria.

Art. 2º. O Fundo Especial da Procuradoria do Município de Ituporanga tem por objetivos:

- I - receber, ratear e repassar os honorários advocatícios de sucumbência devidos aos servidores públicos do Município de Ituporanga ocupantes do cargo de provimento efetivo de advogado, no efetivo exercício das funções do cargo na data de seu recebimento;
- II - custear de despesas administrativas do fundo, necessárias à sua manutenção;
- III - custear a aquisição de livros e demais materiais doutrinários, assim como a aquisição ou locação de softwares, desde que relacionados ao exercício da advocacia no interesse do Município;
- IV - custear despesas com o aprimoramento técnico dos advogados e do Procurador Geral do Município na participação de eventos jurídicos, desde que demonstrado o interesse público.

Art. 3º. São receitas do Fundo Especial da Procuradoria do Município de Ituporanga:

- I - os valores recebidos, a título de honorários advocatícios, nos feitos em que o Município seja parte, fixados por arbitramento, por acordo ou por sucumbência, nos termos do artigo 85, § 19 da Lei Federal 13.105/2015 (Código de Processo Civil);
- II - levantamento de alvarás judiciais referentes a honorários advocatícios em processos que o Município seja parte, nos termos do artigo 85, § 19 da Lei Federal 13.105/2015 (Código de Processo Civil);
- III - os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras dos recursos do Fundo Especial da Procuradoria do Município de Ituporanga.

§1º. As receitas do Fundo Especial da Procuradoria do Município de Ituporanga não poderão ser revertidas, a qualquer título, ao Tesouro Municipal, mesmo após findo o exercício financeiro.

§2º. Fica autorizada a aplicação financeira dos recursos do Fundo Especial da Procuradoria do Município de Ituporanga, de acordo com disponibilidade.

§3º. O orçamento do Fundo Especial da Procuradoria do Município de Ituporanga integrará o orçamento do Município, em obediência ao princípio da unidade.

§4º. Ficam os recursos do Fundo Especial da Procuradoria do Município de Ituporanga vinculados as finalidades específicas previstas no art. 2º desta Lei, devendo ser utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Art. 4º. O Fundo Especial da Procuradoria do Município de Ituporanga fica vinculado à Procuradoria Geral do Município e sua gestão será feita pelo Procurador Geral.

§ 1º. São atribuições do Procurador Geral como gestor do Fundo Especial da Procuradoria do Município de Ituporanga:

I - realizar o rateio das receitas do Fundo aos advogados de que trata o art. 2º desta Lei;

II - coordenar a preparação das demonstrações de receitas e despesas a serem encaminhadas à Secretária Municipal da Fazenda;

III - manter os controles necessários à execução orçamentário-financeira do Fundo, referentes a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;

§ 2º. As movimentações financeiras do Fundo junto às instituições financeiras serão assinadas pelo gestor do Fundo e pelo Secretário da Fazenda do Município de Ituporanga.

Art. 5º. As receitas do Fundo Especial da Procuradoria do Município de Ituporanga serão partilhadas mensalmente, em partes iguais, entre os advogados municipais referidos no art. 2º desta Lei, devendo a verba ser incluída da folha de pagamento do mês subsequente ao do seu recebimento pelo Fundo Municipal.

§ 1º. O pagamento mensal dos honorários advocatícios devidos aos advogados municipais fica limitado à diferença de valor que se apurar entre o vencimento base inicial do cargo de advogado e o vencimento do cargo de Procurador Geral do Município de Ituporanga.

§ 2º. O saldo remanescente dos honorários advocatícios será mantido na conta bancária vinculada ao Fundo Especial da Procuradoria do Município de Ituporanga e creditado em favor dos advogados públicos nos meses subsequentes, observado o teto fixado no § 1º deste artigo, podendo ainda ser aplicado para os fins previstos nos incisos II, III e IV do art. 2º desta Lei.

Art. 6º. Será excluído automaticamente do rateio das receitas do Fundo o advogado:

I - em gozo das licenças previstas nos incisos IV, V, VI, VII, VII, IX e X do art. 140, da Lei Complementar Municipal nº 20, de 17 de dezembro de 2008;

II - em gozo das licenças previstas nos incisos I e III do art. 140, da Lei Complementar Municipal nº 20, de 17 de dezembro de 2008, após os primeiros 30 dias de licença;

III - afastado para servir a outro órgão ou entidade (art. 160, da Lei Complementar Municipal nº 20, de 17 de dezembro de 2008);

IV - afastado para o exercício de mandato eletivo (art. 161, da Lei Complementar Municipal nº 20, de 17 de dezembro de 2008);

V - afastado para Estudo ou Missão no Exterior (art. 162, da Lei Complementar Municipal nº 20, de 17 de dezembro de 2008);

VI - afastado preventivamente para averiguação de falta disciplinar;

VII - suspenso para cumprimento de penalidade disciplinar;

§ 1º. Na hipótese prevista no inciso VI deste artigo, se não comprovada a falta disciplinar, o servidor público terá direito aos honorários do período em que ficou afastado preventivamente.

§ 2º. A reinclusão do servidor público no rateio, após os afastamentos previstos nesta Lei, dará direito ao recebimento de honorários proporcionalmente aos dias de efetivo exercício das suas funções.

§ 3º. Ocorrendo faltas, o servidor público terá direito ao recebimento das receitas do Fundo Especial da Procuradoria do Município de Ituporanga proporcionalmente aos dias de efetivo exercício das suas funções.

§ 4º. A demissão, exoneração ou falecimento do advogado público faz cessar o direito ao recebimento dos honorários advocatícios, não assistindo a este nem aos seus sucessores, nenhum direito sobre eventuais honorários pendentes, percebidos ou percipiendos ou ao saldo depositado no Fundo Especial da Procuradoria do Município de Ituporanga, salvo o pagamento dos honorários proporcionais, relativos ao mês do desligamento e observando-se o teto referido no § 1º do art. 5º desta Lei.

Art. 7º. Os valores decorrentes do rateio das receitas do Fundo Especial da Procuradoria do Município de Ituporanga não constituem encargos do Tesouro Municipal, não são base de cálculo para qualquer vantagem e não se incorporam aos vencimentos dos servidores públicos para qualquer fim.

Art. 8º. Os casos omissos serão regulamentados por Decreto.

Art. 9º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de junho de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito de Ituporanga

LEI Nº 2.658, de 29 de junho de 2016.

LEI Nº 2.658, de 29 de junho de 2016.

Fixa o subsídio dos Vereadores para a legislatura 2017/2020.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O subsídio mensal dos vereadores para a legislatura 2017/2020 é fixado em R\$ 4.728,64 (quatro mil setecentos e vinte e oito reais e sessenta e quatro centavos).

§ 1º. O subsídio mensal do Presidente da Câmara para a legislatura 2017/2020 é fixado em R\$ 7.092,96 (sete mil e noventa e dois reais e noventa e seis centavos).

§ 2º. O subsídio de cada sessão corresponde ao produto da divisão do valor fixado no caput pelo número de sessões mensais.

§ 3º. O Vice-Presidente que, na forma regimental, assumir a Presidência nos impedimentos ou ausência do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento do subsídio previsto no § 1º deste artigo, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 2º. A ausência de vereadores na ordem do dia de sessão plenária ordinária ou extraordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio no valor proporcional ao número total de sessões plenárias ordinárias e extraordinárias realizadas no mês.

§ 1º. As reuniões extraordinárias, solenes e especiais não serão remuneradas.

§ 2º. Considera-se como justificativa legal, para efeitos deste artigo, a aprovação, em plenário, dos motivos apresentados para a ausência, sob a forma de requerimento.

Art. 3º. A partir de 1º de janeiro de 2018, os valores fixados nesta lei podem ser corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões gerais anuais concedidas aos servidores públicos do Poder Legislativo municipal, limitados sempre à variação do INPC-IBGE ocorrida a partir de 1º de janeiro de 2017.

Parágrafo único. Havendo reajuste com percentuais diferenciados, será utilizado o menor.

Art. 4º. É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 101/2000, ficando desde já o Presidente da Câmara autorizado a fazer as devidas reduções.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na respectiva Lei Orçamentária.

Art. 6º. Revoga-se a Lei Municipal nº 2.406, de 20 de junho de 2012.

Art. 7º. Está Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de junho de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito de Ituporanga

LEI Nº 2.659, de 29 de junho de 2016.

LEI Nº 2.659, de 29 de junho de 2016.

Fixa o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para a legislatura 2017/2020.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Os subsídios mensais dos Agentes Políticos para a legislatura 2017/2020 ficam assim fixados:

I - Prefeito: R\$ 17.578,87 (dezessete mil quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos);

II - Vice-Prefeito: R\$ 6.389,54 (seis mil trezentos e oitenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos);

III - Secretários Municipais: R\$ 6.130,18 (seis mil cento e trinta reais e dezoito centavos).

Art. 2º. O Prefeito e os Secretários Municipais fazem jus a trinta dias de férias a cada 12 (doze) meses de exercício, vedada a acumulação.

Parágrafo único. Aplicam-se ao Prefeito e Secretários Municipais, no que couber, as normas relativas às férias dos servidores públicos municipais, sendo vedado converter em abono pecuniário o período de férias não gozado.

Art. 3º. O Vice-Prefeito que, na forma legal, assumir a chefia do Executivo Municipal, nos impedimentos ou ausência do Prefeito, fará jus ao recebimento do subsídio previsto no art. 1º, inciso I, desta Lei, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 4º. A partir de 1º de janeiro de 2018, os valores fixados nesta lei podem ser corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões gerais anuais concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre à variação do INPC-IBGE ocorrida a partir de 1º de janeiro de 2017.

Parágrafo único. Havendo reajuste com percentuais diferenciados, será utilizado o menor.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações próprias consignadas na respectiva Lei Orçamentária Anual.

Art. 6º. Revoga-se a Lei Municipal nº 2.407, de 20 de junho de 2012.

Art. 7º. Está Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de junho de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito de Ituporanga

LEI Nº 2.660, de 29 de junho de 2016.

LEI Nº 2.660, de 29 de junho de 2016.

Dispõe sobre criação cargos no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Ituporanga com a alteração da Lei nº 2.141, de 16 de outubro de 2006.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O parágrafo único, do artigo 3º da Lei nº 2.141, de 16 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescido do inciso IV, com a seguinte alteração:

Art. 3º.

Parágrafo único.

VI - Diretoria Financeira e Orçamentária;

..... (NR).

Art. 2º. Os artigos 4º e 5º da Lei nº 2.141, de 16 de outubro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. A Diretoria Geral é o órgão de direção vinculado diretamente à Mesa Diretora, que tem por finalidade planejar, coordenar, organizar e supervisionar a execução dos serviços administrativos, de assessorias e de apoio parlamentar da Câmara Municipal, de acordo com as deliberações da Mesa Diretora, com as seguintes funções precípuas:

I – promover as atividades de apoio administrativo da Câmara Municipal, promovendo a execução dos serviços de gestão de pessoas, de administração de materiais, de gestão de contratos, de supervisão de autorização de empenho, de processamento de dados e uso de tecnologia da informação, bem como de todos os serviços auxiliares necessários ao funcionamento da Câmara Municipal;

II – controlar a frequência dos servidores;

III - coordenar os serviços de atendimento externo ao público;

IV - zelar pelo patrimônio da Câmara Municipal;

V – organizar e manter atualizado o inventário patrimonial dos bens da Câmara;

VI - administrar, coordenar e fiscalizar o uso do Plenário da Câmara por outras entidades, observando as regras definidas para esse tipo de cessão.

Art. 5º. A Diretoria Administrativa é o órgão de direção vinculado diretamente à Mesa Diretora, que tem por finalidade planejar, orientar, e controlar as seguintes atividades administrativas da Câmara Municipal:

I - registrar e controlar os serviços de protocolo da Câmara;

II - administrar e supervisionar o serviço de correspondências da Câmara;

III - organizar e supervisionar o arquivo de documentos da Câmara, articuladamente com os demais departamentos da Câmara;

IV - organizar e supervisionar o arquivamento da correspondência oficial da Câmara, das proposições legislativas, dos atos da Mesa Diretora, dos atos das comissões permanentes e especiais;

V - coordenar as atividades de serviços gerais da Câmara;

VI - administrar e controlar o almoxarifado da Câmara;

VII - autorizar a compra e controlar o estoque dos materiais de consumo da Câmara, tais como materiais de limpeza, gêneros alimentícios, materiais de expediente, suprimentos e informática, dentre outros;

VIII - solicitar ao Presidente da Câmara a abertura e instauração de processos licitatórios, dispensas ou inexigibilidades de licitação, destinados à aquisição de materiais de consumo, materiais de uso permanente, equipamentos, móveis e para as contratações de obras ou serviços.

IX - supervisionar e controlar a utilização do veículo oficial da Câmara.

Art. 3º. A Lei nº 2.141, de 16 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescida do artigo 6º-A, com a seguinte alteração:

Art. 6º-A. A Diretoria Financeira e Orçamentária é órgão de direção vinculado diretamente à Mesa Diretora, que tem por finalidade planejar, orientar, e controlar as atividades relacionadas ao processo orçamentário da Câmara Municipal, de contabilidade e gestão de tesouraria, com as seguintes funções precípuas:

I - executar as atividades de elaboração orçamentária da Câmara Municipal, bem como acompanhamento e controle de sua execução;

II - preparar anualmente o orçamento da Câmara e enviá-lo ao Poder Executivo para fins de inclusão no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual e, quando for o caso, para dar suporte ao projeto de lei do Plano Plurianual;

III - proceder aos registros contábeis atinentes ao Poder Legislativo;

IV – executar o pagamento, recebimento e demais atividades relativas à movimentação de recursos do Poder Legislativo;

V – elaborar a prestação de contas do Poder Legislativo;

VI – fazer processar as despesas do Poder Legislativo, devidamente autorizadas pelo Presidente da Mesa Diretora;

VII – assessorar a Mesa Diretora da Câmara quanto à execução orçamentária da Câmara;

VIII - prestar suporte técnico especializado em orçamento e contabilidade pública para assessorar os Vereadores e a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara na análise dos projetos de lei do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual e dos projetos que visam alterar essas leis ou que dispõem sobre a abertura de créditos adicionais;

IX - prestar suporte técnico especializado em orçamento e contabilidade pública para assessorar os Vereadores e a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara na análise da adequação orçamentária dos projetos de lei, resoluções e decretos legislativos em tramitação na Câmara;

X - prestar suporte técnico especializado em orçamento e contabilidade pública para assessorar os Vereadores e a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara na fiscalização da execução orçamentária do Poder Executivo;

XI - prestar suporte técnico especializado em orçamento e contabilidade pública para assessorar os Vereadores e a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara nos processos de julgamentos das contas anuais do Prefeito;

XII - gerenciar e administrar os contratos firmados pela Câmara, controlando os prazos de vigência, a necessidade de renovação ou nova contratação;

XIII – organizar, coordenar e fiscalizar os pagamentos realizados pela Câmara;
 XIV – organizar, coordenar, prestar suporte e orientar a Comissão de Licitação da Câmara, e fiscalizar os seus atos;
 XV - formalizar e executar os processos de licitações, dispensas ou inexigibilidades, na forma e condições estabelecidas na legislação federal específica;
 XVI - promover o cadastro geral de fornecedores e mantê-lo atualizado;
 XVII - atestar os requisitos legais à condição de fornecedor;
 XVIII - formalizar todos os contratos administrativos decorrentes de licitações para obras, serviços, publicidade, compras, alienações e locações, respeitada a modalidade licitatória cabível em cada caso e situação, tempestivamente;
 XIX - formalizar, quando for o caso, os processos de aquisições ou contratações de serviços, cujos valores estejam aquém do limite estabelecido em lei;
 XX - desincumbir-se de outras tarefas necessárias pertinentes ao regular curso dos processos licitatórios, inclusive quanto às publicações, aos recursos administrativos, às adjudicações e homologações, e aquisição de materiais ou serviços.

Art. 4º. Fica criado, no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Ituporanga, o cargo de provimento em comissão de “Diretor Administrativo”, classificado no grupo profissional de Direção e Assessoramento Intermediário, código CM/DAI, com 01 (uma) vaga, jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento inicial enquadrado no nível “XII”, referência “8” da Tabela de Vencimentos, o qual passa a integrar o Anexo V da Lei nº 2.141, de 16 de outubro de 2006.

Parágrafo único. As atribuições, requisitos para provimento e condições de trabalho do cargo de “Diretor Administrativo”, estão definidas no Anexo II desta Lei, o qual passa a integrar a Lei nº 2.141, de 16 de outubro de 2006, constituindo-se no seu Anexo XX.

Art. 5º. Ficam criados, no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Ituporanga, os cargos de provimento em comissão de “Diretor Financeiro e Orçamentário” e de “Assessor Jurídico da Mesa Diretora”, classificados no grupo profissional de Direção e Assessoramento Superior, código CM/DAI, com número de vagas, jornada de trabalho e vencimentos definidos no Anexo I desta Lei, o qual passa a integrar a Lei nº 2.141, de 16 de outubro de 2006, constituindo-se no seu Anexo XXIII.

Parágrafo único. As atribuições, requisitos para provimento e condições de trabalho dos cargos de “Diretor Financeiro e Orçamentário” e de “Assessor Jurídico da Mesa Diretora”, estão definidas, respectivamente, nos Anexos III e IV desta Lei, os quais passam a integrar a Lei nº 2.141, de 16 de outubro de 2006, constituindo-se nos seus Anexos XXI e XXII.

Art. 6º. Fica alterado o Anexo XVIII da Lei nº 2.141, de 16 de outubro de 2006, para constar que os requisitos para provimento do cargo em comissão de “Assessor Parlamentar” passam a ser:

- I - Escolaridade mínima: Ensino Médio completo; e
- II - Idade mínima de 18 anos.

Art. 7º. O Anexo I da Lei nº 2.141, de 16 de outubro de 2006, que constitui o organograma da Câmara Municipal de Ituporanga, passa a vigorar com a redação dada pelo Anexo V desta Lei.

Art. 8º. Revoga-se a alínea “c”, do inciso II, do art. 20, da Lei nº 2.141, de 16 de outubro de 2006.

Art. 9º. Revoga-se o inciso II do art. 28, da Lei nº 2.141, de 16 de outubro de 2006.

Art. 10. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correm por conta de dotações orçamentárias da Câmara Municipal de Ituporanga, já consignadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 11. Os artigos 6º e 8º desta Lei entram em vigor no dia 1º de janeiro de 2017.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de junho de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito de Ituporanga

ANEXO I

ANEXO XXIII da Lei nº 2.141, de 16 de outubro de 2006.

CARGOS EM COMISSÃO

GRUPO: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

CÓDIGO: CM/DAS

Quantidade Vagas	Cargo	Carga Horária	Código	Nível/Referencia
1	Diretor Financeiro e Orçamentário	20 h.	CM/DAS-1	XIII / 7
1	Assessor Jurídico da Mesa Diretora	20 h.	CM/DAS-2	XIII / 16

ANEXO II

ANEXO XX da Lei nº 2.141, de 16 de outubro de 2006.

DESCRIÇÃO DE CARGO
GRUPO PROFISSIONAL: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO
CÓDIGO: CE/DAI-4
CARGO: DIRETOR ADMINISTRATIVO – CARGO EM COMISSÃO
NÍVEL: XII REFERÊNCIA: 08
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas
ATRIBUIÇÕES: <ul style="list-style-type: none">- Chefiar, controlar e fiscalizar a Diretoria Administrativa;- Registrar e controlar os serviços de protocolo da Câmara;- Administrar e supervisionar o serviço de correspondências da Câmara;- Organizar e supervisionar o arquivo de documentos da Câmara, articuladamente com os demais departamentos da Câmara;- Organizar e supervisionar o arquivamento da correspondência oficial da Câmara, das proposições legislativas, dos atos da Mesa Diretora, dos atos das comissões permanentes e especiais;- Coordenar as atividades de serviços gerais da Câmara;- Administrar e controlar o almoxarifado da Câmara;- Autorizar a compra e controlar o estoque dos materiais de consumo da Câmara, tais como materiais de limpeza, gêneros alimentícios, materiais de expediente, suprimentos e informática, dentre outros;- Solicitar ao Presidente da Câmara a abertura e instauração de processos licitatórios, dispensas ou inexigibilidades de licitação, destinados à aquisição de materiais de consumo, materiais de uso permanente, equipamentos, móveis e para as contratações de obras ou serviços.- Supervisionar e controlar a utilização do veículo oficial da Câmara.- Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Presidente ou superior hierárquico;- Dirigir o veículo oficial da Câmara quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse da Câmara Municipal;- Executar outras atividades correlatas por determinação superior.
REQUISITOS PARA PROVIMENTO: <ul style="list-style-type: none">- Escolaridade mínima: Ensino Médio completo;- Idade mínima de 18 anos.
CONDIÇÕES DE TRABALHO: Carga Horária: 40 horas semanais sujeitas à compensação na jornada de trabalho. Outras: Sujeito a eventuais viagens a serviço ou para treinamento.

ANEXO III

ANEXO XXI da Lei nº 2.141, de 16 de outubro de 2006.

DESCRIÇÃO DE CARGO
GRUPO PROFISSIONAL: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR
CÓDIGO: CE/DAS-1
CARGO: DIRETOR FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO – CARGO EM COMISSÃO
NÍVEL: XIII REFERÊNCIA: 07
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 20 horas

ATRIBUIÇÕES:

- Chefiar, dirigir e coordenar o Departamento Financeiro e Orçamentário da Câmara;
- Planejar, coordenar as atividades relacionadas ao processo orçamentário, à contabilidade e à gestão dos serviços de tesouraria;
- Executar as atividades de elaboração orçamentária da Câmara Municipal, bem como acompanhamento e controle de sua execução;
- Zelar pela correta execução orçamentária da Câmara;
- Preparar anualmente o orçamento da Câmara e enviá-lo ao Poder Executivo para fins de inclusão no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual e, quando for o caso, para dar suporte ao projeto de lei do Plano Plurianual;
- Assessorar a Mesa Diretora da Câmara quanto à execução orçamentária da Câmara;
- Prestar suporte técnico especializado em orçamento e contabilidade pública para assessorar os Vereadores e a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara na análise dos projetos de lei do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual e dos projetos que visam alterar essas leis ou que dispõem sobre a abertura de créditos adicionais;
- Prestar suporte técnico especializado em orçamento e contabilidade pública para assessorar os Vereadores e a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara na análise da adequação orçamentária dos projetos de lei, resoluções e decretos legislativos em tramitação na Câmara;
- Prestar suporte técnico especializado em orçamento e contabilidade pública para assessorar os Vereadores e a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara na fiscalização da execução orçamentária do Poder Executivo;
- Prestar suporte técnico especializado em orçamento e contabilidade pública para assessorar os Vereadores e a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara nos processos de julgamentos das contas anuais do Prefeito;
- Gerenciar e administrar os contratos firmados pela Câmara, controlando os prazos de vigência, a necessidade de renovação ou nova contratação;
- Organizar, coordenar e fiscalizar os pagamentos realizados pela Câmara;
- Organizar, coordenar, prestar suporte e orientar a Comissão de Licitação da Câmara, e fiscalizar os seus atos;
- Formalizar e executar os processos de licitações, dispensas ou inexigibilidades, na forma e condições estabelecidas na legislação federal específica;
- Promover o cadastro geral de fornecedores e mantê-lo atualizado;
- Atestar os requisitos legais à condição de fornecedor;
- Formalizar todos os contratos administrativos decorrentes de licitações para obras, serviços, publicidade, compras, alienações e locações, respeitada a modalidade licitatória cabível em cada caso e situação, tempestivamente;
- Formalizar, quando for o caso, os processos de aquisições ou contratações de serviços, cujos valores estejam aquém do limite estabelecido em lei;
- Desincumbir-se de outras tarefas necessárias pertinentes ao regular curso dos processos licitatórios, inclusive quanto às publicações, aos recursos administrativos, às adjudicações e homologações, e aquisição de materiais ou serviços.
- Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Presidente ou superior hierárquico;
- Dirigir o veículo oficial da Câmara quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse da Câmara Municipal;
- Executar outras atividades correlatas por determinação superior.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

- Possuir diploma de nível superior com formação em Ciências Contábeis;
- Registro profissional no Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina – CRC/SC;
- Idade mínima de 18 anos.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Carga Horária: 20 horas semanais sujeitas à compensação na jornada de trabalho.

Outras: Sujeito a eventuais viagens a serviço ou para treinamento.

ANEXO IV

ANEXO XXII da Lei nº 2.141, de 16 de outubro de 2006.

DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

CÓDIGO: CE/DAS-2

CARGO: ASSESSOR JURÍDICO DA MESA DIRETORA – CARGO EM COMISSÃO

NÍVEL: XIII REFERÊNCIA: 16

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 20 horas

ATRIBUIÇÕES:

- Assessorar a Presidência e a Mesa Diretora nos assuntos jurídicos da Câmara;
- Elaborar minutas de Projetos de Leis e de outros atos normativos de competência da Mesa Diretora da Câmara;
- Emitir pareceres regimentais e responder às consultas formuladas pela Mesa Diretora e pela Presidência da Câmara;
- Prestar assessoramento jurídico à Mesa Diretora nas reuniões de Plenário;
- Promover o assessoramento em matéria regimental na organização dos trabalhos legislativos;
- Prestar assessoramento jurídico à Mesa Diretora e ao seu Presidente nas respostas às Questões de Ordem que lhes forem formuladas;
- Proceder ao exame, sob o aspecto técnico-legislativo, das proposições e elaborar instruções técnicas, sob o aspecto formal, dos processos legislativos;
- Prestar assessoramento de natureza técnica-legislativa à Mesa Diretora na condução dos trabalhos legislativos e, em especial, ao Presidente na direção das reuniões de Plenário;
- Emitir pareceres sobre consultas formuladas pela Mesa Diretora e pelo Presidente sob o aspecto jurídico e legal;
- Executar outras tarefas correlatas, quando solicitadas pelo Presidente da Câmara.
- Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Presidente ou superior hierárquico;
- Dirigir o veículo oficial da Câmara quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse da Câmara Municipal;
- Executar outras atividades correlatas por determinação superior.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

- Possuir diploma de nível superior com formação em Direito;
- Registro profissional da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de Santa Catarina - OAB/SC;
- Idade mínima de 18 anos.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Carga Horária: 20 horas semanais sujeitas à compensação na jornada de trabalho.

Outras: Sujeito a eventuais viagens a serviço ou para treinamento.

ANEXO V

ANEXO I da Lei nº 2.141, de 16 de outubro de 2006.

ORGANOGRAMA

Jacinto Machado

PREFEITURA

EDITAL N° 007/2016 DE NOMEAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

EDITAL N° 007/2016 DE NOMEAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, torna público, que CONVOCA para Nomeação e posse no Serviço Público Municipal, os aprovados em Concurso Público nº 001/2014, conforme classificação, para comparecer à Secretária Municipal de Administração, Departamento Pessoal, para efetivar a nomeação e posse. A contar da presente data passam a valer os prazos previstos na Lei n. 245/2000. Solicitamos o comparecimento antecipado do candidato no Departamento Pessoal para regulamentação do Ato. Os abaixo convocados, tornam-se ciente dos prazos acima citados.

ANEXO I DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

Técnico de Enfermagem Ensino Médio Completo			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
482	32556	10º Tereza Sebastiao Pedro Evangelista	27/10/1967

Gabinete do Prefeito Municipal de Jacinto Machado (SC), em 29 de junho de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado a presente Homologação nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA COMDIM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER
LEI MUNICIPAL 3.724/2004

ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA COMDIM

Nº de Ata: 04/2016

Data: 25/05/2016

Local: PMJS

Presidente: Ana Elisa Moretti Pavanello

Secretária: Cenise Maria de Oliveira Motta

ENTIDADE	CONSELHEIRO	PRESENÇA	ASSINATURA
CIJS – Núcleo da Mulher Empresária	Regina Angela. V. Perito	Ausente	
	Ana Paola Bruch Ramos	Ausente	
Sindicatos Laborais	Sandra Aparecida da R. Passero	Ausente	
	Franciane Mendes de Aguiar	Ausente	
Associação de Moradores	Vilma Zimmermann	Presente	
	Claudia Elizete Zimmerman	Ausente	
Entidades Defesa Direitos e Cidadania	Marlene Rocha	Ausente	
	Rita de Cássia Curcio Nunes	Ausente	
Instituições de Ensino Superior	Arlene Ehlert de Souza	Ausente	
	Juliana Marangoni	Ausente	
Entidades Religiosas	Ana Elisa Moretti Pavanello	Presente	
	Vivian de F. Borges dos Santos	Ausente	
Profissionais Liberais	Brenda Caroline Fuck Soares	Ausente	
	Luciane Regina Mortari Zequini	Presente	
Cooperativas de Mulheres/Similares	Leonete Langa	Presente	
	Cintia Mara Eggert Uecker	Ausente	
Ent. Atend. à Saúde, em caráter Preventivo e Emergencial	Sabrina Goelzer	Ausente	
	Raquel Regina Ventura	Ausente	
Clubes de Serviços	Roseli Krause Piazeria	Ausente	
	Schirley Adriane Pereira Tambosi	Ausente	
Sec. da Assistência Social, Criança e Adolescente	Cenise Maria de Oliveira Motta	Presente	
	Denise Abelino Niels	Ausente	
	Cleide Xavier	Ausente	
	Fernanda Borbulhan	Ausente	
Chefia de Gabinete	Rosângela Custódio dos Santos	Presente	
	Luciane Janaina Dalpiaz	Ausente	
Secretaria de Saúde	Fabiana Dallagnolo Muller	Presente	
	Alessandra Carla Malschitzky	Ausente	
	Miriam Alves de Carvalho Menel	Ausente	
	Luciana Dreher Hermes	Ausente	
Fundação Cultural	Josemeri de Sousa Coelho	Presente	
	Laci Felippi	Ausente	
Secretaria da Educação	Joana Celia Ropelato	Presente	
	Ana Cristina Silva Pedro	Presente	
Fundação de Esportes FME	Maria da Costa	Ausente	
	Aucionete Aparecida Kiatkowski Salvador	Ausente	
Segurança Pública	Milena de Fátima Rosa	Ausente	
	Renata Hans Apolinário de Souza	Presente	
ACONSEGs	Maria Elena Strapazzon	Ausente	
	Sem representação	-	

A plenária foi conduzida pela presidente deste Conselho, Sra Ana Elisa Moretti Pavanello, que iniciou a reunião colocando para aprovação a pauta desta reunião e a Ata de 25/05/2016, que foram aprovadas por unanimidade. Na sequência, a Senhora Terezinha Fodi apresentou o ofício do Hospital e Maternidade Jaraguá, indicando seu nome em substituição a Sabrina Goelzer, na cadeira representativa deste Conselho. A presidente Ana Elisa iniciou a leitura das correspondências. Correspondências Recebidas: a) Of 018/2016/EM – Assunto: Agradecimento do serviço Espaço Mulher, pela participação do COMDIM no evento "Dia Internacional da Mulher". Correspondência expedidas: a) Of 01/2016/

Comdim – Câmara de Vereadores, vereadora Natália Lucia Petry, solicitando projeto de “Lei Parada Segura” e Moção para iluminação das paradas e abrigos dos transportes coletivos.2- ORDEM DO DIA ASSUNTOS DELIBERATIVOS a) Recomposição das Comissões do Comdim (Comissão de Planejamento, Comissão de Legislação e Normas, Comissão de Ética e Comissão de Políticas Públicas). Todas as comissões foram recompostas, com as seguintes composições: Comissão de Planejamento: conselheiras Rosângela Custódio dos Santos, Ana Elisa Moretti Pavanello, Josemeri de Sousa Coelho e Cenise Maria de Oliveira Motta. Comissão de Legislação e Normas: conselheiras Luciane Regina Mortari Zequini, Cenise Maria de Oliveira Motta, Cleide Aarecida Xavier e Laci Felippi. Comissão de ética: conselheiras Fabiana Dellagnolo Muller, Miriam Alves de Carvalho Menel, Milena de Fátima Rosa e Brenda Caroline Fuck Soares. Comissão de Políticas Públicas: conselheiras Vilma Zimmermann, Ana Elisa Moretti Pavanello, Aucionete Aparecida Kiatkowski Salvador e Josemeri de Sousa Coelho.b) Atualização da lei nº 4.960/2008 – A assessora técnica Caroline explicou que é necessário a revisão e atualização da lei de criação do conselho antes da realização do Fórum, visto que atualmente a composição do conselho, designa cadeiras a órgãos específicos e quando este não possui interesse na vaga, não pode ser substituído, pois a mesma pertence ao órgão a qual está definido na lei. Ficou deliberado que a comissão de legislação e normas se reunirá para fazer esta atualização. c) Fórum de eleição de conselheiros Comdim gestão 2017/2019. Este mandato termina dia 15/08/2017 e após conclusão da atualização da Lei será eleita comissão especial da Sociedade Civil para organizar o fórum de eleição dos novos conselheiros do Comdim, gestão 2017/2019.d) Explanção da presidente Ana Elisa, sobre Plano Nacional de Políticas para Mulheres. Ficou para a próxima plenária. Assuntos Gerais 3 – PALAVRA LIVRE: Conselheira Vilma trouxe o depoimento de um servidor da Casa de Passagem, dizendo que há uma situação de intimidação de uma usuária grávida em relação aos usuários masculinos que fazer uso de tóxicos naquele local. Ficou aprovado que este Conselho formalizará o convite a representante da Semascri/Casa de Passagem para explanar como é a rotina desse serviço. A vice-presidente conselheira Josemeri relatou a experiência de um outro município, na qual ela teve conhecimento, onde um grupo de mães se ajudam mutuamente, com relação a revezamento de cuidados com os filhos, troca de roupas , entre outras situações de solidariedade.

DECRETO Nº 10.932/2016

D E C R E T O Nº 10.932/2016

Altera o Artigo 2º, do Decreto Municipal Nº 10.794/2016, de 05 de Abril de 2016, que Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015,

DECRETA :

Art.1º O artigo 2º, do Decreto Municipal Nº 10.794/2016, de 05/04/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" do Fundo Municipal de Saúde (FMS), proveniente dos recursos vinculados aos Outros Recursos Arrecadados pelo Fundo Saúde, no valor de R\$ 17.000,00 (Dezesseis mil reais); e do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2015, da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados ao Brasil Carinhoso - Apoio às Creches, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).”

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/04/2016.

Jaraguá do Sul, 28 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 10.933/2016

D E C R E T O Nº 10.933/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 230/2016/Semascri, de 28/06/2016, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente;

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais SÉRGIO FELIPE DOS SANTOS, Agente Administrativo, matrícula 8916; EDSON WILLIAN PIOTTO, Agente Administrativo, matrícula 9677-6; e ARIANO JOSÉ TOASSI, Engenheiro, matrícula 9591, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas a esta Prefeitura Municipal, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 63/2016, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de engenharia para 1ª etapa da reforma do prédio do Abrigo Institucional para Crianças e Adolescentes - Unidade Tifa Martins, situado à Rua 1022 - Arthur Breithaupt, bairro Tifa Martins, em Jaraguá do Sul - SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato, que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

DECRETO Nº 10.934/2016

D E C R E T O Nº 10.934/2016

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 63/2016, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de engenharia para 1ª etapa da reforma do prédio do Abrigo Institucional para Crianças e Adolescentes - Unidade Tifa Martins, situado à Rua 1022 - Arthur Breithaupt, bairro Tifa Martins, em Jaraguá do Sul - SC, com fornecimento de materiais e mão de obra;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal DALTON UHLEN-DORF, Engenheiro, matrícula 9561, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 63/2016 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

§3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envia esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

§1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

§2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de

parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

§3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria-Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada,

reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao Controlador-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

DECRETO Nº 10.935/2016

D E C R E T O Nº 10.935/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO o teor da Portaria Nº 002/2016, de 29/06/2016, da Fundação Jaraguense de Meio Ambiente (Fujama);

DECRETA :

Art.1º Fica revogado, em 29/06/2016, o Decreto Municipal Nº 9.087/2013, de 24/01/2013, que dispõe sobre a cedência do servidor público municipal CELESTINO KLINKOSKI para a FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE (Fujama).

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29/06/2016.

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

FUJAMA - PORTARIA Nº 002/2016

PORTARIANº 002/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE - FUJAMA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VIII, do artigo 5º, da Lei Complementar Nº 41/2005, de 28/09/2005,

RESOLVE :

Art. 1º - DISPENSAR CELESTINO KLINKOSKI, matrícula nº 7608-2, do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE TERRAPLENAGEM da Fundação Jaraguense de Meio Ambiente.

Art. 2º - Em consequência, fica revogada a Portaria nº 012/15, de 18 de novembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de julho de 2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2016.

LEOCÁDIO NEVES E SILVA
Presidente

PORTARIA Nº 537/2016

PORTARIANº 537/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no artigo 127, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20 de outubro de 2015; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 20545/2016;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR A LICENÇA, sem remuneração, da servidora pública municipal KARINE CASSOL BUTSKE, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 1º de agosto de 2016, encerrando-se em 31 de julho de 2018.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/08/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 538/2016

PORTARIANº 538/2016 - de 29/06/2016

Instaura Processo Administrativo Geral em Face do CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO DOS MORADORES DO LOTEAMENTO HENRIQUE HEISE - FASE II.

Publicada na forma do artigo 91, §1º, da LOM.

PORTARIA Nº 539/2016

PORTARIANº 539/2016 - de 29/06/2016

Altera o Artigo 1º, da Portaria Nº 108/2016, de 02/03/2016, que Instaurou Processo Administrativo Disciplinar Nº 002/2016, em Face de VALDECIR DE MELO ALVES.

Publicada na forma do artigo 91, §1º, da LOM.

PORTARIA Nº 540/2016

PORTARIANº 540/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na alínea "I", do inciso II, do artigo 1º, c/c artigo 1º, inciso VII, alínea "a", da Lei Complementar Federal Nº 64/1990, de 18 de maio de 1990; no artigo 137, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Jaraguá do Sul), de 03 de novembro de 2014; e na Resolução Nº 23.455, do TSE; e

CONSIDERANDO o requerimento de desincompatibilização constante do Processo PMJS Nº 20468/2016, de 24 de junho de 2016;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER LICENÇA à servidora pública municipal EDILENE MALHEIRO, matrícula 7272, lotada na Secretaria Municipal da Educação, no período de 02/07/2016 a 03/10/2016, para concorrer a cargo eletivo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/07/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 541/2016

PORTARIANº 541/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na alínea "I", do inciso II, do artigo 1º, c/c artigo 1º, inciso VII, alínea "a", da Lei Complementar Federal Nº 64/1990, de 18 de maio de 1990; no artigo 137, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Jaraguá do Sul), de 03 de novembro de 2014; e na Resolução Nº 23.455, do TSE; e

CONSIDERANDO o requerimento de desincompatibilização constante do Processo PMJS Nº 20688/2016, de 27 de junho de 2016;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER LICENÇA à servidora pública municipal IRENE DE FÁTIMA OLIVEIRA, matrícula 3187-9, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, no período de 02/07/2016 a 03/10/2016, para concorrer a cargo eletivo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/07/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 542/2016

PORTARIANº 542/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na alínea "I", do inciso II, do artigo 1º, c/c artigo 1º, inciso VII, alínea "a", da Lei Complementar Federal Nº 64/1990, de 18 de maio de 1990; no artigo 137, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Jaraguá do Sul), de 03 de novembro de 2014; e na Resolução Nº 23.455, do TSE; e

CONSIDERANDO o requerimento de desincompatibilização constante do Processo PMJS Nº 20728/2016, de 28 de junho de 2016;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER LICENÇA ao servidor público municipal LUIZ CARLOS DE SOUZA ORTIZ PRIMO, matrícula 7104, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, no período de 02/07/2016 a 03/10/2016, para concorrer a cargo eletivo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/07/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 543/2016

PORTARIANº 543/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na alínea "I", do inciso II, do artigo 1º, c/c artigo 1º, inciso VII, alínea "a", da Lei Complementar Federal Nº 64/1990, de 18 de maio de 1990; no artigo 137, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Jaraguá do Sul), de 03 de novembro de 2014; e na Resolução Nº 23.455, do TSE; e

CONSIDERANDO o requerimento de desincompatibilização constante do Processo PMJS Nº 20860/2016, de 28 de junho de 2016;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER LICENÇA ao servidor público municipal CARLOS FERNANDO PISKE, matrícula 8005-5, lotado na Secretaria Municipal do Urbanismo, no período de 02/07/2016 a 03/10/2016, para concorrer a cargo eletivo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/07/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 544/2016

PORTARIANº 544/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na alínea "I", do inciso II, do artigo 1º, c/c artigo 1º, inciso VII, alínea "a", da Lei Complementar Federal Nº 64/1990, de 18 de maio de 1990; no artigo 137, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Jaraguá do Sul), de 03 de novembro de 2014; e na Resolução Nº 23.455, do TSE; e

CONSIDERANDO o requerimento de desincompatibilização constante do Processo PMJS Nº 20733/2016, de 28 de junho de 2016;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER LICENÇA ao servidor público municipal STELIO JOÃO RODRIGUES, matrícula 2720, lotado na Secretaria Municipal da Educação, no período de 02/07/2016 a 03/10/2016, para concorrer a cargo eletivo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/07/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 545/2016

PORTARIANº 545/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 224/2016/Semascr, de 27/06/2016, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 04/07/2016, a servidora pública municipal MARIANE SAUER, matrícula 11008, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, para exercer a função de COORDENADORA DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no âmbito do Sistema Único da Assistência Social, em substituição à Adriana Souza da Silva Hilbig.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/07/2016, revogada a Portaria Nº 235/2016, de 11/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 546/2016

PORTARIANº 546/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 90-K, II, alínea "d", da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 519/2016/Semed, de 28/06/2016, da Secretaria Municipal da Educação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR para comporem a COMISSÃO ESPECIAL com a incumbência de elaborar proposta para estabelecer regras quanto ao número de crianças por turmas do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino os servidores públicos municipais a seguir relacionados:

- KATHLEN HASS DA ROCHA
- VANDERLEA SPÉZIA
- BERENICE BIZARRO GADEGAST
- LUÍS FERNANDO OLEGAR
- ANGÉLICA DE FREITAS
- FERNANDO ALFLEN
- SUELI BLODORN BRUCH
- BARBARA SCHAPPO ENGELHARDT
- MARIA ALICE DA SILVA REITZ
- CLEONIS ROSÁLIA TOMASELLI
- CRISTIANE GREGOLEWITSCH

Art.2º As atividades desenvolvidas no âmbito da Comissão serão consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 547/2016

PORTARIANº 547/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na alínea "I", do inciso II, do artigo 1º, c/c artigo 1º, inciso VII, alínea "a", da Lei Complementar Federal Nº 64/1990, de 18 de maio de 1990; no artigo 137, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Jaraguá do Sul), de 03 de novembro de 2014; e na Resolução Nº 23.455, do TSE; e

CONSIDERANDO o requerimento de desincompatibilização constante do Processo PMJS Nº 20907/2016, de 29 de junho de 2016;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER LICENÇA ao servidor público municipal CELESTINO KLINKOSKI, matrícula 7608, lotado na Secretaria Municipal do Urbanismo, no período de 02/07/2016 a 03/10/2016, para concorrer a cargo eletivo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/07/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016**RESULTADO DE JULGAMENTO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016**

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 9.071/2013 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 43/2016, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à contratação de serviços de caminhão "chassi ¾" de pequeno porte (para trabalhos em locais isolados e/ou de difícil acesso), equipado com guindaste hidráulico articulado (munck) com capacidade mínima de 05 (cinco) toneladas; com acessórios compostos de cesto duplo; alcance vertical de 20 metros; alcance horizontal de 17 metros; com carroceria aberta com comprimento máximo de 4,5 metros, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição do serviço	Valor unitário por hora (R\$)
01	LOCAÇÕES E TRANSPORTE HANEMANN LTDA ME	1.000	Horas	01 (um) caminhão "chassi ¾" de pequeno porte (para trabalhos em locais isolados e/ou de difícil acesso), equipado com guindaste hidráulico articulado (munck) com capacidade mínima de 05 (cinco) toneladas; com acessórios compostos de cesto duplo; alcance vertical de 20 metros; alcance horizontal de 17 metros; com carroceria aberta com comprimento máximo de 4,5 metros. O caminhão e o equipamento deverão estarem em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com combustível, motorista/operador, sendo de responsabilidade da empresa contratada, a limpeza dos galhos, troncos, folhas e remoção de entulhos gerados pelo corte e poda das árvores e remoção de entulhos e galhadas de pilares de pontes, dentre outros serviços assemelhados, conforme demanda da Secretaria, para um total de 1000 (mil) horas trabalhadas, para prestação de serviços junto a Secretaria Municipal da Defesa Civil.	130,00

Jaraguá do Sul, SC, 16 de junho de 2016.

Rosinei Ap.Gretter Dias

Pregoeira – Decreto 9.071/2013

alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 110/2016 TIPO: MAIOR OFERTA POR LOTE MODALIDADE: LEILÃO OBJETO: EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS, MOBILIÁRIOS E OUTROS

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 110/2016

TIPO: MAIOR OFERTA POR LOTE

MODALIDADE: LEILÃO

OBJETO: EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS, MOBILIÁRIOS E OUTROS

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 30/06/2016, das 8:00 h às 11:30 e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 20/07/2016 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE -LICITAÇÃO Nº: 105/2016 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM MODALIDADE: PREGÃO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES ELETROCARDIOGRAMA E ELETROENCEFALOGRAMA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 105/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES ELETROCARDIOGRAMA E ELETROENCEFALOGRAMA

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 30/06/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 15/07/2016 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SEMA - PORTARIA Nº 058/2016

PORTARIA Nº 058/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013;

Resolve:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao(à) servidor(a) público(a) municipal LUCIANE APARECIDA FLEITUX DAMACENO, matrícula 7265-6, referente ao 3º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2016.

REGINA JOHN

Diretora de Gestão de Pessoas

ADEMAR POSSAMAI

Secretário da Administração

Joaçaba

PREFEITURA

PAUTA DA SESSÃO Nº 083/2016 - MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

PAUTA DA SESSÃO Nº 083/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES, nomeado pelo Decreto nº 4.935 de 09 de maio de 2016 torna público que de acordo com o artigo 10 de seu Regimento Interno, realizará Sessão Ordinária no dia 11 de julho de 2016, segunda-feira, com início às 08h30min, nas dependências da Sala de Reuniões da Prefeitura de Joaçaba (SC), a fim de deliberar dos seguintes assuntos:

1. Leitura, discussão e aprovação da Ata de nº 99 de 13 de junho de 2016;
2. Leitura, discussão e votação do Processo nº 750/2016 em nome de ROSANA DE CÁSSIA FERREIRA, conforme relatório do Conselheiro PAULO DELFINO PINTO.
3. Encerramento da Sessão e convocação da seguinte.

JOAÇABA(SC), em 29 de junho de 2016.

Graciela Glasenapp
Secretária do CMC

PORTARIA N.º 6219

PORTARIA Nº 6.219 DE 30 DE JUNHO DE 2016
"EXONERA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, Resolve:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, o (a) Sr. (a) ADEMIR LAMB, Assessor Administrativo (Secretaria Municipal de Gestão Administrativa), nível CC-5, com lotação vinculada a Secretaria Municipal de Gestão Administrativo, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 30 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6220

PORTARIA Nº 6.220 DE 30 DE JUNHO DE 2016
"EXONERA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, Resolve:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, o (a) Sr. (a) GUILHERME BAPTISTA, Gerente de Gabinete (Prefeito), nível CC-3, com lotação vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 30 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6221

PORTARIA Nº 6.221 DE 30 DE JUNHO DE 2016
"EXONERA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, Resolve:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, o (a) Sr. (a) DIEGO MAURO BAIRROS, Diretor Administrativo (Secretaria Municipal de Saúde), nível CC-2, com lotação vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 30 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6222

PORTARIA Nº 6.222 DE 30 DE JUNHO DE 2016
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR EM VIRTUDE DE SUA APOSENTADORIA, o(a) Senhor(a) FATIMA PAVAN, do cargo de Auxiliar de Enfermagem, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 211 de 05 de dezembro de 2012.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, IV da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6223

PORTARIA Nº 6.223 DE 30 DE JUNHO DE 2016

"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR EM VIRTUDE DE SUA APOSENTADORIA, o(a) Senhor(a) LIDIA TERESINHA DORE EGER, do cargo de Auxiliar de Serviços Internos, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 211 de 05 de dezembro de 2012.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, IV da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6224

PORTARIA Nº 6.224 DE 30 DE JUNHO DE 2016
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR EM VIRTUDE DE SUA APOSENTADORIA, o(a) Senhor(a) PEDRO ANTONIO STELLA, do cargo de Carpinteiro, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 211 de 05 de dezembro de 2012.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, IV da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6225

PORTARIA Nº 6.225 DE 30 DE JUNHO DE 2016

"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR EM VIRTUDE DE SUA APOSENTADORIA, o(a) Senhor(a) ROSANI MARIA DA ROSA, do cargo de Professor com Magistério Nível II (Graduação – cargo em extinção), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, IV da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6226

PORTARIA Nº 6.226 DE 30 DE JUNHO DE 2016
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR EM VIRTUDE DE SUA APOSENTADORIA, o(a) Senhor(a) SANDRA RAQUEL ALVES DA SILVA, do cargo de Professor Nível II (Pós Graduação), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, IV da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6227

PORTARIA Nº 6.227 DE 30 DE JUNHO DE 2016
"CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER, ao Servidor LEONARDO ANTONELO, Professor Nível III (Mestrado), LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA, de acordo com o art. 76 III, bem como art. 79, da Lei Complementar 76 de 11 de dezembro de 2003, conforme requerimento protocolado sob o nº 0001229/2016 de 28 de junho de 2016, por um período de 03 (três) meses, a contar do dia 02 de julho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de julho de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de junho de 2016

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6228

PORTARIA Nº 6.228 DE 30 DE JUNHO DE 2016
"CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER, ao Servidor WALDEMAR RONSSEM JUNIOR, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA, de acordo com o art. 76 III, bem como art. 79, da Lei Complementar 76 de 11 de dezembro de 2003, conforme requerimento protocolado sob o nº 0001231/2016 de 28 de junho de 2016, por um período de 03 (três) meses, a contar do dia 02 de julho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de julho de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de junho de 2016

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6229

PORTARIA Nº 6.229 DE 30 DE JUNHO DE 2016
"CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER, ao Servidor VALDIR JOSE ROSA, Carpinteiro, LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA, de acordo com o art. 76 III, bem como art. 79, da Lei Complementar 76 de 11 de dezembro de 2003, conforme requerimento protocolado sob o nº 0001232/2016 de 28 de junho de 2016, por um período de 03 (três) meses, a contar do dia 02 de julho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 02 de julho de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de junho de 2016

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6230

PORTARIA Nº 6.230 DE 30 DE JUNHO DE 2016

"RETIFICA PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo 109 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Resolve:

1º RETIFICAR A PORTARIA N.º 6.197/2016 NA QUAL INSTAURA "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure indícios de descumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa SOLO ENGENHARIA LTDA, diante dos registros encaminhados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente processo licitatório n.º 35/2014/PMJ, edital de Concorrência 02/2014/PMJ, contrato n.º 179/2014/PMJ.

Onde Lê-se: "... INSTAURA "Processo Administrativo Disciplinar..."
Leia-se: "... INSTAURA "Processo Administrativo..."

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6231

PORTARIA Nº 6.231 DE 30 DE JUNHO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) MARISETE MACHADO ZAGONEL, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 141.723 de 01 de março de 2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 11 de julho de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2016, obedecendo ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 30 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6232

PORTARIA Nº 6.232 DE 30 DE JUNHO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JUÇARA EDITH STEFANES, Professor Nível I (Pós Graduação – cargo em extinção), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 141.690 de 29 de fevereiro de 2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 11 de julho de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2016, obedecendo ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 30 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6233

PORTARIA Nº 6.233 DE 30 DE JUNHO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) EDNA MARIA FAGANELLO, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 141.687 de 29 de fevereiro de 2016, referente ao período de 30 de julho de 2010 a 29 de julho de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 11 de julho de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2016, obedecendo ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 30 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6234

PORTARIA Nº 6.234 DE 30 DE JUNHO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) NIVIA MOREIRA BARRETO, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 141.703 de 29 de fevereiro de 2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 11 de julho de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de julho de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 30 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6235

PORTARIA Nº 6.235 DE 30 DE JUNHO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) WILLIAN SCHMITZ GUGEL, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 141.592 de 24 de fevereiro de 2016, referente ao período de 18 de fevereiro de 2013 a 17 de fevereiro de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 13 de julho de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 13 de julho de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 30 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6236

PORTARIA Nº 6.236 DE 30 DE JUNHO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ELIANA ZARDO SCHMAUTZ, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Gestão Financeira de 28 de junho de 2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 04 de julho de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 04 de julho de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 30 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6237

PORTARIA Nº 6.237 DE 30 DE JUNHO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) RAQUEL TEODORO, Monitor Social, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Assistência Social de 10 de junho de 2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 04 de julho de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 04 de julho de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 30 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6238

PORTARIA Nº 6.238 DE 30 DE JUNHO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) IVONE AUGUSTA BRANCO SGARIA, Professor Nível I (Pós Graduação – cargo em extinção, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 141.550 de 22 de fevereiro de 2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 04 de julho de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 04 de julho de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 30 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6239

PORTARIA Nº 6.239 DE 30 DE JUNHO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) SUELEN FERREIRA FRANÇA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Coordenadoria de Planejamento de 22 de junho de 2016, referente ao período de 13 de fevereiro de 2015 a 12 de fevereiro de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de julho de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de julho de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 30 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6240

PORTARIA Nº 6.240 DE 30 DE JUNHO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) MARCELINO ZUFFO, Monitor Social, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Assistência Social de 22 de junho de 2016, referente ao período de 06 de março de 2013 a 05 de março de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de julho de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de julho de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 30 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6241

PORTARIA Nº 6.241 DE 30 DE JUNHO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) SONIA APARECIDA BORCHERS, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Coordenadoria de Controle Interno de 04 de maio de 2016, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 25 de julho de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 25 de julho de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 30 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6242

PORTARIA Nº 6.242 DE 30 DE JUNHO DE 2016

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure pedido de ressarcimento de danos causado por suposto acidente de trânsito, protocolado sob n.º 0001230/2016 de 28 de junho de 2016 da Sra. Janaina Fernanda da Costa, juntada da Boletem de Ocorrência n.º 00280-2016-01923, bem como, parecer jurídico.

2º DESIGNAR os servidores, HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, ANDRE LUIZ DRI e VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVI-ZAN, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013, Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013 e Decreto n.º 4.917/2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de junho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

BALANCETE FINANCEIRO 05-2016

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Maio
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	156.273,76	ORÇAMENTÁRIAS	283.532,00
RECEITA PATRIMONIAL	3.268,37	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	256.850,52
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	153.005,39	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	178.615,52
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	78.235,00
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	26.681,48
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.867,64
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	813,84
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	220.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	220.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	334.334,84	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	320.761,62
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	29,16	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	29,16
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	48.926,86	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	45.283,80
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	285.378,82	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	275.448,66
SALDOS ANTERIORES	421.130,34	SALDOS ATUAIS	527.445,32
BANCO C/ MOVIMENTO	284.525,53	BANCO C/ MOVIMENTO	264.625,24
BANCOS C/ VINCULADAS	136.604,81	BANCOS C/ VINCULADAS	262.820,08
TOTAL	1.131.738,94	TOTAL	1.131.738,94

JOACABA, 29/06/2016

ADONES MARCIANO
Contador CRC SC 028953/O-4

MARIO WOLFART
Ordenador de Despesas

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESC.

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Maio

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	1.382,47		
RECEITA PATRIMONIAL	1.382,47		
SALDOS ANTERIORES	180.980,58	SALDOS ATUAIS	182.363,05
BANCO C/ MOVIMENTO	180.980,58	BANCO C/ MOVIMENTO	182.363,05
TOTAL	182.363,05	TOTAL	182.363,05

JOACABA, 29/06/2016

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIO GESTAO FINANCEIRA

ADONES MARCIANO
Contador CRCSC 028953/O-4

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Maio
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE REEQUIPAMENTO BOMBEIROS DE JOACABA
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	33.041,66	ORÇAMENTÁRIAS	10.595,29
RECEITA TRIBUTÁRIA	30.603,42	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	10.556,09
RECEITA PATRIMONIAL	2.438,24	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.972,54
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.583,55
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	39,20
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39,20
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.480,49		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.480,49		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	10.595,29	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12.499,21
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	10.595,29	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	10.595,29
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	1.903,92
SALDOS ANTERIORES	245.461,11	SALDOS ATUAIS	268.484,05
BANCO C/ MOVIMENTO	245.380,29	BANCO C/ MOVIMENTO	268.402,61
BANCOS C/ VINCULADAS	80,82	BANCOS C/ VINCULADAS	81,44
TOTAL	291.578,55	TOTAL	291.578,55

JOACABA, 29/06/2016

RAFAEL LASKE Prefeito Municipal	ADONES MARCIANO Contador CRC.028953/0-4	IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO Secretária de Gestão Financeira
------------------------------------	--	--

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2016

Período: Maio

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	7.720.666,36	ORÇAMENTÁRIAS	5.021.680,83
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.225.179,85	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.550.766,15
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	196.235,06	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.135.939,49
RECEITA PATRIMONIAL	123.856,76	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.100,75
RECEITA DE SERVIÇOS	36.306,86	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.967.630,10
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.955.281,90	INVESTIMENTOS	272.439,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.175.659,81	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	173.656,81
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	5.608,75	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	470.914,68
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.537,37	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	331.120,18
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	139.794,50
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.700.246,91
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.700.246,91
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.591.859,89	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.938.662,59
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	4.297,37	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	4.297,37
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	559.830,95	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	551.956,58
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	5.027.731,57	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	5.238.593,88
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	143.814,76
SALDOS ANTERIORES	13.031.438,42	SALDOS ATUAIS	13.683.374,34
BANCO C/ MOVIMENTO	9.894.678,59	BANCO C/ MOVIMENTO	10.402.570,47
BANCOS C/ VINCULADAS	2.401.282,58	BANCOS C/ VINCULADAS	2.540.217,31
POUPANÇA	735.477,25	POUPANÇA	740.442,29
		TESOURARIA GERAL	144,27
TOTAL	26.343.964,67	TOTAL	26.343.964,67

JOACABA, 29/06/2016

CLAUDETE M T SILVA
TEC ADMINISTRAÇÃO

FERNANDA BRAGA
Contadora CRC SC 038262/O-9

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOACABA

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ
SECRETARIA DE FINANÇAS

HOMOLOGAÇÃO PL 15/2016/FMS - IN 5/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVENBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 5/2016 - IL Processo Administrativo: 15/2016 Processo de Licitação: 15/2016 Data do Processo: 03/06/2016
--	--

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 15/2016
b) Licitação Nr.: 5/2016-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 17/06/2016
e) Data da Adjudicação: 17/06/2016 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação Credenc. de Un. Prestadoras de Serv. de Assist. à Saúde, na área ambulatorial, com a finalidade de atendimento as necessidades de média complexidade da população própria do Mun. de Joaçaba no procedimento 03.01.07.007-5 - Atendimento / Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, da Tabela Unificada de Procedimentos SUS do Ministério da Saúde, em conformidade com a Portaria MS/GM nº 1.635/2002 e Portaria MS/SAS nº 728/2002 ou outra que venha substituí-la.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

APAE-ASSOC.PAIS AMIGOS DOS EXEPCIONAIS JOACABA - (6341)

1 GRUPO 03.01 B -03.01.07.007-5 - Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor.	3ERV	1	-	1,00	1,00
Total do Fornecedor:					1,00
Total Geral:					1,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Joaçaba, 17 de Junho de 2016.

GESTOR FMS

PLASS

BALANCETE FINANCEIRO MAIO/2016

Santa Catarina



PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL.-PLASS

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Maio
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	414.489,30	ORÇAMENTÁRIAS	52.555,86
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	192.563,52	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	46.588,24
RECEITA PATRIMONIAL	148.643,72	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.528,27
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16,18	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.059,97
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	73.265,88	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.967,62
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.967,62
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	316.568,14	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	538.061,04
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	22.908,16	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	21.436,49
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	52.789,86	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	240.636,12
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	240.870,12	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	275.988,43
SALDOS ANTERIORES	13.231.225,73	SALDOS ATUAIS	13.371.666,27
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	13.231.175,73	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	13.371.616,27
BANCO C/ MOVIMENTO	50,00	BANCO C/ MOVIMENTO	50,00
TOTAL	13.962.283,17	TOTAL	13.962.283,17

Joacaba, 13/06/2016

JULIANA DARTORA BESSATI

Presidente

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo

ADONES MARCIANO

Contador

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ERRATA CONTRATO 0046/2016****ERRATA:**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA – SANTA CATARINA

Na publicação do SIMAE, de 28 de junho de 2016, DOM/SC, Edição nº 2025

Resumo Contrato JHL 0046/2016

Onde lê-se:

1-Data de assinatura:26/04/2016

2- Data de vigência : 24/06/2016

Leia-se:

1-Data de assinatura: 24/06/2016

2- Data de vigência : 19/08/2016

Lacerdópolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 43, 44, 45, 46 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA		
MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS		
EXTRATO CONTRATUAL		

<p>Contrato Nº...: 43/2016 Contratante...: MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS Contratada....: MDS SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA ME Valor : 12.600,00 (doze mil seiscentos reais) Vigência : Início: 16/06/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Prestação de serviços em elaboração de Projetos e Convênios nas esferas Federal e Estadual, gestão de Projetos de interesse do Município, Consistido na elaboração, Acompanhamento, Prestação de contas e demais atividades necessárias, com o objetivo de promover obras e serviços para o Município para as Secretarias e Fundos do Município de Lacerdópolis - SC</p>		
Lacerdópolis, 29 de Junho de 2016		

ESTADO DE SANTA CATARINA		
MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS		
EXTRATO CONTRATUAL		

<p>Contrato Nº...: 44/2016 Contratante...: MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS Contratada....: AGROLACER AGROPECUARIA LTDA-ME Valor : 79.757,00 (setenta e nove mil setecentos e cinquenta e sete reais) Vigência : Início: 21/06/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Selecionar a melhor proposta, por item, para aquisição parcelada de materiais para revestimento de calçadas nas vias públicas no perímetro urbano do Município de Lacerdópolis - SC</p>		
Lacerdópolis, 22 de Junho de 2016		

ESTADO DE SANTA CATARINA		
MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS		
EXTRATO CONTRATUAL		

<p>Contrato Nº...: 45/2016 Contratante...: MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS Contratada....: COMERCIO DE CEREAIS E TRANSP. REGALIN LT Valor : 90.800,00 (noventa mil oitocentos reais) Vigência : Início: 21/06/2016 Término: 31/12/2016 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Selecionar a melhor proposta, por item, para aquisição parcelada de materiais para revestimento de calçadas nas vias públicas no perímetro urbano do Município de Lacerdópolis - SC</p>		
Lacerdópolis, 29 de Junho de 2016		

ESTADO DE SANTA CATARINA		
MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 46/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS
Contratada...: Alexandre Caldeira Eireli - ME
Valor : 221.198,62 (duzentos e vinte e um mil cento e noventa e oito reais e sessenta e dois centavos)
Vigência : Início: 21/06/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Pavimentação Asfáltica, com CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado a Quente), numa área total de 5.581,00m², nos trechos que compreendem Estrada Municipal de Acesso a Linha São Pedro e da Rodovia SC 150 até a Comunidade de Linha São Pedro, interior do Município.

Lacerdópolis, 29 de Junho de 2016

CONTRATOS F.M.SAUDE 03, 04, 05 DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LACERDOPOLIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 03/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LACERDOPOLIS
Contratada...: ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Valor : 10.804,84 (dez mil oitocentos e quatro reais e oitenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 08/06/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de materiais médico, de enfermagem, hospitalar e odontológico para unidades básica de saúde.

Lacerdópolis, 15 de Junho de 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LACERDOPOLIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 04/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LACERDOPOLIS
Contratada...: METROMED-COM.MATERIAL MEDICO HOSPITALAR
Valor : 12.539,33 (doze mil quinhentos e trinta e nove reais e trinta e três centavos)
Vigência : Início: 08/06/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de materiais médico, de enfermagem, hospitalar e odontológico para unidades básica de saúde.

Lacerdópolis, 29 de Junho de 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LACERDOPOLIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 05/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LACERDOPOLIS
Contratada...: MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA. ME
Valor : 26.170,27 (vinte e seis mil cento e setenta reais e vinte e sete centavos)
Vigência : Início: 08/06/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de materiais médico, de enfermagem, hospitalar e odontológico para unidades básica de saúde.

Lacerdópolis, 29 de Junho de 2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2016

MUNICIPIO DE LACERDÓPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 026/2016

Aviso de Edital de Pregão Presencial nº. 14/2016

O MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS estará realizando sessão de pregão presencial no dia 07/07/2016 as 09:00 horas, para selecionar a melhor proposta para Aquisição de Equipamento Agrícola para a Secretaria de Agricultura do Município de Lacerdópolis - SC. Cópia integral do edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, na Rua 31 de Março 1050, centro, Lacerdópolis-SC. Demais informações, pelo telefone (0**49)3552-0188.

Hilário Chiamolera

Prefeito de Lacerdópolis

Lages

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2016 FMAS PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2016

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Retificação a publicação do dia 10/02/2016, onde se lê valor mensal de, leia-se valor de.

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 01/2016, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, com a empresa CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI - EPP, inscrito no CNPJ sob n.º 19.354.317/0001-54, para prestação de serviço de Acolhimento Institucional para adultos com deficiência para o Município de Lages, pelo valor de R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 26 de Janeiro de 2016.

José Amarildo Farias
Secretária Municipal de Assistência Social

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de José Amarildo Farias Secretário Municipal de Assistência Social, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 26 de Janeiro de 2016
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2016 FMAS PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2016

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 02/2016, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, com a empresa CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY LTDA - EPP, inscrito no CNPJ sob n.º 95.766.598/0001-30, para prestação de serviço de Acolhimento Institucional para idoso para o Município de Lages, pelo valor mensal de R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 26 de Janeiro de 2015.

José Amarildo Farias
Secretária Municipal de Assistência Social

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de José Amarildo Farias Secretário

Municipal de Assistência Social, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 26 de Janeiro de 2015.
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2016 FMAS PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2016

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 02/2016, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, com a empresa CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY LTDA - EPP, inscrito no CNPJ sob n.º 95.766.598/0001-30, para prestação de serviço de Acolhimento Institucional para idoso para o Município de Lages, pelo valor de R\$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 26 de Janeiro de 2015.

José Amarildo Farias
Secretária Municipal de Assistência Social

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de José Amarildo Farias Secretário Municipal de Assistência Social, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 26 de Janeiro de 2015.
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2016 SMS PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2016

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Retificação a publicação do dia 18/02/2016, onde se lê valor mensal de, leia-se valor de.

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 02/2016, através da Secretaria Municipal da Saúde, com a empresa CASA ASSISTENCIAL DILONY LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 95.766.598/0001-30, Site na Av. Getúlio Vargas - nº 140 - Bairro: Centro - Brusque-SC, para contratação de Clínica para Internação/Acolhimento de pacientes com transtornos mentais de longa permanência para o Município de Lages, pelo valor de R\$ 69.600,00

(sessenta e nove mil e seiscentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 03 de fevereiro de 2016.

Rose Cristina Possato Penso
Secretaria Municipal da Saúde

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Rose Cristina Possato Penso Secretária Municipal da Saúde, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 03 de fevereiro de 2016.
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 16/2015 FMAS

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP inscrita no CNPJ sob n.º 15.459.791/0001-90, estabelecida a Rua Anita Garibaldi 219 Bairro Parque Maderil São Joaquim/SC. CEP 88.600-000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica prorrogado por mais 6 (seis) meses;

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado por mais 6 (seis) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 29 de junho de 2016.

Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

EXTRATO 2º ADT ARP 02/2016 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO: 2º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015

PROCESSO Nº 61/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa para Fornecimento Combustível Óleo Diesel-S-10 e Tanque de armazenamento (em regime de comodato), para instalação na Estação de Recalque de Água Tratada ERAT 2, Estação de Água Bruta ERAB 3 e, Estação de Tratamento de Água ETA, para o ano de 2016, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

TERMO ADITIVO EM CONFORMIDADE COM PARECER JURÍDICO Nº 563/2016.

Conforme Solicitação de Reajuste ao item óleo Diesel – S10 efetuado pela Secretaria (SEMASA), com anuência da Secretaria da Fazenda nº 170/2016, e com parecer Jurídico (PROGEM) nº 563/2016, fica reajustado o item, acima mencionado, em 0,8188% passando de R\$ 2,931 para R\$ 2,955. Retroagindo a data do requerimento dia 10/06/2016.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 29 de junho de 2016.

Benjamin Schultz
Secretário SEMASA

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO ARP 02/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

2º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2015

PROCESSO Nº 306/2015

CLÁUSULA I PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Leite para Consumo nas Unidades Escolares Municipais, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

Conforme solicitação da Secretaria da educação ofícioº 392/2016, com anuência da Secretaria da Fazenda Nº 171/2016 e com parecer jurídico. Nº 564/2016 favorável, fica concedido o reequilíbrio econômico ao item 01 leite integral pasteurizado homogeneizado tipo C, passando de R\$ 2,14 (dois reais e catorze centavos) para R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos). Retroagindo a data da interposição do requerimento administrativo dia 03/06/2016 EM-PRESADICOR DISTRIBUIDORA LTDA - ME

CNPJ/END.17.710.893/0001-61, com sede a Rua Augustinho de Oliveira Córdova, Bairro Araucária, CEP 88512-635 – Lages/SC

As demais Cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 29 de JUNHO de 2016.

Elizeu Mattos

PP 57-2016 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 57-2016 PML

Objeto: Aquisição de Materiais para Fabricação de Móveis

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 14/07/2016 às 17:00

Valor Estimado: R\$ 19.160,66

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 29 de junho de 2016.

Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

TERMO DE CONVÊNIO 036/2016

TERMO DE CONVÊNIO N.º 036/2016

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o MUNICÍPIO DE INDIAIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.798/0001-00, com sede à Av. Getúlio Vargas, nº 126, Bairro Centro, na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. SERGIO ALMIR DOS SANTOS, CPF nº 383.728.439-53, Prefeito, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: O objeto do presente Termo de Convênio consiste em

receber na Casa de Acolhimento da Mulher de Lages a Sra. Elisabete Pereira e seus quatro filhos menores, tendo em vista a iminência do cometimento contra a vida desta e de seus filhos.

VIGÊNCIA: 10/05/2016 A 15/08/2016.

Lages, 29 de junho de 2016.

TERMO DE CONVÊNIO 042/2016

TERMO DE CONVÊNIO Nº 042/2016 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

O MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e a Fundação Municipal de Esportes de Lages/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.497.559/0001-66, com endereço na Avenida Antonio Ribeiro dos Santos, nº 400, Bairro da Várzea, em Lages/SC, neste ato representado pelo Superintendente da Fundação Municipal de Esportes, Sr. JOSÉ MAXIMILIANO C. BATALHA, doravante denominados CONCEDENTES e o SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 78.493.657/0001-25, com sede à Travessa Estevão Candido de Freitas, nº 62, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente Sr. AGENOR RODRIGUES CHAVES, CPF nº 707.670.929-53, doravante denominado CONVENIENTE, RESOLVEM celebrar o presente CONVÊNIO, observadas as disposições legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

OBJETO: O objeto do presente Termo de Convênio consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro objeto a aquisição de premiação e o pagamento da arbitragem dos Campeonatos do SINDSERV 2016.

VALOR: R\$ 13.000,00 (treze mil reais) em 02 (duas) parcelas mensais.

VIGÊNCIA: 21/06/2016 a 31/12/2016.

Lages/SC, 29 de março de 2016.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 027/2016

TERMO DE CONVÊNIO N.º 027/2016

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado GRUPO DE APOIO E PREVENÇÃO AS DST/HIV/AIDS - RAÍZES, inscrita no CNPJ sob n.º 06.937.820/0001-90, com sede à Rua Lauro Muller, nº 88, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pela Sra. EDILAMAR TERESINHA ALBANO, CPF nº 753.375.509-00, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: auxílio financeiro custear as despesas de funcionamento, e tratamento de portadores do vírus HIV/AIDS.

VALOR: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) em 12 (doze) parcelas mensais.

VIGÊNCIA: 05/05/2016 A 30/04/2017.

Lages, 29 de junho de 2016.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 028/2016

TERMO DE CONVÊNIO N.º 028/2016

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado ASSOCIAÇÃO CATARIENSE DE APOIO SOCIAL E EDUCACIONAL À FAMÍLIA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.664.899/0001-60, com sede à Rua Lauro Muller, nº 141, sala 12, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. ALEX MARCELO AMARAL DA SILVA, CPF nº 758.694.629-91, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: Auxílio financeiro custear as despesas de funcionamento, campanhas de prevenção conscientização aos agravos da saúde e portadores do vírus HIV/AIDS.

VALOR: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) em 12 (doze) parcelas mensais.

VIGÊNCIA: 05/05/2016 A 30/04/2017.

Lages, 29 de junho de 2016.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 029/2016

TERMO DE CONVÊNIO N.º 029/2016

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado GRUPO DE APOIO REGIONAL PARA REABILITAÇÃO DA AIDS - GARRA, inscrita no CNPJ sob n.º 73.886.715/0001-67, com sede à Rua 07 de setembro, nº 1273, Bairro Copacabana, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. GLAUCIMARY FRANÇO-SI, CPF nº 385.408.789-68, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: auxílio financeiro para a manutenção do Projeto "Viver a Vida", visando prevenir as D.S.Ts, HIV, Hepatites virais, Tuberculose, para a diminuição dos índices de infectados, através de palestras nas empresas, escolas, grupos e oficinas realizadas e despesas gerais de manutenção.

VALOR: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) em 12 (doze) parcelas mensais.

VIGÊNCIA: 05/05/2016 A 30/04/2017.

Lages, 29 de junho de 2016.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 030/2016

TERMO DE CONVÊNIO N.º 030/2016

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado a CONFERÊNCIA VICENTINA DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 84.956.416/0001-78,

com sede à Rua José do Patrocínio, nº 50, Bairro Brusque, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. LUIZ MARIN CPF nº 056.274.279-49, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: auxílio financeiro para manutenção da casa asilar, que oferece atendimento básico para os 81 idosos.

VALOR: R\$ 87.480,00 (oitenta e sete mil, quatrocentos e oitenta reais) em 12 (doze) parcelas mensais.

VIGÊNCIA: 05/05/2016 A 30/05/2017.

Lages, 29 de junho de 2016.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 031/2016

TERMO DE CONVÊNIO N.º 031/2016

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado a FUNDAÇÃO DAS ESCOLAS UNIDAS DO PLANALTO CATARINENSE - UNIPLAC, inscrita no CNPJ sob n.º 84.953.579/0001-05, com sede à Av. Castelo Branco, nº 170, Bairro Universitário, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. CARLOS EDUARDO DE LIZ, CPF nº 476.714.459-04, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: auxílio financeiro para a realização do levantamento do Acervo Museológico do Museu Thiago de Castro.

VALOR: R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) em 08 (oito) parcelas mensais.

VIGÊNCIA: 05/05/2016 A 31/12/2016.

Lages, 29 de junho de 2016.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 034/2016

TERMO DE CONVÊNIO N.º 034/2016

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado INSTITUTO PATERNIDADE RESPONSÁVEL, inscrita no CNPJ sob n.º 07.078.487/0001-74, com sede à Av. Belizário Ramos, 3800, 5º andar, sala 55, Ed Lages Business, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo (a) Sr. (a) RITA DE CÁSSIA MEDEIROS, CPF nº 844.808.589-20, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: auxílio financeiro para desenvolver os projetos "RECONHECIMENTO VOLUNTÁRIO DA PATERNIDADE" e "DROGAS E PATERNIDADE NÃO COMBINAM".

VALOR: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) em 12 (doze) parcelas mensais.

VIGÊNCIA: 10/05/2016 A 30/04/2017.

Lages, 29 de junho de 2016.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 037/2016

TERMO DE CONVÊNIO N.º 037/2016

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, inscrita no CNPJ sob n.º 82.793.944/0001-28, com sede à Rua Joaçaba, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. LEOCLIDES MAFREDI, CPF nº 098.690.429-53, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: auxílio financeiro manutenção da Entidade.

VALOR: R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) em 08 (oito) parcelas mensais.

VIGÊNCIA: 01/05/2016 A 31/12/2016.

Lages, 29 de junho de 2016.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 038/2016

TERMO DE CONVÊNIO N.º 038/2016

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS juntamente com o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 13.668.709/0001-01, representado neste ato pelo Secretário Municipal o Sr. LUIZ GONZAGA AZZI, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LAGES, inscrita no CNPJ sob n.º 82.793.944/0001-28, com sede à Rua Joaçaba, nº 280, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. LEOCLIDES MANFREDI, CPF nº 098.690.429-53, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: consiste no repasse que será concedido pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do convênio com o FNAS - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL para as despesas de funcionamento e manutenção das atividades da conveniada.

VALOR: R\$ 43.783,20 (quarenta e três mil setecentos e oitenta e três reais e vinte centavos) de acordo com o repasse do FNAS.

VIGÊNCIA: 01/01/2016 A 31/12/2016.

Lages, 29 de junho de 2016.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 039/2016

TERMO DE CONVÊNIO N.º 039/2016

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS juntamente com o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, representado neste ato pelo Secretário Municipal o Sr. LUIZ GONZAGA AZZI, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS - APAS, inscrita no CNPJ sob n.º 83.398.388/0001-58, com sede à Rua Gerson Luiz Fontana, nº 95, Bairro Universitário, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. ADEMAR DIONISIO VARELA, CPF nº 295.452.509-68, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: consiste no repasse que será concedido pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do convênio com o FNAS - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL para as despesas de funcionamento e manutenção das atividades da conveniada.

VALOR: R\$ 7.296,00 (sete mil duzentos e noventa e seis reais) de acordo com o repasse do FNAS.

VIGÊNCIA: 01/01/2016 A 31/12/2016.

Lages, 29 de junho de 2016.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 040/2016

TERMO DE CONVÊNIO N.º 040/2016

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS juntamente com o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, representado neste ato pelo Secretário Municipal o Sr. LUIZ GONZAGA AZZI, e de outro lado a CONFERÊNCIA VICENTINA DE LAGES, inscrita no CNPJ sob n.º 84.956.416/0001-78, com sede à Rua José do Patrocínio, nº 50, Bairro Brusque, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Sr. LUIZ MARIN, CPF nº 056.274.279-49, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: consiste no repasse que será concedido pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do convênio com o FNAS - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL para as despesas de funcionamento e manutenção das atividades da conveniada.

VALOR: O município repassará a quantia de R\$ 36.336,00 (trinta e seis mil e trezentos e trinta e seis reais) de acordo com o repasse do FNAS.

VIGÊNCIA: 01/01/2016 A 31/12/2016.

Lages, 29 de junho de 2016.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 041/2016

TERMO DE CONVÊNIO N.º 041/2016

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS juntamente com o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, representado neste ato pelo Secretário Municipal o Sr. LUIZ GONZAGA AZZI, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LAR MENINO DEUS, inscrita no CNPJ sob n.º 04.570.238/0001-03, com sede à Rua Blumenau, nº 669, Bairro Petrópolis, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pela Sra. IRENE MONDADORI GARGIONI, CPF nº 566.803.769-04, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: consiste no repasse que será concedido pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do convênio com o FNAS - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL para as despesas de funcionamento e manutenção das atividades da conveniada.

VALOR: O município repassará a quantia de R\$ 14.016,00 (quatorze mil e dezesseis reais) de acordo com o repasse do FNAS.

VIGÊNCIA: 01/01/2016 A 31/12/2016.

Lages, 29 de junho de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL Nº 010/2016 RETIFICADO**

EDITAL Nº. 010/2016

Thiago Oliveira, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de conformidade com a Lei nº. 2545/1999, fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 12 de julho de 2016.

Horário: 20h (vinte horas)

Pauta: Esclarecimentos sobre os condomínios Residencial Aristorides Machado de Melo e Residencial Argemiro Wilson Madruga.

Local: Plenário Nereu Ramos Câmara de Vereadores

Rua: Otacílio Vieira da Costa, 280

Bairro: Centro – Lages - SC

Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site www.camaralages.sc.gov.br.

Lages, 28 de junho de 2016.

Presidente

EDITAL Nº 011/2016

EDITAL Nº. 011/2016

Thiago Silva Oliveira, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de conformidade com a Lei nº. 2545/1999, fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 19 de julho de 2016.

Horário: 20:00h (vinte horas)

Pauta: Debater e esclarecer a PLP (projeto de lei e outras proposições) 257/2016 que Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; altera a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e dá outras providências.

Local: Plenário Nereu Ramos Câmara de Vereadores

Rua: Otacílio Vieira da Costa, 280

Bairro: Centro – Lages - SC

Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site www.camaralages.sc.gov.br.

Lages, 28 de junho de 2016.

Presidente

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA Nº 736/2016

PORTARIA RH Nº 736/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, DENEI DENI DOS SANTOS, do cargo em comissão de Assessor Especial, AS 2, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 30 de Junho de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

2 RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO PREGAO Nº 16/2016 HMHL

RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO PREGAO Nº 16/2016 HMHL
PROCESSO 16/2016 HMHL

O HOSPITAL MUNICIPAL DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, o certamente com data, 5 de julho de 2016 às 9:00hs, foi prorrogado para dia 12 de julho de 2016 às 8:30hs, devido a alterações em seu termo de referencia, e item 2.2 do edital que tem como objeto contratação de empresa do ramo pertinente para manutenção corretiva e preventiva de equipamentos hospitalares, durante o exercício de 2016, o edital na integra está disponível no site www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 29 de junho de 2016..

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO Nº 18/2016 FMS

EDITAL DE PREGAO Nº 18/2016 FMS
PROCESSO Nº18/2016 FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 12 de julho de 2016 às 9:30hs, haverá pregão presencial para, contratação de empresas do ramo pertinente, para a manutenção de equipamentos Fundo Municipal de Saúde, para atendimento das demandas do Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2016, o edital na integra está disponível no site www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 28 de junho de 2016..

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO Nº 58/2016 PMLM

EDITAL DE PREGAO Nº 58/2016 PMLM
PROCESSO Nº58/2016 PMLM

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 12 de julho de 2016 às 10:30hs ira se reunir com para realização de pregão presencial, com objeto para contratação de empresa do ramo pertinente, para aquisição de material de construção para reforma de infraestrutura de campo de futebol para realização de evento relacionado ao Moleque Bom de Bola Etapa Regional, o edital na integra está disponível no site www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 29 de junho de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO Nº 59/2016 PMLM

EDITAL DE PREGAO Nº 59/2016 PMLM
PROCESSO Nº59/2016 PMLM

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 12 de julho de 2016 às 11:30hs ira se reunir com para realização de pregão presencial, com objeto para contratação de empresa do ramo

pertinente, para aquisição de material de construção para reforma de infraestrutura de campo de futebol para realização de evento relacionado ao OLESC Etapa Regional, o edital na integra está disponível no site www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 29 de junho de 2016.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 60/PMLM

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 60/PMLM
PROCESSO Nº Nº 60/PMLM /2016

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Presidente da comissão de licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 15 de julho de 2016 às 09:00hs (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizará processo licitatório para contratação através de empresas do ramo pertinente, construção de quadra poliesportiva da Escola Hilario Pescador, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 29 de junho de 2015.

Jair F Madeira

Presidente da Comissão de Licitação.

LEI Nº 1.921/2016

LEI Nº 1.921/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016.

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS, CONCEDE BENEFÍCIOS EM ACORDOS JUDICIAIS REALIZADOS DURANTE MUTIRÃO DE CONCILIAÇÃO PROMOVIDO PELO PODER JUDICIÁRIO, ACORDOS EXTRAJUDICIAIS PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º — Fica instituído o PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS, no âmbito do Município de Lauro Müller/SC, destinado a promover a regularização dos créditos da Fazenda Pública Municipal, decorrentes de débitos fiscais de pessoas física e jurídica, somente inscritos em dívida ativa, em cobrança judiciais ou extrajudiciais, relativos a Imposto Sobre Serviços – ISS, Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Alvarás e Taxas diversas de competência de criação e arrecadação do Município.

Art. 2º — O REFIS abrange os créditos fiscais da Fazenda Pública Municipal, constituídos até 31 de dezembro de 2015, somente inscritos em dívida ativa, que se encontrem em fase de cobrança administrativa ou judicial, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive aqueles que se encontram com parcelamento ativo, atrasados ou não, que poderão ser renegociados nos termos desta Lei pelo restante que falta para pagamento, ficando autorizado o Poder Executivo, por meio da Procuradoria do Município, a firmar acordo judicial ou extrajudicial, concedendo os benefícios previstos nesta Lei, iniciando-se a partir da aprovação da presente Lei até 60 (sessenta) dias uteis após a sanção da mesma.

§ 1º — Os benefícios desta Lei compreendem:

I — Concessão de dispensa dos juros e da multa incidentes sobre os créditos fiscais em cobrança judicial ou extrajudicial, na forma que segue abaixo:

a) 100% (cem por cento) mediante pagamento do principal, acrescido da correção monetária, em parcela única.

09tituido LO PODER JUDICIÁRIO, b) 75% (setenta e cinco por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 4 (quatro) parcelas.

c) 50% (cinquenta por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 6 (seis) parcelas.

d) 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento do principal, acrescido da correção monetária em até 9 (nove) parcelas.

II — O Contribuinte poderá optar ainda, pelo pagamento do principal, acrescido dos juros, correção monetária e multa, sem o benefício de qualquer desconto, acima de 10 (dez) parcelas.

§ 2º — No caso de opção para pagamento parcelado, as parcelas serão mensais e sucessivas, vencendo a primeira na data da opção, em parcelas iguais.

§ 3º — Para auferir os benefícios desta Lei, o valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 4º — É da competência do Procurador do Município promover a inclusão em pauta ou apresentar termo de acordo para homologação judicial ou extrajudicial competente no período previsto neste artigo, podendo incluir os valores de honorários advocatícios para os casos de acordos judiciais.

§ 5º — Nos casos em que o contribuinte demonstre na Audiência de Conciliação Fiscal a impossibilidade do pagamento da parcela única ou da primeira parcela na ocasião da data do acordo, ficará facultado ao Procurador do Município autorizar referido recolhimento pelo prazo de até 15 (quinze) dias.

Art. 3º — A adesão aos benefícios previstos nesta Lei implica automaticamente na confissão e reconhecimento dos créditos objeto da ação, com renúncia de oposição de embargos do devedor na ação de execução.

Art. 4º — A inadimplência de 2 (duas) parcelas, consecutivas ou alternadas, implica no vencimento do total das parcelas vencidas, retomando-se a ação de execução, perdendo o devedor os benefícios concedidos com amparo desta Lei, passando a sofrer os acréscimos aplicáveis aos inadimplentes de tributos.

Parágrafo Único — O cancelamento do parcelamento por culpa do contribuinte implicará na execução judicial do crédito remanescente, ou no prosseguimento da ação judicial em caso de execuções já ajuizadas.

Art. 5º — Os benefícios previstos na presente Lei não se aplicam aos créditos constituídos em razão da prática de crime contra a ordem tributária.

Art. 6º — Os contribuintes com débitos já parcelados administrativamente ou no bojo de execuções fiscais municipais, poderão aderir ao REFIS no que tange ao saldo remanescente, apurado de acordo com a porcentagem paga do valor devido, mediante pagamento à vista ou novo parcelamento, desde que não tenham auferido benefício do desconto de juros e multa no parcelamento anterior.

Art. 7º — O gozo dos benefícios instituídos por esta Lei não confere direito à restituição ou compensação de importância já paga, seja a que título for, sendo que seus efeitos não retroagirão em hipótese alguma.

Art. 8º — Esta Lei vigorará a partir da data de sua publicação.

Art. 9º — Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE JUNHO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Secretária de Adm., Fin. e Planejamento

RESOLUÇÃO Nº 029 E 030

RESOLUÇÃO N.º 29 de 28 de junho de 2016.

Dispõe sobre aprovação acerca do Relatório Anual de Gestão do Órgão Executor da Saúde do Município de Lauro Müller, relativas ao exercício de 2015.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Lauro Muller, em reunião ordinária realizada em 28 de Junho de 2015, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 1.455/2007 de 19/07/2007.

Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar n.º 141, de 13/01/2012;

Considerando o inciso IV, do art. 4.º, da Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, o qual determina que para receber os recursos de que trata o art. 3.º dessa mesma lei, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão; e

Considerando o § 4.º do art. 33, da Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde.

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar o Relatório Anual de Gestão do Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller, referentes ao ano de 2015 com ressalva: I - Realizar devolutiva dos recursos destinados ao Fundo Municipal de Saúde para o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), que foram utilizados de forma inadequada;

Art. 2º . Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Stela Maris B. Motta

Presidenta Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO N.º 30 de 28 de junho de 2016,

Dispõe sobre aprovação do SISPACTO 2015.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Lauro Muller, em reunião ordinária realizada em 28 de Junho de 2015, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 1.455/2007 de 19/07/2007.

Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar n.º 141, de 13/01/2012;

Considerando RESOLUÇÃO Nº 5, DE 19 DE JUNHO DE 2013, que dispõe sobre as regras do processo de pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores para os anos de 2013-2015, com

vistas ao fortalecimento do planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e a implementação do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP).

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar o SISPACTO 2015 com pactuação de metas para 2016.

Art. 2º . Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Stela Maris B. Motta
Presidenta Conselho Municipal de Saúde

Lebon Régis

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 36/2016

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 36/2016 licitação: TP03/2016.

Objeto: Contratação de empresa especializada para recuperação da Rua Waldir Ortigari e Luiz Moreira Leite com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado à Quente) conforme Memorial Descritivo e Projeto Arquitetônico, partes integrantes deste Edital.

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS.

Contratado: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA-EPP - 06.099.082/0001-50.

Valor: R\$ 141.253,43 (cento e quarenta e um mil e duzentos e cinquenta e três reais e quarenta e três centavos).

Vigência: 03/06/2016. Término: 31/12/2016

Lebon Régis, 03/06/2016.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 09/2014

EXTRATO CONTRATUAL 2º TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 09/2014 licitação: PR4/2014.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração das cláusulas SEGUNDA (valor contratual) e SEXTA (dos prazos) do contrato em epígrafe, nos termos do artigo 57, inciso II e IV e artigo 65. II § 8º da lei 8.666/93. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Contratado: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA - 95.836.771/0001-20. Valor: 5.782,62 (cinco mil setecentos e oitenta e dois reais com sessenta e dois centavos). Vigência: 01/07/2016. Término: 01/07/2017. Lebon Régis, 28/06/2016.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 10/2014

EXTRATO CONTRATUAL 2º TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 10/2014 licitação: PR4/2014.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração das cláusulas SEGUNDA (valor contratual) e SEXTA (dos prazos) do contrato em epígrafe, nos termos do artigo 57, inciso II e IV e artigo 65. II § 8º da lei 8.666/93.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratado: INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA - 12.234.834/0001-40.

Valor: R\$ 34.256,65 (trinta e quatro mil duzentos e cinquenta e seis reais com sessenta e cinco centavos). Vigência: 01/07/2016. Término: 01/07/2017. Lebon Régis, 28/06/2016.

Jocevania Pesenti-Gestora.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.794/2016, DE 27 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 2.794/2016, DE 27 DE JUNHO DE 2016

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.308/2015, de 10 de Dezembro de 2015:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 – Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.017 – Diretoria de Educação – Educação Especial

3.3.50.00.00.00.00.00.0104 – Transf. A Instituições Privadas sem fins.....R\$ 3.0000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerão por conta da anulação da seguinte dotação:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 – Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.017 – Diretoria de Educação – Educação Especial

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 3.0000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 27 de Junho de 2016

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Responsável pelo RH

DECRETO Nº 2.795/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 2.795/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.327/2016, de 29 de

Junho de 2016:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 03 – Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Projeto/Atividade 2.042 – Manutenção Casa Lar

3.3.71.00.00.00.00.00.0104 – Transferências a Consórcios Públicos R\$ 18.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 01 – Diretoria de Ação Social

Projeto/Atividade 1.008 – Investimentos Gerais - FMAS

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações DiretasR\$ 5.000,00

Projeto/Atividade 2.024 – Assistência Comunitária - FMAS

3.3.50.00.00.00.00.00.0104 – Transf. A Instituições Privadas sem finsR\$ 2.000,00

Projeto/Atividade 2.040 – Proteção Social Básica - CRAS

3.1.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações DiretasR\$ 11.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 29 de Junho de 2016

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

LEI ORDINÁRIA Nº 1.327/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016

LEI ORDINÁRIA Nº 1.327/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Suplementar da seguinte

dotação orçamentária:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade 03 – Fundo Municipal da Infância e Adolescência
Projeto/Atividade 2.042 – Manutenção Casa Lar
3.3.71.00.00.00.00.00.0104 – Transferências a Consórcios Públicos
..... R\$ 18.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E AÇÃO SOCIAL
Unidade 01 – Diretoria de Ação Social
Projeto/Atividade 1.008 – Investimentos Gerais - FMAS
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
.....R\$ 5.000,00

Projeto/Atividade 2.024 – Assistência Comunitária - FMAS
3.3.50.00.00.00.00.00.0104 – Transf. A Instituições Privadas sem finsR\$ 2.000,00

Projeto/Atividade 2.040 – Proteção Social Básica - CRAS
3.1.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
.....R\$ 11.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças
Registrado e publicado,
Em, 29 de Junho de 2016

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

LEI COMPLEMENTAR Nº 290/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº 290/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

FIXA OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL PARA O MANDATO QUE INICIARÁ EM 1º DE JANEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Ficam fixados os subsídios dos Vereadores, para a Legislação que iniciará em 1º de janeiro de 2017, conforme os seguintes valores:

I – Vereadores – R\$ 1.873,21 (Um mil oitocentos e setenta e três reais e vinte e um centavos)

II – Ao Vereador ocupante do cargo de Presidente do Poder Legislativo Municipal R\$2.809,91 (dois mil oitocentos e nove reais e oitenta e um centavos), pelo exercício do cargo, proibida qualquer outra espécie remuneratória ou indenizatória.

§ 1º. Os subsídios fixados na forma deste artigo serão devidos mensalmente aos detentores dos cargos eletivos do Poder Legislativo

Municipal, inclusive no período de recesso parlamentar.

§ 2º. À remuneração dos Vereadores, fixada em subsídios, em parcela única, na forma deste artigo, é vedado o acréscimo de qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie de verba remuneratória, inclusive acréscimos relativos a férias ou gratificação de décimo terceiro salário.

§ 3º. É vedada a concessão de ajuda de custo a Vereador, ressalvado o pagamento de diárias ou indenização de despesas, quando o parlamentar se encontra em missão de representação, autorizada pela Mesa Diretora, conforme previsto no art. 29, IV, da Lei Orgânica do Município.

§ 4º. As Sessões de caráter extraordinário, em conformidade com o artigo 57, §7º da Constituição Federal, não serão remuneradas.

§ 5º. Os descontos relativos à ausência às Sessões Ordinárias e Extraordinárias, serão efetuados, conforme o caso, na forma dos §§ 4º e 5º do artigo 29 da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º. O subsídio mensal dos Vereadores poderá ser revisado anualmente, para reposição das perdas inflacionárias, observando os limites legais e constitucionais, considerando para tanto índices oficiais de medidas de inflação.

Parágrafo único: Em caso concessão de revisão no primeiro ano do mandato, esta deverá compreender apenas perda inflacionária acumulada no período de 1º de janeiro até a data base da concessão.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC, em 29 de junho de 2016.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 29 de Junho de 2016

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

LEI COMPLEMENTAR Nº 291/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

LEI COMPLEMENTAR Nº 291/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE LINDÓIA DO SUL PARA O MANDATO QUE INICIARÁ EM 1º DE JANEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Ficam fixados os subsídios do Prefeito Municipal, Vice-Prefeito Municipal e Secretários Municipais, para o mandato que se iniciará em 1º de janeiro de 2017, conforme os seguintes valores:

I – Prefeito Municipal – R\$ 11.714,08 (onze mil setecentos e quatorze reais com oito centavos).

II – Vice-Prefeito Municipal – R\$ 4.776,82 (quatro mil setecentos e

setenta e seis reais e oitenta e dois centavos).

III – Secretários Municipais – R\$ 4.035,16 (quatro mil e trinta e cinco reais com dezesseis centavos).

§ 1º. Os subsídios fixados na forma deste artigo serão devidos mensalmente aos detentores dos cargos identificados.

§ 2º. À remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, fixada em subsídios, devida em parcela única, na forma deste artigo, é vedado o acréscimo de qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie de verba remuneratória, inclusive acréscimos relativos a férias ou gratificação de décimo terceiro salário, exceto valores indenizatórios relativos à diárias, conforme legislação específica.

Art. 2º. O subsídio mensal do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais poderá ser revisado anualmente, para reposição das perdas inflacionárias, observando os limites legais e constitucionais, considerando para tanto índices oficiais de medidas de inflação.

Parágrafo único: Em caso concessão de revisão no primeiro ano do mandato, esta deverá compreender apenas perda inflacionária acumulada no período de 1º de janeiro até a data base da concessão.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC, em 29 de junho de 2016.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 29 de Junho de 2016

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Luzerna

PREFEITURA

1 TERMO ADITIVO A ARP PML 020.16

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, DE FORMA PARCELADA, DESTINADOS ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA UNIDADE GESTORA - PREFEITURA DE LUZERNA E OS FUNDOS ESPECIAIS, BEM COMO AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA O GRUPAMENTO POLICIAL MILITAR.

Aos 29 (vinte nove) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, e a empresa CAPINZAL CENTER LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Sete de Abril, nº 3151, Parque Jardim Ouro na cidade de Ouro/SC, CEP 89.663-000 inscrita no CNPJ sob o nº 07.383.088/0001-17, neste ato representada por seu sócio administrador ENIO DELAZERI, brasileiro, casado, do comércio, portador da cédula de identidade nº 11/R 1.870.202 e inscrito no CPF/MF nº 453.533.100-63, doravante denominado FORNECEDOR 2, classificada para a aquisição do produto descrita no Edital de Processo Licitatório nº 017/2016, Pregão Presencial nº 010/2016, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO ACRÉSCIMO

O presente Termo Aditivo tem como objeto, com a concordância das partes, a alteração da ARP PML nº 020/2016 passando o item 62 (Leite longa vida integral) ao valor unitário de R\$ 3,48 (três reais e quarenta e oito centavos), em observância a Cláusula Sexta da supramencionada Ata, enquanto durar a sazonalidade do produto supramencionado.

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmados na Ata de o original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 29 de junho de 2016.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO DE LUZERNA
CONTRATANTE

ENIO DELAZERI
CAPINZAL CENTER LTDA
FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

AVISO DE INEXIGIBILIDADE - PL 052/2016 - IL 007/2016 - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA
Processo Licitatório nº 052/2016
Inexigibilidade nº 007/2016

O Poder Público Municipal torna pública a Inexigibilidade de Licitação referente à "Contratação com a empresa de transporte coletivo ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.823.65/0001-95, estabelecida na Rua Santos Dumont nº 520 – Centro, no município de Herval d'Oeste – SC, detentora de linha exclusiva (Concessão Pública – DETER), para o fornecimento de passes para estudantes, durante o exercício financeiro de 2016".

Valor contratado: R\$ 5.250,00

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 25, incisos I.

Luzerna (SC), 29 de junho de 2016.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

CONTRATO FMS Nº 021.16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 021/2016

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 051/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 033/2016

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato pela Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 – AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Avenida Prefeito Guiomar de Jesus Lopes, nº 418, Bairro Cristo Rei na cidade de Francisco Beltrão/PR CEP 85.602-510, inscrita no CNPJ sob o nº 20.590.555/0001-48 IE 90676239-5, neste ato representada pelo sócio administrador ADRIANO RIBEIRO LAZZARI, brasileiro, maior e capaz, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 9072824-5 SESP-PR e inscrito no CPF sob o nº 072.018.949-78, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 051/2016, Pregão Presencial nº 033/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	5.000,00	CP	Acido acetilsalicílico 325 mg tamponado	0,69	3.450,00
5	500,00	FR	Borato de 8-hidroxiquinolina 0,40mg + trolamina 140,0 mg - solução otológica	10,73	5.365,00
9	300,00	FR	Ceftriaxona sodica intramuscular com anestésico - frasco 1g	6,31	1.893,00
10	500,00	FR	Ceftriaxona sodica intramuscular com anestésico frasco 500mg	6,31	3.155,00

O FORNECEDOR 1 - AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 13.863,00 (treze mil oitocentos e sessenta e três reais);

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

0.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

0.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

0.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

0.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

0.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

0.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

0.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um.

0.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

0.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA
DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o

custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br)

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a

licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento PATRÍCIA TEDESCO e GIOVANA DIEHL a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 24 de junho de 2016.

GABRIELA MAZZARINO GESTORA DO FMS CONTRATANTE	ADRIANO RIBEIRO LAZZARI AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA FORNECEDOR 1
TESTEMUNHAS: 1. _____	

2. _____

CONTRATO FMS Nº 022.16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 022/2016

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 051/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 033/2016

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato pela Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

2 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Estrada Boa Esperança, 2320, Bairro Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul/SC, CEP 89.163-554 inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02 IE 253.148.995, neste ato representada por seu sócio administrador ANACLETO FERRARI, brasileiro, maior e capaz, casado, comerciante, portador da cédula de identidade RG nº 3R 1.428.772 SSPSC e inscrito no CPF/MF sob o nº 523.140.819-000, doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 051/2016, Pregão Presencial nº 033/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO**

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
7	15.000,00	CP	Carbonato de cálcio comp. 500 mg	0,04	600,00
15	200,00	FR	Deltametrina shampoo	5,35	1.070,00
19	50.000,00	CP	Diclofenaco potássico comp. 50 mg	0,049	2.450,00

O FORNECEDOR 2 – ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 4.120,00 (quatro mil cento e vinte reais);

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

0.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

0.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

0.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

0.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

0.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

0.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

0.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um.

0.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

0.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DOS PAGAMENTOS**

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e

inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento PATRÍCIA TEDESCO e GIOVANA DIEHL a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 24 de junho de 2016.

GABRIELA MAZZARINO GESTORA DO FMS CONTRATANTE	ANACLETO FERRARI ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA FORNECEDOR 2
TESTEMUNHAS: 1. _____	

2. _____

CONTRATO FMS Nº 023.16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 023/2016
PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 051/2016
PREGÃO PRESENCIAL nº 033/2016

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato pela Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

3 - ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Avenida Nereu Ramos, nº 1675 D, Anexo salas 010 e 02, Bairro Universitário, na cidade de Chapecó/SC, CEP 89812-111, inscrita no CNPJ sob o nº 13.568.558/0001-10, neste ato representada por sua sócia proprietária IJOWI TOBIN DILDA, brasileira, maior e capaz, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 3.767.841 SSPSC e inscrita no CPF sob o nº 040.293.519-56, doravante denominado FORNECEDOR 3;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 051/2016, Pregão Presencial nº 033/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
14	5.000,00	CP	Cloxacolan - 2 mg	0,39	1.950,00

O FORNECEDOR 3 – ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, responsável pelo fornecimento do item descrito no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais);

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

0.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

0.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

0.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos

padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

0.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

0.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

0.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

0.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um.

0.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

0.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são

publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento PATRÍCIA TEDESCO e GIOVANA DIEHL a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 24 de junho de 2016.

GABRIELA MAZZARINO
GESTORA DO FMS
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

IJOWI TOBIN DILDA
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS
FORNECEDOR 3

CONTRATO FMS Nº 024.16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 024/2016

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 051/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 033/2016

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato pela Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

4 – ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Octaviano Teixeira Dos Santos, nº 1132, Centro, na cidade de Francisco Beltrão/PR, CEP 85.601-030, inscrita no CNPJ sob o nº 02.607.956/0001-81, neste ato representada por sua sócio administrador ANGELO FOLLADOR SOBRINHO, brasileiro maior e capaz, casado, comerciante, portador da cédula de identidade RG nº 8.875.682-7 PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 41203930812, doravante denominado FORNECEDOR 4;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 051/2016, Pregão Presencial nº 033/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
22	45.000,00	CP	Espironolactona - 25 mg	0,104	4.680,00
24	15.000,00	CP	Hemitartarato de zolpidem comp. 10 mg	0,407	6.105,00
39	120.000,00	CP	Propranolol comp. 40mg genérico	0,014	1.680,00

O FORNECEDOR 4 – ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 12.465,00 (quatorze mil quatrocentos e sessenta e cinco reais);

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

0.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

0.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

0.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

0.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

0.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

0.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

0.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um.

- 0.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.
- 0.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.
- 0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;
- 2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.
- 3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
- 4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;
- 4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
- 5.1.1. Advertência;
- 5.1.2. Multa;
- 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos

serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8.O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer

a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento PATRÍCIA TEDESCO e GIOVANA DIEHL a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 24 de junho de 2016.

GABRIELA MAZZARINO
GESTORA DO FMS
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

IJOWI TOBIN DILDA
ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS
FORNECEDOR 4

CONTRATO FMS Nº 025.16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 025/2016

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 051/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 033/2016

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato pela Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

5 – CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a BR 480, nº 795, saída para Erechim na cidade de Barão do Cotegipe/RS, CEP 99.740-000 inscrita no CNPJ sob o nº 03.652.030/0001-70, neste ato representada por seu sócio administrador EDIVAR SZYMANSKI, brasileiro, maior e capaz, casado, comerciante, portador da cédula de identidade RG nº 505.113.296-6 SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 670.481.290-34, doravante denominado FORNECEDOR 5;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 051/2016, Pregão Presencial nº 033/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
2	15.000,00	CP	Amiodarona comp 200 mg	0,26	3.900,00
4	20.000,00	CP	Atenolol- comp 100 mg - generico	0,048	960,00
17	10.000,00	CP	Dexclorfeniramina - comp 2 mg	0,68	680,00
18	2.000,00	FR	Diclofenaco potassico gotas 15 mg/ml	2,20	4.400,00
20	50.000,00	CP	Dipirona sodica- comp 500 mg generico	0,08	4.000,00
21	700,00	bl	Etinilestradiol 0,03 mg + levonorgestrel 0,15 mg blister com 21 cpr	0,48	336,00
25	20.000,00	CP	Hidroclorotiazida - 50 mg	0,034	680,00
26	1.000,00	FR	Ibuprofeno solucao oral 100mg/ml	2,19	2.190,00
31	20.000,00	CP	Loratadina - comp 10 mg	0,049	980,00
36	80.000,00	CP	Paracetamol comp 750mg generico	0,064	5.120,00
38	20.000,00	CP	Cafeina 30mg + carisoprodol 125mg + diclofenaco sódico 50mg + paracetamol 300mg -blister com 10 ou 15.	0,144	2.880,00

O FORNECEDOR 5 – CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 26.126,00 (vinte e seis mil cento e vinte e seis reais);

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

0.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

0.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

0.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

0.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

0.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

0.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

0.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um.

0.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

0.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de

Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. Os preços não serão reajustados;
- 2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;
- 2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br)
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.
- 3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
 - 4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;
 - 4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
 - 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
 - 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
 - 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
 - 5.1.1. Advertência;
 - 5.1.2. Multa;
 - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
 - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
 - 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
 - 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro

de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

**CLÁUSULA OITAVA
DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento PATRÍCIA TEDESCO e GIOVANA DIEHL a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

**CLÁUSULA DÉCIMA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 24 de junho de 2016.

GABRIELA MAZZARINO GESTORA DO FMS CONTRATANTE	EDIVAR SZYMANSKI CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES FORNECEDOR 5
TESTEMUNHAS:	
1. _____	

2. _____

CONTRATO FMS Nº 026.16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 026/2016

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 051/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 033/2016

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato pela Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

6 – CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Luiz Fagundes,

nº 1486, Bairro Picadas do Sul na cidade de São José/SC CEP 88.106-000 inscrita no CNPJ sob o nº 94.516.671/0002-34, neste ato representada por sua procuradora DAIANE LIMBERGER DIAS, brasileira, maior e capaz, em união estável, comerciante, portadora da cédula de identidade RG nº 7088054007 SJS/II-RS e inscrita no CPF/MF sob o nº 172.803.700-04, doravante denominado FORNECEDOR 6;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 051/2016, Pregão Presencial nº 033/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
13	150,00	FR	Clonazepan - gotas 2,5/ml	1,39	208,50
32	30.000,00	CP	Metoclopramida - comp 10 mg	0,046	1.380,00
43	15.000,00	CP	Verapamil comp 80mg generico	0,053	795,00

O FORNECEDOR 6 – CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 2.383,50 (dois mil trezentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos);

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

0.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

0.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

0.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

0.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

0.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

0.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

0.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um.

0.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

0.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.
- 3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA**DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR****4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:**

- 4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;
- 4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA**DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
- 5.1.1. Advertência;
- 5.1.2. Multa;
- 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
- 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
- 5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.
- 5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- 5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
- 5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.
- 5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.
- 5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:
- 5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;
6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento PATRÍCIA TEDESCO e GIOVANA DIEHL a quem

deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 24 de junho de 2016.

GABRIELA MAZZARINO GESTORA DO FMS CONTRATANTE TESTEMUNHAS: 1. _____ 2. _____	DAIANE LIMBERGER DIAS CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSPITALARES FORNECEDOR 6
---	---

CONTRATO FMS Nº 027.16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 027/2016
PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 051/2016
PREGÃO PRESENCIAL nº 033/2016

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato pela Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

7 – DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rodovia BR 480, nº 180, na cidade de Barão do Cotegipe/RS CEP 99.740-000 inscrita no CNPJ sob o nº 02.520.829/0001-40, neste ato representada por seu procurador IVAN CARLOS FACIOLI, brasileiro, solteiro, maior e capaz, portador da cédula de identidade nº 704677511 SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 958.229.920-72, doravante denominado FORNECEDOR 7;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 051/2016, Pregão Presencial nº 033/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
6	500,00	CP	Butilbr escopolamina 10mg/ml gts generico	6,78	3.390,00
16	2.000,00	TUB	Dexametasona - creme dermatologico 0.1 % - 10g - genérico	0,64	1.280,00
28	15.000,00	CP	Levotiroxina sodica 100 mcg	0,109	1.635,00
29	15.000,00	CP	Levotiroxina sodica 25 mcg	0,109	1.635,00

30	15.000,00	CP	Levotiroxina sodica 50 mcg	0,109	1.635,00
35	10.000,00	CP	Norfloxacino comp 400 mg generico	0,22	2.200,00
40	300,00	FR	Paracetamol gotas 200mg/ ml 15ml genérico	0,68	204,00
41	3.000,00	ENV	Sais para reidratação oral 27,9 g sem sabor	0,58	1.740,00
42	1.000,00	FR	Sulfametoxazol + trimetoprima susp 40/8 generico	0,96	960,00

O FORNECEDOR 7 – DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 14.679,00 (quatorze mil seiscentos e setenta e nove reais);

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

0.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

0.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

0.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

0.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

0.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

0.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

0.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um.

0.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

0.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- 4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;
- 4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- 5.1.1. Advertência;
- 5.1.2. Multa;
- 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
 - 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
 - 5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.
- 5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- 5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
 - 5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.
 - 5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.
- 5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:
 - 5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
 - 5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- 6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento PATRÍCIA TEDESCO e GIOVANA DIEHL a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a

realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 24 de junho de 2016.

GABRIELA MAZZARINO GESTORA DO FMS CONTRATANTE	IVAN CARLOS FACIOLI DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA FORNECEDOR 7
TESTEMUNHAS:	
1. _____	

2. _____

CONTRATO FMS Nº 028.16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 028/2016

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 051/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 033/2016

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato pela Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

8 – KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Marechal Castelo Branco, nº 287A, Centro no Município de Ibiaca/RS CEP 99.940-000 inscrita no CNPJ sob o nº 15.068.089/0001-03, neste ato representada por sua sócia administradora FABIANA BIZOTTO, brasileira, maior e capaz, cirurgiã dentista, portadora da cédula de identidade nº 1062960354 SJS/RS e inscrita no CPF/MF sob o nº 952.428.720-04, doravante denominado FORNECEDOR 8;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 051/2016, Pregão Presencial nº 033/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
11	600,00	TB	Cetoconazol creme 20mg/g 30g genérico	1,33	798,00
12	5.000,00	CP	Cinarizina comp 75 mg	0,17	850,00
23	15.000,00	CP	Fenitoina 100 mg	0,219	3.285,00

O FORNECEDOR 8 – KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 4.933,00 (quatro mil novecentos e trinta e três reais);

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

0.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

0.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

0.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/

ou fiscalizem-nos.

0.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

0.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

0.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

0.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

0.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um.

0.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

0.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br)

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são

publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

CLÁUSULA NONA
DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento PATRÍCIA TEDESCO e GIOVANA DIEHL a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 24 de junho de 2016.

GABRIELA MAZZARINO GESTORA DO FMS CONTRATANTE	FABIANA BIZOTTO KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP FORNECEDOR 8
TESTEMUNHAS: 1. _____	

2. _____

CONTRATO FMS Nº 029.16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 029/2016

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 051/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 033/2016

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho do ano de 2016, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato pela Gestora, GABRIELA MAZZARINO, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

9 – MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Samuel Kruschim, nº 200, Bairro Patronato, na cidade Santa Maria /RS CEP 97020-670, inscrita no CNPJ sob o nº 94.894.169/0001-86, neste ato representado por MAURO MARCIANO GRACIA DE FREITAS, brasileiro, casado, maior, empresário portador da cédula de identidade nº 8022867959-SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob o nº 374.624.900-72, residente Rua Samuel Kruschim, nº 200, apto 201, Vila Noal, Bairro Patronato, na cidade Santa Maria/RS, doravante, doravante denominado FORNECEDOR 9;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 051/2016, Pregão Presencial nº 033/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
3	50.000,00	CP	Anlodipina comp. 5mg genérico	0,021	1.050,00
8	10.000,00	CP	Castanha da Índia - aesculus hippocastanum - comprimidos 100 mg	0,16	1.600,00
27	3.000,00	CP	Ibuprofeno 300 mg – comp.	0,045	135,00
33	10.000,00	CP	Metronidazol comp. 250mg- embalagem fracionável - genérico	0,1209	1.209,00
34	7.000,00	CP	Nitrofurantoina comp. 100 mg genérico	0,14	980,00

O FORNECEDOR 9 – MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos no quadro acima, receberá o valor global total de R\$ 4.974,00 (quatro mil novecentos e setenta e quatro reais);

0.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

0.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

0.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos medicamentos em até 05 (cinco) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras do Município, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

0.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

0.6. Os medicamentos deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna (SC), em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

0.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

0.8. Por ocasião do recebimento dos medicamentos, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos medicamentos enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de

pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.10. Os medicamentos fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

0.11. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

0.12. Os medicamentos fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um.

0.13. O aceite dos medicamentos não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

0.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

0.15. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.4. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.6. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.7. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado na Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração

e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obediência ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntado-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços;

7.8.A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.9. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.10. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.11. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 13.01.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura podendo ocorrer prorrogação se de interesse das partes até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, observando o disposto na Lei nº 8.666/93;

9.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento PATRÍCIA TEDESCO e GIOVANA DIEHL a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 24 de junho de 2016.

GABRIELA MAZZARINO
GESTORA DO FMS
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

MAURO MARCIANO GRACIA DE FREITAS
MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS
FORNECEDOR 9

DECRETO 2232

DECRETO Nº 2232 de 28 de junho de 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2016".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere os artigos 4º e 5º, da Lei nº 1.406 de 10 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 4.678,05 (quatro mil e seiscentos e setenta e oito reais e cinco centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado na Fonte e Detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2016, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Atividade - 12.001.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS - Centro de Referência em Assistência Social Geral
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
Fonte: S.F. Transf. do Sistema Único de Assist. Social - SUAS/União R\$ 4.678,05

Detalhamento de Recursos - 302 - Acessuas

Art.2º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 1.454,66 (mil e quatrocentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2015, apurado na Fonte e Detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2016, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Atividade - 12.001.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS - Centro de Referência em Assistência Social Geral
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte: S.F. Transf. do Sistema Único de Assist. Social - SUAS/União R\$ 1.454,66

Detalhamento de Recursos - 302 - Acessuas

Art.3º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2015.

Art. 4º- Fica anulada parcialmente, no valor de R\$ 633,12 (seiscentos e trinta e três reais e doze centavos) na Unidade, Atividades e na Modalidade de Aplicação da despesa, abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Atividade - 12.001.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS - Centro de Referência em Assistência Social Geral
Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos
Fonte: S.F. Transf. do Sistema Único de Assist. Social - SUAS/União R\$ 491,56

Detalhamento de Recursos - 302 - Acessuas

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Atividade - 12.001.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS - Centro de Referência em Assistência Social Geral
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte: Transf. do Sistema Único de Assist. Social - SUAS/União .. R\$ 141,56

Detalhamento de Recursos - 302 - Acessuas

Art. 5º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior fica suplementada no valor de R\$ 633,12 (seiscentos e trinta e três reais e doze centavos) na Unidade, Atividade e na Modalidade de Aplicação da despesa, abaixo discriminados:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Atividade - 12.001.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS - Centro de Referência em Assistência Social Geral
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte: S.F. Transf. do Sistema Único de Assist. Social - SUAS/União R\$ 491,56

Detalhamento de Recursos - 302 - Acessuas

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Atividade - 12.001.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS - Centro de Referência em Assistência Social Geral
Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos
Fonte: Transf. do Sistema Único de Assist. Social - SUAS/União R\$ 141,56

Detalhamento de Recursos - 302 - Acessuas

Art.6º - Por conta das alterações dos art.s 4º e 5º o valor de R\$ 491,56, suplementado pelo artigo 5º do Decreto 2219 de 23 de maio de 2016, passa a estar disponível na dotação descrita no artigo 5º deste Decreto.

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 28 de junho de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE CONVÊNIO 0152016

EXTRATO DE CONVÊNIO

PML 2016

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 015/2016

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONVENIADA : ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA GERMANO

VALOR: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

OBJETO: repasse de recursos financeiros pelo Município para a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA GERMANO, a importância de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais), a ser aplicada nas atividades desenvolvidas pela entidade, em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado.

DOTAÇÃO: Atividade - 02.01.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito - Categoria Econômica - 3.3.50 e 4.4.50 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários - Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários.

VIGÊNCIA: Até 18/11/2016.

Luzerna, 29 de junho de 2016.

MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
CONVENIENTE

CLAUDIR SBRUSSI
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA GERMANO
CONVENIADA

EXTRATO DE CONVÊNIO 0162016

EXTRATO DE CONVÊNIO

PML 2016

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 016/2016

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONVENIADA : ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA BARRA DO ESTREITO

VALOR: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

OBJETO: repasse de recursos financeiros pelo Município para a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA BARRA DO ESTREITO, a importância de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais), a ser aplicada nas atividades desenvolvidas pela entidade, em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado.

DOTAÇÃO: Atividade - 02.01.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito - Categoria Econômica - 3.3.50 e 4.4.50 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários - Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários.

VIGÊNCIA: Até 18/11/2016.

Luzerna, 29 de junho de 2016.

MOISES DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONVENIENTE	IVONE HEINECK ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA BARRA DO ESTREITO CONVENIADA
--	--

PORTARIA 120/16

PORTARIA Nº 120/16 de 22 de junho de 2016.

"READAPTA TEMPORARIAMENTE SERVIDOR QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- READAPTAR, temporariamente, enquanto perdurarem as restrições médicas, os servidor ACASIR DUTRA, ocupante do emprego público efetivo de Operador de Máquinas, para exercer as funções de Motorista, nas Unidades Básicas de Saúde e da Estratégia de Saúde da Família, para atendimento da demanda da Atenção Básica dos ESF Vila Alemanha e ESF São Francisco, em virtude de restrição médica para desenvolvimento de atividades pesadas e com impacto em coluna, visando garantir a continuidade dos serviços sem o aumento de despesas, a partir de 22 de junho de 2016.

Art.2º- Durante este período, deverá o servidor cumprir o horário determinado para a Secretaria em que atuará.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de junho de 2016.

Luzerna(SC), 22 de junho de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

ANEXO 14 - DECRETO 2232

Betha Sistemas
Exercício 2015
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta, Indireta e Fundacional

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	1.354.852,40	PASSIVO CIRCULANTE	1.114.111,01
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.205.626,27	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	849.364,58
CREDITOS A CURTO PRAZO	141.027,54	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	34.200,89
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	7.985,12	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	217.396,69
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	213,47	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	8.460,89
ATIVO NÃO CIRCULANTE	33.817.274,04	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.687,96
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	603.556,22	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	500.537,80
INVESTIMENTOS	4.222,85	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	340.682,14
IMOBILIZADO	33.209.494,97	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	148.235,15
		FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	11.620,51
		TOTAL DO PASSIVO	1.614.648,81
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual
		PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	22.987.189,92
		RESULTADOS ACUMULADOS	10.570.287,71
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	-1.648.359,04
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.218.646,75
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33.557.477,63
TOTAL	35.172.126,44	TOTAL	35.172.126,44

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício 2015
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 2

ATIVO FINANCEIRO	Exercício Atual	PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
ATIVO	1.205.626,27	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	230.545,54
ATIVO CIRCULANTE	1.205.626,27	PASSIVO CIRCULANTE	230.545,54
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.205.626,27	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	217.386,69
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	1.205.626,27	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	8.460,89
		DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.687,96
		CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	320.809,52
		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	1.347,06
		TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	552.702,12
ATIVO PERMANENTE	Exercício Atual	PASSIVO PERMANENTE	Exercício Atual
ATIVO	33.966.500,17	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.384.103,27
ATIVO CIRCULANTE	149.226,13	PASSIVO CIRCULANTE	883.585,47
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	141.027,54	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	849.364,58
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	7.985,12	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	34.200,89
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	213,47	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	500.537,80
ATIVO NÃO CIRCULANTE	33.817.274,04	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	340.682,14
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	603.556,22	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	148.235,15
INVESTIMENTOS	4.222,85	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	11.620,51
IMOBILIZADO	33.209.494,97	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE	1.384.103,27
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	33.966.500,17		
SALDO PATRIMONIAL			33.235.321,05

COMPENSAÇÕES	Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	3.300,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	7.146.780,88
TOTAL	3.300,00	TOTAL	7.146.780,88
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL		
ORDINÁRIA	-211.771,57		
VINCULADA	884.695,72		
Alienções de Bens destinados a Outros Programas	30.529,84		
Assistência Farmacêutica Básica	13.749,72		
Atenção Básica	135.512,37		
Bolsa Família	9.042,38		
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	36,85		
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	137.302,79		
Convênio Transfêro - Civil	13.281,68		
Convênio Transfêro - Militar	14.888,91		
Convênio Transfêro - Prefeitura	6.061,70		
Fundo Especial do Petróleo	5,18		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício 2015
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 3

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
Gestão do SUS	44,04
Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	37.276,36
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	5.307,92
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	5.546,60
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	19,69
Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	20,15
S.F. Transferências de Convênios - Estado/Outros	851,84
S.F. Alienações de Bens destinados a Outros Program	11.847,60
S.F. Assistência Farmacêutica Básica	133.071,03
S.F. Atenção Básica	10.027,03
S.F. Bolsa Família	5.217,95
S.F. Contr. p/ o Custeio dos Serv. de Ilum. Públ. - C	108.135,54
S.F. Convênio Trânsito - Civil	10.352,47
S.F. Convênio Trânsito - Militar	13.510,79
S.F. Convênio Trânsito - Prefeitura	2.349,36
S.F. Outras Transf. de Rec. p/ o Fundo de Assist. Soc	9.490,88
S.F. Outros Rec. do Fundo Nac. de Desenv. Educ.-FND	4.163,44
S.F. Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE	611,06
S.F. Salário Educação	0,48
S.F. Transferências de Convênios - Outros	12.477,60
S.F. Transferências de Convênios - Saúde	8.332,12
S.F. Vigilância em Saúde	17.667,78
Salário Educação	3.183,29
Transferência SUAS/ Estado	26.420,24
Transferências de Convênios - Estado/Outros	6.198,42
Transferências de Convênios - Educação	45,27
Transferências de Convênios - Outros	37.110,28
Transferências de Convênios - Saúde	22.631,30
Transferência do SUS/Estado	7.597,95
Vigilância em Saúde	4.825,82
TOTAL	652.924,15

Luzerna, 12/04/2016

DREONE MENDES
CONTADOR - CRC/SC 36.461

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

Macieira

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0030/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório n° 0034/2016.

Tomada de Preços n° 0004/2016

Contrato Administrativo n° 0030/2016.

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de pavimentação asfáltica com drenagem das águas pluviais e obra de arte das Ruas Ângelo Pandini e Rodolfo Nickel, a ser adquirida através de recursos do Contrato de Repasse n° 819399/MINISTERIO DAS CIDADES/CAIXA, conforme Projeto, Planilha orçamentária e Memorial Descritivo, com fornecimento de material e mão-de-obra.

Contratada: MINEROCHA CATARINENSE LTDA.

Prazo e vigência: De acordo com o cronograma físico financeiro e Contrato de Repasse.

Valor Global: R\$ 250.465,50 (duzentos e cinquenta mil quatrocentos e sessenta e cinco reais com cinquenta reais).

Pagamento: Após a emissão do boletim de medição e liberação dos recursos do Contrato de Repasse n° 819399/MINISTERIO DAS CIDADES/CAIXA.

Macieira, 27 de junho de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando CREDENCIAMENTO de prestadores de serviços especializados na área de saúde para fins de contratação de laboratório de citopatologia e anatomia patológica, AO PREÇO TABELA SUS, através da secretaria municipal de saúde. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos de 28 de junho de 2016, até o dia 28 de junho de 2021, no Departamento de Licitações. Base legal: Lei Federal nº 8.666/93. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 27 de junho de 2016.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2016

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2016

Contrato nº: 028/2016

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: SELETIVA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI - EPP

CNPJ: 04.741.337/0001-00

Modalidade Processo Licitatório n.º 016/2016. Registro de Preço n.º 008/2016.

Data Assinatura do termo aditivo: 28 de junho de 2016.

Valor do Termo Aditivo:

Item	Descrição	Valor Unit. Inicial R\$	Valor Unit. atual R\$
33	51722 - Feijão preto, tipo 1, grupo anão, safra 2.013/2.014, emb. 1 Kg; Feijão preto, tipo 1, grupo anão, safra 2.013/2.014, emb. 1 Kg; NOTA MIL	R\$ 3,50	R\$ 7,59

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 055/2016

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 055/2016

Contrato nº: 055/2016

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada: ALARMES ALERTA SOLUÇÕES ELETRÔNICOS LTDA

CNPJ Nº 03.619.151/0001-10

Objeto: Aquisição de materiais para instalação de alarmes e contratação de empresa para prestar serviços de monitoramento eletrônico 24 horas por dia, através da Secretaria Municipal de Assistência Social

Modalidade: Processo Licitatório n.º 153/2016- Pregão Presencial n.º 049/2016

Valor: R\$ 3.168,00 (três mil cento e sessenta e oito reais).

Data Assinatura: 10 de junho de 2016

Prazo: O presente contrato vigorará até a data 31/12/2016.

Dotação Orçamentária:

72 - 3 . 14002 . 8 . 243 . 14 . 2.62 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

89 - 3 . 14002 . 8 . 244 . 14 . 2.79 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

103 - 3 . 14002 . 8 . 244 . 14 . 2.202 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

62 - 3 . 14001 . 8 . 122 . 14 . 2.60 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 056/2016

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 056/2016

Contrato nº: 056/2016

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada: M.M BASSO E CIA LTDA - ME

CNPJ Nº 22.950.767/0001-14

Objeto: Aquisição de materiais para instalação de alarmes e contratação de empresa para prestar serviços de monitoramento eletrônico 24 horas por dia, através da Secretaria Municipal de Assistência Social

Modalidade: Processo Licitatório n.º 153/2016- Pregão Presencial n.º 049/2016

Valor: R\$ \$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Data Assinatura: 10 de junho de 2016

Prazo: O presente contrato vigorará até a data 31/12/2016.

Dotação Orçamentária:

76 - 3 . 14002 . 8 . 243 . 14 . 2.71 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 059/2016

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 059/2016

Contrato nº: 059/2016

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: Everton Stach ME

CNPJ Nº 06.879.144/0001-46

Objeto: contratação de empresa especializada em serviço de estrutura de palco, sonorização e iluminação, através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, Modalidade: Processo Licitatório n.º 314/2016- Pregão Presencial n.º 086/2016

Valor: R\$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais).

Data Assinatura: 29 de junho de 2016

Prazo: O presente contrato vigorará até a data 31/12/2016.

Dotação Orçamentária:

261 - 1 . 10001 . 13 . 392 . 10 . 2.21 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra Aplicações diretas

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 057/2016

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 057/2016

Contrato nº: 057/2016

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: ODETI E BRUNA BICHOS DE PELUCIA LTDA ME

CNPJ Nº 04.452.336/0001-46

Objeto: Aquisição de leões de pelúcia, mascote do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD), destinados a Polícia Militar.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 187/2016- Pregão Presencial n.º 065/2016

Valor: R\$ 20.250,00 (vinte mil duzentos e cinquenta reais).

Data Assinatura: 15 de junho de 2016

Prazo: O presente contrato vigorará até a data 31/12/2016.

Dotação Orçamentária:

342. 1.24002.6.122.24.2.186.0.339000

Foro: Comarca de Mafra Aplicações diretas

LEI Nº. 4.207

LEI Nº. 4.207

DE 29 DE JUNHO DE 2016.

DENOMINA PRAÇA FERROVIÁRIO MIGUEL BIELECKI, LOCALIZADA NO INÍCIO DA AVENIDA CORONEL JOSÉ SEVERIANO MAIA AO LADO DA PRAÇA DO EXPEDICIONÁRIO.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Praça localizada no início da Avenida Coronel José Severiano Maia, ao lado da Praça do Expedicionário, conforme mapa em anexo, fica denominada "Praça Ferroviário Miguel Bielecki".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 29 de junho de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 058/2016

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 058/2016

Contrato nº: 058/2016

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: BELLOS EVENTOS LTDA EPP

CNPJ Nº 11.061.917/0001-12

Objeto: contratação de empresa especializada em serviço de estrutura de palco, sonorização e iluminação, através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo,

Modalidade: Processo Licitatório n.º 314/2016- Pregão Presencial n.º 086/2016

Valor: R\$ 16.630,00 (dezesseis mil seiscentos e trinta reais).

Data Assinatura: 29 de junho de 2016

Prazo: O presente contrato vigorará até a data 31/12/2016.

Dotação Orçamentária:

261 - 1 . 10001 . 13 . 392 . 10 . 2.21 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra Aplicações diretas

TERMO DE CONVOCAÇÃO

TERMO DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Administração, com fundamento na Lei Municipal Nº 3.808, de 13 de Abril de 2012 que dispõe sobre Emprego Público e a Lei Federal Nº 11.350 de 05 de outubro de 2006 regidos pela consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e no uso das atribuições legais, convoca a cidadã a seguir relacionada aprovada no Processo Seletivo, Edital nº 001/2013, o qual foi prorrogado na data de 08/06/2015, para mais 2 (dois) anos, na forma do item "13.1" do referido edital, desta Municipalidade, a comparecer no endereço a seguir:

Na Praça Desembargador Flávio Tavares nº 12 - (prédio da Prefeitura Municipal de Mafra - SC), no setor de Recursos Humanos e Qualidade, a CANDIDATA CONVOCADA a seguir:

01- Agente De combate a endemias - Dengue - Comparecer até dia 11/07/2016 (para manifestar interesse pela vaga)

NOME

ARIANA NEUNDORFF

O não comparecimento caracterizará o não interesse pela vaga e

implicará na exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Processo Seletivo nº 001/2013, facultando-nos a convocar outro (a) candidato (a), conforme Ordem de Classificação.

Ao concluir, aproveita do ensejo para cumprimentá-la pela classificação no Processo Seletivo nº 001/2013 desta Municipalidade.

Mafra, 29 de junho de 2016.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

Rodney Luiz Medeiros

Secretário Municipal de Administração

Maracajá

PREFEITURA

EXTRATO DO 1_TA AO CONTRATO Nº 35/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 35/2015

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: Camilo & Ghisi Ltda

Objeto: Aditiva prazo ao Contrato 35/2015

Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Sétima e seu Parágrafo Único, referente ao prazo de execução do objeto e vigência do contrato inicial que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Sétima: o prazo deste aditivo para execução dos serviços é de 04 (quatro) meses, passando o prazo inicial para 13 (treze) meses. Parágrafo Único: O prazo deste aditivo é de 04 (quatro) meses, passando o prazo inicial do contrato para 14 (catorze) meses

Maracajá, 17 fevereiro de 2016

Republicado por Incorreção.

EXTRATO DO 2_TA AO CONTRATO Nº 35/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 35/2015

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: Camilo & Ghisi Ltda

Objeto: Aditiva prazo ao Contrato 35/2015

Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Sétima e seu Parágrafo Único, referente ao prazo de execução do objeto e vigência do contrato inicial que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Sétima: o prazo deste aditivo para execução dos serviços é de 06 (seis) meses, passando o prazo inicial para 19 (dezenove) meses. Parágrafo Único: O prazo deste aditivo é de 06 (seis) meses, passando o prazo inicial do contrato para 20 (vinte) meses

Maracajá, 30 de maio de 2016.

EXTRATO DO 2_TA AO CONTRATO Nº 83/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 83/2014

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: Setep Construções S.A

Objeto: Aditivo de prazo ao Contrato 83/2014

Cláusula Primeira

Fica alterada a Cláusula Sétima e seu Parágrafo Único, referente ao prazo de execução do objeto e vigência do contrato inicial que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Sétima: o prazo deste aditivo para execução dos serviços é de 03 (três) meses, passando o prazo inicial para 17 (dezesete) meses. Parágrafo Único: O prazo deste aditivo é de 03 (três) meses, passando o prazo inicial do contrato para 18 (dezoito) meses.

Maracajá, 01 de março de 2016.

EXTRATO DO 3_TA AO CONTRATO Nº 83/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo

3º Termo Aditivo ao Contrato nº 83/2014

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: Setep Construções S.A

Objeto: Aditivo de prazo ao Contrato 83/2014

Cláusula Primeira

Fica alterada a Cláusula Sétima e seu Parágrafo Único, referente ao prazo de execução do objeto e vigência do contrato inicial que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Sétima: o prazo deste aditivo para execução dos serviços é de 04 (quatro) meses, passando o prazo inicial para 21 (vinte e um) meses. Parágrafo Único: O prazo deste aditivo é de 04 (quatro) meses, passando o prazo inicial do contrato para 22 (vinte e dois) meses.

Maracajá, 01 de junho de 2016.

EXTRATO DO 6_TA AO CONTRATO Nº 54/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo

6º Termo Aditivo ao Contrato nº 54/2015

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: Camilo & Ghisi Ltda

Objeto: Aditiva prazo ao Contrato 54/2015

Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Sétima e seu Parágrafo Único, referente ao prazo de execução do objeto e vigência do contrato inicial que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Sétima: o prazo deste aditivo para execução dos serviços é de 06 (seis) meses, passando o prazo inicial para 18 (dezoito) meses. Parágrafo Único: O prazo deste aditivo é de 06 (seis) meses, passando o prazo inicial do contrato para 19 (dezenove) meses.

Maracajá, 14 junho de 2016.

EXTRATO DO 9_TA AO CONTRATO Nº 57/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo

9º Termo Aditivo ao Contrato nº 57/2014

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: Camilo e Ghisi Ltda

Objeto: Aditivo de prazo ao Contrato 57/2014

Cláusula Primeira

Fica alterada a Cláusula Sétima e seu Parágrafo Único, referente ao prazo de execução do objeto e vigência do contrato inicial que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Sétima: o prazo deste aditivo para execução dos serviços é de 02 (dois) meses, passando o prazo inicial para 26 (vinte e seis) meses. Parágrafo Único: O prazo deste aditivo é de 02 (dois) meses, passando o prazo inicial do contrato para 27 (vinte e sete) meses

Maracajá, 08 de junho de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 78/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 78/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ,

Contratado: CREMA CONSTRUÇÕES LTDA - EPP.

Objeto: Contratação de empresa para execução das obras de pavimentação com lajotas de concreto, drenagem pluvial, calçadas e sinalização da Rua Arcendino Farias, Bairro Vila Paraná no município de Maracajá – SC (Trecho 01), tudo de conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro anexo e de acordo o Contrato de Repasse nº 819833/2015/Ministério das Cidades/Caixa, e de conformidade com o memorial descritivo e planilha orçamentária.

Valor: R\$ 271.649,75 (duzentos e setenta e um mil seiscentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos).

Vigência: 27/06/2016 a 30/11/2016

Maracajá, 27 de junho de 2016.

Wagner da Rosa

Contratante.

Daniel Barp Crema

Contratado.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 79/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 79/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ,

Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA.

Objeto: Contratação de empresa para execução das obras de pavimentação com lajotas de concreto, drenagem pluvial, calçadas e sinalização da Rua Arcendino Farias, Bairro Vila Paraná no município de Maracajá – SC (Trecho 01), tudo de conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro anexo e de acordo o Contrato de Repasse nº 819833/2015/Ministério das Cidades/Caixa.

Valor: R\$ 262.009,77 (duzentos e sessenta e dois mil nove reais e setenta e sete centavos).

Vigência: 28/06/2016 a 30/11/2016

Maracajá, 28 de junho de 2016.

Wagner da Rosa

Contratante.

Reginaldo Jeremias

Contratado.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 80/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 80/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ,

Contratado: MARACAJA COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA – ME.

Objeto: Aquisição de bica corrida para revitalização de ruas do município de Maracajá – SC, de acordo o Programa de Transferência do Estado de Santa Catarina nº 2016005393, decorrente do Pregão Presencial nº 35/2016.

Valor: R\$ 202.978,90 (duzentos e dois mil novecentos e setenta e oito reais e noventa centavos).

Vigência: 29/06/2016 a 30/11/2016

Maracajá, 29 de junho de 2016.

Wagner da Rosa

Contratante.

Eloana Casagrande

Contratado.

Maravilha

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 055/16

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato Administrativo n. 055/2016. Partes: Município de Maravilha – SC e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – SEBRAE/SC. Objeto: contratação de serviços de horas de consultoria destinadas às micro e pequenas empresas do município de Maravilha – sc. Vigência: 06 meses. Valor R\$ 50.000,00. Data de assinatura do Contrato Administrativo: 21/06/2016. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Carlos Guilherme Zigelli pela Contratada.

Massaranduba

PREFEITURA

ATA Nº 09.2016 (FMS) - PROCESSAMENTO DE ROUPAS HOSPITALARES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016

VALIDADE: 28 DE JUNHO DE 2016 A 28 DE JUNHO DE 2017

Ao vigésimo oitavo dia do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 3025, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Gestora, Sra. SIMONE APARECIDA DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 024.662.939-86, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, inscrito no CPF sob o nº 399.964.099-53, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2016, homologado pelo Prefeito supracitado, RESOLVE registrar os valores oferecidos referentes ao REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE ROUPA HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO EXCLUSIVO AO HOSPITAL MUNICIPAL JOÃO SCHREIBER, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do edital do referido processo licitatório, tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas no certame:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
CLINILAVES LAVANDERIA INDUSTRIAL EIRELI, NESTE ATO REPRESENTADO POR EDSON MARCELO BEUTING	03.140.518/0001-19

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação a seleção de propostas visando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE ROUPA HOSPITALAR, PARA ATENDIMENTO EXCLUSIVO AO HOSPITAL MUNICIPAL JOÃO SCHREIBER, conforme especificações do Anexo II.

1.2.

1.1.1. Considerando a complexidade e a técnica necessária à consecução dos serviços, bem como a possibilidade da necessidade de atendimentos emergenciais, as dependências da Licitante deve distar no máximo 150km da unidade hospitalar atendida.

1.1.2. A prestação do serviço objeto desta Licitação deverá considerar o processamento de roupas hospitalares e devolução em ideais condições de uso, bem como todas as etapas do processo de higienização das roupas, em conformidade com o padrão estabelecido no Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde – 2009 da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária e suas atualizações posteriores, bem como a reposição dos enxovais extraviados ou avariados no seu transporte ou processamento, respectivamente.

1.1.3. O objeto inclui a coleta de roupa suja do expurgo central do hospital e o transporte até as dependências da licitante; recebimento, lavagem e higienização da roupa suja na lavanderia; acabamento, que compreende as operações de secagem, passagem, dobragem e embalagem da roupa limpa, por tipo de roupa; transporte até a rouparia central da unidade hospitalar, mediante utilização de veículo adaptado para esse tipo de mercadoria.

1.1.4. A planta física do setor produtivo da licitante deve, obrigatoriamente, ter dois ambientes distintos e isolados hermeticamente (barreiras de proteção), sendo um para o recebimento da roupa suja a ser processada (área suja) e outro para o acabamento da roupa limpa e saída, conforme RDC 50, de 21/02/2002.

ITEM	LICITANTE	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	CLINILAVES LAVANDERIA INDUSTRIAL EIRELI	SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE ROUPA HOSPITALAR PARA ATENDIMENTO EXCLUSIVO AO HOSPITAL DE MASSARANDUBA.	MESES	CLINILAVES	12	9.500,00	114.000,00
02	CLINILAVES LAVANDERIA INDUSTRIAL EIRELI	SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE ROUPA HOSPITALAR PARA QUANTIDADE ACIMA DE 1.800 KG MENSAL.	KILO	CLINILAVES	6.000	5,28	31.680,00
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 145.680,00							

OBS: A quantidade mínima mensal é de 1.800 kg, acima disto o preço será de R\$ 5,28 (cinco reais e vinte e oito centavos) o quilo excedente.

1.1.5. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 145.680,00 (CENTO E QUARENTA E CINCO MIL SEISCENTOS E OITENTA REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC), não será obrigado a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às licitantes detentoras, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços será usada pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC).

2.2. O valor ofertado pelas licitantes signatárias desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016.

2.3. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016 e seus Anexos, que integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DO OBJETO

4.1. A licitante vencedora fará a coleta no Hospital 03 (TRÊS) vezes na semana com prazo de devolução da roupa de até 48 (QUARENTA E OITO) horas.

4.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra.

4.3. A não entrega do objeto solicitado acarretará em notificação e nas penalidades previstas neste edital.

4.4. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

4.5. Caso o objeto não atenda as especificações estipuladas neste processo licitatório, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante, comunicando e justificando as razões de recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

4.6. Decorrido o prazo estipulado no item acima sem que tenha sido sanado o problema, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas neste edital e as da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: DIA 08 (OITO) DO MÊS SUBSEQUENTE A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

5.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

6.1. A CONTRATADA terá 05 (cinco) dias a contar da data da contratação para assumir a execução do serviço.

6.2. A licitante vencedora obriga-se:

6.2.1. Fazer a coleta no Hospital 03 (TRÊS) vezes na semana com prazo de devolução da roupa de até 48 (QUARENTA E OITO) horas

6.2.2. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

6.2.3. Possuir capacidade técnica operativa e profissional - equipe técnica para o processamento das roupas hospitalares, de modo a manter o abastecimento adequado e as condições necessárias para desinfecção, higienização, acondicionamento de toda a roupa processada de maneira a garantir a qualidade dos serviços prestados conforme exigências deste termo de referência, bem como a retirada e entrega da roupa por meio de veículos adequados.

6.2.4. Por sua conta e responsabilidade exclusiva, fornecer toda mão de obra capacitada e necessária, instalações, máquinas e equipamentos, produtos químicos e insumos para execução dos serviços ora contratados.

6.2.5. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os mediante crachás e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's.

6.2.6. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os produtos químicos, materiais, equipamentos em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

6.2.7. Identificar os equipamentos, ferramental e utensílios de sua propriedade, tais como: balança, carrinhos, contêineres, gaiolas e outros, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE.

6.2.8. Garantir a continuidade dos serviços, nos prazos preconizados, caso ocorra eventualmente falta de água e/ou luz, falta de insumos, quebra de equipamentos, sem ônus adicionais à CONTRATANTE.

6.2.9. Garantir a continuidade dos serviços, caso ocorra eventualmente à paralisação dos serviços, por parte de seus empregados, sem ônus adicionais à CONTRATANTE.

- 6.2.10. Garantir tratamento e qualidade da água e efluentes (entrada e saída) na execução dos serviços. A qualidade da água deverá atender parâmetros físico-químicos e bacteriológicos estabelecidos pela portaria MS nº 518 de 25/03/2004.
- 6.2.11. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela adequação dos processos de lavagem utilizada, sempre que comprovadamente se fizer necessário, e sem ônus para a CONTRATANTE.
- 6.2.12. Reservar a CONTRATANTE o direito de visita às dependências da CONTRATADA, para a supervisão, sempre que julgar necessário.
- 6.2.13. Devolver a CONTRATANTE os resíduos sólidos enviados inadvertidamente junto à roupa a ser lavada, segundo legislação vigente.
- 6.2.14. Observar os prazos de execução dos serviços previamente estabelecidos;
- 6.2.15. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito.
- 6.2.16. A CONTRATADA deverá cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas internas de segurança e medicina do trabalho, as normas de segurança e saúde ocupacional do manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde – 2009 e suas atualizações.
- 6.2.17. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal.
- 6.2.18. Observar conduta adequada na utilização dos produtos químicos, materiais e equipamentos, objetivando correta higienização dos utensílios e das instalações objeto da prestação dos serviços.
- 6.2.19. Adquirir todo o material de consumo que utilizará na execução dos serviços relativos aos serviços contratados.
- 6.2.20. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira estruturada, mantendo constante suporte para dar atendimento a eventuais necessidades para o suprimento de roupas limpas.
- 6.2.21. Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos trabalhos. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao preposto dos serviços da CONTRATANTE e tomar as providências pertinentes.
- 6.2.22. Submeter-se à fiscalização permanente dos executores do contrato, designados pela CONTRATANTE.
- 6.2.23. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os serviços prestados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.
- 6.2.24. A CONTRATADA é obrigada a manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6.2.25. Por descumprimento total ou parcial da obrigação contratada e assumida serão aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas no ato convocatório e na legislação pertinente.
- 6.2.26. Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, sem que haja prejuízo para nenhuma destas, tendo por base o que dispõe a legislação vigente e aplicável à espécie.
- 6.2.27. Manter em rigorosa pontualidade o pagamento de seus empregados e demais encargos decorrentes do contrato de trabalho, inclusive quanto às anotações das respectivas Carteiras de trabalho e Previdência Social.
- 6.2.28. Cumprir a legislação vigente para controle de infecções hospitalares, visando assegurar a qualidade dos serviços prestados.
- 6.2.29. Todas as despesas com os profissionais executores dos serviços contratados ficarão sob exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, assim como os danos ou prejuízos impostos à CONTRATANTE ou a terceiros, resultante de atos ou omissões dos seus empregados quando no desempenho das atividades.
- 6.2.30. Todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos necessários à execução dos trabalhos, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da CONTRATADA, cabendo-lhe ainda, a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer acidentes de que possam vir a serem vítimas as suas empregados quando em serviço, bem como por quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros e à Secretaria de Estado da Saúde, pelos mesmos.
- 6.2.31. A CONTRATADA prestará, sempre, todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Fundo Municipal de Saúde ou/pelo Hospital de Massaranduba, devendo atender prontamente a todas as reclamações procedentes.
- 6.2.32. Na presente contratação, a contratada será a única responsável direta pela execução do objeto, fazendo-o por meio de seus próprios empregados, sob os quais exerce a prerrogativa de dirigir, mas também se submete ao ônus de remunerá-los de acordo com as disposições trabalhistas, previdenciárias e tributárias vigentes.

6.2.33. Não se formará qualquer relação jurídica entre os empregados da CONTRATADA e a tomadora dos serviços.

6.2.34. A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços.

6.2.35. A CONTRATADA deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE na execução dos serviços contratados.

6.2.36. A CONTRATADA deverá assegurar que todos os serviços sejam executados sob condições que atendam às determinações constantes nas Normas de Segurança e Proteção do Ministério do Trabalho.

6.2.37. A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, de emprego de material ou equipamentos inadequados.

6.2.38. Será de responsabilidade da CONTRATADA qualquer dano ou prejuízo decorrente do uso inadequado ou falta de zelo e cuidado no uso, por seus funcionários, dos utensílios, materiais e equipamentos de propriedade da CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA ressarcir os prejuízos causados.

6.2.39. À CONTRATADA serão vedados, sob pena de rescisão e aplicação das penalidades cabíveis, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes aos serviços objeto do contrato.

6.2.40. A CONTRATADA preservará a CONTRATANTE, mantendo-a salvo de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação.

6.2.41. A CONTRATADA não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

6.2.42. Possui e apresentar quando solicitado, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO.

6.2.43. A CONTRATADA deverá manter arquivo de exames admissionais, periódicos, demissionais, mudanças de função e retorno ao trabalho de seus funcionários.

6.2.44. A CONTRATADA deverá estabelecer Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, conforme preconiza a NR 9, que compõe a Portaria nº 3.214 de 08/06/78 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC)

7.1. Disponibilizar área para retirada - expurgo, entrega e armazenamento do enxoval a ser fornecido - rouparia de acordo com a legislação aplicável vigente.

7.2. Observar os prazos de execução dos serviços previamente estabelecidos;

7.3. Ficam a cargo da CONTRATANTE as despesas com a correta destinação dos resíduos sólidos enviados inadvertidamente junto à roupa a ser lavada, segundo legislação vigente. Portanto, caberá a CONTRATADA devolver estes resíduos para a CONTRATANTE.

7.4. Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.5. Inspecionar os materiais de consumo, os produtos químicos empregados no processamento das roupas, a qualidade do processamento e integridade do enxoval da Unidade.

7.6. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços.

7.7. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA pela execução dos serviços prestados, nos termos e prazos contratualmente previstos, após terem sido devidamente atestados pelo Fiscal do Contrato e visados pelo Gestor do Contrato, de acordo com a norma de contratação.

7.8. Facilitar por todos seus meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da CONTRATADA e cumprindo suas obrigações estabelecidas neste contrato.

7.9. Prestar aos empregados da CONTRATADA informações e esclarecimentos que, eventualmente, venham a ser solicitados e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar.

7.10. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devem executar suas tarefas.

7.11. A CONTRATANTE designará um ou mais servidores efetivos que atuarão como Gestores do Contrato.

7.12. FISCALIZAÇÃO: Os serviços executados pela CONTRATADA serão fiscalizados pelos servidores efetivos designados como fiscais, aos quais caberão verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos rigorosamente os dispositivos do Contrato.

7.13. A fiscalização atuará desde o início da execução do contrato e será exercido no interesse exclusivo da CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade.

7.14. Os serviços serão fiscalizados, a fim de:

- a) Verificar se estão sendo cumpridos os termos do contrato e demais requisitos;
- b) Certificar a execução do serviço para pagamentos das faturas;
- c) Certificar que estão sendo executados todos os atos necessários para a fiel execução dos serviços.

- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.

16.1.

7.14.1. O Gestor do Contrato se reserva ao direito de rejeitar qualquer profissional da CONTRATADA que não esteja correspondendo ao desempenho das tarefas definidas nas atribuições de sua categoria, e principalmente, quando se verifique continuidade de erro que coloque em risco a segurança operacional, se não a do próprio operador (Lei de Segurança e Medicina do Trabalho), comunicando o fato à CONTRATADA para as devidas providências.

7.14.2. Os fiscais exercerão a fiscalização permanente sobre a qualidade dos serviços prestados, atentando principalmente para as normas e procedimentos de segurança dos profissionais envolvidos nesta contratação, apontando todas as irregularidades verificadas, sem prejuízo da obrigação da CONTRATADA de gerenciar, através de seu preposto, a execução dos serviços prestados.

7.14.3. A CONTRATADA, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.

9.

8.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração.

8.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal.

8.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

8.2.2. Cancelamento do registro na ata.

8.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

8.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

8.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93, a contar da intimação do ato.

8.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

8.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

8.5.1. Advertência.

8.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1º (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

8.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

8.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

8.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

8.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

8.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

8.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.
10.
9.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

9.2. Pela Administração Municipal, quando:

9.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

9.2.2. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

9.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços.

9.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata de registro de preços.

9.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

9.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.2.7. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

9.3. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

9.4. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.
11.
10.1. Integra esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016, e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 28 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
MÁRIO FERNANDO REINKE
CONTRATANTE

CLINILAVES LAVANDERIA INDUSTRIAL EIRELI

EDSON MARCELO BEUTING

CONTRATADA

DECRETO Nº. 3313 DE 24 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº. 3313 DE 24 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 30.950,00 (Trinta mil novecentos e cinquenta reais), conforme programa e verba abaixo discriminado:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0506 – GERENCIA DE ESPORTES

0506.027.812.0131.2066 – Apoio a Pratica de Diversas Modalidades Esportivas

0506 – 33900000 – Aplicações Diretas

0506 – 30000 –Recursos Ordinários R\$ 33.950,00

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado, decorrerá do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 24 DE JUNHO DE 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3314 DE 28 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº. 3314 DE 28 DE JUNHO DE 2016

Autoriza Abertura de Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1757 de 28 de Junho de 2016, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 315.000,00 (Trezentos e Quinze Mil Reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0201 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – GABINETE DO PREFEITO

0201.004.122.0021.2006 –Manutenção das Atividades do Procon

0201 – 44900000 – Aplicações Diretas

0201 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 49.000,00

0302 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0302 – GERENCIA DE PATRIMÔNIO

0302.004.122.0030.2013 – Administração de Serviços Gerais

0302 – 33900000 – Aplicações Diretas

0302 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 82.000,00

0401 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 – GERENCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.452.0053.1024 – Construção de Praças Públicas

0401 – 44900000 – Aplicações Diretas

0401 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 160.000,00

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 – GERENCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2041 – Administração da Secretaria de Educação
0501 – 44900000 – Aplicações Diretas
0501 – 10100 – Receita de Impostos – Educação R\$ 24.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 315.000,00 (Trezentos e Quinze Mil Reais), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0201 – GABINETE DO PREFEITO
0201 – GABINETE DO PREFEITO
0201.004.122.0020.2005 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
0201 – 33900000 – Aplicações Diretas
0201 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 90.000,00

0201 – GABINETE DO PREFEITO
0201 – GABINETE DO PREFEITO
0201.004.122.0023.2008 – Manutenção da Assessoria Jurídica
0201 – 33900000 – Aplicações Diretas
0201 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

0302 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0302 – GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO
0302.004.122.0032.2014 – Administração do Patrimônio
0302 – 33900000 – Aplicações Diretas
0302 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0401 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401.015.451.0050.1021 – Revitalização Urbana
0401 – 44900000 – Aplicações Diretas
0401 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

0403 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0403 – GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM
0403.026.782.0060.2029 – Conservação de Estradas Vicinais
0403 – 33900000 – Aplicações Diretas
0403 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 156.000,00

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.365.0096.2053 – Manutenção da Educação Infantil Creche
0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
0501 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 24.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 28 DE JUNHO DE 2016.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3315 DE 24 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº. 3315 DE 24 DE JUNHO DE 2016
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1727 de 15 de Dezembro de 2015, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos suplementares no valor de R\$ 37.000,00 (Trinta e Sete Mil reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0300 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0302 – GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO
0302.004.122.0030.2013 – Administração dos Serviços Gerais
0302 – 44900000 – Aplicações Diretas

0302 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 35.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 37.000,00 (Trinta e Sete Mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0300 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0302 – GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO

0302.004.122.0030.2013 – Administração dos Serviços Gerais

0302 – 31900000 – Aplicações Diretas

0302 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 35.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 28 DE JUNHO DE 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO 83.2016 PP 51.2016 (PMM) - LOCAÇÃO DE PALCO E SISTEMA DE SONORIZAÇÃO

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a LOCAÇÃO DE PALCO E SISTEMA DE SONORIZAÇÃO NO DIA 13 DE JULHO DE 2016 PARA A PASSAGEM DA TOCHA OLÍMPICA NO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 12/07/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 12/07/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.
Massaranduba, 30 de junho de 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE – Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº285-2016

PORTARIA nº 285/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora MARIANA BORTOLUZZI PORTO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Junho de 2016.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº286-2016

PORTARIA nº 286/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE ENGENHEIRA CIVIL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora ROCHELIS DAL PONT, ocupante do cargo de Engenheira, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Junho de 2016.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº287-2016

PORTARIA n.º 287/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora RAIZA MILIOLI, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 30 (trinta) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, em virtude do retorno da servidora ANA LÚCIA PEREIRA CARRADORE, da Licença Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Junho de 2016.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 789/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Nº: 789/2016
Dispensa de Licitação Nº 730/2016

O Município de Modelo/SC, comunica que realizou no dia 29/06/2016, Dispensa de Licitação para EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL NA RUA PEDRO EGÍDIO BRAUN, RUA JOÃO FELIPE WERLANG, RUA NARCISO WERLANG E RUA TIRANDENTES, LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE MODELO - SC. DE CONFORMIDADE COM PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS, CRONOGRAMAS E ART'S ANEXOS A ESTE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA, COM RECURSOS PROVENIENTES DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO ENTRE A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BADESC COM A PREFEITURA DE MODELO, CONTRATO Nº 2015020101 E RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO.

Modelo/SC, 29 de junho de 2016.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0196/2016

DECRETO Nº 0196/2016 DE 28 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A VALIDAÇÃO DAS INSTÂNCIAS RESPONSÁVEIS PELO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2210/2015 DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Municipal nº 2210/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica validado as instâncias responsáveis pelo monitoramento e avaliação do PME conforme a Lei nº 2210/2015 do município de Modelo:

- Secretaria Municipal de Educação
- Comissão Permanente de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social da Câmara De Vereadores de Modelo.
- Conselho Municipal de Educação – CME
- Fórum Municipal de Educação

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 28 de junho de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório nº. 684/2016
Ata de Registros nº. 039/2016.
Empresa: ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA ME
Valor: R\$ 15.054,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público, que realizou Ata de Registro de Preços nº. 039/2016 com o objetivo DE EVENTUAL AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT – POTÊNCIA 9000 BTUs, 1200 BTUs, 1800 BTUs – GÁS ECOLÓGICO R410 – QUENTE E FRIO – 220V/60HZ – CLASSE DE CONSUMO A PARA APARELHOS COM 9000 BTUs E 1200 BTUs, E A OU B EM APARELHOS COM 1800 BTUs – COM INSTALAÇÃO INCLUSA.

Modelo (SC), 29 de Junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório nº. 684/2016
Ata de Registros nº. 040/2016.
Empresa: GESUL COMERCIO LTDA
Valor: R\$ 10.014,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público, que realizou Ata de Registro de Preços nº. 040/2016 com o objetivo DE EVENTUAL AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT – POTÊNCIA 9000 BTUs, 1200 BTUs, 1800 BTUs – GÁS ECOLÓGICO R410 – QUENTE E FRIO – 220V/60HZ – CLASSE DE CONSUMO A PARA APARELHOS COM 9000 BTUs E 1200 BTUs, E A OU B EM APARELHOS COM 1800 BTUs – COM INSTALAÇÃO INCLUSA.

Modelo (SC), 29 de Junho de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
CONTRATADO: JOSÉ SPADA
VALOR: R\$ 3.648,00

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público que formalizou contrato administrativo com JOSÉ SPADA, objetivando AQUISIÇÃO POR PARTE DO MUNICÍPIO, DE CASCALHO A SER RETIRADO DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO VENDEDOR LOCALIZADO NA LINHA CEDRO, INTERIOR DE MODELO – SC.

Modelo (SC), 29 de Junho 2016.

Ricardo Luis Maldaner – Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0117/2016

PORTARIA Nº 0117/2016 DE 28 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE UM TITULAR E UM SUPLENTE DE CADA INSTÂNCIA RESPONSÁVEL PELO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2210/2015 DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Municipal nº 2210/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados como membros das instâncias responsáveis pelo monitoramento e avaliação do PME conforme a Lei nº 2210/2015 do município de Modelo:

- Secretaria Municipal de Educação
Titular: Jussane Marcanson Toseto Frandoloso – Diretora Municipal de Educação
Suplente: Eliane Fatima Hanauer Chaves – DME
- Comissão Permanente de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social da Câmara De Vereadores de Modelo
Titular: Joani Wickert
Suplente: Eliana Mara Kothe
- Conselho Municipal de Educação – CME
Titular: Janete Toseto
Suplente: Rosane Ferronatto
- Fórum Municipal de Educação
Titular: Sirlei Marins
Suplente: Gelci Maria Vogel

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 28 de junho de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 0118/2016

PORTARIA Nº 0118/2016 DE 28 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DO PME, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2210/2015 DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Municipal nº 2210/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo para fazerem parte da equipe técnica do PME conforme a Lei nº 2210/2015 do município de Modelo:

- Jussane Marcanson Toseto Frandoloso – Diretora Municipal de Educação
- Eliane Fatima Hanauer Chaves – DME
- Janete Toseto – CME

- Janice Martini Muller – Administração Municipal
- Margarete Turella - Associação de pais e professores (APP)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 28 de junho de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO 098/2015

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 098/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: PLANATERRA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: prorrogação do mesmo até o dia 28 de setembro de 2016, conforme solicitação e nos termos do art. 57, § 1º, Inciso VI da Lei 8.666/93.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 005/2015.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de agosto de 2016 até o dia 28 de setembro de 2016.

Mondaí – SC, 29 de junho de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

EMPRESA(S) REGISTRADA(S): WINK ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - VALOR REGISTRADO R\$ 34.900,00 (trinta e quatro mil e novecentos reais); CONCRETINI CONCRETOS AGOSTINI LTDA ME – VALOR REGISTRADO R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de lajotas e blocos de concreto destinados para manutenção atividades do Departamento de Urbanismo do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, pelo período de 12 (doze) meses após a data de homologação.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 050/2016.

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é de um ano a partir de sua assinatura.

Mondaí – SC, 29 de junho de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 036/2016, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 036/2016, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A RECLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015 – EDITAL 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da legislação municipal e do Edital do Concurso Público Municipal Nº 001/2015, e,

CONSIDERANDO o resultado final do concurso público para provimento de cargos efetivos para Professor I no o município de Monte Carlo, homologado por meio do Decreto nº 012/2016, de 18 de março de 2016,

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 068/2016/PROC, que deferiu o pedido de reclassificação da candidata THAÍS FLÁVIA DORNELLES, para que esta passe a figurar no último lugar da lista dos classificados,

DECRETA:

Art. 1º É reclassificada para o final da relação dos classificados, a candidata THAÍS FLÁVIA DORNELLES, aprovada no concurso público de provas destinado ao provimento do cargo de Professor I – 20h, da Secretaria Municipal de Educação de Monte Carlo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 28 de junho de 2016.

Registre-se. Publique-se. Cumpre-se.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO 01/2016

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 50/2016

O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2016, é a prorrogação de prazo do contrato original até a data de 30/AGOSTO/2016, Referente Processo de Licitação nº 60/2016 –Pregão Presencial Nº 47/2016, REFERENTE “ Estudos Técnicos e Jurídicos para Construção e Reestruturação do Plano de Carreira e Estatuto do Magistério”

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, INSCRITA NO CNPJ Nº 95.996.104/0001-04 - CONTRATADA: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-FUNIARP, INSCRITA NO CNPJ 82.798.828/0001-00 MONTE CARLO-SC, 29 de JUNHO de 2016.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA 2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2016

OBJETO: O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de Combustíveis Diesel S10 e Gasolina, para veículos, maquinas e equipamentos da frota municipal de Monte Carlo..O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 87/2016, Pregão Presencial nº 65/2016 – Registro de Preços. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 29/junho/2017.

CONTRATADO: SAFRA DIESEL LTDA CNPJ 76.578.202/0001-87
MONTE CARLO-SC, 29 de Junho de 2016.

EXTRATO DE ATA 60 2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2016

OBJETO: O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de Combustíveis Diesel S10 e Gasolina, para veículos, maquinas e equipamentos da frota municipal de Monte Carlo..O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 87/2016, Pregão Presencial nº 65/2016 – Registro de Preços. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 29/junho/2017.

CONTRATADO: WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA CNPJ 01.602.498/0001-25
MONTE CARLO-SC, 29 de Junho de 2016.

Navegantes

PREFEITURA

ATA PREGÃO 1/2016 FMAS - PARECER DA COMISSÃO - SESSÃO FRACASSADA

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 FMAS – SESSÃO FRACASSADA

ABERTO O CERTAME NO DIA 27 DE JUNHO DE 2016, CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, COM A PARTICIPAÇÃO DA(S) EMPRESA(S): LICITANTES PJ E JEAN CARLOS NUNES. TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS E SE ENQUADRAM COM ME/EPP.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, A COMISSÃO INICIOU VISTAS DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO. POSTERIORMENTE, O(S) LICITANTE(S) PRESENTE(S) INICIOU(ARAM) VISTAS DOS DOCUMENTOS.

APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS, ONDE VERIFICOU-SE QUE AS MESMAS FORAM DESCLASSIFICADAS. A LICITANTE PJ PELO MOTIVO DE NÃO COTAR TODOS OS ITENS E O LICITANTE JEAN POR COTAR ALGUNS ITENS ACIMA DO VALOR. SENDO ASSIM ESSA LICITAÇÃO FOI FRACASSADA. COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

DECISÃO PEDIDO REEQUILÍBRIO ALTERMED PREGÃO 46-2015

DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO DE PREÇOS - INDEFERIMENTO

EMPRESA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR
CNPJ: 00.802.002/0001-02

Aos 28 (vinte e oito) dias, do mês de junho de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº.46/2015, Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE indeferir o pedido de reequilíbrio solicitado pela empresa Altermed Material Médico Hospitalar, do item 44, pelos fundamentos que passa a expor.

O recurso solicitando reequilíbrio de preços foi indeferido, pois, junto ao pedido não foram apresentados documentos que comprovem a majoração dos valores dos produtos apresentados. Segundo o item 6.3 do edital que dispõe:

“A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência não era previsível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).” (grifo nosso).

Observa-se claramente neste item a necessidade da apresentação dos documentos que venham a comprovar o real prejuízo no contrato.

É pertinente citar o julgado do TCU afirmando a necessidade de demonstração clara da ocorrência dos fatos onerosos:

“Equilíbrio econômico-financeiro. Contrato. Teoria da Imprevisão. Alteração Contratual. A ocorrência de variáveis que tornam excessivamente onerosos os encargos do contratado, quando claramente

demonstradas, autorizam a alteração do contrato, visando ao restabelecimento inicial do equilíbrio econômico financeiro, com fundamento na teoria da imprevisão, acolhida pelo Decreto-Lei 2.300/86 e pela atual Lei nº 8.666/93. (TCU, TC-500.125/92-9, Min. Bento José Bugarin, 27/10/94, BDA nº 12/96, Dez/96, p. 834).”

Conforme preconiza Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

“É recomendável que o administrador considere alguns tópicos como essenciais para a concessão do reequilíbrio: requerimento, demonstração de desequilíbrio, exame econômico das planilhas, análise jurídica do pleito, avaliação do preço reequilibrado e da proposta mais vantajosa, dotação orçamentária, decisão e peridiocidade”.

Nos documentos apresentados foi observado um fator que faz com que os mesmos não comprovem a real necessidade do reequilíbrio, conforme exposto abaixo:

1. A nota apresentada é de data muito anterior à data da apresentação das ofertas, 29/12/2014, assim como o email anexado com os orçamentos, com data de 29/01/2015, sendo que a licitação se deu no dia 31/08/2015.

De acordo com os argumentos apresentados, a falta de apresentação de documentos exigidos para comprovação de desequilíbrio, esta comissão decide por indeferir os pedidos formulados.

E quanto ao CANCELAMENTO DO ITEM não foi autorizada, uma vez que quando participaram da licitação se obrigaram a fornecer o item cotado e não foi comprovada, conforme acima, a majoração do valor.

Informamos também que abriremos Processo Administrativo caso não haja o fornecimento do item e possivelmente será suspenso de participar de licitações.

Navegantes, 28 de junho de 2016

Departamento de Compras

Corroborando

Nádia Braz Bins
Secretária de Administração

DECRETO 83/2016 ALTERA O DECRETO 518/2013 QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DAS CIDADES

DECRETO N º 083 DE 28 DE JUNHO DE 2016

ALTERA O DECRETO 518/2013, QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DAS CIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, DECRETA:

Art. 1º- Fica alterado o membro suplente da Procuradoria Geral do Município instituído pelo decreto 518/2013 art.1º inciso I, conforme segue:

*Procuradoria Geral do Município:...
Isabel Dayane Cabral Monteiro - Suplente.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto nº 518/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 84/2016 ALTERA O DECRETO 614/2013 QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DE NAVEGANTES-DESENAVE
DECRETO Nº 084 DE 28 DE JUNHO DE 2016

ALTERA O DECRETO 614/2013, QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DE NAVEGANTES - DESENAVE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, DECRETA:

Art. 1º- Fica alterado o membro suplente da Procuradoria Geral do Município instituído pelo decreto 614/2013 art.1º inciso I, conforme segue:

*Procuradoria Geral do Município:...
Isabel Dayane Cabral Monteiro - Suplente.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto nº 614/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 85/2016 ALTERA OS DECRETOS 780/2014 E 19/2016 QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER-COMEL
DECRETO Nº 085 DE 28 DE JUNHO DE 2016

ALTERA OS DECRETOS 780/2014 E 19/2016, QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - COMEL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III,

DECRETA:

Art. 1º- Fica alterado o membro representante da Procuradoria Geral do Município instituído pelos decretos 780/2014 e 19/2016 Art.1º, conforme segue:

*Procuradoria Geral do Município:
Soraia Youshai - Titular.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições dos Decretos nº 780/2014 e 19/2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 86/2016 ALTERA O DECRETO 273/2016 QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER - FUNDEL
DECRETO Nº 086 DE 28 DE JUNHO DE 2016

ALTERA O DECRETO 273/2015, QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER - FUNDEL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, DECRETA:

Art. 1º- Fica alterado o membro representante da Procuradoria Geral do Município instituído pelo decreto 273/2015 art.1º, conforme segue:

*Representante da Procuradoria Geral do Município:
Soraia Youshai.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto nº 273/2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 87/2016 ALTERA DECRETO 436/2015, QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR

DECRETO N º 087 DE 29 DE JUNHO DE 2016

ALTERA O DECRETO 436/2015, QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, combinado com a Lei Complementar 219/2014,
DECRETA:

Art. 1º- Fica alterado o membro Titular representante da Secretaria de Educação – Gilça Onélia de Jesus -instituído pelo decreto 436/2015 art.1º inciso II, para:

II Representantes da Secretaria de Educação:

Titular: Patrícia Duarte Cidral

Art. 2 º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto n º 436/2015.

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1605/2016 PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - COLETIVA

PORTARIA N º 1605 DE 28 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - COLETIVA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010

RESOLVE:

I. PRORROGAR COLETIVAMENTE as contratações temporárias (ACT's) abaixo relacionados com efeito a partir de 01/07/2016 a 31/12/2016, ocupantes da LEITURISTA – ACT DAE :

Matricula - Nome

6307002 - JEFERSON GABRIEL ANDRE

6335801 – HUGO ANSELMO VITOLO

63298801 – JAN PIERRE HENCKEL

63303501 – ALYSSON DOUGLAS FERNANDES

II. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1606/2016 CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO

PORTARIA N º 1606 DE 28 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença ao servidor Eduardo Leal Neto, Agente de Serviços Gerais, 40 horas, para concorrer a cargo eletivo, a partir de 01/07/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito a partir de 01/07/2016

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1607/2016 INSTITUI COMISSÃO PARA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS-TAXI, REVOGANDO A PORTARIA 1838/2015

PORTARIA N º 1607 DE 28 DE JUNHO DE 2016

INSTITUI COMISSÃO PARA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - TÁXI

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III,

RESOLVE:

I – INSTITUIR a Comissão para concessão dos serviços de transporte de passageiros – táxi – no âmbito do município de Navegantes, cujos integrantes são os seguintes:

- a) Jan Ullrich – Presidente;
- b) Maria Benedita Corrêa – Membro;
- c) Fernanda Hassmann Constâncio – Membro;
- d) Anna Claudia Gaya Costa – Membro;
- e) José Carlos Santos de Oliveira – Membro.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação revogando-se, na íntegra, a Portaria n º 1838/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1608/2016 EXONERAÇÃO

PORTARIA N º 1608 DE 29 DE JUNHO DE 2016
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,
RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, a servidora ELIANA DO SOCORRO COUTINHO DIAS, do cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, 40 h semanais, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 01/07/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JUNHO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1609/2016 EXONERAÇÃO

PORTARIA N º 1609 DE 29 DE JUNHO DE 2016
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, **RESOLVE:**

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) CELSO JULIANE TEODORO, da função de Gestor Público Municipal III a partir de 01.07.2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JUNHO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1610/2016 CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO

PORTARIA N º 1610 DE 29 DE JUNHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença ao servidor Michael David da Costa, Professor MAG III, 20 horas semanais, para concorrer a cargo eletivo, a partir

de 01/07/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito a partir de 01/07/2016

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1611/2016 CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO

PORTARIA N º 1611 DE 29 DE JUNHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença ao servidor João Edson Fagundes, Professor MAG III, 10 horas semanais, para concorrer a cargo eletivo, a partir de 01/07/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito a partir de 01/07/2016

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1612/2016 PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA COLETIVA

PORTARIA N º 1612 DE 29 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - COLETIVA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010

RESOLVE:

I. PRORROGAR COLETIVAMENTE as contratações temporárias (ACT's) abaixo relacionados com efeito a partir de 01/07/2016 a 31/12/2016, ocupantes do cargo AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS ACT :

Matricula - Nome

436002 - SUZANA RODRIGUES SILVA DOS SANTOS

2007803 – ERONICE NASCIMENTO FELICIO

2005001 – REGINA APARECIDA DE ANDRADE

II. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1620/2016 PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA-COLETIVA

PORTARIA N º 1620 DE 29 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - COLETIVA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010

RESOLVE:

I. PRORROGAR COLETIVAMENTE as contratações temporárias (ACT's) abaixo relacionados com efeito a partir de 01/07/2016 a 27/11/2016, ocupantes do cargo PROFESSOR MAG. II :

Matricula - Nome

486005 - MAIARA FERNANDES

486006 - MAIARA FERNANDES

II. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1621/2016 PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA-COLETIVA

PORTARIA N º 1621 DE 29 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA - COLETIVA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010

RESOLVE:

I. PRORROGAR COLETIVAMENTE as contratações temporárias (ACT's) abaixo relacionados com efeito a partir de 01/07/2016 a 31/12/2016, ocupantes do cargo PROFESSOR MAG. II :

Matricula - Nome

1828716 - DALVA MARIA FLORES

5422803 - JUSSANA OLGA DA SILVA

167712 - MARISTELA CARLOS CORREA

171825 - ROSELI CUNHA

II. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1591,1592,1593,1594,1595,1596,1597,1598,1599,1600,1601,1602,1603,1604/2016 PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

PORTARIA N º 1591 DE 28 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010

RESOLVE:

I. PRORROGAR a contratação temporária (ACT) de CINTIA MARIA ZERGER , matricula 1792902, ENFERMEIRO, com efeito a partir de 01/07/2016 a 31/12/2016.

II. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1592 DE 28 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010

RESOLVE:

III. PRORROGAR a contratação temporária (ACT) de MIRELA MARCIA DE AZEVEDO , matricula 1793201, ENFERMEIRO PSF, com efeito a partir de 01/07/2016 a 31/12/2016.

IV. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1593 DE 28 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e

de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010
RESOLVE:

V. PRORROGAR a contratação temporária (ACT) de MARIELLEN ARALDI , matrícula 63301401, FARMACEUTICO, com efeito a partir de 01/07/2016 a 31/12/2016.

VI. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1594 DE 28 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010
RESOLVE:

VII. PRORROGAR a contratação temporária (ACT) de JESSICA DE AGUIAR MENEZES , matrícula 63313801, FISIOTERAPEUTA, com efeito a partir de 01/07/2016 a 31/12/2016.

VIII. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1595 DE 28 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010
RESOLVE:

IX. PRORROGAR a contratação temporária (ACT) de SIMONE VELAME DA SILVA BENVENUTTI , matrícula 63313001, FONOAUDIOLOGO, com efeito a partir de 01/07/2016 a 31/12/2016.

X. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1596 DE 28 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010
RESOLVE:

XI. PRORROGAR a contratação temporária (ACT) de RAQUEL AMARAL , matrícula 63304001, INSTRUTOR CORTE CABELO, com efeito a partir de 01/07/2016 a 31/12/2016.

XII. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1597 DE 28 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010
RESOLVE:

XIII. PRORROGAR a contratação temporária (ACT) de SUZANI MARA BOETTGER , matrícula 63312901, MOTORISTA SOCORRISTA SAMU, com efeito a partir de 01/07/2016 a 31/12/2016.

XIV. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1598 DE 28 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010
RESOLVE:

XV. PRORROGAR a contratação temporária (ACT) de INGRID TROSDOFF AKIYAMA CAMARGO , matrícula 6219202, ODONTOLOGO ESF, com efeito a partir de 01/07/2016 a 14/10/2016.

XVI. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1599 DE 28 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010
RESOLVE:

XVII. PRORROGAR a contratação temporária (ACT) de MARIANA MORENA ARGUS CASAS , matrícula 63311501, ODONTOLOGO ESF, com efeito a partir de 01/07/2016 a 31/12/2016.

XVIII. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1600 DE 28 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010
RESOLVE:

XIX. PRORROGAR a contratação temporária (ACT) de MARILENE FONSECA DE SOUZA , matrícula 464903, PROFESSOR, com efeito a partir de 01/07/2016 a 31/12/2016.

XX. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1601 DE 28 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010
RESOLVE:

XXI. PRORROGAR a contratação temporária (ACT) de IZABEL BRUSTOLIN GEISEL , matrícula 63283401, TEC.ENF.ACT SAMU, com efeito a partir de 01/07/2016 a 23/09/2016.

XXII. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1602 DE 28 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010
RESOLVE:

XXIII. PRORROGAR a contratação temporária (ACT) de ANA MARTA DANTOS OLIVEIRA, matrícula 63307101, TEC. ENFERMAGEM, com efeito a partir de 01/07/2016 a 31/12/2016.

XXIV. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1603 DE 28 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010
RESOLVE:

XXV. PRORROGAR a contratação temporária (ACT) de SANDRA REGINA SARMENTO, matrícula 1795301, TEC. ENFERMAGEM PSF, com efeito a partir de 01/07/2016 a 31/12/2016.

XXVI. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1604 DE 28 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010

RESOLVE:

XXVII. PRORROGAR a contratação temporária (ACT) de DOUGLAS HIDEKI TANAKA, matrícula 63314901, VETERINÁRIO, com efeito a partir de 01/07/2016 a 31/12/2016.

XXVIII. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1613,1614,1615,1616,1617,1618,1619 /2016 PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO

PORTARIA N º 1613 DE 29 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010

RESOLVE:

I. PRORROGAR a contratação temporária (ACT) de JESSICA DOS SANTOS , matrícula 6294603, MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com efeito a partir de 01/07/2016 a 23/09/2016.

II. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1614 DE 29 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010

RESOLVE:

I PRORROGAR a contratação temporária (ACT) de LAIS SCARLET COELHO GALVEZ , matrícula 63295401, MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com efeito a partir de 01/07/2016 a 26/08/2016.

II Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1615 DE 29 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010

RESOLVE:

I PRORROGAR a contratação temporária (ACT) de LIDIANE HENRIQUE DE ARAÚJO , matrícula 63297701, MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com efeito a partir de 01/07/2016 a 31/12/2016.

II Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1616 DE 29 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010

RESOLVE:

I PRORROGAR a contratação temporária (ACT) de ANA PAULA DA SILVA FERRI , matrícula 356007, PROFESSOR MAG. II, com efeito a partir de 01/07/2016 a 21/10/2016.

II Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1617 DE 29 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010

RESOLVE:

I PRORROGAR a contratação temporária (ACT) de ANGELA RIBEIRO MACHADO LOPES , matrícula 1997706, PROFESSOR MAG. II, com efeito a partir de 01/07/2016 a 02/10/2016.

II Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1618 DE 29 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010

RESOLVE:

I PRORROGAR a contratação temporária (ACT) de GEISA CARLA RODRIGUES DOS SANTOS , matrícula 6202207, PROFESSOR MAG. II, com efeito a partir de 01/07/2016 a 31/10/2016.

II Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1619 DE 29 DE JUNHO DE 2016

PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o que dispõe a lei N º 2384 de 13 /12/2010

RESOLVE:

I PRORROGAR a contratação temporária (ACT) de TATHIANA CRISTINE PAREDES , matrícula 6280204, PROFESSOR MAG. II, com efeito a partir de 01/07/2016 a 28/10/2016.

II Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

TERMO DE JULGAMENTO - SINDICÂNCIA 8/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TERMO DE JULGAMENTO

Sindicância n º 8/2016, instaurado pela Portaria nº 1123 de 25 de abril de 2016.

Sindicado: A Apurar

Vistos, relatados, etc., os presentes autos, verifiquei que:

Através da Portaria nº 1123 de 25 de abril de 2016 foi instaurada Sindicância para apurar responsabilidade por acidente de trânsito envolvendo veículo do particular J. M. com trator da Secretaria Municipal de Obras, de acordo com o Processo Administrativo Indenizatório nº 40/2015.

A denúncia foi recebida, designou-se e instalou-se Comissão de Sindicância com oitiva do servidor envolvido, bem como de seu chefe imediato e testemunha.

É o Relatório.

Na instrução houve controvérsias nas informações e foi verificado desvio de função do servidor em questão. Assim, sugeriu-se arquivamento do processo.

A vista do exposto e considerando o que mais dos autos consta, em conformidade com o art. 166 da LC 007/2003.

DECIDO:

JULGO procedente a sugestão apontada no relatório da Comissão de Sindicância no que concerne ARQUIVAMENTO do processo.

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato, procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial no prazo de 10 (dez) dias a contar da presente data.

Cumpra-se. Publique-se.

Navegantes, 23 de junho de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 179/2016 - CONVOCA SERVIDOR APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

DECRETO nº 179/2016

convoca aprovado no PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, do dia 30 de junho de 2016 a 04 de julho de 2016, munidos da documentação abaixo relacionada:

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Cópia da Carteira de Identidade;

III – Cópia do CPF;

IV – Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V – Comprovante de 06 (seis) meses de Experiência na função, se for o caso;

VI – Cópia do Título Eleitoral;

VII – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VIII – Inscrição no PIS/PASEP;

IX – Cópia da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

X – Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

XI – Cópia do Comprovante de Residência;

XII – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

XIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral;

XIV - Comprovante do Serviço Militar, se for o caso;

XV - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

XVI – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe, se for o caso;

XVII – Declaração de Bens; Declaração de Penalidades Disciplinar e Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

XVIII - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 29 de junho de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

ADÉRICO EDÍLIO DALRI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

(Decreto nº 179/2016)

CARGO: MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR

Classificação	Nome completo
2ª	Leocir Cardoso

Orleans

PREFEITURA

CONTRATO 46/2016

Contrato Nº.: 46/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada....: LIBRINKE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DIDATICOS LTDA

Valor : 47.940,00 (quarenta e sete mil novecentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 29/06/2016 Término: 30/11/2016

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2016

Recursos : Dotação: 1.008.4.4.90.00.00.00.00 (102) Saldo: 30.000,00

Objeto : AQUISIÇÃO DE 2 (DUAS) ACADEMIAS PARA INSTALAÇÃO EM BAIROS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO, REFERENTE AO CONVÊNIO Nº 2016 TR0017608, CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO, ATRAVÉS DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - ADR/CR E O MUNICIPIO DE ORLEANS."

Orleans, 29 de Junho de 2016

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

CREDENCIAMENTO 11/2016 - SAMAE

SAMAE DE ORLEANS

AVISO DE CREDENCIAMENTO

EXTRATO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 11/2016

A Comissão Permanente de Licitação Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC., , instituída pela PORTARIA Nº 19/2015, torna público, a quem interessar possa, que fará realizar o CREDENCIAMENTO de interessados que atendam os requisitos previstos no edital, visando firmar CONTRATO, para prestação de serviços de veículos de comunicação de radiodifusão através de emissoras AM, FM Comunitária e FM Comercial para divulgação de campanhas educativas informativas de interesse publico, mediante as condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao edital.

Os interessados poderão visualizar o Edital e seus anexos no portal (www.samaeorleans.sc.gov.br/licitacoes/edital de credenciamento.), "mural de licitações" e poderão obter esclarecimentos pelos fones: Fone (48) 34660233 e pelo email: licitacao@samaeorleans.sc.gov.br

RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO: a partir do dia 04 julho de 2016, das 09:00h e 11h30min e das 14h as 17:00h, no setor de licitações no seguinte endereço: SAMAE - Rua Edgard Cunha 322 , Bairro Conde D'Eu, Orleans-SC

SIMONE CAMPOS

Presidente da CPL

Ouro

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N 0052/20016 - ATAS

PROCESSO LICITATÓRIO N 052/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N. 0029/2016

ATA REGISTRO DE PREÇO N° 0047/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO OURO LTDA - ME

Objeto: A presente ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de tubos de concreto.

Vigência: 29/06/2016 até 31/12/2016

Valor total: R\$ 10.182,50 (dez mil cento e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)

Data de assinatura: 29/06/2016.

PROCESSO LICITATÓRIO N 052/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N. 0029/2016

ATA REGISTRO DE PREÇO N° 0048/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: CONCRETOS CRUZEIRO INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA EPP

Objeto: A presente ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de tubos de concreto.

Vigência: 29/06/2016 até 31/12/2016

Valor total: R\$ 39.150,00(trinta e nove mil cento e cinquenta reais)

Data de assinatura: 29/06/2016.

PROCESSO LICITATÓRIO N 052/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N. 0029/2016

ATA REGISTRO DE PREÇO N° 0049/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: DELCIR BOESING ME

Objeto: A presente ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de tubos de concreto.

Vigência: 29/06/2016 até 31/12/2016

Valor total: R\$ 16.234,20 (dezesesseis mil duzentos e trinta e quatro reais e vinte centavos)

Data de assinatura: 29/06/2016.

Paial

PREFEITURA

140/2016

O Prefeito Municipal de Paial, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1. Determinar a instauração de sindicância investigativa, visando apurar a existência de indícios de irregularidades praticadas pela servidora SUZAMARA MEDEIROS, Gerente de Assistência Social, que no exercício das suas atribuições teria, supostamente, alterado orçamentos, furtado e/ou roubado produtos de limpeza do serviço de convivência do CRAS, conforme consta no documento identificado como "inteiro teor do atendimento SIG n. 05.2016.000'22465-9";
 2. DESIGNAR as servidoras : ELIANA FRANZON FRANTZ, matrícula n. 420, GIZELI BENDER FERNANDES, matrícula n. 426 e SILVANA FÁTIMA DECEZARE, matrícula n. 702, para, sob a presidência da primeira, constituírem Comissão de Sindicância, com sede na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Paial, sita na Rua Goiás, 400, centro, Paial, SC., incumbida de apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades mencionadas no item anterior, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.
 3. O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período em caso de justificada necessidade.
 4. Essa portaria entra em vigor na data da sua publicação.
- Prefeitura Municipal de Paial, 28 de junho 2016.

Dê-se ciência.

Publique-se.

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal de Paial

Aditivo Nº : 2ªTA ao 12/2015 - Contrato Nº: 12/2015
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL
Contratada....: LEANDRO PAGLIARI - ME
Valor : 2.207,90 (dois mil duzentos e sete reais e noventa centavos)
Vigência : Início: 31/05/2016 Término: 01/07/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação: 2.043.4.4.90.00.00.00.00 (16) Saldo: 45.369,55
Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de infraestrutura para instalação de academia ao ar livre coberta no lote urbano n.º 6, quadra n.º 13, na Avenida Julio Bender, centro de Paial/SC, conforme projeto básico

Paial, 29 de Junho de 2016

Contrato Nº..: 09/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL
Contratada....: VANUSA DIAS EIRELI EPP
Valor : 481,91 (quatrocentos e oitenta e um reais e noventa e um centavos)
Vigência : Início: 31/05/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2016
Objeto : Aquisição de Equipamentos e utensílios para a manutenção das atividades do setor de fisioterapia, do FMS.

Paial, 29 de Junho de 2016

Contrato Nº..: 11/2016
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL
Contratada....: SANTA LUCIA PROD. PARA SAÚDE EIRELLI
Valor : 7.550,00 (sete mil quinhentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 31/05/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2016
Objeto : Aquisição de Equipamentos e utensílios para a manutenção das atividades do setor de fisioterapia, do FMS.

Paial, 29 de Junho de 2016

EXTRATOS CONTRATUAIS FMS MÊS 06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº..: 10/2016	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAIAL	
Contratada....: MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA	
Valor : 3.680,00 (três mil seiscentos e oitenta reais)	
Vigência : Início: 31/05/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2016	
Objeto : Aquisição de Equipamentos e utensílios para a manutenção das atividades do setor de fisioterapia, do FMS.	
Paial, 29 de Junho de 2016	

EXTRATOS CONTRATUAIS MÊS 06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº..: 40/2016	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL	
Contratada....: GABRIEL FRANZ	
Valor : 4.000,00 (quatro mil reais)	
Vigência : Início: 13/06/2016 Término: 31/12/2016	
Objeto : O objeto do presente contrato é a exploração, de forma parcelada, de uma jazida de cascalho de aproximadamente 20 x 30 metros quadrados (seiscentos metros quadrados), para extração de aproximadamente 800 (oitocentas) cargas de cascalho com 6m³ cada, que serão extraídas conforme necessidade da contratante para utilização nas obras de recuperação e cascalhamento de estradas e outros.	
Paial, 29 de Junho de 2016	

<p>-----</p> <p>Contrato Nº.: 41/2016 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL Contratada...: LEANDRO PAGLIARI ME Valor : 32.776,24 (trinta e dois mil setecentos e setenta e seis reais e vinte e quatro centavos) Vigência : Início: 14/06/2016 Término: 12/10/2016 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2016 Recursos : Dotação: 1.002.4.4.90.00.00.00.00.00 (11) Saldo: 70.000,00 Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para a execução de obra de Cancha de Bocha de Piso, conforme projeto básico constante no anexo "E" deste Edital.</p>	
Paial, 29 de Junho de 2016	
<p>-----</p> <p>Contrato Nº.: 44/2016 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL Contratada...: MAN LATIN AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS Valor : 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais) Vigência : Início: 27/06/2016 Término: 27/07/2017 Objeto : 1.1. O objeto do presente Contrato é a aquisição de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.</p>	
Paial, 29 de Junho de 2016	
<p>-----</p> <p>Contrato Nº.: 39/2016 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL Contratada...: E. U. CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA - EPP Valor : 3.000,00 (três mil reais) Vigência : Início: 01/06/2016 Término: 30/08/2016 Recursos : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (19) Saldo: 315.469,63 Objeto : O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados de consultoria para realização da "6ª Conferência das Cidades do Município de Paial", envolvendo todo território municipal, cujos serviços envolvem: acompanhamento, elaboração de dinâmicas, material de orientação e realização de palestra sobre o tema "A Função Social da Cidade e da Propriedade", considerando o Decreto Federal nº 5.790 de 25 de maio de 2006, e Resolução Normativa nº 19, de 25 de maio de 2015, do Conselho Na</p>	
Paial, 29 de Junho de 2016	
<p>-----</p> <p>Aditivo Nº : 8ªTA ao 47/2014 - Contrato Nº: 47/2014 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL Contratada...: CONXAP CONSTRUTORA LTDA - EPP Vigência : Início: 13/06/2016 Término: 17/07/2016 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2014 Objeto : A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de construção de quadra escolar poliesportiva coberta com vestiários conforme Projeto Básico</p>	
Paial, 29 de Junho de 2016	
<p>-----</p>	
<p>Contrato Nº.: 42/2016 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL Contratada...: LEANDRO PAGLIARI ME Valor : 87.028,57 (oitenta e sete mil e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos) Vigência : Início: 14/06/2016 Término: 11/11/2016 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2016 Recursos : Dotação: 1.024.4.4.90.00.00.00.00.00 (13) Saldo: 200.000,00 Objeto : Contratação de empresa do ramo de Engenharia e/ou Construção Civil para a execução de obra de reforma do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paial/SC, conforme projeto básico constante no anexo "E" deste Edital.</p>	
Paial, 29 de Junho de 2016	
<p>-----</p> <p>Aditivo Nº : 4ªTA Ctr 16/2015 - Contrato Nº: 16/2015 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL Contratada...: CONXAP CONSTRUTORA LTDA - EPP Vigência : Início: 21/06/2016 Término: 25/10/2016 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 8/2014 Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de pavimentação asfáltica em parte da Av Julio Bender e construção de passeios em partes da: Av Julio Bender, Rua Ceará e Rua Sta Catarina.</p>	
Paial, 29 de Junho de 2016	
<p>-----</p> <p>Contrato Nº.: 43/2016 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL Contratada...: LEANDRO PAGLIARI ME Valor : 265.797,47 (duzentos e sessenta e cinco mil setecentos e noventa e sete reais e quarenta e sete centavos) Vigência : Início: 27/06/2016 Término: 05/10/2016 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 6/2015 Recursos : Dotação: 1.021.4.4.90.00.00.00.00.00 (110), 1.021.4.4.90.00.00.00.00.00 (115), 1.021.4.4.90.00.00.00.00.00 (119) Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de construção de edificação em pré moldado na área industrial.</p>	
Paial, 29 de Junho de 2016	

Palhoça

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.024, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

decreto Nº 2.024, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIA DAS UNIDADES GESTORAS, PREFEITURA, FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS, NA ORDEM DE R\$ 16.689.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.330, de 23 de dezembro de 2015, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar Unidade Gestora PREFEITURA no valor de R\$ 7.697.000,00 (Sete milhões seiscentos e noventa e sete mil reais), as dotações orçamentárias abaixo:

13.00 - SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO
13.01 - SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO
2.021 - Functo e Manutenção de Ensino Fundamental R\$ 2.935.000,00
461 3.1.90.00.00.00.00.0.1.1010143 - Aplicações Diretas R\$ 2.935.000,00
2.022 - Functo e Manutenção da Educação Infantil R\$ 5.162.000,00
440 3.1.90.00.00.00.00.0.1.1010143 - Aplicações Diretas R\$ 3.000.000,00
282 3.1.91.00.00.00.00.0.1.1010143 - Aplicações Diretas R\$ 1.762.000,00
SOMA R\$ 7.697.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações das dotações orçamentária abaixo:

05.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS - SESP
05.01 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS - SESP
1.220 - Revit. da Praia de Baixo Próxima a Reg.dos Pescadores R\$ 100.000,00
530 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1010142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
1.221 - Reforma na Ponte da Praia de Baixo R\$ 100.000,00
531 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1010142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
1.237 - Praça Jardim das Palmeiras R\$ 140.000,00
547 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1010142 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00
1.238 - Praça Jardim Eldorado R\$ 150.000,00
548 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1010142 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
2.030 - Manutenção e Functo dos Cemitérios Municipais R\$ 175.000,00
376 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1010142 - Aplicações Diretas R\$ 175.000,00
2.029 - Recup.Revit.Proj.Const.Eptos e Manut.Peças R\$ 465.000,00
331 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1010142 - Aplicações Diretas R\$ 145.000,00
375 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1010142 - Aplicações Diretas R\$ 320.000,00
2.193 - Functo e Manutenção dos Serviços Urbanos-SESP R\$ 1.970.000,00
359 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 370.000,00

335 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 1.600.000,00
SOMA R\$ 3.100.000,00

09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA
09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA
2.064 - Functo e Manutenção da Secretaria da Receita R\$ 280.000,00
467 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 280.000,00
1.127 - Proj. de Modernização Admins.Tributária R\$ 95.000,00
412 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 95.000,00
1.128 - Prog.Nac.de Apoio a Gestão Adm.e Fiscal R\$ 120.000,00
429 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00
SOMA R\$ 495.000,00

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1.047 - Subvenções Sociais a Entidades R\$ 122.000,00
360 3.3.50.00.00.00.00.0.1.1000143 - Aplicações Diretas R\$ 122.000,00
1.169 - Construção Escola Guilherme Vitor Filhos R\$ 200.000,00
327 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000143 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
1.031 - Aquis.Eptos e Mat.Permanete - Educ. Infantil R\$ 420.000,00
267 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000143 - Aplicações Diretas R\$ 420.000,00
1.005 - Construção Ampl.Ref.Escolas - Ens.Fundamental R\$ 300.000,00
268 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000143 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
2.022 - Functo e Manutenção da Educação Infantil R\$ 250.000,00
463 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1000143 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00
2.042 - Funcionamento e Manutenção do EJA R\$ 100.000,00
310 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1000143 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
1.006 - Aquisição de Eptos e Material Permanente R\$ 120.000,00
294 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000143 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00
1.007 - Construção Amp.Ref.Centros Educ.Infantil R\$ 250.000,00
287 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000143 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00
SOMA R\$ 1.762.000,00

14.00 - SECRET. DE PLANEJ. E INFRAESTRUTURA
14.01 - SECRET. DE PLANEJ. E INFRAESTRUTURA
2.026 - Functo e Manut.da Secrec.de Infraestrutura R\$ 400.000,00
403 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00
1.016 - Construção e Restauração de Pontes e Bueiros R\$ 160.000,00
279 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
319 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
1.023 - Pavimentação e Drenagem de Ruas R\$ 1.500.000,00
275 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00
1.015 - Aquisição de Eptos e Material Permanente R\$ 180.000,00

451 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 180.000,00
 1.155 - Plano de Urbaniz.Pludarf. e Pts Comp.Tusit.Cambirela R\$ 100.000,00
 442 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 SOMA R\$ 2.340.000,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar Unidade Gestora FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE no valor de R\$ 7.110.000,00 (sete milhões e cento e dez mil reais), as dotações orçamentárias abaixo:

17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 2.145 - Gestão e Estruturação do SUS R\$ 7.110.000,00
 152 3.1.90.00.00.00.00.0.1.1020179 - Aplicações Diretas R\$ 7.110.000,00

Art. 4º A suplementação que se refere o artigo 3º deste Decreto, correrá por conta das anulações das dotações orçamentária abaixo:

14.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRA ESTRUTURA
 14.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRA ESTRUTURA
 1.193 - Pavimentação Rua Joaquim Martins R\$ 80.000,00
 503 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
 1.194 - Pavimentação Rua Frei Angelo Fungel Barra do Aririu R\$ 70.000,00
 504 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
 1.195 - Pavimentação Rua José Jorge da Silva R\$ 70.000,00
 505 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
 1.196 - Pavimentação Rua Agenor E da Silva Barra do Aririu R\$ 100.000,00
 506 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 1.197 - Pavimentação Rua Álvaro Conceição Moreira Barra Aririu R\$ 80.000,00
 507 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
 1.198 - Pavimentação Rua Alcino José Martins Barra do Aririu R\$ 40.000,00
 508 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
 1.199 - Pavimentação Rua Gregório Honorata Espindola R\$ 40.000,00
 509 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
 1.200 - Pavimentação Rua Doraci Freitas Barra do Aririu R\$ 100.000,00
 510 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 1.201 - Pavimentação Rua Cecilia Weingartner Barra Aririu R\$ 100.000,00
 511 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 1.203 - Pavimentação Rua Egberto Rocha São Sebastião R\$ 80.000,00
 512 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
 1.204 - Pavimentação João Teodoro São Sebastião R\$ 70.000,00
 513 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
 1.205 - Pavimentação Rua Morro do Gato São Sebastião R\$ 250.000,00
 514 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

1.206 - Pavimentação Rua Odete Truppel dos Santos São Sebastião R\$ 150.000,00
 515 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
 1.207 - Pavimentação Rua Paulo J de Souza São Sebastião R\$ 80.000,00
 516 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
 1.208 - Pavimentação c/Lajotas Drenag.Pluv.Sinaliz.Passa Vinte R\$ 40.000,00
 517 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
 1.209 - Pavimentação c/Lajotas Drenag.Pluv.Sinaliz Bela Vista R\$ 80.000,00
 518 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
 1.211 - Pavimentação da Rua Thiago Stais Pereira Guarda Cubatão R\$ 100.000,00
 520 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 1.212 - Pavimentação da Servidão Medeiros São Sebastião R\$ 100.000,00
 521 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 1.213 - Projeto Executivo da Ponte Domingos Medeiros São Sebastião R\$ 200.000,00
 522 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 1.214 - Pavimentação da Rua Virgílio I Pedro Guarda Cubatão R\$ 200.000,00
 523 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 1.215 - Pavimentação da Rua Manoel Cantalicio Vidal Centro R\$ 250.000,00
 524 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00
 1.217 - Pav. R. Cumbatá c/Inicio na Rua Aderbal Ramos Silva Pinheira R\$ 150.000,00
 527 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
 1.218 - Pavimentação AV Aurélio Ganzi Pinheira R\$ 105.000,00
 528 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 105.000,00
 1.222 - Reforma na Ponte da Praia de Baixo Pinheira R\$ 100.000,00
 532 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 1.228 - Pavimentação c/Lajotas e Rede Pulv.R Manuel J Alves R\$ 100.000,00
 538 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 1.229 - Pavimentação c/Lajotas Horácio da Sá Aririu R\$ 100.000,00
 539 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 1.230 - Pavimentação c/Lajotas Manoel J.Quintel Enseada de Brito R\$ 200.000,00
 540 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 1.231 - Pavimentação c/Lajotas e Rede Pluv.R Antônio J Silva Aririu R\$ 200.000,00
 541 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 1.233 - Pavimentação Rua Luiz Lehnani São Sebastião R\$ 150.000,00
 543 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
 1.234 - Pavimentação Rua Irmã Silva São Sebastião R\$ 150.000,00
 544 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
 1.235 - Pavimentação Rua Roberto G Steinmetz Rio Grande R\$

200.000,00
 545 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 1.236 - Pavimentação Rua Teodoro da Silva São Sebastião R\$ 200.000,00
 546 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 1.239 - Pavimentação Rua José Linhares - Brejaru R\$ 100.000,00
 549 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 1.240 - Pavimentação Rua Francisco R Alves Brejaru R\$ 100.000,00
 550 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 1.241 - Pavimentação Rua José de Alencar Jardim Eldorado R\$ 75.000,00
 551 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 75.000,00
 1.245 - Pavimentação do Morro do Cipó São Sebastião R\$ 100.000,00
 556 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 1.246 - Pavimentação da Rua Rogério da Silva Alto Aririu R\$ 80.000,00
 557 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
 1.247 - Pavimentação da Rua 808 Fundos da Igreja Alto Aririu R\$ 40.000,00
 558 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
 1.248 - Pavimentação do Morro Gaivotas Alto Aririu R\$ 80.000,00
 559 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
 1.249 - Pavimentação da Rua José F M Sobrinho Alto Aririu R\$ 80.000,00
 560 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
 1.250 - Pavimentação da Rua Matheus Gerard Alto Aririu R\$ 50.000,00
 561 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 1.251 - Pavimentação da Serv. Gessiel J Medeiros Alto Aririu R\$ 100.000,00
 562 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 1.252 - Pavimentação da Rua Hortência Machado Pachecos R\$ 50.000,00
 563 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 1.253 - Pavimentação da Rua Ivone J da Silva Bela Vista R\$ 50.000,00
 564 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 1.254 - Pavimentação da Rua Paraná Bela Vista R\$ 70.000,00
 565 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
 1.255 - Pavimentação da Rua Aldo E Patricio Aririu R\$ 150.000,00
 566 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
 1.256 - Pavimentação da Rua Santino M da Silva Aririu R\$ 125.000,00
 567 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 125.000,00
 1.257 - Pavimentação da Rua Geraldo H Nienkoetter Aririu R\$ 125.000,00
 568 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 125.000,00
 1.258 - Pavimentação da Rua Olindina J Patricio Aririu R\$ 100.000,00
 569 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

1.259 - Pavimentação da Rua Estancio M Patricio Aririu R\$ 100.000,00
 570 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 1.260 - Calçamento na Rua Iporanga Praia do Sonho R\$ 150.000,00
 571 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
 1.261 - Calçamento na Rua Roque Duarte - Alto Aririu R\$ 100.000,00
 572 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 1.262 - Manta Atlantica e Tubulação Rua Olibio Silveira Centro R\$ 400.000,00
 573 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00
 SOMA R\$ 6.160.000,00

17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.141 - Atenção Básica a Saúde R\$ 400.000,00

151 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1020179 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

2.144 - Assistência Farmacêutica R\$ 350.000,00

134 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1020179 - Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

1.210 - Aquisição de Eptos p/Unid. Básica de Saúde R\$ 120.000,00
 526 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1020179 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

1.216 - Um Carro p/Atender Paciente p/Clinica e Hosp. R\$ 80.000,00

525 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1020179 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

SOMA R\$ 950.000,00

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar a Unidade Gestora FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL no valor de R\$ 1.177.000,00, (hum milhão, cento e setenta e sete mil reais) as dotações orçamentárias abaixo:

18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

18.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.039 - Função e Manutenção do Fundo de Assistência Social R\$ 1.177.000,00

070 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1000152 - Aplicações Diretas R\$ 869.000,00

087 3.3.91.00.00.00.00.0.1.1000152 - Aplicações Diretas R\$ 308.000,00

Art. 6º A suplementação que se refere o artigo 5º deste Decreto, correrá por conta das anulações das dotações orçamentária abaixo:

15.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.242 - Subvenção LIONS do Distrito LD9 R\$ 100.000,00

554 3.3.50.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

1.243 - Subvenção CADI R\$ 25.000,00

553 3.3.50.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

1.263 - Subvenção Amigos e Prof. dos Animais de Palhoça APRAP R\$ 50.000,00

574 3.3.50.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

2.035 - Função e Manutenção da Secretaria Assistência Social R\$ 250.000,00

326 4.4.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

465 3.3.90.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 73.000,00

SOMA R\$ 308.000,00

18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 18.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 1.158 - Construção de Abrigo R\$ 70.000,00
 106 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000152 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
 1.184 - Programa Família Acolhedora R\$ 200.000,00
 119 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000152 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 1.166 - Abrigo Institucional p/Pessoas Idosas R\$ 50.000,00
 104 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000152 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 2.004 - Contribuição a Entidades Não Govern. e Privadas R\$ 549.000,00
 108 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000152 - Aplicações Diretas R\$ 549.000,00
 SOMA R\$ 869.000,00

Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar a Unidade Gestora FUNDAÇÃO CAMBIRELA DO MEIO AMBIENTE no valor de R\$ 80.000,00, (oitenta mil reais), a dotação orçamentária abaixo:

20.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
 20.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
 2.016 - Funcionamento e Manutenção Fundação do Meio Ambiente R\$ 80.000,00
 028 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000081 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 8º A suplementação que se refere o artigo 7º deste Decreto, correrá por conta das anulação da dotação orçamentária abaixo:

20.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
 20.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
 2.016 - Funcionamento e Manutenção Fundação do Meio Ambiente R\$ 80.000,00
 026 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000081 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 9º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar a Unidade Gestora FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA, no valor de R\$ 625.000,00, (seiscentos e vinte cinco mil reais), as dotações orçamentárias abaixo:

22.00 - FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA
 22.01 - FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA
 2.078 - Functio e Manut. da Faculdade Municipal de Palhoça R\$ 625.000,00
 049 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000130 - Aplicações Diretas R\$ 625.000,00

Art. 10. A suplementação que se refere o artigo 9º deste Decreto, correrá por conta das anulações da dotações orçamentárias abaixo:

07.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
 07.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
 2.051 - Functio e Manutençõ da Procuradoria R\$ 225.000,00
 452 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 225.000,00
 2.067 - Encarg.com Exec. de Sentenças Judiciais R\$ 150.000,00
 281 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

33.00 - SECRETARIA DE TURISMO
 23.01 - SECRETARIA DE TURISMO
 2.081 - Functio e Manutenção de Turismo R\$ 250.000,00
 323 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 414 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000142 - Aplicações Diretas R\$

150.000,00
 SOMA R\$ 625.000,00

Art. 11. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Fica revogado o Decerto nº 2.021, de 20 de junho de 2016 e demais disposições contrárias.

Palhoça, 27 de junho de 2016.
 Camilo Nazareno Pagani Martins
 Prefeito Municipal

LEI Nº 4.407, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

LEI Nº 4.407, de 29 de JUNHO de 2016.

DENOMINA PRAÇA PÚBLICA. Francisco João Lucas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Praça FRANCISCO JOÃO LUCAS, localizada na Rua Nossa Senhora dos Navegantes, Bairro Barra do Ariú.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 29 de junho de 2016.
 CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
 Prefeito Municipal

LEI Nº 4.408, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

LEI Nº 4.408, de 29 de JUNHO de 2016.

DENOMINA PRAÇA DE LAZER, Luzia Aninha Fonseca Gregório.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Praça de Lazer Luzia Aninha Fonseca Gregório, localizada na Rua dos Açores, no Loteamento Alaor Silveira, bairro de São Sebastião, município de Palhoça.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 29 de junho de 2016.
 CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
 Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 008, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 008, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

APROVA. Dispõe sobre a aprovação do Protocolo de Classificação de Risco da Unidade de Pronto Atendimento de Palhoça.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Palhoça, No uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Protocolo de Classificação de Risco da Unidade de Pronto Atendimento, o qual contém diretrizes e normas para a padronização do atendimento no Município de Palhoça/SC, conforme anexo, parte integrante desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Palhoça, 27 de junho de 2016.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

POSSE CONCURSO Nº 01/2015

Câmara Municipal de Palhoça
Estado de Santa Catarina

TERMO DE POSSE**CARGO EFETIVO**

A Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina, tendo em vista o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar Municipal nº 96/2010), em seu artigo 29, EMPOSSA nesta data o (a) servidor DOUGLAS MOREIRA, nomeado pela Portaria nº 198 de 23 de Junho de 2016, para exercer o cargo efetivo de Analista Legislativo – Especialidade Informática, do nível superior, em regime de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, na sede deste Poder, habilitado em Concurso Público.

O Servidor apresentou os documentos exigidos por lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar a Lei Complementar Municipal nº 96/2010, anexando a este TERMO, a declaração quanto ao exercício ou não de cargo ou função pública.

Para constar, eu Ana Núncia Nunes Collaço, com exercício no Departamento de Recursos Humanos, lavrei o presente TERMO, que vai assinado pela Presidência desta Casa Legislativa, e pelo empossado.

Palhoça/SC, 23 de junho de 2016.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO DOUGLAS MOREIRA
Presidente Empossado

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2016. Objeto: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para atender o Serviço de Fortalecimento de Vínculos Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até as 08:30hs do dia 13 de julho de 2016; Início da Sessão Pública: Às 08:45hs do dia 13/07/2016. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em horário de expediente das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 29 de junho de 2016.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA – FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2016. Objeto: Registro de preços para a aquisição de suplementos alimentares. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até as 13:45hs do dia 13 de julho de 2016; Início da Sessão Pública: Às 14:00hs do dia 13/07/2016. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em horário de expediente das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 29 de junho de 2016

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2635, DE 27 DE JUNHO DE 2016 - CRIA COMISSÃO ORGANIZADORA DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 2635, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

Cria Comissão Organizadora da 6ª Conferência Municipal das Cidades e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, e Considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Desenvolvimento Urbano Sustentável no município;

Decreta

Art. 1º. Fica criada a Comissão Organizadora da 6ª Conferência Municipal das Cidades, composta pelos seguintes membros: Representantes da Sociedade Civil:

I – Representante da Lions: Luciane Maria Crestani Wünsche

II – Representante da AMPLANORTE: Aristides Antonio Sonáglia

III – Representante da Associação dos Servidores Públicos Municipais: Sonia Terezinha Mendes Novack

Representantes do Governo:

I – Secretaria da Administração: Fábio José Padilha

II – Secretaria do Desenvolvimento Econômico: Arildo Fernandes Dias

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 27 de junho de 2016.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações, desta Prefeitura Municipal.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

DECRETO Nº 2636, DE 28 DE JUNHO DE 2016 -- APROVA REGIMENTO INTERNO DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE PAPANDUVA

DECRETO Nº 2636, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

Aprova o Regimento Interno da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Papanduva/SC.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Regimento Interno da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Papanduva/SC.

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Art. 2º. A 6ª Conferência Municipal das Cidades, convocada pelo Decreto Municipal nº 2623, de 25 de abril de 2016, alterado pelo Decreto 2632, de 24 de junho de 2016, será realizada no dia 04 de julho de 2016, no Centro da Melhor Idade, com início às 09:00 horas, sob a coordenação da Comissão Organizadora criada através do Decreto nº 2635, de 27 de junho de 2016, tendo como objetivos e finalidades o disposto nos artigos seguintes.

Art. 3º. Fica instituída a Conferência Municipal da Cidade de Papanduva, nos termos do Decreto Federal nº 5.790, de 25 de maio de 2006, conforme Resolução Normativa nº 19 do Conselho Nacional das Cidades, de 18 de setembro de 2015, e Regimento da 6ª Conferência Estadual das Cidades de Santa Catarina, com os seguintes objetivos e finalidades:

I - propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política Municipal, Estadual e Nacional de Desenvolvimento Urbano;

II - sensibilizar e mobilizar a sociedade catarinense para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes no Município;

III - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre a função social da cidade e da propriedade;

IV - propiciar e estimular a gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano na União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

V - avançar na construção e consolidação das políticas públicas de desenvolvimento urbano, indicando as prioridades de ação Municipal, Estadual e Nacional;

VI - eleger 03 (três) delegados titulares e suplentes para a 6ª Conferência Estadual das Cidades, Etapa Preparatória Estadual da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

§1º A Conferência de que trata o caput terá caráter deliberativo.

**CAPÍTULO II
DO TEMÁRIO**

Art. 3º. A 6ª Conferência Nacional das Cidades terá como temática: "A Função Social da Cidade e da Propriedade", e; como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

§ 1º. O temário central e os textos de apoio que subsidiarão as discussões da 6ª Conferência da Cidade de Papanduva - SC deverão ser aprovados pela comissão preparatória.

§ 2º. O temário da 6ª Conferência da Cidade de Papanduva - SC deve contemplar o temário nacional e direcionar as propostas para todas as esferas da Federação.

**CAPÍTULO III
DA REALIZAÇÃO**

Art. 4º. A 6ª Conferência da Cidade de Papanduva - SC, que será integrada por representantes da comunidade local na forma prevista neste regimento, tem abrangência municipal e, consequentemente, suas análises, formulações e proposições devem tratar da Política de Desenvolvimento Municipal, Estadual e Nacional.

Art. 5º. A 6ª Conferência da Cidade de Papanduva - SC, será realizada sob a responsabilidade do Poder Executivo Municipal, e será integrada por representantes da comunidade local na forma prevista neste regimento.

Parágrafo único. Todos os delegados com direito a voz e voto presentes na 6ª Conferência da Cidade de Papanduva - SC devem reconhecer a precedência das questões de âmbito estadual e nacional e atuar sobre elas, em caráter avaliador, formulador e positivo.

CAPÍTULO IV**DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

Art. 6º. A 6ª Conferência da Cidade de Papanduva - SC será presidida pelo presidente da comissão preparatória da conferência do município e, na sua ausência ou impedimento eventual, por seu suplente ou por um membro indicado pela Comissão Preparatória.

Art. 7º. A organização e realização da 6ª Conferência da Cidade de Papanduva - SC será coordenada pela Comissão Preparatória, instituída pelo Decreto nº 2635, de 27 de junho de 2016.

Art. 8º. A Conferência da Cidade de Papanduva - SC será composta de mesas de debates, e grupos de discussões e plenárias.

Art. 9º. Os grupos de discussão contarão com um facilitador/relator, indicado pela comissão preparatória, e com um presidente e um secretário escolhido pelo grupo.

§1º. Compete ao presidente, com auxílio do facilitador/relator:

I – conduzir as discussões;

II – controlar o tempo;

III – estimular a participação dos membros na discussão do grupo;

§2º. Compete aos secretários, auxiliados pelo facilitador/relator:

I – registrar as opiniões consensuais;

II – elaborar relatório quanto as propostas realizadas pelo respectivos grupo de discussão;

Art. 10. Compete a Secretaria de Administração do Município de Papanduva:

I - coordenar a 6ª Conferência da Cidade de Papanduva em conjunto com a Comissão Preparatória, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos;

II - atuar com a Comissão Preparatória formulando, discutindo e propondo as iniciativas referentes à organização da 6ª Conferência da Cidade de Papanduva -SC.

Art. 11. Compete à Comissão Preparatória da 6ª Conferência da Cidade de Papanduva - SC:

I - definir o Regimento Interno da 6ª Conferência da Cidade de Papanduva - SC que conterà os critérios de participação para a conferência, para a eleição dos delegados para a etapa estadual, respeitadas, as definições deste regimento e do regimento estadual;

II - mobilizar a sociedade que desenvolverá atividades de sensibilização para adesão à 6ª Conferência da Cidade de Papanduva - SC;

III - mobilizar os parceiros e filiados, de suas entidades e órgãos membros no âmbito de sua atuação no município, para preparação e participação na Conferência;

IV - designar facilitadores e relatores;

V - organizar as atividades preparatórias de discussão do temário da 6ª Conferência da Cidade de Papanduva - SC;

VI - elaborar a proposta de programação da 6ª Conferência da Cidade de Papanduva - SC;

VII - definir os nomes dos expositores e a pauta;

VIII - elaborar e executar as atividades de divulgação e organização da 6ª Conferência da Cidade de Papanduva - SC;

IX – propor e definir a pauta da Etapa Municipal e os documentos técnicos e textos de apoio;

X – sistematizar os resultados gerando um relatório da Conferência Municipal e promover a sua publicação no Órgão Oficial do Município;

§ 1º. A Comissão Preparatória realizará reuniões periódicas a fim de debater e deliberar sobre aspectos relacionados à Conferência.

§ 2º. A Comissão Preparatória deverá apresentar relatório crítico de suas atividades à Comissão Organizadora Estadual no prazo de 10 dias após a realização da etapa, contendo:

I – Decreto Municipal expedido pelo Poder Executivo convocando

a Conferência Municipal como Etapa Preparatória Municipal para a 6ª Conferência Nacional das Cidades;
II – comprovação da ampla divulgação nos meios de comunicação;
III – Decreto Municipal expedido pelo Poder Executivo instituindo a Comissão Preparatória Municipal;
IV – cópia do Regimento Interno Municipal;
V – lista dos Delegados e Delegadas, por segmento, presentes à Conferência informando a entidade que representa, número do documento de identidade e e-mail;
VI – relatório com as Resoluções e deliberações da Conferência Municipal;
VII – Lista dos Delegados e Delegadas eleitos para a Conferência Estadual por segmento e identificação completa: nome, endereço, telefone, entidade que representa (por extenso) e e-mail.

CAPÍTULO V DOS PARTICIPANTES

Art. 12 .A Conferência Municipal da Cidade de Papanduva – SC, como Etapa Preparatória para as Conferências Estadual e Nacional das Cidades, deverá ter a participação de representantes dos segmentos constantes no artigo 23 do Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

Art. 13. A 6ª Conferência da Cidade de Papanduva - SC será dividida em três categorias:

I - participantes da comunidade local, com direito a voz;
II - delegados, com direito a voz e voto à razão de um por entidade credenciada;

III - observadores, sem direito a voz e voto.

Parágrafo único. Serão delegadas e delegados na Conferência Municipal:

I – representantes da sociedade civil, com direito a voz e voto;
II - representantes indicados pela administração pública municipal, com direito a voz e voto;
III - representantes indicados pelos conselhos de políticas públicas municipais, com direito a voz e voto;
IV - membros da Comissão Preparatória Municipal, com direito a voz e voto.

Art. 14. A eleição de delegados municipais escolhidos para representarem o Município na 6ª Conferência Estadual das Cidades será por segmentos, obedecendo à proporcionalidade da representação, conforme disposto no artigo 20 do Regimento da 6ª Conferência Estadual das Cidades.

Parágrafo único. O delegado titular eleito terá um suplente do mesmo segmento, que será credenciado somente na ausência do titular.

Art. 15. A representação dos diversos segmentos na Conferência Municipal como Etapa Preparatória para a 6ª Conferência Estadual das Cidades, em todas as suas etapas, e o enquadramento nos diversos segmentos deverá ser efetuado da seguinte forma:

I - Poder Público - gestores, administradores e servidores públicos e legislativos municipais - são os representantes de órgãos da administração direta em seus respectivos níveis, e membros do Legislativo: vereadores;

II - Movimentos Populares – são as associações comunitárias ou de moradores, movimentos por moradia e demais organizações populares voltadas à questão do desenvolvimento urbano;

III – Trabalhadores – representantes de suas entidades sindicais (sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais de trabalhadores urbanos e rurais);

IV - Empresários - entidades de qualquer porte, representativas do empresariado, relacionadas à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, inclusive cooperativas voltadas à questão do desenvolvimento urbano;

V - Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa – entidades representativas de associações de profissionais autônomos ou de empresas e outras entidades vinculadas à questão do desenvolvimento urbano, profissionais representantes de entidades de

ensino, centros de pesquisas das áreas do conhecimento. Enquadram-se também conselhos profissionais - regionais ou federais;
VI - Organizações não Governamentais - entidades do terceiro setor com atuação na área do desenvolvimento urbano.

Parágrafo único. Não se enquadram nos segmentos acima descritos, partidos políticos, igrejas, instituições filantrópicas, clubes esportivos, desportivos e recreativos e conselhos municipais e estaduais, bem como toda e qualquer agremiação que tenha por atividade ações discriminatórias, segregadoras e xenófobas, entre outras.

Art. 16 . A Conferência Municipal como Etapa Preparatória para a 6ª Conferência Estadual das Cidades elegerá 3 (três) delegados/delegadas que participarão da 6ª Conferência Estadual, sendo um representante do Poder Público e dois representante da Sociedade Civil.

§ 1º. Os inscritos poderão candidatar-se às vagas de delegados, no dia do evento das 9:00 as 10:00hrs.

§ 2º . Ocorrendo empate na eleição dos delegados, será eleito o candidato com mais idade.

§ 3º. Os delegados escolhidos na Conferência e que não estiverem presentes no momento da divulgação do resultado da eleição serão automaticamente excluídos, chamando-se o próximo candidato mais votado.

§ 4º. A votação será na plenária com a apresentação dos candidatos e poderão votar em até dois candidatos que sejam integrantes do seu segmento.

§ 5º. Serão eleitos os candidatos mais votados por segmento, observando-se os critérios estabelecidos no art. 13 deste Regimento.

CAPÍTULO VII DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art.17. As despesas com a organização da Conferência Municipal como Etapa Preparatória para a 6ª Conferência Estadual das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Administração, que poderá receber apoio de outros segmentos.

CAPÍTULO VIII DAS CONFERÊNCIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Art. 18. A Comissão Preparatória Municipal, ao final da realização da Conferência, deverá elaborar o relatório, de acordo com o modelo disponível no sítio da 6ª Conferência Nacional das Cidades, e enviar à Comissão Organizadora Estadual, no prazo de até dez dias corridos após a realização da Conferência.

Art. 19. A Comissão Preparatória, ao final da realização da Conferência, deverá preencher o formulário disponibilizado pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades por meio do sítio eletrônico a ser disponibilizado pelo Ministério das Cidades, com as informações da Conferência, em até 15 dias corridos após a realização da Conferência.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Preparatória Municipal, cabendo recurso à Comissão Preparatória Estadual e, em última instância à Comissão Nacional Recursal e de Validação.

Art. 21. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 28 de junho de 2016.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações, desta Prefeitura Municipal.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 012/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016**

PORTARIA Nº 012/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016

“CONCEDE À SERVIDORA ROSINHA SAVITSKI IAROCHEVSKI, MATRICULADA SOB O Nº. 120, A CONVERSÃO EM PECÚNIA DE 1/3 DA LICENÇA PRÊMIO CORRESPONDENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 22 DE MAIO DE 2011 À 21 DE MAIO DE 2016.”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas no art. 103-A do Estatuto dos Servidores Públicos de Papanduva, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida à servidora com matrícula sob nº. 120, a senhora Rosinha Savitski Iarochovski, portadora do CPF nº. 420.312.229-53, a conversão em pecúnia de 1/3 da licença prêmio correspondente ao período de 22 de maio de 2011 à 21 de maio de 2016, ficando um saldo de 60 dias da respectiva licença para ser gozada posteriormente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva, em 29 de junho de 2016.
GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI
Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ
1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI
2ª Secretária

PORTARIA Nº 013/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº 013/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016

“CONCEDE AO SERVIDOR JAMES MICHEL CERNIAK, MATRICULADA SOB O Nº. 118, A CONVERSÃO EM PECÚNIA DE 1/3 DA LICENÇA PRÊMIO CORRESPONDENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 22 DE MAIO DE 2011 À 21 DE MAIO DE 2016.”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas no art. 103-A do Estatuto dos Servidores Públicos de Papanduva, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida à servidora com matrícula sob nº. 118, ao senhor James Michel Cerniak, portadora do CPF nº. 041.576.899-33, a conversão em pecúnia de 1/3 da licença prêmio correspondente ao período de 22 de maio de 2011 à 21 de maio de 2016, ficando um saldo de 60 dias da respectiva licença para ser gozada posteriormente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva, em 29 de junho de 2016.
GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI
Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ
1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI
2ª Secretária

PORTARIA Nº 014/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016

Portaria Nº 014/2016 de 29 de junho de 2016

“CONCEDE FÉRIAS, BEM COMO A CONVERSÃO DE 1/3 DAS FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO À SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, MATRICULADA SOB O Nº. 120, A SENHORA ROSINHA SAVITSKI REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 22/05/2015 À 21/05/2016”.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição conferida pelo Artigo 86 da Lei Complementar nº. 8 de 03 de dezembro de 2003 e Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o gozo de férias para a servidora com matrícula sob nº. 134, a senhora ROSINHA SAVITSKI, portadora do CPF nº. 420.312.229-53, no período de 11/07/2016 à 30/07/2016, referente período aquisitivo de 22/05/2015 à 21/05/2016, bem como autorizado a conversão de 10 dias de férias em abono pecuniário dentro do mês corrente, conforme dispositivo do Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 29 de junho de 2016.
GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI
Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ
1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI
2ª Secretária

PORTARIA Nº 015/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016

Portaria Nº 015/2016 de 29 de junho de 2016

"CONCEDE A CONVERSÃO DE 1/3 DAS FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO AO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, MATRICULADA SOB O Nº. 118, AO SENHOR JAMES MICHEL CERNIAK REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 22/05/2015 À 21/05/2016".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição conferida pelo Artigo 86 da Lei Complementar nº. 8 de 03 de dezembro de 2003 e Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º - Fica ao autorizado a conversão de 10 dias de férias em abono pecuniário dentro do mês corrente, conforme dispositivo do Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003 ao servidor com matrícula sob nº. 118, o senhor JAMES MICHEL CERNIAK.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 29 de junho de 2016.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI

Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ

1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI

2ª Secretária

Câmara Municipal de Papanduva em, 29 de junho de 2016.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI

Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ

1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI

2ª Secretária

PORTARIA Nº 016/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016

Portaria Nº 016/2016 de 29 de junho de 2016

"CONCEDE A CONVERSÃO DE 1/3 DAS FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO AO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, MATRICULADA SOB O Nº. 181, AO SENHOR LUIZ EDUARDO SALIBA REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 18/04/2015 À 17/04/2016".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição conferida pelo Artigo 86 da Lei Complementar nº. 8 de 03 de dezembro de 2003 e Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º - Fica ao autorizado a conversão de 10 dias de férias em abono pecuniário dentro do mês corrente, conforme dispositivo do Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003 ao servidor com matrícula sob nº. 181, o senhor LUIZ EDUARDO SALIBA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paraíso

PREFEITURA

EXT CT. 29/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2016

TOMADA PREÇO Nº 03/2016

DO OBJETO: – “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ILUMINAÇÃO DO CAMPO MUNICIPAL DE FUTEBOL, LOCALIZADA NA QUADRA Nº 80 NO CENTRO DO MUNICIPIO DE PARAISO/SC”, conforme Proposta de Transferência nº 018005: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional”.

DO VALOR: R\$ R\$ 114.896,67(cento e quatorze mil, oitocentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos).

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso/SC

DO CONTRATADO: A.S.JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA EPP

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato

será contado da data da sua assinatura até 30 de Novembro de 2016

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 29 de Junho de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 15/2016

Câmara de Vereadores de Passo de Torres

Dispensa de Licitação

Objeto: Criação de um sítio oficial para Câmara de Vereadores para disponibilizar informações legislativas e informações pormenorizadas sobre execução orçamentaria e financeira com link acessível ao portal de transparência a partir da pagina inicial, bem como atalhos em imagem gráfica (banner) com identidade visual, bem como um gerenciador de documentos para controlar o processo legislativo desde o protocolo a sua tramitação final, pauta automatizada atas automatizadas, diário oficial para a câmara, todos os editores de texto com comando de voz, sistema de protocolo geral gestão de gabinete, tudo atrelado ao Portal.

Contratado: SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA-ME

CNPJ: 24.092.271/0001-82

Processo Administrativo: 15/2016

Valor: R\$ 5.175,00

Base Legal: art. 24, II da Lei Federal nº 8.666/93

Passo de Torres, 29 de junho de 2016.

Ademilson Batista da Silva

Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº 10/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2016

O Município de Paulo Lopes torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com as Leis Federais nº 10.520, 8.666/93 e Lei Complementar Federal 123/2006, objetivando a aquisição de coletor compactador de lixo com capacidade de 10m³, conforme termo de referência em anexo. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, Centro, Paulo Lopes/SC, até as 08h55min do dia 15/07/2016.

A sessão se dará a partir das 09h00min do dia 15/07/2016, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.paulolopes.sc.gov.br.

Paulo Lopes, 29 de junho de 2016.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

2679/2016

DECRETO Nº. 2679/2016

"AUTORIZA A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DOS ESTUDANTES DE PENHA "11 DE AGOSTO", NO VALOR DE R\$-235.000,00 (DUZENTOS E TRINTA E CINCO MIL REAIS), E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art.1º - Fica autorizado a transferência de recursos financeiros a entidade Associação Municipal dos Estudantes de Penha "11 de agosto", inscrita sob CNPJ: 09.035.912/0001-73, no valor de R\$-235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), autorizado pelo art. 46 da Lei Municipal nº 2.788, de 16 de outubro de 2015, art. 19 da Lei Municipal nº 2.795, de 18 de dezembro de 2015 e Lei Municipal nº 2824, de 29 de junho de 2016.

Art.2º - A dotação decorrente com a execução do presente Decreto correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – Secretaria da Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino

Atividade: 2.023 –Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 0001 – Recursos Próprios

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.00– Aplicações Diretas

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/Sc, 29 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

2824/2016

LEI Nº. 2824/2016

"AUTORIZA A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DOS ESTUDANTES DE PENHA "11 DE AGOSTO", NO VALOR DE R\$-235.000,00 (DUZENTOS E TRINTA E CINCO MIL REAIS), E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica autorizado a transferência de recursos financeiros a entidade Associação Municipal dos Estudantes de Penha "11 de agosto", inscrita sob CNPJ: 09.035.912/0001-73, no valor de R\$-235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), autorizado pelo art. 46 da Lei Municipal nº 2.788, de 16 de outubro de 2015 e art. 19 da Lei Municipal nº 2.795, de 18 de dezembro de 2015;

Art.2º - A dotação decorrente com a execução da presente Lei correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – Secretaria da Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino

Atividade: 2.023 –Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 0001 – Recursos Próprios

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.00– Aplicações Diretas

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2818/2016.

Penha/Sc, 29 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

CONTRATO Nº 74/2016-PMP

CONTRATO ADM. DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE PRÓPRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA/SC, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AOS MEMORIAIS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PROJETOS EM ANEXO.

CONTRATO Nº 74/2016- PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016-PMP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 36/2016-PMP

“Que entre si celebram o Município de Penha, Estado de Santa Catarina e a Empresa MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA”.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA, com sede na cidade de Itajaí/SC, Avenida Irineu Bornhausen, nº 855 – 1º andar, Bairro: São João, CEP: 88305-102, Telefone: (47) - 33481313, E-mail: mercolux@mercolux-sc.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.582/0001-69, neste ato representada pelo Sr. Luiz Bunki Otsuka, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº. 36/2016 - PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 22/2016 - PMP, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a entregar materiais e/ou prestação de serviços para a PREFEITURA, por meio da SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS, de acordo com a especificação a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
				UNITÁRIO	GLOBAL
1.	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE PRÓPRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA	MÊS	12	36.000,00	432.000,00
	TOTAL				R\$: 432.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – PAGAMENTO

Pelo objeto constante da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 432,000,00 (quatrocentos e trinta e dois mil reais), a ser pago no Banco do Brasil, Agência nº 0305-0, Conta Corrente nº 8.555-1 em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal/fatura com as respectivas Autorizações de Fornecimento (AF), devidamente certificada pela referida Secretaria, de acordo com a seguinte dotação:

Órgão: 12 – SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 12.03 – DEPARTAMENTO OPERACIONAL

Funcional: 25.751.0013 – Conservação de Energia

Projeto/Atividade: 2.041 – Funcionamento e Manutenção da COSIP

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0613 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 135

CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTES

Os preços serão fixos e poderão ser reajustáveis conforme o previsto na legislação vigente e lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

Os objetos licitados deverão ser fornecidos de acordo com a solicitação da SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS até sua totalidade ou parcialmente até 31/12/2016, na sede da referida Secretaria.

Parágrafo Único: Os quantitativos de objetos licitados são estimativos com base na análise histórica de consumo desta Secretaria e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

a) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.

b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.

- c) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula 2, desde que confirmado o recebimento do objeto licitado de acordo com as especificações do Edital.
- d) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- f) Verificada a não-conformidade da mercadoria, do serviço, ou de algum dos produtos, o contratado deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.
- g) Executar o fornecimento nas condições e nos prazos constantes até sua totalidade.
- h) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- i) Não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.
- j) Entregar os objetos licitados após a emissão da Autorização de Fornecimento devidamente assinada pelo responsável e de acordo com as quantidades solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

CLAUSULA SÉTIMA - – RESPONSÁVEL PELO CONTRATO

- a) Será responsável pela conferência a SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS ou servidores por estes legalmente autorizados, que deverão atestar a entrega de material e/ou prestação de serviços, para viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais à Secretária de Fazenda, para as providências de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, no que couber:

- a) alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- b) superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuir o ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- e) impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência; e
- f) omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.
- d) Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos e/ou encargos legais após a assinatura do presente instrumento desde que, haja comprovada repercussão nos preços ora contratados para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESSARCIMENTO

A PREFEITURA deverá ressarcir a CONTRATADA, em caso de alteração ou extinção do contrato, desde que:

- a) a alteração unilateral por parte da PREFEITURA provoque aumento dos encargos da CONTRATADA, para que se mantenha o equilíbrio financeiro inicial;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 05 (cinco) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações e prazos;

- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir o não fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado na entrega do objeto;
- e) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- f) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- g) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- h) A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- k) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- l) Razões de interesse do serviço público;
- m) A supressão, por parte da PREFEITURA, das especificações acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de objetos já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna; e
- p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, à Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 24 de Junho de 2016.

PREFEITO	CONTRATADA
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES	MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA

TESTEMUNHAS: _____
GUSTAVO JOÃO DA SILVA
COORDENADOR ADMINISTRATIVO

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 60/2015 - FMS

CONTRATO ADM. DE AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, MÓVEIS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA SEREM INSTALADOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE COHAB NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

CONTRATO Nº 60/2015- FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015-FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 18/2015-FMS

“Que entre si celebram o Município de Penha, Estado de Santa Catarina e a Empresa ALTERMED MATERIL MÉDICO HOSPITALAR”.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo para aquisição de equipamentos, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa Empresa ALTERMED MATERIL MÉDICO HOSPITALAR, com sede na cidade de Rio do Sul/SC, rua Boa esperança, nº 2320, bairro: Fundo canoas, CEP:89154663, no contato (47) 35209000, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, neste ato representada Cleiton André Wagner, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº. 18/2015 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 11/2015 -FMS, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma fornecer os equipamentos para a PREFEITURA, por meio da Secretaria de Saúde, de acordo com a especificação a seguir:

Programa de Trabalho / Atividade					Elemento de Despesas:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
					UNITÁRIO	GLOBAL
23	<p>DISPENSER SABONETE LIQUIDO E ALCOOL GEL BRANCO</p> <p>Utiliza Refil ou Reservatório.</p> <p>Constituído em plástico com alta resistência ao impacto. Material em abs de baixa densidade.Design moderno. Sistema de fechamento exclusivo que dispensa chave. Aceita refil ou reservatório para abastecer. Habitáculo, com todas as paredes revestidas a qual garante higiene, evitando umidade e poeira.</p> <p>Visor central transparente para facilitar a visibilidade do sabonete, facilitando o abastecimento.</p> <p>Dimensões:12 cm de profundidade11cm de largura 26cm altura</p> <p>Cores: Frente branca com fundo cinza ou branco. (Caso tenha preferencia por uma das cores de fundo, enviar email informando.)</p> <p>- Apresentar prospecto do produto, em linguagem de fácil entendimento, com informação suficiente para a avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, tendo como requisitos as condições indicadas no Termo de Referência.</p>	UND	PREMISSE	32	16,03	512,96
	TOTAL					512,96

CLÁUSULA SEGUNDA – PAGAMENTO

Pelo objeto constante da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 512,96 (quinhentos e doze reais e noventa e seis centavos), a ser pago em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal/fatura com as respectivas Autorizações de Fornecimento (AF), devidamente certificada pelas referidas Secretarias.

CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTES

Os preços serão fixos e poderão ser reajustáveis conforme o previsto na legislação vigente e lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

Os objetos licitados deverão ser fornecidos em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato, de acordo com a solicitação da Secretaria de Saúde até sua totalidade ou parcialmente até 31/12/2015, na sede da referida Secretaria.

Parágrafo Único: Os quantitativos de objetos licitados são estimativos com base na análise histórica de consumo desta Secretaria e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 20.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0014 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.058 – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0608 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 0085

Órgão: 20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 20.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0014 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.055 – PAB Fixo – Ações Básicas de Saúde

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0608 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 0079 CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

a) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.

b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.

- c) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula 2, desde que confirmado o recebimento do objeto licitado de acordo com as especificações do Edital.
- d) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- f) Verificada a não-conformidade da mercadoria, do serviço, ou de algum dos produtos, o contratado deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.
- g) Executar o fornecimento nas condições e nos prazos constantes até sua totalidade.
- h) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- i) Não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.
- j) Entregar os objetos licitados após a emissão da Autorização de Fornecimento devidamente assinada pelo responsável e de acordo com as quantidades solicitadas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLAUSULA SÉTIMA - – RESPONSÁVEL PELO CONTRATO

- a) Será responsável pela conferência a Secretaria de Saúde ou servidores por estes legalmente autorizados, que deverão atestar a entrega dos equipamentos, para viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais à Secretária de Fazenda, para as providências de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, no que couber:

- a) alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- b) superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuir o ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- e) impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência; e
- f) omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.
- d) Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos e/ou encargos legais após a assinatura do presente instrumento desde que, haja comprovada repercussão nos preços ora contratados para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESSARCIMENTO

A PREFEITURA deverá ressarcir a CONTRATADA, em caso de alteração ou extinção do contrato, desde que:

- a) a alteração unilateral por parte da PREFEITURA provoque aumento dos encargos da CONTRATADA, para que se mantenha o equilíbrio financeiro inicial;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 05 (cinco) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações e prazos;

- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir o não fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado na entrega do objeto;
- e) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- f) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- g) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- h) A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- k) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- l) Razões de interesse do serviço público;
- m) A supressão, por parte da PREFEITURA, das especificações acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de objetos já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna; e
- p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, à Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 03 de Junho de 2015.

PREFEITURA
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

CONTRATADA
ALTERMED MATERIL MÉDICO HOSPITALAR

TESTEMUNHAS:

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE.
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 61/2015 - FMS

CONTRATO ADM. DE AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, MÓVEIS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA SEREM INSTALADOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE COHAB NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

CONTRATO Nº 61/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015-FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 18/2015-FMS

“Que entre si celebram o Município de Penha, Estado de Santa Catarina e a Empresa TODT MÓVEIS LTDA EPP.”

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo para aquisição de equipamentos, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa TODT MÓVEIS LTDA EPP, com sede na cidade de Jaraguá do Sul/SC, Rua: Edmundo Koch, nº 1527-B, Galpão A, Bairro: Nereu Ramos, CEP: 89265-260, Telefone (47) 3376-0246, E-mail: todt@todt.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 10.535.116/0001-89, neste ato representada Benicio Baldussi, CPF: 352.319.399/00, RG: 627.848-5, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº. 18/2015 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 11/2015 -FMS, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma fornecer os equipamentos para a PREFEITURA, por meio da Secretaria de Saúde, de acordo com a especificação a seguir:

Programa de Trabalho / Atividade					Elemento de Despesas:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
					UNITÁRIO	GLOBAL
05	POLTRONA PRESIDENTE GIRATÓRIA Estrutura cromada com regulagem de altura à gás, relax, assento e encosto confeccionado em espuma injetada gomada com costuras, revestida em corino preto, com braços fixos pretos. Dimensões aproximadas do produto sem embalagem (AxLxP) 115x54x56cm Peso líquido aproximado do produto (kg) 16,5Kg. Garantia: 12 meses. - Apresentar prospecto do produto, em linguagem de fácil entendimento, com informação suficiente para a avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, tendo como requisitos as condições indicadas no Termo de Referência.	UND	SIDFLEX	02	287,95	575,90
21	LIXEIRA PLÁSTICA COM PEDAL Capacidade: 30 litros. Cesto injetado em plástico poli-propileno. A armação e o pedal são confeccionados em aço carbono galvanizado. Medidas: 58cm (altura) x 35cm (diâmetro). Branco - Apresentar prospecto do produto, em linguagem de fácil entendimento, com informação suficiente para a avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, tendo como requisitos as condições indicadas no Termo de Referência.	UND	SANREMO	16	50,05	800,80
	TOTAL					1.376,70

CLÁUSULA SEGUNDA – PAGAMENTO

Pelo objeto constante da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 1.376,70 (Um mil, trezentos e setenta e seis reais e setenta centavos), a ser pago no Banco Itaú, Agência: 8453, Conta Corrente: 16411-6 ou no Banco do Brasil, Conta Corrente: 43987-8, Agência: 0405-7 em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal/fatura com as respectivas Autorizações de Fornecimento (AF), devidamente certificada pelas referidas Secretarias.

CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTES

Os preços serão fixos e poderão ser reajustáveis conforme o previsto na legislação vigente e lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

Os objetos licitados deverão ser fornecidos em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato, de acordo com a solicitação da Secretaria de Saúde até sua totalidade ou parcialmente até 31/12/2015, na sede da referida Secretaria.

Parágrafo Único: Os quantitativos de objetos licitados são estimativos com base na análise histórica de consumo desta Secretaria e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 20.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0014 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.058 – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0608 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 0085

Órgão: 20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 20.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0014 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.055 – PAB Fixo – Ações Básicas de Saúde

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0608 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 0079 CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do

presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.

c) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula 2, desde que confirmado o recebimento do objeto licitado de acordo com as especificações do Edital.

d) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado.

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

f) Verificada a não-conformidade da mercadoria, do serviço, ou de algum dos produtos, o contratado deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.

g) Executar o fornecimento nas condições e nos prazos constantes até sua totalidade.

h) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

i) Não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

j) Entregar os objetos licitados após a emissão da Autorização de Fornecimento devidamente assinada pelo responsável e de acordo com as quantidades solicitadas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLAUSULA SÉTIMA - – RESPONSÁVEL PELO CONTRATO

a) Será responsável pela conferência a Secretaria de Saúde ou servidores por estes legalmente autorizados, que deverão atestar a entrega dos equipamentos, para viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais à Secretária de Fazenda, para as providências de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, no que couber:

a) alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;

b) superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;

c) interrupção da execução do contrato ou diminuir o ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;

d) aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;

e) impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência; e

f) omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;

b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

d) Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos e/ou encargos legais após a assinatura do presente instrumento desde que, haja comprovada repercussão nos preços ora contratados para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESSARCIMENTO

A PREFEITURA deverá ressarcir a CONTRATADA, em caso de alteração ou extinção do contrato, desde que:

a) a alteração unilateral por parte da PREFEITURA provoque aumento dos encargos da CONTRATADA, para que se mantenha o equilíbrio financeiro inicial;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações e prazos;

- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir o não fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado na entrega do objeto;
- e) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- f) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- g) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- h) A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- k) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- l) Razões de interesse do serviço público;
- m) A supressão, por parte da PREFEITURA, das especificações acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de objetos já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna; e
- p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, à Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 03 de Junho de 2015.

PREFEITURA
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

CONTRATADA
TODT MÓVEIS LTDA EPP

TESTEMUNHAS:

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE.
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 62/2015 - FMS

CONTRATO ADM. DE AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, MÓVEIS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA SEREM INSTALADOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE COHAB NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

CONTRATO Nº 62/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015-FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 18/2015-FMS

“Que entre si celebram o Município de Penha, Estado de Santa Catarina e a Empresa CELIA REGINA WAMBOMMEL ME.”

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo para aquisição de equipamentos, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa CELIA REGINA WAMBOMMEL ME, com sede na cidade de Alfredo Wagner/SC, Avenida Beira Rio, nº 730, Bairro: Centro, CEP: 88450-000, Telefone: (48) 3276-2159, inscrita no CNPJ sob o nº 04.195.853/0001-87, neste ato representada Jonas Schutz, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº. 18/2015 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 11/2015 -FMS, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma fornecer os equipamentos para a PREFEITURA, por meio da Secretaria de Saúde, de acordo com a especificação a seguir:

Programa de Trabalho / Atividade					Elemento de Despesas:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
					UNITÁRIO	GLOBAL
22	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA Composto plástico transparente especial com alta resistência ao impacto. Processo de produção por injeção termoplástica. Design moderno que combina com todos ambientes. Sistema inteligente de abertura, que também possibilita o uso de chaves. Exclusivo sistema interno que garante eficiência na saída do papel folha por folha. Exclusivo sistema interno, o qual garante eficiência na saída do papel "folha a folha". O papel fica 3 cm acima da abertura de saída, garantindo o econômico consumo. Espaço interno com todas as paredes revestidas que garante mais higiene evitando umidade e poeira. Visor central transparente permite visibilidade interna, facilitando o abastecimento. Dimensões: Altura: 310 mm Largura: 260 mm Profundidade: 130 mm - Apresentar prospecto do produto, em linguagem de fácil entendimento, com informação suficiente para a avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, tendo como requisitos as condições indicadas no Termo de Referência.	UND	NOBRE	16	29,50	472,00
	TOTAL					472,00

CLÁUSULA SEGUNDA – PAGAMENTO

Pelo objeto constante da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 472,00 (quatrocentos e setenta e dois reais), a ser pago em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal/fatura com as respectivas Autorizações de Fornecimento (AF), devidamente certificada pelas referidas Secretarias.

CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTES

Os preços serão fixos e poderão ser reajustáveis conforme o previsto na legislação vigente e lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

Os objetos licitados deverão ser fornecidos em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato, de acordo com a solicitação da Secretaria de Saúde até sua totalidade ou parcialmente até 31/12/2015, na sede da referida Secretaria.

Parágrafo Único: Os quantitativos de objetos licitados são estimativos com base na análise histórica de consumo desta Secretaria e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 20.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0014 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.058 – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0608 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 0085

Órgão: 20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 20.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0014 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.055 – PAB Fixo – Ações Básicas de Saúde

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0608 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 0079 CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

a) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem

vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.

b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.

c) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula 2, desde que confirmado o recebimento do objeto licitado de acordo com as especificações do Edital.

d) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado.

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

f) Verificada a não-conformidade da mercadoria, do serviço, ou de algum dos produtos, o contratado deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.

g) Executar o fornecimento nas condições e nos prazos constantes até sua totalidade.

h) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

i) Não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

j) Entregar os objetos licitados após a emissão da Autorização de Fornecedor devidamente assinada pelo responsável e de acordo com as quantidades solicitadas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLAUSULA SÉTIMA - – RESPONSÁVEL PELO CONTRATO

a) Será responsável pela conferência a Secretaria de Saúde ou servidores por estes legalmente autorizados, que deverão atestar a entrega dos equipamentos, para viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais à Secretária de Fazenda, para as providências de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, no que couber:

a) alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;

b) superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;

c) interrupção da execução do contrato ou diminuir o ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;

d) aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;

e) impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência; e

f) omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;

b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

d) Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos e/ou encargos legais após a assinatura do presente instrumento desde que, haja comprovada repercussão nos preços ora contratados para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESSARCIMENTO

A PREFEITURA deverá ressarcir a CONTRATADA, em caso de alteração ou extinção do contrato, desde que:

a) a alteração unilateral por parte da PREFEITURA provoque aumento dos encargos da CONTRATADA, para que se mantenha o equilíbrio financeiro inicial;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora

pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir o não fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado na entrega do objeto;
- e) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- f) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- g) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- h) A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- k) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- l) Razões de interesse do serviço público;
- m) A supressão, por parte da PREFEITURA, das especificações acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de objetos já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna; e
- p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, à Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 03 de Junho de 2015.

PREFEITURA
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

CONTRATADA
CELIA REGINA WAMBOMMEL ME

TESTEMUNHAS:

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE.
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 63/2015 - FMS

CONTRATO ADM. DE AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, MÓVEIS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA SEREM INSTALADOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE COHAB NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

CONTRATO Nº 63/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015-FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 18/2015-FMS

"Que entre si celebram o Município de Penha, Estado de Santa Catarina e a Empresa MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME"

..

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo para aquisição de equipamentos, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, com sede na cidade de Blumenau/SC, Rua: Professor Max Humpl, nº 1139, Bairro: Salto Norte, CEP: 89065-500, Telefone (47) 3209-8789, inscrita no CNPJ sob o nº 15.275.465/0001-22, neste ato representada Luis Fernando Macarini Montali, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº. 18/2015 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 11/2015 -FMS, do qual foi

vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma fornecer os equipamentos para a PREFEITURA, por meio da Secretaria de Saúde, de acordo com a especificação a seguir:

Programa de Trabalho / Atividade					Elemento de Despesas:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
					UNITÁRIO	GLOBAL
07	GELADEIRA: - Duplex, sistema frost free, 403 litros – branco selo Procel, grades removíveis, porta laticínios, prateleiras na porta, recipiente para guardar gelo, prateleiras reguláveis, iluminação interna, compartimento extra frio, compartimento congelamento rápido, gaveta, porta ovos, separador de garrafas, degelo automático, rodízios, pés niveladores, porta latas, controle de temperatura, congelador, voltagem 220V (não bivolt) dimensões aproximadas do produto: - cm – (AxLxP) 173,5x69,5x70,5 cm. Garantia de 12 meses. - Apresentar prospecto do produto, em linguagem de fácil entendimento, com informação suficiente para a avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, tendo como requisitos as condições indicadas no Termo de Referência.	UND	CONTINENTAL	02	1.940,00	3.880,00
08	BEBEDOURO COLUNA: Conjugado adulto e infantil, gabinete em aço inox, base plástica de alto impacto, pia em aço inox polido, torneiras para copos e jatos cromadas com regulação de jatos de água, refrigerador por compressor, controlador de temperatura entre 4 e 15º C, com sete níveis de temperatura. Com três etapas de filtragem, vida útil do elemento filtrante 4 mil litros. Potência 154W. - Apresentar prospecto do produto, em linguagem de fácil entendimento, com informação suficiente para a avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, tendo como requisitos as condições indicadas no Termo de Referência.	UND	LIBELL	02	665,00	1.330,00
	TOTAL					5.210,00

CLÁUSULA SEGUNDA – PAGAMENTO

Pelo objeto constante da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 1.330,00 (Um mil, trezentos e trinta e três reais), a ser pago no Banco do Brasil, Agência: 2869-x, Conta Corrente: 27.002-4 em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal/fatura com as respectivas Autorizações de Fornecimento (AF), devidamente certificada pelas referidas Secretarias.

CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTES

Os preços serão fixos e poderão ser reajustáveis conforme o previsto na legislação vigente e lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

Os objetos licitados deverão ser fornecidos em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato, de acordo com a solicitação da Secretaria de Saúde até sua totalidade ou parcialmente até 31/12/2015, na sede da referida Secretaria.

Parágrafo Único: Os quantitativos de objetos licitados são estimativos com base na análise histórica de consumo desta Secretaria e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 20.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0014 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.058 – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0608 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 0085

Órgão: 20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 20.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0014 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.055 – PAB Fixo – Ações Básicas de Saúde
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0608 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 0079 CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.
- c) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula 2, desde que confirmado o recebimento do objeto licitado de acordo com as especificações do Edital.
- d) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- f) Verificada a não-conformidade da mercadoria, do serviço, ou de algum dos produtos, o contratado deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.
- g) Executar o fornecimento nas condições e nos prazos constantes até sua totalidade.
- h) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- i) Não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.
- j) Entregar os objetos licitados após a emissão da Autorização de Fornecimento devidamente assinada pelo responsável e de acordo com as quantidades solicitadas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA SÉTIMA - – RESPONSÁVEL PELO CONTRATO

- a) Será responsável pela conferência a Secretaria de Saúde ou servidores por estes legalmente autorizados, que deverão atestar a entrega dos equipamentos, para viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais à Secretária de Fazenda, para as providências de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, no que couber:

- a) alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- b) superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuir o ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- e) impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência; e
- f) omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.
- d) Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos e/ou encargos legais após a assinatura do presente instrumento desde que, haja comprovada repercussão nos preços ora contratados para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESSARCIMENTO

A PREFEITURA deverá ressarcir a CONTRATADA, em caso de alteração ou extinção do contrato, desde que:

- a) a alteração unilateral por parte da PREFEITURA provoque aumento dos encargos da CONTRATADA, para que se mantenha o equilíbrio financeiro inicial;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;

- b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 05 (cinco) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir o não fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado na entrega do objeto;
- e) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- f) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- g) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- h) A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- k) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- l) Razões de interesse do serviço público;
- m) A supressão, por parte da PREFEITURA, das especificações acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de objetos já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna; e
- p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, à Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 03 de Junho de 2015.

PREFEITURA
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

CONTRATADA
MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

TESTEMUNHAS:

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE.
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 64/2015 - FMS

CONTRATO ADM. DE AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, MÓVEIS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA SEREM INSTALADOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE COHAB NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Contrato nº 64/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015-FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 18/2015-FMS

“Que entre si celebram o Município de Penha, Estado de Santa Catarina e a Empresa JADER MAURICIO SCHWEITZER & E CIA LTDA ME.”

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo para aquisição de equipamentos, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa JADER MAURICIO SCHWEITZER & E CIA LTDA ME, com sede na cidade de Balneário Piçarras/SC, Bairro: Centro, Avenida Emanuel Pinto, Nº 100, CEP: 88380-000, Telefone: (47) 3345-1515,

inscrita no CNPJ sob o nº 12.602.329/0001-01, neste ato representada Jader Mauricio Schweitzer, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº. 18/2015 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 11/2015 -FMS, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma fornecer os equipamentos para a PREFEITURA, por meio da Secretaria de Saúde, de acordo com a especificação a seguir:

Programa de Trabalho / Atividade					Elemento de Despesas:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
					UNITÁRIO	GLOBAL
09	<p>ANTENA PARABÓLICA C/ RECEPTOR INSTALADA - Alto nível de recepção dos canais via satélite, com filtro interno no LNBF contra interferências externas, Peças plásticas com tratamento anti-UV, LNBF Multiponto, cor cinza, antena 1,70m. garantia de 12 meses</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ficha ou catálogo técnico do produto cotado, em linguagem de fácil entendimento, com informação suficiente para a avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, tendo como requisitos as condições indicadas no Termo de Referência. <p>Receptor de Antena Parabólica: RF: Impedância de entrada: 75 Ohms</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nível de entrada: -60 até -30 dBm - Frequência de FI: 479,5 Mhz - Largura de faixa: 18 ou 27 MHz (selecionável) - Tensão de saída: 14 / 18 VDC @ 350 mA (comutável) - Frequência de FI: 479,5 MHz - Largura de faixa: 18 ou 27 MHz (selecionável) - Tensão de saída: 14 / 18 VDC @ 350 mA (comutável) <p>Vídeo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nível de saída: 1 Vpp - Resposta de freq. +/- 3dB: 50 Hz a 4,2 MHz - De-ênphasis: 75 µs (CCIR 405-1 curva B, 525 linhas) <p>Áudio:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resposta de frequência: 50 Hz a 15 kHz - Freq. de subportadoras: VT750S / VT1000Plus- Fixo 5,8 MHz - VT1000S - Selecionável 5,0 a 8,5 MHz - Nível de saída: > 1 Vpp - Impedância de saída: 600 Ohms <p>Modulador:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nível de saída: 70 dBmV (típico) - Saída: canal VHF, 3 ou 4 (selecionável) - Impedância de saída: 75 Ohms Compatibilidade <p>LNBF Monoponto, LNBF Multiponto, LNB com Servo Motor ou Chave Coaxial de Pulso</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentar prospecto do produto, em linguagem de fácil entendimento, com informação suficiente para a avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, tendo como requisitos as condições indicadas no Termo de Referência. 	UND	CENTURY	01	449,00	449,00

10	<p>RECEPTOR DE ANTENA PARABÓLICA:</p> <p>RF: Impedância de entrada: 75 Ohms</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nível de entrada: -60 até -30 dBm - Frequência de FI: 479,5 Mhz - Largura de faixa: 18 ou 27 MHz (selecionável) - Tensão de saída: 14 / 18 VDC @ 350 mA (comutável) - Frequência de FI: 479,5 MHz - Largura de faixa: 18 ou 27 MHz (selecionável) - Tensão de saída: 14 / 18 VDC @ 350 mA (comutável) <p>Vídeo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nível de saída: 1 Vpp - Resposta de freq. +/- 3dB: 50 Hz a 4,2 MHz - De-ênphasis: 75 µs (CCIR 405-1 curva B, 525 linhas) <p>Áudio:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resposta de frequência: 50 Hz a 15 kHz - Freq. de subportadoras: VT750S / VT1000Plus- Fixo 5,8 MHz - VT1000S - Selecionável 5,0 a 8,5 MHz - Nível de saída: > 1 Vpp - Impedância de saída: 600 Ohms <p>Modulador:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nível de saída: 70 dBmV (típico) - Saída: canal VHF, 3 ou 4 (selecionável) - Impedância de saída: 75 Ohms Compatibilidade LNB Monoponto, LNB Multiponto, LNB com Servo Motor ou Chave Coaxial de Pulso <p>- Apresentar prospecto do produto, em linguagem de fácil entendimento, com informação suficiente para a avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, tendo como requisitos as condições indicadas no Termo de Referência.</p>	UND	CENTURY	03	149,00	447,00
11	<p>TELEVISOR DE LED 42 POLEGADAS -</p> <ul style="list-style-type: none"> - Full HD - conversor para TV digital integrado - entradas USB, HDMI - Resolução 1.920 x 1.080 linhas (2.073.600 pixels) - potência de áudio total (RMS) 16w - sistema de TV : NTSC, PAL-M, PAL-N - 220V - cor preta - garantia 12 meses <p>- Apresentar prospecto do produto, em linguagem de fácil entendimento, com informação suficiente para a avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, tendo como requisitos as condições indicadas no Termo de Referência.</p>	UND	PHILCO	01	1.299,90	1.299,90

12	<p>FOGÃO DE MESA -</p> <p>Bocas: 04</p> <p>Tipo: Fogão de Mesa</p> <p>Mesa: Vidro temperado</p> <p>Queimadores: 2 Tamanhos; Rápido; Semi rápido</p> <p>Acendimento da mesa: Superautomático</p> <p>Tipo de Gás: GLP; GN; O produto sai de fábrica regulado para funcionar com Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Para usar o produto com Gás Natural (GN), chame o Serviço Autorizado.</p> <p>Trepes: Individuais</p> <p>Alimentação: Gás</p> <p>Grades: Removíveis</p> <p>Classe energética : A</p> <p>Detalhes do produto: Disco de apoio dos queimadores esmaltados</p> <p>Botão Controle Fácil Sim</p> <p>Potência dos queimadores: 1 queimador rápido de potência 3000W, 3 queimadores semi rápidos de potência 1800W.</p> <p>Voltagem: Bivolt</p> <p>Cor: Preto</p> <p>Mais informações : Serigrafia indicativa de tamanhos ideais de panela</p> <p>IMPORTANTE: Antes de planejar o nicho onde o Cooktop será instalado, consulte as especificações técnicas do fabricante.</p> <p>Dimensões (LxAxP): 56,5 x 8,6 x 46 cm: Dimensões do Nicho para Embutir (LxAxP): 53 x 35 x 22 cm</p> <p>Peso 8 kg</p> <p>Garantia: 1 ano</p> <p>- Apresentar prospecto do produto, em linguagem de fácil entendimento, com informação suficiente para a avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, tendo como requisitos as condições indicadas no Termo de Referência.</p>	UND	CONSUL	01	437,38	437,38
	TOTAL					R\$: 2.633,28

CLÁUSULA SEGUNDA – PAGAMENTO

Pelo objeto constante da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 2.633,28 (dois mil, seiscentos e trinta e três reais e vinte e oito centavos), a ser pago no Banco do Brasil, Agência: 3257-3, Conta Corrente: 22000-0 em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal/fatura com as respectivas Autorizações de Fornecimento (AF), devidamente certificada pelas referidas Secretarias.

CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTES

Os preços serão fixos e poderão ser reajustáveis conforme o previsto na legislação vigente e lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

Os objetos licitados deverão ser fornecidos em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato, de acordo com a solicitação da Secretaria de Saúde até sua totalidade ou parcialmente até 31/12/2015, na sede da referida Secretaria.

Parágrafo Único: Os quantitativos de objetos licitados são estimativos com base na análise histórica de consumo desta Secretaria e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 20.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0014 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.058 – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0608 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 0085

Órgão: 20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 20.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0014 – Atenção Básica
Projeto/Atividade: 2.055 – PAB Fixo – Ações Básicas de Saúde
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0608 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 0079 CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.
- c) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula 2, desde que confirmado o recebimento do objeto licitado de acordo com as especificações do Edital.
- d) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- f) Verificada a não-conformidade da mercadoria, do serviço, ou de algum dos produtos, o contratado deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.
- g) Executar o fornecimento nas condições e nos prazos constantes até sua totalidade.
- h) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- i) Não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.
- j) Entregar os objetos licitados após a emissão da Autorização de Fornecimento devidamente assinada pelo responsável e de acordo com as quantidades solicitadas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA SÉTIMA - – RESPONSÁVEL PELO CONTRATO

- a) Será responsável pela conferência a Secretaria de Saúde ou servidores por estes legalmente autorizados, que deverão atestar a entrega dos equipamentos, para viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais à Secretária de Fazenda, para as providências de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, no que couber:

- a) alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- b) superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuir o ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- e) impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência; e
- f) omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.
- d) Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos e/ou encargos legais após a assinatura do presente instrumento desde que, haja comprovada repercussão nos preços ora contratados para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESSARCIMENTO

A PREFEITURA deverá ressarcir a CONTRATADA, em caso de alteração ou extinção do contrato, desde que:

- a) a alteração unilateral por parte da PREFEITURA provoque aumento dos encargos da CONTRATADA, para que se mantenha o equilíbrio financeiro inicial;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 05 (cinco) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir o não fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado na entrega do objeto;
- e) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- f) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- g) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- h) A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- k) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- l) Razões de interesse do serviço público;
- m) A supressão, por parte da PREFEITURA, das especificações acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de objetos já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna; e
- p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, à Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 03 de Junho de 2015.

PREFEITURA
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

CONTRATADA
JADER MAURICIO SCHWEITZER & E CIA LTDA ME

TESTEMUNHAS:

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE.
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 65/2015 - FMS

CONTRATO ADM. DE AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, MÓVEIS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA SEREM INSTALADOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE COHAB NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Contrato nº 65/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015-FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 18/2015-FMS

“Que entre si celebram o Município de Penha, Estado de Santa Catarina e a Empresa. OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA”.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo para aquisição de equipamentos, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, com

sede na cidade de Blumenau/SC, no bairro Itoupava Norte, na rua Via Expressa Paul Fritz Kuehnrich, nº 1515, no CEP:8905381, com o e-mail Licitacao@olimed.com.br, no telefone (47) Fax: 31449700/ Fone: 31449714, inscrita no CNPJ sob o nº 03.033.589/0001-12, neste ato representada por Deise Evani Pereira Wandall, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº. 18/2015 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 11/2015 -FMS, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma fornecer os equipamentos para a PREFEITURA, por meio da Secretaria de Saúde, de acordo com a especificação a seguir:

Programa de Trabalho / Atividade					Elemento de Despesas:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
					UNITÁRIO	GLOBAL
17	BALANÇA DIGITAL ADULTO: com capacidade até 150 Kg, graduação de 100g, bateria de lítio incluída, metal e visor em vidro INMETRO. - Apresentar prospecto do produto, em linguagem de fácil entendimento, com informação suficiente para a avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, tendo como requisitos as condições indicadas no Termo de Referência. Apresentar Registro do Produto no Ministério da Saúde / Anvisa ou a comprovação de dispensa do mesmo.	UND	BALMAK	01	1.045,60	1.045,60
20	BALANÇA INFANTIL DIGITAL c/ Concha em Polipropileno até 15 Kg Cobertura em ABS - Capacidade máxima 15 kg; divisões de 5g - Concha anatômica em polipropileno 540 x 300 mm injetada anti germes - Pés reguláveis - Função TARA, até 15 kg - Display com 6 dígitos - Fonte Automática (100 a 240V) - Apresentar prospecto do produto, em linguagem de fácil entendimento, com informação suficiente para a avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, tendo como requisitos as condições indicadas no Termo de Referência. Apresentar Registro do Produto no Ministério da Saúde / Anvisa ou a comprovação de dispensa do mesmo.	UND	BALMAC	04	514,90	2.059,60
TOTAL						R\$: 3.105,20

CLÁUSULA SEGUNDA – PAGAMENTO

Pelo objeto constante da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 3.105,20 (três mil, cento e cinco reais e vinte centavos), a ser pago no Banco do Brasil, na agência: 2869-x, na conta corrente 66477-4 em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal/fatura com as respectivas Autorizações de Fornecimento (AF), devidamente certificada pelas referidas Secretarias.

CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTES

Os preços serão fixos e poderão ser reajustáveis conforme o previsto na legislação vigente e lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

Os objetos licitados deverão ser fornecidos em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato, de acordo com a solicitação da Secretaria de Saúde até sua totalidade ou parcialmente até 31/12/2015, na sede da referida Secretaria.

Parágrafo Único: Os quantitativos de objetos licitados são estimativos com base na análise histórica de consumo desta Secretaria e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 20.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0014 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.058 – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0608 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 0085

Órgão: 20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 20.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional: 10.301.0014 – Atenção Básica
Projeto/Atividade: 2.055 – PAB Fixo – Ações Básicas de Saúde
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0608 – Aplicações Diretas
Código Reduzido: 0079 CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.
- c) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula 2, desde que confirmado o recebimento do objeto licitado de acordo com as especificações do Edital.
- d) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- f) Verificada a não-conformidade da mercadoria, do serviço, ou de algum dos produtos, o contratado deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.
- g) Executar o fornecimento nas condições e nos prazos constantes até sua totalidade.
- h) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- i) Não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.
- j) Entregar os objetos licitados após a emissão da Autorização de Fornecedor devidamente assinada pelo responsável e de acordo com as quantidades solicitadas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADE PELO CONTRATO

- a) Será responsável pela conferência a Secretaria de Saúde ou servidores por estes legalmente autorizados, que deverão atestar a entrega dos equipamentos, para viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais à Secretária de Fazenda, para as providências de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, no que couber:

- a) alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- b) superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuir o ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- e) impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência; e
- f) omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.
- d) Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos e/ou encargos legais após a assinatura do presente instrumento desde que, haja comprovada repercussão nos preços ora contratados para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESSARCIMENTO

A PREFEITURA deverá ressarcir a CONTRATADA, em caso de alteração ou extinção do contrato, desde que:

- a) a alteração unilateral por parte da PREFEITURA provoque aumento dos encargos da CONTRATADA, para que se mantenha o equilíbrio financeiro inicial;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 05 (cinco) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir o não fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado na entrega do objeto;
- e) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- f) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- g) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- h) A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- k) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- l) Razões de interesse do serviço público;
- m) A supressão, por parte da PREFEITURA, das especificações acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de objetos já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna; e
- p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, à Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 03 de Junho de 2015.

PREFEITURA
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

CONTRATADA
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

TESTEMUNHAS:

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE.
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 66/2015 - FMS

CONTRATO ADM. DE AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, MÓVEIS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA SEREM INSTALADOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE COHAB NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

CONTRATO Nº 66/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015-FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 18/2015-FMS

“Que entre si celebram o Município de Penha, Estado de Santa Catarina e a Empresa. OLIMEDIC INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÓVÉIS HOSPITALARES LTDA-ME.”.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo para aquisição de equipamentos, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa OLIMEDIC INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA-ME., com sede na cidade de Blumenau/SC, Bairro: Itoupava Norte, Via Expressa Paul Fritz Kuehnrich, nº 1605, CEP: 89052-381, Telefone: (47) 3339-8813, E-mail: Luciano.wandall@olimedic.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 17.039.142/0001-65, neste ato representada Luciano Alexandre Wandall, CPF: 637.869.909-72, RG: 1.845.315-5, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº. 18/2015 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 11/2015 -FMS, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma fornecer os equipamentos para a PREFEITURA, por meio da Secretaria de Saúde, de acordo com a especificação a seguir:

Programa de Trabalho / Atividade					Elemento de Despesas:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
					UNITÁRIO	GLOBAL
13	<p>ESCADA CLÍNICA: Dois degraus em madeira com piso antiderrapante. Pés com ponteiros de borracha. Dimensões aprox.: 0,20 x 0,35 x 0,40m. Tratamento anti- ferruginoso, pintura eletrostática à pó.</p> <p>- Apresentar prospecto do produto, em linguagem de fácil entendimento, com informação suficiente para a avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, tendo como requisitos as condições indicadas no Termo de Referência.</p> <p>Apresentar Registro do Produto no Ministério da Saúde / Anvisa ou a comprovação de dispensa do mesmo</p>	UND	OLIMEDIC/OLI124	06	50,40	302,40
18	<p>MESA PARA EXAME GINECOLÓGICO em madeira PDF. Maca ginecológica com 1,00m de armário na parte inferior com prateleiras, 03 gavetas e degrau para 150Kg embutido – com Gavetas em poliestireno moldadas em vacuum-forming sem cantos vivos, como norma da Vigilância Sanitária. Com puxadores em aço, modelo italiano com ponteiros cromadas e pintura epóxi. Com 03 posições de encosto. Na cor Branca</p> <p>- Apresentar prospecto do produto, em linguagem de fácil entendimento, com informação suficiente para a avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, tendo como requisitos as condições indicadas no Termo de Referência.</p> <p>Apresentar Registro do Produto no Ministério da Saúde / Anvisa ou a comprovação de dispensa do mesmo.</p>	UND	OLIMEDIC/OLI128	01	1.984,60	1.984,60
19	<p>MACA HOSPITALAR</p> <p>Mesa de Exames, repouso e massagens</p> <p>Características:</p> <p>Armação tubular com pintura epoxi, leito estofado em espuma revestido em napa e cabeceira reclinável.</p> <p>Dimensões:</p> <p>1.80 comprimento x 0,60 de largura x 0,80 de altura.</p> <p>Suporte ate 120 kg</p> <p>- Apresentar prospecto do produto, em linguagem de fácil entendimento, com informação suficiente para a avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, tendo como requisitos as condições indicadas no Termo de Referência.</p> <p>Apresentar Registro do Produto no Ministério da Saúde / Anvisa ou a comprovação de dispensa do mesmo.</p>	UND	OLIMEDIC/OLI126	05	244,60	1.223,00
	TOTAL					R\$: 3.510,00

CLÁUSULA SEGUNDA – PAGAMENTO

Pelo objeto constante da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 3.510,00 (três mil, quinhentos e dez reais), a ser pago no Banco Itau, Agência: 8525, Conta Corrente: 015396-4 em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal/fatura com as respectivas Autorizações de Fornecimento (AF), devidamente certificada pelas referidas Secretarias.

CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTES

Os preços serão fixos e poderão ser reajustáveis conforme o previsto na legislação vigente e lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

Os objetos licitados deverão ser fornecidos em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato, de acordo com a solicitação da Secretaria de Saúde até sua totalidade ou parcialmente até 31/12/2015, na sede da referida Secretaria.

Parágrafo Único: Os quantitativos de objetos licitados são estimativos com base na análise histórica de consumo desta Secretaria e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 20.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0014 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.058 – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0608 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 0085

Órgão: 20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 20.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0014 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.055 – PAB Fixo – Ações Básicas de Saúde

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0608 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 0079 CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.
- c) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula 2, desde que confirmado o recebimento do objeto licitado de acordo com as especificações do Edital.
- d) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- f) Verificada a não-conformidade da mercadoria, do serviço, ou de algum dos produtos, o contratado deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.
- g) Executar o fornecimento nas condições e nos prazos constantes até sua totalidade.
- h) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- i) Não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.
- j) Entregar os objetos licitados após a emissão da Autorização de Fornecimento devidamente assinada pelo responsável e de acordo com as quantidades solicitadas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLAUSULA SÉTIMA - – RESPONSÁVEL PELO CONTRATO

- a) Será responsável pela conferência a Secretaria de Saúde ou servidores por estes legalmente autorizados, que deverão atestar a entrega dos equipamentos, para viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais à Secretária de Fazenda, para as providências de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, no que couber:

- a) alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- b) superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuir o ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- e) impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência; e
- f) omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.
- d) Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos e/ou encargos legais após a assinatura do presente instrumento desde que, haja comprovada repercussão nos preços ora contratados para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESSARCIMENTO

A PREFEITURA deverá ressarcir a CONTRATADA, em caso de alteração ou extinção do contrato, desde que:

- a) a alteração unilateral por parte da PREFEITURA provoque aumento dos encargos da CONTRATADA, para que se mantenha o equilíbrio financeiro inicial;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 05 (cinco) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir o não fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado na entrega do objeto;
- e) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- f) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- g) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- h) A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- k) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- l) Razões de interesse do serviço público;
- m) A supressão, por parte da PREFEITURA, das especificações acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de objetos já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna; e
- p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, à Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 03 de Junho de 2015.

PREFEITURA
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

CONTRATADA
OLIMEDIC INDUS. E COM. DE MÓVEIS HOSPITALARES

TESTEMUNHAS:
GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE.
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 67/2015 - FMS

CONTRATO ADM. DE AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, MÓVEIS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA SEREM INSTALADOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE COHAB NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

CONTRATO Nº 67/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015-FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 18/2015-FMS

“Que entre si celebram o Município de Penha, Estado de Santa Catarina e a Empresa ALA COMERCIO LTDA-ME”.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo para aquisição de equipamentos, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa ALA COMERCIO LTDA-ME, com sede na cidade de Itajaí/SC, Bairro: Centro, Rua: Antonio Cabral, nº 25, CEP: 88301-265, Telefone: (47) 3398-2820, E-mail: alacomercio@hotmail.com.br, inscrita no CNPJ sob nº 15.825.521/0001-55, neste ato representada Cristina Maria Vieira Moraes, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº. 18/2015 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 11/2015 -FMS, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma fornecer os equipamentos para a PREFEITURA, por meio da Secretaria de Saúde, de acordo com a especificação a seguir:

Programa de Trabalho / Atividade					Elemento de Despesas:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
					UNITÁRIO	GLOBAL
01	ARMÁRIO ESCRITÓRIO DUAS PORTAS – 04 prateleiras Móvel) Produto fabricado em aglomerado com revestimento melamínico de baixa pressão (BP dupla face), duas gavetas internas tendo 15mm de espessura, bordas recobertas por perfil de PVC tipo "T". As estruturas metálicas possuem tratamento anti-ferrugem à base de imersão em banhos de fosfato, revestido por tinta epóxi. Med.: 0,93 x 0,51 x 0,75 m na cor cinza - Apresentar prospecto do produto, em linguagem de fácil entendimento, com informação suficiente para a avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, tendo como requisitos as condições indicadas no Termo de Referência.	UND	ALA	04	259,90	1.039,60
02	MESA DE REUNIÕES – Mesa de Reunião Tampo: MDP 25mm, com fita colada de PVC 2mm. Frontal: MDP 15mm Estrutura: Metálica com calha externa removível base com tubo oblongo e verticais com tubo oblongular ponteiros em PVC rígido, sapatas niveladoras em nylon. Dimensões: 2,00x1,00x0,74 Acabamento pé: Cinza - Apresentar prospecto do produto, em linguagem de fácil entendimento, com informação suficiente para a avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, tendo como requisitos as condições indicadas no Termo de Referência.	UND	ALA	01	299,00	299,00

03	<p>LONGARINA 3 LUGARES ISO – Modelo: Longarina Iso 3 Lugares Frisokar Medidas: A - 1,00 cm / L - 1,80 cm / P - 0,60 cm Características: Longarina Iso 3 Lugares Confeccionada em Tubo de Aço Oblongo 16 x 30 e Tubo Retangular 50 x 30, Assento e Encosto em Polipropileno. - Apresentar prospecto do produto, em linguagem de fácil entendimento, com informação suficiente para a avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, tendo como requisitos as condições indicadas no Termo de Referência.</p>	UND	ALA	06	204,90	1.229,40
06	<p>MESA DE ESCRITORIO- Altura: 75cm. Largura: 120cm. pé duplo e borda arredondada com 180º.na cor, aglomerado, cantos arredondados cinza claro Profundidade: 55cm. c/ 02 gavetas c/ chave. - Apresentar prospecto do produto, em linguagem de fácil entendimento, com informação suficiente para a avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, tendo como requisitos as condições indicadas no Termo de Referência.</p>	UND	ALA	05	159,99	799,95
	TOTAL					R\$: 3.367,95

CLÁUSULA SEGUNDA – PAGAMENTO

Pelo objeto constante da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 3.367,95 (três mil, trezentos e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos), a ser pago no Banco do Brasil, Agência: 0305-0, Conta Corrente: 71100-4, em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal/fatura com as respectivas Autorizações de Fornecimento (AF), devidamente certificada pelas referidas Secretarias.

CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTES

Os preços serão fixos e poderão ser reajustáveis conforme o previsto na legislação vigente e lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

Os objetos licitados deverão ser fornecidos em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato, de acordo com a solicitação da Secretaria de Saúde até sua totalidade ou parcialmente até 31/12/2015, na sede da referida Secretaria.

Parágrafo Único: Os quantitativos de objetos licitados são estimativos com base na análise histórica de consumo desta Secretaria e não obriga o mesmo a contratar um limite mínimo ou máximo, ficando a contratada obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do contrato respeitados os limites da sua contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 20.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0014 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.058 – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0608 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 0085

Órgão: 20 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 20.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0014 – Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.055 – PAB Fixo – Ações Básicas de Saúde

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0608 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 0079 CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior.
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.
- Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula 2, desde que confirmado o recebimento do objeto licitado de acordo com as especificações do Edital.

- d) Solicitar autorização prévia da PREFEITURA bem como justificar qualquer prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- f) Verificada a não-conformidade da mercadoria, do serviço, ou de algum dos produtos, o contratado deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.
- g) Executar o fornecimento nas condições e nos prazos constantes até sua totalidade.
- h) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- i) Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.
- j) Entregar os objetos licitados após a emissão da Autorização de Fornecimento devidamente assinada pelo responsável e de acordo com as quantidades solicitadas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLAUSULA SÉTIMA - - RESPONSÁVEL PELO CONTRATO

- a) Será responsável pela conferência a Secretaria de Saúde ou servidores por estes legalmente autorizados, que deverão atestar a entrega dos equipamentos, para viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais à Secretária de Fazenda, para as providências de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, no que couber:

- a) alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- b) superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- c) interrupção da execução do contrato ou diminuir o ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- d) aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- e) impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência; e
- f) omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.
- d) Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos e/ou encargos legais após a assinatura do presente instrumento desde que, haja comprovada repercussão nos preços ora contratados para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESSARCIMENTO

A PREFEITURA deverá ressarcir a CONTRATADA, em caso de alteração ou extinção do contrato, desde que:

- a) a alteração unilateral por parte da PREFEITURA provoque aumento dos encargos da CONTRATADA, para que se mantenha o equilíbrio financeiro inicial;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 05 (cinco) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Único: Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir o não fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado na entrega do objeto;
- e) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;

- f) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- g) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- h) A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a execução do presente;
- k) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- l) Razões de interesse do serviço público;
- m) A supressão, por parte da PREFEITURA, das especificações acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de objetos já recebidos, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna; e
- p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, à Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis. Fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 03 de Junho de 2015.

PREFEITURA
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

CONTRATADA
ALA COMERCIO LTDA-ME

TESTEMUNHAS:

GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE.
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 - FISCAL DE OBRAS EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 06/07/2016, das 08:00hs às 11:30hrs ou das 13:30hs às 17:00hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: FISCAL DE OBRAS
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
6º. 21224 ZULMIR UMBELINO LESSA JUNIOR

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- l) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- n) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- o) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação

de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;

p) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;

q) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

r) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;

s) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

t) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;

u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 29 de junho de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

ANEXO 1

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2016.

ANEXO 2

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____, Cidade de _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: ____/____/____

() Contratado (ACT) Cargo: ____/____/____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: ____/____/____

() Efetivo em função gratificada Cargo: ____/____/____

() Comissionado Cargo: ____/____/____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

ANEXO 4

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Exercia a função de: _____, conforme comprovante anexo.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 - FISCAL DE OBRAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 06/07/2016, das 08:00hs às 11:30hrs ou das 13:30hs às 17:00hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: FISCAL DE OBRAS

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

2º. 21043 ANA PAULA RODRIGUES GONÇALVES

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;

- j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- l) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- n) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- o) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- p) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- q) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- r) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- s) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- t) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 29 de junho de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

**ANEXO 1
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

**ANEXO 2
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: ____/____/____

() Contratado (ACT) Cargo: ____/____/____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: ____/____/____

() Efetivo em função gratificada Cargo: ____/____/____

() Comissionado Cargo: ____/____/____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDIMENTO ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sou demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

ANEXO 4

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Exercia a função de: _____, conforme comprovante anexo.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 - FISCAL DE OBRAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 06/07/2016, das 08:00hs às 11:30hrs ou das 13:30hs às 17:00hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: FISCAL DE OBRAS

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

3º. 22168 JONNATA SIDNEY KIS

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- l) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- n) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- o) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- p) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- q) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- r) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- s) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- t) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 29 de junho de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

**ANEXO 1
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

**ANEXO 2
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: ____/____/____

() Contratado (ACT) Cargo: ____/____/____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: ____/____/____

() Efetivo em função gratificada Cargo: ____/____/____

() Comissionado Cargo: ____/____/____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

ANEXO 4

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Exercia a função de: _____, conforme comprovante anexo.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 - FISCAL DE OBRAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 06/07/2016, das 08:00hs às 11:30hrs ou das 13:30hs às 17:00hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: FISCAL DE OBRAS
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
5º. 20050 ROVENA ROSA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação

no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 29 de junho de 2016.

DANIELE SCHWEGGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2016.

ANEXO 2

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____
_____, brasileiro (a),
() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____
CPF nº. _____, RG nº. _____
Rua= _____
_____, nº. _____
_____, Bairro: _____ Cidade de _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada
() Efetivo Cargo: ____/____/____
() Contratado (ACT) Cargo: ____/____/____
() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: ____/____/____
() Efetivo em função gratificada Cargo: ____/____/____
() Comissionado Cargo: ____/____/____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE



ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Exercia a função de: _____, conforme comprovante anexo.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 - FISCAL DE OBRAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 06/07/2016, das 08:00hs às 11:30hrs ou das 13:30hs às 17:00hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: FISCAL DE OBRAS

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

7º. 22670 SUZANA BONADIMAN

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação

no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 29 de junho de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO (Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

Rua= _____

_____, nº. _____

_____, Bairro: _____, Cidade de _____

_____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada _____

() Efetivo Cargo: _____/_____/_____

() Contratado (ACT) Cargo: _____/_____/_____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____/_____/_____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____/_____/_____

() Comissionado Cargo: _____/_____/_____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

_____, RENDAS ANUAIS: _____

_____, RENDAS ANUAIS: _____

_____, RENDAS ANUAIS: _____

_____, RENDAS ANUAIS: _____

_____, RENDAS ANUAIS: _____

_____, RENDAS ANUAIS: _____

_____, RENDAS ANUAIS: _____

_____, RENDAS ANUAIS: _____

_____, RENDAS ANUAIS: _____

_____, RENDAS ANUAIS: _____

_____, RENDAS ANUAIS: _____

_____, RENDAS ANUAIS: _____

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Exercia a função de: _____, conforme comprovante anexo.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Exercia a função de: _____, conforme comprovante anexo.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 - FISCAL DE OBRAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 06/07/2016, das 08:00hs às 11:30hrs ou das 13:30hs às 17:00hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: FISCAL DE OBRAS

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

9º. 20113 EDUARDO LORIVAL FRANCISCO

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação

no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 29 de junho de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO (Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____
_____, brasileiro (a),
() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____
CPF nº. _____, RG nº. _____
Rua= _____, nº. _____
_____, Bairro: _____, Cidade de _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada
() Efetivo Cargo: ____/____/____
() Contratado (ACT) Cargo: ____/____/____
() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: ____/____/____
() Efetivo em função gratificada Cargo: ____/____/____
() Comissionado Cargo: ____/____/____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Exercia a função de: _____, conforme comprovante anexo.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 - FISCAL DE OBRAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 06/07/2016, das 08:00hs às 11:30hrs ou das 13:30hs às 17:00hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: FISCAL DE OBRAS
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
4º. 23050 Luciana De Carvalho Fonseca Amaro

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação

no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 29 de junho de 2016.

DANIELE SCHWEGGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2016.

ANEXO 2

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____
_____, brasileiro (a),
() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____
CPF nº. _____, RG nº. _____
Rua= _____
_____, nº. _____
_____, Bairro: _____ Cidade de _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada
() Efetivo Cargo: ____/____/____
() Contratado (ACT) Cargo: ____/____/____
() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: ____/____/____
() Efetivo em função gratificada Cargo: ____/____/____
() Comissionado Cargo: ____/____/____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE



ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Exercia a função de: _____, conforme comprovante anexo.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

DECRETO Nº 2678/2016

DECRETO Nº 2678/16

EXONERA – DIRETOR DA CASA DA CIDADANIA

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 57/2013 e outras.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a pedido, a Sra. RITA DE CASSIA GONÇALVES WEGNER, do cargo em comissão de DIRETOR DA CASA DA CIDADANIA, da Procuradoria Jurídica, a contar desta data.
Art. 2º -	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 1552/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 29 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO Nº 2680/2016

DECRETO Nº 2680/16

EXONERA DIRETORA DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Complementar nº 02/98, alterada pela Lei Complementar nº 063/13.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a pedido, a Sra. LIVIA DOS NAVEGANTES DA SILVA, do cargo em comissão de DIRETORA DE ESCOLA, do Grupo Escolar Municipal Raquel Figueredo de Assis, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data.
Art. 2º -	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Revogando o Decreto nº 1848/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 29 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO Nº 2681/2016

DECRETO Nº 2681/16

EXONERA – DIRETOR ADMINISTRATIVO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerado a pedido, o Sr. EDUARDO SIZENANDO DA SILVA, do cargo em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO DE GABINETE DO VICE- PREFEITO, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2575/2016

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 29 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

DECRETO Nº 2682/2016

DECRETO Nº 2682/16

EXONERA – COORDENADORA DE FROTA

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 57/2013 e outras.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerado a pedido, o Sr. PAULO CESAR MELLIES, do cargo em comissão de COORDENADOR DE FROTA, da Secretaria de Serviços Urbanos, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogando o Decreto nº 2038/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 29 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

DECRETO Nº 2683/2016

DECRETO Nº 2683/16

NOMEIA COORDENADOR DE MÁQUINAS

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 57/2013.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica nomeado o Sr. JULIANO GILMAR DA SILVA, para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR DE MÁQUINAS, do Departamento Operacional, da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 29 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

DL02/2016 - PMP

	PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA ESTADO DE SANTA CATARINA
--	---

EDITAL

PROCESSO N.º 45/2016 - PMP

Dispensa de Licitação Nº 02/2016 - PMP

REGIDO PELA LEI FEDERAL N.º 8.666/93

Por determinação do Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, Prefeito do Município de Penha, do Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.327/0001-10, com a autoridade que lhe é atribuída pela Lei Federal n.º 8.666/93, observadas as alterações posteriores, tornamos público para conhecimento dos interessados que determinou a instauração do Processo Licitatório em epígrafe, de conformidade com as seguintes condições:

OBJETO – O presente Contrato tem por objeto a Prestação de serviço Postais e Telemáticos.

VALOR – R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

CONTRATADO – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, inscrita no CNPJ sob o nº 34.028.316/0028-23, com sede na cidade de São José/SC, na Rua Romeu José Vieira, nº 90, Bloco B, 7º Andar, Nossa Senhora do Rosário.

DOTAÇÃO –

Órgão: 05 – Secretaria da Administração

Unidade: 05.01 – Departamento Administrativo

Funcional: 04.122.0004 – Administração Geral

Projeto/Atividade: 2.007 – Funcionamento e Manutenção do Departamento Administrativo

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

Código reduzido: 0000019

FUNDAMENTO DA INEXIGIBILIDADE – Inciso II, do artigo 62, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 8.666/93, que trata das licitações e contratos administrativos, no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93 assim determina:

"Art. 62 - O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

§ 3º - Aplica-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais normas gerais, no que couber:

II- aos contratos em que a Administração for parte como usuária de serviço público.

Assim, aprovo a realização.

Penha, 29/06/2016.

Daniele S. de S. Lunge
Secretário da Administração

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 29 de junho de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes– Prefeito Municipal

PP29/2016 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2016 – PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE TÁBUA PARA CAIXARIA EM MADEIRA PARA SER UTILIZADA PELA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC. Entrega dos Envelopes: 12/07/2016 até as 17h00min no Setor de Licitações e Contratos, situado a Avenida Nereu Ramos, 08, Secretaria de Administração.

Abertura do Processo: 13/07/2016 às 10h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 29 de junho de 2016.

Evandro Eredes dos Navegantes– Prefeito Municipal

PP30/2016 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016 – PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MACADAME GNAISSE PARA SER UTILIZADO NAS VIAS PÚBLICAS NÃO PAVIMENTADAS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Entrega dos Envelopes: 12/07/2016 até as 17h00min no Setor de Licitações e Contratos, situado a Avenida Nereu Ramos, 08, Secretaria de Administração.

Abertura do Processo: 13/07/2016 às 14h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

Peritiba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 35 2016 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº35/2016

PROCESSO LICITATÓRIO nº 13/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2016

VALIDADE: 12 meses

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA, Empresa de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 11.391.279/0001-06, com sede à Rua Brasília, centro, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato representada por sua titular a Senhora ELIANI MORTARI, Secretária Municipal de Saúde, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrito no CPF nº 040.725.629-63, de acordo Lei Federal 8.666/93 e com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 03/2016, RESOLVE, registrar o preço da empresa PRHODENT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES E DENTÁRIOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 93.327.161/0001-75, com sede à Rua Emilio de Ré, 40, Centro, Barão de Cotegipe/RS, neste ato representada por sua sócia administradora a Sra LUIZA CRISTINA TRES, portador(a) do CPF nº 010.715.450-19, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital e proposta (parte integrante deste instrumento de registro) e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente ATA o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais odontológicos e de enfermagem, conforme segue:

Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	Preço R\$	
					Unit.	Total
1	4	JG	Abridor de boca adulto e infantil. Esterilização em Autoclave á 134°C. Material: silicone. Dimensões: Adulto: 40 x 30 x 20 mm; Infantil: 30x 25x18 mm.	MAQUIRA	6,50	26,00
4	4	UN	Adesivo fotopolimerizável com carga nanométrica de 5nm, "primer" e "adesivo" em frasco único, com 6g. Indicado para resina fotopolimerizável e cimentação de restaurações indiretas. Frasco com vedação altamente confiável que previna vazamentos, com bico econômico que evite desperdício. Composição Bis-GMA, HEMA, diuretano dimetadrilato, copolímeros do ácido polialcenóico, canforoquinona, água e etanol, glicerol 1.3 dimetacrilato, 10% em peso de sílica coloidal com 5 nanômetros.	3M	86,00	344,00
5	4	UN	Alavanca extrator de raiz goiva4mm nº 3.	FAVA	20,00	80,00
9	8	UN	Bandeja Retangular Inox medindo aproximadamente 22 x 09 x 1,5 cm.	AÇONOX	11,50	92,00
10	6	UN	Broca endo Z tronco-cônico de aço carbide com extremidade inativa. Com: 23mm de comprimento.	GH	21,50	129,00
18	4	UN	Ponta diamantada para alta rotação nº 2082 com ponta inativa, fabricada com aço inoxidável de alta resistência, grãos de diamantes aglutinados sobre a haste por níquel eletrogalvânico. Apresentada em embalagem individual e estéril.	KG SORENSEN	7,20	28,80
19	4	UN	Ponta diamantada para alta rotação nº 2083 com ponta inativa, fabricada com aço inoxidável de alta resistência, grãos de diamantes aglutinados sobre a haste por níquel eletrogalvânico. Apresentada em embalagem individual e estéril.	KG SORENSEN	8,50	34,00
20	5	UN	Broca para osso zecrylonga em aço carbide.	GH	25,00	125,00
22	5	UN	Cartela para radiografiaodontológica, para duas películas periapicais. Pacote com 100 cartelas.	DALLAS	6,00	30,00
25	2	UN	Colete de chumbo adulto com protetor de tireoide.	ODONTOLOGIC	310,00	620,00
27	50	UN	Creme dental infantil, embalado individualmente em tubo plástico com 50 gramas. Fórmula Básica: Sem flúor, com aroma. Apresentar certificado de controle de qualidade da ABO (Associação Brasileira de Odontologia) e registro no Ministério da Saúde / ANVISA.	ICE FRECH	3,50	175,00
30	30	UN	Escova de Robson, plana, cor branca.	GH	0,95	28,50

31	170	UN	Escova dental infantil, cerdas de nylon macias, com 04 (quatro) fileiras de tufos, com no mínimo 28 tufos de cerdas aparadas e arredondadas uniformemente na mesma altura, com feixes de cerdas homogêneas, escova compacta, cabo opaco, anatômico em polipropileno atóxico, medindo aproximadamente 15 cm. A escova deve conter a marca impressa em relevo no cabo. Possuir certificado de controle de qualidade da ABO (Associação Brasileira de Odontologia) e registro no Ministério da Saúde / ANVISA, de acordo com a Portaria n.º 97, de 26 de junho de 1996. Embalada individualmente com estojo plástico protetor de cerdas, tipo maleta, em saquinho plástico lacrado, tipo flow pack.	Med Fio	0,79	134,30
33	2	UN	Espátula em titânio, modelo Thompson nº 4, com cabo emborrachado esterilizável.	INDUSBELLO	33,00	66,00
37	4	UN	Espátula plástica para manipulação de alginato e gesso.	MAQUIRA	1,65	6,60
38	4	UN	Esponja Hemostática de colágeno hidrolisado, caixa com 10 unidades.	TECHNEW	19,80	79,20
39	250	UN	Fio dental para remoção de placa bacteriana: confeccionado em poliamida resistente, com aromatizante, lubrificado com cera natural, livre de impurezas. Embalagem com cortador metálico em aço inoxidável, que corte o fio sem desfiá-lo. Embalado em estojo tipo pocket individual de polipropileno, com tampa flip, rolo com 25 metros. Deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número do registro no Ministério da Saúde.	MED FIO	0,85	212,50
40	30	UN	Fita banda matriz metálica 05x0,07x500mm.	IODONTOSUL	1,31	327,50
45	12	UN	Gel anestésico tópico, com 20% de benzocaína. Sabor de menta ou tutti-frutti, com 12g.	DFL	4,80	57,60
49	4	UN	Lamparina em alumínio a álcool com tampa e pavio.	LM	18,00	72,00
50	4	UN	Lima para osso em aço inoxidável.	LM	25,00	100,00
52	4	UN	Material Restaurador temporário. Composição: Óxido de zinco, Sulfato de zinco, Sulfato de cálcio, Acetato de polivinilina. Mentol, Dibutilftalato. Apresentação: Pote contendo 20 gramas.	DENTALTEC	8,50	34,00
54	4	UN	Moldeiras perfuradas em alumínio tamanho L2.	TECNODENT	5,20	20,80
55	4	UN	Moldeiras perfuradas em alumínio tamanho S2.	TECNODENT	5,20	20,80
61	4	CX	Película radiográfica adulta periapical de velocidade F-, com menor tempo de exposição para paciente de imagens nítida e alto contraste. Caixa com 150 unidades.	CARESTREAN DENTA	180,00	720,00
63	4	UN	Ponta para ultrassom TS1, compatível com aparelho de ultrassom JET-LAXIS SONIC SCHUSTER.	SCHUSTER	59,50	238,00
68	4	Kit	Posicionador para radiografia periapical adultos com mordedor de silicone. Kit com 1 posicionador para incisivos e caninos superiores e inferiores + 1 posicionador para molar superior direito e inferior esquerdo + 1 posicionador para molar superior esquerdo e inferior direito + 3 dispositivos para mordida + 1 pote para armazenamento.	MAQUIRA	44,50	178,00
69	6	UN	Pote de Dappen de vidro.	JP	2,90	17,40
70	4	UN	Régua de fox em polímero.	BIO ART	33,00	132,00
71	4	UN	Resina fotopolimerizável universal, com 100% de nanopartícula, matriz orgânica de Bis-GMA, Bis-EMA, UDMA e partículas inorgânicas de Zircônia/Sílica com tamanho de 5 a 20 nm e nanoaglomerados de 0,6 a 1,4 µm e 59,5% de carga em volume (78,5% em peso). Cor C3.	3M	71,40	285,60
72	8	UN	Resina fotopolimerizável universal, com 100% de nanopartícula, matriz orgânica de Bis-GMA, Bis-EMA, UDMA e partículas inorgânicas de Zircônia/Sílica com tamanho de 5 a 20 nm e nanoaglomerados de 0,6 a 1,4 µm e 59,5% de carga em volume (78,5% em peso). Cor A1.	3M	71,40	571,20
73	4	UN	Revelador de placa bacteriana. Caixa com 100 pastilhas.	IODONTOSUL	13,00	52,00
82	15	UN	Taça de borracha para profilaxia.	GH	1,10	16,50
84	4	UN	TricresolFormalina, frasco com 10 ml.	IODONTOSUL	4,20	16,80
86	4	FR	Verniz com flúor, formulação com fluoreto de sódio a 5%, frasco com 10ml.	FGM	12,90	51,60
91	5	CX	Aplicador descartável, com dois pontos de dobra, ponta extra fina, caixa com 100 unidades.	FGM	7,00	35,00

94	120	UN	Creme dental infantil, embalado individualmente em tubo plástico com 50 gramas. Fórmula Básica: Com 1100ppm de flúor, com aroma. Apresentar certificado de controle de qualidade da ABO (Associação Brasileira de Odontologia) e registro no Ministério da Saúde / ANVISA.	CONTENTE/ ICE FRECH	2,60	312,00
97	5	ROLO	Rolo de esterilização. Confeccionado em papel grau cirúrgico e filme laminado poliéster/propileno. Possui indicador do processo de esterilização. Selagem tripla. Dimensão 5cmx100m	ESTERILCARE	23,80	119,00
99	10	CX	Agulhas gengivais descartáveis 30 G curta com bisel trifacetado e cânula siliconizada Cânula altamente flexível. Canhão padronizado na cor amarela com rosca interna universal para as seringas de carpule, não provoca vazamentos. A agulha apresenta dois protetores que formam o estojo plástico, com lacre de segurança, esterilizada. Caixa com 100 unidades.	INJEX	21,90	219,00
102	2	CX	Amalgama de prata, sem fase gama 2, contendo 1 porção, com presa regular. Caixa com 50 unidades. Composição: 40% de Prata, 31,3% de Estanho, 28,7% de cobre e 47,9% de Mercúrio. Cor da capsula com indicativo da quantidade de porções e tipo de presa	METALMS	68,00	136,00
105	6	UN	Anestésico tópico gel com 20% de benzocaína. Com sabor de menta ou tutti-frutti. Embalagem com no mínimo 12gr.	DFL	5,00	30,00
115	8	UN	Cabos para espelho odontológico em aço inoxidável, autoclavável, nº 25.	LM	2,20	17,60
116	10	UN	Ácido fosfórico 37% em gel, 2% de clorhexidina, com baixa viscosidade e sem sílica, seringa de 2,5ml.	DENTALTEC	1,50	15,00
118	160	UN	Escova dental adulto, cerdas de nylon macias, com 04 (quatro) fileiras de tufos, com no mínimo 34 tufos de cerdas aparadas e arredondadas uniformemente na mesma altura, com feixes de cerdas homogêneas, escova compacta, cabo opaco, anatômico em polipropileno atóxico, medindo aproximadamente 17 cm. A escova deve conter a marca impressa em relevo no cabo. Possuir certificado de controle de qualidade da ABO (Associação Brasileira de Odontologia) e registro no Ministério da Saúde / ANVISA, de acordo com a Portaria n.º 97, de 26 de junho de 1996. Embalada individualmente com estojo plástico protetor de cerdas, tipo maleta, em saquinho plástico lacrado, tipo flow pack.	MED FIO	0,95	152,00
122	5	Kit	Cimento de Hidróxido de cálcio radiopaco sistema pasta-pasta. Composição ester glicol salicilato, fosfato de cálcio, tungstato de cálcio, óxido de zinco, etitolueno sulfonamida, hidróxido de cálcio de titânio, es-teorato de zinco e corante minerais. Apresentação: 1 Tubo de pasta base com 13gr, 1 Tubo de pasta catalizadora com 11g e 1 Bloco de Mistura. Com Registro na ANVISA.	TECNEW	13,10	65,50
128	8	UN	Resina fotopolimerizável universal, com 100% de nanopartícula, matriz orgânica de Bis-GMA, Bis-EMA, UDMA e partículas inorgânicas de Zircônia/Sílica com tamanho de 5 a 20 nm e nanoaglomerados de 0,6 a 1,4 µm e 59,5% de carga em volume (78,5% em peso). Cor A2.	3M Z250	52,00	416,00
129	8	UN	Resina fotopolimerizável universal, com 100% de nanopartícula, matriz orgânica de Bis-GMA, Bis-EMA, UDMA e partículas inorgânicas de Zircônia/Sílica com tamanho de 5 a 20 nm e nanoaglomerados de 0,6 a 1,4 µm e 59,5% de carga em volume (78,5% em peso). Cor A3.	3M Z250	52,00	416,00
130	15	FR	Revelador de Raio X. Composição: água, tiosulfato de amônio e tiocianato de amônio. Frasco com 475 ml.	CARESTREAN	9,90	148,50
131	4	UN	Fio Dental em poliamida, encerado e com aroma. Rolo de 500m.	MEDFIO	7,30	29,20
133	10	UN	Sugador odontológico descartável, tubo PVC atóxico, transparente, arame de fácil modelagem, ponta macia, flexível, pacote com 40 unidades.	MAXICLEAN	4,30	43,00
135	10	PCT	Tiras de lixa de poliéster para polimento e acabamento dental 4x170mm c/ 150 unid	QUIMIDROL	5,80	58,00
Total						7.334,62

Total: R\$ 7.334,62 (sete mil trezentos e trinta e quatro reais e sessenta e dois centavos)

1.2. As quantidades constantes do subitem 1.1 são estimativas para o período de 12 (doze) meses, ou até que se esgote o total máximo estimado, sendo o que ocorrer primeiro. Podendo variar para mais ou para menos, de acordo com a demanda, não obrigando o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA, à aquisição total.

2. DO PREÇO

2.1. Os preços dos produtos serão fixos e equivalentes aos de mercado na data da proposta.

2.2. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), transporte de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A PRESENTE Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, ou até que se esgote o valor total, sendo o que ocorrer primeiro.

3.2. A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do Registro preferência em igualdade de condições.

4. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

4.1. A administração da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação caberá ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba.

5. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de preços, após a assinatura desta;

5.2. O compromisso de fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pela Nota de Empenho ou Termo de Contrato ou ainda instrumento equivalente.

5.2.1. A celebração do compromisso de fornecimento se dará com a assinatura da Ata e pelo recebimento ou retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente pela detentora da Ata.

5.3. A detentora será obrigada a fornecer a quantidade prevista na Ata, acrescida de até 25% (vinte e cinco por cento), se solicitado pelo MUNICÍPIO e o não cumprimento desta imposição durante o prazo de vigência do Registro de Preços, acarretará sanções administrativas.

5.4. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, através da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento.

5.5. As quantidades solicitadas serão de acordo com as necessidades, respeitando-se o valor estimado.

5.5.1. Havendo necessidade de aumentar as quantidades, será comunicado ao detentor com antecedência de, no mínimo, 15 (Quinze) dias.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta das dotações expressamente consignadas no orçamento – programa para 2016.

Órgão - 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA

Unidade - 01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Proj. /Ativ.- 2.084 – Operacionalização da Atenção Básica

Elemento - 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Órgão - 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA

Unidade - 01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Proj. /Ativ. - 2.124 – PMAQ – Prog. de Melhoria ao Acesso e Qualidade da Saúde

Elemento - 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Órgão - 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA

Unidade - 01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Proj. /Ativ.- 2.099 – Operacionalização do Programa de Saúde Bucal

Elemento - 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

7. DOS PAGAMENTOS

7.1. Considerando-se o recebimento definitivo de cada entrega, o MUNICÍPIO efetuará o pagamento à DETENTORA, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da mercadoria, Nota Fiscal/Fatura contendo o número da Autorização de Fornecimento a que se refere e o termo de recebimento.

7.2. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil ou através de boleto bancário. No caso da empresa possuir conta em outros bancos e que a transferência tenha custos, estes serão descontados da contratada.

7.3. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal, de acordo com a Nota de Empenho/Autorização de fornecimento, indicando o objeto a ser fornecido, quantidade, preço unitário e preço total.

7.4 - Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

7.5. - A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao detentor, para retificação ou substituição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.1, a partir da data de sua reapresentação

8. DA FISCALIZAÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1. O responsável por cada Secretaria do Município procederá à análise da entrega dos produtos, para constatar sua quantidade e qualidade, e se atendem à finalidade que deles, naturalmente, se espera, emitindo termos de recebimento e aprovação (liquidação).

8.2. Entende-se como Fiscal da Ata de Registro de Preços os Servidores /Funcionários do Município de Peritiba, devidamente designados

para acompanhamento da execução do presente termo.

8.3. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar o andamento da presente Ata, deverão ser comunicadas imediatamente e por escrito, à Secretaria de Administração e Finanças que procederá a abertura de processo competente.

8.3.1. Antes de comunicar à Secretaria de Administração e Planejamento, o servidor designado poderá, primeiramente, comunicar oficialmente a empresa sobre o problema ocorrido, determinando o prazo para a defesa. Findo esse prazo, com ou sem êxito na resposta, enviará, então, tal comunicação ao DJM (Departamento Jurídico do Município).

8.4. Constatando-se o recebimento, o Município de Peritiba efetuará o pagamento para a empresa registrada em Ata, em até 30 dias.

8.5. O pagamento somente se dará após o recebimento definitivo, atestado na Nota Fiscal / Fatura pelo responsável, e após comprovado a adimplência junto ao FGTS e INSS, à Tesouraria, para os procedimentos que culminam no pagamento à empresa registrada em Ata.

8.6. A empresa registrada em Ata deverá manter-se regular junto aos órgãos elencados no subitem anterior e manter as mesmas condições habilitatórias deste certame, sob pena de retenção do pagamento e/ou rescisão contratual.

8.7. Caberá ao Departamento de Compras a averiguação da regularidade da contratada, principalmente em relação aos recolhimentos trabalhistas (FGTS), previdenciário (INSS).

8.8. Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura ou outra circunstância de responsabilidade da EMPRESA detentora da Ata que desaprove a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que sejam providenciadas as medidas saneadoras necessárias.

8.9. Caso haja desequilíbrio econômico-financeiro, poderá haver revisão na ATA desde que, ocorram fatos inéditos que reflitam diretamente nas condições pactuadas, ou seja, a revisão contratual deverá ser baseada em acontecimento imprevisível e inevitável, ou se previsível, de consequências incalculáveis. A álea ordinária, que implica um encargo previsível ou suportável, por si só, não autoriza a revisão contratual. A revisão contratual deverá ser comprovada pela contratada através de documentos e fundamentação legal formal, podendo a mesma ser deferida após anuência da Prefeitura Municipal de Peritiba.

8.10. O valor total estimado desta Ata poderá ser utilizado integralmente ou não, conforme a necessidade do Município de Peritiba.

9. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1 – Os produtos objeto da presente ATA deverão ser entregues de forma parcelada, sem quantidades mínimas, na Unidade de Saúde de Peritiba, sito a Rua Brasília, 96 – Centro, Município de Peritiba, em até 15 (Quinze) dias corridos, contados da emissão/envio da Autorização de Fornecimento (AF) devidamente encaminhada pelo Fundo Municipal de Saúde de Peritiba/Município de Peritiba através de endereço de correio eletrônico(e-mail) ou fac-símile.

9.2 - Será dado como retirada/recebida, a Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento (AF), enviada via correio eletrônico (e-mail) ou fac-símile.

9.3 - A Não entrega dentro dos prazos fixados sem devida justificativa aceita pelo Município/FMS enseja na possibilidade de aplicação de sanções e penalidades previstas na lei 8.666/93.

9.4 - O prazo de validade dos produtos entregues deverá, ser de no mínimo de 12 meses a contar data da efetiva entrega, sob pena de não aceitação dos produtos entregues e aplicação das penalidades previstas no item 10 desta ATA.

9.5 - Não serão aceitos produtos de marcas divergentes as indicadas na proposta da licitante e constantes nesta ATA e/ou que não atendam o descritivo do "ANEXO I" do edital.

9.6 - Constatadas irregularidades no objeto entregue, a empresa terá um prazo de 48h (quarenta e oito horas) para substituição do produtos e/ou correção das irregularidades, contados do envio do e-mail de apontamento.

9.7 - O recebimento definitivo do objeto desta Ata, não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei 8.666/93 e alterações, pela má qualidade que venha a ser constatada durante o uso, dentro do prazo de validade, dos produtos fornecidos.

10. DAS SANÇÕES

10.1. A empresa sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste Edital ou em outros que o complementem, as seguintes penalidades:

a) Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município de Peritiba pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

b) Advertência.

c) Multa de 10% (dez por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa plausível aceita pela Administração, o adjudicatário não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ainda que não tenha havido processo de licitação;

d) Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, na prestação do serviço do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso, para efeito de cálculo da multa mencionada no subitem anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado;

e) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, exceto prazo de entrega;

f) Caso a vencedora não efetue a entrega do objeto licitado, incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da respectiva nota de empenho, por inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis. A multa será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial.

g) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração por um período de 2 (dois) anos.

h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

10.3 - Os procedimentos para aplicação de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais serão conduzidos no âmbito do Órgão Participante contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão.

10.4 - Os procedimentos para aplicação das demais penalidades não indicadas neste parágrafo, conduzidos no âmbito do Órgão Gerenciador e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão, aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão.

11. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1 Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

11.1.1. Pelo MUNICÍPIO, quando:

I - a detentora descumprir as condições da ata de registro de preços;

a) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

b) "Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos".

II - a detentora não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III - a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato de fornecimento;

IV - em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

V - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

VI - por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;

11.1.2 Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

I - os preços registrados se apresentarem inferiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

II - comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços.

11.2. Nas hipóteses previstas no subitem 11.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Jornal Oficial do Estado de Santa Catarina juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado no Setor de Compras e Licitações, de segunda à sexta feira em horário normal de expediente.

11.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na presente, sendo assegurado à mesma o contraditório e a ampla defesa.

11.4. Cancelada a Ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

11.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pelo MUNICÍPIO, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Quadro de Avisos e no site Oficial do Município: www.peritiba.sc.gov.br, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

12. DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO:

12.1 Caberá ao MUNICÍPIO efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda.

Efetuar a fiscalização das quantidades entregues e da qualidade do material.

13. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

I – A CONTRATADA, obriga-se a fornecer o objeto especificado na Cláusula Primeira de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório citado ao preâmbulo onde, como todos os documentos da Licitação e especificados pelo MUNICÍPIO, passam a fazer parte integrante do presente contrato, independente de transcrição.

II - Efetuar a entrega conforme emissão da Autorização de Fornecimento ao proponente vencedor, cuja entrega do objeto deverá ser efetuada de forma imediata.

III –A contratada fica obrigada a aceitar,nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário , até 25%(vinte e cinco por cento)do valor total do contrato.

IV –Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto do presente contrato.

V –Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento do MUNICÍPIO.

VI - Manter, durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO.

14.1.Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços registrados poderão ser revistos, a qualquer tempo.

14.1.1. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços registrados poderá ser efetuada por iniciativa do MUNICÍPIO ou mediante solicitação da empresa detentora, desde que apresentadas as devidas justificativas.

14.1.2. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado.

14.2. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Município de Peritiba, mediante requerimento protocolado, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da data da ocorrência do fato motivador do desequilíbrio, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I - Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II - Cópia autenticada da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço (Sendo no mínimo 1 (uma) NF antes do aumento e 1 (uma) NF após o aumento).

14.3. Sendo procedente o requerimento da empresa detentora da ata, o equilíbrio econômico-financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido, sendo que as autorizações de fornecimento (AF) emitidas antes do pedido de equilíbrio econômico-financeiro não terão seus preços alterados mesmo que os produtos e/ou serviços referente as estas não tenham sido entregues e/ou executados.

a) - A Administração poderá aplicar índice de recomposição inferior ao calculado, a seu critério;

b) - Constatado que o bem ou serviço que sofreu reajuste refere-se apenas a parte do objeto contratado, será aplicado a proporcionalidade que este representou sobre os custos totais.

§ 1º - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório

14.3.1. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão de preço

15. DA PUBLICIDADE

15.1 Os preços registrados na Ata serão publicados, no site www.peritiba.sc.gov.br.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata o Processo Licitatório nº 13/2016; o Edital do Pregão Presencial nº 03/2016, as propostas com preços e especificações.

17. DO FORO

17.1. As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Concordia – SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Município de Peritiba, 29 de Junho de 2016.

ELIANI MORTARI Secretário de Saúde e Bem Estar Social Contratante	PRHODENT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES E DENTÁRIOS LTDA Contratada	
LIZIANE KLEIN GAERTNER CPF: 031.965.439-78 Testemunha	GILBERTO TAKECHI GENTA CPF: 009.359.289-28 Testemunha	
ANGELA GIACOMIN Fiscal do contrato	PAULO CÉSAR SAATKAMP Assessor Jurídico OAB 13284	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 32 2016 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº32/2016

PROCESSO LICITATÓRIO nº 13/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2016

VALIDADE: 12 meses

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA, Empresa de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 11.391.279/0001-06, com sede à Rua Brasília, centro, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato representada por sua titular a Senhora ELIANI MORTARI, Secretária Municipal de Saúde, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrito no CPF nº 040.725.629-63, de acordo Lei Federal 8.666/93 e com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 03/2016, RESOLVE, registrar o preço da empresa DENTAX COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 21.596.355/0001-65, com sede à Rua Dirceu José Felipetti, 535, Barão de Cotegipe/RS, neste ato representada por sua Sócia gerente a Sra ELAINE BIEDACHA, portador(a) do CPF nº 005.576.880-60, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital e proposta (parte integrante deste instrumento de registro) e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente ATA o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais odontológicos e de enfermagem, conforme segue:

Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	Preço R\$	
					Unitário	Total
28	4	UN	Descolador de Molt nº 9 em aço inoxidável.	LM	21,63	86,52
29	4	UN	Escova de aço, para limpeza de brocas, cerdas de aço e tubo de plástico.	PREVEN	4,18	16,72
32	4	UN	Espátula dupla para cera nº 7 oitavada em aço inoxidável.	LM	6,75	27,00
35	4	UN	Espátula nº 36 em aço inoxidável.	LM	6,75	27,00
36	6	UN	Espátula nº 72 dupla em aço inoxidável.	LM	6,75	40,50

51	5	Kit	Material Restaurador Intermediário, com composição reforçada à base de zinco e eugenol indicado para restaurações provisórias de longa espera até dois anos e forramento de cavidades. Pó 38gr. Validade de no mínimo dois anos. Composição: Óxido de zinco, polimetacrilato de metila. Líquido embalagem de vidro 15ml. Validade de no mínimo três anos Composição: Eugenol 99,5%, Ácido Acético 0,5%.	BIODINAMICA	25,90	129,50
56	1	UN	Papel Articulação, dupla face, bicolor, bloco com 12 folhas de 100X200mm.	MAQUIRA	2,30	2,30
67	4	UN	Porta Matriz de tofflemire.	LM	17,90	71,60
79	4	UN	Sonda milimetrada com formato cilíndrico com marcação de 1 em 1 milímetros.	LM	10,00	40,00
80	4	UN	Spray congelante para verificação de vitalidade pulpar, frasco com conteúdo de 160ml, peso líquido 200g, temperatura numa ordem de -40 à -50°C.	MAQUIRA	19,65	78,60
119	10	UN	Fita Banda Matriz Metálica 05x0,05x500mm	PREVEN	0,96	9,60
127	10	UN	Pinça odontológica para algodão, em aço inox.	LM	5,30	53,00
132	2	UN	Sonda exploradora odontológica em aço inox, com cabo sextavado.	LM	4,40	8,80
28	4	UN	Descolador de Molt nº 9 em aço inoxidável.	LM	21,63	86,52
29	4	UN	Escova de aço, para limpeza de brocas, cerdas de aço e tubo de plástico.	PREVEN	4,18	16,72
32	4	UN	Espátula dupla para cera nº 7 oitavada em aço inoxidável.	LM	6,75	27,00
35	4	UN	Espátula nº 36 em aço inoxidável.	LM	6,75	27,00
36	6	UN	Espátula nº 72 dupla em aço inoxidável.	LM	6,75	40,50
Total						706,54

Total: R\$ 706,54 (Setecentos e seis reais e cinquenta e quatro centavos)

1.2. As quantidades constantes do subitem 1.1 são estimativas para o período de 12 (doze) meses, ou até que se esgote o total máximo estimado, sendo o que ocorrer primeiro. Podendo variar para mais ou para menos, de acordo com a demanda, não obrigando o FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA, à aquisição total.

2. DO PREÇO

2.1. Os preços dos produtos serão fixos e equivalentes aos de mercado na data da proposta.

2.2. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), transporte de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A PRESENTE Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, ou até que se esgote o valor total, sendo o que ocorrer primeiro.

3.2. A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do Registro preferência em igualdade de condições.

4. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

4.1. A administração da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação caberá ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba.

5. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de preços, após a assinatura desta;

5.2. O compromisso de fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pela Nota de Empenho ou Termo de Contrato ou ainda instrumento equivalente.

5.2.1. A celebração do compromisso de fornecimento se dará com a assinatura da Ata e pelo recebimento ou retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente pela detentora da Ata.

5.3. A detentora será obrigada a fornecer a quantidade prevista na Ata, acrescida de até 25% (vinte e cinco por cento), se solicitado pelo MUNICÍPIO e o não cumprimento desta imposição durante o prazo de vigência do Registro de Preços, acarretará sanções administrativas.

5.4. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, através da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento.

5.5. As quantidades solicitadas serão de acordo com as necessidades, respeitando-se o valor estimado.

5.5.1. Havendo necessidade de aumentar as quantidades, será comunicado ao detentor com antecedência de, no mínimo, 15 (Quinze) dias.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta das dotações expressamente consignadas no orçamento – programa para 2016.

Órgão - 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA

Unidade - 01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Proj. /Ativ.- 2.084 – Operacionalização da Atenção Básica
Elemento - 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Órgão - 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA
Unidade - 01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Proj. /Ativ. - 2.124 – PMAQ – Prog. de Melhoria ao Acesso e Qualidade da Saúde
Elemento - 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Órgão - 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA
Unidade - 01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
Proj. /Ativ.- 2.099 – Operacionalização do Programa de Saúde Bucal
Elemento - 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

7. DOS PAGAMENTOS

7.1. Considerando-se o recebimento definitivo de cada entrega, o MUNICÍPIO efetuará o pagamento à DETENTORA, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da mercadoria, Nota Fiscal/Fatura contendo o número da Autorização de Fornecimento a que se refere e o termo de recebimento.

7.2. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil ou através de boleto bancário. No caso da empresa possuir conta em outros bancos e que a transferência tenha custos, estes serão descontados da contratada.

7.3. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal, de acordo com a Nota de Empenho/Autorização de fornecimento, indicando o objeto a ser fornecido, quantidade, preço unitário e preço total.

7.4 - Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

7.5. - A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao detentor, para retificação ou substituição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.1, a partir da data de sua reapresentação

8. DA FISCALIZAÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1. O responsável por cada Secretaria do Município procederá à análise da entrega dos produtos, para constatar sua quantidade e qualidade, e se atendem à finalidade que deles, naturalmente, se espera, emitindo termos de recebimento e aprovação (liquidação).

8.2. Entende-se como Fiscal da Ata de Registro de Preços os Servidores /Funcionários do Município de Peritiba, devidamente designados para acompanhamento da execução do presente termo.

8.3. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar o andamento da presente Ata, deverão ser comunicadas imediatamente e por escrito, à Secretaria de Administração e Finanças que procederá a abertura de processo competente.

8.3.1. Antes de comunicar à Secretaria de Administração e Planejamento, o servidor designado poderá, primeiramente, comunicar oficialmente a empresa sobre o problema ocorrido, determinando o prazo para a defesa. Findo esse prazo, com ou sem êxito na resposta, enviará, então, tal comunicação ao DJM (Departamento Jurídico do Município).

8.4. Constatando-se o recebimento, o Município de Peritiba efetuará o pagamento para a empresa registrada em Ata, em até 30 dias.

8.5. O pagamento somente se dará após o recebimento definitivo, atestado na Nota Fiscal / Fatura pelo responsável, e após comprovado a adimplência junto ao FGTS e INSS, à Tesouraria, para os procedimentos que culminam no pagamento à empresa registrada em Ata.

8.6. A empresa registrada em Ata deverá manter-se regular junto aos órgãos elencados no subitem anterior e manter as mesmas condições habilitatórias deste certame, sob pena de retenção do pagamento e/ou rescisão contratual.

8.7. Caberá ao Departamento de Compras a averiguação da regularidade da contratada, principalmente em relação aos recolhimentos trabalhistas (FGTS), previdenciário (INSS).

8.8. Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura ou outra circunstância de responsabilidade da EMPRESA detentora da Ata que desaprove a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que sejam providenciadas as medidas saneadoras necessárias.

8.9. Caso haja desequilíbrio econômico-financeiro, poderá haver revisão na ATA desde que, ocorram fatos inéditos que reflitam diretamente nas condições pactuadas, ou seja, a revisão contratual deverá ser baseada em acontecimento imprevisível e inevitável, ou se previsível, de consequências incalculáveis. A álea ordinária, que implica um encargo previsível ou suportável, por si só, não autoriza a revisão contratual. A revisão contratual deverá ser comprovada pela contratada através de documentos e fundamentação legal formal, podendo a mesma ser deferida após anuência da Prefeitura Municipal de Peritiba.

8.10. O valor total estimado desta Ata poderá ser utilizado integralmente ou não, conforme a necessidade do Município de Peritiba.

9. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1 – Os produtos objeto da presente ATA deverão ser entregues de forma parcelada, sem quantidades mínimas, na Unidade de Saúde de Peritiba, sito a Rua Brasília, 96 – Centro, Município de Peritiba, em até 15 (Quinze) dias corridos, contados da emissão/envio da Autorização de Fornecimento (AF) devidamente encaminhada pelo Fundo Municipal de Saúde de Peritiba/Município de Peritiba através de endereço de correio eletrônico(e-mail) ou fac-símile.

9.2 - Será dado como retirada/recebida, a Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento (AF), enviada via correio eletrônico (e-mail) ou fac-símile.

9.3 - A Não entrega dentro dos prazos fixados sem devida justificativa aceita pelo Município/FMS enseja na possibilidade de aplicação de sanções e penalidades previstas na lei 8.666/93.

9.4 - O prazo de validade dos produtos entregues deverá, ser de no mínimo de 12 meses a contar data da efetiva entrega, sob pena de não aceitação dos produtos entregues e aplicação das penalidades previstas no item 10 desta ATA.

9.5 - Não serão aceitos produtos de marcas divergentes as indicadas na proposta da licitante e constantes nesta ATA e/ou que não atendam o descritivo do "ANEXO I" do edital.

9.6 - Constatadas irregularidades no objeto entregue, a empresa terá um prazo de 48h (quarenta e oito horas) para substituição do produtos e/ou correção das irregularidades, contados do envio do e-mail de apontamento.

9.7 - O recebimento definitivo do objeto desta Ata, não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei

8.666/93 e alterações, pela má qualidade que venha a ser constatada durante o uso, dentro do prazo de validade, dos produtos fornecidos.

10. DAS SANÇÕES

10.1. A empresa sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste Edital ou em outros que o complementem, as seguintes penalidades:

a) Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município de Peritiba pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

b) Advertência.

c) Multa de 10% (dez por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa plausível aceita pela Administração, o adjudicatário não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ainda que não tenha havido processo de licitação;

d) Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, na prestação do serviço do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso, para efeito de cálculo da multa mencionada no subitem anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado;

e) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, exceto prazo de entrega;

f) Caso a vencedora não efetue a entrega do objeto licitado, incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da respectiva nota de empenho, por inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis. A multa será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial.

g) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração por um período de 2 (dois) anos.

h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

10.3 - Os procedimentos para aplicação de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais serão conduzidos no âmbito do Órgão Participante contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão.

10.4 - Os procedimentos para aplicação das demais penalidades não indicadas neste parágrafo, conduzidos no âmbito do Órgão Gerenciador e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão, aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão.

11. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1 Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

11.1.1. Pelo MUNICÍPIO, quando:

I - a detentora descumprir as condições da ata de registro de preços;

a) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

b) "Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos".

II - a detentora não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III - a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato de fornecimento;

IV - em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

V - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

VI - por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;

11.1.2 Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

I - os preços registrados se apresentarem inferiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

II - comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços.

11.2. Nas hipóteses previstas no subitem 11.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Jornal Oficial do Estado de Santa Catarina juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado no Setor de Compras e Licitações, de segunda à sexta feira em horário normal de expediente.

11.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na presente, sendo assegurado à mesma o contraditório e a ampla defesa.

11.4. Cancelada a Ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

11.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pelo MUNICÍPIO, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Quadro de Avisos e no site Oficial do Município: www.peritiba.sc.gov.br, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

12. DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO:

12.1 Caberá ao MUNICÍPIO efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda.

Efetuar a fiscalização das quantidades entregues e da qualidade do material.

13. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

I – A CONTRATADA, obriga-se a fornecer o objeto especificado na Cláusula Primeira de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório citado ao preâmbulo onde, como todos os documentos da Licitação e especificados pelo MUNICÍPIO, passam a fazer parte integrante do presente contrato, independente de transcrição.

II - Efetuar a entrega conforme emissão da Autorização de Fornecimento ao proponente vencedor, cuja entrega do objeto deverá ser efetuada de forma imediata.

III –A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

IV –Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto do presente contrato.

V –Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento do MUNICÍPIO.

VI - Manter, durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO.

14.1. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços registrados poderão ser revistos, a qualquer tempo.

14.1.1. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços registrados poderá ser efetuada por iniciativa do MUNICÍPIO ou mediante solicitação da empresa detentora, desde que apresentadas as devidas justificativas.

14.1.2. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado.

14.2. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Município de Peritiba, mediante requerimento protocolado, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da data da ocorrência do fato motivador do desequilíbrio, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I - Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II - Cópia autenticada da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço (Sendo no mínimo 1 (uma) NF antes do aumento e 1 (uma) NF após o aumento).

14.3. Sendo procedente o requerimento da empresa detentora da ata, o equilíbrio econômico-financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido, sendo que as autorizações de fornecimento (AF) emitidas antes do pedido de equilíbrio econômico-financeiro não terão seus preços alterados mesmo que os produtos e/ou serviços referente as estas não tenham sido entregues e/ou executados.

a) - A Administração poderá aplicar índice de recomposição inferior ao calculado, a seu critério;

b) - Constatado que o bem ou serviço que sofreu reajuste refere-se apenas a parte do objeto contratado, será aplicado a proporcionalidade que este representou sobre os custos totais.

§ 1º - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório

14.3.1. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão de preço

15. DA PUBLICIDADE

15.1 Os preços registrados na Ata serão publicados, no site www.peritiba.sc.gov.br.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata o Processo Licitatório nº 13/2016; o Edital do Pregão Presencial nº 03/2016, as propostas com preços e especificações.

17. DO FORO

17.1. As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Concordia – SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Município de Peritiba, 29 de Junho de 2016.

ELIANI MORTARI Secretário de Saúde e Bem Estar Social Contratante	DENTAX COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA ME Contratada	
LIZIANE KLEIN GAERTNER CPF: 031.965.439-78 Testemunha	GILBERTO TAKECHI GENTA CPF: 009.359.289-28 Testemunha	
ANGELA GIACOMIN Fiscal do contrato	PAULO CÉSAR SAATKAMP Assessor Jurídico OAB 13284	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 33 2016 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº33/2016

PROCESSO LICITATÓRIO nº 13/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2016

VALIDADE: 12 meses

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA, Empresa de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 11.391.279/0001-06, com sede à Rua Brasília, centro, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato representada por sua titular a Senhora ELIANI MORTARI, Secretária Municipal de Saúde, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrito no CPF nº 040.725.629-63, de acordo Lei Federal 8.666/93 e com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 03/2016, RESOLVE, registrar o preço da empresa FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 10.633.441/0001-84, com sede à Rua Natal, 2005, Centro, Cascavel/PR, neste ato representada por seu representante legal o Sr PEDRO ARANA, portador(a) da cédula de identidade nº 4.358.320-4 e CPF nº 614.799.429-87, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital e proposta (parte integrante deste instrumento de registro) e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente ATA o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais odontológicos e de enfermagem, conforme segue:

Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	Preço R\$	
					Unitário	Total
3	4	FR	Acrílico autopolimerizável em pó rosa, frasco com 500gr. Resina contendo: Polimetilmetacrilato, peróxido de benzoíla e pigmentos biocompatíveis.	DENCRILON	48,50	194,00
6	8	PCT	Alginato especial para uso em próteses removíveis, aroma de menta, livre de poeira, absorção rápida da água, fácil mistura, longa conservabilidade do molde, alginatotixotropico, massa homogênea e superfícies lisas e compactas, desinfecção segura, com sterigum, embalado em atmosfera modificada, pacote com 500g.	HYDROGUM	38,60	308,80
23	8	UN	Cera rosa nº 07, caixa com 18 lâminas.	LYSANDA	8,99	71,92
34	4	UN	Espátula em titânio, modelo Thompson nº 5, com cabo emborrachado esterilizável.	PRISMA	32,50	130,00
48	10	Kit	Ionômero de vidro de presa química para restauração dental, kit contendo: um frasco de cimento em pó com 10g, um frasco de líquido com 8g, um dosador de pó e um bloco de Espátulação, Cor A2.	FGM	14,05	140,50
53	2	UN	Moldeiras perfuradas (jogos), em alumínio polido, anatômica, adulto, superior e inferior, kit com 08 unidades (Embalagem com 4 superiores, 4 inferiores).	AG	45,85	91,70
57	12	UN	Papel de articulação carbonado. Super fino - com 0,0008 "(21 microns) de espessura - vermelho/preto.	BSH	6,79	81,48
64	2	Kit	Pontas Montadas para acabamento e Polimento de Resina Acrílica. Composição: Óxido de Alumínio em Resina de Silicose. * Tamanho: Diâmetro 10mm / Comprimento 23mm. Rotação máxima: 5.000 a 10.000 rpm. O kit deve conter 3 pontas com diferentes granulações cor marrom - para Acabamento Inicial e Regularização - 10.000 rpm - cor verde - para Remoção de Riscos - 7.000 rpm - cor amarela - proporciona Brilho Final - 5.000 rpm	A.B	45,50	91,00
75	10	UN	Seringa Carpule para anestesia, com refluxo em aço inox.	M.A	19,35	193,50
87	4	Kit	Kit de polimento de resina completo. Kit com 12 unidades, em silicone, montado + broqueiro. Nos formatos: 3 Ogi-vas sendo: (Branca=fino), *(Amarelo=normal), (verde=grosso) + 3 Torpedos sendo: (Branca=fino), (Amarelo=normal), (verde=grosso) + 3 Taças sendo: (Branca=fino), (Amarelo =normal), (verde=grosso) + 3 Lentilhas sendo: (Branca=fino), (Amarelo =normal), (verde=grosso).	MICRODONT	46,38	185,52
88	2	UN	Fóceps nº 18L em aço inoxidável	GOLGRAN	52,00	104,00
93	4	CX	Cimento Ionômero de vidro restaurador fotopolimerizável. Apresentação: 1 frasco de pó A1 com 5g, 1 frasco de líquido com 2,5ml, 1 frasco de primer com 2,5ml, 1 frasco de alpha bond com 5ml.	L.CURE	105,50	422,00

123	8	Kit	Ionômero de vidro de presa química para restauração dental, kit contendo: um frasco de cimento em pó com 10g, um frasco de líquido com 8g, um dosador de pó e um bloco de espatulação, Cor A3.	FGM	15,40	123,20
126	5	UN	Lubrificante para pontas de alta e baixa rotação spray, embalagem com 200ml	MAQUIRA	16,40	82,00
Total						2.219,62

Total: R\$ 2.219,62 (Dois mil duzentos e dezenove reais e sessenta e dois centavos)

1.2. As quantidades constantes do subitem 1.1 são estimativas para o período de 12 (doze) meses, ou até que se esgote o total máximo estimado, sendo o que ocorrer primeiro. Podendo variar para mais ou para menos, de acordo com a demanda, não obrigando o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA, à aquisição total.

2. DO PREÇO

2.1. Os preços dos produtos serão fixos e equivalentes aos de mercado na data da proposta.

2.2. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), transporte de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A PRESENTE Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, ou até que se esgote o valor total, sendo o que ocorrer primeiro.

3.2. A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do Registro preferência em igualdade de condições.

4. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

4.1. A administração da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação caberá ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba.

5. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de preços, após a assinatura desta;

5.2. O compromisso de fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pela Nota de Empenho ou Termo de Contrato ou ainda instrumento equivalente.

5.2.1. A celebração do compromisso de fornecimento se dará com a assinatura da Ata e pelo recebimento ou retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente pela detentora da Ata.

5.3. A detentora será obrigada a fornecer a quantidade prevista na Ata, acrescida de até 25% (vinte e cinco por cento), se solicitado pelo MUNICÍPIO e o não cumprimento desta imposição durante o prazo de vigência do Registro de Preços, acarretará sanções administrativas.

5.4. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, através da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento.

5.5. As quantidades solicitadas serão de acordo com as necessidades, respeitando-se o valor estimado.

5.5.1. Havendo necessidade de aumentar as quantidades, será comunicado ao detentor com antecedência de, no mínimo, 15 (Quinze) dias.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta das dotações expressamente consignadas no orçamento – programa para 2016.

Órgão - 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA

Unidade - 01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Proj. /Ativ.- 2.084 – Operacionalização da Atenção Básica

Elemento - 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Órgão - 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA

Unidade - 01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Proj. /Ativ. - 2.124 – PMAQ – Prog. de Melhoria ao Acesso e Qualidade da Saúde

Elemento - 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Órgão - 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA

Unidade - 01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Proj. /Ativ.- 2.099 – Operacionalização do Programa de Saúde Bucal

Elemento - 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

7. DOS PAGAMENTOS

7.1. Considerando-se o recebimento definitivo de cada entrega, o MUNICÍPIO efetuará o pagamento à DETENTORA, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da mercadoria, Nota Fiscal/Fatura contendo o número da Autorização de Fornecimento a que se refere e o termo de recebimento.

7.2. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil ou através de boleto bancário. No caso da empresa possuir conta em outros bancos e que a transferência tenha custos, estes serão descontados da contratada.

7.3. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal, de acordo com a Nota de Empenho/Autorização de fornecimento, indicando o objeto a ser fornecido, quantidade, preço unitário e preço total.

7.4 - Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

7.5. - A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao detentor, para retificação ou substituição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.1, a partir da data de sua reapresentação

8. DA FISCALIZAÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1. O responsável por cada Secretaria do Município procederá à análise da entrega dos produtos, para constatar sua quantidade e qualidade, e se atendem à finalidade que deles, naturalmente, se espera, emitindo termos de recebimento e aprovação (liquidação).

8.2. Entende-se como Fiscal da Ata de Registro de Preços os Servidores /Funcionários do Município de Peritiba, devidamente designados para acompanhamento da execução do presente termo.

8.3. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar o andamento da presente Ata, deverão ser comunicadas imediatamente e por escrito, à Secretaria de Administração e Finanças que procederá a abertura de processo competente.

8.3.1. Antes de comunicar à Secretaria de Administração e Planejamento, o servidor designado poderá, primeiramente, comunicar oficialmente a empresa sobre o problema ocorrido, determinando o prazo para a defesa. Findo esse prazo, com ou sem êxito na resposta, enviará, então, tal comunicação ao DJM (Departamento Jurídico do Município).

8.4. Constatando-se o recebimento, o Município de Peritiba efetuará o pagamento para a empresa registrada em Ata, em até 30 dias.

8.5. O pagamento somente se dará após o recebimento definitivo, atestado na Nota Fiscal / Fatura pelo responsável, e após comprovado a adimplência junto ao FGTS e INSS, à Tesouraria, para os procedimentos que culminam no pagamento à empresa registrada em Ata.

8.6. A empresa registrada em Ata deverá manter-se regular junto aos órgãos elencados no subitem anterior e manter as mesmas condições habilitatórias deste certame, sob pena de retenção do pagamento e/ou rescisão contratual.

8.7. Caberá ao Departamento de Compras a averiguação da regularidade da contratada, principalmente em relação aos recolhimentos trabalhistas (FGTS), previdenciário (INSS).

8.8. Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura ou outra circunstância de responsabilidade da EMPRESA detentora da Ata que desaprove a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que sejam providenciadas as medidas saneadoras necessárias.

8.9. Caso haja desequilíbrio econômico-financeiro, poderá haver revisão na ATA desde que, ocorram fatos inéditos que reflitam diretamente nas condições pactuadas, ou seja, a revisão contratual deverá ser baseada em acontecimento imprevisível e inevitável, ou se previsível, de consequências incalculáveis. A álea ordinária, que implica um encargo previsível ou suportável, por si só, não autoriza a revisão contratual. A revisão contratual deverá ser comprovada pela contratada através de documentos e fundamentação legal formal, podendo a mesma ser deferida após anuência da Prefeitura Municipal de Peritiba.

8.10. O valor total estimado desta Ata poderá ser utilizado integralmente ou não, conforme a necessidade do Município de Peritiba.

9. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1 - Os produtos objeto da presente ATA deverão ser entregues de forma parcelada, sem quantidades mínimas, na Unidade de Saúde de Peritiba, sito a Rua Brasília, 96 - Centro, Município de Peritiba, em até 15 (Quinze) dias corridos, contados da emissão/envio da Autorização de Fornecimento (AF) devidamente encaminhada pelo Fundo Municipal de Saúde de Peritiba/Município de Peritiba através de endereço de correio eletrônico(e-mail) ou fac-símile.

9.2 - Será dado como retirada/recebida, a Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento (AF), enviada via correio eletrônico (e-mail) ou fac-símile.

9.3 - A Não entrega dentro dos prazos fixados sem devida justificativa aceita pelo Município/FMS enseja na possibilidade de aplicação de sanções e penalidades previstas na lei 8.666/93.

9.4 - O prazo de validade dos produtos entregues deverá, ser de no mínimo de 12 meses a contar data da efetiva entrega, sob pena de não aceitação dos produtos entregues e aplicação das penalidades previstas no item 10 desta ATA.

9.5 - Não serão aceitos produtos de marcas divergentes as indicadas na proposta da licitante e constantes nesta ATA e/ou que não atendam o descritivo do "ANEXO I" do edital.

9.6 - Constatadas irregularidades no objeto entregue, a empresa terá um prazo de 48h (quarenta e oito horas) para substituição do produtos e/ou correção das irregularidades, contados do envio do e-mail de apontamento.

9.7 - O recebimento definitivo do objeto desta Ata, não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei 8.666/93 e alterações, pela má qualidade que venha a ser constatada durante o uso, dentro do prazo de validade, dos produtos fornecidos.

10. DAS SANÇÕES

10.1. A empresa sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste Edital ou em outros que o complementem, as seguintes penalidades:

a) Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município de Peritiba pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

b) Advertência.

c) Multa de 10% (dez por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa plausível aceita pela Administração, o adjudicatário não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ainda que não tenha havido processo de licitação;

d) Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, na prestação do serviço do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso, para efeito de cálculo da multa mencionada no subitem anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado;

e) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, exceto prazo de entrega;

f) Caso a vencedora não efetue a entrega do objeto licitado, incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da respectiva nota de empenho, por inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis. A multa será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial.

- g) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração por um período de 2 (dois) anos.
h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

10.3 - Os procedimentos para aplicação de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais serão conduzidos no âmbito do Órgão Participante contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão.

10.4 - Os procedimentos para aplicação das demais penalidades não indicadas neste parágrafo, conduzidos no âmbito do Órgão Gerenciador e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão, aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão.

11. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1 Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

11.1.1. Pelo MUNICÍPIO, quando:

I - a detentora descumprir as condições da ata de registro de preços;

a) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

b) "Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos".

II - a detentora não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III - a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato de fornecimento;

IV - em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

V - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

VI - por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;

11.1.2 Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

I - os preços registrados se apresentarem inferiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

II - comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços.

11.2. Nas hipóteses previstas no subitem 11.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Jornal Oficial do Estado de Santa Catarina juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado no Setor de Compras e Licitações, de segunda à sexta-feira em horário normal de expediente.

11.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na presente, sendo assegurado à mesma o contraditório e a ampla defesa.

11.4. Cancelada a Ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

11.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pelo MUNICÍPIO, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Quadro de Avisos e no site Oficial do Município: www.peritiba.sc.gov.br, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

12. DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO:

12.1 Caberá ao MUNICÍPIO efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda.

Efetuar a fiscalização das quantidades entregues e da qualidade do material.

13. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

I - A CONTRATADA, obriga-se a fornecer o objeto especificado na Cláusula Primeira de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório citado ao preâmbulo onde, como todos os documentos da Licitação e especificados pelo MUNICÍPIO, passam a fazer parte integrante do presente contrato, independente de transcrição.

II - Efetuar a entrega conforme emissão da Autorização de Fornecimento ao proponente vencedor, cuja entrega do objeto deverá ser efetuada de forma imediata.

III - A contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

IV - Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto do presente contrato.

V - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento do MUNICÍPIO.

VI - Manter, durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO.

14.1. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços registrados poderão ser revistos, a qualquer tempo.

14.1.1. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços registrados poderá ser efetuada por iniciativa do MUNICÍPIO ou mediante solicitação da empresa detentora, desde que apresentadas as devidas justificativas.

14.1.2. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado.

14.2. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Município de Peritiba, mediante requerimento protocolado, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da data da ocorrência do fato motivador do desequilíbrio, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I - Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados devidamente

assinada sobre carimbo da empresa;

II - Cópia autenticada da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço (Sendo no mínimo 1 (uma) NF antes do aumento e 1 (uma) NF após o aumento).

14.3. Sendo procedente o requerimento da empresa detentora da ata, o equilíbrio econômico-financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido, sendo que as autorizações de fornecimento (AF) emitidas antes do pedido de equilíbrio econômico-financeiro não terão seus preços alterados mesmo que os produtos e/ou serviços referente as estas não tenham sido entregues e/ou executados.

a) - A Administração poderá aplicar índice de recomposição inferior ao calculado, a seu critério;

b) - Constatado que o bem ou serviço que sofreu reajuste refere-se apenas a parte do objeto contratado, será aplicado a proporcionalidade que este representou sobre os custos totais.

§ 1º - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório

14.3.1. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão de preço

15. DA PUBLICIDADE

15.1 Os preços registrados na Ata serão publicados, no site www.peritiba.sc.gov.br.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata o Processo Licitatório nº 13/2016; o Edital do Pregão Presencial nº 03/2016, as propostas com preços e especificações.

17. DO FORO

17.1. As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Concordia – SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Município de Peritiba, 29 de Junho de 2016.

ELIANI MORTARI Secretário de Saúde e Bem Estar Social Contratante	FUSÃO COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA ME Contratada	
LIZIANE KLEIN GAERTNER CPF: 031.965.439-78 Testemunha	GILBERTO TAKECHI GENTA CPF: 009.359.289-28 Testemunha	
ANGELA GIACOMIN Fiscal do contrato	PAULO CÉSAR SAATKAMP Assessor Jurídico OAB 13284	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 34 2016 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº34/2016

PROCESSO LICITATÓRIO nº 13/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2016

VALIDADE: 12 meses

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA, Empresa de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 11.391.279/0001-06, com sede à Rua Brasília, centro, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato representada por sua titular a Senhora ELIANI MORTARI, Secretária Municipal de Saúde, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrito no CPF nº 040.725.629-63, de acordo Lei Federal 8.666/93 e com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 03/2016, RESOLVE, registrar o preço da empresa ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 06.194.440/0001-03, com sede à Avenida Luiz Antônio Faedo, 1612, Industrial, Francisco Beltrão/PR, neste ato representada por sua sócia administradora a Sra ANIMARI TEREZINHA GUIMARÃES, portador(a) da cédula de identidade nº 1.486.527-8 e CPF nº 896.860.049-04, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital e proposta (parte integrante deste instrumento de registro) e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente ATA o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais odontológicos e de enfermagem, conforme segue:

Item	Qtd.	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	Preço R\$	
					Unit.	Total
2	4	UN	Acrílico autopolimerizável em líquido, frasco com 500ml. Líquido: contendo monômero de metilmetacrilato, inibidor, DMT.	VIPI	39,48	157,92
8	12	PCT	Babador odontológico descartável, impermeável, com duas camadas de papel e uma plástica, cor branca ou azul, pacote com 100 unidades.	DERMA PLUS	11,00	132,00
11	250	UN	Bolsinha Plástica, (Tipo envelope) medindo cerca de 12x20cm, fecho com botão de pressão, sendo a frente em material plástico transparente e o verso em material plástico branco opaco, espessura de 0,15 à 0,20mm, personalizada. (arte a definir).	MED FIO	1,29	322,50
24	10	UN	Cera utilidade vermelha. Caixa com 5 lâminas	LYSANDA	8,70	87,00
26	200	UN	Creme dental adulto, embalado individualmente em tubo plástico com 90 gramas. Fórmula Básica: de 1400 a 1600 ppm de flúor, com aroma. Apresentar certificado de controle de qualidade da ABO (Associação Brasileira de Odontologia) e registro no Ministério da Saúde / ANVISA.	ICE FRESH	1,38	276,00
41	12	FR	Flúor (líquido) uso tópico, para bochecho, sabor menta. Frasco com 1000ml.	IODONTOSUL	10,90	130,80
42	10	UN	Flúor acidulado (1,23% F) gel, frasco de 200ml.	IODONTOSUL	2,45	24,50
43	4	UN	Fóceps nº 69 em aço inoxidável, com ponta ativa delgada que fecha-se completamente.	GOLGRAN	50,30	201,20
44	4	FR	Formocresol, frasco com 10ml.	IODONTOSUL	3,99	15,96
46	4	UN	Grau de borracha, para gesso e alginato, capacidade 350ml.	MAQUIRA	4,15	16,60
47	4	FR	Hidróxido de Cálcio, P.A, frasco com 10gr.	IODONTOSUL	2,90	11,60
58	4	UN	Pasta Maisto, Produto a base de iodoformio, lentamente reabsorvível, de ação antisséptica, contendo 10g.	IODONTOSUL	12,00	48,00
59	20	Kit	Pasta para moldagem, zinco – enólica, Caixa com duas bisnagas (pastas branca e vermelha) de 60 g cada. Composição química: Pasta branca: Óxido de Zinco e óleo vegetal. * Pasta Vermelha: eugenol e resina vegetal. Indicado após a mistura do conteúdo de ambas para moldagem da gengiva.	LYSANDA	27,40	548,00
60	6	TB	Pasta profilática com flúor, Tutti-Frutti, tubo com 90gr.	VIGODENT	4,70	28,20
62	6	UN	Placa de vidro. Incolor; Lisa; Lapidada; Medidas: 80X150X10 mm.	GOLGRAN	8,70	52,20
65	4	UN	Porta agulha Porta Agulha MayoHegar16cm. Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-410. C/ Serrilha.	GOLGRAN	21,20	84,80
66	2	UN	Porta amálgama adulto para inserção de amálgama na cavidade, confeccionado em material plástico autoclavável.	MAQUIRA	7,15	14,30
74	4	Kit	Selante de sulcos cicatrículas, foto ativado com Alfa Seal Light 5ml, Alfa Acide 10ml, 10 bandejas misturas e 20 pontas pincéis.	DFL	21,20	84,80
76	4	Kit	Silicone de condensação para moldagem, kit completo contendo: 1 pasta densa (1kg) com carga esferoidais, proporciona exclusiva propriedade reológica, onde a fluidez varia em função do esforço exercido, elimina o desconforto da compressão na mucosa, maior fluidez na aplicação, associada a melhor rigidez, após a polimerização; 1 fluído 120mg, proporciona a melhor penetração nas áreas subgengivais, assegurando maior fidelidade na reprodução de detalhes Hidrofílico, possibilita a moldagem na presença de saliva ou sangue; homogêneo, forma uma camada uniforme sobre o denso, cor com excelente contraste a pasta densa, facilidade de remoção da boca após a presa, 1 catalisador 60mg.	VIGODENT	92,40	369,60
77	18	UN	Silicone de condensação para moldagem, pasta catalisadora 60mg, (marca correspondente ao item 78 deste lote).	VIGODENT	23,90	430,20

78	14	UN	Silicone de condensação para moldagem, pasta fluída contendo 120mg, proporciona a melhor penetração nas áreas subgengivais, assegurando maior fidelidade na reprodução de detalhes Hidrofílico, possibilita a moldagem na presença de saliva ou sangue; homogêneo, forma uma camada uniforme sobre o denso, cor com excelente contraste a pasta densa, facilidade de remoção da boca após a presa.	VIGODENT	15,95	223,30
81	4	UN	Sugador cirúrgico de sangue descartável em plástico rígido, embalado individualmente e esterilizado. Caixa com 20 unidades.	MAQUIRA	19,90	79,60
83	8	CX	Touca cirúrgica descartável, confeccionada em falso tecido (a base de fibras de polipropileno) hipoalérgica cor branca, gramatura 20 gr, microperfurada, com elástico nas extremidades, formato anatômico, caixa com 100 unidades.	DESCARPACK	6,92	55,36
85	4	UN	Vaselinasólida, frasco com 30 gramas.	RIOQUIMICA	3,18	12,72
89	20	CX	Máscara com elástico, na cor branca, com tripla camada com um filtro que proporciona BFE (eficiência de filtração bacteriana) maior que 95%. Solda por ultrassom. Caixa com 50 unidades	LABOR IMPORT	5,40	108,00
92	20	CX	Touca sanfonada, descartável, 100% propileno, não alérgica. Atóxica, com elástico em todo o perímetro. Caixa com 50 unidades.	DESCARPACK	6,85	137,00
96	30	CX	Envelope esterilização auto selante. Confeccionado em papel grau cirúrgico e filme laminado poliéster/propileno. Possui fita auto selante e indicador do processo de esterilização. Selagem tripla. Dimensão 150mmx300mm. Caixa com 100 unidades.	ZERMATT	36,70	1.101,00
98	5	UN	Cureta de periodontia tipo gracey 7/8 em aço inox, com ponta afilada e afiada, medindo 17mm, com cabo oco.	GOLGRAN	34,00	170,00
100	25	UN	Alginato classe B tipo I: com alta precisão e capacidade de cópia, sendo capaz de reproduzir facilmente detalhes com menos de 50m de espessura, reproduz os mais finos detalhes devido a grande compatibilidade com gesso, apresentando baixa deformação permanente (apenas 3%) em curto tempo de pressa (de 1,35 a 2 minutos) além de excelentes propriedades de tixotropia, escoamento e elasticidade, resistência ao rasgamento, livre de poeira, presa rápida, compatibilidade com gessos odontológicos, alta resistência a compressão e baixa sinérese e dessecação. Peso 454 gramas.	DENTSPLY	22,30	557,50
101	110	PCT	Algodão dental em roletes, 100% puro algodão hidrófilo, levemente gomado por intermédio de tratamento especial. Grande poder de absorção e maciez. Embalagem com 100 und.	SS PLUS	1,30	143,00
103	4	CX	Amalgama de prata, sem fase gama 2, contendo 2 porções, com presa regular. Caixa com 50 unidades. Composição: 40% de Prata, 31,3% de Estanho, 28,7% de cobre e 47,9% de Mercúrio. Cor da capsula com indicativo da quantidade de porções e tipo de presa	SDI	110,00	440,00
104	10	CX	Anestésico Mepivacaína 2% com epinefrina em tubete de cristal com êmbolo siliconado. Embalagem com 50 tubetes de 1,8ml cada.	DFL	73,00	730,00
106	15	UN	Broca diamantada para alta rotação nº 1013, fabricada com aço inoxidável de alta resistência, grãos de diamantes aglutinados sobre a haste por níquel eletrogalvânico. Apresentada em embalagem individual e estéril.	KG	7,30	109,50
107	5	UN	Broca diamantada para alta rotação nº 1014, fabricada com aço inoxidável de alta resistência, grãos de diamantes aglutinados sobre a haste por níquel eletrogalvânico. Apresentada em embalagem individual e estéril.	KG	7,30	36,50
108	20	UN	Broca diamantada para alta rotação nº 1015, fabricada com aço inoxidável de alta resistência, grãos de diamantes aglutinados sobre a haste por níquel eletrogalvânico. Apresentada em embalagem individual e estéril.	KG	7,30	146,00

109	12	UN	Broca diamantada para alta rotação nº 1016, fabricada com aço inoxidável de alta resistência, grãos de diamantes aglutinados sobre a haste por níquel eletrogalvânico. Apresentada em embalagem individual e estéril.	KG	7,30	87,60
110	10	UN	Broca diamantada para alta rotação nº 3118F, fabricada com aço inoxidável de alta resistência, grãos de diamantes aglutinados sobre a haste por níquel eletrogalvânico. Apresentada em embalagem individual e estéril.	KG	7,30	73,00
111	10	UN	Broca diamantada para alta rotação nº 3118FF, fabricada com aço inoxidável de alta resistência, grãos de diamantes aglutinados sobre a haste por níquel eletrogalvânico. Apresentada em embalagem individual e estéril.	KG	7,30	73,00
112	6	UN	Broca diamantada para alta rotação nº 3195F, fabricada com aço inoxidável de alta resistência, grãos de diamantes aglutinados sobre a haste por níquel eletrogalvânico. Apresentada em embalagem individual e estéril.	KG	7,30	43,80
113	10	UN	Broca diamantada para alta rotação nº 3195FF, fabricada com aço inoxidável de alta resistência, grãos de diamantes aglutinados sobre a haste por níquel eletrogalvânico. Apresentada em embalagem individual e estéril.	KG	7,30	73,00
114	10	UN	Broca diamantada para alta rotação nº 4138FF, fabricada com aço inoxidável de alta resistência, grãos de diamantes aglutinados sobre a haste por níquel eletrogalvânico. Apresentada em embalagem individual e estéril.	KG	7,30	73,00
117	4	UN	Cunha Cervical anatômica de madeira para o travamento de matrizes. Caixa com 100 unidades, com tamanhos (Nº1, 2, 3, 4, 5) e cores (amarelo, azul, vermelha, violeta) sortidas	IODONTOSUL	5,95	23,80
120	15	UN	Fixador de Raio X - 475 ml. Composição: água, sulfito de sódio, dietilenoglicol e hidroquinona.	KODAK	9,90	148,50
121	30	UN	Gesso pedra tipo IV, pacote com 1kg.	VIGODENT	11,90	357,00
124	4	CX	Lima extirpa nervo caixa com 05 unidades	MEDIN	20,25	81,00
125	4	CX	Lima nº15 caixa com 05 unidades	KAVO KERR	18,00	72,00
134	4	PCT	Tiras abrasiva de aço 4 mm embalagem c/12 unid	INJECTA	4,65	18,60
142	30	UN	PVPI degermante: composição iodopolividona 10%. Apresentação: frasco opaco contendo 1000 ml, com tampa rosqueável.	VIC PHARMA	14,40	432,00
Total						8.641,96

Total: R\$ 8.641,96 (Oito mil seiscentos e quarenta e um reais e noventa e seiscentavos)

1.2. As quantidades constantes do subitem 1.1 são estimativas para o período de 12 (doze) meses, ou até que se esgote o total máximo estimado, sendo o que ocorrer primeiro. Podendo variar para mais ou para menos, de acordo com a demanda, não obrigando o FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA, à aquisição total.

2. DO PREÇO

2.1. Os preços dos produtos serão fixos e equivalentes aos de mercado na data da proposta.

2.2. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), transporte de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A PRESENTE Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, ou até que se esgote o valor total, sendo o que ocorrer primeiro.

3.2. A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do Registro preferência em igualdade de condições.

4. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

4.1. A administração da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação caberá ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba.

5. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de preços, após a assinatura desta;

5.2. O compromisso de fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pela Nota de Empenho ou Termo de Contrato ou ainda instrumento equivalente.

5.2.1. A celebração do compromisso de fornecimento se dará com a assinatura da Ata e pelo recebimento ou retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente pela detentora da Ata.

- 5.3. A detentora será obrigada a fornecer a quantidade prevista na Ata, acrescida de até 25% (vinte e cinco por cento), se solicitado pelo MUNICÍPIO e o não cumprimento desta imposição durante o prazo de vigência do Registro de Preços, acarretará sanções administrativas.
- 5.4. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, através da Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento.
- 5.5. As quantidades solicitadas serão de acordo com as necessidades, respeitando-se o valor estimado.
- 5.5.1. Havendo necessidade de aumentar as quantidades, será comunicado ao detentor com antecedência de, no mínimo, 15 (Quinze) dias.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 6.1. As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta das dotações expressamente consignadas no orçamento – programa para 2016.

Órgão - 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA

Unidade - 01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Proj. /Ativ.- 2.084 – Operacionalização da Atenção Básica

Elemento - 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Órgão - 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA

Unidade - 01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Proj. /Ativ. - 2.124 – PMAQ – Prog. de Melhoria ao Acesso e Qualidade da Saúde

Elemento - 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Órgão - 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA

Unidade - 01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Proj. /Ativ.- 2.099 – Operacionalização do Programa de Saúde Bucal

Elemento - 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

7. DOS PAGAMENTOS

- 7.1. Considerando-se o recebimento definitivo de cada entrega, o MUNICÍPIO efetuará o pagamento à DETENTORA, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da mercadoria, Nota Fiscal/Fatura contendo o número da Autorização de Fornecimento a que se refere e o termo de recebimento.
- 7.2. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil ou através de boleto bancário. No caso da empresa possuir conta em outros bancos e que a transferência tenha custos, estes serão descontados da contratada.
- 7.3. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal, de acordo com a Nota de Empenho/Autorização de fornecimento, indicando o objeto a ser fornecido, quantidade, preço unitário e preço total.
- 7.4 - Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
- 7.5. - A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao detentor, para retificação ou substituição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.1, a partir da data de sua reapresentação

8. DA FISCALIZAÇÃO E DO PAGAMENTO

- 8.1. O responsável por cada Secretaria do Município procederá à análise da entrega dos produtos, para constatar sua quantidade e qualidade, e se atendem à finalidade que deles, naturalmente, se espera, emitindo termos de recebimento e aprovação (liquidação).
- 8.2. Entende-se como Fiscal da Ata de Registro de Preços os Servidores /Funcionários do Município de Peritiba, devidamente designados para acompanhamento da execução do presente termo.
- 8.3. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar o andamento da presente Ata, deverão ser comunicadas imediatamente e por escrito, à Secretaria de Administração e Finanças que procederá a abertura de processo competente.
- 8.3.1. Antes de comunicar à Secretaria de Administração e Planejamento, o servidor designado poderá, primeiramente, comunicar oficialmente a empresa sobre o problema ocorrido, determinando o prazo para a defesa. Findo esse prazo, com ou sem êxito na resposta, enviará, então, tal comunicação ao DJM (Departamento Jurídico do Município).
- 8.4. Constatando-se o recebimento, o Município de Peritiba efetuará o pagamento para a empresa registrada em Ata, em até 30 dias.
- 8.5. O pagamento somente se dará após o recebimento definitivo, atestado na Nota Fiscal / Fatura pelo responsável, e após comprovado a adimplência junto ao FGTS e INSS, à Tesouraria, para os procedimentos que culminam no pagamento à empresa registrada em Ata.
- 8.6. A empresa registrada em Ata deverá manter-se regular junto aos órgãos elencados no subitem anterior e manter as mesmas condições habilitatórias deste certame, sob pena de retenção do pagamento e/ou rescisão contratual.
- 8.7. Caberá ao Departamento de Compras a averiguação da regularidade da contratada, principalmente em relação aos recolhimentos trabalhistas (FGTS), previdenciário (INSS).
- 8.8. Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura ou outra circunstância de responsabilidade da EMPRESA detentora da Ata que desaprove a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que sejam providenciadas as medidas saneadoras necessárias.
- 8.9. Caso haja desequilíbrio econômico-financeiro, poderá haver revisão na ATA desde que, ocorram fatos inéditos que reflitam diretamente nas condições pactuadas, ou seja, a revisão contratual deverá ser baseada em acontecimento imprevisível e inevitável, ou se previsível, de consequências incalculáveis. A álea ordinária, que implica um encargo previsível ou suportável, por si só, não autoriza a revisão contratual. A revisão contratual deverá ser comprovada pela contratada através de documentos e fundamentação legal formal, podendo a mesma ser deferida após anuência da Prefeitura Municipal de Peritiba.
- 8.10. O valor total estimado desta Ata poderá ser utilizado integralmente ou não, conforme a necessidade do Município de Peritiba.

9. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

- 9.1 – Os produtos objeto da presente ATA deverão ser entregues de forma parcelada, sem quantidades mínimas, na Unidade de Saúde de Peritiba, sito a Rua Brasília, 96 – Centro, Município de Peritiba, em até 15 (Quinze) dias corridos, contados da emissão/envio da Autorização de Fornecimento (AF) devidamente encaminhada pelo Fundo Municipal de Saúde de Peritiba/Município de Peritiba através de endereço de correio eletrônico(e-mail) ou fac-símile.

9.2 - Será dado como retirada/recebida, a Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento (AF), enviada via correio eletrônico (e-mail) ou fac-símile.

9.3 - A Não entrega dentro dos prazos fixados sem devida justificativa aceita pelo Município/FMS enseja na possibilidade de aplicação de sanções e penalidades previstas na lei 8.666/93.

9.4 - O prazo de validade dos produtos entregues deverá, ser de no mínimo de 12 meses a contar data da efetiva entrega, sob pena de não aceitação dos produtos entregues e aplicação das penalidades previstas no item 10 desta ATA.

9.5 - Não serão aceitos produtos de marcas divergentes as indicadas na proposta da licitante e constantes nesta ATA e/ou que não atendam o descritivo do "ANEXO I" do edital.

9.6 - Constatadas irregularidades no objeto entregue, a empresa terá um prazo de 48h (quarenta e oito horas) para substituição do produtos e/ou correção das irregularidades, contados do envio do e-mail de apontamento.

9.7 - O recebimento definitivo do objeto desta Ata, não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei 8.666/93 e alterações, pela má qualidade que venha a ser constatada durante o uso, dentro do prazo de validade, dos produtos fornecidos.

10. DAS SANÇÕES

10.1. A empresa sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste Edital ou em outros que o complementem, as seguintes penalidades:

a) Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município de Peritiba pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

b) Advertência.

c) Multa de 10% (dez por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa plausível aceita pela Administração, o adjudicatário não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ainda que não tenha havido processo de licitação;

d) Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, na prestação do serviço do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso, para efeito de cálculo da multa mencionada no subitem anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado;

e) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, exceto prazo de entrega;

f) Caso a vencedora não efetue a entrega do objeto licitado, incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da respectiva nota de empenho, por inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis. A multa será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial.

g) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração por um período de 2 (dois) anos.

h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

10.3 - Os procedimentos para aplicação de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais serão conduzidos no âmbito do Órgão Participante contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão.

10.4 - Os procedimentos para aplicação das demais penalidades não indicadas neste parágrafo, conduzidos no âmbito do Órgão Gerenciador e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão, aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão.

11. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1 Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

11.1.1. Pelo MUNICÍPIO, quando:

I - a detentora descumprir as condições da ata de registro de preços;

a) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

b) "Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos".

II - a detentora não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III - a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato de fornecimento;

IV - em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

V - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

VI - por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;

11.1.2 Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

I - os preços registrados se apresentarem inferiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

II - comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços.

11.2. Nas hipóteses previstas no subitem 11.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Jornal Oficial do Estado de Santa Catarina juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado no Setor de Compras e Licitações, de segunda à sexta feira em horário normal de expediente.

11.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na presente, sendo assegurado à mesma o contraditório e a ampla defesa.

11.4. Cancelada a Ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

11.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pelo MUNICÍPIO, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Quadro de Avisos e

no site Oficial do Município: www.peritiba.sc.gov.br, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

12. DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO:

12.1 Caberá ao MUNICÍPIO efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda.

Efetuar a fiscalização das quantidades entregues e da qualidade do material.

13. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

I – A CONTRATADA, obriga-se a fornecer o objeto especificado na Cláusula Primeira de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório citado ao preâmbulo onde, como todos os documentos da Licitação e especificados pelo MUNICÍPIO, passam a fazer parte integrante do presente contrato, independente de transcrição.

II - Efetuar a entrega conforme emissão da Autorização de Fornecimento ao proponente vencedor, cuja entrega do objeto deverá ser efetuada de forma imediata.

III – A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

IV – Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto do presente contrato.

V – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento do MUNICÍPIO.

VI - Manter, durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO.

14.1. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços registrados poderão ser revistos, a qualquer tempo.

14.1.1. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços registrados poderá ser efetuada por iniciativa do MUNICÍPIO ou mediante solicitação da empresa detentora, desde que apresentadas as devidas justificativas.

14.1.2. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado.

14.2. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Município de Peritiba, mediante requerimento protocolado, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da data da ocorrência do fato motivador do desequilíbrio, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I - Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II - Cópia autenticada da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço (Sendo no mínimo 1 (uma) NF antes do aumento e 1 (uma) NF após o aumento).

14.3. Sendo procedente o requerimento da empresa detentora da ata, o equilíbrio econômico-financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido, sendo que as autorizações de fornecimento (AF) emitidas antes do pedido de equilíbrio econômico-financeiro não terão seus preços alterados mesmo que os produtos e/ou serviços referente as estas não tenham sido entregues e/ou executados.

a) - A Administração poderá aplicar índice de recomposição inferior ao calculado, a seu critério;

b) - Constatado que o bem ou serviço que sofreu reajuste refere-se apenas a parte do objeto contratado, será aplicado a proporcionalidade que este representou sobre os custos totais.

§ 1º - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e iniciar outro processo licitatório

14.3.1. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão de preço

15. DA PUBLICIDADE

15.1 Os preços registrados na Ata serão publicados, no site www.peritiba.sc.gov.br.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata o Processo Licitatório nº 13/2016; o Edital do Pregão Presencial nº 03/2016, as propostas com preços e especificações.

17. DO FORO

17.1. As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Concordia – SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Município de Peritiba, 29 de Junho de 2016.

ELIANI MORTARI Secretário de Saúde e Bem Estar Social Contratante	ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA Contratada	
LIZIANE KLEIN GAERTNER CPF: 031.965.439-78 Testemunha	GILBERTO TAKECHI GENTA CPF: 009.359.289-28 Testemunha	

ANGELA GIACOMIN
Fiscal do contrato

PAULO CÉSAR SAATKAMP
Assessor Jurídico
OAB 13284

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 54 2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2016

1º TERMO ADITIVO A ATA Nº 37/2016

PROCESSO LICITATÓRIO nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 06/2016

VALIDADE: 09/02/2017

O Município de Peritiba, inscrito no CNPJ (MF) sob n.º 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. Neusa Klein Maraschini, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob número 825.056.329-87, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n.º 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 06/2016, RESOLVE, registrar o preço da empresa LUBRIFIL COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Rua Tancredo de Almeida Neves, 91, no Município de Concórdia/SC, inscrita no CNPJ nº 01.558.657/0001-31, neste ato representada pelo seu Representante Legal o Senhor VALTER CLOVIS OSOWSKI, portador da Carteira de Identidade nº 14/R 2.131.461 CPF nº 808.594.029-91, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. Aditar quantitativo da ATA DA REGISTRO DE PREÇOS 37/2016 para a aquisição de óleos lubrificantes e graxa, para veículos e máquinas da frota municipal incluindo Secretaria de Educação (Veículos do Transporte Escolar) Secretaria de Agricultura e DMER, conforme segue:

Item	Qtd	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	Preço R\$	
					Unt.	Total
2	05	BD	Óleo de múltiplas aplicações Grau SAE 10W/30, para tratores que atendem às especificações ALLISON C-4, API GL-4, CATERPILLAR TO-2. Embalagem com 20 Lts.	MAXON	198,00	990,00
Total						990,00

Este aditamento justifica-se em virtude de já ter-se esgotado o saldo previsto inicialmente licitadas e da necessidade de aquisição para suprir a demanda junto aos veículos do DMER.

Total deste termo aditivo: R\$ 990,00 (Novecentos e noventa reais).

2 . DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

2.1. As demais cláusulas e condições dispostas na ata de registro de preços 37/2016 permanecem inalteradas.

3. DO DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o foro da comarca de Concórdia – SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam traduzir.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis.

Município de Peritiba, 22 de Junho de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI PREFEITA MUNICIPAL CONTRATANTE Município	LUBRIFIL COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA Contratada
--	--

LIZIANE KLEIN GAERTNER CPF: 031.965.439-78 Testemunha	GILBERTO TAKECHI GENTA CPF: 009.359.289-28 Testemunha
---	---

TARCISIO REINALDO BERVIAN Fiscal do Contrato	PAULO CÉSAR SAATKAMP Assessor Jurídico OAB 13284
---	--

Petrolândia

PREFEITURA

LEI Nº. 1648/2016

LEI Nº. 1648, de 28 de Junho de 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR BENS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina. FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, mediante processo licitatório, na modalidade leilão, os bens abaixo descritos:

– 01 terreno rural, com área superficial de 20.000,00 m², situado no lugar denominado Rio Corrente, Petrolândia/SC, limita-se ao NORTE, com terras José Laudelino Schappo e Erich Eger, onde mede 294,12 metros; ao SUL com terras de Ivo José Melo, de igual metragem; a LESTE, com terras de Aristides da Silva, onde mede 68,00m e ao OESTE, com terras de Simeão Staroshy, de igual metragem. Matriculado no C.R.I. de Ituporanga sob nº. 15.044, sobre este um galpão misto, com escritório e 02 banheiros, com área de 220,00 m².

- 01 terreno rural, sem benfeitorias, com área superficial de 1.162,50 m², situado em Alto Barra Nova (Serra da Barra Nova), Petrolândia/SC, limita-se ao NORTE, com terras de Geraldo Franz, onde mede 45,00m; ao SUL, com a Rodovia Municipal, onde mede 48m; LESTE, com terras de Geraldo Franz, onde mede 25,00m e ao OESTE, com terras de Geraldo Franz, de igual metragem. Matriculado no C.R.I. de Ituporanga sob nº. 10.903, sobre este uma edificação com área aproximada de 78,00 m².

- 01 terreno rural, sem benfeitorias, com área superficial de 3.040.00 m², situado localidade Rio Maracujá, Petrolândia/SC, limita-se ao NORTE com a Estrada Municipal, onde mede 70,00 metros; ao SUL com terras de Altino do Amarante, onde mede 60,00 metros; a LESTE com terra de Altino Amarante, onde mede 60,00 metros; e ao OESTE com terras de Altino Amarante, onde mede 40,00 metros. Matriculado no C.R.I. de Ituporanga sob nº. 20.313, sobre este uma edificação com área aproximada de 60,00 m².

- 01 MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120B, ano 1986.

- 01 TRANSFORMADOR de 150 KW.

- 01 SUCATA DE PRENSA HIDRÁULICA.

§ 1º. Fica desde já autorizado o Chefe do Poder Executivo, a proceder a baixa definitiva dos bens, objeto da presente alienação, do Sistema Municipal de Patrimônio Público.

§ 2º. O processo de avaliação dos bens descritos faz parte integrante dessa Lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, em 28 de Junho de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

Planalto Alegre

PREFEITURA

TC035_2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO	
Termo de Compromisso Nº.: 035/2016	
Contratante.:	MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada.:	CLAUDIR RIBEIRO DOS SANTOS MEI
Objeto :	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA.
Valor :	R\$ 118.800,00 (cento e dezoito mil e oitocentos reais).
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 027/2016
Vigência :	12 meses.
Planalto Alegre, 29 de Junho de 2016	
PLINIO DALLACORTE	
PREFEITO	

TC036_2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE	
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO	
Termo de Compromisso Nº.: 036/2016	
Contratante.:	MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada.:	VOLMIR RIBEIRO DE MELLO MEI
Objeto :	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA.
Valor :	R\$ 102.700,00 (cento e dois mil e setecentos reais).
PROCESSO	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 027/2016
Vigência :	12 meses.
Planalto Alegre, 29 de Junho de 2016	
PLINIO DALLACORTE	
PREFEITO	

Pomerode

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 023 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 023 / 2016

Processo Administrativo n.º 032 / 2016.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 006 / 2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PONTE DE CONCRETO NA RUA OTTO MULLER SOBRE O RIBEIRÃO WUNDERWALD, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 166,40 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE POMERODE E A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU / SDR - PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA N.º 0000017498.

Convênio SDR Blumenau/SC n.º 2016TR001434.

Valor total contratado: R\$299.306,90 (duzentos e noventa e nove mil, trezentos e seis reais e noventa centavos), sendo R\$149.975,35 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e setenta e cinco reais e trinta e cinco centavos) provenientes do Convênio n.º 2016TR001434 firmado junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau / SDR e R\$149.331,55 (cento e quarenta e nove mil, trezentos e trinta e um reais e cinquenta e cinco centavos) de contrapartida do Município de Pomerode/SC.

Prazo de execução da Obra: 90 dias – Término do Prazo: 27/09/2016.

Ass.: Rolf Nicolodelli, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante; Valmir de Souza, Empreiteira de Mão de Obra VB Ltda – EPP, Contratada.

Pomerode / SC, 28 de Junho de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 024 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 024 / 2016

Processo Administrativo n.º 033 / 2016.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 007 / 2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: AGR ENGENHARIA E AGRIMENSURA LTDA - ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO

DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO DA RUA HILDA AUGUSTA GUILHERMINA VOLKMANN - BAIRRO TESTO ALTO, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE PAVIMENTAÇÃO DE 2.035,20 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE POMERODE E A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU / SDR - PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA N.º 0000016651.

Convênio SDR Blumenau/SC n.º 2016TR001228.

Valor total contratado: R\$213.279,88 (duzentos e treze mil, duzentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos), sendo R\$149.975,86 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e setenta e cinco reais e oitenta e seis centavos) provenientes do Convênio n.º 2016TR001228 firmado junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau / SDR e R\$63.304,02 (sessenta e três mil, trezentos e quatro reais e dois centavos) de contrapartida do Município de Pomerode/SC.

Prazo de execução da Obra: 30 dias – Término do Prazo: 30/07/2016.

Ass.: Rolf Nicolodelli, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante; Alcione Gilberto Radünz, AGR Engenharia e Agrimensura Ltda – ME, Contratada.

Pomerode / SC, 28 de Junho de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 025 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 025 / 2016

Processo Administrativo n.º 012 / 2016.

Concorrência p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 001 / 2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: AGR ENGENHARIA E AGRIMENSURA LTDA - ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIPO 1 [PROINFÂNCIA / FNDE], A SER INSTALADO NA RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º 10.285, BAIRRO TESTO CENTRAL, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 1.510,23 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAC2 10025/2014.

Valor total contratado: R\$1.626.494,60 (um milhão, seiscentos e vinte e seis mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e sessenta centavos).

Prazo de execução da Obra: 240 dias – Término do Prazo: 25/02/2017.

Ass.: Rolf Nicolodelli, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante; Alcione Gilberto Radünz, AGR Engenharia e Agrimensura Ltda – ME, Contratada.

Pomerode / SC, 29 de Junho de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

LEI ORDINÁRIA Nº 2.843, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.843, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

DÁ DENOMINAÇÃO DE HARRY KLEMMANN PARA A PONTE LOCALIZADA NA RUA DOS ATIRADORES, EM TESTO CENTRAL ALTO.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada como PONTE HARRY KLEMMANN, a ponte localizada na Rua dos Atirados, bairro Testo Central Alto, nas imediações do entroncamento da Rua Alfredo Harmel e Rua Hermann Hornburg, neste Município.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 29 de junho de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.844 DE 29 DE JUNHO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.844 DE 29 DE JUNHO DE 2016.

ALTERA DENOMINAÇÃO DE VIA PÚBLICA, CRIA NOVA DENOMINAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A Estrada R.M. 51 - cujo início parte do lado par da Rua Alberto Rahn, coordenadas geográficas 26º 43' 35,49 "S 49º 07' 06,34" O, distando aproximadamente 1.988 metros da esquina formada pela Rua Alberto Rahn com a Estrada Alex Glatz, com extensão aproximada de 1.112 metros - passa a denominar-se ESTRADA GUSTAVO HASS.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a promover os atos necessários à identificação e sinalização desta Estrada com a nova denominação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 29 de junho de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.845 DE 29 DE JUNHO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.845 DE 29 DE JUNHO DE 2016.

DÁ DENOMINAÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PAULA UBER PARA O NOVO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL A SER INSTALADO PRÓXIMO AO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO RIBEIRÃO AREIA, NA RUA FREDERICO BLANK.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de Centro de Educação Infantil Paula Uber, o novo Centro de Educação Infantil Municipal a ser instalado próximo ao Posto de Saúde do Bairro Ribeirão Areia, na Rua Frederico Blank.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 29 de junho de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.846 DE 29 DE JUNHO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.846 DE 29 DE JUNHO DE 2016.

ALTERA DENOMINAÇÃO DE VIA PÚBLICA, CRIA NOVA DENOMINAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A Estrada R.M.50 - cujo início parte do lado par da Rua Alberto Rahn, coordenadas geográficas 26º 43' 36,76"S 49º 07' 16,44" O, distando aproximadamente 1.709,00 metros da esquina formada pela Rua Alberto Rahn com a Estrada Alex Glatz, com extensão aproximada de 243,00 metros - passa a denominar-se ESTRADA MAX MORSCH.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a promover os atos necessários à identificação e sinalização desta Estrada com a nova denominação.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 29 de junho de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 007/2016/COMAS

RESOLUÇÃO Nº 007/2016/COMAS

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Pomerode.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE – COMAS, em Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 27 de Junho de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal Complementar nº 206 de 25 de Maio de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, a ser transferido para o FMAS, no valor total de R\$ 27.538,70 (vinte e sete mil, quinhentos e trinta e oito reais e setenta centavos), referente ao ano de 2016, a ser executado conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 27 de Junho de 2016.

Michelle Vitório Marchetto
Coordenadora do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 008/2016/COMAS

RESOLUÇÃO Nº 008/2016/COMAS

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação para Co-Financiamento do Governo Federal 2016.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE – COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 206 de 25 de Maio de 2011 e em conformidade com a deliberação da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode, realizada no dia 27 de Junho de 2016;

Considerando a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social 2012 (NOB/SUAS 2012),

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar com ressalvas o Plano de Ação para Co-Financiamento do Governo Federal – Sistema Único da Assistência Social – Ano 2016 do Município de Pomerode, conforme anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 27 de Junho de 2016.

Michelle Vitório Marchetto
Coordenadora do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 009/2016/COMAS

RESOLUÇÃO Nº 009/2016/COMAS

Dispõe sobre a aprovação de pagamento de diárias no valor de R\$ 180,00 com recursos do IGD SUAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE – COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 206 de 25 de Maio de 2011 e em conformidade com a deliberação da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode, realizada no dia 27 de Junho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o pagamento de diárias com recursos do IGD SUAS no valor de R\$ 180,00 para as profissionais Iraní Reinke Ender, Elen Kátia Weege Schlingmann e motorista, para participarem do Seminário Estadual dos Benefícios Eventuais, que será realizado no dia 05 de Julho de 2016, na Assembleia Legislativa do Estado, em Florianópolis.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 27 de Junho de 2016.

Michelle Vitório Marchetto
Coordenadora do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 010/2016/COMAS

RESOLUÇÃO Nº 010/2016/COMAS

Dispõe sobre a revogação da Resolução nº 020/2015/COMAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE – COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 206 de 25 de Maio de 2011 e em conformidade com a deliberação da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode, realizada no dia 27 de Junho de 2016;

CONSIDERANDO a Orientação Técnica GEBEN/SST nº 04/2016 datada em 02 de Junho de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Resolução nº 020/2015/COMAS que altera a Lei Municipal nº 2.715 de 29 de Maio de 2015 que dispõe sobre a concessão dos benefícios eventuais no âmbito do município de Pomerode e dá outras providências.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 27 de Junho de 2016.

Michelle Vitório Marchetto
Coordenadora do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 050/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2016

CONTRATO Nº 050/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PONTE SERRADA –SC

CONTRATADO: CRISTIANO BAGGIO

CNPJ: 21.297.563/0001-63

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL CAPACITADO PARA MINISTRAR AULA DE ACORDEOM (GAITA), E TECLADO COM CARGA HORÁRIA DE 8 (OITO) HORAS SEMANAIS, COM TURNOS DEFINIDOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

VALOR: R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA: 22/06/2016 ATÉ 31/12/2016

Ponte Serrada, 29 de junho de 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 016/2016 - CARONA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 117/2016 - Carona

Extrato de Edital de Tomada de Preços 016/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por item, para contratação de serviços de provedor de internet. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 25 de julho de 2016 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 29 de junho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 005/2016 - EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 019/2016 - EDUCAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação n.º 005/2016

Caracterização da Situação: O Município necessita adquirir vales transporte para os funcionários, estagiários, professores e alunos da rede de Ensino e da Secretaria Municipal de Educação do município de Porto União por 12 (doze) meses.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, o fornecimento de vales transporte para os funcionários, estagiários, professores e alunos da rede de Ensino e da Secretaria Municipal de Educação do município de Porto União por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, se houver interesse entre as partes.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Transportes Coletivos Nossa Senhora da Piedade Ltda, inscrita no CNPJ 75.809.186/0002-04 em razão que esta é fornecedora exclusiva do município, até mesmo por ser a detentora da permissão de delegação de serviço público de transporte coletivo urbano no Município (atuação em caráter emergencial).

Do Preço: O valor total estimado a ser pago será de R\$ 151.670,00 (cento e cinquenta e um mil seiscentos e setenta reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.º:

Órgão 1700 – Fundo Municipal de Educação

Unidade 1701 – Fundo Municipal de Educação

Atividade 2010 – Manutenção Secretaria de Educação

Modalidade 3390-104 – Aplicações diretas

Cód. 13

Atividade 2014 – Manutenção Ensino Fundamental

Modalidade 3390-104 – Aplicações diretas

Cód. 21

Atividade 2078 – Manutenção EJA

Modalidade 3390-104 – Aplicações diretas

Cód. 45

Atividade 2009 – Manutenção da Educação Infantil

Modalidade 3390-104 – Aplicações diretas

Cód. 39

Complemento 33903972 – Vale transporte

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25 caput inciso I, da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 29 de junho de 2016.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto 861/2016

LEI Nº 4.405/2016

LEI Nº 4.405, de 29 de junho de 2016.

Fixa o subsídio dos vereadores para a legislatura 2017 – 2020, período compreendido entre 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fixa o subsídio mensal dos vereadores para a legislatura subsequente (2017-2020), nos termos do art. 29, VI, da Constituição Federal, do art. 16 da Lei Orgânica do Município e do art. 103 do Regimento Interno desta Casa, em R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

Art. 2º O subsídio do Presidente da Câmara de Vereadores será de R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais).

Art. 3º O subsídio fixado através da presente lei corresponderá ao comparecimento do vereador às sessões e a participação nas votações.

Art. 4º O subsídio será pago em parcela única e sobre ele poderá ser aplicada a revisão geral anual prevista no art. 37, inciso X da Constituição Federal, aplicando-se o INPC, desde que respeitados os limites constitucionais e legais.

Art. 5º A ausência injustificada de vereador nas sessões da Câmara Municipal acarretará a diminuição de seu subsídio na proporção de ¼ para cada falta.

§ 1º Considera-se como justificativa legal, para efeitos deste artigo, a aprovação em Plenário dos motivos apresentados para a ausência.

§ 2º Não será considerado faltoso o vereador que se ausentar de sessão por motivo de doença devidamente comprovada, força maior ou ausência autorizada para representar o Poder Legislativo Municipal.

§ 3º O vereador licenciado por doença perceberá subsídios

integralmente, deduzida a parcela correspondente ao Regime Geral da Previdência Social.

Art. 6º O subsídio mensal dos Vereadores será pago durante o recesso parlamentar.

Art. 7º As reuniões extraordinárias não serão remuneradas.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 29 de junho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

LEI Nº 4.406/2016

LEI Nº 4.406, de 29 de junho de 2016.

Fixa o subsídio do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários do Município de Porto União, para o mandato de 2017 – 2020, período compreendido entre 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fixa o subsídio mensal do Prefeito Municipal de Porto União/SC, no efetivo exercício do mandato, no período compreendido entre 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, em R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Art. 2º O subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal de Porto União/SC, no mandato simultâneo ao do Prefeito Municipal, no período compreendido entre 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, será o correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor do subsídio do Prefeito, ou seja, R\$ 9.000,00 (nove mil reais), conforme previsto no § 2º do art. 17 da Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo único. O Vice-Prefeito quando no exercício do cargo de Prefeito, perceberá o subsídio correspondente ao cargo em exercício.

Art. 3º O subsídio dos Secretários Municipais será de R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais), no período compreendido entre 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, com direito à percepção do décimo terceiro subsídio, vedado qualquer outro acréscimo.

Art. 4º Fica assegurado ao Prefeito Municipal e aos Secretários Municipais o direito a férias anuais de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer título quando não gozadas.

Art. 5º O subsídio será pago em parcela única e sobre ele poderá ser aplicada a revisão geral anual prevista no art. 37, inciso X da Constituição Federal, aplicando-se o INPC, desde que respeitados os limites constitucionais e legais.

Art. 6º Incidirá sobre os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais os descontos previdenciários, imposto de renda e outros obrigatórios decorrentes da legislação federal, estadual

e municipal.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 29 de junho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 049/2016 - CARONA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 099/2016 - Carona

Retificação do Edital de Pregão Presencial 049/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alterações no Edital do Processo Licitatório supracitado. Por consequência, altera-se também a data limite para recebimento dos envelopes para dia 26 de julho de 2016 às 13h30min e a sessão pública às 13h45min do mesmo dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 29 de junho de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2016

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 67/2016

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	JEAN PYER VIVIAN EIRELLI ME
OBJETO:	A presente licitação tem por objeto a aquisição de implementos agrícolas a fim de atender a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente desta municipalidade, sendo duas bombas lobular de no mínimo 4 polegadas.
VALOR:	R\$ 7.580,00 (sete mil quinhentos oitenta reais)
VIGÊNCIA:	27/06/2016 à 30/11/2016.

OBJETO:	A presente licitação tem por objeto a aquisição de horas máquinas de trator de esteira, escavadeira hidráulica, com o objetivo de reabertura das estradas vicinais em Linha São Luiz no acesso ao Centro de Lazer e abertura de estrada no Loteamento Floresta, conforme descrições constantes no Anexo I deste Edital, através do Programa Transferência nº 2016005737, celebrado entre o Estado e o Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	R\$ 339.820,00 (Trezentos trinta e nove mil oitocentos e vinte reais).
VIGÊNCIA:	27/06/2016 à 30/11/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 68/2016

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 68/2016

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	PORTALMAQ INDÚSTRIA, COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP.
OBJETO:	A presente licitação tem por objeto a aquisição de implementos agrícolas a fim de atender a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente desta municipalidade, sendo estes: 1- tanque para transporte de dejetos com acoplamento em caminhão (Mercedes Benz/L 2214, CAP, ano 1987) desta municipalidade com capacidade mínima de 11.000 lts com bomba lobular com capacidade mínima de 80.000lts/hora; 2- distribuidor de adubo com capacidade mínima de 3.000lts com bomba lobular com no mínimo 60m³/hora;
VALOR:	R\$ 43.400,00 (Quarenta e três mil e quatrocentos reais).
VIGÊNCIA:	27/06/2016 à 30/11/2016.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2016

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2016
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2016

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações e Decreto nº 5.450/05, leva ao conhecimento de quem possa interessar que fará realizar PREGÃO ELETRÔNICO, no dia 13 de julho de 2016, às 08h30min através do site www.portaldecompraspublicas.com.br/18/ que tem como objeto a aquisição de equipamentos, a fim de atender ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC na modalidade Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde no Estado de Santa Catarina, através da Proposta Nº 11333.647000/1140-01, contendo no Anexo I do presente Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 30 DE JUNHO DE 2016.

Marisa Petkov Talini
Secretaria Municipal de Saúde e
Bem Estar Social

EXTRATO DO CONTRATO Nº 69/2016

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 69/2016

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	CONSTRUTORA UNIÃO LTDA

Princesa

PREFEITURA

EDITAL PROCESSO SELETIVO 003/2016 EXTRATO RETIFICADO

(*) 1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016

O Prefeito de Princesa, Estado de Santa Catarina, Sr. OLI DO NASCIMENTO, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº 21 de 30 de dezembro de 2014 e de acordo com o disposto no Artigo 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, TORNA PÚBLICO, aos interessados, que o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016, SOFREU ALTERAÇÃO NOS ITENS 11.5 e 11.6 A SABER:

ONDE SE LÊ:

11.5. O presente Processo Seletivo será válido para o ano letivo de 2017, para os cargos constantes no QUADROS I, II, III e no QUADRO IV somente para o cargo de Monitor de Creche.

11.6. Para o cargo de Vigia, constante no QUADRO IV, o prazo de validade do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

PASSA-SE A LER:

11.5. O presente Processo Seletivo será válido para o ano letivo de 2017, para os cargos constantes no QUADROS I, II, III e no QUADRO IV.

11.6. Para o cargo de Vigia, constante no QUADRO IV, o prazo de validade do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, a contar de 01.01.2017.

As demais informações constantes no referido edital permanecem inalteradas.

Princesa – SC, 29 de junho de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

EDITAL PROCESSO SELETIVO 003/2016 RETIFICADO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016

(*) Retificado - Retificação nº 01– Texto Compilado

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO DE PROFESSORES HABILITADOS, PROFESSORES NÃO HABILITADOS, MONITOR DE CRECHE E VIGIA, PARA COMPOR CADASTRO DE RESERVA E ATUAR NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL NO ANO DE 2017.

O Prefeito de Princesa, Estado de Santa Catarina, Sr. OLI DO NASCIMENTO, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº 21 de 30 de dezembro de 2014 e de acordo com o disposto no Artigo 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, TORNA PÚBLICO, aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo para admissão de Professores em caráter temporário destinado a prover função, no quadro da categoria funcional do Magistério como cadastro de reserva, vinculado ao Regime Estatutário e Regime Geral de Previdência Social – RGPS para atender necessidades de excepcional interesse público para o ano letivo de 2017, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. Disposições preliminares:

1.1.1. O presente Edital de Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, Lei Municipal Complementar nº 21 de 30 de dezembro de 2014 e demais legislação vigente.

1.1.2. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo do Município de Princesa - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Processo Seletivo serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Princesa – SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.princesa.sc.gov.br

1.1.4. A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal de que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site: www.princesa.sc.gov.br

1.1.6. O presente Processo Seletivo será válido para o ano letivo de 2017, para os cargos constantes no QUADROS I, II, III e no QUADRO IV somente para o cargo de Monitor de Creche.

1.1.7. Para o cargo de Vigia, constante no QUADRO IV, o prazo de validade do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

1.1.8. São condições para participação no presente Processo Seletivo:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º).
- b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.
- c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.
- d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;
- e) Possuir aptidão física e mental.

1.1.9. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

1.1.10. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA e TÍTULOS.

1.2 Cargos, vagas, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. O Processo Seletivo destina-se ao preenchimento de vagas, para os níveis e vencimentos iniciais dispostos no Quadro Geral do Poder Executivo Municipal atualmente existente.

1.2.2. O quadro abaixo compreende vagas que poderão ser preenchidas durante a validade do Processo Seletivo, de acordo com as vagas e a necessidade da Administração Municipal, inclusive vagas que poderão ser criadas conforme a necessidade do Município, sendo neste caso convocados os candidatos classificados nas provas deste processo seletivo.

1.2.3. As vagas abaixo delineadas serão para cargos públicos, regidos pelo Estatuto dos Servidores e vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

1.2.4. As vagas destinam-se ao preenchimento dos cargos/funções abaixo delineados, em caráter temporário – ACT, e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham da escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

QUADRO I - PROFESSOR HABILITADO

Cargo/ função	Nº Vagas	Vencto R\$	Carga horária Semanal	Habilitação	Tipo de prova
Professor de Educação Física	CR*	R\$ 2.327,84	10,20,30,40h/sem	Portador do Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Física.	Objetiva e Títulos
Professor de Artes	CR*	R\$ 2.327,84	10,20,30,40h/sem	Portador do Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Superior em Artes.	Objetiva e Títulos
Professor de Espanhol	CR*	R\$ 2.327,84	10,20,30,40 h/sem	Portador do Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Superior em Espanhol.	Objetiva e Títulos
Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais	CR*	R\$ 2.327,84	20 ou 40 h/sem	Portador do Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Superior em Pedagogia com habilitação em Séries. Inicias.	Objetiva e Títulos
Professor de Ensino Infantil	CR*	R\$ 2.327,84	20 ou 40 h/sem	Portador do Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Superior em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil.	Objetiva e Títulos

Segundo Professor – Ensino Fundamental e Ensino Infantil	CR*	R\$ 2.327,84	20 ou 40 h/sem	Portador do Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Superior em Educação Especial ou Pedagogia, neste caso, com no mínimo 200hrs de curso presencial na área de Educação Especial.	Objetiva e Títulos
--	-----	--------------	----------------	---	--------------------

CR* – Cadastro de Reserva

QUADRO II - professor habilitado com magistério					
Cargo/ função	Nº Vagas	Venc to R\$	Carga horária Semanal	Habilitação	Tipo de prova
Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais	CR*	R\$ 2.135,64	20 ou 40 h/sem	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão do Magistério com habilitação em Séries Iniciais.	Objetiva e Títulos
Professor de Ensino Infantil	CR*	R\$ 2.135,64	20 ou 40 h/sem	Portador de Diploma ou Certificado de Conclusão do Magistério com habilitação em educação infantil.	Objetiva e Títulos

CR* – Cadastro de Reserva

QUADRO III - PROFESSOR não HABILITADO					
Cargo/ função	Nº Vagas	Venc to R\$	Carga horária Semanal	Habilitação	Tipo de prova
Professor de Educação Física	CR*	R\$ 1.406,18	10,20,30,40h/sem	Cursando nível superior específico (licenciatura) na área de atuação.	Objetiva e Títulos
Professor de Artes	CR*	R\$ 1.406,18	10,20,30,40h/sem	Cursando nível superior específico na área de atuação.	Objetiva e Títulos
Professor de Espanhol	CR*	R\$ 1.406,18	10,20,30,40 h/sem	Cursando nível superior específico na área de atuação.	Objetiva e Títulos
Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais	CR*	R\$ 1.406,18	20 ou 40 h/sem	Cursando nível superior específico na área de atuação.	Objetiva e Títulos
Professor de Ensino Infantil	CR*	R\$ 1.406,18	20 ou 40 h/sem	Cursando nível superior específico na área de atuação.	Objetiva e Títulos

CR* – Cadastro de Reserva

QUADRO IV – monitor E VIGIA

Cargo/ função	Nº Vagas	Vencto R\$	Carga horária Semanal	Habilitação	Tipo de prova
Monitor de Creche	CR*	R\$ 1.122,90	30h/sem	Portador de Certificado de Conclusão do Ensino Médio.	Objetiva
Vigia	CR*	R\$ 1.020,03	40h/sem	Portador de Certificado de Conclusão da 4ª série do Ensino Fundamental ou equivalente.	Objetiva

CR* – Cadastro de Reserva

1.2.5. Os Vencimentos acima mencionados referem-se a 40 horas semanais. Poderão ser contratados em regime de 10, 20, 30 e 40 horas semanais, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, recebendo vencimento proporcional ao valor constante da tabela acima, exceto os cargos de Monitor de Creche, que a carga horária será de 30 horas semanais e o cargo de Vigia, que a carga horária será de 40 horas semanais, conforme especificado no quadro acima.

1.2.6. A escolha de vagas dos candidatos não habilitados somente deverá ocorrer após a chamada dos candidatos classificados habilitados.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o Processo Seletivo poderão ser efetuadas pela INTERNET, PRESENCIAL ON- LINE ou VIA POSTAL, no período das 08 horas do dia 28/06/2016 às 23h59min do dia 28/07/2016.

2.1.1. DAS INSCRIÇÕES PELA INTERNET/ONLINE:

2.1.1.2. Para a inscrição pela internet o candidato deverá acessar o site www.ameosc.org.br no período de inscrição, eseguir os seguintes procedimentos:

a) acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos;

b) fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição;

c) preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;

d) imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até as 23h59min do dia 01/08/2016.

e) pagar o boleto, preferencialmente, no banco emissor; a baixa dos boletos acontecerá após o envio dos arquivos ao sistema de gestão pelo executor do certame; este processo poderá acontecer até a data de publicação das inscrições deferidas e indeferidas especificada no anexo I do edital (cronograma).

2.1.1.3. Para os candidatos que não dispuserem de acesso à internet será disponibilizado equipamento com acesso à Internet na Prefeitura de Princesa – SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h.

2.1.1.4. Para a efetivação das inscrições online via presencial o candidato deverá estar munido de todos os documentos e informações necessárias, sendo que o servidor municipal designado para realizar as inscrições online presencial apenas transmitirá ao sistema de inscrição os dados e informações que lhe forem repassadas pelo candidato que será o único responsável pela exatidão e correção das informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

2.1.1.5. Na oportunidade de realização da inscrição online via presencial será entregue ao candidato o comprovante de sua inscrição, bem como o Boleto Bancário referente à sua inscrição cujo pagamento é de inteira responsabilidade do candidato no período destinado para tanto, qual seja, até as 23h59min do dia 01/08/2016.

2.1.1.6. Só serão efetivadas as inscrições online via presencial dos candidatos que se dirigirem Prefeitura de Princesa – SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h.

2.1.1.7. A Prefeitura de Princesa – SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.1.1.8. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

2.1.1.9. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2 DAS INSCRIÇÕES VIA POSTAL:

2.1.2.1. Admitir-se-á inscrição via postal, registrada e com aviso de recebimento, postada via SEDEX, no período determinado para as inscrições, para o seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Princesa, sito à Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, nesta cidade de Princesa, CEP 89935-000, Princesa – SC. Encaminhado aos cuidados do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura.

2.1.2.2. É de responsabilidade do candidato, que desejar realizar a inscrição via postal imprimir o Requerimento de Inscrição (modelo anexo), preenchê-lo corretamente com todos os dados solicitados e assinar.

2.1.2.3. O candidato deverá dirigir-se a uma agência do Banco Caixa Econômica Federal, e efetuar um depósito identificado em favor do Município de Princesa, constando nome do candidato e nº do CPF e em dinheiro, no valor da taxa de inscrição corresponde ao cargo que deseja se inscrever, na conta corrente da Prefeitura Municipal de Princesa, abaixo informada:

Estabelecimento bancário: Caixa Econômica Federal de Princesa – SC.

Agência: 1885
Conta Corrente: 517267
Código Banco: 104
Operação: 006

2.1.2.4. Providenciar cópia AUTENTICADA dos seguintes documentos:

- a. Documento de identidade (RG);
 - b. Comprovante do CPF (Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda). Caso no documento de identidade conste o número do CPF fica dispensada a apresentação do comprovante.
 - c. Comprovante do depósito identificado em dinheiro na conta do município de Princesa – SC, realizado no Caixa Econômica Federal.
- 2.1.2.5. Enviar pelo correio o Requerimento de Inscrição, devidamente preenchido com todos os dados solicitados e devidamente assinado e as cópias autenticadas dos documentos exigidos, por correspondência com Aviso de Recebimento (AR), pelo Serviço de Remessa Expressa de Documentos e Mercadorias-SEDEX, para o endereço constante do item 2.1.2.1.
- 2.1.2.6. Só serão aceitos os pedidos de inscrição enviados via postal que forem entregues à Prefeitura Municipal de Princesa – SC, até às 17hrs do último dia de inscrição, valendo para fins de direito a data e horário constantes do comprovante de entrega da correspondência.
- 2.1.2.7. O depósito em conta corrente da Prefeitura Municipal de Princesa – SC, deve ser obrigatoriamente o DEPÓSITO IDENTIFICADO, não tendo validade o depósito comum.
- 2.1.2.8. Os depósitos em conta corrente eventualmente feitos em desacordo com a norma do edital e ou com erro na identificação do candidato e ou intempestivamente, não poderão ser ressarcidos.
- 2.1.2.9. É vedada a inscrição condicional, não sendo admitida complementação documental fora do prazo fixado para inscrição, nem comprovante de agendamento de pagamento da taxa de inscrição.
- 2.1.2.10. A inscrição por via postal, se efetuada, será por conta e risco do candidato, não se responsabilizando o Município de Princesa – SC por extravios falta de documentação, atrasos ou outras ocorrências que impeçam a efetiva inscrição do candidato.
- 2.2. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.
- 2.3. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.
- 2.4. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Princesa – SC, quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.
- 2.5. O candidato poderá inscrever-se somente para 01 (um) cargo de que trata o QUADRO IV do presente Edital.
- 2.5.1. Em caso de pluralidade de inscrições, do mesmo candidato, para os cargos previstos no QUADRO IV será considerada VÁLIDA apenas a inscrição mais RECENTE.
- 2.5.2. Fica vedado ao candidato que se inscrever para qualquer dos cargos previstos no QUADRO IV realizar outra inscrição para os cargos previstos nos demais quadros.
- 2.6. O candidato poderá inscrever-se para até 02 (dois) cargos de que tratam os QUADROS I, II e III do presente edital.
- 2.6.1. Verificando-se mais de DUAS inscrições do mesmo candidato, para os cargos previstos nos QUADROS I, II e III, serão consideradas VÁLIDAS apenas as duas inscrições mais RECENTES.
- 2.6.2. Os candidatos poderão se inscrever para os cargos dos Quadros I, II e III, para até 02 (duas) inscrições, ou seja, 02 (duas) inscrições em cada Quadro, ou 01 (UMA) inscrição em um Quadro e outra em outro Quadro.
- 2.6.3. Fica vedado ao candidato que se inscrever para qualquer dos cargos previstos nos QUADROS I, II e III realizar outra inscrição para os cargos previstos no Quadro IV.
- 2.7. Em caso de inscrição para dois cargos, o candidato deverá efetuar o recolhimento das taxas de inscrições para os dois (02) cargos a que pretende se inscrever;
- 2.8. Em caso de inscrições erradas e pagamento das mesmas, o candidato não será ressarcido pelo pagamento efetuado incorretamente, sendo que é responsabilidade do candidato efetuar a sua inscrição para o cargo a qual pretende concorrer corretamente;
- 2.9. Em caso de realização de 02 (duas) provas, o candidato deverá responder as duas simultaneamente, no horário estabelecido por este edital.
- 2.10. O valor da taxa de inscrição é fixado de acordo com o nível de escolaridade exigido para o respectivo cargo, nos seguintes valores:

ESCOLARIDADE EXIGIDA PARA O INGRESSO AO CARGO	R\$
Professores Habilitados e Magistério	50,00
Professores Não Habilitados, Monitor de Creche e Vigia	30,00

- 2.9. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Processo Seletivo, qualquer que seja o motivo ensejado.
- 2.11. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).
- 2.11.1. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.
- 2.11.2. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados através de aviso publicado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br, www.princesa.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br do deferimento ou não do pedido.
- 2.11.4. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

2.10. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA OS DOADORES DE SANGUE:

2.10.1. O candidato que preencher os requisitos da Lei municipal nº Lei nº 739/2014, (Doador de Sangue) poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição neste Processo Seletivo.

2.10.1.1. Equipara-se a doador de sangue, a pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação.

2.10.2. O requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para doadores de sangue(modelo anexo) deverá ser dirigido à Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Princesa – SC sendo que a entrega deverá ocorrer do dia 28/06/2016 até o dia 19/07/2016, no Endereço da Prefeitura Municipal de Princesa – SC, sito à Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545 – Centro – Princesa - SC, juntamente com os seguintes documentos:

a) Cópia do requerimento de inscrição;

b) Comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue, relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que para efeito da isenção o doador deve comprovar a doação ao menos uma vez nos 06 (seis) meses anteriores ao ato da inscrição.

c) No caso o subitem 2.10.1.1, documento específico que comprove que o candidato integre a Associação de doadores de Sangue legalmente constituída e que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação, relacionando, minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo candidato.

c.1) A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal (SEDEX), com cópia autenticada em cartório a ser encaminhado para a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Princesa, sito à Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545 – Centro – Princesa - SC. Os mesmos devem estar na Prefeitura de Princesa até o dia 20/07/2016.

2.10.3. A Comissão de Acompanhamento avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão no mural público da Prefeitura Municipal de Princesa - SC e nos sites www.ameosc.org.br e www.princesa.sc.gov.br no dia 25/07/2016 não sendo encaminhada resposta individual ao candidato.

2.10.4. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição INDEFERIDOS poderão participar do presente Processo Seletivo desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição no período de 26/07/2016 até às 23h59min do dia 01/08/2016, como os demais candidatos. O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site www.ameosc.org.br

3. DAS VAGAS RESERVADAS AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Considerando-se que o presente Processo Seletivo destina-se a cadastro de reserva, não havendo número definido de vagas a serem preenchidas, e que por lei são reservados 5% (cinco por cento) das vagas para pessoas com necessidades especiais, desprezadas as frações, das vagas oferecidas no certame, até a extinção da validade do mesmo, de acordo com a Constituição Federal.

3.2. O candidato considerado pessoa com deficiência que desejar concorrer nesta condição deverá no ato da inscrição informar no campo específico ser portador de necessidades especiais.

3.2.1. Durante o prazo de inscrição, o candidato inscrito nas condições de portador de necessidades especiais, deverá encaminhar aos cuidados do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Princesa – SC, sito na Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545 – Centro – Princesa, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas na Secretaria Municipal de Educação somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência) laudo médico firmado por especialista na área, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, sendo que posteriormente, se aprovado no processo do Processo Seletivo, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pelo Município de Princesa – SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de necessidades especiais ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

3.2.2. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Princesa – SC, sito na Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545 – Centro do Município de Princesa, através de cópia autenticada em cartório, tendo como data máxima de postagem o último dia de inscrição.

3.3. A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos candidatos em tais condições.

3.4. As pessoas com deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.5. O candidato que no dia da prova necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar por escrito na data da inscrição.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento das mesmas.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público Prefeitura Municipal de Princesa – SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br www.princesa.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br

5. DAS PROVAS**5.1. Da prova objetiva**

5.1.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos independente do cargo que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. APROVA OBJETIVA será aplicada no dia 03/09/2016, com início às 14h30min, nas dependências da ESCOLA MUNICIPAL RENASCER, localizada na Rua Sete de Setembro, nº 954 – Centro, na cidade de Princesa – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Princesa - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br www.princesa.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 13h30min.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 14h10min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Princesa – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 14h20min.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 14h30min e término às 17 horas.

5.1.3. A relação das salas será publicada após a homologação das inscrições nos sites: www.ameosc.org.br e www.princesa.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, terá a duração de 02h30min, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão de resposta e na 1ª página do caderno de provas.

5.1.4.1. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de conhecimentos específicos, português e matemática.

5.1.4.2. A prova será composta de 20 (vinte) questões inéditas.

5.1.4.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) – Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Português e Matemática, conforme quadro abaixo, para os cargos de MONITOR DE CRECHE e VIGIA, especificados no Quadro IV deste edital.

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1-Conhecimentos Específicos	12	0,60	7,20	4,00
2- Português	05	0,35	1,75	
3- Matemática	03	0,35	1,05	
TOTAL	20	-	10,00	-

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 4,00 (quatro) pontos, no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Português, Matemática E Conhecimentos Específicos), conforme quadro acima.

5.3. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade B) – Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Português e Matemática, conforme tabela abaixo, para os cargos de PROFESSOR HABILITADO, PROFESSOR HABILITADO COM MAGISTÉRIO e PROFESSOR NÃO HABILITADO, especificados nos QUADROS I, II e III deste edital.

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Específicos	12	0,45	5,40	4,00
2 <input type="checkbox"/> Português	05	0,20	1,00	
3 <input type="checkbox"/> Matemática	03	0,20	0,60	
TOTAL	20	-	7,00	-

5.3.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 4,00 (quatro) pontos, no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Português, Matemática e Conhecimentos Específicos), conforme quadro acima.

5.4. DA PROVA DE TÍTULOS: Para os cargos de PROFESSOR HABILITADO, PROFESSOR NÃO HABILITADO e PROFESSOR HABILITADO COM MAGISTÉRIO, especificados nos QUADROS I, II e III deste edital. Valendo 3,00 (três) pontos, sendo considerado título para este edital de Processo Seletivo:

Títulos	Nº máximo de títulos	Valor do título	Total
01. Professor Habilitado: Curso de Pós-Graduação (específica na área da educação).	01	1,00	1,00
02. Professor Habilitado: Comprovação de conclusão de graduação (específica na área de atuação).	01	1,00	1,00
03. Professor Habilitado com Magistério: Comprovação de Conclusão do Magistério em Educação (específico para Professores inscritos na modalidade Habilitados com Magistério).	01	2,00	2,00

04. Professor Não Habilitado: Declaração do período de graduação que está cursando (específica na área de atuação) para Professores Não Habilitados. Para fins de pontuação, serão contados apenas os períodos já concluídos.	07 períodos	0,2858 pontos por período cursado	2,00
05. Professor Habilitado; Professor Não Habilitado e Professor Habilitado com Magistério: Curso Presencial de aperfeiçoamento na área de Educação, com carga horária igual ou superior a 08 horas cada título. (Período de 2014, 2015 e 2016 – cursos com certificados até 30/05/2016).	05 títulos	0,20 pontos para cada títulos	1,00
TOTAL:			3,00

- 5.4.1. A prova de título será somada à média obtida pelos candidatos aprovados na Prova Objetiva, somente para efeitos de classificação.
- a) Os pontos destinados às especializações de Pós-Graduação para os cargos de professores habilitados, somente serão válidos com apresentação de diploma ou certificado de Conclusão da Instituição de Ensino, por tanto não serão válidos atestados ou declarações de conclusão.
- b) As cópias dos documentos para a Prova de Títulos deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação do Município de Princesa, sito na Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, durante o período de inscrições, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas na Secretaria Municipal de Educação somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência).
- b.1) A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Secretaria Municipal de Educação do Município de Princesa, sito na Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, centro do Princesa/SC, através de cópia autenticada em cartório, tendo como data máxima de postagem o último dia de inscrição.
- c) Cursos de atualização/aperfeiçoamento, válidos para todos os cargos, somente serão considerados os certificados, se realizados no Período de 2014, 2015 e 2016 – cursos com certificados até 30/05/2016.
- d) Os Títulos serão relacionados em Formulário próprio (modelo anexo) no momento da entrega dos mesmos com assinatura do candidato e do responsável pelo recebimento.
- e) Os cursos de Pós-graduação incompletos não têm validade como curso de aperfeiçoamento, para este processo seletivo.

5.5. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

- 5.5.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste Edital, munidos de DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ORIGINAL (COM FOTOGRAFIA), o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.
- 5.5.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2. (14h10min), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.
- 5.5.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.
- 5.5.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Processo Seletivo.
- 5.5.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.
- 5.5.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um caderno de questões, um cartão resposta.
- 5.5.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Resposta, em local próprio, seu nome legível, nº do documento de identidade e assinatura, bem como as suas respostas por questão, preenchendo por completo o campo que se refere à questão correta, conforme a forma correta, exemplificada no próprio cartão resposta e na primeira folha do caderno de provas, para propiciar a correção com leitura ótica, o qual será lacrado em envelope no final da prova.
- 5.5.4.3. No Cartão Resposta do candidato constará as assinaturas dos fiscais e dos últimos três (03) candidatos de cada sala.
- 5.5.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo em que se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.
- 5.5.6. O candidato deverá assinalar no cartão resposta o tipo de prova correspondente que lhe foi entregue. As provas de cada cargo serão identificadas pelos números 1, 2, 3 e 4 e é de responsabilidade do candidato a marcação correta, sendo que a não marcação correta invalidará o cartão resposta.
- 5.5.6.1. Forma correta de preencher o Tipo de Prova e o Cartão de Resposta (Gabarito):
- 5.5.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.
- 5.5.8. O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.
- 5.5.9. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão

de Acompanhamento do Processo Seletivo.

5.5.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão-Resposta.

5.5.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão-resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.

5.5.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão-resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

5.5.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta e o cartão identificação.

5.5.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

5.5.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.5.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.5.17. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão apor no local indicado dos cartões respostas suas assinaturas.

5.5.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão anotar no verso do cartão de respostas eventuais questões deixadas em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

5.5.17.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão invalidar o cartão resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

5.5.17.3. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, cartões respostas com questões deixadas em branco, cartões respostas deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

5.5.17.4. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os cartões resposta, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

5.5.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.5.19. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br, www.princesa.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br

5.5.20. O Município de Princesa e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

5.6. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:

5.6.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) Documento de identificação;
- b) Comprovante de Inscrição;
- c) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de material transparente;
- d) Lápis preto e borracha;
- e) Água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.6.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.6.3. O Município de Princesa e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.7. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

- a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;
- b) Fumar;
- c) Comunicação entre os candidatos;
- d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, etc.);
- e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, etc.

5.8. PODERÁ SER EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;
- b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar documento que bem o identifique;
- e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
- g) ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta e Cartão Identificação ou outros materiais não permitidos;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitido ou máquina calculadora ou similar;
- k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.8.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos que serão lacrados pelos fiscais no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura digital, em SESSÃO PÚBLICA a ser realizada na Sede da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro de São

Miguel do Oeste - SC, às 10h30min do dia 06/09/2016, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato (Cartão Identificação).

6.2. As notas apresentadas na sessão pública serão preliminares, sem os critérios de desempates constantes no item 7 do presente edital.

6.3. A publicação do resultado preliminar ocorre conforme data estabelecida no cronograma do edital. Nesta constará os critérios de desempate constantes no item 7 do presente edital e da Prova de Títulos

6.4. A sessão será filmada e acompanhada pelos membros da comissão organizadora do certame do município de Princesa e da comissão organizadora da Ameosc e por todos os candidatos e interessados que terão acesso no local devendo assinar lista de presença.

7. DO EMPATE NA NOTA FINAL

7.1. Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

7.1.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo na forma do dispositivo no parágrafo único de art.27 da Lei Federal nº 10. 741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

7.1.2. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

7.1.3. Maior número de acertos na prova de Português;

7.1.4. Maior número de acertos na prova de Matemática;

7.1.5. Maior Idade;

7.1.6. Sorteio Público.

8. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

8.1. O gabarito preliminar será divulgado a partir das 17 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br, www.princesa.sc.gov.br, www.diariomunicipal.sc.gov.br

8.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

9. DOS RECURSOS

9.1. É admitido recurso quanto a divergências:

a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;

b) na formulação das questões da prova objetiva;

c) no gabarito preliminar divulgado;

d) ao resultado da divulgação da Classificação Preliminar do Processo Seletivo, para cada cargo.

e) Na homologação da pontuação de prova de títulos e tempo de serviço;

9.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma, anexo I deste edital.

9.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

9.4. Os RECURSOS poderão ser interpostos VIA ONLINE – pelo sistema – ou VIA POSTAL.

9.4.1. Para a interposição de RECURSO VIA ONLINE, o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos

b) acessar a “Área do Candidato”;

c) clicar em “recursos e requerimentos”;

d) preencher online o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas;

e) os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.1.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.1.2. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independente de terem recorrido.

9.4.2. Para a interposição de RECURSO VIA POSTAL, o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) imprimir e preencher o Formulário de Recurso (modelo anexo);

b) encaminhar por meio de correspondência registrada e com aviso de recebimento, postada via SEDEX, no período determinado para os recursos, para o seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Princesa – SC, sito à Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, Centro da cidade de Princesa, CEP 89935-000, município de Princesa – SC, encaminhado aos cuidados do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura.

9.4.2.1. É de responsabilidade do candidato imprimir o Formulário de Recursos (modelo anexo), preenchê-lo corretamente, assinar e encaminhar para o endereço e nas condições expostas no item anterior.

9.4.2.2. Deverá ser encaminhado apenas e tão somente o Formulário de Recurso contendo as razões do recorrente. Eventuais outros materiais encaminhados juntamente com o Formulário de Recursos serão desconsiderados.

9.4.2.3. Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.2.4. Poderá ser encaminhado mais de um Formulário de Recurso numa mesma correspondência, desde que cada recurso esteja devidamente identificado.

9.4.2.5. Só serão aceitos os recursos enviados via postal que forem entregues à Prefeitura Municipal de Princesa – SC, sito à Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, Centro da cidade de Princesa, CEP 89935-000, município de Princesa – SC, encaminhado aos cuidados do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, até às 17 horas do último dia dos recursos, valendo para fins de direito a data e horário constantes do comprovante de entrega da correspondência.

9.4.2.6. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do Processo Seletivo.

9.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados de forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

9.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: www.ameosc.org.br, www.princesa.sc.gov.br, www.diariomunicipal.sc.gov.br

9.5.3. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos

candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da AMEOSC.

9.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

9.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da AMEOSC é irrecorrível na esfera administrativa.

9.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo Decreto de resultado final será publicado.

10. DA ESCOLHA DAS VAGAS

10.1. A escolha de vagas será realizada na primeira quinzena antes do início do ano letivo de 2017, conforme definição e divulgação da Secretaria Municipal de Educação, obedecendo à ordem de classificação por área de inscrição para a chamada de escolha, envolvendo todas as unidades escolares municipais.

10.2. A carga horária dos candidatos classificados será determinada conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

10.3 A escolha de vagas será realizada conforme a necessidade e divulgação pela Prefeitura, com 24 (vinte quatro) horas de antecedência da escolha, nos seguintes órgãos oficiais de comunicação:

10.3.1. No Mural de divulgação dos Atos Oficial da Prefeitura, localizado no rol de entrada da Prefeitura Municipal de Princesa;

10.3.2. No site oficial do Município de Princesa.

10.4. Os candidatos aprovados serão classificados em 3 listas, com base nas tabelas do item 1.2.4. – Professores Habilitados, Professores Habilitados em Magistério e Professores Não Habilitados, discriminada por função, conforme aquela escolhida no ato da realização da referida inscrição.

10.4.1. A primeira lista contemplará os Professores Habilitados com nível superior completo, na sua ordem de classificação.

10.4.2. A segunda lista contemplará os Professores Habilitados com Magistério, na sua ordem de classificação.

10.4.3. A terceira lista contemplará os Professores Não Habilitados, na sua ordem de classificação.

10.5. A escolha das vagas iniciará sempre pela lista dos Habilitados, respeitando a cada escolha a ordem do último que escolheu.

10.6. A escolha de vagas dos candidatos Não Habilitados somente poderá ocorrer após a chamada dos candidatos classificados como Habilitados, (professores com curso superior em seguida professores com magistério) respeitando também sempre a ordem do último que escolheu.

10.7. O candidato no momento da escolha da vaga está optando em assumir o compromisso decorresponder com todas as atividades pedagógicas e ou atribuições do cargo, independente da carga horária escolhida, sob a pena da aplicação das leis cabíveis.

10.8. O candidato que no momento da escolha não aceitar a vaga disponível, ou não estiver presente no horário e local da convocação, permanecerá em sua posição na ordem de classificação.

10.9. O candidato que escolher vaga e desistir da mesma será excluído da lista de classificação de escolha de vaga, ficando impedido de escolher outra vaga, na área ou no cargo em que foi a desistência.

10.10. O candidato que escolher a vaga deverá assumi-la em data fixada na ata de escolha, não podendo ele em hipótese alguma colocar substituto por conta própria, sob pena de ocorrer sua exclusão da listagem de classificação.

10.11. A escolha de vaga deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por procuração.

10.12. O candidato deverá apresentar toda a documentação exigida por este edital no momento da escolha, para sua admissão.

10.13. Na hipótese de abrir vaga no decorrer do ano letivo e não haver candidato excedente no Processo Seletivo, as admissões serão feitas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura por meio de Edital de Chamada Pública, em caráter emergencial transitório, para não prejudicar a oferta regular do Ensino.

11. DO PROVIMENTO DO CARGO/FUNÇÃO

11.1. O provimento do cargo/função obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

11.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo/função só lhes serão deferida no caso de exibirem:

a) cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;

b) atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitado exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;

c) alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;

d) declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;

e) documento de Inscrição no órgão de Classe para os cargos de nível superior;

f) demais documentos solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, ou previsto em Legislação Municipal: (cópia RG, CPF, título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral, certificado de reservista- sexo masculino, inscrição no PIS/PASEP juntamente com a cópia da carteira de trabalho e previdência social, certidão de nascimento ou casamento, certidão de nascimento dos filhos, carteira de vacinação dos filhos menores de 07 anos, comprovante de endereço atualizado, declaração de conta corrente no banco do brasil para os professores e monitores, para o cargo de vigia não é necessário que a conta seja no banco do brasil, declaração de bens na forma da lei, declaração de ter sofrido ou não, no exercício da função pública penalidades disciplinares, 01 foto 3 x 4 recente);

11.3. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário.

11.4. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Princesa – SC.

11.5. O presente Processo Seletivo será válido para o ano letivo de 2017, para os cargos constantes no QUADROS I, II, III e no QUADRO IV. *(Alterado pela Retificação nº 01/2016, de 29/06/2016).

11.6. Para o cargo de Vigia, constante no QUADRO IV, o prazo de validade do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, a contar de 01.01.2017. *(Alterado pela Retificação nº 01/2016, de 29/06/2016).

11.7. Caso o candidato não possa assumir o cargo/função quando convocado ficará reclassificado para o final da lista. (Somente Cargo de Vigia)

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato sua nomeação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes ou necessidade futura, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal de Princesa- SC.

12.2. As publicações sobre o Processo Seletivo serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Princesa – SC e nos endereços eletrônicos:

www.ameosc.org.br, www.princesa.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br

12.3. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

12.4. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Processo Seletivo em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste, e pela Prefeitura Municipal de Princesa– SC, conforme a legislação vigente.

12.5. O Prefeito do Município de Princesa– SC poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Processo Seletivo mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

12.6. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de São Jose do Cedro – SC.

12.7. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I– Cronograma;

ANEXO II – Conteúdo Programático;

ANEXOIII – Atribuições dos Cargos;

ANEXO IV – Requerimento Isenção Taxa de Inscrição Doadores de Sangue;

ANEXO V –Formulário de Prova de Título;(Professores)

ANEXO VI - Requerimento de Inscrição Via Postal; (somente para candidatos que enviar inscrição via correio);

ANEXO VII – Formulário de Recurso Via Postal; (somente para candidatos que enviarem recursos via correio);

ANEXO VIII – Decreto que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO IX – Decreto que nomeia a Comissão Organizadora da AMEOSC;

Princesa– SC, 27 de Junho de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito

Vistado na Forma de Lei

Andrey Luiz Geller

OAB/SC 16670

Assessor Jurídico do Município de Princesa

ANEXO I

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	27/06/2016	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Princesa - SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Princesa até o dia 18/07/2016
Inscrições	28/06/2016 a 28/07/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Apresentação dos documentos para a Prova de Títulos (Professores)	28/06/2016 a 28/07/2016	Junto à Secretaria Municipal de Educação do Município de Princesa, sito na Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, Centro, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h.
Recebimento Inscrições para Candidatos que requererem a isenção de taxa de inscrição(Doadores de sangue)	28/06/2016 a 19/07/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição(-Doadores de sangue)	25/07/2016	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br, www.princesa.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br A partir das 17 horas
Período de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram pedido de isenção de taxa indeferida(Doadores de sangue)	26/07 a 01/08/2016	O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site www.ameosc.org.br
Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	08/08/2016	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br, www.princesa.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br A partir das 17 horas

Prazo de recursos para inscrições Indeferidas	09 e 10/08/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições	15/08/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br , www.princesa.sc.gov.br , www.diariomunicipal.sc.gov.br A partir das 17 horas
Publicação das Notas da Prova de Títulos	16/08/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br , www.princesa.sc.gov.br , www.diariomunicipal.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prazo de recursos referente às notas da Prova de Títulos	17 e 18/08/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do parecer dos recursos referente a notas da Prova de Títulos	22/08/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br , www.princesa.sc.gov.br , www.diariomunicipal.sc.gov.br A partir das 17 horas
Publicação do Ensalamento	24/08/2016	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br , www.princesa.sc.gov.br , www.diariomunicipal.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prova Objetiva	03/09/2016	A prova objetiva será realizada na ESCOLA MUNICIPAL RENASCER, localizada na Rua Sete de Setembro nº 954 – Centro, na cidade de Princesa – SC. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 13h30min. O fechamento dos portões será às 14h10min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. A prova terá início às 14h30min e término às 17 horas.
Divulgação do Gabarito Preliminar da Prova Objetiva	05/09/2016	Até as 18 horas nos sites: www.ameosc.org.br , www.princesa.sc.gov.br , www.diariomunicipal.sc.gov.br
Prazo de recursos do Gabarito Preliminar	06 e 07/09/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo.	06/09/2016	Às 10h30min, na AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito a Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro de São Miguel do Oeste/SC.
Publicação do Resultado Preliminar	06/09/2016	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br , www.princesa.sc.gov.br , www.diariomunicipal.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Princesa– SC.
Prazo de recurso referente à classificação preliminar	07 a 09/09/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do parecer dos recursos referente a classificação preliminar e Gabarito Preliminar	26/09/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br , www.princesa.sc.gov.br , www.diariomunicipal.sc.gov.br A partir das 17 horas
Divulgação do Gabarito Oficial /Final	27/09/2016	Pela internet no site: www.ameosc.org.br , www.princesa.sc.gov.br , www.diariomunicipal.sc.gov.br A partir das 17 horas

Publicação da classificação/Resultado Final	28/09/2016	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br , www.princesa.sc.gov.br , www.diariomunicipal.sc.gov.br também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Princesa – SC.
---	------------	---

ANEXO II**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****PROFESSOR HABILITADO, PROFESSOR NÃO HABILITADO e PROFESSOR HABILITADO COM MAGISTÉRIO****I - PORTUGUÊS:**

Compreensão e interpretação de frases, palavras ou textos; encontros vocálicos e consonantais; ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise sintática; sinônimos; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação pronominal; classificação dos termos da oração; período composto por coordenação; período composto por subordinação.

II - MATEMÁTICA:

Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Graus. Logaritmos. Probabilidade. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções lineares e quadráticas. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:**

Conceitos, princípios, finalidades e objetivos da Educação Física. Condicionamento físico, legislação, metodologia, organização e pedagogia. Fundamentos, regras equipamentos e instalações utilizadas nos esportes: atletismo, basquetebol, ginástica olímpica (artística), handebol, futebol e voleibol. Conceitos: anatomia, biometria, biomecânica. Fisiologia do esforço e socorros de urgência. Efeitos fisiológicos dos exercícios, regulação hormonal durante o exercício, controle cardiovascular durante o exercício, termorregulação e relação entre atividade física e doenças cardiovasculares e respiratórias. Recreação, ginástica e dança. Atividade gímnica e atividade lúdica. Jogos e técnicas de jogos infantis organizados. Desenvolvimento infantil. Práticas desportivas, modalidades e regramentos. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº 9.394/96). Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal: Capítulos da Educação. Lei Orgânica Municipal.

PROFESSOR DE ARTES:

História do ensino da arte no Brasil: Pressupostos Filosóficos: - o significado da arte no processo de transformação do homem com os outros homens e com a natureza através do trabalho; Arte-educação como representação e organização do real; Educação Artística na formação da percepção e da sensibilidade do aluno. Teatro: O teatro na Educação. Elementos formais da representação cênica, texto, corpo e espaço cênico. História da Arte: Arte Primitiva, Arte na Idade Média, Arte na Idade Moderna, Arte na Idade Contemporânea, Arte Brasileira. Planejamento Educacional. Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem. Concepção de Ensino. Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº 9.394/96). Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal: Capítulos da Educação. Lei Orgânica Municipal. Literatura: Emília Ferreira, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA- ESPANHOL:

Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura. Compreensão e interpretação de frase, palavra, verbos ou texto em espanhol. Língua estrangeira: relação com outras culturas; Palavras com sons semelhantes nas várias situações de uso; Contextualização das palavras com vários significados; Produção textual a partir de situações do cotidiano. Compreensão e interpretação de frase, palavra, verbos ou texto em espanhol. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº 9.394/96). Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal: Capítulos da Educação. Lei Orgânica Municipal.

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS:

LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Alfabetização. Metodologia de Ensino: ciências, matemática, português e outros. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Problemas de Aprendizagem: Fatores Físicos, Psíquicos e Sociais. Recreação: Atividades recreativas. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura: métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Educação em âmbito global. Psicomotricidade. Atualidades. Projeto Político Pedagógico. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Constituição Federal: Capítulos da Educação. Lei Orgânica Municipal. Literatura: Emília Ferreira, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

PROFESSOR DE ENSINO INFANTIL:

LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Estrutura da Educação Infantil, fundamentação e importância. Currículo da Pré-Escola. Alfabetização na Pré-Escola. Avaliação na Pré-Escola. Recreação. Prática e atividades pedagógicas. Métodos e técnicas na Educação Infantil. Tendências pedagógicas. Psicomotricidade. Papel do professor na alfabetização. Educação Infantil no mundo atual. Atualidades. Projeto Político Pedagógico. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Constituição Federal: Capítulos da Educação. Lei Orgânica Municipal. Literatura: Emília Ferreira, Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky.

SEGUNDO PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO INFANTIL:

LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Alfabetização. Metodologia de Ensino: ciências, matemática, português e outros. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Problemas de Aprendizagem: Fatores Físicos, Psíquicos e Sociais. Recreação: Atividades recreativas. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura: métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Educação em âmbito global. Psicomotricidade. Atualidades. Projeto Político Pedagógico. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Constituição Federal: Capítulos da Educação. Lei Orgânica Municipal. Didática e Conhecimento; Planejamento Escolar (Elaboração de planos de ensino, de projetos); Avaliação Escolar (concepções, funções, instrumentos). Fundamentos e princípios da educação inclusiva; Legislação: Constituição, LDB; Atendimento educacional especializado e a educação inclusiva. Constituição Federal/88 – artigos 205 a 214 e artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias. Emenda 14/96; Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras Providências. Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 – Dispõe sobre o Fundo de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do magistério. Lei nº 10.098/94 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências Lei nº 10.436/02 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Concepções de Educação e Escola. Função social da escola e compromisso social do educador. Ética no trabalho docente. Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. Projeto político-pedagógico: fundamentos para a orientação, planejamento e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano pleno, tomando como foco o processo ensino-aprendizagem. Currículo em ação: planejamento, seleção e organização dos conteúdos. Avaliação. Organização da escola centrada no processo de desenvolvimento do educando. Educação inclusiva. Gestão participativa na escola. Parâmetros Curriculares Nacionais. Fundamentos e princípios da educação inclusiva; Legislação: Constituição, LDB; Atendimento educacional especializado e a educação inclusiva. Constituição Federal/88 – artigos 205 a 214 e artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias. Emenda 14/96; Lei Federal nº 9.394, de 20/12/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras Providências. Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 – Dispõe sobre o Fundo de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do magistério. Lei nº 10.098/94 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências Lei nº 10.436/02 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Concepções de Educação e Escola. Função social da escola e compromisso social do educador. Atendimento educacional especializado: aspectos legais, pedagógicos, organizacionais. Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva. Atribuições do Professor do AEE. Sala de recursos multifuncionais. Deficiência Física e AEE. Deficiência Intelectual e AEE. Deficiência Visual e AEE. Pessoas com Surdez e AEE. Transtornos globais do Desenvolvimento e AEE. Decreto Nº 6.571, de 17 de Setembro de 2008. Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 2009. Atualidades Profissionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**NÍVEL MÉDIO - MONITOR DE CRECHE****I - PORTUGUÊS:**

Compreensão e interpretação de frase, palavra ou texto; encontros vocálicos e consonantais; Ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise Sintática; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação dos pronomes oblíquos átonos; homônimos e parônimos.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Expressões algébricas - Fatoração. Produtos notáveis. Regra de três simples e composta. Juros simples. Razão e proporção. Porcentagem. Teoria dos conjuntos. Sistema métrico decimal. Geometria Plana e espacial. Relações trigonométricas do triângulo retângulo. Equações e Funções do 1º e do 2º graus. Sistemas de equações. Sequências Numéricas. Resolução de Problemas. Análise de gráficos. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**MONITOR DE CRECHE:**

Constituição Federal, Lei Orgânica do Município. Princípios básicos da Administração Pública. Atos administrativos. Emenda Constitucional 19 e 20. Lei Federal nº 9.394/96 - LDB. Estatuto da Criança e do Adolescente. Qualidade de vida. Relacionamento humano. Meio ambiente. Ações sobre desenvolvimento da criança, os principais cuidados que deve se ter com as crianças e sua alimentação, pirâmide de alimentos. Higiene dos alimentos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**NÍVEL FUNDAMENTAL - VIGIA****I - PORTUGUÊS:**

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Regra de três simples. Juros simples. Razão e proporção. Unidades de comprimento, área e volume. Porcentagem. Geometria Plana. Sistema de equações. Resolução de Problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

VIGIA:

Normas de fiscalização das áreas de acesso a edifícios municipais. Atendimento e orientação ao público. Registro de ocorrências e comunicação à chefia. Controle de entrada e saída de pessoas e veículos nos prédios municipais. Rondas diurnas e noturnas. Noções de proteção e segurança no trabalho. Noções de prevenção e combate a incêndios. Relacionamento no Ambiente de Trabalho: com os superiores, com os colegas e com o público em geral. Noções de Ética e Cidadania. Raciocínio Lógico.

ANEXO III**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016****ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****PROFESSORES: HABILITADOS, NÃO HABILITADOS e HABILITADOS COM MAGISTÉRIO**

Possuir formação de educador; conhecimento de conteúdo, capacidade de trabalho e habilidades didáticas e metodológicas;
Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem e testemunhar idoneidade e maturidade;
Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;
Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes do ensino;
Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;
Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;
Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos;
Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menor rendimento;
Atualizar-se em sua área de conhecimento;
Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional;
Zelar pela aprendizagem do aluno;
Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;
Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;
Levantar, interpretar e formular dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);
Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;
Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;
Cumprir e fazer cumprir os horários e o calendário escolar;
Contribuir com a melhoria do desempenho dos alunos e da escola;
Seguir as diretrizes educacionais integrando-as na ação pedagógica;
Manter espírito de cordialidade, colaboração e de solidariedade visando a eficácia educativa;
Zelar pela disciplina e pelo material utilizado;
Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

MONITOR DE CRECHE:

Apoiar o educador nas ações de cuidar e educar, procurando se espelhar em sua maneira de agir, falar e gesticular; auxiliar as crianças na higiene pessoal, sempre que necessário e nos horários estabelecidos pela coordenação da creche; Colaborar com o educador na hora do repouso, organizando os colchonetes, lençóis, travesseiros e fronhas, para maior conforto das crianças; Responsabilizar-se pelas crianças que aguardam os pais após o horário de saída da creche, zelando pela sua segurança e bem-estar; Fazer a limpeza e desinfecção dos brinquedos e demais equipamentos de recreação; Oferecer e/ou administrar alimentação as crianças nos horários pré-estabelecidos, de acordo com o cardápio estipulado por faixa etária; Cuidar da higienização das crianças visando à saúde e bem estar; Estimular a participação das crianças nas atividades de grupo como jogos e brincadeiras, visando o desenvolvimento das mesmas; Fazer anotações nas agendas das crianças relatando os acontecimentos do dia para manter as mães informadas; Auxiliar nas atividades pedagógicas de acordo com a orientação da professora; Zelar e controlar os objetos e roupas individuais das crianças e da creche; Executar atividades diárias de recreação com crianças e trabalhos educacionais de artes diversas; acompanhar crianças em passeios, visitas e festividades sociais; Auxiliar a criança a desenvolver a coordenação motora; Observar a saúde e o bem estar das crianças, levando-as quando necessário, para atendimento médico e ambulatorial; Ministrar medicamentos conforme prescrição médica; Prestar primeiros socorros, cientificando o superior imediato da ocorrência; Orientar os pais quanto à higiene infantil, comunicando-lhe os acontecimentos do dia; Levar ao conhecimento do chefe imediato qualquer incidente ou dificuldade ocorridas; Vigiar e manter a disciplina das crianças sob sua responsabilidade, confiando-as aos cuidados de seu substituto ou responsáveis, quando afastar-se, ou ao final do período de atendimento; Apurar a frequência diária e mensal dos menores; Auxiliar no recolhimento e entrega das crianças que fazem uso do transporte escolar, acompanhando-as na entrada e saída do mesmo, zelando assim pela sua segurança; Executar outras atividades correlatas.

VIGIA:

Serviços de vigilância junto aos prédios e próprios municipais, especialmente no período noturno, em dias da semana bem como em dias de feriado e de final de semana, percorrendo-os sistematicamente e inspecionando suas dependências, prevenir perdas, evitar incêndios e acidentes, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades; Registrar a movimentação de pessoas, junto às dependências públicas, mesmo que de autoridades e servidores e notificar às autoridades administrativas ou policiais sempre que constatadas anormalidades ou a presença de pessoas estranhas junto às dependências públicas; Vigiar praças e logradouros públicos, inclusive cemitérios e outros bens de domínio público; Executar outras atribuições próprias das características do cargo. Controlar a entrada e saída de pessoas e veículos no recinto de trabalho, exigindo, quando for o caso, a identificação ou autorização para ingresso. Verificar, após o expediente normal do órgão, o fechamento de janelas e portas. Ligar sistema de vigilância eletrônica, observando qualquer irregularidade, dando ciência ao setor ou responsável. Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência. Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior hierárquico.

ANEXO IV**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016**

REQUERIMENTO ISENÇÃO TAXA DE INSCRIÇÃO DOADOR DE SANGUE

Para:
Comissão Organizadora do PROCESSO SELETIVO

Eu _____ portador(a) do documento de identidade sob nº _____, inscrição nº _____, venho solicitar isenção para taxa de inscrição ao Processo Seletivo, Edital nº 003/2016. Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da Lei Municipal nº 739/2014.

Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da Lei Municipal.

Princesa – SC, _____ de _____ de 2016.

Assinatura Candidato(a)

Documentos anexos:

1: _____
2: _____
3: _____

ANEXO V
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 003/2016
FORMULÁRIO PROVA DE TÍTULOS PROFESSORES

QUADRO DE ATRIBUIÇÕES DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE PROVA DE TÍTULOS:

Títulos	Nº máximo de títulos	Valor do título	Total
01. Professores Habilitados: Curso de Pós-Graduação (específica na área da educação).	01	1,00	1,00
02. Professores Habilitados: Comprovação de conclusão de graduação (específica na área de atuação).	01	1,00	1,00
03. Professores Habilitados Magistério: Comprovação de Conclusão do Magistério em Educação (específico para Professores inscritos na modalidade Habilitados com Magistério).	01	2,00	2,00
04. Professores Não Habilitados: Declaração do período de graduação que está cursando (específica na área de atuação) para Professores Não Habilitados. Para fins de pontuação, serão contados apenas os períodos já concluídos.	07 períodos	0,2858 pontos por período cursado	2,00
05. Professores Habilitados; Professores Não Habilitados e Professores Habilitados com Magistério: Curso Presencial de aperfeiçoamento na área de Educação, com carga horária igual ou superior a 08 horas cada título. (Período de 2014, 2015 e 2016 – cursos com certificados até 30/05/2016).	05 títulos	0,20 pontos para cada títulos	1,00
TOTAL:			3,00

FORMULÁRIO DE PROVA DE TÍTULOS ENTREGUES:

NOME: _____ INSCRIÇÃO: _____
FUNÇÃO: _____

Títulos	Nº máximo de títulos	Valor do título	Total
01. Professores Habilitados: Curso de Pós-Graduação (específica na área da educação).	01	1,00
02. Professores Habilitados: Comprovação de conclusão de graduação (específica na área de atuação).	01	1,00

03. Professores Habilitados Magistério: Comprovação de Conclusão do Magistério em Educação (específico para Professores inscritos na modalidade Habilitados com Magistério).	01	2,00
04. Professores Não Habilitados: Declaração do período de graduação que está cursando (específica na área de atuação) para Professores Não Habilitados. Para fins de pontuação, serão contados apenas os períodos já concluídos.	07 períodos	0,2858 pontos por período cursado
05. Professores Habilitados; Professores Não Habilitados e Professores Habilitados com Magistério: Curso Presencial de aperfeiçoamento na área de Educação, com carga horária igual ou superior a 08 horas cada título. (Período de 2014, 2015 e 2016 – cursos com certificados até 30/05/2016).	05 títulos	0,20 pontos para cada títulos
TOTAL:		

AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO EXAMINADORA:

Os títulos relacionados, válidos para a prova de títulos em referência, somaram a quantia de _____ cópias entregues e foram avaliados e totalizados em _____ pontos.

Assinatura –Resp. pelo recebimento	Assinatura do Candidato
------------------------------------	-------------------------

Princesa/SC de de 2016.

ANEXO VI**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016****REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO VIA POSTAL**

(Somente para candidatos que fizerem inscrições via postal)

Para:

Comissão Organizadora do PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016

1) Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, SOLICITO inscrição no Processo Seletivo nº 003/2016, da Prefeitura Municipal de Princesa, para o cargo de _____ (descrever exatamente conforme especificado no edital).

2) Informações para contato:

- a) E-mail: _____
b) Telefone Residencial/Comercial: _____
c) Telefone Celular: _____

3) Informações adicionais:

- a) Canhoto: () SIM () NÃO
b) Necessidades Especiais:
() SIM. Qual _____ CID _____
() NÃO

4) Condição Especial para realizar a prova, sendo a deficiência:

- a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte nº _____
b) () Sala Especial. Especificar: _____
c) () Leitura de Prova. Especificar: _____
d) () Amamentação. Nome do Acompanhante: _____
e) () Outra Necessidade: Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____ SC, _____ de _____ de 2016.

Assinatura Candidato(a)

ANEXO VII
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016

FORMULÁRIO DE RECURSOS VIA POSTAL
(Somente para candidatos que fizeram inscrições e recursos via postal)

Nome do Candidato: _____

Endereço: _____

Nº Inscrição _____

Cargo: _____

Tipo de Recurso:

- 1 – Contra o Edital ()
2 – Contra indeferimento de inscrição ()
3 – Contra Inscrição ()
4 – Contra questão da prova ()
5 – Contra o Gabarito ()
6 – Contra a Pontuação Prova ()
7 - Contra a prova de títulos
8 - Outros () Especificar: _____

Razões do Recurso: _____

_____ SC, _____ de _____ de 2016.

Assinatura Candidato(a)

ANEXO VIII
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016
PORTARIA COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICÍPIO DE PRINCESA
PORTARIA Nº. 080, DE 24 DE JUNHO DE 2016

CRIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: Marcieli Cristina Bruder, Leandro José Rockembach, Ana Paula Bogorni e Edinéia Wille, brasileiros, servidores públicos municipais, sob a presidência da primeira, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do concurso, instaurado através do Edital nº. 003/2016.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa em 24 de Junho de 2016.

OLI DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

ANEXO IX
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016
DECRETO COMISSÃO ORGANIZADORA DA AMEOSC
DECRETO Nº 0121 DE 24 DE JUNHO DE 2016

CRIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados: Jussara Reginatto, Udinara Vanusa Zanchettin e Jacson Sonaglio, brasileiros, representantes da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, para compor a COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade a elaboração das provas, instaurado através do Edital nº. 003/2016.

Art. 2º. Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa de provas, assessorar quando da realização das inscrições, elaboração das provas bem como aplicá-las, corrigi-las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalação necessárias para concretização do objetivo, mediante autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa em 24 de Junho de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº61/2016 PREGÃO PRESENCIAL 43/2016

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 61/2016-PM

Pregão Presencial 43/2016-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, destinado a "REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO, ORIENTAÇÃO E APLICAÇÃO DOS LAUDOS DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS -PPRA, PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL-PCMSO, LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES DE TRABALHO -LTCAT, PERFIL PROFISSIONAL PREVIDENCIÁRIO-PPP, LAUDO EMITIDO POR TÉCNICO [...]". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 13 de julho de 2016 às 14h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 29 de junho de 2016. Oli do Nascimento – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 081, 29.06.2016

PORTARIA Nº. 081, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art.110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias, a servidora abaixo relacionada, na data conforme segue:

Funcionário	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
Sheila Regina Sturm	Auxiliar Administrativo	10/06/2015 a 09/06/2016	18/07/2016 a 16/08/2016

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18.07.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 29 de Junho de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº06.2016 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 06/2015, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

"DISPOE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO AÇÃO DO ANO DE 2016"

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE PRINCESA, Estado de Santa Catarina, na forma da competência que está conferida no art. 3º da Lei Municipal nº 750, de 01 de julho de 2014, e de acordo com reunião ordinária realizada em 29 de Junho de 2016.

Considerando a necessidade de aprovar procedimentos específicos que são considerados necessários para o fiel cumprimento e aplicação da referida lei.

RESOLVE:

Art.1º. – Fica aprovado o Plano de Ação do ano de 2016 do Município de Princesa, através de reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, Ata 05//2016, datada do dia 29 de Junho de 2016.

Art.2º -. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º -.Revogam-se as disposições em contrario.

Princesa,29 de Junho de 2016

VILSE TEREZINHA SCHEFER

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº07.2016 CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

RESOLUÇÃO Nº 07/2016

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Princesa.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinaria, realizada dia 29/06/2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 750, de 01 de Julho de 2014, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Princesa – CMAS, e CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 27.538,70 (vinte e sete mil, quinhentos e trinta e oito reais e setenta centavos), referente ao ano de 2016, para ser utilizado para custeio e investimento, conforme deliberado pelo município e aprovado pelo CMAS do percentual a seguir:

(X)100% para investimento

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Instrumental de Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Princesa, 29de junho de 2016.

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

Rio do Sul

PREFEITURA

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2016

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2016 firmado em 01/02/2016, com término previsto para 30/06/2016 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALEXSANDRO JUNIOR VENTURI portador(a) do CPF nº 071.476.469-83, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera as cláusulas primeira, segunda e terceira do Contrato Administrativo, que passam a vigorar com a seguinte redação, de forma retroativa a partir de 01/07/2016:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Física, com jornada de 20 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Pref. Luiz Adelar Soldatelli, em substituição a Altair Fontanive, que está em Licença para Exercer Atividade Política.

Cláusula Segunda: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.601,73 (Mil seiscentos e um reais e setenta e três centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 129/2016, iniciando-se a prorrogação em 01/07/2016 e encerrando-se em 07/10/2016”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/06/2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

ALEXSANDRO JUNIOR VENTURI
Contratado(a)

PORTARIA N. 0721/RH

PORTARIA N. 0721/RH

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 30/06/2016, o servidor AUGUSTINHO IGNÁCIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Caminhão, do cargo em comissão de Diretor Departamento

Serviços Urbanos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Ed

PORTARIA N. 0761/RH

PORTARIA N. 0761/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 30/06/2016, o servidor ALTAIR GUI-LHERME BECKER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo I, do cargo em comissão de Secretário da Junta Militar do Gabinete do Prefeito, nos termos do Art. 11 da Lei Complementar nº 208, de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 0748/RH

PORTARIA Nº. 0748/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Exonera, o servidor ROBSON DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo I, do cargo em comissão – Chefe Divisão Administrativa, sendo 30/06/2016, o seu último dia de atuação na função comissionada, com fundamento no § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art.2º Designa, o servidor ROBSON DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo I, para a partir de 01/07/2016, exercer a função comissionada de Diretor Departamento Agricultura da Secretaria Municipal de Agricultura,

nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supra citadas.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de junho de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

Csvf

PREMIO NODGI PELLIZZETTI DE INCENTIVO À CULTURA 2016

PRÊMIO NODGI PELLIZZETTI DE INCENTIVO À CULTURA 2016

A Fundação Cultural de Rio do Sul (FCRS), através do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura (FMIC) e em consonância com o Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), de acordo com o que determinam as Leis Complementares 270/2013 e 281/2014, a Lei Ordinária 5567/2015 e o decreto 5142/2016, torna público o EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO DE INCENTIVO À CULTURA, PRÊMIO NODGI PELLIZZETTI DE INCENTIVO À CULTURA 2016, que regulamenta a concessão de recursos financeiros, por meio de prêmios, para fomentar projetos culturais na cidade de Rio do Sul, estado de Santa Catarina.

Este edital é destinado a estimular a produção, circulação, difusão e fruição cultural e artística através da seleção de projetos de pessoas físicas e jurídicas com finalidade cultural, com ou sem fins lucrativos, domiciliadas ou registradas em território rio-sulense. Desta forma, contribui com o processo de desenvolvimento e valorização permanente das diversidades e singularidades da cultura e das expressões artísticas de Rio do Sul.

Os documentos relacionados a seguir integram este CONCURSO:

- ANEXO 1 – Descrição das áreas e seus respectivos documentos;
- ANEXO 2 – Formulário de inscrição para PESSOA FÍSICA;
- ANEXO 3 – Formulário de inscrição para PESSOA JURÍDICA;
- ANEXO 4 – Declaração oficial de residência;
- ANEXO 5 – Estrutura de Projeto Básico.

ATENÇÃO Os anexos estarão disponíveis para consulta e download, juntamente com este edital no portal eletrônico da Fundação Cultural (www.fundacaocultural.art.br) e do Sistema Municipal de Cultura de Rio do Sul (www.smcridosul.com.br).

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste edital de concurso a PREMIAÇÃO de projetos voltados ao fomento, à produção, difusão e fruição da arte e da cultura de Rio do Sul por meio da destinação de recursos que os viabilizem. Os projetos deverão: valorizar e fortalecer a memória, a diversidade e as singularidades da cultura e das expressões artísticas rio-sulenses, contemplar temas relevantes da sociedade contemporânea, novas linguagens, a educação, a democratização de acesso, a acessibilidade e a transversalidade das expressões culturais e artísticas.

1.2 Este edital premiará projetos culturais para as áreas de Artes Cênicas; Artes Visuais, Design e Moda; Audiovisual e Comunicação em Cultura; Formação em Cultura, Intercâmbio e Residências; Livro, Leitura e Literatura; Música; Patrimônio Imaterial e Identidade; e Patrimônio Material e Memória.

2. DOS RECURSOS

2.1 Os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento deste edital serão oriundos do Fundo Municipal de Incentivo à

Cultura de Rio do Sul (FMIC), com aporte de R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais).

2.2 Do aporte financeiro deste edital, serão destinados R\$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais) para a premiação de projetos e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para custos administrativos.

2.3 Anuído com o Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), o edital contemplará inicialmente as áreas e módulos financeiros subscritos, além dos custos administrativos:

Artes Visuais, Design e Moda

2 prêmios de R\$ 15.000,00

1 prêmio de R\$ 10.000,00

Total da área: R\$ 40.000,00 (13,56%)

Artes Cênicas

2 prêmios de R\$ 15.000,00

1 prêmio de R\$ 10.000,00

Total da área: 40.000,00 (13,56%)

Audiovisual e Comunicação em Cultura

1 prêmio de R\$ 15.000,00

1 prêmio de R\$ 10.000,00

Total da área: 25.000,00 (8,47%)

Formação em Cultura, Intercâmbio e Residências

1 prêmio de R\$ 10.000,00

2 prêmios de R\$ 5.000,00

Total da área: 20.000,00 (6,78%)

Livro, Leitura e Literatura

3 prêmios de R\$ 15.000,00

Total da área: 45.000,00 (15,25%)

Música

2 prêmios de R\$ 15.000,00

2 prêmios de R\$ 10.000,00

Total da área: 50.000,00 (16,95%)

Patrimônio Imaterial e Identidade

1 prêmio de R\$ 15.000,00

1 prêmio de R\$ 10.000,00

Total da área: 25.000,00 (8,47%)

Patrimônio Material e Memória

1 prêmio de R\$ 30.000,00

1 prêmio de R\$ 20.000,00

Total da área: 50.000,00 (16,95%)

Custos administrativos: R\$ 15.000,00

Total de premiações: R\$ 295.000,00

Total do edital: R\$ 310.000,00

2.4 Não sendo suficiente os R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) alocados do FMIC para o pagamento de custos administrativos, o excedente será pago através das dotações da FCRS.

3. DA PARTICIPAÇÃO E SUAS CONDIÇÕES

3.1 Estão habilitadas a participar deste edital:

a) Pessoas físicas, maiores de 18 (dezoito) anos, residentes e domiciliadas no município de Rio do Sul, Santa Catarina, há pelo menos 2 (dois) anos, devidamente comprovados nos termos deste edital e;

b) Pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, registradas no município de Rio do Sul, Santa Catarina, há pelo menos 2 (dois) anos, devidamente comprovados nos termos deste

editais.

Parágrafo único. Empresas que não estiverem registradas há mais de dois anos poderão participar deste processo de seleção desde que enviem portfólio que comprove a execução de atividades na área cultural no município de Rio do Sul por parte de seus representantes legais há pelo menos dois anos, junto aos comprovantes de residência, conforme letras "b" e "c", do item 4.6 deste edital.

3.2 Somente poderão ser beneficiados pelo FMIC projetos de caráter estritamente cultural.

3.3 É vedada a participação neste edital, como proponentes ou na ficha técnica de projetos culturais propostos por terceiros, de:

- a) Integrantes da Comissão de Acompanhamento de Processos (CAP);
- b) Servidores públicos, efetivos ou comissionados da FCRS, como pessoas físicas ou como pessoas jurídicas, na qualidade de representante legal ou no quadro de sociedade da mesma, sendo a empresa/entidade com ou sem fins lucrativos;
- c) De parentes em linha reta ou colateral, de até 2º grau, de servidores comissionados ou efetivos da FCRS, como pessoas físicas ou como pessoas jurídicas, na qualidade de representante legal ou no quadro de sociedade da empresa/entidade, sendo esta com ou sem fins lucrativos.

3.4 O não cumprimento do previsto no item 3.3 deste edital poderá submeter o proponente beneficiado e o servidor às sanções disciplinares previstas em lei.

3.5 Ao se inscreverem, os proponentes reconhecem a inexistência de plágio no projeto, assumindo integralmente a autoria e respondendo exclusivamente por eventuais acusações ou pleitos desta finalidade.

3.6 Cada proponente poderá encaminhar quantos projetos desejar em qualquer área e/ou módulo financeiro, porém, apenas um poderá receber recursos para a sua realização. Após o processo de habilitação, a CAP solicitará que os proponentes com mais de um projeto habilitado informem qual de seus projetos deverá receber o recurso, caso haja mais de uma contemplação.

3.7 A participação no presente edital implica no conhecimento e tácita aceitação das condições estabelecidas neste documento, incluindo seus anexos e eventuais retificações, sobre as quais o proponente não poderá alegar desconhecimento.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1 As inscrições são gratuitas e ficarão abertas de 01/07/2016 a 08/08/2016, sendo este o último dia para recebimento.

4.2 Os projetos poderão ser entregues presencialmente na Secretaria da Fundação Cultural de Rio do Sul ou enviado pelos Correios, na rua Ruy Barbosa, 204, Budag, Rio do Sul (SC), CEP 86165-487.

4.3 Os projetos entregues presencialmente devem respeitar os horários de funcionamento da Secretaria da Fundação Cultural de Rio do Sul (de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h30, sem intervalo para almoço) que está em consonância com o calendário de feriados e pontos facultativos da Prefeitura de Rio do Sul.

4.4 Projetos enviados pelos Correios deverão possuir Aviso de Recebimento (AR) e, para estes, será considerada a data de postagem.

4.5 As inscrições serão efetuadas mediante a entrega de um único envelope por projeto denominado "Envelope de Inscrição", lacrado e identificado no seu exterior, conforme a seguinte ordem de

dados:

PREMIO NODGI PELLIZZETTI DE INCENTIVO À CULTURA 2016

1. Título do projeto
2. Área cultural
3. Módulo financeiro
4. Nome do proponente/razão social
5. CPF ou CNPJ
6. E-mail

Parágrafo único. Não serão aceitos envelopes que contenham mais que um projeto em seu interior. Cada projeto, mesmo sendo do mesmo proponente, deverá ser encaminhado em envelope individual, contendo todos os documentos necessários para sua inscrição.

4.6 Para a inscrição de projetos de pessoas físicas, cada envelope deverá conter:

I - DOCUMENTAÇÃO DO PROPONENTE:

- a) Cópia de documentos do proponente (CPF e RG ou CNH);
- b) Cópia de comprovante de residência de maio de 2014 ou anterior;
- c) Cópia de comprovante de residência de maio de 2016 ou posterior;
- d) Portfólio/currículo do proponente, informando sua atuação e seus projetos realizados, preferencialmente na área em que concorre e contendo estritamente experiências culturais.

II - DOCUMENTAÇÃO DO PROJETO:

- e) Formulário de Inscrição Padrão (ANEXO 2), preenchido e assinado;
- f) Uma via do projeto básico (ANEXO 5), devidamente preenchida;
- g) Documentos específicos para cada tipo de projeto cultural, conforme ANEXO 1 deste edital.

4.7 Para a inscrição de projetos de pessoas jurídicas, cada envelope deverá conter:

I - DOCUMENTAÇÃO DO PROPONENTE:

- a) Cópia do cartão CNPJ, comprovando pelo menos 2 (dois) anos de registro em Rio do Sul, Santa Catarina, e sua finalidade cultural através do Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE);
- b) Cópia do estatuto, contrato social ou contrato de microempreendedor individual em vigor e suas alterações, devidamente registrado. Se tratando de associações sem fins lucrativos, deverá ser encaminhada também cópia da documentação de posse da atual diretoria;
- c) Cópia dos documentos do responsável legal, sócio majoritário e/ou presidente (RG, CPF ou CNH);
- d) Portfólio do proponente, informando sua atuação e seus projetos realizados, preferencialmente na área em que concorre, e contendo estritamente experiências culturais.

II - DOCUMENTAÇÃO DO PROJETO:

- e) Formulário de Inscrição Padrão (ANEXO 3), preenchido e assinado;
- f) Uma via do projeto básico (ANEXO 5), devidamente preenchido;
- g) Documentos específicos para cada tipo de projeto cultural, conforme ANEXO 1 deste edital.

Parágrafo único. No caso da empresa/associação/cooperativa possuir menos de dois anos de registro em Rio do Sul, Santa Catarina, poderá participar do processo de seleção enviando, juntamente ao cartão CNPJ, os seguintes documentos do representante legal da empresa ou do sócio majoritário/presidente:

- a) Comprovante de residência em Rio do Sul, de maio de 2014 ou anterior;

b) Comprovante de residência em Rio do Sul, de maio de 2016 ou posterior; e

c) Comprovar, através do portfólio ou currículo em questão, a atuação de mais de dois anos na área, no município de Rio do Sul, conforme item 3 deste edital.

4.8 Para fins de comprovação de residência, serão aceitas somente faturas de energia elétrica, água, telefone residencial, internet, TV a cabo e contrato de locação (com firma reconhecida em cartório).

4.8.1 Caso o proponente não consiga comprovar residência nos moldes expostos da maneira citada acima, será aceita a Declaração Oficial de Residência assinada pelo proprietário do imóvel, com firma reconhecida em cartório, conforme modelo anexo neste edital, acompanhada de um comprovante de residência de maio de 2014 ou anterior e um de maio de 2016 ou posterior em nome do declarante

4.9 Os projetos concorrentes não sofrerão restrições quanto à temática abordada, desde que não promovam:

- a) Discriminação de raça, gênero, orientação sexual e/ou crença;
- b) Incentivo ao uso/tráfico de entorpecentes e drogas afins;
- c) Pedofilia;
- d) Pornografia;
- e) Promoção política de candidatos e/ou partidos; e
- f) Tráfico de animais.

4.10 Após o envio, não serão admitidas alterações ou complementações no projeto, por mais nobre que seja considerada a causa.

5. DAS TRAMITAÇÕES DO PROJETO

5.1 Assim que o projeto der entrada na Secretaria da Fundação Cultural, receberá número de protocolo para acompanhamento online no portal do FMIC.

5.2 Após o término do prazo de inscrição, a CAP realizará ato público de abertura dos envelopes e criação da ata dos projetos habilitados e inabilitados (conferência documental).

5.3 O projeto será considerado inabilitado pela CAP se não apresentar, no ato da inscrição, todas as informações e documentos solicitados neste edital, conforme itens 4.6 e 4.7 deste edital.

5.4 Após os processos legais de habilitação, a CAP repassará os projetos para a Comissão Autônoma de Seleção (CAS) que, por sua vez, fará a classificação dos projetos inscritos, conforme item 6.2 deste edital.

5.5 Após análise de mérito dos projetos, será divulgada a lista classificatória. Os selecionados terão até 10 (dez) dias para encaminhar à FCRS os documentos necessários para a elaboração de contrato, após solicitação.

5.5.1 A relação da documentação supracitada se dará de acordo com constituição legal de cada proponente (pessoa física, jurídica com ou sem fins lucrativos) e será encaminhada ao e-mail cadastrado na proposta, ficando também à disposição para retirada na FCRS.

Parágrafo Único. Terminado o período citado no item 5.5, os selecionados que não enviaram os documentos solicitados ou que encontraram-se impossibilitados de assinar o contrato por motivos jurídicos, terão seus prêmios direcionados aos classificados subsequentes, que serão chamados através de comunicado da CAP.

5.6 Caso um módulo financeiro não tenha projetos selecionados

com a média mínima de corte ou não possua inscrições, os recursos serão remanejados para outros módulos financeiros e/ou áreas, respeitando os seguintes critérios:

1º Projetos da mesma área;

2º Projetos suplentes com as maiores notas, desde que existam recursos para o seu pagamento integral.

5.7 Após todos os contratos elaborados, a CAP emitirá comunicado convocando os premiados para ato de assinatura dos contratos.

6 DO PROCESSO DE SELEÇÃO

6.1 Habilitação

6.1.1 A habilitação compreende: triagem, de caráter eliminatório, com o objetivo de verificar se o proponente cumpre as exigências previstas neste edital e se enviou toda a documentação solicitada.

6.1.2 A lista das propostas habilitadas e inabilitadas será divulgada na página eletrônica do FMIC.

6.1.3 Os candidatos não habilitados terão o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação da lista a qual se refere o item anterior, para interpor recursos à CAP.

6.1.4 Os recursos referentes à inabilitação da inscrição deverão ser enviados para o endereço eletrônico fmic@fundacaocultural.art.br, não cabendo a apresentação de documentos obrigatórios não enviados no momento da inscrição.

6.1.5 Os recursos serão julgados pela CAP em até 5 (cinco) dias e homologados pelo superintendente da Fundação Cultural de Rio do Sul.

6.1.6 Após análise e homologação, os resultados dos recursos serão publicados na página eletrônica do FMIC.

6.2 Avaliação de mérito

6.2.1 A avaliação de mérito, de caráter classificatório, abrangerá todos os projetos habilitados e será realizada por uma Comissão Autônoma de Seleção (CAS), nomeada por portaria interna da Fundação Cultural de Rio do Sul. Essa comissão será composta por, no mínimo, doze especialistas, residentes fora do município de Rio do Sul, de notório saber na área cultural, escolhidos pelo corpo técnico da Fundação Cultural de Rio do Sul, que disponibilizará seus currículos e informações no portal eletrônico do FMIC, após a seleção dos projetos.

6.2.2 A Comissão de Seleção será acompanhada por integrantes da CAP, que secretariarão e coordenarão os trabalhos sem direito a voto.

6.2.3 A CAS atribuirá notas aos projetos, de acordo com os critérios e pontuações abaixo:

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

a) 0 a 25 pontos - Viabilidade de execução do projeto

b) 0 a 20 pontos - Relevância cultural do projeto para a sociedade rio-sulense

c) 0 a 15 pontos - Excelência artística do projeto ou, tratando-se de propostas patrimoniais, potencial de eficácia da proposta para salvaguardar o patrimônio (material ou imaterial) em questão

d) 0 a 10 pontos - Estratégia de comunicação, divulgação e formação de público ou, tratando-se de propostas patrimoniais, potencial de difusão dos conhecimentos resultantes do projeto

e) 0 a 15 pontos - Qualificação dos profissionais envolvidos

f) 0 a 10 pontos - Atenção à acessibilidade

g) 0 a 05 pontos - Contrapartida social

PONTUAÇÃO GERAL = 0 a 100 pontos

6.2.4 A "nota geral do projeto" será a média das pontuações gerais dadas individualmente por cada avaliador.

6.2.5 Os projetos que não atingirem a nota geral mínima de 50 pontos (média de corte) não poderão receber recursos do FMIC, mesmo não havendo projetos com melhor qualificação em sua área ou módulo financeiro, não cabendo quaisquer questionamentos por parte do proponente.

Parágrafo único. Projetos com média zerada no critério "viabilidade de execução" não poderão receber recursos do FMIC, mesmo que a nota geral do projeto seja maior do que a média de corte.

6.2.6 A premiação por nota será estabelecida por mérito das maiores pontuações, por módulo financeiro, por área e em ordem decrescente.

6.2.7 Havendo empate entre a nota final dos proponentes, os critérios de desempate seguirão a ordem abaixo:

- a) maior nota no critério "viabilidade de execução do projeto";
- b) maior nota no critério "relevância cultural do projeto"; e
- c) maior nota no critério "excelência artística e cultural do projeto ou, tratando-se de propostas patrimoniais, potencial de eficácia da proposta para salvaguardar o patrimônio (material ou imaterial) em questão".

6.2.8 Persistindo o empate entre as notas, a CAS, em votação, estabelecerá o desempate.

6.2.9 A relação dos projetos selecionados e subsequentes será divulgada na página eletrônica do FMIC.

6.2.10 A relação completa dos projetos avaliados e suas respectivas notas poderão ser acessadas na ata de curadoria, disponível na página eletrônica do FMIC.

Parágrafo único. A decisão da CAS é soberana, não cabendo interposições de recursos.

6.2.11 A CAS poderá emitir análises dissertativas sobre os projetos apresentados. Essas análises poderão ser solicitadas pelo proponente através do e-mail fmic@fundacaocultural.art.br.

6.3 Análise da documentação complementar (para os contemplados)

6.3.1 A análise jurídica de documentação complementar dos proponentes selecionados é de caráter eliminatório e compreende no envio (por parte dos proponentes) dos documentos e análises legais necessárias para a confecção e a assinatura dos contratos.

6.3.2 Os documentos complementares deverão ser entregues em envelope lacrado na FCRS (ou enviados por correio, com AR) em até 10 (dez) dias após a solicitação que será feita pela CAP.

6.3.3 A conta bancária para recebimento do recurso deverá ser em nome do proponente do projeto (pessoa física ou jurídica), não podendo ser conta conjunta.

6.3.4 Ocorrendo desistência ou impossibilidade de recebimento do prêmio por parte do premiado, em razão do descumprimento das obrigações estabelecidas neste edital ou por fatores jurídicos, o recurso financeiro será destinado aos projetos subsequentes, observados os critérios expostos no item 5.6 deste edital.

6.3.5 Não havendo selecionados suficientes para o emprego total dos recursos orçamentários deste edital, os valores permanecerão no FMIC até a abertura de novo edital.

7. DO CONTRATO, RECEBIMENTO E EXECUÇÃO DO PROJETO

7.1 Os contemplados receberão o valor do prêmio em até 20 (vinte) dias úteis, após a assinatura do contrato, em parcela única.

7.2 Os contemplados terão 180 (cento e oitenta) dias para realizar o plano de trabalho contemplado, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante solicitação do proponente e aprovação pela CAP.

7.3 Durante a execução do projeto, o beneficiado deverá encaminhar à CAP, se solicitado, informações prévias e, relatórios parciais, com datas, locais e público envolvido.

7.4 Os proponentes contemplados poderão receber visitas da CAP, do CMPC ou da FCRS durante todo o período de realização do projeto. Também comprometem-se a recebê-los e prestar esclarecimentos sobre o projeto sempre que necessário.

7.5 Em hipótese alguma, os beneficiados receberão suplementação dos recursos para a execução do projeto.

7.6 É obrigatória a inserção dos logotipos da Prefeitura de Rio do Sul, Fundação Cultural de Rio do Sul, Sistema de Cultura de Rio do Sul e do Prêmio Nodgi Pellizzetti, bem como a menção ao patrocínio recebido no início das atividades (quando aplicável), em entrevistas e outros meios de comunicação disponíveis ao beneficiado, conforme regras do Manual de Identidade Visual e Comunicação do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura de Rio do Sul, que estará disponível no portal eletrônico do FMIC.

7.7 Nenhum outro logotipo poderá constar sob a chancela de "PATROCÍNIO", a não ser o conglomerado de logotipos do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura de Rio do Sul e, se for o caso, os logotipos de apoios das leis e editais de incentivo à cultura federais e/ou estaduais.

7.8 Todos os materiais de divulgação do projeto (outdoor, busdoor, folder, cartaz, artes de encartes, contracapa, etc.), antes de sua impressão e/ou divulgação, deverão ter sua arte final encaminhada, obrigatoriamente, com no mínimo 7 (sete) dias de antecedência à produção, para o e-mail designer@fundacaocultural.art.br, onde será realizada prévia análise e aprovação, visando à averiguação do correto emprego do conglomerado de logotipos do FMIC.

Parágrafo único. Caso a aplicação dos logotipos não passe por análise da Fundação Cultural ou não sejam acatadas suas recomendações, resultando em material produzido com incoerência, o proponente recolherá ao FMIC os recursos aplicados no respectivo material, conforme planilha orçamentária apresentada.

7.9 Não será permitida a comercialização de produtos apoiados pelo FMIC em valores superiores aos aprovados no projeto, com pena de ação judicial e devolução dos recursos ora disponibilizados.

7.10 O prazo para prestação de contas será de 30 dias após o término do prazo de execução, podendo ser prorrogado por igual período, desde de que previamente solicitado.

7.11 O não cumprimento do projeto nos prazos legais, a falta de prestação de contas ou a desistência do proponente na realização do projeto acarretarão na devolução integral dos recursos recebidos, mesmo que o projeto já tenha sido executado em sua totalidade ou parcialidade.

7.12 Havendo qualquer tipo de irregularidade na execução, seja ela constatada através de denúncia, acompanhamento por parte do

CMPC ou da CAP, o proponente poderá ser orientado, advertido ou até mesmo ter solicitada a devolução parcial ou total dos recursos.

7.13 Qualquer proposta de modificação no projeto premiado só poderá ser colocada em prática se aprovada pela CAP, que poderá pedir vistas ao CMPC.

7.13.1 As solicitações de alteração nos projetos culturais aprovados deverão ser submetidas ao endereço eletrônico fmic@fundacaocultural.art.br, explicando o que pretende-se alterar no projeto e suas respectivas justificativas.

7.13.2 O deferimento e/ou indeferimento se dará através de resposta virtual por parte da presidência da CAP.

7.14 No caso de exposições/apresentações públicas, os premiados comprometem-se a respeitar as condições de acessibilidade e de meia-entrada previstas nas legislações municipal, estadual e federal.

7.15 Ficam sob a responsabilidade dos contemplados, todos os contatos, contratações, custos, encargos e operacionalização referente ao desenvolvimento do projeto selecionado.

7.16 A Fundação Cultural de Rio do Sul não emitirá cartas de anuência e documentos complementares para nenhum projeto e/ou proponente, porém, se compromete desde já com a cessão de seus espaços mediante solicitações posteriores, respeitando suas atividades internas, pontos facultativos e agenda de eventos.

7.17 Será deduzido do valor do prêmio, pela fonte pagadora da pecúnia, em conformidade com a legislação vigente, Imposto de Renda de proponente pessoa física, conforme tabela progressiva de ajuste anual de IRPF, sendo o pagamento informado, na contabilidade, como remuneração sem vínculo empregatício;

7.18 Não será deduzido do valor do prêmio, pela fonte pagadora da pecúnia, Imposto de Renda de proponente pessoa jurídica. Não significando aqui, a sua desobrigação no cumprimento da legislação vigente, devendo o proponente providenciar o recolhimento e anotação em sua contabilidade de tributos, quando devidos.

8. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 Os projetos contemplados deverão apresentar prestação de contas composta por relatório de atividades, conforme diretrizes disponibilizadas no portal online do FMIC.

8.2 Rejeitada a prestação de contas em razão da existência de dolo, fraude, simulação, conluio, desvio dos recursos ou de finalidade do objeto, o proponente estará sujeito à multa de até 2 (duas) vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicado no projeto, sem prejuízo de outras sanções civis, penais ou tributárias, bem como a exclusão de qualquer possibilidade de benefício do FMIC por um período de 2 (dois) anos após o cumprimento dessas obrigações.

8.3 Na hipótese da prestação de contas não ser aprovada e exaurida todas as providências cabíveis, a CAP registrará o fato em ata, que será encaminhada pela FCRS à Procuradoria Jurídica do Município para a aplicação das medidas de sua competência.

8.4 Qualquer parceria e/ou apoio recebido de outras fontes deverão ser descritos no relatório de prestação de contas, detalhando de que forma se concretizou a parceria e/ou apoio.

8.5 A prestação de contas se limita à análise do cumprimento do objeto do projeto através de fotos, documentos e vistorias presenciais; da realização do plano de mídia e confecção dos materiais de divulgação desenvolvidos e dos demais itens contratuais de cada

projeto, não cabendo análise financeira e/ou de documentos contábeis, salvo casos excepcionais solicitados pela CAP.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 Os contemplados autorizam, desde já, a Fundação Cultural de Rio do Sul e a Prefeitura de Rio do Sul a mencionar, sem qualquer ônus, o patrocínio e utilizar em suas ações de divulgação os indicadores resultantes do projeto cultural, quando, onde e da forma que acharem oportuna, podendo utilizar também as peças publicitárias, fichas técnicas, material audiovisual, fotografias e os relatórios de atividades dos projetos contemplados no Prêmio Nodgi Pellizzetti do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura de Rio do Sul.

9.2 Este edital não impede que os proponentes dos projetos contemplados obtenham outros recursos junto a outras esferas da iniciativa pública ou privada, utilizando ou não as leis de incentivo à cultura vigentes no país.

9.3 Caso o projeto receba recursos de outras fontes, estes recursos não poderão arcar com itens orçamentários já aprovados pelo FMIC.

9.4 Este edital ficará à disposição dos interessados na página eletrônica do FMIC.

9.5 Eventuais questionamentos sobre itens não expostos neste edital deverão ser feitos exclusivamente através do e-mail fmic@fundacaocultural.art.br, informando no assunto "PRÊMIO NODGI PELLIZZETTI – ESCLARECIMENTOS".

9.6 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnação deste Edital de Concurso, por meio de petição escrita, apresentada à CAP em até 3 (três) dias úteis antes da data indicada para a assinatura dos contratos, respeitando os horários de funcionamento da Fundação Cultural e/ou através de pedido direto à Procuradoria Jurídica do Município, conforme art. 41, parágrafo 1 da Lei nº 8666/93.

9.6.1 Quando a impugnação se referir apenas a questões que não impedem o prosseguimento do edital/concurso, poderá ser dada continuidade a este, ficando sobrestadas apenas as questões impugnadas, até a decisão sobre a impugnação.

9.6.2 Acolhida a impugnação, será designada nova data para a retificação dos procedimentos.

9.7 Só serão aceitos recursos em relação às decisões da CAP relativos a erros formais ou de procedimentos, caso identificados, e deverão ser objetivamente fundamentadas e entregues na Fundação Cultural de Rio do Sul, respeitando prazo máximo de 5 (cinco) dias após a publicação dos resultados (art. 109 da Lei nº 8666/93).

9.8 As documentações, tanto dos projetos contemplados quanto dos projetos não contemplados, não poderão ser retiradas pelos seus proponentes e ficarão arquivadas na Fundação Cultural de Rio do Sul até o término da execução de todos os processos deste edital e, após estes prazos, serão descartadas.

9.9 Nenhuma indenização será devida ao proponente pela elaboração, apresentação de documentação e proposta relativa ao presente edital.

9.10 Em nenhuma hipótese, poderá haver troca dos proponentes ou alteração do objeto do projeto em sua totalidade.

9.11 É de responsabilidade dos concorrentes acompanhar os resultados através dos meios de divulgação informados neste edital.

9.12 A Fundação Cultural agendará capacitação para a inscrição

de projetos no Prêmio Nodgi Pellizzetti de Incentivo à Cultura, que terão suas datas divulgadas através da página eletrônica da entidade.

9.13 É de responsabilidade de cada proponente os direitos autorais de textos, músicas e imagens que porventura sejam utilizados para o desenvolvimento de suas propostas, não cabendo à Fundação Cultural de Rio do Sul nenhum ônus quanto aos direitos de terceiros envolvidos nos projetos culturais. O proponente compromete-se desde já com possíveis sanções e penas legais por plágio ou uso não autorizado junto ao titular da obra e demais envolvidos no processo.

9.14 Os casos omissos relativos a este edital serão resolvidos pelo superintendente da Fundação Cultural de Rio do Sul, que poderá recorrer aos demais setores da Prefeitura de Rio do Sul e ao CMPC, ficando desde já eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul para dirimir eventuais questões relativas a este edital, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.15 Para efeito deste Edital de Concurso, considera-se:

Projeto cultural

Planos de trabalho que contribuam com o desenvolvimento artístico e/ou cultural, contendo documentação básica para análise: objeto, justificativa, planilha orçamentária e demais documentos solicitados.

Democratização de acesso

Ato de facilitar ou incluir nos eventos culturais o público que normalmente fica distante destas ações, como: estudantes de escolas públicas, terceira idade, pessoas com deficiência, moradores da área rural ou distantes dos centros urbanos.

INFORMAÇÕES SOBRE OS CRITÉRIOS DE ANÁLISE

Viabilidade de execução

Análise que consiste na coerência orçamentária, de prazos e do objeto do projeto, verificando a real capacidade de realização por parte do proponente e o emprego do recurso público pleiteado.

Relevância cultural do projeto para a sociedade rio-sulense

Análise do projeto proposto, os resultados junto à realidade cultural do município de Rio do Sul, as singularidades, destaques e carências.

Excelência artística/cultural do projeto

Qualidade do produto artístico/cultural a ser produzido. Análise dos currículos dos envolvidos e experiência na área.

Potencial de eficácia da proposta para salvaguardar o patrimônio

No caso de propostas patrimoniais, será analisado se o projeto é eficaz para salvaguardar o patrimônio em questão (materiais utilizados, demonstração de conhecimento técnico por parte dos executores, resultados esperados, etc.).

Estratégia de comunicação, divulgação e formação de público

É o conjunto de estratégias que asseguram que o projeto reverbere na comunidade, atinja o público-alvo e contribua com a formação de novos públicos.

Potencial de difusão dos conhecimentos resultantes do projeto

Se tratando de propostas patrimoniais, analisará-se o potencial do projeto em multiplicar os conhecimentos/registros resultantes deste e de que forma pode contribuir direta ou indiretamente com a formação patrimonial.

Qualificação dos profissionais envolvidos

Análise sobre os currículos de todos os envolvidos na execução do projeto, tanto do proponente/coordenador, quanto dos convidados.

Atenção à acessibilidade

Analisa se o proponente está atento às normas de acessibilidade previstas nas legislações municipais, estaduais e federais e se está incluindo mecanismos novos para a quebra de barreiras (físicas e/ou intelectuais). Este critério analisa a adequação dos espaços físicos (rampas de acesso, elevadores, etc.) e a utilização de mecanismos que promovam a inclusão e permitam a apreciação dos conteúdos por todos os cidadãos (audiodescrição, closed caption, Libras, edição em braille, etc.).

Contrapartida social

Ações extras desenvolvidas dentro do plano de trabalho sem custos à fonte pagadora da pecúnia.

Willian Sieverdt

Superintendente da Fundação Cultural de Rio do Sul

Rio do Sul, 29 de junho de 2016

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1443, DE 28 DE JUNHO DE 2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1443, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

Outorga a Comenda do Mérito Agropecuário "Francisco Frankenberger" ao agricultor Edelin Schlessner e à agricultora Maristela Ledra Schlessner.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art.1º Fica outorgada a Comenda do Mérito Agropecuário "Francisco Frankenberger" ao agricultor Edelin Schlessner e à agricultora Maristela Ledra Schlessner, pelo destaque em suas atividades agrícolas no município de Rio do Sul durante o ano de 2016.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 28 de junho de 2016.

MARIO MIGUEL

PORTARIA Nº 909, DE 29 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA No 909, DE 29 DE JUNHO DE 2016

Autoriza o Gozo de Férias remanescentes a Servidora Ivone Wolter Schweder

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 11 a 26 de julho de 2016, a servidora Ivone Wolter Schweder, Auxiliar Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, em complemento ao período remanescente referente a 2015 – 2016, de acordo com a Portaria nº 873, de 7 de dezembro de 2015.

Art. 2º Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 29 de junho de 2016.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 910, DE 29 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA No 910, DE 29 DE JUNHO DE 2016

Autoriza o Gozo de Férias Remanescentes a Servidora Heliana Duarte Prim.

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 11 a 26 de julho de 2016, em complemento ao período remanescente referente a 2015 – 2016, de acordo com a Portaria nº 875, de 7 de dezembro de 2016, a Heliana Duarte Prim, Agente Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo único. Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 29 de junho de 2016.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

Romelândia

PREFEITURA

CONTRATO 71

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1124 / 2016

Edital de Tomada de Preços nº 09/2016

Extrato do Contrato nº 71 / 2016

O Município de Romelândia/SC comunica a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO PARA CAPTAÇÃO DE AGUA SUBTERRÂNEA EM ROCHAS BASÁLTICAS - NA COMUNIDADE DE LINHA AVORADA , CONFORME ABNT- NBR - 12212 E ART OBRA E SERVIÇO - 5693647-4.

Contratada: PFG POÇOS ARTESIANOS LTDA- EPP - Prazo: IMEDIATO - Valor R\$: 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais) Assinaturas: Pelo Município Valdoci Saul, Prefeito de Romelândia e pela Contratada: MARCIO PARISOTTO, Romelândia/SC, 21/06/2016

PORTARIA 8102

PORTARIA Nº 8102/2016

SUSPENDE FÉRIAS REGULAMENTARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI, RESOLVE:

RESOLVE:

Suspender férias, a partir da data de 28 de junho de 2016, da Servidora Pública Municipal INES BARBOSA, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, concedidas pela Portaria n.º 8097/2016, em conformidade com o artigo 112, parágrafo único da Lei Complementar nº 005/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, sendo que gozara os dias restantes das férias em período oportuno de conveniência do Município. O referido ato motiva-se pela insuficiência de servidores.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 29 de junho de 2016

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Santa Cecília

PREFEITURA

LEI 1849/2016

LEI MUNICIPAL Nº 1.849/2016, DE 27 DE JUNHO DE 2016

“Autoriza o Chefe Do Poder Executivo a promover a venda de títulos da dívida agrária pertencentes ao Município e dá outras providências”.

O Prefeito municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber à todos os habitantes do Município que a câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a venda de 1530 (mil quinhentos e trinta) Títulos da Dívida Agrária pertencentes ao Município de Santa Cecília, conforme abaixo discriminado:

TÍTULO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	QUANTIDADE
TDAD04H414	01/08/2004	01/08/2020	388
TDAD06C336	01/03/2006	01/03/2020	380
TDAD03I418	01/09/2003	01/09/2023	294
TDAD01E417	01/05/2001	01/05/2020	294
TDAD11G238	01/07/2011	01/07/2026	96
TDAD04L339	01/12/2004	01/12/2021	78

Art. 2º. A venda dos Títulos da Dívida Agrária pertencentes ao Município será realizada com pagamento à vista no ato da transferência da titularidade dos mesmos à empresa compradora.

Art. 3º. As despesas que porventura venham a resultar da transferência das ações vendidas correrão por conta da empresa compradora.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 27 de Junho de 2016.
DOMINGOS SCARIOT JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

RESUMO LICITAÇÃO 059/2016 DL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2016 - DL

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC.

CNPJ: 01.356.308/0001-37

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, PARA DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE.

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré-julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Da justificativa: A Dispensa de Licitação para aquisição de medicamento se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Do valor: O valor global previsto dos produtos adquiridos importa em R\$ 43.093,60 (quarenta e três mil, noventa e três reais e sessenta centavos).

Assinatura: 28/06/2016

Vigência: 28/06/2016 à 30/11/2016

Ana Regina Paulo de Borba

Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

RESUMO LICITAÇÃO 060/2016 DL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2016 - DL

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – AMESC.

Objeto: Serviços médicos especializados, exames não prestados no município, para atendimento a pessoas carentes do município de Santa Rosa do Sul, através do Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC e Assessoria e Manutenção de Programas de Saúde exercício 2016.

Da justificativa: A Dispensa de licitação para realização de exames e consultas médicas especializadas se faz necessário ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde por se tratar de uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios do extremo sul catarinense.

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Do valor: O valor global estimativo previsto importa em R\$ 106.730,00 (cento e seis mil, setecentos e trinta reais).

Vigência: 28/06/2016 a 30/11/2016.

Ana Regina Paulo de Borba

Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº 055/2016 SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 055/2016

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1295/2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Dpto de Administração				
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Dpto de Administração				
12	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00
04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Dpto de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
32	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
67	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	30.000,00
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.028000 Assistência Social				
91	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	14.000,00
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.039000 Programa de Incentivo a inseminação artificial para pecuária				
116	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), a seguir especificados:

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.01 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
133920021.2.021100 Manutenção das atividades do setor de cultura				
4	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.548,39
6	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.01 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
278120021.2.024000 Manutenção das atividades do setor de esporte				
9	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.367,61
04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123060018.2.01400 Merenda Escolar para ensino fundamental				
42	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123630018.2.01900 Apoio ao ensino médio				

46	0100	3.3.50.00.00.0000	Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	20,00
47	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	21.104,00
04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123630018.2.02000 Apoio ao ensino superior				
48	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	960,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154510040.1.01700 Construção de Pórtico				
70	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	7.000,00
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.051000 Programa Habitacional e Regularização Fundiária				
99	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
205410048.2.050000 Prog. de Incentivo ao Reflor. e Aquisição de Sementes				
118	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 29 de junho de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

LEI Nº 1295/2016

LEI Nº 1295 DE 29 DE JUNHO DE 2016

Autoriza o poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Dpto de Administração				
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Dpto de Administração				
12	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00
04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Dpto de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
32	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
67	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	30.000,00
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.028000 Assistência Social				
91	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	14.000,00
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				

12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.039000 Programa de Incentivo a inseminação artificial para pecuária				
116	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), a seguir especificados:

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.01 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
133920021.2.02100 Manutenção das atividades do setor de cultura				
4	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.548,39
6	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.01 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
278120021.2.02400 Manutenção das atividades do setor de esporte				
9	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.367,61

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123060018.2.01400 Merenda Escolar para ensino fundamental				
42	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123630018.2.01900 Apoio ao ensino médio				
46	0100	3.3.50.00.00.0000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	20,00
47	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	21.104,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123630018.2.02000 Apoio ao ensino superior				
48	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	960,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154510040.1.01700 Construção de Pórtico				
70	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	7.000,00

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.051000 Programa Habitacional e Regularização Fundiária				
99	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
205410048.2.050000 Programa de Incentivo ao Reflorestamento e Aquisição de Sementes				
118	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT
Secret. de Gestão e Des. Econômico
Matricula nº 126/1

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2016- DISPÕE SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DISPÕE SOBRE a classificação dos candidatos AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Município de Santiago do Sul-SC, responsável pela coordenação e execução do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2016,

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, e;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desses serviços essenciais à população, e;

Considerando que a única participante do Processo Seletivo nº 003/2015, rescindiu seu contrato com a municipalidade;

Considerando a impossibilidade de paralisação das aulas por ausência de professores, TORNA PÚBLICO através do presente instrumento, o RESULTADO E A CLASSIFICAÇÃO do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2016,

1. Fica homologado o resultado e a classificação do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2016, cuja relação dos classificados segue abaixo:

PROFESSOR DE LINGUA ESTRANGEIRA INGLÊS- NÃO HABILITADO			
INSC	NOME	Pontuação	classificação
01	ROSELI NUNES NOVAIS CHITOLINA	14	1º
02	THAIS TEREZINHA CARARO GENTILINI	2	2º

Santiago do Sul-SC/SC, em 29 de junho de 2016

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

EDITAL Nº 003/2016 - DISPÕE SOBRE RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ACORDO COM O EDITAL Nº002/2016.

EDITAL Nº 003/2016

Dispõe sobre Resultado e Classificação Provisória do Processo Seletivo Simplificado de acordo com o Edital nº002/2016.

O Município de Santiago do Sul-SC, responsável pela coordenação e execução das fases do Processo Seletivo Simplificado 002/2016, TORNA PÚBLICO através do presente instrumento, o RESULTADO E A CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2016, cuja relação segue abaixo:

1. Lista dos candidatos classificados por cargo e com suas respectivas pontuações:

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 5º ANO – HABILITADO			
INSC	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
12	CATIANE PIVA VANZIN	45	1º
01	FABIANA DE PARIS PACAZZA	45	2º
18	JANICE LUCI DE MARQUI	45	3º
16	CLAUDIA BRUNETTO DOS SANTOS	22,3	4º
11	KASSIA RECKTENWALD TARGA	20	5º
15	ZENAIDE POSTER ISOTON	17	6º
08	CRISTIANE COFCEWICZ	16	7º
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 5º ANO – NÃO HABILITADO			
INSC	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO

14	ANGELA KARINA MARTINS	19	1º
10	ANA CLAUDIA SAGAS PICOLI	18,2	2º
09	DENIR APARECIDA DE ANDRADE	16,4	3º
04	ANA PAULA ZAT	15	4º
02	ELIZANDRA BRIZOLA DOS SANTOS	14	5º
05	ANA PAULA GUEDES MATIELLO	11	6º
13	VANESSA PAULA BAU	11	7º
07	GIAN CÁSSIO LIBARDONI DE CEZARO	10,7	8º
06	EDICLERI VANZIN PELINSON	10	9º
17	MAIKELI REGINA PACAZZA	10	10º
03	ELIEZER TECCHIO	5,6	11º
19	NEIDECLEIA PIVA LOURENCI	0,0	Desclassificada

2 – Serão admitidos recursos em face da classificação, que deverão ser interpostos e protocolados junto a Secretaria de Administração no prazo de até 2(dois) dias úteis, após a publicação do presente edital.

Santiago do Sul-SC/SC, em 28 de julho de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 141/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 141/2016

A Secretaria de Assistência Social torna pública a homologação da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 141/2016, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE MUDAS, HORTALIÇAS E SEMENTES DIVERSAS PARA IMPLANTAÇÃO DE 03 HORTAS COMUNITÁRIAS COM 03 ESTUFAS DE 169M² (BAIRRO SERRA ALTA, LENÇOL (LOTEAMENTO ALPESTRE) E MATO PRETO, AMPLIAÇÃO DA HORTA COMUNITÁRIA EXISTENTE NO BAIRRO CENTENÁRIO COM A CONSTRUÇÃO DE 01 ESTUFA DE 169M² E AUMENTO DO CERCADO E REATIVAÇÃO DO VIVEIRO DE MUDAS, CONFORME PROCESSO Nº 71000.094383/2012-69 CONVÊNIO Nº 017/2012- SESAN E SICONV Nº 774229/2012, para à empresa: SINDICATO RURAL DE SÃO BENTO DO SUL, TOTALIZANDO EM R\$ 5.514,36.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2016.

MARISA DO AMARAL

Secretária Interina de Assistência Social

DECRETO Nº 1380/2016

DECRETO Nº 1380, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3686, de 29 de junho de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 564.967,79 (quinhentos e sessenta e quatro mil, novecentos e sessenta e sete reais e setenta e nove centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único. O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Projeto: 1.040 – Infraestrutura em vias públicas – Operação Tapete Preto

3.3.90.93.00.00.00.00.0325 – Indenizações e Restituições R\$ 564.967,79

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Projeto: 1.040 – Infraestrutura em vias públicas – Operação Tapete Preto

(546) 4.4.90.51.00.00.00.00.0325 – Obras e Instalações R\$ 564.967,79

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1381/2016

DECRETO Nº 1381, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3686, de 29 de junho de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único. O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Projeto: 1.040 – Infraestrutura em vias públicas – Operação Tapete Preto

(240) 4.4.90.51.00.00.00.00.0024 – Obras e Instalações R\$ 2.600.000,00

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 03 – Turismo

Atividade: 2.019 – Departamento de Turismo - DETUR

(486) 4.4.90.51.00.00.00.00.0024 – Obras e Instalações R\$ 400.000,00

Órgão: 19 – IPRESBS

Unidade: 01 – IPRESBS

Atividade: 2.062 – Manutenção e Funcionamento do IPRESBS

(1) 3.1.20.98.00.00.00.00.0203 – Compensações ao RGPS R\$ 500.000,00

Art. 2º Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 19 – IPRESBS

Unidade: 01 – IPRESBS

Atividade: 2.068 – Superávit Financeiro do RPPS

(14) 9.9.99.99.00.00.00.00.0203 – Reserva de Contingência R\$ 500.000,00

Órgão: 23 – SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 03 – Sistema de Esgoto Sanitário

Projeto: 1.003 – Construção de Unidades de Coleta, Elevação e Tratamento de Esgoto

(48) 4.4.90.51.00.00.00.00.0234 – Obras e Instalações R\$

3.000.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1382/2016

DECRETO Nº 1382, DE 29 DE JUNHO 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.026 – Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Fundamental - FUNDEB

(212) 3.1.90.11.00.00.00 0019 - Venc. Vantagens Fixas – PC

.....R\$ 2.000.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, será utilizado recurso da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.026 – Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Fundamental - FUNDEB

(211) 3.1.90.11.00.00.00 0018 - Venc. Vantagens Fixas – PC

.....R\$ 2.000.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

EDITAL Nº 007/2016

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS

EDITAL Nº 007-H/2016

REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 007/2016

FERNANDO TURECK, Prefeito Municipal de São Bento do Sul, por meio da Secretaria Municipal de Administração e do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO presente Edital para divulgar o que segue:

1. LISTA DEFINITIVA DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: Tendo em vista que não foram interpostos recursos, em nada se altera a Lista de Pessoas com Necessidades Especiais anteriormente divulgada, ficando esta ratificada e tornando-se a Lista

Definitiva de Pessoas com Necessidades Especiais.

2. CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA E HOMOLOGAÇÃO FINAL CONCURSO PÚBLICO Nº 007/2016: Após o julgamento dos recursos da Classificação Preliminar, divulga-se a Classificação Definitiva e a Homologação Final do Concurso Público nº 007/2016, regido pelo Edital nº 007/2016 e nº 007-A/2016 para os Cargos de AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AGENTE DE DEFESA CIVIL, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, ASSISTENTE SOCIAL, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, EDUCADOR SOCIAL, ENFERMEIRO, FISCAL DO PROCON, FISCAL EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE, MÉDICO CLÍNICO GERAL, MÉDICO GENERALISTA – ESF, MÉDICO VETERINÁRIO, MOTORISTA, PEDAGOGO SOCIAL, PSICÓLOGO e TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

3. O Anexo deste Edital, contendo o Relatório de Notas e a respectiva Classificação Definitiva de cada cargo, encontra-se divulgado no Pannel de Publicação da Prefeitura Municipal, bem como, na internet, pelos sites www.objetivas.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br.

São Bento do Sul, em 30 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK,

Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

LEI Nº 3686/2016

LEI Nº 3686, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 564.967,79 (quinhentos e sessenta e quatro mil, novecentos e sessenta e sete reais e setenta e nove centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único. O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Projeto: 1.040 – Infraestrutura em vias públicas – Operação Tapete Preto

3.3.90.93.00.00.00.00.0325 – Indenizações e Restituições R\$ 564.967,79

Art. 2º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único. O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Projeto: 1.040 – Infraestrutura em vias públicas – Operação Tapete

Preto
(240) 4.4.90.51.00.00.00.00.0024 – Obras e Instalações R\$ 2.600.000,00

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 03 - Turismo

Atividade: 2.019 – Departamento de Turismo - DETUR

(486) 4.4.90.51.00.00.00.00.0024 – Obras e Instalações R\$ 400.000,00

Órgão: 19 - IPRESBS

Unidade: 01 – IPRESBS

Atividade: 2.062 – Manutenção e Funcionamento do IPRESBS

(1) 3.1.20.98.00.00.00.00.00203 – Compensações ao RGPS R\$ 500.000,00

Art. 3º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Projeto: 1.040 – Infraestrutura em vias públicas – Operação Tapete Preto

(546) 4.4.90.51.00.00.00.00.00325 – Obras e Instalações R\$ 564.967,79

Órgão: 19 - IPRESBS

Unidade: 01 – IPRESBS

Atividade: 2.068 – Superávit Financeiro do RPPS

(14) 9.9.99.99.00.00.00.00.00203 – Reserva de Contingência R\$ 500.000,00

Órgão: 23 – SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 03 – Sistema de Esgoto Sanitário

Projeto: 1.003 – Construção de Unidades de Coleta, Elevação e Tratamento de Esgoto

(48) 4.4.90.51.00.00.00.00.00234 – Obras e Instalações R\$ 3.000.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3687/2016

LEI Nº 3687, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA O FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA A REPASSAR RECURSOS À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Fundo para a Infância e Adolescência - FIA a conceder recursos financeiros no valor de R\$ 6.597,66 (seis mil, quinhentos e noventa e sete reais e sessenta e seis centavos), em parcela única, conforme Resolução nº 05/2016 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, para Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, CNPJ nº 83.172.478/0001-26, referente ao projeto “Compreender para Prevenir”.

Art. 2º A quantia será depositada na conta corrente nº 7452-7,

Agência 5223-X, do Banco do Brasil e será aplicada na aquisição de banners, suporte de banners, folders e camisetas, conforme projeto aprovado pelo CMDCA constante do Processo nº 3115/2016.

Art. 3º A prestação de contas da aplicação do dinheiro público deverá ser efetuada junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 - que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e formar convênio com o Município de São Bento do Sul e o Decreto nº 0098/2013 - que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º A beneficiária prestará contas dos recursos em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento, sob pena de ressarcimento ao Município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 12095/2016

PORTARIA Nº 12095, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora VERA LUCIA RUCKL DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, na Secretaria Municipal Saúde, licença prêmio relativa ao triênio 2008/2011.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 01/07/2016 a 30/07/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12098/2016

PORTARIA Nº 12098, DE 29 DE JUNHO DE 2016

Exonera Chefe de Divisão

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a partir de 30 de junho de 2016, ALCIMIR ANTONIO DE CARVALHO, do cargo de Chefe de Divisão de Obras Viárias, Pavimentação Comunitária e Projetos Especiais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12099/2016

PORTARIA Nº 12099, DE 29 DE JUNHO DE 2016
Exonera Assessora

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a partir de 30 de junho de 2016, CINIRA SEIDEL PILZ, do cargo de Assessora de Gabinete II, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12100/2016

PORTARIA Nº 12100, DE 29 DE JUNHO DE 2016
Exonera Chefe de Divisão

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a partir de 30 de junho de 2016, ESIDIO JOSÉ SUCHY, do cargo de Chefe de Divisão de Praças, Parques e Cemitérios, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12102/2016

PORTARIA Nº 12102, DE 29 DE JUNHO DE 2016
Exonera Chefe de Divisão

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a partir de 30 de junho de 2016, ALVARO JUNIOR LINHARES TRENTINI, do cargo de Chefe de Divisão de Patrimônio, na Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12103/2016

PORTARIA Nº 12103, DE 29 DE JUNHO DE 2016
Exonera Chefe de Setor

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a partir de 30 de junho de 2016, MARLI ZIMMERMANN, do cargo de Chefe de Setor de Administração e Manutenção de Cemitérios, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12104/2016

PORTARIA Nº 12104, DE 29 DE JUNHO DE 2016
Exonera Chefe de Setor

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a partir de 30 de junho de 2016, ADEMAR CESAR CIELINSKI, do cargo de Chefe de Setor de Desporto de Quadra, na Fundação Municipal de Desportos.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12106/2016

PORTARIA Nº 12106, DE 29 DE JUNHO DE 2016
Nomeia Chefe de Divisão

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 01 de julho de 2016, LOURIVAL LEANDRO, no cargo de Chefe de Divisão de Praças, Parques e Cemitérios, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12107/2016

PORTARIA Nº 12107, DE 29 DE JUNHO DE 2016
Nomeia Chefe de Divisão

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 01 de julho de 2016, RUBENS SCHROEDER, no cargo de Chefe de Divisão de Manutenção Drenagem Urbana, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12108/2016

PORTARIA Nº 12108, DE 29 DE JUNHO DE 2016
Nomeia Assessor de Gabinete

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 01 de julho de 2016, ALVARO JUNIOR LINHARES TRENTINI, no cargo de Assessor de Gabinete, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12109/2016

PORTARIA Nº 12109, DE 29 DE JUNHO DE 2016
Nomeia Diretor

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 01 de julho de 2016, ALAN FERRAZ LEMKE, no cargo de Diretor do Departamento de Agricultura e Pecuária, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12110/2016

PORTARIA Nº 12110, DE 29 DE JUNHO DE 2016
Nomeia Diretor

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 01 de julho de 2016, JARI PEREIRA, no cargo de Diretor do Departamento de Serviços Urbanos, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12111/2016

PORTARIA Nº 12111, DE 29 DE JUNHO DE 2016
Nomeia Ouvidora

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 01 de julho de 2016, MARLI ZIMMERMANN, no cargo de Ouvidor, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2016.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12097/2016

PORTARIA Nº 12097, DE 29 DE JUNHO DE 2016
Exonera Diretor

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a partir de 30 de junho de 2016, BERNARDO

BECKER, do cargo de Diretor do Departamento de Agricultura e Pecuária, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12101/2016

PORTARIA Nº 12101, DE 29 DE JUNHO DE 2016

Exonera Chefe de Divisão

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a partir de 30 de junho de 2016, ELIANE MEDEIROS MALLON, do cargo de Chefe de Divisão Administrativa, na Fundação Cultural.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12105/2016

PORTARIA Nº 12105, DE 29 DE JUNHO DE 2016

Exonera Chefe de Divisão

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a partir de 30 de junho de 2016, JARI PEREIRA, do cargo de Chefe de Divisão de Manutenção Drenagem Urbana, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

RESULTADO DE JULGAMENTO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 141/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RESULTADO DE JULGAMENTO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 141/2016

A Secretaria de Assistência Social torna público o Resultado da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 141/2016, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE MUDAS, HORTALIÇAS E SEMENTES DIVERSAS PARA IMPLANTAÇÃO DE 03 HORTAS COMUNITÁRIAS COM 03 ESTUFAS DE 169M² (BAIRRO SERRA ALTA, LENÇOL (LOTEAMENTO ALPESTRE) E MATO PRETO, AMPLIAÇÃO DA HORTA COMUNITÁRIA EXISTENTE NO BAIRRO CENTENÁRIO COM A CONSTRUÇÃO DE 01 ESTUFA DE 169M² E AUMENTO DO CERCADO E REATIVAÇÃO DO VIVEIRO DE MUDAS, CONFORME PROCESSO Nº 71000.094383/2012-69 CONVÊNIO Nº 017/2012- SESAN E SICONV Nº 774229/2012, o qual a Comissão após analisar detalhadamente a proposta julgou vencedora à empresa: SINDICATO RURAL DE SÃO BENTO DO SUL. São Bento do Sul, 24 de junho de 2016.

MARISA DO AMARAL

Secretária Interina de Assistência Social

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA Nº 009/2016, DE 30 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 009 DE 30 DE JUNHO DE 2016.

"Cede servidor público à Secretaria de Municipal de Assistência Social"

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, usando da competência que lhe é conferida por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fazer a cessão a partir de 1º de julho de 2016 da servidora ZILA ROSI JANTSCH, ocupante de cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS à Secretaria Municipal de Assistência Social de São Bento do Sul.

§ 1º A referida servidora irá desempenhar atribuições próprias de seu cargo.

Art. 2º A cessão se dará por prazo indeterminado, podendo ser revogada a qualquer momento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de Junho de 2016.

CLEUSA PICCOLI VIEIRA

Diretora Presidente

Fundação Cultural de São Bento do Sul

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 117, DE 29 DE JUNHO DE 2016.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 117, de 29 de junho de 2016.

“RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - RETIRAR do servidor JOSÉ ALEXANDRE KOCH, Analista de Saneamento I, a Gratificação de Função, nível FG-05, função de AGENTE DE DIVISÃO, em conformidade com o artigo 75 § 1º da Lei Municipal nº 228 de 28 de dezembro de 2001, modificação introduzida pela Lei 1897 de 24 de julho de 2007.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 27 de junho de 2016.

OSVACIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 118, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 118, de 29 de junho de 2016.

“NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO INTERINO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art.1º - NOMEAR, na forma do art. 5º, § 3º, da Lei nº 228, de 28 de Dezembro de 2001, o servidor JOSÉ ALEXANDRE KOCH, ocupante do cargo efetivo de Analista de Saneamento I, matrícula n.º 444, para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Suprimentos e Transportes, classificado como Símbolo CC4 no Anexo II da Lei n.º 508, de 01/12/1995 (com a redação dada pela Lei n.º 3.589/2015), no período de 27/06/2016 a 16/07/2016, em substituição ao servidor Paulo Schwirkowski, em virtude do mesmo estar fruindo férias.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 27 de junho de 2016 a 16 de julho de 2016.

OSVACIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 119, DE 30 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 119, de 30 de junho de 2016.

“EXONERA A PEDIDO CHEFE DE DIVISÃO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR, na forma do art. 49º, alínea b, da Lei nº 228 de 28 de dezembro de 2001, ABEL VOLINGER DOS SANTOS, do cargo de Chefe de Divisão de Resíduos Urbanos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 30 de junho de 2016, revogando-se a portaria nº 011, de 2 de janeiro de 2013.

OSVACIR PETERS
Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

Lei Complementar nº 003/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº LC-003/2016, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE CONDUTOR DE AMBULÂNCIA (CBO 7823-20) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito de São Carlos, Estado de Santa Catarina,

FAZ SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores APROVOU e que SANCIONA a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica instituída a criação do cargo de provimento efetivo de Condutor de Ambulância, em atenção ao que institui o art. 145-A da Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) e a Lei Federal nº 12.998/14 que cria a profissão.

Parágrafo único - Condutor de Ambulância é o servidor destinado conduzir veículo terrestre de urgência e emergência para atendimento a ocorrências de atendimento pré-hospitalar e transporte de pacientes para atendimento hospitalar e de urgência e emergência.

Art. 2º - O ingresso nos cargos de Condutor de Ambulância far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos os seguintes requisitos:

I - certificado de conclusão do ensino médio;

II - ser maior que 21 (vinte e um) anos;

III - possuir a Carteira Nacional de Habilitação – CNH categoria "D" ou "E";

IV - certificado de treinamento em Curso Especializado para Condutores de Veículos de Emergência, reconhecido pelo DETRAN – SC, de que trata a resolução do CONTRAN nº 285, de 29 de julho de 2008 e art. 145-A do Código de Trânsito Brasileiro;

§ 1º - Além do atendimento aos requisitos estabelecidos neste artigo, serão ainda exigidos, para o exercício do cargo de Condutor de Ambulância, disposição pessoal para a atividade; equilíbrio emocional e autocontrole; disposição para cumprir ações orientadas; capacidade de trabalhar em equipe.

§ 2º - O não cumprimento de alguma das condições dos incisos deste artigo, sujeitará o Condutor de Ambulância às penalidades do Estatuto do Servidor Público Municipal em vigor.

Art. 3º - As atribuições básicas dos servidores ocupantes de cargos de Condutores de Ambulância são:

I – Conduzir veículo terrestre de urgência e emergência destinado ao atendimento a ocorrências de atendimento pré-hospitalar e transporte de pacientes para atendimento hospitalar e de urgência e emergência;

II – Conhecer integralmente o veículo e realizar manutenção básica do mesmo;

III – Conhecer a malha viária local;

IV – Conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local;

V – Auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida, auxiliar a equipe nas mobilizações e transporte de vítimas;

VI – Identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde.

Art. 4º - A Jornada de trabalho do Condutor de Ambulância será de 40 (quarenta) horas semanais, que poderá ser cumprida, a critério da Administração, como diária ou regime de plantão.

Art. 5º - Os Anexos II e X da Lei Complementar Municipal nº 10/2013 passam a contar com as alterações constantes no presente projeto de lei, com a criação das vagas de Condutor de Ambulância e fixação das Atribuições do respectivo cargo.

Parágrafo único: O provimento das vagas criadas pela presente Lei ficará a critério da Administração e ocorrerá de acordo com a necessidade e demanda existente, não gerando direito adquirido aos atuais motoristas lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São Carlos – SC, em 29 de junho de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

ANEXO II

LEI COMPLEMENTAR Nº 010/2013

QUADRO DE CARGOS DE PESSOAL EFETIVO

GRUPO	CÓD	CARGO	NÍVEL	Nº TOTAL DE VAGAS
1-SERVIÇOS GERAIS (SEG)	11001	Auxiliar de Serviços Gerais	11	74
	11002	Vigia	12	3
	11004	Agente Comunitário de Saúde	13	23

2-SERVIÇOS AUXILIARES (SAU)	21002	Agente Administrativo	22	14
	21003	Agente de Manutenção e Conservação	22	13
	21005	Auxiliar de Enfermagem	22	04
	21006	Bibliotecária	23	1
		Auxiliar Administrativo	21	12
		Auxiliar de Farmácia	22	01
		Almoxarife	22	01
		Auxiliar de Dentista	22	04
		Recepcionista	22	05
3-SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP)	31001	Motorista	31	26
	31002	Mecânico	32	1
	31003	Operador de Máquinas	32	18
	31004	Pedreiro	32	03
	31005	Eletricista	31	02
	31006	Pintor	31	02
	31007	Técnico em Enfermagem	32	12
		Técnico em Enfermagem - SAMU	32	05
		Condutor de Ambulância	31	10
		Técnico em Saúde Bucal	31	01
		Fiscal de Vigilância Sanitária, Controle Epidemiológico e Combate a Endemias	31	02
4-TÉCNICO PROFISSIONAL (TEP)	41001	Fiscal de Tributos e Obras	41	02
	41002	Técnico em Administração	41	05
	41004	Técnico em Agropecuária	41	03
	41005	Técnico em Tributação	41	01
	41008	Técnico em Recursos Humanos	42	01
	41009	Secretário de Escola	41	0
		Secretário(a) Executivo(a)	41	01
5-TÉCNICO CIENTÍFICO (TEC)	51001	Biblioteconomista	51	01
	51002	Assistente Social	53	04
	51003	Enfermeiro(a)	53	07
	51004	Engenheiro Agrônomo	53	01
	51005	Odontólogo	54	05
	51006	Farmacêutico	53	04
	51007	Psicólogo	53	02
	51008	Controlador Interno	53	01
	51009	Médico Veterinário	54	01
		Médico Clínico Geral	56	04
		Fisioterapeuta	53	01
		Engenheiro Civil	55	01
		Nutricionista	53	02
		Fonoaudiólogo	53	01
6-TÉCNICO ESPECIALISTA (TEE)		Médico Pediatra	61	01
		Médico Ginecologista e Obstetra	61	01

ANEXO X
LEI COMPLEMENTAR Nº 010/2013
ESPECIFICAÇÃO DE GRUPOS E CARGOS DO QUADRO PERMANENTE
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Lei Municipal nº 1792/2016

[illegible]

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O Prefeito de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que o cargo lhe confere, em especial o disposto na Lei Orgânica do Município,
FAZ SABER a todos os habitantes do município de São Carlos, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que SANCIONA a seguinte Lei.

Art. 1º - O Orçamento do Município de São Carlos, para o exercício de 2017, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as metas e riscos fiscais;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;
- III – a estrutura dos orçamentos;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VIII - e as disposições gerais.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - Com referência as Metas Fiscais para o ano de 2017 e em observância as regras sobre a responsabilidade fiscal, serão apresentados anexos ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias:

- I – Demonstrativo de Metas Anuais;
- II – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2017;
- III – Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- IV – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
- V – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;
- VI – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- VIII – Cálculo das Metas Fiscais de Receita;
- IX – Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;
- X – Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;
- XI – Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
- XII – Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;
- XIII – Prioridades e Metas para 2017;
- XIV – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- XV – Demonstrativo da Priorização de Recursos para obras em andamento e Conservação do Patrimônio Público;

III – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2017

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017 são aquelas definidas e demonstradas de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo XIII, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

IV – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores.

§ 2º - A categoria de programação que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo Único - O Município, por meio de Lei específica, poderá criar autarquias e Fundações cujos objetivos sejam a extensão de serviços públicos de sua competência, para os quais será concedida verba orçamentária própria do orçamento vigente ou créditos adicionais, na forma da Lei de criação.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e Orçamentos Fiscais (F) e de Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores, Portaria Conjunta STN/COG nº 700, de 10 de dezembro de 2014, Portaria Conjunta STN/COG nº 01, de 10 de dezembro de 2014, Portaria STN 637, de 18 de outubro de 2012 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

- I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

- II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
- III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
- V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);
- IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);
- X – Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;
- XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);
- XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF);
- XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;
- XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);
- XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);
- XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2017. (Art. 5º, III);
- XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);
- XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2016. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);
- § 1º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.
- § 2º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o inciso X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, e alterações posteriores, admitido à transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/Modalidade de Aplicação/fonte de recursos para outro, dentro de cada órgão, projeto/atividade ou operações especiais, definido por esta Lei como categoria de programação e poderá ser feito por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.
- Art. 8º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:
- I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);
- II – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);
- Art. 9º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a até 20% (vinte por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.
- V – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO
- Art. 10 - Os Orçamentos para o exercício de 2017 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).
- Art. 11 - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 7º, X desta lei (QDD).
- § 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, ou podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal, exceto aqueles cuja Lei específica trate sobre sua gestão.
- § 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.
- Art. 12 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2017 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios, o percentual de variação das transferências constitucionais, observando especialmente o comportamento de 2016. (Art. 12 da LRF).
- Parágrafo Único. Até trinta dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)
- Art. 13 - Se a receita estimada para 2017, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.
- Art. 14 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita por fonte poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF).
- I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
- II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo VII, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 16 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo XIV desta Lei. (Art. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2016.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

§ 2º Poderá, quando for o caso, o Executivo Municipal proceder a abertura de crédito adicional extraordinário.

Art. 17 - Os orçamentos para o exercício de 2017 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, com valor de até 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (Art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Anexo XIV. (Art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2017, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2017 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 3º - Os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial, por Decreto do Poder Executivo.

Art. 21 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2017, constantes do Anexo VI desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 22 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas em forma de subvenção social, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, médica, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

§ 1º - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas com base na Instrução Normativa TC 14/2012, e alterações posteriores, do Tribunal de Conta de Santa Catarina e na forma do Art. 70, Parágrafo único da CF, e estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 2º - A transferência de recurso, em forma de termo de ajuste, sempre que for o caso, deverá atender a Lei Federal 13.019/2014 e alterações posteriores.

Art. 23 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal à Consórcios Públicos deverá estar contratada mediante contrato de rateio.

Parágrafo Único - Os consórcios públicos beneficiados com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas com base na Instrução Normativa STN 72, de 01 de fevereiro de 2012 e normativas do Tribunal de Contas de Santa Catarina, e estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 24 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2017, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF).

Art. 25 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF).

Parágrafo único - As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão apresentados no Anexo XV desta Lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 26 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (Art. 62 da LRF).

Art. 27 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 28 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para

cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fontes de recursos, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF).

Art. 29 - Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2017 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 30 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os artigos 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo Único - Os gastos serão apurados por meio das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 31 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2017, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 32 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 - A Lei Orçamentária de 2017 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 34 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 35 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 14 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário por meio da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 13 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2017, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei do orçamento para 2017 ou em créditos adicionais.

Art. 37 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 38 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF).

I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas extras;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de São Carlos, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VIII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 41 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 42 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2016.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal

autorizado a executar a Lei Orçamentária aprovada em 2015 para o exercício de 2016.

Art. 44 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual por meio de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2017.

Art. 47 - O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais.

Art. 48 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 49 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 29 de junho de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2016 E DO CONTRATO 46/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2016 E DO CONTRATO 46/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e Kena Materiais de Construção- LTDA

ORIGEM: Tomada de Preços nº 07/2016

OBJETO: "Contratação em Regime de empreitada global, para reforma da estrutura do pórtico de acesso a cidade de São João do Oeste".

VALOR: 17.200,00

VIGÊNCIA: 30.06.2016 até 15.07.2016

São João do Oeste – 30 de Junho de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 57/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 57/2016

OBJETO: contratação de empresa especializada em pavimentação asfáltica, nas seguintes Ruas (lote 01): Rua Jaime Grundler; Rua Projetada B; Rua Valdemar Borba; Rua Bernadino Antonio de Matos; Rua José Silveira Filho e Rua Virgílio Borba, conforme localização, condições, especificações, quantitativos e demais dados técnicos, constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto básico do Edital.

CONTRATADO: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA .

VIGÊNCIA: 29/06/2016 à 29/10/2016.

VALOR: R\$ 1.174.578,47 (um milhão cento e setenta e quatro mil quinhentos e setenta e oito reais quarenta e sete centavos) – Total.
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 27/2016 – Concorrência nº 01/2016 de 11/05/2016, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 09.01 – 26.782.0135.1.056 – 4.4.90.51.98.00.00.00.00.00

São João do Sul, 29 de Junho de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

10h/semanais.

VIGÊNCIA: de 02/05/2016 a 21/12/2016

VALOR MENSAL: R\$: 518,14

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 02 de maio de 2016.

CONTRATO Nº 92/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: ANDREI VALCIR DE SOUZA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Odontólogo na Unidade de Saúde Central, deste Município, com carga horária de 40h/semanais.

VIGÊNCIA: de 02/05/2016 a 30/12/2016

VALOR MENSAL: R\$: 3.074,94

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 006 de 06 de janeiro de 2012.

São João do Sul, em 02 de maio de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 58/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 58/2016

OBJETO: Pavimentação com lajota sextavada, terraplenagem, obras de arte corrente e sinalização da Rodovia Municipal SJS-480 –e trecho da Estrada Geral – Barrinha SJS 408, São João do Sul/SC, conforme localização, condições, especificações, quantitativos e demais dados técnicos, constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto básico do Edital.

CONTRATADO: ALBINO & CIA LTDA EPP.

VIGÊNCIA: 29/06/2016 à 29/10/2016.

VALOR: R\$ 202.783,95 (duzentos e dois mil, setecentos e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos) – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 27/2016 – Concorrência nº 01/2016 de 11/05/2016, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 09.01 – 26.782.0135.1.056 – 4.4.90.51.98.00.00.00.00.00

São João do Sul, 29 de Junho de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATOS DO DIA 05 DE MAIO DE 2016

CONTRATO Nº 93/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: JESSICA DE OLIVEIRA ALVES

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora no CEI. Professor João Vitorino Lopes da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 05/05/2016 a 19/05/2016

VALOR MENSAL: R\$: 829,09

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 05 de maio de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças.

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE MAIO DE 2016

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATOS DO DIA 02 DE MAIO DE 2016

CONTRATO Nº 91/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MARCOS JULIANO MARQUES LANGER

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professor na Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATOS DO DIA 11 DE MAIO DE 2016

CONTRATO Nº 94/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: HELENICE DOS SANTOS SILVA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora na EEB. Vila Velha II da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 11/05/2016 a 21/12/2016
VALOR MENSAL: R\$: 959,50
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 11 de maio de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO
CONTRATOS DO DIA 18 DE MAIO DE 2016

CONTRATO Nº 95/2016
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: LIDIANI MACHADO SANTOS
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora na EEB. Vila Velha II da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 18/05/2016 a 21/12/2016
VALOR MENSAL: R\$: 829,02
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 18 de maio de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO
CONTRATOS DO DIA 19 DE MAIO DE 2016

CONTRATO Nº 96/2016
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: ADRIANA DELFINO DE OLIVEIRA SILVEIRA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 19/05/2016 a 21/12/2016
VALOR MENSAL: R\$: 829,02
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 19 de maio de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO
CONTRATOS DO DIA 23 DE MAIO DE 2016

CONTRATO Nº 97/2016
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: VANUZA SCANDOLARA MAURICIO
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora no CEI. Paraíso da Criança da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 23/05/2016 a 21/12/2016
VALOR MENSAL: R\$: 829,02
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 23 de maio de 2016.

CONTRATO Nº 98/2016
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: MARLENE DE VARGAS ALVES
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora no NAPE para atuar nas escolas EEF. Prefeito Quintiliano João Pacheco, EEB. Caetano Lummertz e EEB. Vila Velha II da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 23/05/2016 a 21/12/2016
VALOR MENSAL: R\$: 1.036,27
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO
CONTRATOS DO DIA 24 DE MAIO DE 2016

CONTRATO Nº 99/2016
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: JESSICA DE OLIVEIRA ALVES
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora no CEI. Paraíso da Criança da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 24/05/2016 a 01/06/2016
VALOR MENSAL: R\$: 829,09
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 24 de maio de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

LEI Nº 1780 DE 28 DE JUNHO DE 2016.
LEI Nº 1780 DE 28 DE JUNHO DE 2016.

Altera dispositivo da Lei Municipal nº. 1.778 de 22 de junho de 2016, que Fixa o índice de Recomposição da Inflação das remunerações e subsídios dos servidores e agentes públicos municipais para o primeiro quadrimestre do exercício de 2016, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do

Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 4º da Lei Municipal nº. 1.778 de 22 de junho de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"...

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2016.

"...

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 28 de junho de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

RESUMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2016 – CONCORRÊNCIA Nº 001/2016 DE 11/05/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
RESUMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2016 – CONCORRÊNCIA Nº 001/2016 DE 11/05/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, NAS SEGUINTE RUAS (LOTE 01): RUA JAIME GRUNDLER; RUA PROJETADA B; RUA VALDEMAR BORBA; RUA BERNADINO ANTONIO DE MATOS; RUA JOSÉ SILVEIRA FILHO E RUA VIRGÍLIO BORBA E EMPRESA ESPECIALIZADA EM PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA NAS SEGUINTE VIAS PÚBLICAS (LOTE 02): RODOVIA SJS-480 - TIMBOPEBA E ESTRADA GERAL – BARRINHA, CONFORME LOCALIZAÇÃO, CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E DEMAIS DADOS TÉCNICOS, CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PROJETO BÁSICO, após análise os membros da comissão de licitações julgaram e classificaram em 1º. lugar, no lote 01 a empresa: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA pelo valor de R\$ 1.174.578,47 (um milhão cento e setenta e quatro mil quinhentos e setenta e oito reais quarenta e sete centavos), e no lote 02: ALBINO & CIA LTDA EPP pelo valor de R\$ 202.783,95 (duzentos e dois mil setecentos e oitenta e três reais noventa e cinco centavos). Sendo as empresas classificadas adjudicadas e homologadas logo a seguir. O ato de homologação e Adjudicação encontram-se apenas ao processo licitatório à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de São João do Sul/SC.

São João do Sul, 29 de Junho de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

TERMOS ADITIVOS MAIO DE 2016

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 89/2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 89/2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL E MAILSON JUSTO TEIXEIRA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

Cláusula Primeira

Fica alterado o prazo constante da Clausula Quarta do contrato original, prorrogando do dia 03/05/2016 até o dia 21/12/2016 final do ano letivo, para auxiliar os alunos Henrique Garcia Cardoso e João Gabriel Spido de Matos ambos com necessidades especiais.

Cláusula Segunda

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.
São João do Sul, 03 de maio de 2016

Contratante	Contratado
JOÃO RUBENS DOS SANTOS Prefeito Municipal	MAILSON JUSTO TEIXEIRA Contratado

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 90/2016.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 90/2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL E MARCOS JULIANO MARQUES LANGER, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

Cláusula Primeira

Fica alterado o prazo constante da Clausula Quarta do contrato original, prorrogando do dia 03/05/2016 até o dia 01/06/2016, período em que a servidora Zaneide de Matos Clezar se encontra em licença por motivo de doença em pessoa da família conforme o artigo 87 da Lei Complementar 05/2009.

Cláusula Segunda

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.
São João do Sul, 03 de maio de 2016

Contratante	Contratado
JOÃO RUBENS DOS SANTOS Prefeito Municipal	MARCOS JULIANO M. LANGER Contratado

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 84/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 84/2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL E CAMILA MATOS ROCHO, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

Cláusula Primeira

Fica alterada a carga horária semanal constante da Clausula Segunda do contrato original passando das atuais 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais para atuar também EEB. Vila Velha II em substituição a servidora Zaneide de Matos Clezar que se encontra em licença por motivo de doença em pessoa da família conforme o artigo 87 da Lei Complementar 05/2009 no período de 09/05/2016 a 01/06/2016.

Cláusula Segunda

Ficam alterados os valores dos vencimentos mensais constantes da Clausula Terceira do contrato original passando de R\$ 1.036,27

(hum mil e trinta e seis reais e vinte e sete centavos) mensais para R\$ 1.554,42 (hum mil quinhentos e cinqüenta e quatro reais e quarenta e dois centavos).

Cláusula Terceira

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 09 de maio de 2016

Contratante	Contratado
JOÃO RUBENS DOS SANTOS	CAMILA DE MATOS ROCHO
Prefeito Municipal	Contratado

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 81/2016.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 81/2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL E VALQUIRIA LANSA DA SILVA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

Cláusula Primeira

Fica alterada a carga horária semanal constante da Clausula Primeira do Primeiro termo Aditivo do contrato original passando das atuais 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais para substituir a professora contratada Vanir Alexandre dos Santos que solicitou exoneração do cargo.

Cláusula Segunda

Ficam alterados os valores dos vencimentos mensais constantes da Clausula Terceira do contrato original passando de R\$ 1.243,54 (hum mil e duzentos e quarenta e três reais e cinqüenta e quatro centavos) mensais para R\$ 1.658,05 (hum mil e seiscentos e cinqüenta e oito reais e cinco centavos).

Cláusula Terceira

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 10 de maio de 2016.

Contratante	Contratado
JOÃO RUBENS DOS SANTOS	VALQUIRIA LANSA DA SILVA
Prefeito Municipal	Contratado

São Joaquim

PREFEITURA

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS FMAS

EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇO FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Contrato Nº.: 05/2016</p> <p>Contratante...: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM</p> <p>Contratada...: ANA PALMA SOUZA CAMARGO</p> <p>Valor : 60.000,00 (sessenta mil reais)</p> <p>Vigência : Início: 20/05/2016 Término: 02/06/2017</p> <p>Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2016</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : Locação de imóvel para funcionamento de Abrigo Municipal para acolhimento provisório de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva (ECA, Art. 101)</p>	

<p>Contrato Nº.: 04/2016</p> <p>Contratante...: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM</p> <p>Contratada...: EDERSON RODRIGUES WALTRICK 04577402998</p> <p>Valor : 8.320,00 (oito mil trezentos e vinte reais)</p> <p>Vigência : Início: 11/05/2016 Término: 10/11/2016</p> <p>Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2016</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : Contratação de empresa para construção de um banheiro de alvenaria para atendimento da Diretoria de Habitação e Ações Comunitárias</p>	
São Joaquim, 29 de Junho de 2016	
<p>Mirian Chioca Waltrick</p> <p>Secretária Municipal de Assistência Social</p>	

ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

=	
<p>PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016</p> <p>PROCESSO Nº 8/2016 HOMOLOGAÇÃO: 02/06/2016</p> <p>CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM</p> <p>OBJETO: Aquisição de fralda infantil para a Secretaria de Assistência Social/ Abrigo/ Casa Lar São Joaquim - SC</p>	

<p>CONTRATADO: SUPERMERCADO PIM PÃO LTDA</p> <p>VALOR DA DESPESA: R\$ 28.200,00 (vinte e oito mil e duzentos reais)</p>	
=====	
=====	

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016

PROCESSO Nº 9/2016 HOMOLOGAÇÃO: 03/06/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM

OBJETO: Aquisição de Material para a Marcenaria da Secretaria de Assistência Social.

CONTRATADO: COMPENSADOS LAGES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.768,62 (dezesseis mil setecentos e sessenta e oito reais e sessenta e dois centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2016

PROCESSO Nº 6/2016 HOMOLOGAÇÃO: 07/06/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ROUPÕES DE MICROFIBRA PARA O GRUPO DA TERCEIRA IDADE

CONTRATADO: JHONATAN BAGATOLI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.174,00 (nove mil cento e setenta e quatro reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2016

PROCESSO Nº 13/2016 HOMOLOGAÇÃO: 27/06/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM

OBJETO: Aquisição de Serviço de Impressão de Cartilha de Conscientização sobre aquisição de lote urbano

CONTRATADO: GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.490,00 (um mil quatrocentos e noventa reais)

=====

São Joaquim, 29/06/2016

MIRIAN CHIOCA VALTRICK -

Secretaria Municipal De Assistência Social

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS FME

EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇO FME

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Contrato Nº.: 48/2016</p> <p>Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM</p> <p>Contratada...: DENIZE DOS SANTOS</p> <p>Valor : 23.760,00 (vinte e três mil setecentos e sessenta reais)</p> <p>Vigência : Início: 17/06/2016 Término: 31/12/2016</p> <p>Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2016</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : Contratação da Sra. Denise dos Santos para realizar transporte escolar no interior do município</p>	

 Contrato Nº.: 55/2016

Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

Contratada...: MARCIONEI ARTISMO

Valor : 14.256,00 (quatorze mil duzentos e cinquenta e seis reais)

Vigência : Início: 12/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação do Sr. Marcionei Artismo para prestar serviço de transporte Escolar no Interior do Município

 Aditivo Nº : 172/2015 1º adit - Contrato Nº: 172/2015

Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

Contratada...: PHOENIX CONSTRUTORA LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 19/05/2016 Término: 10/12/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa para Implantação de Campo de Futebol Suíço na Rua Emilia V. Rodrigues no Bairro Jardim Bandeira em conformidade com o convênio nº 788533/2013 Siconv, contrato de repasse nº 1007119-53/2013da CEF

 Contrato Nº.: 57/2016

Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

Contratada...: MARCELO TADEU BERNHARD 73671312904

Valor : 4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 02/06/2016 Término: 01/07/2016

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação da Empresa Marcelo Tadeu Bernhard MEI - Eventos, para acompanhamento para os participantes do IX Festival Municipal da Canção.

 Aditivo Nº : 86/2014 5º aditi - Contrato Nº: 86/2014

Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

Contratada...: EJSO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA CONSTR. CIVIL LTD

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 19/05/2016 Término: 26/12/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Construção de quadra de esportes da E.E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira.

Contrato Nº.: 56/2016

Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

Contratada...: MAICON SIDNEI PEREIRA 06392515950

Valor : 2.000,00 (dois mil reais)

Vigência : Início: 01/06/2016 Término: 01/09/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 13/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação da Empresa Maicon Sidnei Pereira MEI para realizar serviço de mão de obra elétrica da E.B.M. Atília Cechinel Nezi, na Localidade de Despraiado

 Contrato Nº.: 58/2016

Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

Contratada...: ALUIZIO ARRUDA CAMARGO 83444840900

Valor : 41.514,00 (quarenta e um mil quinhentos e quatorze reais)

Vigência : Início: 03/06/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 14/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de Aluizio Arruma Camargo para realizar o serviço de transporte escolar no interior do município.

São Joaquim, 29 de Junho de 2016

 Dalva de Souza Hiura - Sec. Municipal de Educação

ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2016

PROCESSO Nº 14/2016 HOMOLOGAÇÃO: 26/04/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar deste Município

 CONTRATADO: JOSÉ ALEXANDRE ZANETE ME.

VALOR DA DESPESA: R\$ 95.400,00 (noventa e cinco mil e quatrocentos reais)

 CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD

VALOR DA DESPESA: R\$ 175.755,00 (cento e setenta e cinco mil setecentos e cinquenta e cinco reais)

 CONTRATADO: ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 164.868,00 (cento e sessenta e quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais)

 CONTRATADO: CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 96.387,28 (noventa e seis mil trezentos e oitenta e sete reais e vinte e oito centavos)

 CONTRATADO: SUPER VAREJAO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 110.758,00 (cento e dez mil setecentos e cinquenta e oito reais)

 CONTRATADO: ALINE RAITZ - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.579,00 (dois mil quinhentos e setenta e nove reais)

=====

<p>PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2016 PROCESSO Nº 21/2016 HOMOLOGAÇÃO: 28/04/2016 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM OBJETO: Contratação de serviço de Arbitragem para eventos esportivos do calendário 2016 da Diretoria de Esportes</p> <p>-----</p> <p>CONTRATADO: LIGA ATLETICA REGIAO SERRANA VALOR DA DESPESA: R\$ 42.152,60 (quarenta e dois mil cento e cinquenta e dois reais e sessenta centavos)</p> <p>=====</p> <p>=====</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2016 PROCESSO Nº 24/2016 HOMOLOGAÇÃO: 28/04/2016 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM OBJETO: Aquisição de troféus, medalhas e taças para premiação de Eventos da Diretoria Municipal de Esportes</p> <p>-----</p> <p>CONTRATADO: FENICIA INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS E MEDALHAS VALOR DA DESPESA: R\$ 82.800,00 (oitenta e dois mil e oitocentos reais)</p> <p>=====</p> <p>=====</p>

<p>PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016 PROCESSO Nº 27/2016 HOMOLOGAÇÃO: 16/06/2016 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM OBJETO: Contratação de Serviço de transporte de Atletas e equipes esportivas para o Calendário Esportivo do ano de 2016 da Diretoria de Esportes de São Joaquim</p> <p>-----</p> <p>CONTRATADO: DUDATUR TRANSPORTES LTDA ME VALOR DA DESPESA: R\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais)</p> <p>-----</p> <p>CONTRATADO: TRANSFLORIPA TRANSPORTES LTDA - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 62.800,00 (sessenta e dois mil e oitocentos reais)</p> <p>=====</p> <p>=====</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016 PROCESSO Nº 29/2016 HOMOLOGAÇÃO: 22/06/2016 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de assentos esportivos e piso na quadra esportiva no Ginásio Municipal Juraci Santos</p> <p>-----</p> <p>CONTRATADO: KANGO BRASIL LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 232.700,00 (duzentos e trinta e dois mil e setecentos reais)</p> <p>=====</p> <p>=====</p> <p>São Joaquim, 29/06/2016 DALVA DE SOUZA HIURA - Secretária Municipal De Educação</p>

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS FMS

EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇO FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 10/2016 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM Contratada.: NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA Valor : 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais) Vigência : Início: 28/04/2016 Término: 28/04/2017 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação para acesso sistema banco e preços com a empresa NP Capacitações e Soluções Tecnologias</p>		

<p>Contrato Nº.: 11/2016 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM Contratada.: ASSOCIACAO BENEFICENTE BENTO CAVALHEIRO Valor : 16.500,00 (dezesseis mil quinhentos reais) Vigência : Início: 21/06/2016 Término: 21/06/2017 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2016 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação de serviços de Esterilização e Lavanderia, com a empresa Associação Beneficiente Bento Cavalheiro.</p>		

São Joaquim, 29 de Junho de 2016

José Teodoro de Sena Amaral
Secretário Municipal da Saúde

ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016

PROCESSO Nº 13/2016 HOMOLOGAÇÃO: 20/05/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento e distribuição de refeições (almoço e lanche) aos usuários do CAPS

CONTRATADO: ROBERTO SANTOS DE SOUZA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 29.730,00 (vinte e nove mil setecentos e trinta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2016

PROCESSO Nº 14/2016 HOMOLOGAÇÃO: 02/06/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Leites especiais para os usuários do SUS.

CONTRATADO: SUPERMERCADO PIM PÃO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.794,00 (sete mil setecentos e noventa e quatro reais)

CONTRATADO: ILG COMERCIAL LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 25.518,00 (vinte e cinco mil quinhentos e dezoito reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2016

PROCESSO Nº 11/2016 HOMOLOGAÇÃO: 03/06/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Aquisição de fraldas geriátricas e infantis para os usuários do SUS

CONTRATADO: SUPERMERCADO PIM PÃO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.260,00 (treze mil duzentos e sessenta reais)

CONTRATADO: JARDIM COSMETICOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 41.800,00 (quarenta e um mil e oitocentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2016

PROCESSO Nº 16/2016 HOMOLOGAÇÃO: 27/06/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Aquisição de Gás de Cozinha,

CONTRATADO: COMÉRCIO DE GAS LUCIANO LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016

PROCESSO Nº 17/2016 HOMOLOGAÇÃO: 28/06/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Aquisição de materiais para o programa de controle de Diabetes para a Secretaria Municipal de Saúde.

CONTRATADO: FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 82.400,00 (oitenta e dois mil e quatrocentos reais)

=====

São Joaquim, 29/06/2016

JOSÉ TEODORO DE SENA AMARAL - Secretário Municipal Da Saúde

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS PMSJ**EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇO PMSJ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
EXTRATO CONTRATUAL

"Aditivo Nº.....: 24/2016 1º aditi - Contrato Nº: 24/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
Contratada...: TRANSFLORIPA TRANSPORTES LTDA - ME
Valor.....: 1.275,00 (um mil duzentos e setenta e cinco reais)
Vigência.....: Início: 15/04/2016 Término: 30/04/2016
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2016
Recursos.....: Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00 (71) Saldo: 953.001,72
Objeto.....: Contratação de prestação de serviço de transporte da Rainha e Princesas da XX Festa nacional da Maçã e também membros da Comissão Organizadora Central da referida festa. Para divulgação e participação em eventos no estado e fora do estado de Santa Catarina, nos meses de março e abril."

"Contrato Nº.: 73/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
Contratada...: BY OMEGA FOCUS DECORAÇÕES
Valor.....: 61.783,55 (sessenta e um mil setecentos e oitenta e três reais e cinquenta e cinco centavos)
Vigência.....: Início: 15/04/2016 Término: 14/05/2016
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 26/2016
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Contratação da Empresa By Omega Focus Decorações Ltda- ME para prestação de serviços de Caixa, Recepcionistas e Promotores, para trabalhar durante a XX Festa Nacional da Maçã de 20 a 24 de abril de 2016"

"Contrato Nº.: 76/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
Contratada...: JOÃO OTÁVIO NESS DA SILVA
Valor.....: 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)
Vigência.....: Início: 15/04/2016 Término: 25/04/2016
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 28/2016
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Contratação de serviços de cronometragem feita com sensores digitais de alta sensibilidade para velocidade até 230 Km/h, para a realização da 1ª OFF ROAD FEST- Jeep Club Urso Polar, durante a XX Festa Nacional da Maçã tendo como responsável o Senhor João Otávio Ness da Silva"

"Contrato Nº.: 74/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
Contratada...: THIAGO DE CAMPOS MELLO
Valor.....: 6.000,00 (seis mil reais)
Vigência.....: Início: 18/04/2016 Término: 25/04/2016
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 27/2016
Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: Contratação de prestação de serviços para gerenciar os palcos Arena Fuji e Palco Gala- logística de funcionamento, controle de apresentações e passagem de som, organização das bandas e apoio técnico, tendo como responsável o Senhor Thiago de Campos Mello CPF Nº 305.553.768-85."

"Aditivo Nº.....: 64/2016 1º aditi - Contrato Nº: 64/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
Contratada...: ELIZABETH HUGEN MATOS 06586185980
Valor.....: 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais)
Vigência.....: Início: 18/04/2016 Término: 04/05/2016
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2016
Recursos.....: Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00 (71) Saldo: 674.521,72
Objeto.....: Contratação de empresa especializada para realiza venda dos espaços de exposições, comércio e gastronômicos dentro do Parque Geraldo José Coral ""Parque Nacional da Maçã"", situado na Rua Urubici, s/n.º, São Joaquim/SC, em decorrência de XXª Festa Nacional da Maçã, que acontecerá nos dias 20 a 24 de abril de 2016."

"Contrato Nº.: 77/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
Contratada...: HERMES SCHUSTER 05865366980
Valor.....: 1.000,00 (um mil reais)
Vigência.....: Início: 18/04/2016 Término: 25/04/2016
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 29/2016
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Contratação da Empresa Hermes Schuster0586536698, para prestar serviço de elaboração de cerimonial para o desfile de Abertura da XX Festa Nacional da Maçã, Palanque Oficial e Cerimônia Oficial de Abertura no Parque Nacional da Maçã"

"Contrato Nº.: 79/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
Contratada...: KARINA PEREIRA FERREIRA 38683353826
Valor.....: 7.996,00 (sete mil novecentos e noventa e seis reais)
Vigência.....: Início: 19/04/2016 Término: 25/04/2016
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 31/2016
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento alimentação para equipes de trabalho, camarins e a sede da prefeitura no parque, durante a XX Festa Nacional da Maçã, tendo como responsável a empresa KARINA PEREIRA FERREIRA CNPJ 20.379.828/0001-97"

"Aditivo Nº.....: 08/2016 2º aditi - Contrato Nº: 08/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
Contratada...: SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA - EPP

Valor.....: 28.474,90 (vinte e oito mil quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa centavos)
Vigência.....: Início: 22/04/2016 Término: 26/01/2017
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2016
Recursos.....: Dotação: 1.028.4.4.90.00.00.00.00 (52) Saldo: 76.000,00
Objeto.....: Contratação de empresa especializada para realização de obra de Adequação e Reforma do Parque Nacional da Maçã em São Joaquim SC. em conformidade com o convênio nº 809898/2014 Sincov celebrado entre esta Prefeitura e o Ministério do Turismo do Programa Infraestrutura Turística"

"Contrato Nº.: 85/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
Contratada...: GEOAZIMUTE SONDAGEM E TOPOGRAFIA LTDA
Valor.....: 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais)
Vigência.....: Início: 10/06/2016 Término: 09/09/2016
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 37/2016
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Realização de Serviço de Sondagem de Solo e respectivo laudo Técnico, referente a sondagem a percussão e reconhecimento para caracterização de subsolo, determinação do nível do lenço freático, profundidades e resistência das camadas a cada metro com sua representação gráfica para apoio ao cálculo estrutural para obra localizada no município de São Joaquim, relativo ao Projeto da Unidade de Pronto Atendimento. O serviço deverá incluir mobilização de equipes e equipamentos; as sondagens serão re"

"Contrato Nº.: 078/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
Contratada...: IVONETE DAS GRACAS DE AZEVEDO CIDADE 59405376934
Valor.....: 7.830,00 (sete mil oitocentos e trinta reais)
Vigência.....: Início: 19/04/2016 Término: 19/06/2016
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 30/2016
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Contratação da Empresa Ivonete das graças de Azevedo ME, para prestar serviço de apoio técnico a CCO da XX Festa Nacional da Maçã, atendendo as necessidades da comissão durante a realização da XX Festa Nacional da Maçã."

"Aditivo Nº.....: 29/2015 1º Aditi - Contrato Nº: 29/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
Contratada...: CONSTRUTORA BRANGER LTDA - ME
Valor.....: 10.718,40 (dez mil setecentos e dezoito reais e quarenta centavos)
Vigência.....: Início: 03/05/2016 Término: 18/05/2016
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2015
Recursos.....: Dotação: 1.007.4.4.90.00.00.00.00 (45) Saldo: 113.121,00
Objeto.....: Contratação de Empresa para realizar obra de pavimentação e drenagem de via urbana, pavimentação e adequação de passeios para pedestres na Rua Francisco Rides Ferreira no Bairro Santa Paulina em conformidade com o convenio

nº 789713/2013 Sincov, contrato de repasse nº 1007983-62-20213 da CEF"
"Aditivo Nº.....: 29/2015 2º aditi - Contrato Nº: 29/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
Contratada...: CONSTRUTORA BRANGER LTDA - ME
Valor.....: 0,00 (zero)
Vigência.....: Início: 10/05/2016 Término: 18/11/2016
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2015
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Contratação de Empresa para realizar obra de pavimentação e drenagem de via urbana, pavimentação e adequação de passeios para pedestres na Rua Francisco Rides Ferreira no Bairro Santa Paulina em conformidade com o convenio nº 789713/2013 Sincov, contrato de repasse nº 1007983-62-20213 da CEF"

"Contrato Nº.: 80/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
Contratada...: DANILO SOLIMAN
Valor.....: 2.454,87 (dois mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e sete centavos)
Vigência.....: Início: 20/05/2016 Término: 31/12/2016
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 32/2016
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Contratação de Engenheiro civil especializado em Software de projetos e Calculos estruturais, para realizar Projeto relativo a Unidade de Pronto Atendimento."

"Contrato Nº.: 81/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
Contratada...: MERCANTIL CATARINENSE DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP
Valor.....: 495.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil reais)
Vigência.....: Início: 20/05/2016 Término: 31/12/2016
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2016
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Aquisição de Britador semifixo , conforme descrição técnica dos itens, Proposta MAPA nº 35277/2015 em conformidade com o Contrato de repasse da Caixa Econômica Federal - GIGOV-CR nº 1026075-48/2015, Convênio nº 816722/2015, entre a Prefeitura Municipal de São Joaquim e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, objetivando a execução de ações relativas ao PRODESA"

"Contrato Nº.: 83/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
Contratada...: IVONETE DAS GRACAS DE AZEVEDO CIDADE 59405376934
Valor.....: 7.491,00 (sete mil quatrocentos e noventa e um reais)
Vigência.....: Início: 25/05/2016 Término: 24/07/2016
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 34/2016
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Contratação da Empresa Ivonete das Graças Azevedo Cidade ME para prestar serviço de atividades paisagísticas."

"Contrato Nº.: 84/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
Contratada...: GD TELECOMUNICACOES LTDA - ME
Valor.....: 26.000,00 (vinte e seis mil reais)
Vigência.....: Início: 02/06/2016 Término: 10/08/2016
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 36/2016
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Contratação da Empresa GD Telecomunicações LTDA CNPJ 11.258.330/0001-97, para prestar serviço de telefonia digital.

"Aditivo Nº.....: 067/2016 1º adit - Contrato Nº: 67/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
Contratada...: SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA - EPP
Valor.....: 55.141,40 (cinquenta e cinco mil cento e quarenta e um reais e quarenta centavos)
Vigência.....: Início: 13/06/2016 Término: 07/04/2017
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 3/2016
Recursos.....: Dotação: 1.028.4.4.90.00.00.00.00 (74) Saldo: 187.000,00
Objeto.....: Contratação de Empresa para realizar reforma e também executar a Adequação do Preventivo de Incêndio do Centro de Eventos Municipal "

"Contrato Nº.: 87/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
Contratada...: CELSO RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI - EPP
Valor.....: 37.466,00 (trinta e sete mil quatrocentos e sessenta e seis reais)
Vigência.....: Início: 16/06/2016 Término: 31/12/2016
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 37/2016
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Contratação de empresa para Construção de cerca de eucalipto e Arame farpado para fechamento temporário do perímetro do Aeroporto Municipal"

"Contrato Nº.: 82/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
Contratada...: TULIO MACEDO DA LUZ 41611195934
Valor.....: 11.000,00 (onze mil reais)
Vigência.....: Início: 24/05/2016 Término: 23/05/2017
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 33/2016
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Contratação da empresa Tulio Macedo da Luz 4161195934 para fornecimento de material e execução de projeto de adequação do salão da localidade de São Sebastião da Várzea.

"Contrato Nº.: 89/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
Contratada...: ROMAC TECNICA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
Valor.....: 276.999,00 (duzentos e setenta e seis mil novecentos e noventa e nove reais)
Vigência.....: Início: 21/06/2016 Término: 20/12/2016
Licitação.....: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 41/2016
Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: Aquisição de Rolo Compactador Vibratório de Solos, para Secretaria Municipal de Agricultura, em conformidade com o Convênio nº 825512/2015 Siconv, contrato de repasse nº 1027563-03/2015 da Caixa Econômica Federal, celebrado entre a Prefeitura Municipal de São Joaquim e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA do programa PRODESA."

"Contrato Nº.: 91/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
Contratada...: AUDATEX BRASIL SERVICOS LTDA
Valor.....: 9.755,71 (nove mil setecentos e cinquenta e cinco reais e setenta e um centavos)
Vigência.....: Início: 22/06/2016 Término: 21/06/2017
Licitação.....: Inexigibilidade de Licitação Nº.: 38/2016
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Aquisição de sistema eletrônico Audatex para elaborar orçamento de manutenção da frota de veículos, com preços de peças, para veículos leves, pesados."

"Contrato Nº.: 88/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
Contratada...: IVONETE DAS GRACAS DE AZEVEDO CIDADE 59405376934
Valor.....: 7.895,00 (sete mil oitocentos e noventa e cinco reais)
Vigência.....: Início: 17/06/2016 Término: 31/12/2016
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 39/2016
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Contratação da Empresa Ivonete das graças de Azevedo Cidade CNPJ 24.631.561/0001-24, para realizar serviço de recadastramento dos terrenos localizados no Cemitério Municipal São João Batista, e também poda de arvores e roçadas no perímetro interno do mesmo."

ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

"PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016

PROCESSO Nº 96/2016 HOMOLOGAÇÃO: 13/05/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Locação de estrutura para o 12º SENAFRUT

"

"-----

CONTRATADO: STANISCUASKI PRODUCOES LTDA. - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 79.750,00 (setenta e nove mil setecentos e cinquenta reais)"

=====

=

"PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016

PROCESSO Nº 104/2016 HOMOLOGAÇÃO: 16/05/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Aquisição de guias de Nota Fiscal de produtor.

"

"-----

CONTRATADO: NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais)"

=====

"PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016

PROCESSO Nº 106/2016 HOMOLOGAÇÃO: 20/05/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Aquisição de Britador semifixo , conforme descrição técnica dos itens, Proposta MAPA nº 35277/2015 em conformidade

com o Contrato de repasse da Caixa Econômica Federal - GIGOV-CR nº 1026075-48/2015, Convênio nº 816722/2015, entre a Prefeitura Municipal de São Joaquim e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, objetivando a execução de ações relativas ao PRODESA

"

"-----"

CONTRATADO: MERCANTIL CATARINENSE DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 495.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil reais)"

=====

"PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2016

PROCESSO Nº 103/2016 HOMOLOGAÇÃO: 30/05/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Aquisição de Material de Limpeza, Máquinas e Equipamentos diversos, e EPI's, para Secretarias Municipais

"

"-----"

CONTRATADO: SUPERMERCADO PIM PÃO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 79.794,00 (setenta e nove mil setecentos e noventa e quatro reais)"

"-----"

CONTRATADO: CÉLIA REGINA WAMBOMMEL - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 29.274,00 (vinte e nove mil duzentos e setenta e quatro reais)"

"-----"

CONTRATADO: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LDTA-ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 485.840,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil oitocentos e quarenta reais)"

"-----"

CONTRATADO: NADINE ALBERTON VIEIRA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 51.230,00 (cinquenta e um mil duzentos e trinta reais)"

=====

"

"PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2016

PROCESSO Nº 105/2016 HOMOLOGAÇÃO: 31/05/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Aquisição de material de expediente para diversas Secretarias

"

"-----"

CONTRATADO: SUPERMERCADO PIM PÃO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.673,30 (dezoito mil seiscentos e setenta e três reais e trinta centavos)"

"-----"

CONTRATADO: CÉLIA REGINA WAMBOMMEL - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 74.207,93 (setenta e quatro mil duzentos e sete reais e noventa e três centavos)"

"-----"

CONTRATADO: AQUINPEL SUPRIMENTOS P/ ESCR. INF. E PAPEL LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 164.395,00 (cento e sessenta e quatro mil trezentos e noventa e cinco reais)"

"-----"

CONTRATADO: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LDTA-ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 40.046,79 (quarenta mil e quarenta e seis reais e setenta e nove centavos)"

"-----"

CONTRATADO: KLEBER MACHADO E CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.240,00 (seis mil duzentos e quarenta reais)"

"-----"

CONTRATADO: LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais)"

"-----"

CONTRATADO: FLAVIO MATOS NUNES - LOJAO 2.000 LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 22.330,32 (vinte e dois mil trezentos e trinta reais e trinta e dois centavos)"

"-----"

CONTRATADO: NADINE ALBERTON VIEIRA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 34.160,38 (trinta e quatro mil cento e sessenta reais e trinta e oito centavos)"

"-----"

CONTRATADO: MARTINS & NASCIMENTO INFORMATICA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.245,90 (dezesseis mil duzentos e quarenta e cinco reais e noventa centavos)"

=====

"PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2016

PROCESSO Nº 109/2016 HOMOLOGAÇÃO: 16/06/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Contratação de empresa para Construção de cerca de eucalipto e Arame farpado para fechamento temporário do perímetro do Aeroporto Municipal

"

"-----"

CONTRATADO: CELSO RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 37.466,00 (trinta e sete mil quatrocentos e sessenta e seis reais)"

=====

"PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016

PROCESSO Nº 111/2016 HOMOLOGAÇÃO: 16/06/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Aquisição de veículos para a Secretaria Municipal de Administração e Fundo Municipal de Assistência Social

"

"-----"

CONTRATADO: AUTO ELITE LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 87.100,00 (oitenta e sete mil e cem reais)"

=====

"PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2016

PROCESSO Nº 114/2016 HOMOLOGAÇÃO: 16/06/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Aquisição de Pedra Brita, Pó de Brita e Pedrisco.

"

"-----"

CONTRATADO: BRITAGEM GASPAR LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 247.500,00 (duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais)"

=====

"PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2016

PROCESSO Nº 117/2016 HOMOLOGAÇÃO: 17/06/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para diversas secretarias municipais

"

"-----"

CONTRATADO: SUPERMERCADO PIM PÃO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 33.843,72 (trinta e três mil oitocentos e quarenta e três reais e setenta e dois centavos)"

"-----"

CONTRATADO: ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.635,10 (vinte e quatro mil seiscentos e trinta e cinco reais e dez centavos)"

"-----

CONTRATADO: JOSÉ ALEXANDRE ZANETE ME.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.020,80 (quatro mil e vinte reais e oitenta centavos)"

"-----

CONTRATADO: CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.846,85 (três mil oitocentos e quarenta e seis reais e oitenta e cinco centavos)"

"-----

CONTRATADO: ALINE RAITZ - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.161,16 (dezesesseis mil cento e sessenta e um reais e dezesseis centavos)"

=====

"PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016

PROCESSO Nº 110/2016 HOMOLOGAÇÃO: 20/06/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Aquisição de Ar Condicionado para Secretaria do Planejamento e para o Fundo Municipal de Assistência Social.

"

"-----

CONTRATADO: TECNOFORTE SISTEMAS DE REFRIGERACAO - EIRELI - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.960,00 (dezessete mil novecentos e sessenta reais)"

=====

"PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2016

PROCESSO Nº 113/2016 HOMOLOGAÇÃO: 20/06/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Aquisição de Rolo Compactador Vibratório de Solos, para Secretaria Municipal de Agricultura, em conformidade com o Convênio nº 825512/2015 Siconv, contrato de repasse nº 1027563-03/2015 da Caixa Econômica Federal, celebrado entre a Prefeitura Municipal de São Joaquim e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA do programa PRODESA

"

"-----

CONTRATADO: ROMAC TECNICA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 276.999,00 (duzentos e setenta e seis mil novecentos e noventa e nove reais)"

=====

"PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016

PROCESSO Nº 107/2016 HOMOLOGAÇÃO: 21/06/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Contratação de serviço para transformação do chassi existente de caminhão em AT(auto tanque), afim de que seja usado pelo Corpo de Bombeiros Militar de São Joaquim

"

"-----

CONTRATADO: ZANCA REPAROS E SERVICOS DE SOLDA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 202.000,00 (duzentos e dois mil reais)"

=====

"São Joaquim, 29/06/2016

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI - Prefeito Municipal"

São José

PREFEITURA

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 003/2016 - Processo nº 252/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO URBANA, CALÇADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS: ADULINA SILVA SCHUTZ E ESTRADA ANTIGA DA COLÔNIA SANT'ANA, FRANCISCO NAPPI, JOÃO PAULO GASPAS, JOANA D'ARC, LUIZ EMÍDIO SILVEIRA (T-3) E ZENAIDE SANTOS DE SOUZA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 02 de agosto de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 02 de agosto de 2016, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

DECRETO Nº 6574/2016

DECRETO Nº 6574/2016

ALTERA O DECRETO 2425/2014 QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CACS/FUNDEB.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal, combinada com o artigo 2º da Lei Municipal nº 4.608, de 20 de dezembro de 2007 e a Lei Municipal nº 5.256, de 21 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Decreto N.º 2425 de 18 de março de 2015 que dispõe sobre a nomeação do conselho municipal de acompanhamento e controle social do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação – CACS/FUNDEB, de acordo com a Portaria Nº 481 de 11 de outubro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I. REPRESENTANTES DO SEGMENTO DO PODER EXECUTIVO:

- a) Membro Titular - Kelen Bittencourt
CPF - 003.443.349-02
- b) Membro Suplente – Ana Margarete Gomes da Silva
CPF – 560.141.129-87

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO:

- a) Membro Titular: Mariluce de Oliveira Trajano
CPF: 895.715.769-72
- b) Membro Suplente: Simone Warmling dos Santos
CPF: 789.451.359-87

II. REPRESENTANTES DE DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

- a) Membro Titular: Eliane Marcelino de Oliveira
CPF – 642.130.649-72
- b) Membro Suplente: Suziane Maria Guesser
CPF – 834.545.869-68

III. REPRESENTANTES DO SEGMENTO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

- a) Membro Titular: Rosélia Aparecida de Castro
CPF – 565.993.589-34
- b) Membro Suplente: Nerzi Maria de Souza Rodrigues
CPF – 594.710.509-87

IV. SEGMENTO DOS SERVIDORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS:

- a) Membro Titular: Luzinéia Amorim
CPF – 455.389.999-04
- b) Membro Suplente: José Indalésio Warmiling
CPF – 613.163.939-68

V. REPRESENTANTES DO SEGMENTO DE PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

- a) Membro Titular: Jamile Serafim
CPF - 003.976.069-31
- b) Membro Suplente: Izabel Cristina Klein Ribeiro
CPF – 825.107.849.00
- c) Membro Titular: Mirella Borba da Rosa Rodrigues
CPF – 004.578.409-43
- d) Membro Suplente: Joyce Garcia Pessoa
CPF – 006.359.699-71

VI. REPRESENTANTES DO SEGMENTO DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

- a) Membro Titular: Alceu Vargas Nadal Filho
CPF – 952.265.759-04
- b) Membro Suplente: Rosana de Souza
CPF – 578.740.189-15
- c) Membro Titular: Lorival Conceição Almeida
CPF – 826.951.568-04
- d) Membro Suplente: Ana Paula Erkmann
CPF – 105.996.559-33

VII. REPRESENTANTES DO SEGMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

- a) Membro Titular: Cláudia Maria Barbato Vieira
CPF – 711.697.419-91
- b) Membro Suplente: Maria de Fátima Santos
CPF – 656.396.189-49

VIII. REPRESENTANTES DO SEGMENTO CONSELHO TUTELAR:

- a) Membro Titular: Andrea da Costa Santos
CPF – 014.331.629-03
- b) Membro Suplente: Juliana Silveira Léffer
CPF – 037.965.029-03.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 4990/2015.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 6577/2016

DECRETO Nº 6577/2016

DECRETA ÁREA DE FESTA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretada área de festa, nos dias 23, 24 e 25 de julho do corrente ano, em toda a área central que circunda a Igreja Matriz do Bairro Colônia Santana, envolvendo as seguintes Ruas: Rua Engelberto Koerich, Rua Ivo José de Souza, Rua Osmar Conceição, inclusive adjacências, tendo em vista a realização da Festa da Padroeira "Senhora Sant' Ana".

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6578/2016

DECRETO Nº 6578/2016

HOMOLOGA CONCURSO PÚBLICO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica HOMOLOGADO o resultado do Concurso Público instaurado pelo Edital N.º 001/2016/GAB destinado ao provimento de cargos do quadro de pessoal civil de Assistente Social e Psicólogo da Prefeitura Municipal de São José, conforme relação de aprovados anexa.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

Cargo	Insc.	Nome	Nasc.	NF	Clas.
Assistente Social	1461	ADRIANA SILVA	13/09/1991	9.40	1
Assistente Social	433	MARIA DE FATIMA BERNADETE DE SOUZA	24/04/1992	9.20	2
Assistente Social	1326	MILENA FUCKS	24/10/1980	9.20	3
Assistente Social	2022	JULIANA PIRES FRITZEN	27/03/1991	9.20	4
Assistente Social	245	SAMUEL SALEZIO DOS SANTOS	09/07/1988	9.00	5
Assistente Social	2229	FERNANDA REIS AUGUSTO DA SILVA	12/07/1989	9.00	6
Assistente Social	2381	LUCIANA MIRIAN MOREIRA	27/06/1979	8.80	7
Assistente Social	1940	TABATA GOMES PANOZZO	11/11/1984	8.80	8
Assistente Social	2104	BRUNO GRAH	15/09/1989	8.80	9
Assistente Social	233	FERNANDA MARCELA TORRENTES GOMES	30/04/1990	8.60	10
Assistente Social	2473	DAYANA DA SILVA	20/03/1984	8.60	11
Assistente Social	1316	MONICA MORAES	08/03/1979	8.60	12
Assistente Social	31	JOICE MACEDO ALCENO	01/09/1983	8.60	13
Assistente Social	533	DEBORA CARLA CAVALCANTI	12/01/1985	8.60	14
Assistente Social	1514	TAMARA ALEXANDRA ARIAS SCHUTEL	25/09/1986	8.40	15
Assistente Social	1882	CAMILA ROCHA DOS SANTOS	25/12/1989	8.40	16
Assistente Social	2322	ANDREIA DOS SANTOS	01/02/1972	8.40	17
Assistente Social	304	TAMARA LIANA DUTRA	26/04/1991	8.20	18
Assistente Social	2414	ANA PAULA ALTHAUS	15/03/1981	8.20	19
Assistente Social	1507	DEBORA JORDANA FLORES SANZ MIRANDA	09/04/1983	8.20	20
Assistente Social	2491	DARLANA TREVISOL DOS SANTOS	26/07/1991	8.20	21
Assistente Social	184	LOUISI TANCREDO PORTO	03/07/1987	8.20	22
Assistente Social	231	MARINA PAULA DARROIT	23/01/1988	8.20	23
Assistente Social	1140	MAYARA ZIMMERMANN GELSLEICHTER	22/07/1992	8.20	24
Assistente Social	157	FRANCINE VALENTE FAVARETTO	01/12/1981	8.20	25

Assistente Social	667	CARLA LETICIA RAUPP RAMOS	18/07/1977	8.20	26
Assistente Social	99	BRUNA RAMOS CORDOVA	04/10/1990	8.00	27
Assistente Social	322	MAYARA GOMES SILVA	29/10/1990	8.00	28
Assistente Social	1775	KERLEN MIGNONI DA SILVA	15/02/1982	8.00	29
Assistente Social	772	NATALI PAZINI SILVA	08/10/1983	8.00	30
Assistente Social	659	SANDRA GOMES FERREIRA	19/09/1984	8.00	31
Assistente Social	378	MARIANA MENDES DE OLIVEIRA	14/05/1990	8.00	32
Assistente Social	230	LAIS SANTOS SILVA	24/11/1991	8.00	33
Assistente Social	2613	MARLA SACCO MARTINS	23/02/1979	8.00	34
Assistente Social	2667	ROSANA VARGAS FRAGA	12/07/1982	8.00	35
Assistente Social	2395	BRUNA SCHWEITZER DELDUQUE MELO	19/08/1986	8.00	36
Assistente Social	987	PAULA CRISTINA COSTA	12/08/1988	8.00	37
Assistente Social	1135	JESSICA BIEGER	23/07/1991	8.00	38
Assistente Social	61	JUCIMARA DOS SANTOS RAMOS DA SILVA	22/02/1972	8.00	39
Assistente Social	14	ROBERTA CONRAD	30/11/1984	8.00	40
Assistente Social	1995	DAYANA KRUGER	14/08/1984	8.00	41
Assistente Social	183	GERUSA DA SILVA MAURICIO	16/08/1982	7.80	42
Assistente Social	716	NAIRA DE GUIMARAES	15/05/1985	7.80	43
Assistente Social	2585	DIONEIA APARECIDA DE OLIVEIRA BERNY GUEDES	10/07/1985	7.80	44
Assistente Social	240	ANA PAULA BILEK	30/07/1986	7.80	45
Assistente Social	2528	TAYANE REGINA DO NASCIMENTO	16/04/1987	7.80	46
Assistente Social	1942	CATIANI MIRIAM CARDOSO	08/12/1992	7.80	47
Assistente Social	2043	JULIANA APARECIDA MIKOLAICZYK	11/04/1978	7.80	48
Assistente Social	565	JADNA APARECIDA NUNES	11/02/1987	7.80	49
Assistente Social	556	MYRIANE GONCALVES DA SILVA PORTO	17/11/1987	7.80	50
Assistente Social	1448	LUCIMARA POLETTI	27/07/1988	7.80	51
Assistente Social	2349	CARLA KLITZKE ESPINDOLA	07/10/1988	7.80	52
Assistente Social	961	GABRIELA NUNES	22/10/1990	7.80	53
Assistente Social	2518	SIMERE APARECIDA DA SILVA	29/05/1991	7.80	54
Assistente Social	630	JOZIANI FARIAS PEREIRA	07/07/1981	7.80	55
Assistente Social	58	ERIANE MARTINS	20/07/1981	7.80	56
Assistente Social	692	PAMELA BARRETO CORREA	12/06/1986	7.80	57
Assistente Social	2384	CRISTINE SCHMIDT	28/07/1991	7.80	58
Assistente Social	2332	CARINA CUSTODIO FRANCISCO	22/02/1974	7.80	59
Assistente Social	1851	ANDREZA MARIA DO CARMO	27/01/1976	7.80	60
Assistente Social	815	ADRIANA SILVEIRA RUIZ DIAZ	28/12/1990	7.80	61
Assistente Social	243	CLEONICE APARECIDA VITKOSKI	09/04/1970	7.60	62
Assistente Social	947	ANALU DOS SANTOS LOPES	06/01/1984	7.60	63
Assistente Social	1482	LUCIANA TELLES RODRIGUES	15/11/1977	7.60	64
Assistente Social	111	VIVIANE SCHUTZ FLORES	10/01/1981	7.60	65
Assistente Social	2568	CRISTIANE FERRARI CANEZ MACHADO	06/03/1984	7.60	66
Assistente Social	1118	CAMILA GISELE DE OLIVEIRA	05/10/1984	7.60	67
Assistente Social	1941	ALESSANDRA KARLA CAMARGO	22/03/1992	7.60	68
Assistente Social	1852	HELAINÉ CRISTINA DA SILVA	19/11/1982	7.60	69
Assistente Social	890	DEBORA REGINA DA SILVA	15/10/1985	7.60	70
Assistente Social	673	JAQUELINE LOPES DA SILVA GRAVINA	25/02/1986	7.60	71
Assistente Social	274	DEYSE DE SOUZA	11/04/1991	7.60	72
Assistente Social	1683	SARAH JUNCKES DUARTE	15/06/1992	7.60	73
Assistente Social	702	ROSEANE ROSANA DA SILVA	01/11/1994	7.60	74
Assistente Social	137	SELMA RAMALHO DE PAULA	16/03/1973	7.60	75
Assistente Social	1143	DEBORA DE LIMA	01/04/1976	7.60	76
Assistente Social	2507	MILEINE DELONE DA SILVA PIRES	09/05/1978	7.60	77
Assistente Social	2413	CAROLINI BARBOSA DE OLIVEIRA	24/09/1981	7.60	78
Assistente Social	175	MARIANA SOARES KOETTKER	23/12/1981	7.60	79
Assistente Social	334	MARIANE SANTOS FACCIN	14/07/1988	7.60	80
Assistente Social	1014	TATIANE DOS SANTOS	20/06/1989	7.60	81
Assistente Social	1724	CAMILA BECKER XAVIER	04/05/1994	7.60	82
Assistente Social	1909	VANDAMARIS ANGELA SCOPEL	01/07/1968	7.60	83
Assistente Social	2051	FABIANA BORGES ROLLIN	05/02/1975	7.60	84

Assistente Social	125	VANESSA CAETANO	16/02/1980	7.60	85
Assistente Social	2053	ELIZABETE DA ROSA DINIZ MARES	19/02/1985	7.60	86
Assistente Social	616	ALICE SCHMITZ	06/08/1988	7.60	87
Assistente Social	337	ENAILIE GARCIA FRASSETTO	26/12/1988	7.60	88
Assistente Social	922	CAROLINE DE SOUZA ANTUNES	31/01/1992	7.60	89
Assistente Social	762	KARINY ROUSSENQ INACIO	21/11/1992	7.60	90
Assistente Social	290	RENATA KOERICH	05/08/1982	7.60	91
Assistente Social	40	JOELMA BROERING DE SOUZA	11/11/1987	7.40	92
Assistente Social	1984	WINICIUS ALVES OLIVEIRA	21/07/1990	7.40	93
Assistente Social	2126	FRANCISCA ANGELICA MENDEZ	30/07/1975	7.40	94
Assistente Social	1802	JACLINE DE SANTANA LINS	14/03/1980	7.40	95
Assistente Social	2707	SABRINA FABIOLA NOBRE	30/01/1981	7.40	96
Assistente Social	2357	IMARA MARIA DE MELO	21/04/1984	7.40	97
Assistente Social	2342	SILVIA SANTIAGO MARTINS	29/03/1987	7.40	98
Assistente Social	470	JESSICA APARECIDA GARCIA GONCALVES	07/11/1990	7.40	99
Assistente Social	2498	BRUNA CAROLINA DA ROSA	29/09/1994	7.40	100
Assistente Social	2092	ELENICE CRISTIANI HINGHAUS PSCHIEDT	19/01/1969	7.40	101
Assistente Social	1319	PATRICIA CARLOS OLIVEIRA	01/05/1972	7.40	102
Assistente Social	1599	CLEVERTON CIDICLEI MACIEL	10/09/1977	7.40	103
Assistente Social	296	PATRICIA ANDERSON SILVA	04/09/1981	7.40	104
Assistente Social	1041	DAIANA RAMOS	09/09/1981	7.40	105
Assistente Social	1877	ELAINE JOAQUIM	31/12/1983	7.40	106
Assistente Social	66	CAROLINE DE SAO LEAO SOUSA	20/06/1987	7.40	107
Assistente Social	1718	FRANCINY CORDIOLI DA ROSA	19/12/1987	7.40	108
Assistente Social	105	NASSARA LAURIEN DOS SANTOS	01/02/1988	7.40	109
Assistente Social	1409	CRISTINA BLEICHVEL COSTA	12/10/1989	7.40	110
Assistente Social	613	MARYHANA DOS SANTOS CAVALHEIRO DE MORAIS	01/11/1989	7.40	111
Assistente Social	421	MELLORY MELLO JORGE	28/04/1991	7.40	112
Assistente Social	328	MARCIA DE LAGOS INACIO REIS	25/08/1973	7.40	113
Assistente Social	775	DEISE OLIDIA GONCALVES	02/11/1981	7.40	114
Assistente Social	104	ANA PAULA BARCELOS BUZZI	13/08/1988	7.40	115
Assistente Social	640	FRANCIELE THEVES DA ROSA	03/05/1989	7.40	116
Assistente Social	512	JEFERSON LEAL	22/01/1991	7.40	117
Assistente Social	638	LUANA STEIMBACK	15/06/1992	7.40	118
Assistente Social	1248	ALINE MARIA SILVEIRA DE OLIVEIRA	24/10/1992	7.40	119
Assistente Social	2326	EMERSON OLIVEIRA DE MOURA	26/07/1973	7.40	120
Assistente Social	844	MARIA CRISTINA FRANCISCON GOMES	12/06/1981	7.40	121
Assistente Social	139	MIRIAN DE LOURDES FONSECA	06/06/1984	7.40	122
Assistente Social	121	ALINE CRISTINA CORONA BASTOS	21/11/1989	7.40	123
Assistente Social	237	NATALIA DE FARIA	02/01/1991	7.40	124
Assistente Social	1013	TAISE MARQUES ALEXANDRE	15/03/1993	7.40	125
Assistente Social	411	URIS FRANCISCA RUIZ VALIENTE	09/10/1982	7.40	126
Assistente Social	401	RAFAELLA ABADE ALVES	02/01/1987	7.40	127
Assistente Social	343	VANESSA CRISTHIANA GRANDO	11/07/1991	7.40	128
Assistente Social	2069	LETICIA HEINZEN	27/06/1990	7.20	129
Assistente Social	80	ROSEMARA MARIA ROSSO CADORE	08/06/1963	7.20	130
Assistente Social	1694	HINGRIDY SALM LOCH	26/06/1994	7.20	131
Assistente Social	2214	ANA PAULA JORGE CIRINO	26/01/1979	7.20	132
Assistente Social	323	GIZELI ANADETE RAMOS RIBEIRO	13/09/1979	7.20	133
Assistente Social	2331	MARIVANE BORDIGNON	28/06/1982	7.20	134
Assistente Social	2500	TATIANY CRISTINA DE ASSIS	10/09/1985	7.20	135
Assistente Social	2317	RAPHAEL LOPES	12/05/1988	7.20	136
Assistente Social	2472	ALINE MATTOS FUZINATTO	18/04/1990	7.20	137
Assistente Social	1949	CAROLINE FRANK DE ALMEIDA	01/08/1991	7.20	138
Assistente Social	1982	ISABELLA CORREA SILVANO	31/08/1992	7.20	139
Assistente Social	706	MAURILIA PEREIRA	01/06/1971	7.20	140
Assistente Social	676	ROSEGLEIDE PEREIRA LIMA	24/07/1972	7.20	141
Assistente Social	1422	DANIELA DO AMARAL ALVES	24/02/1979	7.20	142
Assistente Social	2510	LUCAS HAYGERT PANTALEAO	26/08/1981	7.20	143

Assistente Social	789	THAISE DE QUADROS	26/11/1985	7.20	144
Assistente Social	2348	DENISE MARQUES DA SILVA	29/01/1987	7.20	145
Assistente Social	2484	KESSIA GRASIELE IENTZ	06/07/1987	7.20	146
Assistente Social	217	NAYANI HAMES DA ROSA MAFRA	03/01/1989	7.20	147
Assistente Social	22	LAIS GIANEZINI	29/06/1993	7.20	148
Assistente Social	889	THAIS DAL PONTE CLOSS RICCI	12/01/1978	7.20	149
Assistente Social	1931	RODRIGO FARIA PEREIRA	22/05/1979	7.20	150
Assistente Social	1649	LUCIANA MARIA DO NASCIMENTO	30/09/1983	7.20	151
Assistente Social	626	BRUNA CAROLINE MARTINS	28/06/1985	7.20	152
Assistente Social	227	FERNANDA MEDEIROS FERMINO	09/09/1987	7.20	153
Assistente Social	582	ANA CARLA CARVALHO SOARES	20/10/1987	7.20	154
Assistente Social	843	CARLA MORGAN	16/03/1991	7.20	155
Assistente Social	1772	JESSICA MAIARA LOPES	19/04/1993	7.20	156
Assistente Social	211	SUELEN FELIPE GONCALVES	13/05/1993	7.20	157
Assistente Social	1966	MARGARETE QUINT	27/03/1965	7.20	158
Assistente Social	1340	VANESSA DE ANDRADE	04/11/1979	7.20	159
Assistente Social	2371	ANA CLAUDIA MOCELIN	19/02/1984	7.20	160
Assistente Social	1574	MARINA FELTRIN DAMBROS	23/09/1989	7.20	161
Assistente Social	1817	MARIANE VICENTE DE AZEVEDO	09/04/1993	7.20	162
Assistente Social	2383	MARLENE BALTAZAR DA SILVA	18/07/1955	7.00	163
Assistente Social	344	MICHELE VIEIRA PEREIRA	02/05/1982	7.00	164
Assistente Social	753	LIDIANE CRISTINA DA COSTA BARBOSA	13/02/1977	7.00	165
Assistente Social	607	EDUARDO DE OLIVEIRA GARCIA	25/01/1984	7.00	166
Assistente Social	2526	DANIELA AYRES DOS SANTOS CARVALHO	24/04/1989	7.00	167
Assistente Social	2220	BRUNA PEIXER	24/10/1991	7.00	168
Assistente Social	2388	CAROLINE RICARDO FASOLIN	25/03/1992	7.00	169
Assistente Social	583	CORIA HELENA VIEIRA	25/08/1975	7.00	170
Assistente Social	2504	RAFAEL BERTONCINI GOULART	21/06/1983	7.00	171
Assistente Social	2127	ROSANGELA FIDELIS MAHS	20/02/1984	7.00	172
Assistente Social	724	LAURA SANTOS NEITSCH	21/12/1985	7.00	173
Assistente Social	69	DAIANA VERA SOUZA	08/02/1986	7.00	174
Assistente Social	1473	SCHAIANNY LIMA RIOS	23/02/1986	7.00	175
Assistente Social	2706	DALILA APARECIDA DA SILVA	27/03/1987	7.00	176
Assistente Social	1362	REGINA HOFFMANN	31/05/1988	7.00	177
Assistente Social	742	TASSIANE ANTUNES MOREIRA	29/05/1990	7.00	178
Assistente Social	1536	ELLEN CAROLINE PEREIRA	16/07/1991	7.00	179
Assistente Social	1622	SCHEILA RODRIGUES SILVEIRA	16/11/1992	7.00	180
Assistente Social	1677	SANDRA SANTOS COSTA	31/12/1979	7.00	181
Assistente Social	854	ANA PAULA BELLO RAFAEL	21/08/1981	7.00	182
Assistente Social	1093	PATRICIA FELICIDADE CATARINA BARON	14/12/1981	7.00	183
Assistente Social	617	LILIANE FERREIRA MARTINS	18/03/1984	7.00	184
Assistente Social	1318	ARICIA FURLANETTO DOS PASSOS	02/07/1987	7.00	185
Assistente Social	928	CAMILA PAULA ZATTI	21/12/1989	7.00	186
Assistente Social	2228	RUANA IVONETE DA SILVA	14/05/1990	7.00	187
Assistente Social	1311	LAIARA CRISTINA CARDOSO	19/12/1991	7.00	188
Assistente Social	317	ALESSANDRA RODRIGUES SANTOS	15/10/1993	7.00	189
Assistente Social	2501	DANUZA MARA FAVERSANI	16/01/1969	7.00	190
Assistente Social	2615	VANESSA CRISTINA DA COSTA TAVARES	03/02/1973	7.00	191
Assistente Social	2503	SIMONE LUISA BOLGENHAGEN	25/02/1976	7.00	192
Assistente Social	569	DJONATTAN PALHANO DA SILVA BLASIU	27/12/1981	7.00	193
Assistente Social	2325	CASSIA FABIANE FERREIRA GASPARETTO	01/03/1985	7.00	194
Assistente Social	2609	GABRIELA SANTOS BOTTEGA	17/09/1985	7.00	195
Assistente Social	141	DANIELLA ALEXANDRE SCHEIDT	02/06/1987	7.00	196
Assistente Social	2670	SCHARLENI STREY	25/05/1990	7.00	197
Assistente Social	923	MARIANE VANDERLINDE DA SILVA	24/07/1993	7.00	198
Assistente Social	92	EDELVAN JESUS DA CONCEICAO	19/12/1982	7.00	199
Assistente Social	1285	CAROLINA SILVA SCHAEFER	22/11/1985	7.00	200
Assistente Social	2486	DAIELEN TREVISOL DOS SANTOS	16/07/1994	7.00	201
Assistente Social	1284	LUIZA HELENA DA SILVEIRA	03/11/1960	7.00	202

Assistente Social	1865	ANDREYA CARRILHO CARDOSO	30/12/1987	7.00	203
Assistente Social	1343	JANAINA PINHEIRO PIRES NUNES	28/03/1985	6.80	204
Assistente Social	1304	MARIA EDUARDA DUARTE COELHO	28/04/1990	6.80	205
Assistente Social	309	CAMILA CRISTINA PEREIRA	06/06/1984	6.80	206
Assistente Social	1631	TAMIRIS DA SILVA	22/03/1989	6.80	207
Assistente Social	182	VIVIANE MARIA RODRIGUES	05/08/1975	6.80	208
Assistente Social	2683	CARLA LIANE DO SANTOS	24/04/1976	6.80	209
Assistente Social	119	DEISE FARIAS	04/07/1978	6.80	210
Assistente Social	2567	RENATO DE OLIVEIRA TEIXEIRA	15/08/1982	6.80	211
Assistente Social	1782	FRANCISCA MARIA DE ANDRADE	04/10/1985	6.80	212
Assistente Social	44	CLAUDIA CRISTINA WAGNER FRITZKE	06/09/1989	6.80	213
Assistente Social	1543	MARIA LUIZA ROBAERT	28/11/1989	6.80	214
Assistente Social	2351	MARISSA BARBARA GOMES DOS SANTOS	23/06/1992	6.80	215
Assistente Social	1551	TANIA BRUGGEMANN PELEGRINI	13/10/1974	6.80	216
Assistente Social	1257	DIANES FERRI	13/01/1977	6.80	217
Assistente Social	18	GABRIELA SILVEIRA	19/09/1981	6.80	218
Assistente Social	200	GISELE TRENTA	27/09/1982	6.80	219
Assistente Social	508	CHEYENNE VIEIRA MARQUES	15/03/1983	6.80	220
Assistente Social	814	ARIANA JULIA MAFRA	25/07/1986	6.80	221
Assistente Social	150	DAIANA SILVEIRA	27/02/1987	6.80	222
Assistente Social	2308	ALINE FURLANI DA SILVA	16/02/1990	6.80	223
Assistente Social	674	ANA LAURA PACHECO ALVES	11/05/1990	6.80	224
Assistente Social	2563	LEANDRO BORGES	06/07/1990	6.80	225
Assistente Social	250	NATHALIE BAREA SILVEIRA	21/08/1992	6.80	226
Assistente Social	1106	BEATRIZ ALVES DE BRIDA	31/10/1994	6.80	227
Assistente Social	2336	ADRIANA MUELLER	03/01/1972	6.80	228
Assistente Social	720	ANNE ELIZA VIEIRA CHEREM	16/11/1977	6.80	229
Assistente Social	420	NADIA DE FATIMA MAGGIONI	16/07/1981	6.80	230
Assistente Social	2180	ANA PAULA DE MATTOS COSTA	27/11/1981	6.80	231
Assistente Social	2439	DAIANE ROCHA	22/09/1987	6.80	232
Assistente Social	1213	ADRIANA FRIEDRICH	12/01/1988	6.80	233
Assistente Social	1194	TAILI JOANA STREB	25/10/1989	6.80	234
Assistente Social	1303	FELIPE CANDIN DOS SANTOS FUENTES	27/11/1989	6.80	235
Assistente Social	2182	INGRID DE CASSIA SOUZA DE OLIVEIRA	20/08/1990	6.80	236
Assistente Social	2129	IRINEU FREDERICO BORGES	25/03/1969	6.80	237
Assistente Social	2669	KLAYMARA KAREN DA SILVA	15/05/1988	6.80	238
Assistente Social	2160	ELIZABETE VALDA CORREA GASPAR	12/02/1978	6.80	239
Assistente Social	374	ALINE PAULA MARCONATTO	31/10/1981	6.80	240
Assistente Social	430	JANETE APARECIDA PINHO	16/03/1974	6.60	241
Assistente Social	1388	SEVERINA INACIA DE SOUSA	09/07/1972	6.60	242
Assistente Social	2068	ANDREIA BURLIN	30/03/1980	6.60	243
Assistente Social	1855	NOEMI CLARA MANOEL	31/12/1984	6.60	244
Assistente Social	1828	FRANCINE PINHEIRO	11/06/1990	6.60	245
Assistente Social	1754	GABRIELA STANG	14/02/1994	6.60	246
Assistente Social	1639	CARMELITA LUZIA BACK	13/12/1956	6.60	247
Assistente Social	2509	ANA ROSA PIVOTTO	19/06/1969	6.60	248
Assistente Social	1937	LAURO CESAR MARTENDAL	30/03/1970	6.60	249
Assistente Social	2096	MARI CRISTIANE DE MATOS	03/02/1971	6.60	250
Assistente Social	2519	FABIANE MACHADO	11/04/1979	6.60	251
Assistente Social	2078	ROBERTA CAROLINA DA SILVA	09/09/1979	6.60	252
Assistente Social	1345	FABRICIA HELENA MACHADO	24/09/1980	6.60	253
Assistente Social	10	TATIANA LEMONIE MACHADO	21/10/1982	6.60	254
Assistente Social	747	ALINE FELIPE	12/06/1985	6.60	255
Assistente Social	2443	AMANDA GOMES DE MEDEIROS SILVA	22/05/1989	6.60	256
Assistente Social	467	DEBORA CRISTINA DA SILVA	06/08/1989	6.60	257
Assistente Social	2319	JULIANA CARDOZO DE ELESBAO	24/02/1991	6.60	258
Assistente Social	116	EMMANUELA NADIR FELIPE DA SILVA	05/10/1992	6.60	259
Assistente Social	2030	IZAIRA PINHO	14/01/1964	6.60	260
Assistente Social	2097	LEDIA MARA ROSA SILVA MARTINS	01/04/1966	6.60	261

Assistente Social	1999	IRACEMA WOLAN	24/06/1970	6.60	262
Assistente Social	2566	JANE CAMPOS	28/10/1974	6.60	263
Assistente Social	525	LISIANE GOMES MOHR	17/06/1976	6.60	264
Assistente Social	1061	DENISE MARIE GERENT	16/08/1976	6.60	265
Assistente Social	178	MICHELLE SCHMIDT DOS SANTOS CAMEU	24/11/1976	6.60	266
Assistente Social	2476	JUSSARA ROZALI DE FARIAS	16/04/1977	6.60	267
Assistente Social	2432	DIOGO AUGUSTO FEDERIZZI SCHARDOSIN	25/02/1985	6.60	268
Assistente Social	817	MARIANI DE OLIVEIRA BENVENUTTI	14/11/1986	6.60	269
Assistente Social	264	ANDRESSA PASINATTO CLEIN	29/02/1988	6.60	270
Assistente Social	1055	MONIQUE NICOLI COSTA	08/08/1988	6.60	271
Assistente Social	1046	AMANDA RAMOS LUZ	30/09/1989	6.60	272
Assistente Social	74	ADRIANA CRISTINA PERRONE	19/04/1992	6.60	273
Assistente Social	829	CLAUDETE MARIA STEIL PEREIRA	04/04/1959	6.60	274
Assistente Social	500	SILVANA VIEIRA DA ROSA	19/01/1967	6.60	275
Assistente Social	2269	MARILANE LURDES BUSATTA	30/03/1968	6.60	276
Assistente Social	330	JILZA MARINA MOREIRA SILVA	09/11/1968	6.60	277
Assistente Social	2044	IELBA CRISTINA PORTO SILVEIRA	09/03/1973	6.60	278
Assistente Social	2691	MELISSA CASAGRANDA	04/10/1978	6.60	279
Assistente Social	70	GABRIELE SILVESTRE MINOSSO	17/06/1986	6.60	280
Assistente Social	312	LETICIA DE OLIVEIRA MOTA	01/11/1993	6.60	281
Assistente Social	1479	CILEA MENDES MARQUES	04/03/1981	6.60	282
Assistente Social	297	ELIZABETE FERNANDES FARINA	29/03/1963	6.60	283
Assistente Social	1261	PRISCILA BARBOSA RODRIGUES	05/06/1992	6.40	284
Assistente Social	564	LUCIAMAR BITTENCOURT ESPINDOLA	27/01/1974	6.40	285
Assistente Social	448	MARA RUBIA MACHADO MOREIRA	18/12/1979	6.40	286
Assistente Social	1214	SILVANA RODRIGUES FRAGA DA SILVA	03/03/1983	6.40	287
Assistente Social	340	AMANDA DOS SANTOS SANTIAGO	15/04/1986	6.40	288
Assistente Social	2297	TAISE PAULA CAMPESTRINI	22/01/1987	6.40	289
Assistente Social	1647	RAFAELA CAROLINA FERREIRA	16/08/1989	6.40	290
Assistente Social	960	ANA CRISTINA VENTURA ALVES	10/06/1993	6.40	291
Assistente Social	697	WELMA BRAGA COSTA CANDIDO	20/05/1969	6.40	292
Assistente Social	376	ADRIANA BATISTA DE OLIVEIRA	05/07/1978	6.40	293
Assistente Social	927	ARONY SILVA CRUZ PAIVA	24/02/1982	6.40	294
Assistente Social	2075	ROSELI FATIMA DA SILVA	18/08/1982	6.40	295
Assistente Social	1589	PAMELA CRISTINA DEUCHER	31/08/1983	6.40	296
Assistente Social	2661	VANESSA EIDAM	18/08/1988	6.40	297
Assistente Social	1085	NEWTY JACQUELINE RODRIGUES	09/09/1988	6.40	298
Assistente Social	2425	MARIANE OLIVEIRA DIAS	16/10/1988	6.40	299
Assistente Social	2354	SILVIA PASSOS MARINHO	11/11/1988	6.40	300
Assistente Social	1116	MILENE PESSOA SOARES INACIO	15/01/1992	6.40	301
Assistente Social	1353	LEANDRO DE OLIVEIRA	25/01/1992	6.40	302
Assistente Social	241	GISELE DE PIERI MEDEIROS	08/10/1971	6.40	303
Assistente Social	2684	EDNA FERNANDES MATIOLA ZANETTA	03/12/1971	6.40	304
Assistente Social	1427	LUCINEIA BERNARDI	15/03/1977	6.40	305
Assistente Social	2128	ALESSANDRA TOSE	25/10/1978	6.40	306
Assistente Social	2172	KREIZE FERNANDA DE SOUZA MACHADO	19/06/1980	6.40	307
Assistente Social	1608	SUSANA ASSUNCAO PEREIRA	24/10/1988	6.40	308
Assistente Social	426	LAIS LINHARES MENDES	03/11/1989	6.40	309
Assistente Social	1847	CAMILA DA NATIVIDADE SUBTIL	11/11/1989	6.40	310
Assistente Social	1666	ALINE APARECIDA MARQUES	03/12/1990	6.40	311
Assistente Social	352	LETICIA POSSAMAI DELLA	20/05/1991	6.40	312
Assistente Social	1993	HELOISA HELENA ALMEIDA PEREIRA	21/10/1965	6.40	313
Assistente Social	2497	PRICILA THOMAZ COSTA	25/11/1984	6.40	314
Assistente Social	2100	VANESSA SILVA	25/02/1985	6.40	315
Assistente Social	37	LETICIA SIMOES DE ALMEIDA	27/05/1987	6.40	316
Assistente Social	618	JULIANE SOARES FEUBACH	26/03/1990	6.40	317
Assistente Social	527	IARA CUNHA FREIRE	15/09/1993	6.40	318
Assistente Social	204	SABRINA APARECIDA DE FREITAS	21/01/1994	6.40	319
Assistente Social	29	ANA PAULA BARCELOS	23/03/1969	6.40	320

Assistente Social	1887	SABRINA BATISTA ARTMANN	20/07/1981	6.40	321
Assistente Social	16	JANAINA VENTURI DUTRA	23/05/1990	6.40	322
Assistente Social	2483	GISELLE SILVA VIRTUOSO	31/03/1980	6.40	323
Assistente Social	475	ELIZABETE SARA SIQUEIRA HERGENRADER	23/02/1963	6.20	324
Assistente Social	572	VALERIA SANTANA FERNANDES	04/11/1975	6.20	325
Assistente Social	587	MARIA CRISTIANE CARDOSO DE SOUSA	04/02/1976	6.20	326
Assistente Social	1953	GRACIELLE CRISTINA DE OLIVEIRA PEDRO MARTINS	13/07/1988	6.20	327
Assistente Social	1573	KAREN CECCONELLO	31/03/1991	6.20	328
Assistente Social	1960	RENATA CYRILLO MOTA	09/09/1994	6.20	329
Assistente Social	1136	ROSANA NASATO	23/11/1976	6.20	330
Assistente Social	199	FERNANDA VIEIRA	17/09/1980	6.20	331
Assistente Social	2488	IZAIA NE LATRONICO MOTTA	19/12/1981	6.20	332
Assistente Social	2664	ROBERTA CECILIA DA SILVEIRA	05/10/1982	6.20	333
Assistente Social	661	LUANA DIWIE THOMAZ DA SILVA	03/06/1983	6.20	334
Assistente Social	1371	LIAMARA POLETTI	07/07/1986	6.20	335
Assistente Social	813	LARISSA MEDEIROS	17/08/1989	6.20	336
Assistente Social	2527	MARIA EDUARDA BITTENCOURT	31/01/1992	6.20	337
Assistente Social	2632	KAROLINE FRANCIÊLE DOS SANTOS	06/11/1993	6.20	338
Assistente Social	88	CLAUDIA BRONISZAK BARROS DE LIMA	13/07/1971	6.20	339
Assistente Social	904	ROSELI ROZANGELA PASCOAL	05/12/1974	6.20	340
Assistente Social	1964	RUBENS RIBEIRO	09/03/1976	6.20	341
Assistente Social	1800	LARA MARQUES GIORDANI	23/03/1985	6.20	342
Assistente Social	239	ROSIVANE SOUSA DOS PASSO	30/07/1989	6.20	343
Assistente Social	45	ANDRIELEN ABREU DIAS DO CANTO	10/10/1989	6.20	344
Assistente Social	2679	MOARA MONTEIRO SANTHELENA	25/04/1990	6.20	345
Assistente Social	87	NATALIA TODESCHINI TONELO	11/12/1991	6.20	346
Assistente Social	1099	SAMANTA BOTELHO KONS	18/02/1992	6.20	347
Assistente Social	34	ANGELITA GNECCO MACHADO	12/11/1968	6.20	348
Assistente Social	1167	JANE REGINA BORGES VIEIRA	30/11/1972	6.20	349
Assistente Social	1146	MAIRA RIBEIRO MELO	16/12/1972	6.20	350
Assistente Social	2730	GISLAINE MARTINS	06/03/1981	6.20	351
Assistente Social	294	VANESSA NUNES SILVA	03/08/1982	6.20	352
Assistente Social	1015	MICHELI BUENO PINTO BRUM	15/01/1983	6.20	353
Assistente Social	2735	ALINE AYRES DE HOLLANDA	03/03/1985	6.20	354
Assistente Social	2584	GRAZIELA ECCO	29/03/1989	6.20	355
Assistente Social	560	INDIANARA TRAINOTTI	11/02/1990	6.20	356
Assistente Social	1322	LAISE GONCALVES	12/09/1994	6.20	357
Assistente Social	2530	VANESSA TREMARIN DE OLIVEIRA	28/09/1983	6.20	358
Assistente Social	148	ANDRESSA CRISTINA CARDOSO	18/04/1989	6.20	359
Assistente Social	254	VANESSA FREITAS	05/12/1990	6.20	360
Assistente Social	1839	LUANA DE OLIVEIRA MARTIMIANO	04/01/1991	6.20	361
Assistente Social	1733	IACI LUNA REZENDE	16/03/1993	6.20	362
Assistente Social	496	MARCIO KIDES DA SILVA	10/02/1982	6.20	363
Assistente Social	1033	GISELLE FERREIRA DA ROSA OSTROSKI	13/05/1982	6.20	364
Assistente Social	2496	TAIANA PRAUSE	26/05/1983	6.20	365
Assistente Social	388	FERNANDA LIA DA SILVA COLOMBI	28/06/1979	6.20	366
Assistente Social	1994	MARIA EMILIA DE AZEVEDO DUARTE	10/03/1980	6.00	367
Assistente Social	1320	DAVID LAIPELT DE SA	20/10/1980	6.00	368
Assistente Social	521	EMANUELLE DIAS PINTO	25/04/1981	6.00	369
Assistente Social	1141	FLORENCIA MEDINA RAKOS	02/10/1981	6.00	370
Assistente Social	2606	BIANCA PADOVAN HEINZ	01/10/1993	6.00	371
Assistente Social	905	ANA CRISTINA ESPINDOLA	27/07/1972	6.00	372
Assistente Social	978	KAIONARA APARECIDA DOS SANTOS	03/11/1976	6.00	373
Assistente Social	2682	SIMONE CRISTINA VIEIRA MACHADO	13/05/1977	6.00	374
Assistente Social	2723	CLAUDIA ROSARIA DOS SANTOS	22/12/1977	6.00	375
Assistente Social	2557	JULIANA ROSANE GUILARDI	23/06/1985	6.00	376
Assistente Social	2610	GREYCE CAMPOS DE CASTRO	24/09/1988	6.00	377
Assistente Social	336	ALINE JANAINA MORAIS GONCALVES	26/09/1988	6.00	378
Assistente Social	581	ANA CRISTINA RAIMUNDO KRUSCINSKI	08/03/1975	6.00	379

Assistente Social	1518	SANDRA MOTA COLLACO DOMINGUES	18/03/1976	6.00	380
Assistente Social	2385	CAMILA AZEVEDO DOS REIS	28/09/1983	6.00	381
Assistente Social	289	SAMARA MARLENE DANIEL	11/11/1986	6.00	382
Assistente Social	578	MORGANA NAVARINI	28/08/1990	6.00	383
Assistente Social	2644	MARIANE DE SOUZA CAMPOS	30/10/1990	6.00	384
Assistente Social	596	VANESSA VIANA VIDOR	17/12/1992	6.00	385
Assistente Social	1996	VILSON SIMAS	13/12/1960	6.00	386
Assistente Social	551	MARIA TAIS DE MELO	03/02/1961	6.00	387
Assistente Social	1157	LUCIANA GOULART DA ROCHA FONSECA	13/06/1964	6.00	388
Assistente Social	1112	MARINES PARREIRA	22/09/1977	6.00	389
Assistente Social	2005	DANIEL CARVALHO DE OLIVEIRA	18/10/1977	6.00	390
Assistente Social	2516	SARITTY ROCHA DE AZAMBUJA	03/12/1979	6.00	391
Assistente Social	2581	MARTA SCHMIDT FIORENTINO	02/03/1984	6.00	392
Assistente Social	699	JANESCA IURKEVICZ PEREIRA FERNANDES	25/10/1987	6.00	393
Assistente Social	718	MARINA DOS SANTOS SOUZA	08/02/1988	6.00	394
Assistente Social	1359	FLAVIA RAFAELA RAMOS	20/08/1988	6.00	395
Assistente Social	2470	INEZ PEREIRA DE FAVERI	15/10/1993	6.00	396
Assistente Social	287	AMANDA CRISTINA ROEDER	16/02/1995	6.00	397
Assistente Social	2616	JOEL JOSE DE CAMPOS	12/01/1970	6.00	398
Assistente Social	1255	CRISTINA MARIA ALVES LUCAS	05/08/1970	6.00	399
Assistente Social	2535	ANDREA CRISTIANE DUTRA CORREA	10/03/1971	6.00	400
Assistente Social	68	GRAZIELA DA ROSA VIEIRA ATAIDE	28/07/1971	6.00	401
Assistente Social	1841	KARLA SORAIA LIMA MOREIRA	11/12/1974	6.00	402
Assistente Social	269	DARLANA MENDES DE AMORIM	03/02/1979	6.00	403
Assistente Social	2140	REJANE DA SILVEIRA RIBEIRO	09/08/1979	6.00	404
Assistente Social	576	VANESSA DA SILVA PALOMEQUE	25/08/1980	6.00	405
Assistente Social	2495	TATIANA DOS REIS CALIXTO	07/04/1984	6.00	406
Assistente Social	988	MICHELE TELES RODRIGUES DA COSTA	22/04/1985	6.00	407
Assistente Social	2299	MIRELA EUFRASIO DAS CHAGAS	30/04/1987	6.00	408
Assistente Social	273	JOSE LAURO SEVERIANO DA SILVA	28/10/1978	6.00	409
Psicólogo	145	LUIZA SPILLER FERNANDES	27/12/1989	9.40	1
Psicólogo	2499	MANOEL LUIS DOS SANTOS GODINHO JUNIOR	11/11/1987	9.40	2
Psicólogo	2579	GELSON PANISSON	21/01/1988	9.00	3
Psicólogo	654	LIEDIANI MEDEIROS DE SOUZA	01/10/1991	9.00	4
Psicólogo	26	LARISSA PAPALEO KOELZER	15/07/1989	9.00	5
Psicólogo	1752	DOUGLAS FERRAZ DE ARAUJO	30/06/1982	8.80	6
Psicólogo	356	VANESSA SOARES BORGES	01/12/1978	8.80	7
Psicólogo	1625	CAMILLA FERREIRA BOA SORTE	04/09/1981	8.80	8
Psicólogo	840	TALISSA PALMA MULLER	04/06/1986	8.80	9
Psicólogo	2377	DANIEL TEIXEIRA DE VASCONCELOS	17/02/1989	8.80	10
Psicólogo	1042	CLARICE KERN RUARO	28/10/1981	8.80	11
Psicólogo	353	MARIANA LUIZA BECKER DA SILVA	28/07/1993	8.60	12
Psicólogo	493	BIBIANA MARI DUTRA	29/08/1982	8.60	13
Psicólogo	1416	ANELISE DIAS OSSEYRAN	07/03/1985	8.60	14
Psicólogo	2329	ALINE LUNARDELLI CALDEIRA	20/04/1990	8.60	15
Psicólogo	1456	MONICA ANGONESE	16/08/1989	8.60	16
Psicólogo	1809	ALESSANDRA VIEIRA SCHETZ	01/12/1993	8.60	17
Psicólogo	2635	SUELEN CRISTINE DOS SANTOS	22/12/1988	8.40	18
Psicólogo	2204	MICHELLE BIRNFELD DA LUZ	10/09/1980	8.40	19
Psicólogo	2063	PRISCILLA DE MACEDO PINHO RAMOS	08/12/1980	8.40	20
Psicólogo	2542	SOLANGE LOOS DA ROCHA	09/03/1972	8.40	21
Psicólogo	2285	ROBERTA TEREZA SILVA FERRAZ DE CAMPOS	09/02/1980	8.40	22
Psicólogo	1273	GABRIELLA DORNELLES CHAGAS PEREIRA	05/05/1983	8.40	23
Psicólogo	2460	DANTE ALBUQUERQUE SALLES	18/01/1988	8.40	24
Psicólogo	2215	BRUNA ANGONESE	03/05/1988	8.40	25
Psicólogo	1701	DAYANE ARAUJO ROCHA	15/02/1983	8.40	26
Psicólogo	591	LARISSA FRANCA	02/11/1990	8.40	27
Psicólogo	666	YUME KOGA	11/12/1991	8.40	28

Psicólogo	858	ELIZA DOS SANTOS POLICARPO	07/03/1988	8.20	29
Psicólogo	27	CLARICE ROCHA BASTOS	22/03/1983	8.20	30
Psicólogo	271	MARIANA BRANDALISE	04/12/1989	8.20	31
Psicólogo	450	SAARAH THAMARA AGUIAR HENRIQUE DE SOUZA	09/11/1990	8.20	32
Psicólogo	415	AQUILA SONIA DA SILVA	04/06/1982	8.20	33
Psicólogo	1475	ANA VITORIA SANDOVAL FERREIRA	16/11/1986	8.20	34
Psicólogo	535	LARISSA SANTANA CUNHA	17/08/1989	8.20	35
Psicólogo	1403	MARIANA MOURA DOS SANTOS	01/09/1989	8.20	36
Psicólogo	580	SILVIA LETICIA DE FREITAS NETO	13/06/1981	8.20	37
Psicólogo	1378	JULE NAZARIO MENDES MINELLI	07/09/1984	8.20	38
Psicólogo	1060	KAROLINA COSTA RAFFS	06/12/1986	8.20	39
Psicólogo	2490	TAINA BARON LUDVIG	21/04/1988	8.20	40
Psicólogo	2113	DANIELE BECKER	27/11/1988	8.20	41
Psicólogo	43	VERONICA BARBARA BERNZ	26/10/1989	8.20	42
Psicólogo	194	LAURA DETONI QUEIROZ	06/10/1992	8.20	43
Psicólogo	1537	PRISCILA ESPINDOLA BEPLER	17/12/1982	8.20	44
Psicólogo	2552	AMANDA DRI LIMA	07/03/1985	8.20	45
Psicólogo	38	GABRIELA PIUCO DE AMORIM	27/09/1992	8.20	46
Psicólogo	2048	RENATA BONASPETTI	30/06/1969	8.20	47
Psicólogo	503	CIDIANE ROBERTA MARTINHO LOFI	28/03/1984	8.00	48
Psicólogo	1516	CINTIA FERNANDA DOS SANTOS	15/05/1989	8.00	49
Psicólogo	1637	DANIELE CRISTINA BREIS	12/10/1985	8.00	50
Psicólogo	2008	MARIANA AMARAL DE QUEIROZ	29/03/1986	8.00	51
Psicólogo	1117	SILVANA ARLETE CARDOSO	12/06/1977	8.00	52
Psicólogo	41	CRISTINA DE LARA PRAZERES BROERING	05/04/1979	8.00	53
Psicólogo	2578	HAMILTON BRIGNOL VAZ BARRETO	15/11/1981	8.00	54
Psicólogo	460	FRANCYNE DAS NEVES	15/02/1983	8.00	55
Psicólogo	12	PATRICIA PERESSONI FLEMMING ALTENHOFEN	14/02/1984	8.00	56
Psicólogo	370	LARISSA DA SILVA OLIVEIRA SANTOS	17/04/1987	8.00	57
Psicólogo	593	THIAGO BARCELLOS MURADAS	23/06/1992	8.00	58
Psicólogo	1382	FLAVIA MENEZES PONTES	16/07/1979	8.00	59
Psicólogo	151	GABRIELA GOES	22/08/1986	8.00	60
Psicólogo	1485	CAMILLA MARIA DA SILVA	18/11/1986	8.00	61
Psicólogo	543	EMELINE FABRICIA DIAS	22/02/1988	8.00	62
Psicólogo	2435	CAMILA PARAVISI FRIZZO	05/11/1989	8.00	63
Psicólogo	1148	VANESSA IVO ROSA	01/03/1990	8.00	64
Psicólogo	1291	NEMORA GOMES DA ROCHA	28/01/1991	8.00	65
Psicólogo	1963	KARLA DE OLIVEIRA CRUZ	21/08/1991	8.00	66
Psicólogo	895	LAIS SINCAS CONTE	20/11/1990	8.00	67
Psicólogo	395	ANA CLARA SIQUEIRA	02/03/1992	8.00	68
Psicólogo	552	AGATA BENITEZ FETSCHENKO	01/03/1992	8.00	69
Psicólogo	118	RITA DE CASSIA RONCUNI DE MEDEIROS	07/01/1980	7.80	70
Psicólogo	464	MANOELA ZIEGLER HUBER	21/11/1985	7.80	71
Psicólogo	575	FERNANDA GRACA DE GASPER	28/11/1985	7.80	72
Psicólogo	1799	GABRIELA DE CORDOVA CANTARELLI	28/02/1990	7.80	73
Psicólogo	219	DANIELA FURLAN	12/06/1990	7.80	74
Psicólogo	807	CAROLINE ZANERIPE DE SOUZA	08/01/1992	7.80	75
Psicólogo	82	TAMARA DO NASCIMENTO	24/03/1992	7.80	76
Psicólogo	142	ALEXANDRA DANUZA BERTOLDI	18/12/1981	7.80	77
Psicólogo	540	ELAINE DA SILVEIRA	28/01/1982	7.80	78
Psicólogo	2717	LUCILENE SANDER	22/09/1984	7.80	79
Psicólogo	2292	KELI POLETTI	17/06/1987	7.80	80
Psicólogo	2417	DINAE ESPINDOLA MARTINS	22/02/1989	7.80	81
Psicólogo	2594	ADRIANY ARAUJO	01/07/1990	7.80	82
Psicólogo	893	MORGANA MARIAH DAROSCI	05/03/1992	7.80	83
Psicólogo	574	PAOLA NUNES GOULARTE	25/09/1992	7.80	84
Psicólogo	463	BARBARA LANGSCH DE S THIAGO	26/08/1981	7.80	85
Psicólogo	2524	LUANA DE ARAUJO LIMA VIZENTIN	09/04/1982	7.80	86
Psicólogo	888	TAYS SLAVIEIRO LOCATELLI	03/07/1984	7.80	87

Psicólogo	1054	CAMILA STOLF MARQUES POTTES LINS	25/01/1988	7.80	88
Psicólogo	1798	INGRID KUHNEN COELHO	01/05/1993	7.80	89
Psicólogo	599	FABIANA BATTISTI	20/05/1974	7.80	90
Psicólogo	1113	JOSEMARA FERNANDES VERAS GARCIA	16/12/1983	7.80	91
Psicólogo	980	CAROLINE BROPP CARDOSO	08/12/1984	7.80	92
Psicólogo	514	GABRIELA FAUTH FERNANDES	08/02/1988	7.60	93
Psicólogo	24	BRUNA FEIJO	27/09/1988	7.60	94
Psicólogo	2523	CLAUDIA LOBO PHILIPPI	02/04/1973	7.60	95
Psicólogo	1444	JOSIANE KOHLS	02/08/1982	7.60	96
Psicólogo	134	SUELEN MARTINS	09/08/1982	7.60	97
Psicólogo	990	FERNANDA ZANINI	19/02/1983	7.60	98
Psicólogo	1178	FERNANDA KEIL KRESSIN AVILA DA SILVA	25/11/1985	7.60	99
Psicólogo	1973	CLEILSON COSTA DA SILVA	22/04/1988	7.60	100
Psicólogo	2647	MARIA JOSE RODI PASSERINO	05/04/1976	7.60	101
Psicólogo	13	EMILSON LUCIO DA SILVA	18/06/1977	7.60	102
Psicólogo	2415	JULIA MONTEIRO SCHENKEL	25/04/1984	7.60	103
Psicólogo	1527	ALANA DE SIQUEIRA BRANIS NUNES	30/01/1985	7.60	104
Psicólogo	1884	SABRINA ZAFFARI FARIAS	02/03/1988	7.60	105
Psicólogo	2422	RAFAELLA GHIDINI STANGHERLIN	25/10/1988	7.60	106
Psicólogo	90	BRUNA CORREA	30/03/1991	7.60	107
Psicólogo	242	HELENA VIANA FRAGA	20/06/1993	7.60	108
Psicólogo	209	MARIA MADALENA CASTILHO DE SOUZA	15/12/1961	7.60	109
Psicólogo	2572	TANIA CRISTINA RIBEIRO	15/08/1972	7.60	110
Psicólogo	1153	CARLA PIMENTEL DE AZEVEDO GONCALVES	09/01/1978	7.60	111
Psicólogo	2315	THAIS DUTRA ALVES FENNER	17/09/1979	7.60	112
Psicólogo	836	LILIAN COSTA SILVEIRA SCHERER	26/09/1979	7.60	113
Psicólogo	160	CRISTINA BORGERT COELHO	10/11/1984	7.60	114
Psicólogo	711	AMANDA CASTRO	06/03/1989	7.60	115
Psicólogo	610	FERNANDA LIMA FONSECA	29/07/1989	7.60	116
Psicólogo	689	BARBARA ZAIDA RAMPÁ DIAS	30/12/1989	7.60	117
Psicólogo	97	LAURIANE DA ROCHA MOCO	06/06/1990	7.60	118
Psicólogo	1395	LARISSA LEHMKUHL	25/06/1991	7.60	119
Psicólogo	1907	ANA LAURA BEDIN DE SOUZA	29/07/1991	7.60	120
Psicólogo	2725	LETICIA CONSERVA CASSAROTTI	18/09/1991	7.60	121
Psicólogo	339	LUCAS SCHWEITZER	23/06/1992	7.60	122
Psicólogo	1693	DJANE MNACHADO DOS PASSOS	16/01/1981	7.60	123
Psicólogo	2560	JULIANA SOUZA FELIPE	20/06/1982	7.60	124
Psicólogo	1001	MARIA ISABEL BARCELLOS	05/06/1983	7.60	125
Psicólogo	958	CAROLINA NITSCHKE MASSENA	31/05/1986	7.60	126
Psicólogo	752	BRUNA ROTTA JACOBO	27/12/1986	7.60	127
Psicólogo	188	MANOELLA MEDEIROS DA SILVA	26/05/1988	7.60	128
Psicólogo	305	DANIELA XAVIER MORAIS	10/08/1988	7.60	129
Psicólogo	2347	CLAUDIA MEDEIROS FERMINO	05/12/1976	7.60	130
Psicólogo	866	MONIQUE MOREIRA BEZ	13/01/1980	7.60	131
Psicólogo	2673	ELINA PAULA SARTORI PEREIRA	25/06/1989	7.60	132
Psicólogo	1281	MARIANE BRUSQUE RADKE	01/09/1990	7.60	133
Psicólogo	2487	ROMULO FABIANO SILVA VARGAS	20/06/1977	7.40	134
Psicólogo	1881	JAQUELINE BULIN VIEIRA	04/08/1984	7.40	135
Psicólogo	1282	MARIA ISABEL LISBOA CAPELLA	25/03/1987	7.40	136
Psicólogo	367	AMANDA CAMPOS DE SOUZA	27/07/1992	7.40	137
Psicólogo	1844	DEBORA MANES PELEGRINI	19/09/1982	7.40	138
Psicólogo	63	VANESSA APARECIDA DA SILVA MACHADO	16/06/1983	7.40	139
Psicólogo	1452	AMANDA ELY	24/07/1983	7.40	140
Psicólogo	62	DANIELA GARCIA	12/09/1983	7.40	141
Psicólogo	113	CRISTIANE HAMMES	19/06/1987	7.40	142
Psicólogo	1827	MICHELI SOTILI	08/03/1988	7.40	143
Psicólogo	589	ADRIANA AIKAWA DA SILVEIRA ANDRADE	17/04/1970	7.40	144
Psicólogo	1648	MICHELLE ELIAS SIQUEIRA	12/06/1981	7.40	145
Psicólogo	2396	CAROLINA DE VASCONCELLOS MAZONI	20/01/1988	7.40	146

Psicólogo	649	ISABELA PAMPLONA WEBER	25/02/1989	7.40	147
Psicólogo	490	LIANDRA SAVANHAGO	02/02/1993	7.40	148
Psicólogo	192	FERNANDA BURIGO MACHADO	15/05/1980	7.40	149
Psicólogo	1961	MARCELO NUNES DE MELLO	03/06/1980	7.40	150
Psicólogo	2617	CECILIA BRAGA BEZERRA	03/01/1983	7.40	151
Psicólogo	940	GERUSA PAULI SAFRA	03/10/1984	7.40	152
Psicólogo	1650	CAROLINA SOARES	05/09/1985	7.40	153
Psicólogo	2494	CALIZE PIZZOLATTO	29/08/1987	7.40	154
Psicólogo	849	THAMIRYS TOESQUI	11/04/1990	7.40	155
Psicólogo	670	ANATALIA MOHR	18/09/1991	7.40	156
Psicólogo	2141	FERNANDA GOULART FERREIRA	17/04/1992	7.40	157
Psicólogo	396	ALINE ALEXANDRA CHARAO RECHINI	25/05/1982	7.40	158
Psicólogo	2265	MARIA PAULA BERTOL	05/11/1982	7.40	159
Psicólogo	2122	CAROLINA SOUZA DE CARVALHO	06/03/1988	7.40	160
Psicólogo	126	ANA LUISA REMOR DA SILVA	02/02/1989	7.40	161
Psicólogo	894	YASMIN SAUER MACHADO	13/09/1991	7.40	162
Psicólogo	2006	MATEUS PEREIRA BENVENUTTI	14/01/1994	7.40	163
Psicólogo	502	SONIA VIGARANI	04/08/1966	7.40	164
Psicólogo	1628	ALINE SUAVE DA SILVA	02/11/1989	7.20	165
Psicólogo	2693	ELIANE VAZ MAGNI	09/03/1964	7.20	166
Psicólogo	883	THICIARA MATTIAZZI	07/05/1981	7.20	167
Psicólogo	2604	DEISE IVANY BITTENCOURT LITKE MADEIRA	10/12/1987	7.20	168
Psicólogo	1071	THAIS RAMOS MARTINI	03/07/1989	7.20	169
Psicólogo	2047	VICKY CHULA MARTINS	21/12/1989	7.20	170
Psicólogo	2544	CRISTIANE GRANETTO	25/01/1973	7.20	171
Psicólogo	1022	FABIANA FERREIRA BINO PEREIRA	05/05/1981	7.20	172
Psicólogo	2397	FABIOLA GUZZO	05/03/1987	7.20	173
Psicólogo	539	SUELLEN LIMA	03/05/1989	7.20	174
Psicólogo	1643	ISABELA SILVERIO ARAUJO	02/06/1989	7.20	175
Psicólogo	101	GABRIELE DAHMER OTERO	14/09/1989	7.20	176
Psicólogo	1161	ERICA DA SILVA INACIO	11/08/1992	7.20	177
Psicólogo	2353	BIA BORGES FERRARO	22/10/1993	7.20	178
Psicólogo	187	JULIANA ALMEIDA	26/02/1974	7.20	179
Psicólogo	389	ELAINE CRISTINA COELHO DE CAMPOS	05/04/1977	7.20	180
Psicólogo	346	CARLA NICHELE SERAFIM	09/06/1978	7.20	181
Psicólogo	1493	LUCITA PORTELA DA COSTA	19/03/1982	7.20	182
Psicólogo	368	DENISE FROZZI	24/10/1985	7.20	183
Psicólogo	244	MABEL PINHEIRO LABANOWSKI	07/09/1986	7.20	184
Psicólogo	186	DANIELE LINKE FORTES NISHIMURA	12/03/1987	7.20	185
Psicólogo	948	PRISCILLA TERUMI MORAES	10/12/1989	7.20	186
Psicólogo	1968	FABIOLA SHIBATA	14/10/1990	7.20	187
Psicólogo	1691	JAQUELINE NEHRING	27/10/1975	7.20	188
Psicólogo	2060	CARLA PICCIONE VARELA STANK	13/05/1982	7.20	189
Psicólogo	1773	LETICIA JUST GUERRA	06/11/1982	7.20	190
Psicólogo	19	MARCIA APARECIDA DA SILVA CREMINACIO	02/12/1982	7.20	191
Psicólogo	2387	BARBARA MEDEIROS CAVALLAZZI	30/09/1986	7.20	192
Psicólogo	2692	MARINA FERNANDES GUEDES	16/11/1989	7.20	193
Psicólogo	2392	LAUREN PERDIGAO AFFONSO	24/12/1990	7.20	194
Psicólogo	1938	KATUZA CARBONARA	09/04/1991	7.20	195
Psicólogo	2540	CAROLINA DACIA ESPINDOLA	11/10/1979	7.20	196
Psicólogo	2599	DANIELLA PESSOTTI BAMPI	02/02/1981	7.20	197
Psicólogo	956	CELINA LUCI LAZZARI	14/02/1985	7.20	198
Psicólogo	166	CARLA CAROLINE SANTOS	09/11/1987	7.20	199
Psicólogo	2699	VERA LUCIA RIAL GERPE	14/03/1974	7.20	200
Psicólogo	2307	MARIANA DUMINELLI DA LUZ	14/08/1992	7.20	201
Psicólogo	621	FERNANDA DAMARATT DOS SANTOS	08/03/1982	7.00	202
Psicólogo	2142	ISABEL CRISTINA BORGES	06/02/1966	7.00	203
Psicólogo	345	NANCI CECILIA DE OLIVEIRA VERAS	20/05/1967	7.00	204
Psicólogo	402	KARYNI CARDOSO TEIXEIRA	20/01/1977	7.00	205

Psicólogo	1934	ILDA TEREZINHA DE SOUZA GUIZ	27/06/1980	7.00	206
Psicólogo	663	ANNI GOMES SILVA	02/07/1987	7.00	207
Psicólogo	315	NATIELEN APARECIDA PEIXE	25/07/1989	7.00	208
Psicólogo	896	MARIANA SCHMIDT GOEBEL	25/04/1990	7.00	209
Psicólogo	1206	YURI SECCHES GHELFI	06/08/1990	7.00	210
Psicólogo	163	JULIA GONCALVES LONGO	27/10/1993	7.00	211
Psicólogo	1412	JESSICA OLIVEIRA DA SILVEIRA	07/07/1977	7.00	212
Psicólogo	1843	THAIS HELENA MONTEIRO DA SILVA	11/12/1978	7.00	213
Psicólogo	794	FABRICIO ANTONIO RAUPP	09/07/1979	7.00	214
Psicólogo	42	SAMANTHA CONCEICAO OTERO	05/06/1980	7.00	215
Psicólogo	1582	CINTHYA FERNANDA SPINATO	12/06/1981	7.00	216
Psicólogo	1262	KARINA CARDOSO TRAMONTE WUNSCH	22/01/1982	7.00	217
Psicólogo	579	TATIANE FAOUZAT WEHBE	01/09/1983	7.00	218
Psicólogo	432	CAROLINE OLIVIAN FERREIRA	01/10/1987	7.00	219
Psicólogo	2651	KARLA CASTILLO FLORES	20/03/1988	7.00	220
Psicólogo	207	THAIS MARA TORQUATO	08/03/1989	7.00	221
Psicólogo	1224	ALINE ALBRING AZAMBUJA DA LUZ	14/11/1990	7.00	222
Psicólogo	1431	ELLEN KARINNE DE SOUSA SAMPAIO	15/02/1991	7.00	223
Psicólogo	1488	ANA LUCIA DA SILVA	04/07/1992	7.00	224
Psicólogo	1121	GABRIELA HELENA KERN	13/09/1992	7.00	225
Psicólogo	81	MAIARA LOPES DA LUZ	23/09/1992	7.00	226
Psicólogo	2162	NEOMAR NARCISO BORGES CEZAR JUNIOR	02/03/1968	7.00	227
Psicólogo	1080	JACQUES DE ANDRADE E SILVA	01/11/1969	7.00	228
Psicólogo	2620	CRISTIANE CABREIRA OPPITZ	24/03/1971	7.00	229
Psicólogo	106	OZANA MATZEMBACHER DA SILVA	16/09/1971	7.00	230
Psicólogo	403	ANA CAROLINA DE SIQUEIRA SIMOES	07/08/1986	7.00	231
Psicólogo	644	JESSICA SANTANA DA SILVA	05/01/1990	7.00	232
Psicólogo	639	CAMILA GONCALVES MOTERANI	03/01/1991	7.00	233
Psicólogo	444	JULIANA RIED	20/01/1984	7.00	234
Psicólogo	2186	LAIS FERNANDA PAIVA	21/06/1985	7.00	235
Psicólogo	2198	LIVIA GOMES LESSA	16/10/1985	7.00	236
Psicólogo	198	ARIELA CRISTINE DIAS FRIEDRICH	05/04/1986	7.00	237
Psicólogo	949	DANIEL SANTOS MARTINS	03/05/1988	7.00	238
Psicólogo	131	ISABELLA KSZANI DOS SANTOS	25/04/1990	7.00	239
Psicólogo	696	LIZIARA SARMENTO PORTELLA	17/05/1989	7.00	240
Psicólogo	739	ALEXANDRE EVANGELISTA SANTOS	03/08/1979	6.80	241
Psicólogo	1232	CAMILA GONCALVES GOMES	05/09/1980	6.80	242
Psicólogo	1591	PRISCILA KELLY MARTINS	27/05/1988	6.80	243
Psicólogo	759	RAQUEL FERREIRA DOS PASSOS	02/04/1985	6.80	244
Psicólogo	386	SUZANA A MULLER	09/05/1985	6.80	245
Psicólogo	2257	ALICE EMANUELE ZAMBONI ROSSI	15/02/1992	6.80	246
Psicólogo	1600	ANGELA SLONGO BENETTI	23/10/1992	6.80	247
Psicólogo	1133	CLARISSA IBANEZ DE LIMA	31/12/1982	6.80	248
Psicólogo	149	KELI ADRIANA MINELA GODOI	30/09/1983	6.80	249
Psicólogo	1210	GRAZIELE KAROLINA SOUZA	15/05/1984	6.80	250
Psicólogo	440	NATALY SCHROEDER BRUNNQUELL	03/10/1987	6.80	251
Psicólogo	2591	ROZALIA NATALIA MACHADO MONTEIRO	09/11/1989	6.80	252
Psicólogo	1629	JANAINA HENRIQUE	10/08/1980	6.80	253
Psicólogo	2521	JULIANA CAMPOS LOUZEIRO	30/09/1983	6.80	254
Psicólogo	1175	MONIQUE DIAS	25/08/1984	6.80	255
Psicólogo	55	PRISCIANI PERUZZOLO	31/10/1986	6.80	256
Psicólogo	680	PEDRO BECKER ATHAYDE CIQUEIRA	23/11/1988	6.80	257
Psicólogo	1936	KARINA DE SOUZA FERREIRA	31/08/1990	6.80	258
Psicólogo	214	MARIA ALICE DE CARVALHO ECHEVARRIETA	08/12/1990	6.80	259
Psicólogo	1376	ANNELISE CARMINATTI	27/04/1991	6.80	260
Psicólogo	114	GUSTAVO DA SILVA MACHADO	04/11/1991	6.80	261
Psicólogo	1840	LUIZA CECHETTO BATISTA	11/07/1992	6.80	262
Psicólogo	1159	GABRIELA ROMANI REMOR	09/11/1994	6.80	263
Psicólogo	1383	ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS	28/06/1966	6.80	264

Psicólogo	2112	TAIANA BRANCHER	02/07/1968	6.80	265
Psicólogo	2668	BERTRAND FREUND	21/05/1982	6.80	266
Psicólogo	2618	NATALIA TAVARES DE MELLO	19/10/1982	6.80	267
Psicólogo	1417	LUCAS MELO	29/10/1983	6.80	268
Psicólogo	2034	CARLA OLIVEIRA MELLO	23/11/1985	6.80	269
Psicólogo	193	PRISCILA STAHLSCHMIDT MOURA	13/04/1987	6.80	270
Psicólogo	2511	LIVIA ESPINDOLA MONTE	16/05/1987	6.80	271
Psicólogo	109	CAMILA SCHULTZ DE AMORIM	21/10/1987	6.80	272
Psicólogo	1250	FABIANA BARG KUNTZE	09/06/1992	6.80	273
Psicólogo	1893	ISABEL DE OLIVEIRA DUARTE	15/09/1980	6.80	274
Psicólogo	1826	THAIS LEOCIDES DE SOUZA VICENTE	02/06/1985	6.80	275
Psicólogo	1957	KARINA BUSS WIGGERS	31/03/1987	6.80	276
Psicólogo	995	SAMIRA GHOSN INACIO	04/01/1989	6.80	277
Psicólogo	1476	IVANA LAUFFER CORREA	16/01/1983	6.60	278
Psicólogo	544	CAROLINA CALDAS DE FREITAS	21/12/1978	6.60	279
Psicólogo	2580	FERNANDA PERES	09/12/1980	6.60	280
Psicólogo	2320	FERNANDA ALMAGRO CELES	30/10/1985	6.60	281
Psicólogo	2046	ALINE ORLANDI CORADINI	21/01/1989	6.60	282
Psicólogo	128	SUZANE NIENKOTTER	29/04/1989	6.60	283
Psicólogo	1185	DANIELLE PONTES DE OLIVEIRA	05/04/1991	6.60	284
Psicólogo	1509	CLAUDIA GONCALVES COSTA	31/01/1973	6.60	285
Psicólogo	741	RENATO ROCHA	18/03/1974	6.60	286
Psicólogo	1182	SULIANA DA SILVA	26/02/1988	6.60	287
Psicólogo	154	FERNANDA DOS SANTOS CONTESSA	22/07/1991	6.60	288
Psicólogo	1150	SANDRA MARA DA SILVA MONTEIRO	24/10/1963	6.60	289
Psicólogo	557	PAMELA SOUZA FRAGA	10/02/1983	6.60	290
Psicólogo	2489	MARINA DE ALMEIDA RIBEIRO	25/01/1987	6.60	291
Psicólogo	1945	MANOELA DE CARVALHO MEGIER	19/12/1988	6.60	292
Psicólogo	921	MAIARA PIRES BASTOS	19/06/1989	6.60	293
Psicólogo	709	ALINE ALFLEN SCHMITT	13/03/1991	6.60	294
Psicólogo	1684	JESSICA FRANCIELLE DA SILVA	08/04/1992	6.60	295
Psicólogo	901	BETTIELI BARBOZA DA SILVEIRA	09/05/1992	6.60	296
Psicólogo	1695	ARTUR CIPRIANI DA SILVA	03/07/1992	6.60	297
Psicólogo	1601	JOCIANE DA SILVA ALMEIDA	20/10/1993	6.60	298
Psicólogo	2281	FERNANDA BURG CONTI	10/03/1988	6.60	299
Psicólogo	2102	CRISTIANE HAUPENTHAL	22/06/1989	6.60	300
Psicólogo	2203	RAFAEL PIRES MARCIANO	07/10/1989	6.60	301
Psicólogo	2665	MIRTHIS DENILZA MACEDO DA SILVA	25/04/1977	6.60	302
Psicólogo	2196	CARINE DIAS DOS SANTOS	12/07/1984	6.60	303
Psicólogo	212	ELIANE BARBARA KRTICKA	26/02/1956	6.40	304
Psicólogo	763	SARA SOUZA DE SIMAS	13/02/1991	6.40	305
Psicólogo	146	JOSEANE MONTEIRO MAURICIO	13/08/1979	6.40	306
Psicólogo	1900	MARINA ALVES BEZERRA	09/02/1983	6.40	307
Psicólogo	480	LEILA PATRICIA CIPRIANI	12/02/1988	6.40	308
Psicólogo	2109	FABIANA MATTOS ABREU	25/05/1977	6.40	309
Psicólogo	1905	CRISTINA MARIA ROSA RIBEIRO	11/07/1979	6.40	310
Psicólogo	1188	FERNANDA CHAGAS DE ALMEIDA	25/08/1980	6.40	311
Psicólogo	2238	DAIANE ANTUNES SOUZA	13/05/1991	6.40	312
Psicólogo	2065	SANDRO MARCELO XAVIER	24/05/1967	6.40	313
Psicólogo	2019	VANESSA SMANIOTO	24/02/1976	6.40	314
Psicólogo	1832	CLAUDIA ANNIES LIMA	20/09/1978	6.40	315
Psicólogo	2184	PRISCILLA PUERTA CARIONI GOMES DE MATTOS	27/06/1980	6.40	316
Psicólogo	1794	LUCIANE KUNZ	23/08/1981	6.40	317
Psicólogo	413	FRANCIELLI SARMENTO	03/07/1987	6.40	318
Psicólogo	1393	JULIANA CATARINA KRAS MAFFRA	28/10/1988	6.40	319
Psicólogo	777	LUANA FEIJO	12/03/1991	6.40	320
Psicólogo	635	IZADORA FRANCA WIESE	22/10/1992	6.40	321
Psicólogo	1102	BEATRIZ NUNES JOAO	29/12/1992	6.40	322
Psicólogo	2233	RENATA CRISTIANE ARAUJO DE LIMA	20/08/1974	6.40	323

Psicólogo	2165	ISABELA KARINA SANTOS KELLER DO VALLE	07/10/1974	6.40	324
Psicólogo	2680	CAROLINA FERMINO DA SILVA	25/03/1980	6.40	325
Psicólogo	778	HELLEN CRISTINE GEREMIA	30/10/1984	6.40	326
Psicólogo	2539	DAIANE TAIS DE AMORIM	14/02/1988	6.40	327
Psicólogo	2428	KARLLA HEINZ	16/08/1991	6.40	328
Psicólogo	2512	ANDREIA COLOMBO	09/05/1982	6.40	329
Psicólogo	1076	ANA FIGUEIREDO DUPRET	09/03/1989	6.40	330
Psicólogo	2376	FRANCIELLE SCHLINDWEIN DA SILVA	30/11/1991	6.40	331
Psicólogo	2361	MAYARA LEANDRO NASCIMENTO	03/06/1985	6.40	332
Psicólogo	302	RAQUEL CONTESSI	20/09/1984	6.40	333
Psicólogo	1215	LORECI TASCA	22/05/1979	6.20	334
Psicólogo	1487	THUANY DE MELO COELHO	16/01/1992	6.20	335
Psicólogo	2561	ANDERSON MICHEL BRUNELLO	13/01/1985	6.20	336
Psicólogo	1780	RAPHAEL SANSONETTI VALVERDE	23/01/1987	6.20	337
Psicólogo	2671	CATIANE DE OLIVEIRA	01/02/1987	6.20	338
Psicólogo	203	ALINE MARIA VENANCIO DE SIMAS	31/03/1986	6.20	339
Psicólogo	202	MARIA ESTER MARTINS	28/02/1988	6.20	340
Psicólogo	1978	TAINA HOFFMEISTER CUSINATO	16/08/1990	6.20	341
Psicólogo	2677	DIAN KELLY MOHR	25/07/1971	6.20	342
Psicólogo	25	ELIZA GERALDO RODRIGUES	04/06/1982	6.20	343
Psicólogo	1523	ELIS DUTRA DA SILVA	24/07/1982	6.20	344
Psicólogo	682	BEATRIZ NIETSCHKE	23/11/1985	6.20	345
Psicólogo	1970	RAFAELA MEZZOMO	11/07/1986	6.20	346
Psicólogo	2619	LARISSA FANFA VANDERLINDE	09/08/1988	6.20	347
Psicólogo	839	ARUAN MARCHI SILVA	13/06/1989	6.20	348
Psicólogo	1757	PAULA DIAS	10/10/1989	6.20	349
Psicólogo	2474	LOREDANA AMARAL MARZOCHELLA	01/02/1990	6.20	350
Psicólogo	1803	ALEXANDRA ROZAR	28/02/1994	6.20	351
Psicólogo	366	JANE CRISTINA MACHADO	06/05/1974	6.20	352
Psicólogo	1457	FLAVIA RODRIGUES NAPOLEAO	05/11/1977	6.20	353
Psicólogo	1463	TATIANE MEDIANEIRA BACCIN AMBROS	16/11/1984	6.20	354
Psicólogo	1866	MARCOS CABRAL BORGES	27/05/1986	6.20	355
Psicólogo	1728	STELLA COMICHOLI	24/08/1986	6.20	356
Psicólogo	53	LUANA ANTUNES	22/07/1991	6.20	357
Psicólogo	1323	HELLEN REGINA TABACKI ALBERTON	01/10/1991	6.20	358
Psicólogo	1063	BRUNA HAINZENREDER	18/12/1991	6.20	359
Psicólogo	1642	DULCE MARIA CAMARGO PINHEIRO	13/10/1959	6.20	360
Psicólogo	1050	HELENA VAZ TRINDADE	04/12/1979	6.20	361
Psicólogo	570	BIANCA SPINDOLA PEREIRA	28/04/1982	6.20	362
Psicólogo	127	ADRIANA WALTRICK CORDOVA	17/11/1982	6.20	363
Psicólogo	2621	MARIA LINA MORATELLI PRADO	07/07/1989	6.20	364
Psicólogo	2429	DEBORA LARYSSA THIBES SANTOS	12/04/1990	6.20	365
Psicólogo	862	VICTORIA BORGES CARRAO	01/07/1991	6.20	366
Psicólogo	1394	THAIS DE LUCCA ENTRES	01/05/1994	6.20	367
Psicólogo	933	JOSELIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA	07/05/1977	6.20	368
Psicólogo	1729	LUANA REJANE FRUTUOZO	04/07/1987	6.20	369
Psicólogo	197	ANELISE CRISTINA WIETHAUS BIGATON	04/09/1987	6.20	370
Psicólogo	2407	INAIARA DE LIMA FERREIRA	19/07/1991	6.20	371
Psicólogo	360	MATHEUS SANTANA VIEIRA	21/05/1993	6.20	372
Psicólogo	2698	GENEVIEVE TILLMANN BIZ	03/08/1979	6.20	373
Psicólogo	547	MAURA HEINZEN DIRCKSEN	28/06/1959	6.00	374
Psicólogo	1720	SAMURANA MACHADO VIEIRA	16/08/1983	6.00	375
Psicólogo	2152	GREICE BORJA RIBEIRO	11/08/1969	6.00	376
Psicólogo	164	SANDRA CRISTINA AGOSTINHO	24/06/1977	6.00	377
Psicólogo	637	MARIA ALBINA MACHADO NUNES	12/02/1979	6.00	378
Psicólogo	1939	PRISCILA MALIKOVSKI	23/01/1985	6.00	379
Psicólogo	2032	FERNANDA TERESINHA MARTINS DOS SANTOS	19/06/1986	6.00	380
Psicólogo	1471	CAMILA TRINDADE	17/03/1992	6.00	381
Psicólogo	700	KATIA WESTPHAL	02/05/1969	6.00	382

Psicólogo	1727	TAHIZ DA COSTA LOPES	03/05/1980	6.00	383
Psicólogo	2694	FABIANA DE OLIVEIRA SILVA	24/07/1981	6.00	384
Psicólogo	437	GABRIELA MARIA SILVA BURIN	08/10/1982	6.00	385
Psicólogo	1317	THAIS ROSA MACIEL	11/01/1983	6.00	386
Psicólogo	1413	ANA ALICE FRANCISCO	26/12/1984	6.00	387
Psicólogo	2225	ALEXANDRE DE SOUZA AMORIM	27/08/1985	6.00	388
Psicólogo	2363	MARIA CLARA KRAUSE	23/04/1986	6.00	389
Psicólogo	2421	SAMIRA COSTA	05/10/1989	6.00	390
Psicólogo	723	MARINA BORGES GONCALVES	29/11/1993	6.00	391
Psicólogo	2290	THAIANE PERES ANDRIOLLO	14/07/1988	6.00	392
Psicólogo	907	THAIS CECILIA SILVEIRA	05/02/1980	6.00	393
Psicólogo	2419	FERNANDA CRISTINA SEGATTO	30/07/1989	6.00	394
Psicólogo	505	FRANCIELI BASEGGIO LUFT	20/02/1990	6.00	395
Psicólogo	1751	AMANDA MARTINS ANDUJAR	09/03/1994	6.00	396

DECRETO Nº 6626/2016

DECRETO Nº 6626/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 31 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.2.508 – Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil – Pré-Escola

341 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,
 Recursos Próprios - Educação R\$ 50.000,00
 Total desta Atividade R\$ 50.000,00
 Total do Órgão R\$ 50.000,00

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.04.123.0105.2.266 – Ressarcimentos, Devoluções e Indenizações

1714 – 3.1.90.94.00.00.0080 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,
 Recursos Próprios R\$ 80.000,00
 Total desta Atividade R\$ 80.000,00
 Total do Órgão R\$ 80.000,00
 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 130.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.2.508 – Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil – Pré-Escola

343 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos Próprios - Educação R\$ 50.000,00
 Total desta Atividade R\$ 50.000,00
 Total do Órgão R\$ 50.000,00

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO**30.01.04.123.0105.2.266 – Ressarcimentos, Devoluções e Indenizações**

1715 – 3.1.90.96.00.00.0080 – Ressarcimento de Despesa de Pessoal Requisitado,
Recursos Próprios R\$ 80.000,00
Total desta Atividade R\$ 80.000,00
Total do Órgão R\$ 80.000,00
Total da Anulação R\$ 130.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 6629/2016

DECRETO Nº 6629/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO**30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO****30.01.04.123.0105.2.268 – Encargos Financeiros/Operacionais/Tributários**

1720 – 3.3.90.39.00.00.0026 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$ 80.000,00
Total desta Atividade R\$ 80.000,00
Total do Órgão R\$ 80.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 80.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO**09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO****09.01.04.123.0105.2.295 – Implantação, Instalação e Manutenção de Sinalização Eletrônica**

382 – 3.3.90.39.00.00.0026 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$ 80.000,00
Total desta Atividade R\$ 80.000,00
Total do Órgão R\$ 80.000,00
Total da Anulação R\$ 80.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 6630/2016

DECRETO Nº 6630/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

06.00 – SECRETARIA DE RECEITA

06.01 – SECRETARIA DE RECEITA

06.01.04.129.0105.2.064 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Receita

164 – 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,
Recursos Próprios R\$ 35.000,00
165 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 325.000,00
Total desta Atividade R\$ 360.000,00
Total do Órgão R\$ 360.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 360.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.28.846.0102.2.079 – Contribuições ao PASEP

1738 – 3.3.90.47.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 360.000,00
Total desta Atividade R\$ 360.000,00
Total do Órgão R\$ 360.000,00
Total da Anulação R\$ 360.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 6631/2016

DECRETO Nº 6631/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.531 de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

31.00 – FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL

31.01 – FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL

31.01.02.062.0105.2.301 – Funcionamento e Manutenção do Fundo de Reaparelhamento PGM

1742 – 3.3.90.39.00.00.0129 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos de Honorários Advocatícios R\$ 13.600,00
Total desta Atividade R\$ 13.600,00

Total do Órgão R\$ 13.600,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 13.600,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

31.00 – FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL
31.01 – FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA GERAL

31.01.02.062.0105.2.301 – Funcionamento e Manutenção do Fundo de Reaparelhamento PGM

1743 – 4.4.90.52.00.00.0129 – Equipamentos e Material Permanente,
Recursos de Honorários Advocatícios R\$ 13.600,00
Total desta Atividade R\$ 13.600,00
Total do Órgão R\$ 13.600,00
Total da Anulação R\$ 13.600,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

PORTARIA - SA - N.º 551/2016

PORTARIA ADM Nº 551/2016

AFASTAMENTO COM REMUNERAÇÃO PARA CONCORRER A MANDATO ELETIVO – SERVIDORA EFETIVA – INCIDÊNCIA LEI MUNICIPAL Nº 2.248/1991 C/C LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990 C/C RESOLUÇÕES DO TSE Nº 20.623/2000 E Nº 18019/1992.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do artigo 66 da Lei nº 2132/90, Lei Orgânica do Município de São José, e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal, Considerando o requerimento da servidora e o parecer exarado nos autos do Processo Administrativo nº 15726/2016; Considerando a obrigatoriedade de desincompatibilização do servidor efetivo para concorrer a mandato eletivo com base na Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Inelegibilidade) e as novas regras e prazos eleitorais previstas para as eleições de 2016; Considerando o disposto no §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991;

RESOLVE:

Art. 1º. Afastar a servidora GILMARA VIEIRA BASTOS do seu cargo efetivo, com a devida remuneração, no período de 01 de julho a 02 de outubro de 2016, em conformidade com a Lei Complementar nº 64/1990 e de 02 de outubro de 2016 a 17 de outubro de 2016 em consonância com o §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991.

Art. 2º. Determinar que a servidora proceda com a juntada do comprovante de registro da candidatura aos autos do Processo Administrativo nº 15726/2016, imediatamente, após a sua expedição, tendo em vista que a Reforma Eleitoral, prevista na Lei 13.165 de 29 de setembro de 2015, que alterou a Lei 9.504/1997, alterou os prazos referentes às convenções partidárias e registro de candidatura.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Publique-se e cumpra-se.

São José (SC), 29 de junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 554/2016

PORTARIA ADM Nº 555/2016

AFASTAMENTO COM REMUNERAÇÃO PARA CONCORRER A MANDATO ELETIVO – SERVIDORA EFETIVA – INCIDÊNCIA LEI MUNICIPAL Nº 2.248/1991 C/C LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990 C/C RESOLUÇÕES DO TSE Nº 20.623/2000 E Nº 18019/1992.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do artigo 66 da Lei nº 2132/90, Lei Orgânica do Município de São José, e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal, Considerando o requerimento da servidora e o parecer exarado nos autos do Processo Administrativo nº 15842/2016; Considerando a obrigatoriedade de desincompatibilização do servidor efetivo para concorrer a mandato eletivo com base na Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Inelegibilidade) e as novas regras e prazos eleitorais previstas para as eleições de 2016;

Considerando o disposto no §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991;

RESOLVE:

Art. 1º. Afastar a servidora DESDEDETE MARIA DE ABREU do seu cargo efetivo, com a devida remuneração, no período de 01 de julho a 02 de outubro de 2016, em conformidade com a Lei Complementar nº 64/1990 e de 02 de outubro de 2016 a 17 de outubro de 2016 em consonância com o §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991.

Art. 2º. Determinar que a servidora proceda com a juntada do comprovante de registro da candidatura aos autos do Processo Administrativo nº 15842/2016, imediatamente, após a sua expedição, tendo em vista que a Reforma Eleitoral, prevista na Lei 13.165 de 29 de setembro de 2015, que alterou a Lei 9.504/1997, alterou os prazos referentes às convenções partidárias e registro de candidatura.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Publique-se e cumpra-se.

São José (SC), 30 de junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 555/2016

PORTARIA ADM Nº 555/2016

AFASTAMENTO COM REMUNERAÇÃO PARA CONCORRER A MANDATO ELETIVO – SERVIDORA EFETIVA – INCIDÊNCIA LEI MUNICIPAL Nº 2.248/1991 C/C LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990 C/C RESOLUÇÕES DO TSE Nº 20.623/2000 E Nº 18019/1992.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do artigo 66 da Lei nº 2132/90, Lei Orgânica do Município de São José, e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal, Considerando o requerimento da servidora e o parecer exarado nos autos do Processo Administrativo nº 15722/2016; Considerando a obrigatoriedade de desincompatibilização do servidor efetivo para concorrer a mandato eletivo com base na Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Inelegibilidade) e as novas regras e prazos eleitorais previstas para as eleições de 2016; Considerando o disposto no §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991;

RESOLVE:

Art. 1º. Afastar a servidora JUMERI ZANETTI do seu cargo efetivo, com a devida remuneração, no período de 01 de julho a 02 de outubro de 2016, em conformidade com a Lei Complementar nº 64/1990 e de 02 de outubro de 2016 a 17 de outubro de 2016 em consonância com o §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991.

Art. 2º. Determinar que a servidora proceda com a juntada do comprovante de registro da candidatura aos autos do Processo Administrativo nº 15722/2016, imediatamente, após a sua expedição, tendo em vista que a Reforma Eleitoral, prevista na Lei 13.165 de 29 de setembro de 2015, que alterou a Lei 9.504/1997, alterou os prazos referentes às convenções partidárias e registro de candidatura.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Publique-se e cumpra-se.

São José (SC), 30 de junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 556/2016

PORTARIA ADM Nº 556/2016

AFASTAMENTO COM REMUNERAÇÃO PARA CONCORRER A MANDATO ELETIVO – SERVIDOR EFETIVO – INCIDÊNCIA LEI MUNICIPAL Nº 2.248/1991 C/C LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990 C/C RESOLUÇÕES DO TSE Nº 20.623/2000 E Nº 18019/1992.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do artigo 66 da Lei nº 2132/90, Lei Orgânica do Município de São José, e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal, Considerando o requerimento do servidor e o parecer exarado nos autos do Processo Administrativo nº 15.809 /2016; Considerando a obrigatoriedade de desincompatibilização do servidor efetivo para concorrer a mandato eletivo com base na Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Inelegibilidade) e as novas regras e prazos eleitorais previstas para as eleições de 2016; Considerando o disposto no §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991;

RESOLVE:

Art. 1º. Afastar o servidor ROINOLDO DE ASSIS NECKEL do seu cargo efetivo, com a devida remuneração, no período de 01 de julho a 02 de outubro de 2016, em conformidade com a Lei Complementar nº 64/1990 e de 02 de outubro de 2016 a 17 de outubro de 2016 em consonância com o §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991.

Art. 2º. Determinar que o servidor proceda com a juntada do comprovante de registro da candidatura aos autos do Processo Administrativo nº 15809/2016, imediatamente, após a sua expedição, tendo em vista que a Reforma Eleitoral, prevista na Lei 13.165 de 29 de setembro

de 2015, que alterou a Lei 9.504/1997, alterou os prazos referentes às convenções partidárias e registro de candidatura.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Publique-se e cumpra-se.

São José (SC), 30 de junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 557/2016

PORTARIA ADM Nº 557/2016

AFASTAMENTO COM REMUNERAÇÃO PARA CONCORRER A MANDATO ELETIVO – SERVIDOR EFETIVO – INCIDÊNCIA LEI MUNICIPAL Nº 2.248/1991 C/C LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990 C/C RESOLUÇÕES DO TSE Nº 20.623/2000 E Nº 18019/1992.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do artigo 66 da Lei nº 2132/90, Lei Orgânica do Município de São José, e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal, Considerando o requerimento do servidor e o parecer exarado nos autos do Processo Administrativo nº 15.704/2016; Considerando a obrigatoriedade de desincompatibilização do servidor efetivo para concorrer a mandato eletivo com base na Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Inelegibilidade) e as novas regras e prazos eleitorais previstas para as eleições de 2016; Considerando o disposto no §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991;

RESOLVE:

Art. 1º. Afastar o servidor JOSÉ SILVINO DE SOUZA do seu cargo efetivo, com a devida remuneração, no período de 01 de julho a 02 de outubro de 2016, em conformidade com a Lei Complementar nº 64/1990 e de 02 de outubro de 2016 a 17 de outubro de 2016 em consonância com o §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991.

Art. 2º. Determinar que o servidor proceda com a juntada do comprovante de registro da candidatura aos autos do Processo Administrativo nº 15704/2016, imediatamente, após a sua expedição, tendo em vista que a Reforma Eleitoral, prevista na Lei 13.165 de 29 de setembro de 2015, que alterou a Lei 9.504/1997, alterou os prazos referentes às convenções partidárias e registro de candidatura.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Publique-se e cumpra-se.

São José (SC), 30 de junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 558/2016

PORTARIA ADM Nº 558/2016

AFASTAMENTO COM REMUNERAÇÃO PARA CONCORRER A MANDATO ELETIVO – SERVIDOR EFETIVO – INCIDÊNCIA LEI MUNICIPAL Nº 2.248/1991 C/C LEI COMPLEMENTAR Nº 64/1990 C/C RESOLUÇÕES DO TSE Nº 20.623/2000 E Nº 18019/1992.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do artigo 66 da Lei nº 2132/90, Lei Orgânica do Município de São José, e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal, Considerando o requerimento do servidor e o parecer exarado nos autos do Processo Administrativo nº 15.799/2016; Considerando a obrigatoriedade de desincompatibilização do servidor efetivo para concorrer a mandato eletivo com base na Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Inelegibilidade) e as novas regras e prazos eleitorais previstas para as eleições de 2016; Considerando o disposto no §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991;

RESOLVE:

Art. 1º. Afastar o servidor FABIO DE CASTRO do seu cargo efetivo, com a devida remuneração, no período de 01 de julho a 02 de outubro de 2016, em conformidade com a Lei Complementar nº 64/1990 e de 02 de outubro de 2016 a 17 de outubro de 2016 em consonância com o §2º do art. 124 da Lei Municipal 5.218/2012, que alterou a redação original do §2º do art. 124 da Lei Municipal 2.248/1991.

Art. 2º. Determinar que o servidor proceda com a juntada do comprovante de registro da candidatura aos autos do Processo Administrativo nº 15799/2016, imediatamente, após a sua expedição, tendo em vista que a Reforma Eleitoral, prevista na Lei 13.165 de 29 de setembro de 2015, que alterou a Lei 9.504/1997, alterou os prazos referentes às convenções partidárias e registro de candidatura.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Publique-se e cumpra-se.

São José (SC), 30 de junho de 2016.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2016 – PROCESSO Nº 196/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2016 – Processo nº 196/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA E CAIXAS DE GORDURA, CAIXAS D'ÁGUA E CISTERNAS, DESCUPINIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO E SANITIZAÇÃO AMBIENTAL PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 30 de junho de 2016 às 14h00min até dia 13 de julho de 2016, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 13 de julho de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 003/2016 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 040/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE ABERTURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 003/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 040/2016

A licitação tem como objeto ATA DE REGISTRO DE PREÇO para o fornecimento de MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A íntegra do Edital estará disponível no Portal Eletrônico da CMSJ no endereço: <http://www.cmsj.sc.gov.br/index.php/editais>

A Câmara Municipal de São José comunica aos interessados da abertura do presente Pregão com data período do recebimento dos envelopes de habilitação e proposta até: dia 12/07/2016 às 13h:30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia: 12/07/2015 às 14h00min.

Maiores informações: Diretoria de Administração e Comissão Permanente de Licitações e Contratos, das 13h00min às 19h00min, Telefones: (48) 3029-1355 ou (48) 3029-1327

São José/SC, 28 de Junho de 2016

GABRIEL NIENCHOTTER

PREGOEIRO

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.82/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº82/2016

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº82/2016, Edital de Pregão Nº82/2016, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM OFICINA DE ARTESANATO E PINTURA, PARA APLICAÇÃO NA ÁREA SOCIAL, VISANDO A INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E HUMANO-CIDADÃO, e CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA MINISTRAR AULAS DE DANÇA PARA OS IDOSOS DO MUNICÍPIO, VISANDO O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL, NO DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA E SOCIABILIDADES. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 09:00 horas do dia 14/07/2016. Abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 14/07/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, e-mail, compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.427, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 5.427, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso II, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01	SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01.15.451.4511.2.034	97	Aplicação Direta	R\$ 20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0007			

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro 2015 e o inciso II, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.288, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

LEI Nº 2.288, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Autoriza a cessão de uso de equipamentos agrícolas para as Associações de Máquinas do Município de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso, a título gratuito, pelo prazo de 05 (cinco) anos, dos seguintes equipamentos agrícolas de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, às entidades:

I - Associação de Máquinas da Região de Santa Inês, inscrita no CNPJ sob o nº 03.151.088/0001-30: um distribuidor de adubo líquido com capacidade de 5.000 litros, novo, ano/modelo 2016, com pneus aro 16, compressor a vácuo, rodado tandem, bomba de 300mm, 1.200lts/minuto, chapa mínima de 4mm, marca Lumeco, com registro no patrimônio do Município sob o nº 20169 e valor de aquisição de R\$ 18.710,00 (dezoito mil, setecentos e dez reais);

II - Associação de Máquinas das Comunidades de São João, São Caetano, Santa Clara, parte do Taquari e parte de São Miguel, inscrita no CNPJ sob o nº 14.749.056/0001-58: uma plantadeira agrícola, arrasto no comando, nova, ano/modelo 2016, com pneus, 3 linhas, com capacidade de 170 kg de adubo, disco de corte, caixa de polietileno no adubo e 3 botijões de polietileno na semente, marca Knapik - P3I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 20156 e valor de aquisição de R\$ 29.370,00 (vinte e nove mil, trezentos e setenta reais);

III - Associação de Máquinas e Equipamentos Agrícolas de Distrito de Frederico Wastner Município de São Lourenço do Oeste, inscrita no CNPJ sob o nº 03.883.258/0001-71: uma colhedora de forragens, nova, ano/modelo 2016, rotor de 12 facas, quebra-grão, semi-hidráulica, com caixa e cardan, marca Pinheiro Max 12, com registro no patrimônio do Município sob o nº 20170 e valor de aquisição de R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais).

Art. 2º A cessão do uso, prevista no artigo 1º desta Lei, deverá observar as seguintes regras:

I - a manutenção, guarda, combustível e operador, decorrente da utilização dos equipamentos, será de exclusiva responsabilidade de cada cessionária, que responderá por todo e qualquer dano decorrente da utilização dos mesmos;

II - a cessionária poderá cobrar dos agricultores pelas horas/máquinas prestadas, desde que respeitados os preços praticados na região e ainda, na forma que dispuser a assembleia geral da respectiva Associação;

III - a restituição dos bens ao Município poderá se dar a qualquer tempo, bastando que a parte interessada comunique a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, cujos bens deverão ser entregues em condições ideais de uso, vistoriados por profissional indicado pelo município de São Lourenço do Oeste;

IV - caberá à Secretaria Municipal de Agricultura e Aquicultura a fiscalização da utilização dos bens cedidos, bem como da forma de atendimento dos agricultores, reservando-a o direito de intervir junto às Associações, se constatado o uso dos equipamentos para promoção pessoal, má operação dos mesmos ou discriminação no atendimento dos associados;

V - os responsáveis pelas Associações deverão prestar contas dos serviços realizados, bem como das horas trabalhadas e agricultores atendidos, na forma disposta no respectivo Termo de Cessão de Uso a ser firmado;

VI - ao final da cessão, os bens deverão ser devolvidos em condições ideais de uso, sob pena de ressarcimento aos cofres públicos pelos danos causados;

VII - o Termo de Cessão regulará o uso dos bens e demais disposições omissas nesta Lei.

Art. 3º Os responsáveis pelas cessionárias deverão zelar pela integridade do patrimônio público que estará sob sua guarda, sob pena de responderem penal, civil e administrativamente, nas hipóteses de causarem lesão ao patrimônio público ou a terceiros.

Art. 4º Para cobrir as despesas decorrentes da execução desta Lei, serão usados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 40/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2016.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", por item, na modalidade Pregão Presencial, para aquisição de implementos agrícolas, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 8:45 horas do dia 12/07/2016. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de compras e Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 7:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. º 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 30 de junho de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH – Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.670/2016 - DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016, DA PRFEITURA MUNICIPAL SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.670/2016

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016, DA PRFEITURA MUNICIPAL SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO, que o Processo Licitatório nº 81/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 47/2016, de 20/06/2016, tem como objeto contratação de Empresa de Serviços de Mão de Obra com fornecimento de materiais, destinados para manutenção e conservação dos sistemas de Iluminação Pública para o Município de São Miguel do Oeste – SC, para o período de 12 meses, de acordo com anexo I do Edital.

CONSIDERANDO, a necessidade de adequações ao Edital, em razão de impropriedades constatadas.

CONSIDERANDO, que a administração pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento.

CONSIDERANDO, os princípios norteadores da Administração Pública, previstos no art. 37, da CF, que são os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

DECRETA:

Art. 1º. REVOGAR o processo Licitatório nº 81/2016, modalidade Pregão Presencial nº 47/2016, de 20/06/2016, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste – SC, com fundamento no art. 49, da Lei n. 8.666/93.

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,
Em, 27 de junho de 2016.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.671/2016 - DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016, DA PRFEITURA MUNICIPAL SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.671/2016

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016, DA PRFEITURA MUNICIPAL SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO, que o Processo Licitatório nº 78/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 46/2016, de 06/06/2016, tem como objeto contratação de Instituição ou Cooperativa de Crédito especializada para prestação de serviços financeiros, quais sejam: Folha de Pagamento, Aplicações das disponibilizações financeiras de caixa, CFE Edital.

CONSIDERANDO, que não houve participantes.

CONSIDERANDO, que a administração pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento.

CONSIDERANDO, os princípios norteadores da Administração Pública, previstos no art. 37, da CF, que são os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

DECRETA:

Art. 1º. REVOGAR o processo Licitatório nº 78/2016, modalidade Pregão Presencial nº 46/2016, de 06/06/2016, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste – SC, com fundamento no art. 49, da Lei n. 8.666/93.

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,
Em, 28 de junho de 2016.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL Nº 010/2016 E REPUBLICAÇÃO DO EDITAL Nº 010/2016.

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL Nº 010/2016

ERRATA: NO EDITAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE Nº 010/2016 PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA - DOM, EDIÇÃO Nº 2010, EM 07 DE JUNHO DE 2016, ONDE SE LÊ, EM, 02 DE JULHO DE 2016 O CORRETO É, EM, 02 DE JUNHO DE 2016.

CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a data de expedição do Edital nº 010/2016, os efeitos desta errata retroagem desde o dia 02 de junho de 2016.

SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,
Em, 29 de junho de 2016.
João Carlos Valar
Prefeito Municipal

Este Edital foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

REPUBLICAÇÃO DO EDITAL Nº 010/2016, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

EDITAL Nº 010/2016

NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE EMBARGO

O Prefeito Municipal do Município de São Miguel do Oeste, no uso das atribuições do art. 72 da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, do Código de Obras Municipal (Lei Complementar Nº004/2011) e suas alterações,

Considerando que o contribuinte abaixo relacionado se encontra em local incerto e não sabido, não tendo sido localizado por ocasião da emissão de Auto de Embargo;

Considerando que referido contribuinte iniciou execução de obra no imóvel Parte da Chácara nº56, de propriedade do Município de São Miguel do Oeste, sito à Rua Miguel Angelo, esquina com Rua Celso Ramos, s/nº, bairro Santa Rita, Município de São Miguel do Oeste – SC;

RESOLVE

Art. 1º NOTIFICAR o contribuinte abaixo relacionado do Auto de Embargo para que paralise de imediato a edificação.

CONTRIBUINTE	AUTO DE EMBARGO		
VILMAR MORAES CPF Nº 845.049.519-91	07/2016		

Art. 2º Fica notificado, ainda, para que regularize a situação junto a Municipalidade, tendo ciência de que o não cumprimento do Auto de Embargo ensejará propositura de demanda judicial cabível à espécie.

Art. 3º Este edital será disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios, no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, além de ser afixado no mural principal da Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico www.saomiguel.sc.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.

Em, 02 de junho de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO Nº 87 /2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 87 /2016

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE .

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 1050/2016:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 85.000,00 (Oitenta e cinco mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.056 – Func. e Manut. da

Coord. Da Saúde R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

11.01.10.301.0009.2.060 – Func. e Manutenção do MAC R\$ 35.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

11.01.10.301.0009.2.058 – Func. e Manutenção da

Farmácia Básica R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 85.000,00 (Oitenta e cinco mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.061 – Func. e Manutenção

Do Co-Financiamento R\$ 25.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

11.01.10.301.0009.2.055 – Func. e Manutenção do PSF R\$ 60.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 28 de junho de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº88 /2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº88 /2016

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA .

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 1051/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 115.000,00 (Cento e quinze mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01.4.122.0003.2004 – Func. e Manut. da Secretaria de

Administração e Finanças R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

04 –SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.0004.2.015 – Func. e Manutenção do Ensino

Fundamental R\$ 15.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.2.078 – Func. e Manut. da Coordenadoria

de Serviços Públicos R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

07.01.15.452.0010.2.077 – Func. e Manutenção da Coordenadoria

De Obras

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.02.23.695.0008.1.087 – Construção de uma Ciclovia e

Calçada R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 115.000,00 (Cento e quinze mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01.4.122.0003.2.007 – Aquisição de Equipamentos de

Informática R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.0004.2.014 – Func. e Manutenção do Transporte
Escolar R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.081.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04.01.12.366.0004.2.017 – Educação de Jovens e Adultos R\$
5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

04.01.27.812.0005.2.025 – Func. e Manutenção do Esporte
Amador R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.0008.2.044 – Func. e Manutenção da Cultura R\$
5.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

08 – ENCARGOS GERAIS

08.01.28.843.0011.2.085 – Amortização e Encargos da Dívida R\$
60.000,00

3.2.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

05 – SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.8.243.0007.2.036 – Func. e Manutenção da Assistência
Social R\$ 20.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 28 de junho de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2016-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
- SCHROEDER – SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2016-FMS

PROCESSO Nº. 44/2016-FMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada para fornecimento de serviço de processamento de dados para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência deste instrumento.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 14 de julho de 2016 às 08h45min.

Abertura das Propostas: 14 de julho de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 30 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2016-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2016-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. FERNANDA BISONI, inscrita no CPF sob nº. 059.556.129-20, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2016-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR B – EDUCAÇÃO FÍSICA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 30 de junho de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 28 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2016-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2016-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. FRANCIELE MORAES, inscrita no CPF sob nº 091.016.819-90, aprovada em 5º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2016-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 30 de junho de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 28 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

DECRETO Nº 3.799/2016, DE 24 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº3799/2016, DE 24 DE JUNHO DE 2016

APROVA O REGULAMENTO DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE SCHROEDER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, usando da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em conjunto com o Conselho Municipal da Cidade e considerando o Decreto Federal nº. 5.790 de 25 de maio de 2006, e Resolução Normativa nº. 19, de 25 de maio de 2015, do Conselho Nacional das Cidades e a Portaria nº. 024, de 29 de outubro de 2015 da Secretaria de Estado do Planejamento.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regulamento da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, que segue anexo e é parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 24 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ANEXO I

REGULAMENTO DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE SCHROEDER

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º A 6ª Conferência Municipal da Cidade, de acordo com o Decreto Federal nº.5.790, de 25 de maio de 2006, Resolução Normativa nº19, de 18 de setembro de 2015 e Decreto nº3.729/2016, de 25 de abril de 2016, expedido pelo Município de Schroeder, terá os seguintes objetivos:

I - propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos dos três Entes Federados com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;

II - sensibilizar e mobilizar a sociedade schroedense para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes;

III – propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia para a formulação de proposições, realização de avaliações sobre as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas;

IV – avançar na construção e consolidação da Política de Desenvolvimento Urbano;

V - indicar prioridades de atuação ao Conselho Municipal da Cidade - COMCIDADE, ao Conselho Estadual das Cidades - CONCIDADES/SC, ao Conselho Nacional das Cidades e ao Ministério das Cidades;

VI - realizar balanço dos resultados das deliberações das Conferências Municipais anteriores e da atuação do Conselho das Cidades, Nacional de Desenvolvimento Urbano, em todos os níveis da Federação; e

VII - eleger e indicar 3 delegados municipais (dois da sociedade civil e um governamental) à 6ª Conferência Estadual das Cidades.
Art. 2º A 6ª Conferência Municipal da Cidade de Schroeder, será realizada no dia 30 de junho de 2016, das 08h às 12h e das 13h às 18h, na Câmara Municipal de Vereadores, situada na Avenida dos Imigrantes, 2520, município de Schroeder, e terá a seguinte Programação:

08h – 8h30	Cadastro e Credenciamento
8h30	Solenidade de Abertura
09h	Abertura dos Trabalhos e aprovação do Regimento
9h15 – 10h30	Palestra temática: “A Função Social da Cidade e da Propriedade” como lema: “Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas”
10h30 - 12h	Discussões dos Grupos Temáticos Grupo 1. O Brasil urbano: a cidade que temos Grupo 2. A função social da cidade e da propriedade Grupo 3. O Plano Diretor Grupo 4. A cidade que queremos
12h – 13h	Intervalo para o almoço
13h – 15h	Continuação das discussões nos Grupos Temáticos
15h - 15h30	Coffee Break

15h30 – 17h	Apresentação e votação das propostas em Plenária
17h – 18h	Eleição e apresentação dos delegados para a 6ª Conferência Estadual das Cidades
18h	Encerramento

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º A 6ª Conferência Municipal da Cidade será presidida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Coordenador da Etapa da Preparatória Municipal.

Art. 4º Para a organização e desenvolvimento de suas atividades, a 6ª Conferência Municipal da Cidade contará com uma Comissão Preparatória Municipal.

Art. 5º Compete à Comissão Preparatória Municipal:

I – Coordenar, supervisionar e promover a realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos;

II – Elaborar proposta de Regimento da 6ª Conferência Municipal da Cidade, definindo os critérios e modalidade de participação dos interessados;

III – Designar facilitadores;

IV – Elaborar a programação da 6ª Conferência Municipal da Cidade;

V – Definir os nomes dos expositores do temário central da 6ª Conferência Municipal da Cidade, bem como os documentos técnicos e texto de apoio;

VI – Promover a divulgação de documentos oficiais e textos vinculados ao temário da 6ª Conferência Municipal da Cidade;

VII – Elaborar o Relatório Final e os Anais da 6ª Conferência Municipal da Cidade, assim como promover a sua publicação, registro e divulgação.

Art. 6º Compete à Coordenação Executiva prestar todo o apoio e suporte administrativo e financeiro para a realização dos trabalhos da Comissão Preparatória.

CAPÍTULO III

DOS MEMBROS

Art. 7º Poderão inscrever-se como membros da 6ª Conferência Municipal da Cidade todas as pessoas, na condição de:

I – representantes de entidades organizadas dos diversos segmentos sociais do Município devidamente cadastrados e credenciados, com direito a voz e voto;

II – observadores: Todo e qualquer cidadão, com direito a voz e sem direito a voto;

III – convidados: Todo e qualquer convidado, com direito a voz e sem direito a voto.

Parágrafo único. Os representantes de entidades organizadas deverão, necessariamente, realizar a inscrição previamente via website.

CAPÍTULO IV

DAS INSCRIÇÕES E DO CREDENCIAMENTO

Art. 8º A inscrição dos participantes para a 6ª Conferência Municipal da Cidade poderá ser realizada na sede da Prefeitura Municipal de Schroeder – fone 3374-6500, em horário de expediente ou entregue no credenciamento no dia do evento.

Art. 9º O credenciamento será realizado na abertura da Conferência, das 08h às 08h30, na Câmara Municipal de Vereadores, situada na Avenida dos Imigrantes, 2520, município de Schroeder.

Parágrafo único. Os inscritos e os participantes que não cumprirem o horário de cadastramento terão direito apenas a voz.

Art. 10. Cada segmento social terá uma cor de cartão, de acordo com a tabela abaixo:

I – Representantes de entidades organizadas, dos diversos segmentos sociais:

a) Gestores, Administradores Públicos e Legisladores	amarelo
b) Movimentos Sociais e Populares	vermelho
c) Trabalhadores	roxo
d) Empresários	rosa
e) Entidades Profissionais, acadêmicas e de Pesquisa	azul
f) ONGs	verde

II - Os observadores e convidados terão cartões brancos.

Parágrafo único. A caracterização dos segmentos sociais dar-se-á da seguinte forma:

I - Gestores, administradores públicos e legislativos federais, estaduais, distritais e municipais: representantes de órgãos da administração direta, empresas, fundações públicas e autarquias em seus respectivos níveis, e membros do Poder Legislativo: vereadores, deputados estaduais e distritais, deputados federais e senadores;

II - Movimentos sociais e populares: associações comunitárias ou de moradores, movimentos por moradia, movimentos de luta por terra e demais entidades voltadas à questão do desenvolvimento urbano;

III - Trabalhadores representados por suas entidades sindicais: sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais de trabalhadores legalmente constituídos e vinculados às questões de desenvolvimento urbano;

IV – Empresários: entidades de qualquer porte, representativas do empresariado relacionadas à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, inclusive cooperativas voltadas às questões do desenvolvimento urbano;

V – Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa: entidades representativas de associações de profissionais autônomos ou de empresas, profissionais autônomos ou de empresas, profissionais representantes de entidades de ensino, profissionais atuantes em centros de pesquisas das diversas áreas do conhecimento e outras entidades vinculadas à questão do desenvolvimento urbano.

Enquadram-se também conselhos profissionais ou federais;

VI - Organizações Não Governamentais: entidades do terceiro setor com atuação na área do desenvolvimento urbano.

CAPÍTULO V

DO TEMÁRIO

Art. 11. A 6ª Conferência Municipal da Cidade terá como temática: "A Função Social da Cidade e da Propriedade" como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Parágrafo único. Serão trabalhados os seguintes temas na Conferência:

I – O Brasil Urbano: a cidade que temos

II – A função social da cidade e da propriedade

III – O Plano Diretor

IV – A cidade que queremos.

Art. 12. Os temas deverão ser desenvolvidos de modo a articular e integrar as diferentes políticas urbanas.

Art.13. Caberá a Comissão Preparatória se responsabilizar pela divulgação dos documentos sobre o temário central e pelos textos de apoio que subsidiarão as discussões desta Conferência.

Art. 14. Caberá a Comissão Preparatória sistematizar o Relatório Final e os Anais da 6ª Conferência Municipal da Cidade, assim como promover sua publicação e divulgação.

CAPÍTULO VI

DO FUNCIONAMENTO DA CONFERÊNCIA

SEÇÃO I

Dos Grupos Temáticos

Art. 15. Os debates, esclarecimentos e escolhas das propostas, ocorrerão em grupos de trabalho, identificadas neste Regulamento como Grupos Temáticos.

Art. 16. Em cada Grupo Temático, será garantida a presença de pelo menos um representante por segmento do Poder Público Municipal.

Art. 17. As intervenções deverão ser pautadas no texto base, previamente apresentado pela Comissão Preparatória. As intervenções devem ser elaboradas de forma propositiva, concisa e objetiva, com foco nos temas desta Conferência.

Art. 18. Após a contextualização do conteúdo de que se propõe esta Conferência, a Plenária deverá ser dividida em grupos temáticos, previamente escolhidos no ato de inscrição para o evento.

Parágrafo único. Esta escolha prévia tem caráter administrativo, para auxiliar na previsão do número de participantes dos grupos temáticos, conforme os temas elencados no art. 11.

Art. 19. Após a aprovação deste Regulamento e da apresentação dos temas, objeto desta Conferência, a Plenária será dividida em grupos de trabalho, nomeados aqui como Grupos Temáticos.

§ 1º Os Grupos Temáticos poderão ter um facilitador e coordenador,

com a função de presidir a reunião, controlar o tempo e estimular a participação de todos os membros do Grupo. O relator, a ser eleito pelo próprio grupo, deverá garantir os registros relativos à discussão dos trabalhos.

§ 2º Do relatório dos Grupos Temáticos farão parte as propostas aprovadas pela maioria simples dos participantes, o qual será encaminhado à Comissão de Relatoria para debate.

§ 3º Os Grupos Temáticos deverão elencar suas propostas por ordem de prioridade, da maior para a menor, em número máximo de três.

§ 4º Para facilitar o encaminhamento dos trabalhos, a Comissão Organizadora designará a localização específica das salas, por Grupos Temáticos.

SEÇÃO II

Das Moções

Art. 20. As moções poderão ser encaminhadas somente por representante de entidade e deverão tratar de assuntos de âmbito municipal, com repercussão municipal e/ou regional e/ou estadual e/ou nacional, redigidas em formulário próprio e apresentadas à mesa coordenadora dos trabalhos, até às 15h do dia 30 de junho de 2016.

§ 1º Cada moção deverá conter no mínimo 10 (dez) assinaturas dos participantes inscritos na Conferência Municipal da Cidade.

§ 2º A relatoria organizará as moções recebidas, classificando-as e agrupando-as por áreas temáticas, dando ciência aos propositores para que organizem a apresentação na Plenária, facilitando o andamento dos trabalhos.

§ 3º A seguir, a moção será colocada em votação na Plenária.

SEÇÃO III

Da Plenária

Art. 21. A Plenária da 6ª Conferência da Cidade, terá como objetivo homologar as propostas por tema, que fará parte do Relatório Final a ser encaminhado ao Ministério das Cidades e ao Governo Estadual, assim como as moções apresentadas nesta Conferência.

Art. 22. Da agenda da Plenária constarão os seguintes itens:

I – Apresentação e votação das moções;

II – Apresentação e votação das propostas do relatório final;

III - Eleição dos delegados para etapa Estadual.

Art. 23. A Comissão Preparatória instituirá a mesa coordenadora da Plenária Inicial e Final que terá por objetivo, com base no presente Regimento, dirigir seus trabalhos resolvendo todas as questões de ordem que lhes forem submetidas.

Parágrafo único. A mesa coordenadora será composta por:

a) Coordenador;

b) Vice-Coordenador;

c) Secretária;

d) Relator.

Art. 24. São atribuições do Coordenador:

I – Fazer a abertura e encerramento da Plenária;

II – Conduzir de forma isenta e objetiva os trabalhos da Plenária, mantendo a ordem no recinto da sessão;

III – Interromper temporariamente a Plenária, a seu juízo, quando constatar graves obstáculos à continuidade dos seus trabalhos.

Art. 25. São atribuições do Vice-Coordenador:

I – Auxiliar o Coordenador em suas atribuições;

II – Substituir o Coordenador no caso de impedimento.

Art. 26. São atribuições do Secretário da mesa:

I – Registrar os acontecimentos e as deliberações aprovadas pela Plenária;

II – Inscrever os manifestantes pela ordem de solicitação;

III – Controlar o tempo estabelecido para cada manifestação;

IV – Proceder a contagem de votos e registrar o resultado de cada votação discriminando votos favoráveis, contrários e abstenções.

Art. 27. São atribuições da Relatoria:

I – Receber o relatório aprovado dos grupos temáticos;

II – Produzir o relatório final da Conferência, em conjunto com os relatores dos grupos temáticos.

Art.28. Será assegurado, pela Comissão Preparatória, o direito à manifestação, sempre que qualquer um dos dispositivos deste regimento não estiver sendo cumprido.

§ 1º As intervenções na plenária terão precedência, obedecendo as seguintes questões:

I – Ordem;

II – Esclarecimento; e

III – Encaminhamento.

§ 2º O Coordenador da Mesa tomará as providências que julgar necessárias para o bom andamento dos trabalhos, evitando desvio de foco ou divagações.

§ 3º - O Coordenador da Mesa poderá antecipar ou prorrogar os horários previstos, de acordo com a necessidade observada e com anuência da Plenária.

Art. 29. A apreciação e a aprovação das propostas consensuadas nos Grupos Temáticos, em número máximo de três, deverão ser apresentadas e homologadas na Plenária.

Art. 30. A apreciação das propostas do relatório final, por grupo temático, será encaminhado da seguinte forma:

I – Proceder-se-á a leitura das propostas aprovadas nos Grupos Temáticos na Plenária pelo Relator do Grupo;

II – Identificadas as propostas, proceder-se-á a votação pra referendar as propostas que farão parte do relatório a ser encaminhado

ao Conselho Estadual das Cidades e ao Ministério das Cidades;

III – As demais propostas também serão encaminhadas, em anexo.

Art. 31. Assegura-se aos participantes o questionamento à mesa “Pela Ordem”, sempre que, a critério de qualquer um desses membros, não esteja sendo cumprido o regimento da Conferência.

SEÇÃO IV

Da Eleição dos Delegados para a Fase Estadual

Art. 32. Após a votação das moções e das propostas, os participantes serão chamados em grupos, por segmento social, para que possam eleger os seus respectivos delegados à Conferência Estadual.

Art. 33. Poderão se candidatar à eleição de delegados para a etapa Estadual, os representantes das diversas entidades, os conselheiros do Comcidade e os integrantes da Comissão Preparatória, todos devidamente credenciados na 6ª Conferência Municipal da Cidade de Schroeder, respeitadas as disposições desse Regimento.

§ 1º Os candidatos deverão apresentar carta de indicação da entidade que representam, bem como, prova da natureza jurídica da entidade, através da apresentação de cópia da ata de posse do Presidente.

§ 2º deverão ser apresentados no ato de credenciamento a cópia da ata de posse do Presidente da entidade e a carta de indicação, que deverá mencionar os dados do titular e do suplente.

§ 3º O candidato a delegado deverá ter confirmada a sua participação em toda conferência.

Art. 34. Na 6ª Conferência Municipal da Cidade serão eleitos três delegados para representar o Município na 6ª Conferência Estadual das Cidades, sendo dois da sociedade civil e um governamental com seus respectivos suplentes.

§ 1º Para facilitar o encaminhamento dos trabalhos, a Comissão Preparatória poderá designar a localização específica das salas, por segmento.

§ 2º Cada segmento elegerá seus delegados, de acordo com o número de vagas do município de Schroeder.

Art. 35. Os delegados serão eleitos da seguinte maneira:

I – O Poder Público elegerá um representante;

II – A Sociedade Civil elegerá dois representantes.

§ 1º Cada delegado titular eleito terá um suplente do mesmo segmento, que será nomeado na carta de indicação e credenciado somente na ausência do titular.

§ 2º As entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa poderão eleger um representante para o caso das entidades empresariais não elegerem o seu; de igual modo, as entidades não governamentais – ONGs poderão eleger o seu representante caso as entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa não o fizerem.

§ 3º Não havendo candidatos indicados pelas entidades empresariais; entidades profissionais acadêmicas e de pesquisa; e ONGs, a preferência recairá sobre o primeiro, que poderá eleger seu representante dentre os presentes na Plenária.

§ 4º Nos demais segmentos, na ausência de candidatos indicados,

poderá se candidatar qualquer representante do segmento presente na Plenária.

§ 5º No caso de empate entre os candidatos, será considerado eleito o candidato com maior idade.

Art. 36. De posse da relação de todos os delegados eleitos pelos segmentos, a Mesa apresentará os nomes para homologação da Plenária.

CAPÍTULO VII

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 37. As despesas com a organização geral da 6ª Conferência Municipal da Cidade correrão por conta de recursos orçamentários do Município de Schroeder suplementadas se necessário.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 38. Serão conferidos certificados aos participantes da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Schroeder, com frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades da programação.

Art. 39. O resultado dos trabalhos serão condensados em Relatório Final e enviado à Comissão Preparatória da 6ª Conferência Estadual das Cidades, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a realização da Conferência Municipal.

Art. 40. Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pela Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Schroeder.

Art. 41. Os casos omissos e/ou conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Preparatória Municipal.

Schroeder, 24 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Coordenador da Etapa Preparatória Municipal

DECRETO Nº 3.801/2016 DE 27 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 3.801/2016 de 27 de junho de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.358 - Proteção Social Esp de Média e Compl (CREAS)

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 200,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/

ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.358 - Proteção Social Esp de Média e Compl (CREAS)

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 200,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 27 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 32/2016 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 32/2016 - FMS

Processo de licitação nº. 40/2016 – FMS - Modalidade Pregão Presencial nº. 17/2016 – FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FERNANDEZ HEXSEL & SBARDELOTTO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 19.542.749/0001-99, estabelecida na Rua Conselheiro Arp nº 630, Bairro América, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP 89.204-600.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de prestadores de serviços para consultas especializadas em Angiologia, Dermatologia, Endocrinologia, Gastroenterologia, Nefrologia, Otorrinolaringologia, Proctologia, Urologia e Psiquiatria para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	CONSULTA ESPECIALIZADA EM DERMATOLOGIA	126	Unid.	90,00	11.340,00
03	CONSULTA ESPECIALIZADA EM ENDOCRINOLOGIA	27	Unid.	90,00	2.430,00
04	CONSULTA ESPECIALIZADA EM GASTROENTEROLOGIA	162	Unid.	90,00	14.580,00
06	CONSULTA ESPECIALIZADA EM OTORRINOLARINGOLOGIA	39	Unid.	90,00	3.510,00
09	CONSULTA ESPECIALIZADA EM PSIQUIATRIA	28	Unid.	90,00	2.520,00
TOTAL R\$					34.380,00

Valor total do contrato: R\$ 34.380,00 (trinta e quatro mil trezentos e oitenta reais)

Data da Assinatura: 29/06/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.210/2016

LEI Nº.2.210/2016

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2016, no valor de até R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), como segue:

06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
02 – UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS			
15.451.3003.1.306 – PAVIMENTAÇÃO URBANA			
4.4.90.51.00.00	00.01.0000	Obras e Instalações	500.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado como fonte de recursos o cancelamento parcial e ou total da dotação do orçamento vigente, como segue:

03 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
04 – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO			
04.122.3001.2.305 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
3.3.90.91.00.00	00.01.0000	Sentenças Judiciais	500.000,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº. 2148/2015 – LOA, a abrir créditos adicionais suplementares, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 28 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

LEI Nº 2.211/2016

LEI Nº2.211/2016

INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (cmel) da RUA GUSTAVO STREIT – TRECHO 4 – ESTACA 00 a estaca 12 - 240 METROS - localidade rancho bom, E dá outras providências.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria (CMEL) em decorrência da valorização imobiliária relativa à obra pública de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada na obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na rua abaixo descrita:

a) RUA GUSTAVO STREIT – TRECHO 4 – ESTACA 00 a estaca 12 - 240 METROS – localidade rancho bom – ANEXO I – Área de Influência Direta.

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução da obra pública definida nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Schroeder/SC ou mediante repasse através do Orçamento do Fundo Social – do Governo do Estado de Santa Catarina e/ou repasses do Governo Federal bem operações financeiras junto ao BADESC ou BRDE; correspondendo à quantia de R\$186.195,26 (cento e noventa e seis mil cento e noventa e cinco reais e vinte e cinco centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que lhe for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I – publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através do Diário Oficial dos Municípios (DOM),

contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- a) memorial descritivo do projeto ; (ANEXO III).
- b) orçamento total ou parcial do custo das obras;
- c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;
- d) delimitação da zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Schroeder, cabendo ao impugnante ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, o qual, após manifestação da Diretoria de Tributação e da Procuradoria Municipal, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I – da decisão proferida pela Municipalidade, será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II – a comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo Correio, com aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte pessoa jurídica;
- c) por edital publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

III – em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências e emissão de laudos técnicos, será determinada a realização do ato necessário e agendada a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV – no caso de instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei em função dos fatores individuais.

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição de melhoria deverá ser observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no art. 145, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, c/c art. 81 e 82, da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº 195/1967, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 10.257/2001 (estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 2º A apuração far-se-á levando em consideração:

- I – a situação do terreno na Zona de Influência;
- II – sua área;
- III – sua Topografia e Topologia, além de outros elementos a serem considerados isolados ou conjuntamente.

§ 3º A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção a atualização monetária.

§ 4º Estão inclusos nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I – determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV – local do pagamento, prazo para pagamento;

V – prazo para impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento (AR), indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimentos do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 8º Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação, ou ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em Dívida Ativa, para os devidos fins.

Art. 9º A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição do cadastro fiscal do Município;

II – local e data de expedição;

III – identificação da Contribuição de Melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal em que se funda o lançamento;

IV – prazo para impugnação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que se deve ser procedido o recolhimento;

V – assinatura do notificado e da autoridade notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10. As duas vias da notificação terão o seguinte destino:

I – a primeira para o notificado;

II – a segunda juntada à pasta referente ao processo de Contribuição de Melhoria.

Art. 11. Sempre que por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correios), com Aviso de Recebimento (AR).

Art. 12. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações:

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;

II - em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 10% (dez por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a

primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

III - em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

IV - em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco) membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

Parágrafo único. O parcelamento será requerido pelo contribuinte, junto à repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação.

Art. 14. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

§ 1º A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º Na hipótese de reparcèlement autorizado em lei, o crédito tributário correspondente a Contribuição de Melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15. Ficam excluídas da incidência da Contribuição de Melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

Art. 16. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora, nos termos da Lei Complementar 001/1995 (Código Tributário Municipal).

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 28 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ANEXO I – ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA

Imóvel	Lado	Código	Proprietário
1881	Esquerdo	2049	Rancho Bom Empreendimentos Ltda
8159	Direito	10148	Semar Administradora de Bens Ltda - EPP

ANEXO II

O CUSTO TOTAL/ORÇAMENTO ESTIMADO CONSIDERANDO A EXTENSÃO DA VIA

Estado de Santa Catarina					
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER					
Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos					
Orçamento			Empreendimento		
			GUSTAVO STREIT EST 0 - 12		
Modalidade					
INFRA-ESTRUTURA URBANA			Data:	16/06/2016	
Agente Financeiro			Tipo de Serviço		
			SERVIÇOS PRELIMINARES,DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA		

Localização		Início da Obra						
Rua:	GUSTAVO STREIT EST 0 - 12	ALR						
Valor do Repasse		Contrapartida Financeira	Extensão (m) :	Largura (m) :	A. Emboques (m²) :	Calçada (m²) :	Área total (m²) :	
			240,00	10,00	-	-	2.400,00	
Total do Investimento		R\$ 186.195,26						
	Referência: Sinapi 03/2016 c/ desoneração. Si- cro 2 março/2016 c/ desoneração							
Orçamento								
ITEM	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. S/ BDI (R\$)	CUSTO UNIT. C/ BDI (R\$)	CUSTO TOTAL (R\$)	
1		SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	74209/001	Placa de Obra em chapa de aço galvanizado ou lona (3,00x1,00 m)	m²	3,00	222,48	281,07	R\$ 843,21	
		SUBTOTAL SERVIÇOS PRELIMINARES						R\$ 843,21
2		DRENAGEM						
2.1	74154/001 + (2X) 72886	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria para bota fora, DMT < 1,0 km	m³	163,80	6,94	8,77	1.436,52	
2.2	6193	Tábua para berço (espessura mínima 2,5cm, largura mínima 20,0cm)	m	140,00	6,21	7,84	1.097,60	
2.3	7796+92808	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 30cm (medição direta projeto) Para ligação de boca de lobo	unid	12,00	44,30	55,96	671,52	
2.5	7791 +92811	Tubulação de drenagem urbana sem berço para Ø 60cm(medição direta projeto)	m	140,00	89,27	112,78	15.789,20	
2.6	73881/2	Rejuntamento da tubulação com geotêxtil 300g/ m²	m²	183,48	7,90	9,98	1.831,13	
2.7	74154/001 + (2X)72881 + 74034/001	Fornecimento, extração, carga e transporte e espalhamento de seixo para reaterro apiloado, DMT até 8,0 km (O SEIXO É CONTRAPARTI-DA FÍSICA DO MUNICÍPIO)	m³	106,65	8,23	10,40	1.109,12	

2.8	74206/002	Caixa coletora com tampa de concreto armado, corpo em tijolos maciços (medição direta de projeto) Tipo C3	unid	12,00	584,39	738,31	8.859,72
2.9	74206/001	Caixa Ligação/ Visita para tubulação CL1	unid	3,00	861,78	1.088,76	3.266,28
		SUBTOTAL DRENAGEM					34.061,09
3		TERRAPLENAGEM					
3.1	(2,5X)72881	TRANSPORTE LOCAL COM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA PAVIMENTADA ARA DISTANCIAS SUPERIORES A 4 KM	m³	2.400,00	1,21	1,52	3.648,00
3.2	72911	Fornecimento, extração, carga, e espalhamento de seixo para sub-base e=0,5 m, DMT até 8,0 km (O SEIXO É CONTRAPARTIDA FÍSICA DO MUNICÍPIO)	m²	1.200,00	8,77	11,07	13.284,00
		SUBTOTAL TERRAPLENAGEM					16.932,00
4		PAVIMENTAÇÃO					
4.1	73710	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada, e=10 cm	m³	240,00	90,27	114,04	27.369,60
4.2	72945	Imprimação com CM 30	m²	2.400,00	3,53	4,46	10.704,00
4.3	72943	Pintura de ligação com RR-2C	m²	2.400,00	1,11	1,39	3.336,00
4.4		Revestimento em C.B.U.Q. "Faixa C" DNER					
4.4.1	72965 x2,4	Fornecimento e execução (material betuminoso e agregados) e usinagem, e= 5,0 cm compactado	m³	120,00	493,52	623,51	74.821,20
4.4.2	72887(x10)	Transporte Material betuminoso Com Caminhão Basculante 6m3, Rodovia Pavimentada, 10Km (volume x 10)	m³/km	1.200,00	0,85	1,07	1.284,00
		SUBTOTAL PAVIMENTAÇÃO					117.514,80
5		SERVIÇOS COMPLEMENTARES					
		PASSEIOS					

5.1	73789/002 x 0,35	Meio fio moldado in loco com extrusora (12cmx-15cmx9cm)	m	480,00	25,01	31,60	15.168,00
		SUBTOTAL SERVIÇOS COMPLEMENTARES					15.168,00
6		SINALIZAÇÃO VIÁRIA					
6.1		Sinalização horizontal					
6.1.1	72947	Pintura de faixas, setas e zebrados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	72,00	18,43	23,28	1.676,16
		SUBTOTAL SINALIZAÇÃO VIÁRIA					1.676,16
		PLANILHA COM-POSIÇÃO DO BDI				Total Geral	186.195,26
		ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,00%			R\$/m²	77,58
		SEGURO E GARANTIA	0,63%			BDI ADOTADO	26,34%

MEMORIAL DESCRITIVO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA RUA GUSTAVO STREIT – TRECHO 4 – ESTACA 00 A ESTACA 12

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

O presente memorial tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços e outros documentos necessários à execução de serviços e obras de SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA na RUA GUSTAVO STREIT – trecho 4 – estaca 00 até estaca 12m, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

2. NORMAS GERAIS DE TRABALHO

2.1. GENERALIDADES

2.1.1. ABREVIATURAS

Onde na documentação contratual forem empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

- PMS - Prefeitura Municipal de SCHROEDER.
- DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.
- DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – em extinção
- DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.
- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- NBR – Norma Brasileira
- EB - Especificação Brasileira.

2.1.2. TERMOS

- CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual será celebrado o contrato de execução.
- CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.
- LICITANTE: A pessoa jurídica que participe desta Licitação.
- MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.
- PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Diretoria de Planejamento e Serviços Urbanos e/ou empresa designada/contratada.

2.1.3. CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas subcontratadas deverá possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer subcontratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente

os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados está de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

2.1.4. SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

- o Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela, letras e sinais refletivos.

- o Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;

- o Guias ("gelo baiano") em concreto pintados na cor amarelo;

- o Cones refletivos de plástico

- o Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

- o Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

- o Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

2.1.5. MANEJO AMBIENTAL

- Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

- Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.

- Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à paisagem local.

- O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

- O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

2.1.6. RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder

determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. SERVIÇOS PRELIMINARES

3.1.1. PLACA DA OBRA

OBJETIVO

Identificar de maneira clara e objetiva as obras.

MATERIAIS

SUORTE

- Chapas planas com material resistente as intempéries; ou,
- Chapas metálicas galvanizadas.

PINTURA

- Tinta a óleo, ou;
- Tinta esmalte.

EXECUÇÃO

A placa possuirá tamanho mínimo de 3,0m x 1,0m, sendo que o seu conteúdo, padrão de cores e tamanhos das letras ou símbolos deverão seguir as especificações apresentadas oportunamente pela PMS.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

PADRÃO GERAL DAS PLACAS DE OBRAS

As placas devem ter sempre o formato retangular na proporção de 3 para 1.

A largura será dividida em 2 partes iguais, e a altura em 5 partes iguais.

O tamanho/medidas não poderão ser inferiores às das outras diferentes placas presentes na obra, respeitadas, no mínimo, as dimensões de 3,00m X 1,00m.

As placas deverão ser fixadas pela CONTRATADA em local visível a ser indicado pela FISCALIZAÇÃO, preferencialmente nos acessos principais ou voltadas para a via que forneça melhor visualização das mesmas.

As placas deverão ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade dos padrões de cores, durante todo o período de execução das obras, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste ou precariedade, ou ainda por solicitação da FISCALIZAÇÃO.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

Será medida na quantidade de placas instaladas na obra.

PAGAMENTO

Será pago após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução do fornecimento e instalação da placa de obra.

3.2. SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM

3.2.1. ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL

OBJETIVO

Fixar as condições exigíveis para as operações de escavação, carga, transporte e classificação dos materiais escavados para a implantação da plataforma, em conformidade com o projeto.

MATERIAL

Para os efeitos desta Norma são adotadas as definições seguintes:

- Material de 1ª categoria - compreende os solos em geral, residual ou sedimentar, seixos rolados ou não, com diâmetro máximo inferior a 0,15m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado.
- Material de 2ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização do maior equipamento de escarificação exigido contratualmente; a extração eventualmente poderá envolver o uso de explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos de rocha, de volume inferior a 2m³ e os matacões ou pedras de diâmetro médio entre 0,15m e 1,00m.
- Material de 3ª categoria - compreende os de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00m, ou de volume igual ou superior a 2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento se processem com o emprego contínuo de explosivos.

EQUIPAMENTO

A escavação do corte será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado, que possibilite a execução dos serviços sob as condições especificadas e produtividade requerida.

A seleção do equipamento obedecerá às indicações seguintes:

o corte em solo - utilizam-se, em geral, tratores equipados com lâminas, escavo-transportadores, ou escavadores conjugados com transportadores diversos. A operação incluirá a utilização de tratores e motoniveladoras, para escarificação, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho, além de tratores empurradores ("pushers").

o corte em rochas - empregadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas para o preparo das minas, tratores equipados com lâmina para a operação de limpeza da praça de trabalho e carregadores conjugados com transportadores, para a carga e transporte do material extraído. Nesta operação utilizam-se explosivos e detonadores adequados à natureza da rocha e as condições do canteiro de serviço;

o remoção de solos orgânicos, turfa ou similares, inclusive execução de corta-rios, com emprego de escavadeiras do tipo "dragline", complementado por outros equipamentos citados nas alíneas anteriores.

EXECUÇÃO

As operações de cortes compreendem:

- Escavação dos materiais constituintes do terreno natural, de acordo com as indicações técnicas de projeto.

- Transporte dos materiais escavados para aterros ou bota-foras.

- Retirada das camadas de má qualidade visando o preparo das fundações dos aterros, de acordo com as indicações do projeto. Estes materiais serão transportados para locais previamente indicados, de modo a não causar transtorno à obra, em caráter temporário ou definitivo.

- O desenvolvimento da escavação se dará em face da utilização adequada, ou da rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados para constituição dos aterros aqueles que, pela classificação e caracterização efetuadas nos cortes sejam compatíveis com as especificações da execução dos aterros, em conformidade com o projeto.

- Constatada a conveniência técnica e econômica de reserva de material escavado nos cortes, para a confecção das camadas superficiais da plataforma, será depositado em local previamente escolhido para sua oportuna utilização.

- Atendido o projeto e, sendo técnica e economicamente aconselhável, as massas em excesso, removidas desde a etapa inicial dos serviços, que resultariam em bota-foras, poderão ser integradas aos aterros, mediante compactação adequada, constituindo alargamentos de plataforma, com suavização dos taludes ou bermas de equilíbrio.

- As massas excedentes, que não se destinarem ao fim indicado no parágrafo anterior, serão objetos de remoção, de modo a não constituírem ameaça à estabilidade da via, e nem prejudicarem o aspecto paisagístico ou meio ambiente da região.

- Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada ocorrência de rocha, sã ou em decomposição, ou de solos de expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte ou de solos orgânicos, promove-se o rebaixamento, respectivamente, da ordem de 0,40m e 0,60m, e execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados, objeto de indicação nas especificações.

- Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes que possam colocar em risco a segurança do trânsito.

- Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.

- As valetas de proteção dos cortes serão obrigatoriamente executadas e revestidas, independentemente das demais obras de proteção projetadas.

- Nos cortes de altura elevada é prevista a implantação de terraceamento, com banquetas de largura mínima de 3m, valetas revestidas e proteção vegetal.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

A medição considera o volume extraído, medido no corte. Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

- Os serviços serão medidos em m³ executados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.2.2. REFORÇO DO SUBLEITO**GENERALIDADES**

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para a execução de reforço do subleito, constituído de camadas de materiais selecionados, previstos em projeto sempre que ocorrer materiais de baixo poder de suporte. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

MATERIAIS

O material (seixo) será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverão ter ISC \geq 60% e com expansão máxima de 1%.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e constarão de :

- motoniveladora;

- carro-tanque distribuidor de água;

- rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;

- grade de discos;

- entre outros.

EXECUÇÃO

Preliminarmente será feita a remoção dos materiais inadequados e de baixo poder de suporte.

Não se admitirá, em nenhuma das fases executivas que os equipamentos de escavação ou transporte se apoiem ou trafeguem sobre o subleito escavado. Deverá, também, ser evitada a acumulação de água no fundo das escavações.

Quando não for possível o escoamento natural deverá ser previsto o esgotamento manual ou por bombeamento.

O reforço deverá ser colocado, espalhado e compactado em camadas de espessuras compatíveis com o equipamento de compactação a ser empregado que, por sua vez, não poderá exercer esforços de compactação superior à capacidade de suporte do subleito. Assim, as primeiras camadas com equipamentos leves - placas vibratórias - ou ser empregado material que não exija grandes esforços de compactação - materiais granulares.

CONTROLE

A camada de reforço do subleito, prevista em projeto, devidamente acabada e antes da colocação da camada subsequente, deverá apresentar as seguintes condições geométricas:

- Largura : não inferior à largura do projeto mais 0,25 m para cada lado;
- Cotas : $\pm 0,02$ m das cotas do projeto;
- Espessura verificada por ocasião da determinação da densidade "in situ" ou pelo levantamento topográfico : $\pm 5\%$ da espessura do projeto.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de reforço do subleito com materiais selecionados, será procedida através da determinação dos volumes executados, medidos na pista, expressa em metros cúbicos.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3. PAVIMENTAÇÃO

3.3.1. REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica a regularização e compactação do subleito da via a pavimentar, compreendendo cortes a aterros, com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO, executados após a terraplanagem.

MATERIAIS

Os materiais empregados na regularização do subleito serão os do próprio subleito. No caso de substituição ou adição de material, estes deverão ser provenientes de ocorrências de materiais indicados no projeto; ter um diâmetro máximo de partícula igual ou inferior a 76 mm; um índice de suporte Califórnia, determinado com a energia do método DNER-ME 47-64, igual ou superior ao do material considerado no dimensionamento do pavimento e expansão inferior a 2%.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização :

- Trator com lâmina frontal;
- Carregador frontal;
- Caminhões basculantes;
- Motoniveladora pesada, com escarificador;
- Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
- carro-tanque com barra distribuidora de água;
- grade de discos;
- pulvi-misturador

Os equipamentos de compactação e mistura serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado.

EXECUÇÃO

A superfície do subleito deverá ser regularizada de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal e demais elementos de projeto. Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, proceder-se-á a uma escarificação geral na profundidade de 15 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento.

Na compactação deverá obter-se densidade mínima de 95% do ensaio Normal de compactação.

No caso de cortes em rocha, deverá ser previsto o rebaixamento em profundidade adequada, com substituição por material granular apropriado. Neste caso, proceder-se-á à regularização pela maneira já descrita.

CONTROLE

Após a regularização e compactação, deve proceder-se a relocação do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias: ± 2 cm em relação as cotas de projeto; e ± 5 cm quanto a largura da plataforma.

MEDIÇÃO

A medição dos serviços de regularização do subleito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pelo projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.2. SUB-BASE COM MATERIAL DE JAZIDA

OBJETIVO

Esta especificação se aplica a execução da camada de sub-base com material de jazida com o objetivo de dar-lhe as condições previstas no projeto e sempre a juízo da FISCALIZAÇÃO.

MATERIAIS

O material de jazida deverá ser isento de matérias orgânicas, micáceas, e diatomáceas.

O material será fornecido para extração pela municipalidade em jazida distante até 10 km da obra e deverá apresentar capacidade de suporte ($ISC < 20\%$) e expansão máxima de 0,5%.

EQUIPAMENTO

A execução da sub-base deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Poderão ser empregados:

- Tratores de lâmina;
- Escavo-transportadores;
- Caminhões basculantes;
- Moto-niveladoras;
- Rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

EXECUÇÃO

As operações de execução da sub-base subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

– Extração, transporte, Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados, para a construção do corpo da sub-base até a cota correspondente ao greide de projeto.

– O lançamento do material para a construção da sub-base deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu conveniente umedecimento ou aeração e compactação. Para o corpo da sub-base a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,20m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,10m.

CONTROLE

CONTROLE DA EXECUÇÃO

Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação por camada, para cada 100m de pista a ser compactado em locais escolhidos aleatoriamente. (método DNER-ME 052 ou DNER-ME 088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de $\pm 2\%$ em torno da umidade ótima.

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, para cada 100m de extensão, pelo método DNER-ME 092, DNER-ME 036. Para pistas de extensão limitada, com no máximo 4000m² de material, deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Os cálculos do grau de compactação, $GC > 100\%$, serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca obtidas no laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

O número de determinações do Grau de Compactação - GC - será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução da sub-base, proceder a relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

- $\pm 10\text{cm}$, quanto à largura da plataforma;
- até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;
- $\pm 10\%$, quanto a espessura do projeto da camada.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos, serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

- A sub-base será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.3. BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos :

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo:

PENEIRAS		FAIXA			
	Mm	A	B	C	D
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 – 65	40 – 75	50 – 85	60 – 100
Nº 4	4,8	25 – 55	30 – 60	35 – 65	50 – 85
Nº 10	2,0	15 – 40	20 – 45	25 – 50	40 – 70
Nº 40	0,42	8 – 20	15 – 30	15 – 30	25 – 45
Nº 200	0,074	15 – 40	2 – 8	5 – 15	5 – 20

– a fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

– a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;

– o índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e, com a energia do método DNER-ME 48-64.

O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja à fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as seguintes características : presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concrecionamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base :

- motoniveladora pesada, com escarificador;
- carro-tanque distribuidor de água;
- rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
- grade de discos;
- pulvi-misturador
- central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

EXECUÇÃO

Compreende as operações fornecimento, espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais utilizados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada de 10cm.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado $\pm 2\%$.

CONTROLE

Após a execução do reforço da sub-base, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

– ± 10 cm, quanto à largura da plataforma;

– até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm quando projetado acima de 10cm.

Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de ± 2 cm, em relação à espessura do projeto. No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.4. IMPRIMAÇÃO**OBJETIVO**

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando :

– aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;

– promover condições de aderência entre a base e o revestimento;

– impermeabilizar a base.

MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixa-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias. A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas.

Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.5. PINTURA DE LIGAÇÃO

OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso:

– emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C

A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m².

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes :

– para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida.

No caso de vias com execução de CBUQ em duas etapas, 1ª etapa a camada de 2,5cm e a 2ª etapa a camada de 5,0cm, deverá ser executada primeiro a camada de 2,5cm nas faixas laterais(estacionamento), e posteriormente a camada de 5,0cm na faixa central (pista de rolamento), utilizando apenas uma camada de material betuminoso na área total a ser pavimentada.

MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.3.6. CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”

OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso espalhada e comprimida à quente.

MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregados graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos:

– cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado

gráudo deve se constituir de fragmentos sãos, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

- desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior;
- índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086);
- durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

AGREGADO MIUDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada		% passando, em peso das faixas				
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias de projeto	
2"	50,8	100	-	-	-	
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	± 7%	
1"	25,4	75-100	95-100	-	± 7%	
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	± 7%	
1/2"	12,7	-	-	85-100	± 7%	
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	± 7%	
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	± 5%	
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	± 5%	
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	± 5%	
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	± 2%	
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	± 2%	
Betume solúvel no CS2 (+) %		4,0 - 7,0	4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	± 0,3%	

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento. Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário.

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total.

deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 - 4,5	2,0 - 4,5

– as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

– as misturas devem atender as especificações da relação betume/vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação

para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão ± 1 °C), deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de ± 5 °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de $\pm 5\%$) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc.) não serão permitidos.

EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizas, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropulsores, devem ser dotados de dispositivos que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm² a 8,4kgf/cm² (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 ± 3 . A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados.

Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de 140 ± 15 segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de 40 ± 5 , para o alcatrão. Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a super-elevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

INSPEÇÃO

LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de:
para cimento asfálticos:

- 01 ensaio de viscosidade absoluta a 60 °C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;
- 01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);
- 01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;
- 01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;
- 01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra
- 01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

- 02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);
- 01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);
- 01 ensaio de índice de forma, para cada 900m³ (DNER-ME 086);
- 01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);
- 01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de trabalho (DNER-ME 083).

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo, $\pm 0,3\%$, da fixada no projeto.

CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:

- do agregado, no silo quente da usina;
- do ligante, na usina;
- da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de ± 5 °C das temperaturas especificadas.

TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de 5 °C.

CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas. Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-prova extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximo ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de $\pm 5\%$ em relação as espessuras de projeto.

ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estacas da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder ± 5 cm.

ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá, ser verificado por "aparelhos medidores de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER -PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 Bristish Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental com extensão da ordem de 100m. Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

Fica a construtora responsável pelo controle tecnológico das obras, devendo apresentar Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os resultados dos ensaios em conformidade com as exigências normativas do DNIT.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO/Aceitação

O concreto betuminoso será medido, em m³ através da mistura efetivamente aplicada na pista.

A fiscalização acompanhará execução e constantemente medirá os gabaritos (fotos abaixo), a fim de verificar as respectivas camadas. Nessa direção, com o fito de garantir a espessura de projeto (considerando a compactação), os gabaritos deverão estar com 6cm para camada de 5cm e 3 cm para foto de 2,5cm.

Fotos – verificação do gabarito (6cm para a camada de 5cm e 3cm para a camada de 2,5cm).

A fim de atestar a qualidade da camada betuminosa, e em conformidade com as normas do DNIT - ABNT, deverá ser acostada à planilha de medição, no mínimo, os seguintes Laudos de Controle Tecnológico para cada 100 metros de extensão de obra ou fração: 1- Ensaio de penetração – material betuminoso-; 2- Ensaio de Determinação do Teor do Betume; 3 - Ensaio de Adesividade – Resistência a Água e 4- Determinação de Espessura da Base e camada de Asfalto (retirada de corpo de prova).

PAGAMENTO

O concreto betuminoso será pago em metros cúbicos, após a medição do serviço executado, aos preços unitários propostos. O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.4. DRENAGEM PLUVIAL

OBJETIVO

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo galerias, bocas-de-lobo, poços de visita, e caixas de ligação destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável.

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

– Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

– Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou placas de concreto.

– Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas.

MATERIAL

TUBOS DE CONCRETO

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-8890/2003. Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

MATERIAL DE REJUNTAMENTO

– Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a 300 g/m².

– Critério de aceitação: o geotêxtil deverá ter a largura mínima de 30cm e transpasse no diâmetro de 30cm. Assim, a fim de racionalizar os trabalhos, bem como recursos naturais, deverá ser cortada nos seguintes comprimentos: {(φ 0,4m, 1,30m); (φ 0,6m, 2,20m); (φ 0,8, 2,80m); (φ 1,0m, 3,45m); (φ 1,20m, 4,0m); (φ 1,50m, 5,0m)}. A emenda deverá ser na parte superior da geratriz e a tubulação só deverá receber reaterro após o devido registro fotográfico do fiscal da obra.

– Argamassa de rejuntamento: Caso não seja possível a utilização de geotêxtil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA, de ligação E SAÍDAS

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Segue abaixo os equipamentos necessários: Caminhão basculante; Caminhão de carroceria fixa; Betoneira ou caminhão betoneira; Motoniveladora; Pá carregadeira; Rolo compactador metálico; Retroescavadeira ou valetadeira e Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

EXECUÇÃO

GALERIAS

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER-ES 284/97. Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-8890/2003.

A fim de evitar os danos (encaixe) na tubulação durante o descarrego (fotos 1 e 2), os tubos deverão ser descarregados com caminhão com grua ou Munck, conforme identificado na foto 3.

Foto 1 – Tubo danificado no descarrego Foto 2 – Parte do tubo

Foto 3 – Caminhão para descarrego

No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

Critério de Rejeição ou Aceitação do alinhamento dos tubos

Os tubos deverão estar perfeitamente alinhados de tal sorte que não existam sinuosidades.

Tubulação REJEITADA (sinuosidade e falta de rejunte) Tubulação ACEITA

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto. O assentamento dos tubos será feito sobre pranchas de madeira com comprimento mínimo de 3,0m, seção mínima (2,5cm;20cm).

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de pedra-de-mão ou rachão.

As juntas dos tubos serão envoltas por um retalho de geotextil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa.

Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamento indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Critério de Rejeição ou Aceitação do espaçamento dos tubos

O critério de aceitação do espaçamento deve atender é definido da seguinte maneira: 2% do diâmetro do tubo até o diâmetro de 800mm; 1,5% para diâmetros superiores.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO. A CONTRATADA só poderá reaterro as valas após o assentamento de a tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

Tubulação REJEITADA Tubulação ACEITA

BOCAS-DE-LOBO

As bocas-de-lobo, as caixas de visita, as de ligação e as de saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobre largura conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo. As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão (f_{ckmin}), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (f_{ckmin}), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentada a tampa.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.

Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carreados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores. As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto (prancha genérica drenagem)

Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, executando-se a tampa de fundo pré-moldada em concreto armado (f_{ck} 18MPa; 7cm).As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recozido ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (f_{ckmin}), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da tampa de concreto.A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado no projeto (detalhe prancha genérica).

A tampa superior deverá ter dois tampões de concreto (ϕ) 150mm executados conforme detalhe na prancha genérica.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização.Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

Sarjetas Revestidas de Concreto

As sarjetas e valetas revestidas de concreto poderão ser moldadas "in loco" ou pré-moldadas atendendo ao disposto no projeto.

A execução das sarjetas de corte deverá ser iniciada após a conclusão de todas as operações de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa.No caso de banquetas de escalonamento e valetas de proteção, quando revestidas, as sarjetas serão executadas logo após a conclusão das operações de terraplenagem. O preparo e regularização da superfície de assentamento serão executados com operação manual envolvendo cortes, aterros ou acertos, de forma a atingir a geometria projetada para cada dispositivo.

No caso de valetas de proteção de aterros ou cortes admite-se, opcionalmente, a associação de operações manual e mecânica, mediante emprego de lâmina de Motoniveladora, pá carregadeira equipada com Retroescavadeira ou valetadeira adequadamente dimensionada para o trabalho.

Os materiais empregados serão os próprios solos existentes no local, ou mesmo, material excedente da pavimentação, no caso de sarjetas de corte.

De qualquer modo, a superfície de assentamento deverá resultar firme e bem desempenada

Os materiais escavados e não utilizados nas operações de escavação e regularização da superfície de assentamento serão destinados a bota-fora, cuja localização será definida de modo a não prejudicar o escoamento das águas superficiais.

Para as valetas os materiais escavados serão aproveitados na execução de uma banqueta de material energeticamente compactado, a jusante

da valeta de proteção de corte, ou para conformar o terreno de aterro, na região situada entre o lado de jusante da valeta de proteção de aterro e os "off-sets" do aterro.

Para marcação da localização das valetas serão implantados gabaritos constituídos de guias de madeira servindo de referência para concretagem, cuja seção transversal corresponde às dimensões e forma de cada dispositivo, e com a evolução geométrica estabelecida no projeto, espaçando-se estes gabaritos em 2m.

A concretagem envolverá um plano executivo, prevendo o lançamento do concreto em panos alternados.

O espalhamento e o acabamento do concreto serão feitos mediante o emprego de ferramentas manuais, em especial de uma régua que, apoiada nas duas guias adjacentes permitirá a conformação da sarjeta ou valeta à seção pretendida. A retirada das guias dos panos concretados será feita logo após constatar-se o início do processo de cura do concreto.

O espalhamento e acabamento do concreto dos panos intermediários será feito com apoio da régua de desempenho no próprio concreto dos panos adjacentes.

A cada segmento com extensão máxima de 12m será executada uma junta de dilatação, preenchida com cimento Asfáltico aquecido, de modo a se obter a fluidez necessária.

As saídas d'água das sarjetas serão executadas de forma idêntica às próprias sarjetas, sendo prolongadas por cerca de 10m a partir do final do corte, com deflexão que propicie o seu afastamento do bordo da plataforma (bigodes).

Esta extensão deverá ser ajustada às condições locais de modo a evitar os efeitos destrutivos de erosão.

O concreto utilizado deverá ser preparado em betoneiras, com fator água/cimento apenas suficiente para alcançar trabalhabilidade, em quantidade suficiente para uso imediato, não se permitindo o lançamento após mais de 1 hora do seu preparo, e nem o seu retemperamento.

CONTROLE

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução.

As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de $\pm 10\%$ em relação à espessura de projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

– As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.

– No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

MEIO FIO

O meio fio será em peças pré-moldadas de concreto (fck mínimo 18MPa), ou moldado "in loco" por extrusão. O rejunte constituído de argamassa de cimento e areia média no traço 1:3.

PAGAMENTO

O pagamento será realizado após a medição do serviço executado.

O preço unitário remunera os custos de todas as operações e encargos para a execução dos serviços acima.

3.5. SINALIZAÇÃO VIÁRIA

OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal e vertical, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

Sinalização vertical – É um conjunto de placas verticais de regulamentação que tem por finalidade transmitir aos usuários as condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias urbanas e rurais. Assim, o desrespeito aos sinais de regulamentação constitui infrações, previstas no capítulo XV do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

3.5.1 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMS.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

- local da aplicação, extensão e largura;
- dimensões das faixas;
- espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;
- outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

- a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;
- b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com

características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio de acordo com a Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

a) temperatura entre 10°C e 40°C;

b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

A sua aplicação deve ser feita na proporção de:

– tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação. A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97. Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno) e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, depois de aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";

b) nome comercial e/ou numeração;

c) cor da tinta : branca ou amarela;

d) referência quanto a natureza química da resina;

e) data da fabricação;

f) prazo de validade;

g) identificação da partida de fabricação;

h) nome e endereço do fabricante;

i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

O tipo de tinta empregada na sinalização horizontal:

– tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retrorrefletorização.

Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Devem obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como parte constituinte dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorrefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

– 1,5mm de espessura - aplicado por "spray";

– 3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

– "Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando se tornam expostas;

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

- Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.

- Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.

- Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil do ensaio.

- Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.

- Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.

- Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.
- Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, podem ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.
- Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.
- Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm³ e 2,6g/cm³, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.
- Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação, devem apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

Equipamento

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão.

Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

Execução

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura.

A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas. A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

Pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

3.5.2 SINALIZAÇÃO VERTICAL

CONDIÇÕES GERAIS – PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO :

Em conformidade com especificado na Resolução nº 180 de agosto de 2005 e alterações, do Conselho Nacional de Trânsito –CONTRAN, (Anexo - Volume I – Sinalização Vertical de Regulamentação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito) as placas de regulamentação do objeto do presente pleito Licitatório são do tipo R1 – "Pare" e R19 – "Velocidade Permitida" – "40 Km/h". Assim, no que concerne a sua instalação e composição deverão obedecer a todas as determinações da citada resolução e as abaixo especificadas.

MATERIAL

Substrato: Cada chapa deverá ter no mínimo 270 gramas de zinco por metro quadrado, material encruado, semi manufaturação na espessura de 1,25mm, nº 18 conforme a norma NBR 11904.

Tratamento da Chapa: após corte e furação a chapa deverá ser desengraxada, recebendo pintura eletrostática em epóxi com secagem em estufa 160°C na face posterior (verso) da placa na cor preto fosco.

As chapas deverão apresentar boa aderência a fixação de películas refletivas ou películas vinílicas.

As chapas deverão apresentar durabilidade mínima de 7 (sete) anos.

Película refletiva com esferas inclusas – Tipo I-A –NBR-14644

As películas refletivas tipo I-A deverão a ser usadas para confecção de símbolos, letras, tarjas, orlas, e/ou revestimento de chapa). São constituídas tipicamente por lentes micro esferas, agregadas a uma resina sintética, espelhadas por filme metalizado e recobertas por um plástico transparente e flexível, que lhe confere uma superfície lisa e plana, que permite apresentar a mesma cor, que durante o dia quer a noite, quando observadas a luz dos faróis de um veículo.

Deverá ter valores mínimos de retrorrefletância descritas abaixo:

Ângulo de Observação	Ângulo de Entrada	Branca (Cd/lux/m ²)	Vermelha (Cd/lux/m ²)
0,2°	-4°	70	14
0,2°	+30°	30	6
0,5°	-4°	30	7,5
0,5°	+30°	15	3

Como os outros componentes da placa de sinalização a película deverá apresentar performance e durabilidade de no mínimo 7 (sete) anos.

Películas Não Refletivas Tipo IV- NBR-14644

São constituídos tipicamente por um filme plástico opaco e são destinados a produção de tarjas, legenda se símbolos, em placas de sinalização. As películas devem possuir um adesivo reativável ao calor ou a um ativador químico, resultando em adesão efetiva a superfície, ou um adesivo sensível a pressão, o qual é protegido por um filme siliconizado, de fácil remoção. É utilizada na cor preta e destinada a aplicação sobre superfície de películas tipo I-A. A durabilidade mínima com desempenho satisfatório será de 07(sete)anos, em exposição normal, vertical e estacionário.

Detalhes A

Placa- Parada obrigatória

"R-1 – PARE"

CORES:

Fundo: Vermelho Refletivo

Orla Interna: Branco Refletivo Imagem - 1

Orla Externa: Vermelho Refletivo

Letras: Branco Refletivo

Verso: Preto Fosco

LETRAS:

Tipos Helvética Médium, Arial,
Standard Alphabets for Highway Signs,
ou similar, texto centralizado Imagem - 2

Observação: No que tange ao dimensionamento, a placa de regulação R-1 é classificada como via urbana (lado = 0,35m; orla interna branca mínima – 0,028m; Orla externa mínima - 0,014m) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução (tabelas - página 29 e Apêndice de diagramação páginas 163 e 169).

Detalhes B

Placa - limite de velocidade

R-19 - 40 Km/h "

CORES:

Fundo: Branco

Orla: Vermelho Imagem -3 (ilustrativa)

Letra: Preto Velocidade da via urbana 40 Km/h

Algarismo: Preto

Símbolo: Preto

Verso: Preto Fosco

LETRAS:

Tipos Helvética Médium, Arial, Standard
Alphabets for Highway Signs, ou similar,
texto centralizado Imagem - 4

Observação: No que concerne ao dimensionamento, a placa de regulação R-19 como via urbana -demais vias- (diâmetro = 0,50m; tarja = 0,050m e orla = 0,050) em conformidade com o item 4.6 –Dimensões - da referida resolução (tabelas - página 28 e Apêndice de diagramação páginas 165 e 192).

Detalhes C

Placa – Passagem Sinalizada de escolares

"A - 33b"

CORES:

Fundo: Amarelo Refletivo

Símbolo: Preto

Orla Interna: Preta

Orla Externa: Amarela

Observação: No que tange ao dimensionamento, a placa de advertência A – 32b é classificada como via urbana (lado mínimo = 0,45m; orla interna Preta – 0,018m; Orla externa - 0,09m) em conformidade com o item 4.5 – Formas e cores – Do manual de sinalização de trânsito do CONTRAN (página 17 e Apêndice de diagramação página 133).

Detalhes D

Placa – Área Escolar

"A - 33a"

CORES:

Fundo: Amarelo Refletivo

Símbolo: Preto

Orla Interna: Preta

Orla Externa: Amarela

Observação: No que tange ao dimensionamento, a placa de advertência A – 32b é classificada como via urbana (lado mínimo = 0,45m; orla interna Preta – 0,018m; Orla externa - 0,09m) em conformidade com o item 4.5 – Formas e cores – Do manual de sinalização de trânsito do CONTRAN (página 17 e Apêndice de diagramação página 133).

INSPEÇÃO

Controle da Execução

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

- a superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;
- a pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto;
- a pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.

O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados os parâmetros listados a seguir:

- consumo dos materiais;
- espessura do material aplicado;
- tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;
- dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);
- linearidade das faixas;
- temperatura de aquecimento do material termoplástico;
- sinalização para o serviço de obras;
- atendimento ao projeto de sinalização;

- retrorrefletorização integral das faixas, sinais, etc...
- placas verticais em conformidade com o acima especificado.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de sinalização (horizontal e vertical) serão medidos pela área efetivamente aplicada expressa em m² e unidades de placas instaladas.

PAGAMENTO

Todos os materiais e serviços empregados na execução da pintura acrílica de piso serão de responsabilidade da Contratada, sendo efetuado o pagamento pelo preço unitário proposto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes da entrega definitiva da obra, a mesma deverá ser vistoriada pela Contratante através de seus profissionais responsáveis.

Qualquer alteração que se faça necessária para a viabilidade da execução em qualquer etapa da obra deverá ser consultada a Contratante, que por sua vez irá analisar as alterações propostas e, em caso de aceite, fornecerá autorização por escrito.

Nada mais havendo a apresentar, dá-se por concluído este memorial, que se compõe ainda de orçamento e cronograma físico-financeiro, além da ART/RRT – Anotação de Responsabilidade Técnica/Registro de Responsabilidade Técnica, emitida pelo profissional abaixo assinado.

Schroeder, junho de 2016.

Walter Egidio Mukai
Eng. Civil – CREA 065.488-5SC

Oswaldo Jurck
Município de Schroeder

NOTIFICAÇÃO INADIMPLEMENTO DO PROCESSO Nº 84/2016**NOTIFICAÇÃO**

Processo Licitatório nº. 84/2016-FMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 45/2016-FMS

Fica a empresa DOMPEL INFORMÁTICA E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 74.183.385/0001-06, estabelecida na Rua 07 de Setembro, nº. 720, Bairro Centro, na Cidade Itajaí, Estado de Santa Catarina, CEP: 88303-000, NOTIFICADA do inadimplemento do processo nº 84/2016 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº 328/16 e 337/16 não efetuou a entrega dos produtos do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C.)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
328/16	<p>Item 2: 5 unidades de Gaveteiro volante de 2 gavetas + 1 gavetão de pastas suspensas, medida mínima de 0.47x0.44x0.68, tampo produzido em MDP de 25 mm com acabamento post formado em 180° cor madeirado com acabamento preto, com puxadores de plástico. Com rodízios, corredeiras metálicas, chave com fechamento simultâneo. - Marca: DOMPEL</p> <p>item 7: 1 unidade de Balcão de 3 portas de abrir (cada porta com sua chave individual), medida mínima de 1.40x0.72x0.40 com 02 prateleira interna, tampo produzido em MDP de 25 mm com acabamento post formado em 180° cor madeirado com acabamento preto, com puxadores de plástico. Base de aço 20x30 para colocar o armário em cima. - Marca: DOMPEL</p> <p>item 8: 1 unidade de Armário de 2 portas inteiras fechado (cada porta com sua chave individual), medida mínima de 1.60x0.90x0.40 com 03 prateleira interna sendo 1 fixa e 2 reguláveis, tampo produzido em MDP de 25 mm com acabamento post formado em 180° cor madeirado com acabamento preto. Com puxadores de plástico. Base de aço 20x30 para colocar o armário em cima. - Marca: DOMPEL</p> <p>Valor total do empenho 328/16: R\$1.720,00</p>	31/05/2016	14/06/2016

337/16	<p>Item 1: 1 unidade de CONJUNTO DE TRABALHO EM "L", COMPOSTO POR: Mesa com medida 1.20x0.68x0.74m com tampo de 25 mm produzido em MDP média densidade de partículas, revestimento com laminado plástico de alta pressão e tampo post formado em 180°. cor madeirado com acabamento na cor preto. Estrutura metálica com pés oblongular (0,29x0,58) com passagem para fiação, espessura do tubo 0,90 mm e com pintura epóxi. Mesa medida 0.90x0.68x0.74 m com tampo de 25 mm produzido em MDP média densidade de partículas, revestimento com laminado plástico de alta pressão e tampo post formado em 180°. cor marfim madeirado com acabamento preto. Estrutura metálica com pés oblongular (0,29x0,58) com passagem para fiação, espessura do tubo 0,90 mm e com pintura epóxi. Conexão 0.68x0.68 m tampo de 25 mm produzido em MDP média densidade de partículas, revestimento com laminado plástico de alta pressão e tampo post formado em 180° cor marfim madeirado com acabamento na cor preto, com pé redondo de no mínimo 6 cm de diâmetro com pintura epóxi. Gaveteiro p/mesa com 03 gavetas com acabamento frontal reto, medida 38x42x28 cm, cor marfim madeirado com acabamento preto, corredeja metálica, chave com fechamento simultâneo (uma chave que tranca todas as gavetas) e puxadores de plástico. - Marca: DOMPEL</p> <p>Item 2: 3 unidades de Gaveteiro volante de 2 gavetas + 1 gavetão de pastas suspensas, medida mínima de 0.47x0.44x0.68, tampo produzido em MDP de 25 mm com acabamento post formado em 180° cor madeirado com acabamento preto, com puxadores de plástico. Com rodízios, corredejas metálicas, chave com fechamento simultâneo. - Marca: DOMPEL</p> <p>Item 3: 2 unidades de Gaveteiro volante de 2 gavetões de pastas suspensas, medida mínima de 0.47x0.44x0.68, tampo produzido em MDP de 25 mm com acabamento post formado em 180° cor madeirado com acabamento preto, com puxadores de plástico. Com rodízios, corredejas metálicas, chave com fechamento simultâneo. - Marca: DOMPEL</p> <p>item 5: 3 unidades de Suporte para CPU e Estabilizador com rodízios, produzido em MDP de 15 mm com revestimento em melamínico BP. Cor madeirado com acabamento preto. Acabamento frontal reto. - Marca: DOMPEL</p> <p>Item 6: 1 unidade de Balcão fechado com 02 portas de abrir (cada porta com sua chave individual), medida mínima de 0.90x0.72x0.40 com 01 prateleira interna, tampo produzido em MDP de 25 mm com acabamento post formado em 180° cor madeirado com acabamento preto. Com puxadores de plástico. Base de aço 20x30 para colocar o armário em cima. - Marca: DOMPEL</p> <p>Item 7: 1 unidade de Balcão de 3 portas de abrir (cada porta com sua chave individual), medida mínima de 1.40x0.72x0.40 com 02 prateleira interna, tampo produzido em MDP de 25 mm com acabamento post formado em 180° cor madeirado com acabamento preto, com puxadores de plástico. Base de aço 20x30 para colocar o armário em cima. - Marca: DOMPEL</p> <p>Item 8: 4 unidades de Armário de 2 portas inteiras fechado (cada porta com sua chave individual), medida mínima de 1.60x0.90x0.40 com 03 prateleira interna sendo 1 fixa e 2 reguláveis, tampo produzido em MDP de 25 mm com acabamento post formado em 180° cor madeirado com acabamento preto. Com puxadores de plástico. Base de aço 20x30 para colocar o armário em cima. - Marca: DOMPEL</p> <p>Item 9: 1 unidade de Armário tipo estante com 2 portas baixas com 1 prateleira regulável interna e na parte superior aberta com 2 prateleiras reguláveis (cada porta com sua chave individual), medida mínima de 1.60x0.90x0.40, tampo produzido em MDP de 25 mm com acabamento post formado em 180° cor madeirado com acabamento preto, com puxadores de plástico. Base de aço 20x30 para colocar o armário em cima. - Marca: DOMPEL</p> <p>Valor total do empenho 337/16: R\$3.774,00</p>	31/05/2016	14/06/2016
--------	--	------------	------------

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente, Schroeder, 29 de junho de 2016.
Daiane Regina Azevedo Wolf
Diretora de Assistência Social
Secretaria de Assistência Social

A
DOMPEL INFORMÁTICA E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA
CNPJ sob o nº 74.183.385/0001-06, estabelecida na Rua 07 de Setembro, nº. 720, Bairro Centro, na Cidade Itajaí, Estado de Santa Catarina,
CEP: 88303-000
3348-3396

PORTARIA Nº 6.577/2016, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.577/2016, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora, Sra. Dayana Fogolari Gonçalves, para exercer a Função de Diretora de Unidade de Ensino, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Pelo desempenho da função acima especificada, fica autorizada Gratificação Salarial de nível FG-2, conforme Anexo II da LC nº 062/2008, e alterações.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 24 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.580/2016, DE 28 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº 6.580/2016, DE 28 DE JUNHO DE 2016
NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear o Senhor Walter Egidio Mukai, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº015.944.159-51, CREA-SC nº.065488-5-SC, o Senhor Cezar Santos de Jesus, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº. 048.348.439-39, CREA-SC nº093789-5 e o Senhor Otoniel da Silva, Arquiteto Urbanista, inscrito no CPF sob o nº003.963.009-95, CAU nºA60922-6, como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

· Execução de serviços (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Ida Luiza Bertha Jacob Wulf, Centro, no Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 101,00m e área total de 1.010,00m², de acordo com Convênio com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul, em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº.2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº. 2.198/2016, de acordo com as especificações no Contrato nº. 84/2016-PMS, Tomada de Preços nº. 07/2016-PMS, Processo nº. 101/2016-PMS – empresa: Paviplan Pavimentação Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº

03.620.927/0001-12.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Schroeder, 28 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.581/2016, DE 28 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº 6.581/2016, DE 28 DE JUNHO DE 2016
NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear o Senhor Walter Egidio Mukai, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº015.944.159-51, CREA-SC nº.065488-5-SC, o Senhor Cezar Santos de Jesus, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº. 048.348.439-39, CREA-SC nº093789-5 e o Senhor Otoniel da Silva, Arquiteto Urbanista, inscrito no CPF sob o nº003.963.009-95, CAU nºA60922-6, como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

· Execução de serviços (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Willy Wulf, Centro, no Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 101,00m e área total de 1.010,00m², de acordo com Convênio com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul, em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº.2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº2.199/2016 e de acordo com as especificações no Contrato nº. 85/2016-PMS, Tomada de Preços nº. 08/2016-PMS, Processo nº. 102/2016-PMS – empresa: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 82.130.170/0001-55.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Schroeder, 28 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.582/2016, DE 28 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº6.582/2016, DE 28 DE JUNHO DE 2016

NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear o Senhor Walter Egidio Mukai, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº015.944.159-51, CREA-SC nº.065488-5-SC, o Senhor Cezar Santos de Jesus, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº. 048.348.439-39, CREA-SC nº093789-5 e o Senhor Otoniel da Silva, Arquiteto Urbanista, inscrito no CPF sob o nº003.963.009-95, CAU nºA60922-6, como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

· Execução de serviços (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Minas Gerais, Centro, no Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 366,00m e área total de 3.660,00m², de acordo com Recursos Próprios e Financiamento BADESC, em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº.2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº2.142/2015 e de acordo com as especificações no Contrato nº. 86/2016-PMS, Tomada de Preços nº. 09/2016-PMS, Processo nº. 103/2016-PMS – empresa: Paviplan Pavimentação Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 28 de junho de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.583/2016, DE 28 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº6.583/2016, DE 28 DE JUNHO DE 2016

NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear o Senhor Walter Egidio Mukai, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº015.944.159-51, CREA-SC nº.065488-5-SC, o Senhor Cezar Santos de Jesus, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº. 048.348.439-39, CREA-SC nº093789-5 e o Senhor Otoniel da Silva, Arquiteto Urbanista, inscrito no CPF sob o nº003.963.009-95, CAU nºA60922-6, como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

· Execução de serviços (com fornecimento de mão de obra,

materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Paulo Setter, Centro Sul, no Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 171,50m e área total de 1.715,00m², de acordo com Recursos Próprios e Financiamento BADESC, em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº.2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº2.143/2015 e de acordo com as especificações no Contrato nº.87/2016-PMS, Tomada de Preços nº.10/2016-PMS, Processo nº.104/2016-PMS – empresa: Paviplan Pavimentação Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 28 de junho de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.584/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.584/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão, após cumprimento de aviso prévio trabalhado, do servidor Sr. Elpidio Castro Alves dos Santos, a partir desta.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 29 de junho de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.585/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.585/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a legislação eleitoral e demais pertinentes a espécie,

Considerando o art. 1º, IV, c.c art.1º, VII, da lei complementar federal nº 64 de 18 de maio de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença remunerada para a servidora, Sra. Naya-ra Borge Lemke, no período de 02 de julho de 2016 até 02 de outubro de 2016, conforme requerimento da servidora, em razão de sua candidatura ao pleito eleitoral municipal de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 29 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.586/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.586/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a legislação eleitoral e demais pertinentes a espécie,

Considerando o art. 1º, IV, c.c art.1º, VII, da lei complementar federal nº 64 de 18 de maio de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença remunerada para a servidora, Sra. Maria do Carmo Vasconcellos Pompermaier, no período de 02 de julho de 2016 até 02 de outubro de 2016, conforme requerimento da servidora, em razão de sua candidatura ao pleito eleitoral municipal de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 29 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.587/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.587/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a legislação eleitoral e demais pertinentes a espécie,

Considerando o art. 1º, IV, c.c art.1º, VII, da lei complementar federal nº 64 de 18 de maio de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença remunerada para o servidor, Sr. Alexandre Santos de Oliveira, no período de 02 de julho de 2016 até 02 de outubro de 2016, conforme requerimento do servidor, em razão de sua candidatura ao pleito eleitoral municipal de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 29 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.588/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.588/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a legislação eleitoral e demais pertinentes a espécie,

Considerando o art. 1º, IV, c.c art.1º, VII, da lei complementar federal nº 64 de 18 de maio de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença remunerada para o servidor, Sr. Harildo Konell, no período de 02 de julho de 2016 até 02 de outubro de 2016, conforme requerimento do servidor, em razão de sua candidatura ao pleito eleitoral municipal de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 29 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.589/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.589/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a legislação eleitoral e demais pertinentes a espécie,

Considerando o art. 1º, IV, c.c art.1º, VII, da lei complementar federal nº 64 de 18 de maio de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença remunerada para o servidor, Sr. Gilberto Godeny de Oliveira, no período de 02 de julho de 2016 até 02 de outubro de 2016, conforme requerimento do servidor, em razão de sua candidatura ao pleito eleitoral municipal de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 29 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.590/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.590/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a legislação eleitoral e demais pertinentes a espécie,

Considerando o art. 1º, IV, c.c art.1º, VII, da lei complementar federal nº 64 de 18 de maio de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença remunerada para o servidor, Sr. Geraldo Walz Junior, no período de 02 de julho de 2016 até 02 de outubro de 2016, conforme requerimento do servidor, em razão de sua candidatura ao pleito eleitoral municipal de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 29 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.591/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.591/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a legislação eleitoral e demais pertinentes a espécie,

Considerando o art. 1º, IV, c.c art.1º, VII, da lei complementar federal nº 64 de 18 de maio de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença remunerada para o servidor, Sr. Danilo Tizziani, no período de 02 de julho de 2016 até 02 de outubro de 2016, conforme requerimento do servidor, em razão de sua candidatura ao pleito eleitoral municipal de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 29 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK ORLANDO TECILLA
Prefeito Municipal Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.592/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.592/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a legislação eleitoral e demais pertinentes a espécie,

Considerando o art. 1º, IV, c.c art.1º, VII, da lei complementar federal nº 64 de 18 de maio de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença remunerada para a servidora, Sra. Mariana Fernandes, no período de 02 de julho de 2016 até 02 de outubro de 2016, conforme requerimento da servidora, em razão de sua candidatura ao pleito eleitoral municipal de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 29 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK ORLANDO TECILLA
Prefeito Municipal Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.593/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.593/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a legislação eleitoral e demais pertinentes a espécie,

Considerando o art. 1º, IV, c.c art.1º, VII, da lei complementar federal nº 64 de 18 de maio de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença remunerada para a servidora, Sra. Janaina Bucci, no período de 02 de julho de 2016 até 02 de outubro de 2016, conforme requerimento da servidora, em razão de sua candidatura ao pleito eleitoral municipal de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 29 de junho de 2016.
OSVALDO JURCK ORLANDO TECILLA
Prefeito Municipal Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.594/2016, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 6.594/2016, de 29 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a criação do Fundo Municipal de Saneamento Básico do Município de Schroeder, através da Lei nº 1.743/2009, de 20 de agosto de 2009;

Considerando o art. 87 da lei orgânica do Município de Schroeder;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor Sr. Valdemar dos Santos, como Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Básico do Município de Schroeder, com efeitos retroativos a partir de 21 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 29 de junho de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.595/2016, DE 30 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.595/2016, DE 30 DE JUNHO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Jean Carlos Floriano, do cargo comissionado de Assessor de Educação, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 30 de junho de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ATA PREGÃO PRESENCIAL 16/2016-FMS (SEQUÊNCIA 05)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 16/2016 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2016 Data do Processo: 30/05/2016

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 39/2016 (Sequência: 5)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório

A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se para recebimento do Parecer 092/2016-PROJUR referente inabilitação da empresa STARMED - ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. devido a suspensão de licitar junto ao Município de Balneário Camboriú conforme discorre no Parecer 092/2016-PROJUR, sendo assim o parecer traz em sua conclusão "esta procuradoria sugere pela INABILITAÇÃO da empresa STARMED - ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. , com fundamento no "item 5.2.2" do instrumento convocatório, devendo ser mantida como vencedoras do procedimento licitatório aquelas empresas relacionadas na "ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS Nº. 34/2016 (Sequência: 2)". Diante do exposto fica cancelado o dia marcado para a nova etapa de lances (12/07 /2016) e ratificando a Homologação feita em 20 de junho de 2016. Encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da Publicação no Diário Oficial do Estado de SC com a declaração de suspensão da empresa, do Parecer 092 /2016-PROJUR, da ata, da homologação e ata de registro de preços às empresas participantes.

Schroeder, 29 de Junho de 2016

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Natália kersten Brumuller	- - Equipe de Apoio

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 16/2016-FMS

Página: 1/41

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Número do Registro de Preços: 13/2016 Data do Registro: 29/06/2016 Válido até: 29/06/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Abatizador de língua de madeira descartável. Pacote com 100 unidades.	PC	ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	3,0300	1
2	Água destilada ampola 10 ml.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Samtec	0	0,1860	1
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	SAMTEC	0	0,1960	2
3	Aguilha descartável est. Oxido de estanho. Tamanho 13 x 4,5. Caixa com 100 unidades.	CX	ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	DESCARPAC	0	6,2100	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	SR	0	6,4000	2
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	SOLIDOR	0	6,6500	3
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	6,6500	4
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	SR	0	6,7000	5
4	Aguilha descartável est. Oxido de estanho. Tamanho 20 x 5,5. Caixa com 100 unidades.	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	SR	0	6,4000	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	MEDNEEDLE	0	6,4200	2
5	Aguilha descartável est. Oxido de estanho. Tamanho 25 x 7. Caixa com 100 unidades.	CX	ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	DESCARPAC	0	6,2100	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	SR	0	6,4000	2
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	SOLIDOR	0	6,6500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 2/41

Número do Registro de Preços: 13/2016		Data do Registro: 29/06/2016		Válido até: 29/06/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

6	Agulha descartável est. Oxido de esteno. Tamanho 25 x 8. Caixa com 100 unidades.	CX	ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	6,6500	4
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	SR	0	6,7000	5
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	DESCARPAC	0	6,2100	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	SR	0	6,4000	2
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	6,6000	3
4	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)		SOLIDOR		0	6,6500	4
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	SR	0	6,7000	5
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	SOLIDOR	0	6,3000	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	SR	0	6,3800	2
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	6,6000	3
4	Agulha descartável est. Oxido de esteno. Tamanho 25 x6. Caixa com 100 unidades.	CX	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	SR	0	6,7000	4
			STRACOMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Solidor	0	6,7100	5
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	6,9000	6

Página: 3/41

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Número do Registro de Preços: 13/2016 Data do Registro: 29/06/2016 Válido até: 29/06/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Aguilha descartável est. Oxido de estanho. Tamanho 30 x 7. Caixa com 100 unidades.	CX	ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	SOLIDOR	0	6,9900	7
				DESCARPAC	0	6,2100	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	SR	0	6,4000	2
			TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	SOLIDOR	0	6,6500	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	SR	0	6,7000	4
9	Aguilha descartável est. Oxido de estanho. Tamanho 30 x 8. Caixa com 100 unidades.	CX	ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	DESCARPAC	0	6,2100	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	SR	0	6,4000	2
			TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	SOLIDOR	0	6,6500	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	SR	0	6,7000	4
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	6,7900	5
10	Aguilha descartável est. Oxido de estanho. Tamanho 40 x 12. Caixa com 100 unidades.	CX	ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	DESCARPAC	0	6,3450	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	SR	0	6,7000	2
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	6,9900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 4/41

Número do Registro de Preços: 13/2016 Data do Registro: 29/06/2016 Válido até: 29/06/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Of.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	Alcool gel para mãos. 5 litros.	GL	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	DGL	0	40,9000	1
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	41,0000	2
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	VICPHARMA	0	41,9850	3
12	Algodão hidratado com 500 g.	UN	TRADEMEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	FAROL	0	8,3900	1
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	8,4500	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MELHORMED	0	8,9500	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Euro Med	0	9,0720	4
13	Almofolia Plástica confeccionado em Polietileno transparente, bico reto, capacidade 125 ml.	UN	TRADEMEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	J PROLAB	0	1,3300	1
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	J.PROLAB	0	1,3810	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	J Prolab	0	1,4300	3
14	Almofolia Plástica confeccionado em Polietileno transparente, bico reto, capacidade 250 ml.	UN	ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	1,5000	1
			TRADEMEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	J PROLAB	0	1,9500	2
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	J.PROLAB	0	2,0050	3

Página: 5/41

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Número do Registro de Preços: 13/2016			Data do Registro: 29/06/2016		Válido até: 29/06/2017		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Almotolia Plástica confeccionado em Polietileno marrom, bico reto, capacidade 125 ml.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	J PROLAB	0	1,3300	1
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	J.PROLAB	0	1,3810	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	J Prolab	0	1,4300	3
16	Almotolia Plástica confeccionado em Polietileno marrom, bico reto, capacidade 250 ml.	UN	ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	1,5000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	J Prolab	0	1,9240	2
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	J PROLAB	0	1,9500	3
17	Anestésico cloridrato de lidocaína a 2% SEM vasoconstrição, injetável, frasco 20 ml.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Hipolabor	0	3,0070	1
18	Atadura de crepom 10 cm x 1,20 m repouso 13 fios/cm² Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PC	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	PEROLA	0	3,4500	1
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	3,4900	2
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	PEROLA	0	3,5200	3
19	Atadura de crepom 12 cm x 1,20 m repouso 13 fios/cm² Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PC	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Andreoni Textil	0	3,3120	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	PEROLA	0	4,2300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 6/41

Número do Registro de Preços: 13/2016 Data do Registro: 29/06/2016 Válido até: 29/06/2017						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	PEROLA	0	4,4300
20	Atadura de crepom 15 cm x 1,20 m repouso 13 fios/cm ² . Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PC	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	PEROLA	0	5,1000
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	5,1400
			TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	PEROLA	0	5,2800
21	Atadura de crepom 20 cm x 1,20 m repouso 13 fios/cm ² . Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PC	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	PEROLA	0	6,9000
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	6,9800
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	PEROLA	0	7,3800
22	Atadura de crepom 4 cm x 1,20 m repouso 13 fios/cm ² . Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PC	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	MBTEXTIL	0	2,2300
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Andreoni Textil	0	2,4840
23	Atadura de crepom 6 cm x 1,20 m repouso 13 fios/cm ² . Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PC	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	PEROLA	0	2,0500
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	2,1000
			TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	PEROLA	0	2,1100

Página: 7/41

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Número do Registro de Preços: 13/2016		Data do Registro: 29/06/2016		Válido até: 29/06/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	Atadura de crepom 8 cm x 1,20 m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	PC	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	PEROLA	0	2,7000	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	PEROLA	0	2,8100	2
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	3,2500	3
25	Avental descartável manga longa elástico no punho. Confeccionado em tecido não tecido (TNT), 100% de polipropileno do tipo agulhado com 20 gr/m². gr. Cor branca. Tamanho Grande. Pacote com 10 unidades.	PC	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	MEDGAUSE	0	11,3700	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Medgauze	0	11,9600	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	OLIMED	0	12,9500	3
26	Avental descartável sem manga branco dimensões 1,00 x 1,30 m na gramatura de 20 g hipoclorigenico 100%. Pacote com 10 unidades	PC	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SKY	0	7,9000	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	MEDGAUSE	0	7,9300	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Medgauze	0	9,3500	3
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	10,5000	4
27	Bolsa para coleta de drenagem urinária por sistema fechado.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Labormport	0	2,4740	1
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	2,6000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 8/41

Número do Registro de Preços: 13/2016			Data do Registro: 29/06/2016		Válido até: 29/06/2017		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	LABOR IMPOF	0	2,6100	3
28	Caixa de isopor com tampa 6 litros.	UN	ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	8,9000	1
29	Cateter Intravenoso nº22 G. Indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração (Permanência de até 72 horas na veia). Cateter perfuro de uso único, descartável confeccionado em teflon, radiopaco. Constituído de agulha siliconizada com bisele bi-angulado e trifacetado, siliconizado flexível, protetor do conjunto agulha/cateter, conector luer lock codificado em cores, câmara de refluxo em plástico transparente e trama da câmara de refluxo com micro-estrias. Angiocath 22G, calibre 0,8mm, comprimento: 2,5cm, cor azul. Que proporciona conexão segura com o equipo de infusão contínua e permite a infusão intermitente de medicamentos.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	TKL	0	0,6600	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lamedid-Solidk	0	0,7560	2
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Soldior	0	0,7800	3
30	Cateter intravenoso tipo abocath tamanho Nº 18 (18 x 1,3 45 mm) 90ml/min poliuretano radiopaco com filtro hidrofóbico.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	TKL	0	0,6600	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lamedid-Solidk	0	0,7560	2
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Soldior	0	0,7800	3
31	Cateter intravenoso tipo abocath tamanho Nº 20 (20 x 1,1 x33 mm) 6 ml/min poliuretano radiopaco com filtro hidrofóbico.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	TKL	0	0,6600	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lamedid-Solidk	0	0,7560	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 9/41

Número do Registro de Preços: 13/2016 Data do Registro: 29/06/2016 Válido até: 29/06/2017						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC; ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Soldor	0	0,7800
32	Cateter intravenoso tipo abocath tamanho Nº 24 (24 x 0,7 x 19 mm) 20 ml/min poliuretano radiopaco com filtro hidrofóbico.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lamedic-Solidk	0	0,7390
			TRADEMEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	TKL	0	0,7400
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Soldor	0	0,8700
33	Cateter para oxigênio tipo óculos, esterilizado adulto.	UN	ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	0,7200
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MEDSONDA	0	0,8400
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	MEDSONDA	0	0,8900
34	Cateter para oxigênio tipo óculos, esterilizado infantil.	UN	TRADEMEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	1,0000
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	CPL	0	1,3060
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	MEDSONDA	0	1,3770
35	Cloreto de sódio 0,9% solução fisiológica. Ampola de 10 ml.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Samtec	0	0,2060
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	SAMTEC	0	0,2230

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 10/41

Número do Registro de Preços: 13/2016 Data do Registro: 29/06/2016 Válido até: 29/06/2017						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
36	Coletor de material perfurocortante papelão 7 litros. Com proteção contra perfurações e vazamentos de fluidos contaminados.	UN	ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	DESCARBOX	0	2,4170
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	2,4300
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	EMBALAIRE	0	2,4400
37	Coletor de urina TRANSPARENTE em polipropileno, capacidade de 80 ml, com tampa de rosca, graduado, estéril, embalagem individual.	UN	DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	0,3100
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	J.PROLAB	0	0,3100
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Oral	0	0,3100
38	Compressa de campo operatório alto poder de absorção 100 % algodão 4 camadas. Tamanho: 23 x 25 cm. Pacote com 50 unidades.	PC	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOTEXTIL	0	30,0000
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	America	0	30,9000
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	31,0000
39	Compressa de campo operatório alto poder de absorção 100 % algodão 4 camadas. Tamanho: 45 x 50 cm. Pacote com 50 unidades.	PC	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOTEXTIL	0	50,6000
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MBTEXTIL	0	56,0000
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	56,8000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 11/41

Número do Registro de Preços: 13/2016 Data do Registro: 29/06/2016 Válido até: 29/06/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
40	Compressa de gaze 7,5 x 7,5 x 5,5 cm, 13 fios, ESTÉRIL, 100% algodão, hidrofóbica. Pacote com 5 unidades.	PC	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	ANDREONI	0	0,2900	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	MB	0	0,3400	2
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	0,3900	3
41	Compressa de gaze 7,5 x 7,5 x 5,5 cm, 13 fios, 100% algodão, hidrofóbica. Pacote com 500 unidades.	PC	DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	13,0500	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	MB	0	13,0900	2
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	MB TEXTIL	0	14,5130	3
42	Compressa de gaze 7,5 x 7,5 x 5,5 cm, 13 fios, ESTÉRIL, 100% algodão, hidrofóbica. Pacote com 10 unidades.	PC	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	ANDREONI	0	0,4000	1
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	0,4100	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	MEDI HOUSE	0	0,6200	3
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	0,6200	4
43	Detergente enzimático com no mínimo 3 enzimas. Frasco 1 litro.	LT	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	DGL	0	17,7700	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Dgl	0	18,5570	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	DGL	0	23,9600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 12/41

Número do Registro de Preços: 13/2016		Data do Registro: 29/06/2016		Válido até: 29/06/2017		
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC; ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

44	Digliconato de obrexidina a 2% antisséptico tópico e antisepsia da pele no pré-operatório. Conteúdo 1 litro.	LT	ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	VICPHARMA	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Vic Pharma	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	RICIE	3
45	Dreno de penrose com gaze esterilizado Nº 1.	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MADEITEX	1
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	CIRURGICA B	2
46	Dreno de penrose com gaze esterilizado Nº 2.	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MADEITEX	1
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	CIRURGICA B	2
47	Embalagem para esterilização, envelope auto selante. Tamanho: 15 x 25 cm. Caixa com 100 unidades.	CX	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	HOSPFLEX	1
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Padcog	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Harbo	3
48	Embalagem para esterilização, envelope auto selante. Tamanho: 19 x 33 cm. Caixa com 100 unidades.	CX	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Harbo	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	HOSPFLEX	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 13/41

Número do Registro de Preços: 13/2016			Data do Registro: 29/06/2016		Válido até: 29/06/2017		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Packag	0	43,7800	3
49	Embalagem para esterilização, envelope auto selante. Tamanho: 23 x 36,5 cm. Caixa com 100 unidades.	CX	DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	48,0000	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	HOSPFLEX	0	57,0000	2
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Packag	0	58,8100	3
50	Embalagem para esterilização, envelope auto selante. Tamanho: 9 x 16 cm. Caixa com 100 unidades.	CX	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Harbo	0	8,9000	1
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Packag	0	13,9900	2
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	HOSPFLEX	0	14,4000	3
51	Equipo bureta MICRO GOTAS flexível injeto lateral filtro de ar, dispositivo para infusão, controle de fluxo e dosagem de soluções parenterais. Composto de lanceta perfurante para conexão ao recipiente de solução com filtro de ar bacteriológico permitindo a troca de ar em sistema fechado evitando a contaminação do sistema de infusão; câmara graduada de 150 ml permitindo a visualização precisa do fluxo de escoamento; câmara flexível permitindo procedimento de leve bombeamento para retirada de bolhas de ar ou pequenas obstruções; injetor lateral e Y a 20 cm do conector que possibilita o acesso de outras soluções ou medicamentos; controlador de fluxo (golpeamento) tipo pinça rolete e conexão luer para dispositivo de acesso venoso.	UN	ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	MEDSONDA	0	1,8230	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lamedid-Solid	0	4,6740	2
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Biosani	0	9,4500	3

Página: 14/41

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Número do Registro de Preços: 13/2016 Data do Registro: 29/06/2016 Válido até: 29/06/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
52	Equipo MACRO GOTAS embalado individualmente em papel grau cirurgico com filme termoplástico e selado termicamente; Esterilizado a óxido de etileno; PVC/Clareável; Tubo de 1,50 m com ponta perfurante e tampa protetora; Pinça rolete e corta-fluxo; Injetor lateral resistente; Conector tipo luer universal; Câmara gotejadora macrogotas com respiro de ar com filtro hidrôfobo e bacteriológico; Atóxico.	UN	ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	LABOR IMPOF	0	1,1340	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	TKL	0	1,2200	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	DESCARPAC	0	1,2200	3
53	Equipo multivias adulto 2 vias luer lock composição básica quatro extremidades próximas com conectores luer lock, fêmea, quatro extensões em PVC dotadas de clamp (abre/fecha), três intermediários em Y unindo a extensão distal. Conexão luer distal para dispositivo de acesso venoso. POLIFIX 2 vias.	UN	ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	0,6300	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	MEDSONDA	0	0,7300	2
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	DESCARPAC	0	0,7700	3
54	Espatradrão impermeável de tecido 100% algodão com tratamento acrílico, adesivo branco a base de borracha e resina. Tamanho: 10 cm x 4,5 m.	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MISSNER ADF	0	4,8300	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	MISSNER	0	4,8800	2
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	5,3500	3
55	Fio de sutura catagute simples 75 cm, estéril, absorvível, 2-0 com agulha 2 cm, 1/2 círculo triangular cortante.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Technofio	0	3,1500	1
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	TECHNOFIO	0	3,2940	2

Página: 15/41

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Número do Registro de Preços: 13/2016 Data do Registro: 29/06/2016 Válido até: 29/06/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	SHALON	0	3,9900	3
56	Fio de sutura catequite simples 75 cm, estéril, absorvível, 3-0 com agulha 2 cm, 1/2 círculo triangular cortante.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Technofio	0	3,1500	1
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	TECHNOFIO	0	3,2940	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	SHALON	0	3,9900	3
57	Fio de sutura cirúrgico 45 cm, mononylon, estéril, preto, 3-0 com agulha 30 mm, 3/8 círculo triangular cortante.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lamedit-Solid	0	1,1680	1
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Procare	0	1,1900	2
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	1,2300	3
58	Fio de sutura cirúrgico 45 cm, mononylon, estéril, preto, 4-0 com agulha 24 mm, 3/8 círculo triangular cortante.	UN	STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Procare	0	1,1900	1
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	1,2300	2
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	TECHNOFIO	0	1,3370	3
59	Fio de sutura cirúrgico 45 cm, mononylon, estéril, preto, 5-0 com agulha 26 mm, 3/8 círculo triangular cortante.	UN	STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Procare	0	1,1900	1
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	1,2300	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	PROCARE	0	1,4500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 16/41

Número do Registro de Preços: 13/2016				Data do Registro: 29/06/2016		Válido até: 29/06/2017	
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
60	Fio de sutura cirúrgico 45 cm, mononylon, estéril, preto, 6-0 com agulha 24 mm, 3/8 círculo triangular cortante.	UN	STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Procare	0	1,1900	1
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	1,2300	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	PROCARE	0	1,4500	3
61	Fio para sutura agulhado de nylon monofilamento preto 2-0 45 cm agulha 20 mm 3/8 triangular.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lamedid-Solid	0	1,1680	1
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Procare	0	1,1900	2
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	1,2300	3
62	Fita adesiva hospitalar crepe 16 mm x 50 m.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	HOSPFLEX	0	1,9700	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Polar Fix	0	2,0620	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	ADERE	0	2,5300	3
63	Fita adesiva para autoclave a base de celulose, borracha natural, óxido de zinco e resina acrílica. Tamanho: 19mm x 30 m.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	HOSPFLEX	0	2,6700	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Poli Tape	0	2,7490	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	CIEX	0	3,0500	3
64	Fita cirúrgica microporosa hipoalérgica a base de fibras de viscose com adesivo acrílico. Tamanho: 2,5 cm x 4,5 m.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	MISSNER	0	1,5700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 17/41

Número do Registro de Preços: 13/2016		Data do Registro: 29/06/2016		Válido até: 29/06/2017		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
65	Fixador celular spray 100 mL.	UN	ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	1,5800	2		
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MISSNER	0	1,8200	3		
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	ADLIN	0	5,4000	1		
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Adlin	0	5,7900	2		
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Adlin	0	5,9110	3		
66	Gel inodoro na cor transparente para uso externo com meio de contato para transmissão ultrassônica, hidrossolúvel, hipotérmico, não abrasivo, umectante. Composição com água esterilizada, polímero carboxivinílico e espessante, 1 litro.	UN	ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	VICPHARMA	0	4,5900	1		
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Carbogel	0	4,7900	2		
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Carbogel	0	5,2230	3		
67	Gelo reutilizável para transporte a baixa temperatura, rígido embalado em polietileno rígido tam. P. medindo 17X9,7X2,5 cm. Capacidade do frasco 400 mL. Composição: Atóxica.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Gelotech	0	2,0620	1		
68	Haste flexível com algodão nas duas pontas. Caixa com 75 unidades.	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	HIGIETOPP	0	0,8800	1		
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	1,2000	2		
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Higie Topp	0	1,2000	3		

Página: 18/41

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Número do Registro de Preços: 13/2016		Data do Registro: 29/06/2016		Válido até: 29/06/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	1,5000	4
69	Kit papanicolaou contendo espéculo vaginal descartável lubrificado, espátula de ayre descartável, escova ginecológica descartável e lâmina para microscópio fosca. Tamanho G.	KIT	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Adlin	0	2,2700	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	ADLIN	0	2,2800	2
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	2,9000	3
70	Kit papanicolaou contendo espéculo vaginal descartável lubrificado, espátula de ayre descartável, escova ginecológica descartável e lâmina para microscópio fosca. Tamanho M.	KIT	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	ADLIN	0	2,2000	1
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	2,2400	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Adlin	0	2,4050	3
71	Kit papanicolaou contendo espéculo vaginal descartável lubrificado, espátula de ayre descartável, escova ginecológica descartável e lâmina para microscópio fosca. Tamanho P.	KIT	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	ADLIN	0	1,9000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Adlin	0	1,9600	2
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	2,0060	3
72	Kit para nebulização contendo uma máscara para nebulização, na cor transparente, tamanho adulto, com 1,5 metros de mangueira e um copo reservatório com capacidade para 10ml.	KIT	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Daru	0	5,0860	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	DARU	0	6,2700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 19/41

Número do Registro de Preços: 13/2016			Data do Registro: 29/06/2016		Válido até: 29/06/2017		
Objeto da Compra:			Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	6,9000	3
73	Kit para nebulização contendo uma máscara para nebulização, na cor transparente, tamanho infantil, com 1,5 metros de mangueira e um copo reservatório com capacidade para 10ml.	KIT	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Daru	0	5,0860	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	DARU	0	6,2700	2
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	6,9000	3
74	Lâmina de bisturi aço inoxidável esterilizado por radiação Cobalto 60. Nº 11. Caixa com 100 unidades.	CX	ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	19,8000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Maxitor	0	20,6000	2
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	ADVANTIVE	0	24,3000	3
75	Lâmina de bisturi aço inoxidável esterilizado por radiação Cobalto 60. Nº 15. Caixa com 100 unidades.	CX	ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	19,8000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Maxitor	0	20,6000	2
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	ADVANTIVE	0	24,3000	3
76	Lençol descartável hospitalar. Tamanho 70 cm x 50 m. (Papel para marca).	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Granell	0	6,5980	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	FLEXPOL	0	6,6000	2
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	6,8000	3

Página: 20/41

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Número do Registro de Preços: 13/2016 Data do Registro: 29/06/2016 Válido até: 29/06/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
77	Lençol descartável com elástico, branco, confeccionado em TNT, 2,00m x 0,90cm, gramatura 20. Atóxico. Embalagem c/ 10 unidades.	PC	STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Anadona	0	8,5700	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	MEDGAUSE	0	9,0000	2
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SKY	0	9,8500	3
78	Luva cirúrgica estéril de latex com 1 par tamanho 6,5.	PAR	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MAXITEX	0	0,8900	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Maxitex	0	0,9900	2
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	MAXIFLEX	0	1,0000	3
79	Luva cirúrgica estéril de latex com 1 par tamanho 7,5.	PAR	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MAXITEX	0	0,8900	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Maxitex	0	0,9900	2
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	MAXIFLEX	0	1,0000	3
80	Luva cirúrgica estéril de latex com 1 par tamanho 8,0.	PAR	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MAXITEX	0	0,8900	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Maxitex	0	0,9900	2
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	MAXIFLEX	0	1,0000	3
81	Luva de procedimento de latex não estéril. Tamanho G. Caixa com 100 unidades.	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	NUGARD	0	14,8800	1

Página: 21/41

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Número do Registro de Preços: 13/2016 Data do Registro: 29/06/2016 Válido até: 29/06/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocador

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	15,9000	2
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	NUGARD	0	15,9900	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Nugard	0	15,9900	4
			TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	NUGARD	0	16,2000	5
82	Luva de procedimento de látex não estéril. Tamanho M. Caixa com 100 unidades.	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	NUGARD	0	14,8800	1
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	15,9000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Nugard	0	15,9900	3
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	NUGARD	0	15,9900	4
			TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	NUGARD	0	16,2000	5
83	Luva de procedimento de látex não estéril. Tamanho P. Caixa com 100 unidades.	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	NUGARD	0	14,8800	1
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	15,9000	2
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	NUGARD	0	15,9900	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Nugard	0	15,9900	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 22/41

Número do Registro de Preços: 13/2016 Data do Registro: 29/06/2016 Válido até: 29/06/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	NUGARD	0	16.2000	5
84	Luva de procedimento de látex não estéril. Tamanho PP. Caixa com 100 unidades.	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	NUGARD	0	14.8800	1
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	15.9000	2
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	NUGARD	0	15.9900	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Nugard	0	15.9900	4
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	NUGARD	0	16.2000	5
85	Luva de procedimento de vinil não estéril, sem talco. Tamanho G. Caixa com 100 unidades.	CX	STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Descarpac	0	13.2300	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	DESCARPAC*	0	14.0500	2
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	DESCARPAC*	0	14.1750	3
86	Luva de procedimento de vinil não estéril, sem talco. Tamanho M. Caixa com 100 unidades.	CX	STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Descarpac	0	13.2300	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	DESCARPAC*	0	14.0500	2
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	DESCARPAC*	0	14.8500	3
87	Luva de procedimento de vinil não estéril, sem talco. Tamanho P. Caixa com 100 unidades.	CX	STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Descarpac	0	13.2300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 23/41

Número do Registro de Preços: 13/2016 Data do Registro: 29/06/2016 Válido até: 29/06/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	DESCARPAC†	0	14,0500	2
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	DESCARPAC†	0	14,1750	3
88	Luva de procedimento de vinil não estéil, sem talco. Tamanho PP. Caixa com 100 unidades.	CX	STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Descarpac	0	13,2300	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	DESCARPAC†	0	14,0500	2
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	15,9000	3
89	Mangureira de silicone diâmetro interno 0,6 cm e diâmetro externo 1,2 cm.	M	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Medicone	0	7,2850	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	NS	0	7,4300	2
90	Máscara de procedimento com elástico. Caixa com 50 unidades.	CX	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	OLIMED	0	4,4300	1
			TRADEMEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	TALGE	0	4,8600	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Talge	0	5,2230	3
91	Máscara para administração de oxigênio com reservatório de alto débito, transparente para uma melhor visualização e com reservatório. Clip metálico ajustável que assegura uma fixação confortável para melhor adaptação ao nariz. Saco reservatório para um melhor controle da administração. Elástico para fixação da máscara à cabeça, com tubo de 2 m. Fluxo o quem for necessário para manter o reservatório intável de 6 a 15 L/min. Tamanho Adulto.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	MD	0	10,9970	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	PROTEC	0	13,7500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 24/41

Número do Registro de Preços: 13/2016		Data do Registro: 29/06/2016		Válido até: 29/06/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Oxigel	0	21.4800	3
92	Máscara para administração de oxigênio com reservatório de alto débito, transparente para uma melhor visualização e com reservatório. Clip metálico ajustável que assegura uma fixação confortável para melhor adaptação ao nariz. Saco reservatório para um melhor controle da administração. Elástico para fixação de máscara à cabeça, com tubo de 2 m. Fluxo o quem for necessário para manter o reservatório intável de 6 a 15 L/min. Tamanho Infantil.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	MD	0	10.9970	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	PROTEC	0	16.8500	2
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Oxigel	0	21.4800	3
93	Óculos de segurança de plástico preto, lente com proteção lateral em policarbonato incolor com tratamento antirreflexo	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	DANNY	0	3.0800	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	FENIX	0	4.0200	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Danny	0	4.7420	3
94	PRESERVATIVO NÃO LUBRIFICADO, produto de alta performance para uso médico em exames ultra-sonografia; alta transparência. Permite maior nitidez na captação das imagens; Preservativos sem lubrificante embalcados individualmente; Composição: Latex de borracha natural; Ponta com reservatório; Lados para abalos; Largura Nominal 52 mm; Comprimento Mínimo 160mm; Liso; Opaco;	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Blowflex	0	0.2560	1
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	0.3100	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	MADEITEX	0	0.3200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 25/41

Número do Registro de Preços: 13/2016			Data do Registro: 29/06/2016		Válido até: 29/06/2017		
Objeto da Compra:			Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)							
95	Escalpe intravenoso Nº 21, composto por: protetor da agulha, asas da agulha, fio, conector. Cor verde.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	LAMEDID	0	0,1900	4
							1
							2
							3
96	Escalpe intravenoso Nº 23, composto por: protetor da agulha, asas da agulha, fio, conector. Cor Azul	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	LAMEDID	0	0,1900	1
							2
							3
							1
97	Escalpe intravenoso Nº 25, composto por: protetor da agulha, asas da agulha, fio, conector. Cor laranja.	UN	STRACOMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Lamedid	0	0,2000	2
							3
							1
							2
98	Seringa Descartável 10 ml estéril, com cilindro transparente permitindo a visualização nítida do fluido aspirado, com escala de graduação que apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis, com bico slip com localização lateral.	UN	ALTERNED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lamedid-Solid	0	0,2060	3
							1
							2
							3
99	Seringa Descartável 10 ml estéril, com cilindro transparente permitindo a visualização nítida do fluido aspirado, com escala de graduação que apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis, com bico slip com localização lateral.	UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SR	0	0,2300	1
							2
							3
							1
100	Seringa Descartável 10 ml estéril, com cilindro transparente permitindo a visualização nítida do fluido aspirado, com escala de graduação que apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis, com bico slip com localização lateral.	UN	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	SR	0	0,2400	2
							3
							1
							2

Página: 26/41

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Número do Registro de Preços: 13/2016			Data do Registro: 29/06/2016		Válido até: 29/06/2017		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	DESCARPAC+	0	0,2500	3
99	Seringa Descartável 20 ml - estéril, com cilindro transparente permitindo a visualização nítida do fluido aspirado, com escala de graduação que apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis, com bico slip com localização lateral.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	SR	0	0,2980	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SR	0	0,3000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	SR	0	0,3700	3
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	0,3700	4
100	Seringa Descartável 3 ml - estéril, com cilindro transparente permitindo a visualização nítida do fluido aspirado, com escala de graduação que apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis, com bico slip com localização lateral.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	SR	0	0,0940	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SR	0	0,1100	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	SR	0	0,1100	3
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	DESCARPAC+	0	0,1120	4
101	Seringa Descartável 5 ml - estéril, com cilindro transparente permitindo a visualização nítida do fluido aspirado, com escala de graduação que apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis, com bico slip com localização lateral.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	SR	0	0,1110	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	SR	0	0,1300	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	SR	0	0,1400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 27/41

Número do Registro de Preços: 13/2016			Data do Registro: 29/06/2016		Válido até: 29/06/2017		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	DESCARPAC	0	0,1400	4
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	0,1400	5
102	Seringa Descartável de 60 ml estéril, com cilindro transparente permitindo a visualização nítida do fluido aspirado, com escala de graduação que apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis, com bico slip com localização lateral.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	SR	0	1,6770	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	SR	0	1,9800	2
103	Sonda de foley Nº 12 duas vias, confeccionada em látex, silicônica e atóxica, estéril, descartável. Embalada individualmente.	UN	ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	2,8600	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	CIRUFOLEY	0	2,9500	2
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Solidor	0	3,1000	3
104	Sonda de foley Nº 14 duas vias, confeccionada em látex, silicônica e atóxica, estéril, descartável. Embalada individualmente.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	CIRUFOLEY	0	2,8590	1
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	2,8600	2
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Solidor	0	3,1000	3
105	Sonda de foley Nº 16 duas vias, confeccionada em látex, silicônica e atóxica, estéril, descartável. Embalada individualmente.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	CIRUFOLEY	0	2,8590	1
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	2,8600	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 28/41

Número do Registro de Preços: 13/2016		Data do Registro: 29/06/2016		Válido até: 29/06/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Soldor	0	3,1000	3
106	Sonda de foley Nº 18 duas vias, confeccionada em látex, siliconizada e atóxica, estéril, descartável, Embalada individualmente.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	CIRUFOLEY	0	2,8590	1
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	2,8600	2
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Soldor	0	3,1000	3
107	Sonda de foley Nº 20 duas vias, confeccionada em látex, siliconizada e atóxica, estéril, descartável, Embalada individualmente.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	CIRUFOLEY	0	2,8590	1
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	2,8600	2
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Soldor	0	3,1000	3
108	Sonda para aspiração traqueal Nº 10.,	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,5200	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Biosani	0	0,5860	2
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	0,5900	3
109	Sonda para aspiração traqueal Nº 12.,	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,5500	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Biosani	0	0,6190	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 29/41

Número do Registro de Preços: 13/2016 Data do Registro: 29/06/2016 Válido até: 29/06/2017 Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	0,6200
110	Sonda para aspiração traqueal Nº 14,,	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,5900
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	0,6200
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Biosani	0	0,6910
111	Sonda para aspiração traqueal Nº 16,,	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,6100
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	0,6200
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Biosani	0	0,7120
112	Sonda para aspiração traqueal Nº 6,,	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,4900
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Biosani	0	0,5320
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	0,6200
113	Sonda para aspiração traqueal Nº 8,,	UN	DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	0,5000
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,5100

Página: 30/41

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Número do Registro de Preços: 13/2016 Data do Registro: 29/06/2016 Válido até: 29/06/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
114	Sonda uretral Nº 10 descartável.		ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Biosani	0	0,5640	3
		UN	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	MEDSONDA	0	0,5000	1
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,5090	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Biosani	0	0,5860	3
115	Sonda uretral Nº 12 descartável.		PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	MEDSONDA	0	0,5000	1
		UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,5200	2
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	0,5300	3
116	Sonda uretral Nº 14 descartável.		PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	MEDSONDA	0	0,5600	1
		UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,6000	2
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	0,6200	3
117	Sonda uretral Nº 16 descartável.		TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,6100	1
		UN	DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)		0	0,6200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 31/41

Número do Registro de Preços: 13/2016		Data do Registro: 29/06/2016		Válido até: 29/06/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
118	Sonda uretral Nº 18 descartável.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Biosani	0	0,6800	3
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,6600	1
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6652)		0	0,7000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Biosani	0	0,8150	3
119	Sonda uretral Nº 6 descartável.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,4890	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	MEDSONDA	0	0,4900	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Biosani	0	0,5320	3
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	MEDSONDA	0	0,4900	1
120	Sonda uretral Nº 8 descartável.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	BIOSANI	0	0,5100	2
			DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6652)		0	0,5500	3
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Basa	0	4,4700	1
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	EUROFARMA	0	4,4740	2

Número do Registro de Preços: 13/2016 Data do Registro: 29/06/2016 Válido até: 29/06/2017							
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
122	Solução isotônica de cloreto de sódio a 0,9 % injetável, estéril, apirogênica. Frasco com 100 ml.	UN	ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	EUROFARMA	0	2,5110	1
123	Solução isotônica de cloreto de sódio a 0,9 % injetável, estéril, apirogênica. Frasco com 250 ml.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Basa	0	2,6670	2
124	Solução isotônica de cloreto de sódio a 0,9 % injetável, estéril, apirogênica. Frasco com 500 ml.	UN	ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	EUROFARMA	0	2,6990	1
125	Solução injetável (glicose 5%). Frasco com 100 ml.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Basa	0	2,7000	2
126	Solução injetável (glicose 5%). Frasco com 250 ml.	UN	ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	SANOBIOL	0	3,0780	1
127	Solução glicofisiológica (glicose 5% + cloreto de sódio 0,9 %), solução injetável frasco com 250 ml.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Basa	0	3,2960	2
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	SANOBIOL	0	1,8900	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Basa	0	2,8870	2
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	EUROFARMA	0	2,8870	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Basa	0	2,7000	2
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	SANOBIOL	0	2,8870	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Sanobiol	0	2,3830	2
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	SANOBIOL	0	2,9550	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Sanobiol	0	2,9550	2

Página: 33/41

Número do Registro de Preços: 13/2016 Data do Registro: 29/06/2016 Válido até: 29/06/2017							
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
128	Solução glicofisiológica (glicose 5% + cloreto de sódio 0,9 %), solução injetável frasco com 500 ml.	UN	ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	SANOBIOL	0	2,9700	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Basa	0	3,5460	2
129	Soro ringier com lactato. Composição: Cloreto de sódio - 0,60g, cloreto de potássio - 0,030g, cloreto de cálcio - 0,02g, lactato de sódio - 0,30g. Frasco de polietileno de 500 ml.	UN	ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	SANOBIOL	0	2,9970	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Basa	0	3,2960	2
130	Tala metálica com espuma para imobilização de membros, descartável, não estéril e higiénica. Tamanho 16 x 180 mm.	UN	STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Ortocenter	0	6,8000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Polar Fix	0	8,0650	2
131	Tala metálica com espuma para imobilização de membros, descartável, não estéril e higiénica. Tamanho 16 x 250 mm.	UN	STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	Ortocenter	0	9,4400	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Polar Fix	0	9,5580	2
132	Termômetro clínico digital tipo axilar/oral. tempo de mediação 90 segundos, com alarme de segurança; aprovado pelo INMETRO, possui indicador de nível de bateria, tipo de alimentação: uma bateria LR41. Tamanho: altura 1cm, largura 1,3 cm, comprimento 12,3 cm, peso 30 gr. Tamanho do visor: 1,5 cm x 0,6 cm.	UN	ALLANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	8,6000	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Bicland	0	10,4470	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (7270)	SOLIDOR	0	12,4000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 34/41

Número do Registro de Preços: 13/2016 Data do Registro: 29/06/2016 Válido até: 29/06/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
133	Termo-higrômetro digital com indicação da TEMPERATURA e UMIDADE interna e externa com máxima e mínima em °C /°F. Especificações: Dimensões aproximadas: 10x11x2,5cm (AxLxP).Material: Plástico.Escala de temperatura: -10+60°C. Resolução: 1°C. Precisão: ± 1°C. Faixa de umidade: 10 a 99% UR. Resolução: 1% UR. Precisão: 5% UR. Cabo com aproximadamente 1m de comprimento. Alimentação: 1 pilha 1,5V tipo AAA.	UN	ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	INCOTERM	0	56,7000	1
134	Tira reagente para teste de gravidez, beta HCG específica para determinação da gonadotrofina coriônica humana (HCG) em amostra de soro ou urina com uma sensibilidade de 25 mU/mL, somente para diagnóstico "in vitro". Embaladas individualmente em caixa com 100 tiras contendo dados de identificação, lote, validade controle interno do teste. Apresentar catálogo. Validade mínima de 12 meses. Caixa com 100 unidades.	CX	PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	LABOR IMPOF	0	115,3600	1
135	Tubo endotraqueal nº 3,0 sem cuff. - Tubo endotraqueal sem balão, em PVC e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, descartável, estéril transcistid e radiopaco demarcado a cada 2 cm; Padrão de excelência; Ideal para intubação para suporte ventilatório, durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; extremidades arredondadas, atraumática, possuindo olho de Murphy; Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno 3,0 mm, diâmetro externo 4,7 mm, comprimento do tubo 140 mm.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	CIRUTRAQUE	0	2,7300	1
136	Tubo endotraqueal nº 3,5 sem cuff. - Tubo endotraqueal sem balão, em PVC e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, descartável, estéril transcistid e radiopaco demarcado a cada 2 cm; Padrão de excelência; Ideal para intubação para suporte ventilatório, durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; extremidades arredondadas, atraumática, possuindo olho de Murphy; Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno: 3,5, diâmetro externo 5,3 mm, comprimento do tubo: 160 mm.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	CIRUTRAQUE	0	2,7300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 35/41

Número do Registro de Preços: 13/2016			Data do Registro: 29/06/2016		Válido até: 29/06/2017		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC; ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
137	Tubo endotraqueal nº 4,0 sem cuff. - Tubo endotraqueal sem balão, em PVC e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, descartável, estéril, transilúcido e radiopaco demarcado a cada 2 cm; Padrão de excelência; Ideal para entubação para suporte ventilatório, durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; extremidades arredondadas, atraumática, possuindo orifício de Murphy. Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno: 4,0, diâmetro externo: 6,0, comprimento do tubo 180 mm.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lamedit-Solid	0	3,0240	2
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	SOLIDOR	0	3,3750	3
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	CIRUTRAQUE	0	2,7300	1
138	Tubo endotraqueal nº 4,5 sem cuff. - Tubo endotraqueal sem balão, em PVC e silicone com curvatura anatômica, descartável, estéril, transilúcido e radiopaco demarcado a cada 2 cm; Padrão de excelência; Ideal para entubação para suporte ventilatório, durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; extremidades arredondadas, atraumática, possuindo orifício de Murphy. Válvula de segurança em PVC com conexão luer. Diâmetro interno: 4,5 mm, diâmetro externo: 6,7 mm, comprimento do tubo 220 mm.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lamedit-Solid	0	3,0240	2
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	SOLIDOR	0	3,3750	3
			TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	CIRUTRAQUE	0	2,7300	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lamedit-Solid	0	3,0240	2
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	SOLIDOR	0	3,3750	3

Página: 36/41

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Número do Registro de Preços: 13/2016			Data do Registro: 29/06/2016		Válido até: 29/06/2017		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
139	Tubo endotraqueal nº 5,0 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril transcubado e radicado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a entubação; Válvula de segurança em PVC com conexão luer; Diâmetro interno 5,0mm; diâmetro externo: 7,3 mm, comprimento do tubo: 240 mm.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	CIRUTRAQUE	0	3,3300	1
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lamedid-Solid	0	4,2610	2
			ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP (13382)	SOLIDOR	0	4,6580	3
140	Tubo endotraqueal nº 5,5 com cuff: - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril transcubado e radicado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curva de magill que reduz o trauma durante a entubação; Válvula de segurança em PVC com conexão luer; Diâmetro interno: 5,5mm diâmetro externo 8,0mm; comprimento do tubo : 260mm.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	CIRUTRAQUE	0	3,3300	1
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	3,7000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lamedid-Solid	0	4,2610	3
141	Tubo endotraqueal nº 6,0 com cuff: - Tubo transparente, em PVC, descartável e estéril; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para intubação oral e nasal durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgadas, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a intubação; Válvula de segurança em PVC com conexão luer; Diâmetro interno 6,0 mm, diâmetro externo: 8,7mm, comprimento do tubo 280 mm.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L (12541)	CIRUTRAQUE	0	3,3300	1
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	3,7000	2

Página: 37/41

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Número do Registro de Preços: 13/2016		Data do Registro: 29/06/2016		Válido até: 29/06/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lamedid-Solid	0	4,2610	3
142	Tubo endotraqueal nº 6,5 com cuff. - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril transcrito e radiação; demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para intubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgada, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a intubação; Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 6,5 mm, diâmetro externo 9,4 mm, comprimento do tubo 280mm.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	CIRUTRAQUE	0	3,3300	1
			ALANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	3,7000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lamedid-Solid	0	4,2610	3
143	Tubo endotraqueal nº 7,0 com cuff. - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril transcrito e radiação; demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para intubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgada, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a intubação; Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 7,0mm, diâmetro externo 10,0 mm, comprimento do tubo 300mm.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	CIRUTRAQUE	0	3,3300	1
			ALANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	3,7000	2
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lamedid-Solid	0	4,2610	3
144	Tubo endotraqueal nº 8,0 com cuff. - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril transcrito e radiação; demarcado a casa 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para intubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgada, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a intubação; Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 8,0 mm, diâmetro externo 11,0 mm, comprimento do tubo 310 mm.	UN	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	CIRUTRAQUE	0	3,3300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 38/41

Número do Registro de Preços: 13/2016		Data do Registro: 29/06/2016		Válido até: 29/06/2017		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	3,7000	2		
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lamedid-Solid	0	4,2610	3		
145	Tubo endotraqueal nº 9,0 com cuff. - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril transcubado e radiopaco, demarcado a cada 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgada, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a entubação; Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 9,0 mm, diâmetro externo 12,3 mm, comprimento do tubo 310mm.	UN	TRADEMEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	CIRUTRAQUE	0	3,3300	1		
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	3,7000	2		
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lamedid-Solid	0	4,2610	3		
146	Tubo endotraqueal nº 9,5 com cuff. - Tubo endotraqueal com balão, em PVC e silicone, descartável e estéril transcubado e radiopaco, demarcado a cada 2 cm; Padrão de excelência; com ou sem guia inserido e protetor de mordedura; Ideal para entubação durante anestesia geral, cuidados intensivos e procedimentos de longa duração; Cuff, de parede delgada, que proporciona ótima vedação traqueal sob baixa pressão, o que ajuda a impedir a aspiração e danos aos tecidos da traqueia; Possui olho de Murphy e curvatura anatômica que reduz o trauma durante a entubação; Válvula de segurança em PVC com conexão luer . diâmetro interno 9,5 mm, diâmetro externo 13,3 mm, comprimento do tubo 310 mm.	UN	TRADEMEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAS HOSPITALARES L (12541)	CIRUTRAQUE	0	3,3300	1		
			ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP (7473)		0	3,7000	2		
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Lamedid-Solid	0	4,2610	3		
147	Rede tubular elástica que serve para fixação de curativos. Tamanho 10. Caixa com no mínimo 25 metros esticados.	CX	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Polar Fix	0	9,2100	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Página: 39/41

Número do Registro de Preços: 13/2016		Data do Registro: 29/06/2016		Válido até: 29/06/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
148	Umificador para oxigênio com tampa de nylon injetada, frasco plástico com copo translúcido com indicação de nível mínimo e máximo. Contendo tubo com borbulhador para permitir o arraste das partículas porca, adaptável em qualquer válvula reguladora ou fluxo metro de oxigênio.	UN	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)	Unitec	0	9,5530	1
149	Vacutainer de plástico com gel separador 5 ml SST II advance, plymouth PL 6 7 BP UK.	UN	DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD (6852)	STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	0	0,8900	1
			PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7110)	LABOR IMPOF	0	0,9000	2

Página: 40/41

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Número do Registro de Preços: 13/2016		Data do Registro: 29/06/2016		Válido até: 29/06/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saude do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP (13381)	L'Abor Import	0	0,9500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2016

Número do Registro de Preços: 13/2016		Data do Registro: 29/06/2016		Válido até: 29/06/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2016
PROCESSO Nº 39/2016

- (6517) - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- (6852) - DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTD
- (7110) - PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- (7270) - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
- (7473) - ALIANCA HOSPITALAR EIRELI - EPP
- (12541) - TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L
- (13381) - STRA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EPP
- (13382) - ASSUNCAO & MORETTO LTDA - EPP

Schroeder, 29 de Junho de 2016.

Seara

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2016 – FMS. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2016 - FMS - REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 006/2016 - FMS
Pregão Presencial nº. 007/2016 - FMS
Gestor: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, através do Fundo Municipal de Saúde de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 11.672.134/0001-75, com sede e foro à rua Floriano Peixoto, n.º 73, centro, Seara, SC, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representada por seu Secretário e Gestor, Sr. Odair José Felipe, brasileiro, convivente, residente e domiciliado na Rua João Dezem, nº. 95, bairro industrial, Seara, SC., e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Megha Equipamentos e Materiais Médicos Ltda, CNPJ nº. 17.184.520/0001-02, estabelecida na rua Araucária, nº 139 E, bairro Esplanada, Chapecó, SC., neste ato representada pelo Sr. Ivandro Noronha de Freitas, brasileiro, casado, representante comercial, RG nº. 3.256.401, CPF nº. 027.005.479-00, residente e domiciliado na rua Uruguai, nº.434, bairro Centro, Chapecó, SC. para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 007/2016 - FMS, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de absorventes e fraldas descartáveis geriátricas e fraldas descartáveis infantis, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 7.572,50 (sete mil, quinhentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 28/06/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 27/06/2017.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 007/2016 - FMS, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC., 28/06/2016.

Laci Grigolo Ivandro Noronha de Freitas
Município de Seara Megha Equip. e Materiais Médicos Ltda
Contratante Contratada

Odair José Felipe
Secretário Municipal da Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2016 – FMS. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2016 - FMS - REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 006/2016 - FMS
Pregão Presencial nº. 007/2016 - FMS
Gestor: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, através do Fundo Municipal de Saúde de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 11.672.134/0001-75, com sede e foro à rua Floriano Peixoto, n.º 73, centro, Seara, SC, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representada por seu Secretário e Gestor, Sr. Odair José Felipe, brasileiro, convivente, residente e domiciliado na Rua João Dezem, nº. 95, bairro industrial, Seara, SC., e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda - ME, CNPJ nº. 11.499.653/0001-83, estabelecida na rua Silvino Ciarini, nº. 530, sala A, bairro Industriários, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu sócio, Sr. Kleber Luiz Libano, brasileiro, casado, sócio-administrativo, RG nº. 14/R. 2.699.456-9, CPF nº. 848.629.399-53, residente e domiciliado na rua Silvino Ciarini, nº. 530, bairro Industriários, Concórdia, SC. para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 007/2016 - FMS, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de absorventes e fraldas descartáveis geriátricas e fraldas descartáveis infantis, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 54.030,00 (cinquenta e quatro mil e trinta reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 28/06/2016, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 27/06/2017.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 007/2016 - FMS, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Seara, SC., 28/06/2016.

Laci Grigolo Kleber Luiz Libano
Prefeita Municipal Objetiva Com. de Eq. Ltda - ME
Município de Seara Contratada

Odair José Felipe
Secretário Municipal da Saúde

LEI COMPLEMENTAR Nº 67 - ANEXO I

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

ANEXO I - LEI COMPLEMENTAR Nº 27/2008
(Lei Complementar nº 67, de 28 de junho de 2016)

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO "B": SERVIÇOS TÉCNICO E CIENTÍFICO

Cargo	Abreviatura do Cargo	Horas Semanais		Nível	Número de Vagas
.....
Contabilista	CONTA	40	Horas	311	1
.....
Técnico de Controle Interno	TCI	40	Horas	313	1
.....

Seara/SC, de 28 de Junho de 2016

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

ANEXO I - CARGOS PROV EFETIVO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 012/2016 – FMS.

Fundo Municipal da Saúde de Seara

Processo Licitatório nº. 012/2016 – FMS.

Edital de Pregão Presencial nº. 009/2016 – FMS – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., através da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 13/07/2016, "envelope de credenciamento, da proposta, e documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de medicamentos, destinados a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Seara - SC. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município e informações pelos telefones (49) 3452-8327 e 3452-8328.

Seara, SC, 29 de junho de 2016.

Odair José Felipe

Secretário Municipal de Saúde

ITENS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016 - FMS

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 9/2016 Licitação: 7/2016 - PR Data da Homologação: 28/06/2016									
Fornecedor: 11081 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME									
1	35118	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA MODERA E INTENSA PARA USO ADULTO COM COBERTURA FILTRANTE SUAVE, FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS E ELÁSTICOS NAS PERNAS, FORMATO ANATÔMICO. ESPECIFICAÇÕES: TAMANHO MÉDIO, CINTURA 80 A 115CM, PESO 40 A 70KG, QUATRO FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS, BARREIRAS ANTI-VAZAMENTO, ATÓXICA, COM GRANDE SUAVIDADE E CONFORTO, INDICADOR DE UMIDADE/TROCA, MUDA DE COR AO CONTATO COM O LÍQUIDO E INDICA QUANDO A FRALDA PODE SER TROCADA, PACOTE COM 10 UNIDADES. COMPOSIÇÃO: POLPA DE CELULOSE, POLÍMERO SUPERABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, NÃO TECIDO DE FIBRAS POLIPROPILENO, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS FIOS DE ELASTANO E FITAS ADESIVAS.	NATURAL MASTER	PCTE	1.650.000	0,0000	13,2000	21.780,00	Venceu
3	4292	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA MODERA E INTENSA PARA USO ADULTO COM COBERTURA FILTRANTE SUAVE, FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS E ELÁSTICOS NAS PERNAS, FORMATO ANATÔMICO. ESPECIFICAÇÕES: TAMANHO GRANDE, CINTURA 115 A 150CM, PESO 70 A 90KG, QUATRO FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS, BARREIRAS ANTI-VAZAMENTO, ATÓXICA, COM GRANDE SUAVIDADE E CONFORTO, INDICADOR DE UMIDADE/TROCA, MUDA DE COR AO CONTATO COM O LÍQUIDO E INDICA QUANDO A FRALDA PODE SER TROCADA, PACOTE COM 8 UNIDADES. COMPOSIÇÃO: POLPA DE CELULOSE, POLÍMERO SUPERABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, NÃO TECIDO DE FIBRAS POLIPROPILENO, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS FIOS DE ELASTANO E FITAS ADESIVAS.	NATURAL MASTER	PCTE	1.800.000	0,0000	12,9000	23.220,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	----------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Data da Homologação: 28/06/2016

Nr. do Processo: 9/2016 Licitação: 7/2016 - PR
Fornecedor: 11081 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

5	4295	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA MODERA E INTENSA PARA USO ADULTO COM COBERTURA FILTRANTE SUAVE, FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS E ELÁSTICOS NAS PERNAS; FORMATO ANATÔMICO. ESPECIFICAÇÕES: TAMANHO EXTRA GRANDE, CINTURA 120 A 165CM, PESO ACIMA DE 90KG, QUATRO FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS, BARREIRAS ANTI-VAZAMENTO, ATÓXICA, COM GRANDE SUAVIDADE E CONFORTO, INDICADOR DE UMIDADE/TROCA, MUDA DE COR AO CONTATO COM O LÍQUIDO E INDICA QUANDO A FRALDA PODE SER TROCADA, PACOTE COM 7 UNIDADES, COMPOSIÇÃO: POLPA DE CELULOSE, POLÍMERO SUPERABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, NÃO TECIDO DE FIBRAS POLIPROPILENO, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS FIOS DE ELASTANO E FITAS ADESIVAS.	NATURAL MASTER	PCTE	700,000	0,0000	12,9000	9,030,00	Venceu
---	------	--	----------------	------	---------	--------	---------	----------	--------

Total do Fornecedor -----> 4,150,000 54,030,00

Seara, 28 de Junho de 2016.

ITENS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2016 - FMS

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 9/2016 Licitação: 7/2016 - PR Data da Homologação: 28/06/2016									
Fornecedor: 11831 - MEGHA - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA - EP									
4	35119	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA MODERA E INTENSA PARA USO ADULTO COM COBERTURA FILTRANTE SUAVE, FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS E ELÁSTICOS NAS PERNAS, FORMATO ANATÔMICO. ESPECIFICAÇÕES: TAMANHO PEQUENO, CINTURA 50 A 80CM, PESO 30 A 40KG, QUATRO FITAS ADESIVAS REPOSICIONÁVEIS, BARREIRAS ANTI-VAZAMENTO, ATÓXICA, COM GRANDE SUAVIDADE E CONFORTO, INDICADOR DE UMIDADE/TROCA, MUDA DE COR AO CONTATO COM O LÍQUIDO E INDICA QUANDO A FRALDA PODE SER TROCADA, PACOTE COM 12 UNIDADES. COMPOSIÇÃO: POLPA DE CELULOSE, POLÍMERO SUPERABSORVENTE, FILME DE POLIETILENO, NÃO TECIDO DE FIBRAS POLIPROPILENO, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS FIOS DE ELASTANO E FITAS ADESIVAS.	NATURAL MASTER	PCTE	600,000	0,0000	12,0000	7.200,00	Venceu
6	35116	FRALDA DESCARTÁVEL, TAMANHO EXTRA GRANDE INFANTIL, COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: FILME DE POLIETILENO, PAPEL ABSORVENTE, POLPA DE CELULOSE, FITA ADESIVA, NÃO TECIDO DE POLIPROPILENO, SUPERABSORVENTE, ELÁSTICO, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS (VALOR POR FRALDA).	DRY	UN	250,000	0,0000	0,5100	127,50	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 2/2

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Colada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<div><div>Nr. do Processo: 9/2016</div><div>Fornecedor: 11831 - MEGHA - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA - EP</div><div>Licitação: 7/2016 - PR</div><div>Data da Homologação: 28/06/2016</div></div>									
7	41525	FRALDA DESCARTÁVEL, TAMANHO MEDIO INFANTIL, COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: FILME DE POLIETILENO, PAPEL ABSORVENTE, POLPA DE CELULOSE, FITA ADESIVA, NÃO TECIDO DE POLIPROPILENO, SUPERABSORVENTE, ELÁSTICO, ADESIVOS TERMOPLÁSTICOS (VALOR POR FRALDA).	DRY	UN	500,000	0,0000	0,4900	245,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			7.572,50	

Seara, 28 de Junho de 2016.

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 111/2016

DECRETO Nº 111/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016

"Dispões sobre a homologação do Concurso Público nº 01/2016 e dá outras providências".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta/SC, no uso de suas atribuições e conforme dispõe a legislação em vigor,

DECRETA

Artigo 1º. Fica homologado o Resultado Definitivo do Concurso Público do NASF concernente ao edital nº 01/2016, à vista do relatório apresentado para preenchimento de cargos públicos, consagrando-se como exatos e definitivos os resultados da listagem apresentada no anexo I, deste Decreto.

Artigo 2º. O Concurso Público terá a validade de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período para atender aos interesses da administração municipal.

Artigo 3º. As vagas existentes ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Concurso Público serão preenchidas mediante convocação, nos termos de edital, conforme a necessidade e disponibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

Artigo 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 29 de junho de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal De Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

ANEXO I.

ENFERMEIRO DO NASF

	NOME	NOTA TOTAL	CONHEC_ ESPECÍFICOS	CONHEC. GERAIS	MAT	PORT	CLAS. PREL.
1077	LUCIA FUZINATTO	7,5	3,75	1	0,75	2	1st.
1059	RAFAELA BEDIN	6,25	2,75	1	0,75	1,75	2nd.
1060	JOZIANE PELINZON	6	2,75	1	0,25	2	3rd.
1004	ADRIANA BELOLLI PRIOR	6	2,5	0,5	1	2	4th.
1068	ANDRESSA LAIARA FERRONATTO	5,5	2,5	1	0,5	1,5	5th.
770	ADRIANE ZANARDI	5,25	2	1	0,5	1,75	6th.
1017	ALINE LEMES DE SOUZA	5,25	1,75	0,75	0,5	2,25	7th.
1014	DAYANE ANDRÉIA DIEHL	4,75	2	0,25	0,5	2	-
1103	MARCIANI WACHTER DREWS	4,5	2	1	0,25	1,25	-
1086	AGATA PAULA VALMORBIDA	4,5	1,25	0,5	0,5	2,25	-
1072	MAIARA DAIS SCHOENINGER	4,25	2,25	0,5	0,25	1,25	-
812	JAQUELINE DE ALMEIDA SOUZA	4,25	2	0,75	0,5	1	-
1018	CASSIANO LAGO	4	1,5	0,25	0,5	1,75	-
1097	TATIANE VANESSA GEMELLI	3,75	1,75	0,5	0,5	1	-
745	TALITA MARIA CADONÁ	3,75	1	0,75	0,5	1,5	-
1113	DIANA SIMON	3,75	1	1	0,5	1,25	-
1085	JAQUELINE VESCHENFELLES	3,5	1,75	0,25	0,5	1	-
657	JAQUELINE TERESINHA LUNKES	3,25	0,75	0,5	0,5	1,5	-
1048	ANDRESSA DOS SANTOS MAYER	2	0,75	0,5	0,25	0,5	-
1122	DEISI DEOTTI TASCA	AUSENTE					-

FISIOTERAPEUTA DO NASF

	NOME	NOTA TOTAL	CONHEC_ ESPECÍFICOS	CONHEC_ GERAIS	MAT	PORT	CLAS. PREL.
749	FERNANDO DE OLIVEIRA	8	4,25	1	0,75	2	1º
1003	CARLLA ANDREIA HENCHEN	6,25	3,25	0,5	0,5	2	2º
1019	TATIANA TONEL	6	3,75	1	0,75	0,5	3º

1074	JUSSARA INDIANA CASSOL	6	3,5	0,75	0,25	1,5	4º
815	FLAVIA BERGER RANSAN	5,75	2,25	1,25	0,75	1,5	5º
1031	JULIANO FRITZEN	5,5	2,25	1,25	0,5	1,5	6º
1038	LAÍS CASAGRANDE NOGUEIRA	5,25	2,5	0,75	0,75	1,25	7º
1064	JOKASTA HOSS	4,75	2	1,25	0,75	0,75	-
1096	CAMILA MABEL SGANZERLA	4,5	1,75	0,75	0,5	1,5	-
1071	EVELINE POLETTO CAMARA	3,75	1,75	0,5	0,5	1	-
836	ALEXANDRA DA SILVA	3,75	1,75	0,25	0,75	1	-
1095	ANDELIZE BONADIMAN	3,5	1,25	0,25	0,5	1,5	-
1081	FLAVIA THAIS ECKERT	3,25	1,5	0,25	0,5	1	-
1043	CAIANO FORNASARI	AUSENTE					-
925	BRUNA CASSOL DAGA	AUSENTE					-

NUTRICIONISTA DO NASF

	NOME	NOTA TOTAL	CONHEC_ ESPECÍFICOS	CONHEC_ GERAIS	MAT	PORT	CLAS. PREL.
645	FERNAN JÚNIOR TASCA	8	4,25	1	0,75	2	1º
724	GABRIELA REGINA PINTO	8	4	0,75	0,75	2,5	2º
1088	DANIELA MARQUES ECKERT	8	3,75	1	1	2,25	3º
1062	ANGÉLICA WERLANG DA CRUZ	7,5	3,75	1	0,75	2	4º
1047	MAITÊ DACROCE	6,75	4,25	0,75	0,5	1,25	5º
748	CRISTINA INES SCHMITZ	6,5	3,5	0,75	0,5	1,75	6º
1101	ALESSANDRA CARLA SIMON ALBANI	6,25	3,25	0,75	0,25	2	7º
649	CAROLINE KUHN	6,25	3,25	1	0,5	1,5	8º
1024	CARINE APARECIDA FACHIN	6	3,5	0,75	0,75	1	9º
1066	MONIKE DA SILVEIRA DE MENEZES	6	2,75	1	0,25	2	10º
1036	FLÁVIA JANE TESSER	6	2,5	0,5	0,75	2,25	11º
1110	FLÁVIA REGINA SCHINATO	6	2,5	1	0,5	2	12º
1037	ALINE LUIZA FÜHR	6	2,5	0,75	1,25	1,5	13º
1082	NEIDE ARTIFON	5,75	2,75	0,5	0,25	2,25	14º
1022	ANA CAROLINA PONTES RODRIGUES	5,75	2,5	1	0,5	1,75	15º
638	FRANCIELI ORSO BUGALHO	5,5	2,75	0,75	0,5	1,5	16º
923	FERNANDA GUARDA	5,5	3,25	0,75	0,5	1	17º
667	FABIANE CARLA COSTACURTA	5,25	3,25	0,5	0,5	1	18º
1087	PÂMELA PAOLA MEZZOMO	5,25	3,25	0,75	0,5	0,75	19º
681	KELLY SCARLET BASSANI	5,25	3	0,5	0,25	1,5	20º
1093	FERNANDA REITER	5,25	2,75	0,5	0,5	1,5	21º
1069	ANDRESSA LAÍS ARIOTTI	5,25	2,75	0,75	0,75	1	22º
1084	GRAZIELI ALINE KUNST	5	3	0,5	0,75	0,75	23º
629	PATRÍCIA PIOVESAN BONETI	5	2,5	0,5	0,5	1,5	24º
1034	SIMONE FACHIN	5	2,5	0,5	0,5	1,5	25º
651	CARLA PARIZOTTO	4,75	2,75	0,25	0,5	1,25	-
1052	MAYCON FELIPE BACKES	4,75	2,25	0,75	0,5	1,25	-
1044	MAIARA ALINE BIANCHETTO	4,5	2,75	0,5	0,25	1	-
1009	PATRICIA PAULETTI	4,5	2,5	0,75	0,25	1	-
1104	RAQUEL KUHN	4,25	1,75	1	0,5	1	-
1112	FRANCIELI CASSOL	4	2,5	0,75	0,25	0,5	-
1010	JUSSARA ALGAYER	4	2,25	0,5	0,25	1	-
642	JANICE SALVALAGGIO	3,75	2,5	0,25	0,25	0,75	-
1057	ELISA DA SILVA	AUSENTE					
1115	RONAN MICHAEL MALLMANN	AUSENTE					

PSICÓLOGO DO NASF

	NOME	NOTA TOTAL	CONHEC_ ESPECÍFICOS	CONHEC_ GERAIS	MAT	PORT	CLAS. PREL.
726	CRISTIANE MARTINI	8,75	5	1,25	0,5	1,75	1º
1007	KARINE ZAMBIAZI	7,5	4,5	1,25	0,25	1,5	2º
1027	GIANFRANCESCO MENEGHINI	7	3,5	0,75	1	1,75	3º
1119	DIANILÉIA FABRIS	7	3,25	1,25	0,25	2,25	4º
1070	SOLANGE KAPPES	6,75	3,75	1	0,25	1,75	5º

1100	DALVANA ZAGO	6,75	3,5	0,5	0,75	2	6º
1049	ANA PAULA SAVAGNAGO	6,75	3,5	0,75	0,5	2	7º
1040	GABRIELA TRAINOTTI NIENOV	6	3,5	0,5	0,5	1,5	8º
1090	CAMILA VIER	6	2,75	0,75	0,5	2	9º
1050	PAULA ROBERTA PALOMBIT	5,75	3,5	0,5	0,25	1,5	10º
1016	TAMARA KASSIA MARAFON	5,75	3,5	0,75	0,5	1	11º
751	PÂMELA KOCH	5,75	3,25	0,5	0,5	1,5	12º
1106	SOFIA LAURA CHIUZA BEILNER	5,75	2,75	0,5	0,5	2	13º
1111	NOELI FÁTIMA WILLENS SANTOLIN	5,75	2,75	1	1	1	14º
1109	KETHLIN CARRARO	5,5	3	0,5	0,25	1,75	15º
686	VANESSA FICAGNA	5,5	2,75	0,75	0,5	1,5	16º
1080	JUSIENE DENISE LAUERMANN	5,5	2	0,75	0,75	2	17º
1120	DAIANE ASCARI	5,25	2,75	0,5	0,5	1,5	18º
1029	PAMELA PANSERA	5,25	2,75	0,5	0,5	1,5	19º
756	PRISCILA ROSEGHINI	5,25	2,25	0,75	0,5	1,75	20º
1039	JUSSARA CONSOLADORA COLLE	5,25	2	0,5	1	1,75	21º
1020	MARIANE SIMIONATO	5,25	2,25	0,5	1	1,5	22º
1011	ANDRÉ FELIPE DE CASTRO MELO	5,25	2,25	1	0,5	1,5	23º
682	DAIANE SZYMANSKI	5	2,5	0,75	0,25	1,5	24º
1002	CAMILE HASLINGER	5	2	0,5	0,75	1,75	25º
1098	FLÁVIA PAULA WERNER	5	2,25	0,75	0,5	1,5	26º
680	CARLOS HUDSON BRANDÃO	5	2,25	1	0,25	1,5	27º
1116	MICHELI CARLA BORTOLOTTI	5	2,5	1	0,5	1	28º
1078	PATRICIA TOMAZELLI	4,75	2,25	0,25	0,5	1,75	-
1026	MARIANE DALLASTRA GODARTH	4,75	2,25	0,25	0,5	1,75	-
1012	CLECI FÁTIMA FRANCISCON	4,5	1,75	0,75	0,75	1,25	-
666	SHEILA CARINE BACH	4,5	3	0,5	0,25	0,75	-
819	ELISANDRA NEU	4,5	2,5	0,5	0,5	1	-
1065	SABRYNA JOANE TAROUÇO	4,5	3,25	0,75	0,25	0,25	-
1107	DIANES MOCELIN	4,5	2,75	0,5	0,25	1	-
1102	IVANIR ELOI DREWS	4,5	2,5	1	0,5	0,5	-
1035	MANÉLY PETTER	4,5	2,5	0,5	0,25	1,25	-
1023	THAIS FERRARI	4,5	2,75	0,75	0,25	0,75	-
1094	RENATA LAIS SOLIVO	4,25	2,25	0,75	0,25	1	-
754	ANA LUIZA COPINI	4,25	2,25	0,5	0,75	0,75	-
781	CARINE BRUNETO	4,25	2,25	0,75	0,75	0,5	-
1058	ANA PAULA DE OLIVEIRA	4,25	2,25	0,25	0,25	1,5	-
644	NAIANA PAULA DONIDA	4,25	2,25	0,5	0,5	1	-
1028	KERLY MARIA MONTIEL	3,75	2,25	0,25	0,75	0,5	-
1063	EDRISA PALAORO	3,5	2	0,5	0,25	0,75	-
1056	CRISTIÉLI TERESINHA BRINGHENTI	3,5	1,5	0,5	0,25	1,25	-
1021	DANIELI JÚLIA STRAPAZZON	3,5	1	0,5	0,75	1,25	-
900	JULIANE ANDRÉA PROBST	3,25	2	0,5	0,25	0,5	-
1121	DULCIANA BORTOLI KROTH	3,25	1,25	0,25	0,5	1,25	-
764	CRISTIANE WICKERT	3,25	1,25	0,75	0,5	0,75	-
1032	EDUARDO PAVAN GUERREIRO	AUSENTE					
1091	KARINE BOESING MALDANER	AUSENTE					
700	ELIANE ZAMARCHI	AUSENTE					
1099	PATRICIA PARIZE MAROCCO	AUSENTE					
1117	ITAMARA SCARIOT BRUTSCHER	AUSENTE					

Serra Alta, 29 de junho de 2016.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

DEC. 260/2016

DECRETO Nº 260, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIÓ – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIÓ, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). na seguinte dotação orçamentária:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.020 – Atendimento de Saúde Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.3070(21) - Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 70.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 27 de junho de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

EDITAL CONVOCAÇÃO 0029/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 029/2016

PROCESSO SELETIVO - EDITAL 001/2016 (SAÚDE)

Pelo presente Edital, o Prefeito Municipal de Sombrio, Sr. ZÊNIO CARDOSO, vem a público convocar o candidato aprovado no Processo Seletivo – 001/2016, (SAÚDE), abaixo relacionados, sendo que o referido candidato deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sombrio, munidos dos documentos exigidos pelo Edital de Processo Seletivo Edital nº. 001/2016, (Saúde), para contratação imediata:

01- AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE(CENTRO)

Nome do Candidato	Classificação
Rita Aparecida Pedroso	1
Ivete Moraes de Freitas	2
Daiane de Moraes Pereira	3
Murylo Pedro Cardoso	4
Maria Beatriz G. Floriano	5
Deise Silvano Daros	6
Wellerson Pedroso Pereira	7
Sinara Cunha Carminatti	8

01- AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE(SÃO LUIS)

Nome do Candidato	Classificação
Rodrigo C. Santos Nunes	1
Carine Correa de Brito	2
Rosilene dos Santos	3
Keli S. Nunes Santos	4
Dielia dos Santos	5
Edina T. P. Matos Pereira	6
Marta Santos de Brito	7
Cleiton Antônio Vaess	8

01- AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE(GUARITA)

Nome do Candidato	Classificação
Patricia Teixeira de Souza	1
Angelita Rodrigues Farias	2
Jailto de Santana Pereira	3
Davina Alexandre Gomes	4
Teresinha Ferreira Serafim	5
Maria de L. S. Godinho	6
Lisandra F.; de Oliveira	7

01- AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE(JANUÁRIA)

Nome do Candidato	Classificação
Nateli da Rosa Gomes	1
Tatiane de S. t. dos Santos	2
David A. do Nascimento	3
Denise A. A. Duarte	4
Ivoneite dos Santos Colares	5
Karen Lagarreta de Vargas	6
Sandra Maria de M. Bez	7
Leidiane Fernandes Raupp	8

01- AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE(NOVA BRASÍLIA)

Nome do Candidato	Classificação
Daniela Silveira Gomes	1
Ivanete do Gito	2
Eneci da Silva da Cunha	3
Manoel V. G. da Silva	4
Rosa Generoso Guasseli	5
Silvoneia Maciel Silveira	6
Valdirene da Silva Ortiz	7
Talita Maximo F. da Cunha	8

01- AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE(SÃO JOSÉ)

Nome do Candidato	Classificação
Isabel C. Souza da Silva	1
Daiane P. de Araujo Kramer	2
Vanessa Pereira Rocho	3
Elen Diane P. da Silva	4
Cleiton Marcelo Cardoso	5
Paula D. B. da Cunha Souv	6

01- AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE(BOA ESPERANÇA)

Nome do Candidato	Classificação
Cleia B. Martins Barbosa	1
Isabel Machado dos Santos	2
Tania E. Possamai Santos	3
Jésica Fagundes de Melo	4
Margarete M. Da S. Rabelo	5
Rosane Cardoso Silvano	6
Patrícia Raupp Isoppo	7

02 - AGENTE COMBATE DOENÇAS EPIDEMIOLÓGICAS

Nome do Candidato	Classificação
Mateus de Oliveira Ostjen	1
Rodrigo da S. Raupp	2
Elita da Silva da Cunha	3
Pedro Ramon S. Nunes	4
Ivanusa Borges Santana	5

20 – TÉCNICO DE ENFERMAGEM (SAMU)

Nome do Candidato	Classificação
José Paulo Pereira	1
Eni Silva Martins	2
Samuel de Oliveira Volda	3
Aline Vieira Ficher	4
Lourde Rodrigues Miguel	5

21 – CONDUTOR SOCORRISTA (SAMU)

Nome do Candidato	Classificação
Ricardo da Silva Delfino	1
Mateus Peters Pereira	2
Juliano Lodetti de Aguiar	3
Aires Medeiros Godinho	4
Almides Roberg S. da Rosa	5

Município de Sombrio- SC 29 de Junho de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

LEI 2284/2016

LEI Nº. 2284, DE 28 DE JUNHO DE 2016

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SOMBRIO A RECEBER EM COMODATO, ÁREA DE TERRAS DA DIOCESE DE CRICIUMA – IGREJA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS – DISTRITO DE NOVA GUARITA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO –SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município de Sombrio autorizado a receber, em Comodato, uma área de terras de 10.000m² (dez mil metros quadrados), de propriedade da DIOCESE DE CRICIUMA – IGREJA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, filial à Rua Marginal da BR – 101, Prefeito Santelmo Borba, s/nº, Distrito de Nova Guarita – Sombrio-SC., inscrita no CNPJ nº 02.681.642/0012-81, localizada frente a Oeste na Estrada Geral; fundos a Leste, com os doadores; ao Norte com Avelino José Bitencourt, ao Sul, com José Avelino Bitencourt, medindo 66 metros de frente, Registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Sombrio, Sob a Transcrição nº 9.210, de 09 de março de 1948.

§ 1º A finalidade do Comodato será para o Município realizar a implementação de praça e área de lazer no local.

§ 2º O Contrato de Comodato a ser firmado será pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo.

Art. 2º O imóvel reverterá, sem ônus, ao patrimônio da Diocese de Criciúma – Igreja Nossa Senhora das Graças, se a ele for dada outra destinação que não a prevista no § 1º do art. 1º desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de recursos do orçamento vigente, em dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio, 28 de junho de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 159/2016

DECRETO N° 0159 DE 28 DE JUNHO DE 2016

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CIRLEI MARIA DEMBINSKI ALBANI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal n° 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1°. Fica prorrogado a Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal Cirlei Maria Dembinski Albani, ocupante do cargo de Assessor de Transportes, com lotação Secretaria Municipal de Agricultura, Obras e Transportes pelo período de 21.06.2016 a 25.07.2016, conforme benefício do INSS sob n° 6136819175, em anexo com efeitos a partir de 21.06.2016.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal n° 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 28 de junho de 2016.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT
Chefe de Gabinete

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 145/2016

PORTARIA Nº. 145/2016.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. MARCIA ADRIANI DE OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Municipal Complementar nº 014/2010,

RESOLVE:

Art. 1º. - Conceder Licença Maternidade a Servidora Municipal Sra. MARCIA ADRIANI DE OLIVEIRA, Professora e Técnica Administrativa Educacional, matrículas nº. 286/01 e 286/04, nos termos da Lei Municipal Complementar nº 014/2010 – Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Tigrinhos, pelo período de 180 dias, conforme atestado médico apresentado, a partir de 28 de Junho de 2016.

Lei Municipal Complementar nº 014/2010

Art. 94. À gestante é concedida, mediante inspeção médica realizada por junta médica oficial, licença com vencimento ou remuneração integral pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE JUNHO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e nove de junho de dois mil e dezesseis.

Maicon Bruxel

Agente de Recursos Humanos

Timbé do Sul

SAMAE - TIMBÉ DO SUL

PORTARIA 14/2016

PORTARIA SAMAE N. 14/2016 30 de junho de 2016.

O Sr. Amarildo Scursel Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE :

Encerrar o período de prestação de serviço firmado com a Sr^a Salete Venson D`Agostin Mafioleti para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais conforme a Portaria 03/2016 de 04 de janeiro de 2016.

Registre-se e publique-se.

Amarildo Scursel Alexandre
Diretor do SAMAE.

Registrado e publicado nesta data: 30 de junho de 2016

Juciana Carlessi Burin
Contadora

Timbó

PREFEITURA

PORTARIA NºSEMFA-D1397, DE 19 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA NºSEMFA-D1397, de 19 de maio de 2016.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Joyce Andretti Silva.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora JOYCE ANDRETTI SILVA, ocupante do cargo de Psicólogo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar de 05/05/2016 à 05/06/2016, por trinta e dois (32) dias, conforme Processo RH04-0020;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07 2016 FMS - ULTRASSOM

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016 FMS

OBJETO: aquisição de equipamento de ultrassom renal portátil para acesso venoso/vascular, relacionado ao programa transferência n.º 0000016460, proposta transferência n.º 0000017831, firmado com o Estado de Santa Catarina, por intermédio dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Social. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h30min do dia 14 de julho de 2016. ABERTURA: dia 14 de julho de 2016 às 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 29 de junho de 2016
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde

CERTIDÃO DE RENOVAÇÃO Nº 93 DE 22 DE JUNHO DE 2016.

CERTIDÃO DE RENOVAÇÃO

Nº 93 DE 22 DE JUNHO DE 2016.

RENOVA as aprovações do desmembramento de área urbana, feita pelos decretos: Decreto nº 3.207/2013 de 31/07/2013 e Decreto nº 3.680/2014 de 05/12/2014.

CONSIDERANDO a prescrição do prazo estabelecido pelo art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19/12/79, após reexaminado o planejamento e a documentação apresentada pelo requerente.

Fica renovado o DESMEMBRAMENTO denominado "OTTO LEO HENNINGS", situado no lado par da Rua Guilherme Draeger, distando pelo lado direito do imóvel, 80,70 metros da esquina formada com o lado par da Rua Expedicionário Pedro João Silva, nesta Cidade, com a área de 1.831,08m² (Um mil, oitocentos e trinta e um metros e oito decímetros quadrado), cuja aprovação primeira se deu por força do Decreto nº 3.207/2013 de 31/07/2013, e sua renovação pelo Decreto nº 3.680/2014 de 05/12/2014, e em face da caducidade ocorrida por força do art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, cujo imóvel é de propriedade de OTTO LEO HENNINGS E HELTRUD SCHUTZE HENNINGS, conforme matrícula nº 22.562, livro 2.

Esta certidão revalida os decretos: Decreto 3.207/2013 de 31/07/2013, e Decreto nº 3.680/2014 de 05/12/2014 e RATIFICA OS DEMAIS

TERMOS.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 23 de junho de 2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Município de Timbó

BÁRBARA LUÍZA POFFO DE AZEVEDO

Arquiteta e Urbanista

CAU A95129-3

DECRETO Nº 4225, DE 20 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 4225, DE 20 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Especial por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 8.014,22.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015 e Lei nº 2836, de 20 de junho de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Especial ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 8.014,22 (oito mil, catorze reais e vinte e dois centavos), autorizado pela Lei nº 2836, de 20 de junho de 2016, mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

16.02.008.244.0087.1411.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.02.008.244.0087.1411.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.02.008.244.0087.1411.	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS – FMAS PROTEÇÃO BÁSICA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.33400	Transf. Convênios-União/Outros não Rel.	3.920,23
0.30000	Recursos Ordinários	4.093,99
	TOTAL	8.014,22

Art. 2º O Crédito Especial de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4226, DE 20 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 4226, DE 20 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 15.000,00. O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, à conta de anulação no valor total de R\$ 15.000,00 conforme segue:

I – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 5.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

16.02.008.244.0087.2274.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.02.008.244.0087.2274.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.02.008.244.0087.2274.	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000,00

	TOTAL	5.000,00
--	-------	----------

b) SUPLEMENTAÇÃO

16.02.008.244.0087.2274.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.02.008.244.0087.2274.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.02.008.244.0087.2274.	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS DECORRENTES DE OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000,00
	TOTAL	5.000,00

II – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 10.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

16.03.008.244.0088.2284.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.03.008.244.0088.2284.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA	
16.03.008.244.0088.2284.	SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AS FAMÍLIAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
	TOTAL	10.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

16.03.008.244.0088.2284.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.03.008.244.0088.2284.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA	
16.03.008.244.0088.2284.	SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AS FAMÍLIAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS DECORRENTES DE OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
	TOTAL	10.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4227, DE 22 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 4227, DE 22 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 15.000,00. O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2016:

16.03.008.244.0088.2284.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.03.008.244.0088.2284.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA	
16.03.008.244.0088.2284.	SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AS FAMÍLIAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	15.000,00
	TOTAL	15.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

16.03.008.244.0088.2284.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.03.008.244.0088.2284.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA	
16.03.008.244.0088.2284.	SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AS FAMÍLIAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	RECURSOS ORDINÁRIOS	15.000,00
	TOTAL	15.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4228, DE 22 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 4228, DE 22 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 448.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015 e Lei nº 2837, de 20/06/2016,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2016:

02.01.004.122.0010.2004.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.01.004.122.0010.2004.	ASSESSORIA DO GABINETE	
02.01.004.122.0010.2004.	MAN. DOS GABINETES E ASSESSORIAS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
445000.00	TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	125.000,00
	TOTAL	125.000,00
06.03.020.606.0034.1039.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.1039.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.1039.	MELHORAMENTO DA FROTA DA PATRULHA MECANIZADA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	78.000,00
	TOTAL	78.000,00
06.03.020.606.0034.1041.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.1041.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.1041.	INCENTIVOS E MODERNIZAÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	115.000,00
	TOTAL	115.000,00
08.01.015.452.0050.1063.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.1063.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.1063.	FROTA DE VEICULOS E MAQUINAS SEOS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	130.000,00
	TOTAL	130.000,00
	TOTAL GERAL PMT	448.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 448.000,00 (quatrocentos e quarenta e oito mil reais), autorizado pela Lei nº 2837, de 20 de junho de 2016, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

03.05.028.843.0005.0002.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.843.0005.0002.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.843.0005.0002.	DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
460000.00	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	
469000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	223.000,00
	TOTAL	223.000,00
06.01.022.661.0030.1031.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.1031.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.1031.	MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SECRETARIA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	55.000,00
	TOTAL	55.000,00
07.01.015.121.0040.2082.	SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE	
07.01.015.121.0040.2082.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.2082.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	50.000,00
	TOTAL	50.000,00
08.02.026.451.0052.1065.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.02.026.451.0052.1065.	OBRAS MUNICIPAIS	
08.02.026.451.0052.1065.	PAVIMENTAÇÕES, DRENAGENS, CALÇADAS E CICLOVIAS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	120.000,00
	TOTAL	120.000,00
	TOTAL GERAL	448.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4229, DE 23 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 4229, DE 23 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 880.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015 e Lei nº 2837, de 20/06/2016,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2016:

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	600.000,00
	TOTAL	600.000,00
15.01.010.301.0070.1151.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.1151.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.1151.	FROTAS DE VEÍCULOS AB	

400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	30.000,00
	TOTAL	30.000,00
15.02.010.302.0072.1157.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.1157.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.1157.	FROTA DE VEÍCULOS MAC	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	250.000,00
	TOTAL	250.000,00
	TOTAL GERAL FMS	880.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 880.000,00 (oitocentos e oitenta mil reais), autorizado pela Lei nº 2837, de 20 de junho de 2016, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.03.010.303.0076.2170.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.03.010.303.0076.2170.	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
15.03.010.303.0076.2170.	MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	150.000,00
	TOTAL	150.000,00
15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	350.000,00
	TOTAL	350.000,00
15.01.010.301.0070.2152.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2152.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2152.	MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	100.000,00
	TOTAL	100.000,00
15.01.010.301.0070.2154.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2154.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2154.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE BUCAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	100.000,00
	TOTAL	100.000,00
15.04.010.304.0074.2166.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.04.010.304.0074.2166.	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
15.04.010.304.0074.2166.	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	80.000,00
	TOTAL	80.000,00
15.04.010.305.0074.2168.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.04.010.305.0074.2168.	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
15.04.010.305.0074.2168.	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	

319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	50.000,00
	TOTAL	50.000,00
15.05.010.122.0078.2176.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.05.010.122.0078.2176.	GESTÃO DO SUS	
15.05.010.122.0078.2176.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	50.000,00
	TOTAL	50.000,00
	TOTAL GERAL FMS	880.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4230, DE 23 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 4230, DE 23 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 325.500,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, à conta de anulação no valor total de R\$ 325.500,00 conforme segue:

I – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 27.500,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

02.01.004.122.0010.2004.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.01.004.122.0010.2004.	ASSESSORIA DO GABINETE	
02.01.004.122.0010.2004.	MAN. DOS GABINETES E ASSESSORIAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	27.500,00
	TOTAL	27.500,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

02.01.004.122.0010.2004.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.01.004.122.0010.2004.	ASSESSORIA DO GABINETE	
02.01.004.122.0010.2004.	MAN. DOS GABINETES E ASSESSORIAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	27.500,00
	TOTAL	27.500,00

II – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 150.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

03.05.028.843.0005.0002.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.843.0005.0002.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.843.0005.0002.	DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
460000.00	AMORTIAÇÃO DA DIVIDA	
469000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	

0.10000	VINCULO LIVRE	150.000,00
	TOTAL	150.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

03.05.028.843.0005.0002.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.843.0005.0002.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.843.0005.0002.	DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
329000.00	JUROS E ENCARGOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	150.000,00
	TOTAL	150.000,00

III – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 120.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

06.03.020.606.0034.2072.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	120.000,00
	TOTAL	120.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

06.03.020.606.0034.2072.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	120.000,00
	TOTAL	120.000,00

IV – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 28.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	MAN. DO DEPARTAMENTO JURIDICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	28.000,00
	TOTAL	28.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	MAN. DO DEPARTAMENTO JURIDICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	28.000,00
	TOTAL	28.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4224, DE 13 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 4224, DE 13 DE JUNHO DE 2016

Prorroga para 31 de dezembro do corrente, o prazo estabelecido no Decreto nº 4184, de 13/04/2016, que declara situação emergencial no Município e autoriza a contratação temporária de servidores para manutenção dos serviços públicos considerados essenciais.

O Prefeito de Timbó/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, incisos VII, X, XVIII e XXIII, c/c art. 70, inciso I, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e com fundamento no artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal e nos artigos 1º e 2º, incisos I, IV, V e VIII da Lei nº 2.045, de 22/12/1998 e alterações, e nos termos da Lei Federal nº 9.504 de 30 de setembro de 1997; e

Considerando que a Lei nº 2.439, de 02 de dezembro de 2009, alterou a Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998, para possibilitar a contratação temporária na hipótese de ausência de candidatos aprovados em concurso público ou processo seletivo;

Considerando que nos últimos concursos públicos e processos seletivos do Executivo não se obteve número suficiente de candidatos inscritos e aprovados para preencher a demanda mínima necessária à manutenção dos serviços da administração direta e indireta (autarquia e fundações);

Considerando que nos anos de 2013 a 2015 a municipalidade adequou a legislação de regência dos cargos, inclusive para viabilizar maior acesso de candidatos às vagas;

Considerando a vacância temporária de cargos públicos sem a possibilidade de preenchimento efetivo face às licenças concedidas a servidores públicos nos termos do art. 90 e incisos da LC nº 01/93;

Considerando a necessidade de manutenção e/ou continuidade das atividades da Administração direta e indireta, principalmente diante da essencialidade e exclusividade dos serviços postos à comunidade;

Considerando que por força da ausência de candidatos aprovados foi declarada situação emergencial no Município e autorizada a contratação temporária de servidores para manutenção dos serviços públicos essenciais através do Decreto nº 4184 de 13/04/2016;

Considerando que mesmo com a realização anual de concurso público (01/2013, 01/2014), não houve o preenchimento do número mínimo de vagas necessárias a manutenção dos serviços, impondo contratações temporárias;

Considerando que o concurso público instaurado em 2015 através da Portaria nº 1782, de 19 de outubro de 2015 ainda não se concluiu;

Considerando que a Lei Federal nº 9.504 de 30/09/1997 (estabelece normas para as eleições) proíbe contratação nos três meses que antecedem o pleito (02/07/16). In verbis:

"Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais: (...) V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados:

a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança; b) a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República; c) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo; d) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo; e) a transferência ou remoção ex officio de militares, policiais civis e de agentes penitenciários."

Considerando que o item 3.5 (Admissão e Demissão de Servidor) do Decreto nº 4091, de 29/01/16 (aprova o Manual de Comportamento dos Agentes Públicos da Administração Municipal para as Eleições de 2016) estabelece restrições para nomeação, admissão, demissão e movimentação de servidores públicos aplicáveis ao Município a partir de 02/07/16;

Considerando que a partir da subscrição deste ato administrativo não há prazo hábil para a correta efetivação das contratações por concurso público sem que haja prejuízos ao cumprimento das atividades essenciais;

Considerando a supremacia do interesse público e os demais princípios afetos a Administração Pública, em especial a razoabilidade, economicidade e eficiência;

Considerando que com a manutenção da contratação temporária a municipalidade busca zelar pelo pleno e integral atendimento das necessidades do cidadão, cumprindo assim com as disposições legais (em especial as relativas às condutas vedadas em ano eleitoral) e as condições editalícias do concurso público,

DECRETA:

Art.1º Fica prorrogado para 31/12/2016 o prazo estabelecido no art. 1º do Decreto nº 4184, de 13/04/2016, (Declara situação emergencial no Município e autoriza a contratação temporária de servidores para manutenção dos serviços públicos considerados essenciais).

Art.2º Ficam ratificados todos os demais termos do Decreto nº 4184, de 13/04/2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 05 2016 FMS - MEDICAMENTOS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2016 - FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de medicamentos destinados à distribuição aos usuários do Serviço Municipal de Saúde e consumo interno das Unidades de Saúde e Policlínica de Referência.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda; Prati, Donaduzzi & Cia Ltda; Cointer Material Medico Hospitalar Ltda; Aglon Com. Repr. Ltda; Centermedi-Comercio de Produtos Hospitalares Ltda; Licimed Distribuidora Medicamentos Correlatos e

Produtos Medicos Hospitalares Ltda; Dimaci SC Material Cirurgico Ltda; Ciamed - Distr. Medicamentos Ltda; Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda; Promefarma Repr. Comerciais Ltda; Cristalia Produtos Quimicos Farmaceuticos Ltda; Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda; Sulmedic Comercio de Medicamentos Ltda; La Dalla Porta Junior; Prohosp Distribuidora de Medicamentos Ltda; Dimaster Com. de Prod. Hospitalares Ltda; Cirurgica Santa Cruz Com. de Produtos Hospitalares Ltda; Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda e KFMED Distribuidora de Medicamentos Ltda – Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 817.531,84 (oitocentos e dezessete mil, quinhentos e trinta e um reais e oitenta e quatro centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 28/06/2017

Timbó, 29/06/2016

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

EXTRATO CONTRATO 2016.102 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/102

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADO: Sovrana Engenharia e Construções Ltda Epp

OBJETO: : plena execução (compreendendo material e mão-de-obra), pela CONTRATADA, do projeto para implantação de pavimentação asfáltica e passeio intertravado - Binário da Rua Japão com a Rua Nicarágua, extensão de 137,78 metros, tudo de conformidade com o Edital de Tomada de Preços nº 39/2016.

VALOR R\$ 262.668,51 (duzentos e sessenta e dois mil seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta e um centavos)

PRAZO: 12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA: 28/06/2016

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

LEI Nº 2840, DE 30 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº 2840, DE 30 DE JUNHO DE 2016

Autoriza a suplementação de Crédito Especial de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2016, da Administração Indireta (TIMBOPREV).

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 11.120.000,00 (onze milhões cento e vinte mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação, Crédito Especial e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2805 de 26/11/2015):

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (TIMBOPREV)

17	Timboprev	
001	Administracao do Timboprev	
0009	Previdência Social	
0272	Previdência do Regime Estatutário	
0027	Gestão da previdência social - regime próprio	
2126	MANUTENÇÃO DOS INATIVOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
010000	Recursos Ordinários	120.000,00
010300	Contribuição Fundo Previdenciário-RPPS	10.000.000,00
	TOTAL	10.120.000,00
17	Timboprev	
001	Administracao do Timboprev	
0009	Previdência Social	
0272	Previdência do Regime Estatutário	
0027	Gestão da previdência social - regime próprio	
2128	MANUTENÇÃO DOS PENSIONISTAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	

010300	Contribuição Fundo Previdenciário-RPPS	1.000.000,00
	TOTAL	1.000.000,00
	TOTAL GERAL ANULAÇÃO	11.120.000,00

Art. 2º O Prefeito fica autorizado a abrir Crédito Especial, no valor de até R\$ 11.120.000,00 (onze milhões cento e vinte mil reais), à conta da anulação prevista no artigo 1º, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2805 de 26/11/2015)

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (TIMBOPREV)

17	Timboprev	
001	Administracao do Timboprev	
0009	Previdência Social	
0272	Previdência do Regime Estatutário	
0027	Gestão da previdência social - regime próprio	
2126	MANUTENÇÃO DOS INATIVOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
010000	Recursos Ordinários	120.000,00
010300	Contribuição Fundo Previdenciário-RPPS	10.000.000,00
	TOTAL	10.120.000,00
17	Timboprev	
001	Administracao do Timboprev	
0009	Previdência Social	
0272	Previdência do Regime Estatutário	
0027	Gestão da previdência social - regime próprio	
2128	MANUTENÇÃO DOS PENSIONISTAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
010300	Contribuição Fundo Previdenciário-RPPS	1.000.000,00
	TOTAL	1.000.000,00
	TOTAL GERAL SUPLEMENTAÇÃO	11.120.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2841, DE 30 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº 2841, DE 30 DE JUNHO DE 2016

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2016, da Administração Direta.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito fica autorizado a proceder a anulação, no valor de até R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Modalidades de Aplicação, Crédito Especial e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Timbó (Lei nº 2805 de 26/11/2015):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA PMT

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	VINCULO LIVRE	1.000.000,00
	TOTAL	1.000.000,00

Art. 2º O Prefeito Municipal fica autorizado a abertura de crédito suplementar, no valor de até R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais), à conta da anulação prevista no artigo 1º, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades

Orçamentárias do Orçamento-Programa 2016 da Administração Direta do Município de Timbó (Lei nº 2805 de 26/11/2015):

ADMINISTRAÇÃO DIRETA FUNDOS

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	800.000,00
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS DEC. OPER ENTRE ORGÃOS	
0.30000	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	200.000,00
	TOTAL GERAL FMS	1.000.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

LEI Nº 2842, DE 30 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº 2842, DE 30 DE JUNHO DE 2016

Declara de Utilidade Pública a "Associação

de Moradores do Bairro Pomeranos".

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Moradores do Bairro Pomeranos", pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 73.879.595/0001-70, com sede social na Rua Alwin Schumann, s/nº, Bairro Pomeranos, no Município de Timbó.

Art. 2º À entidade de que trata a presente Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1973, DE 19 DE MAIO DE 2016

PORTARIA No 1973, DE 19 DE MAIO DE 2016

Altera temporariamente a carga horária de servidores ocupantes do cargo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de provimento Temporário de Professor, conforme demonstrativo abaixo, para o ano letivo 2016, ou seja:

a) A contar de 01/05/2016:

NOME	CARGA HORÁRIA ATUAL	ALTERAÇÃO	CARGA HORÁRIA TOTAL
Maria Salete Coelho da Rocha	40h/a	20h/a	20h/a

b) De 01/05/2016 a 16/12/2016:

NOME	CARGA HORÁRIA ATUAL	ALTERAÇÃO	CARGA HORÁRIA TOTAL
Patricia do Nascimento Amorim Kleinhempel	20h/a	20h/a	40h/a

c) A contar de 02/05/2016 até término do contrato:

NOME	CARGA HORÁRIA ATUAL	PARA
Cristina Maria Costa Wecker	24h/a	29h/a
Fagner Luiz Silva	30 h/a	37 h/a
Graziela Ropelato	32 h/a	37 h/a
Joelma Demonti Tiso	20 h/a	35 h/a
Monique Vieira Bona	21 h/a	31 h/a
Nadia Seide Zickuhr	20 h/a	35 h/a
Rogéria Aparecida Borges de Lima Ribeiro	19 h/a	28 h/a
Rosalene Teske Henschel	20 h/a	30 h/a
Rosemeri Prusak	20 h/a	40 h/a
Tatiane Patrícia Teske Weege	33 h/a	38 h/a
Tuanny Michelle da Silva Soares	20 h/a	35 h/a
Antônio Cesar Wantowsky	29 h/a	25 h/a

Art.2º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, conforme demonstrativo abaixo, para o ano letivo 2016, ou seja:

a) De 02/05/2016 até 16/12/2016:

NOME	CARGA HORÁRIA ATUAL	ALTERAÇÃO	CARGA HORÁRIA TOTAL
Cleiza Guilande	20 h/a	10 h/a	30 h/a
Cristiane Bonatti	12 h/a	23 h/a	35 h/a
Rafaela Alessandra Schneider Hisching	12 h/a	08 h/a	20 h/a

b) A contar de 01/05/2016:

NOME	CARGA HORÁRIA ATUAL	PARA
Camila Thaisa Alves Bona	40 h/a	31 h/a

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1976, DE 19 DE MAIO DE 2016-REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PORTARIA No 1976, DE 19 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre profissionais lotados na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), referente ao Programa Saúde da Família – PSF.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea “a”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990 e Decreto nº 2703, de 05 de abril de 2012,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR profissionais lotadas na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família – PSF, conforme abaixo relacionados:

NOME	CARGO	A CONTAR DE
Giseli Kuster de Oliveira Gustmann	Técnico em Enfermagem	16/05/2016
Ingrid Lammel Machado	Técnico em Enfermagem	21/03/2016
Luciana Butzke Marconcini	Enfermeiro	01/05/2016

Art.2º DISPENSAR profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família – PSF, conforme abaixo relacionada:

NOME	CARGO	A CONTAR DE
Alyne Schulz	Médico-30h/s	01/05/2016

Art.3º ALTERAR o valor mensal da Indenização por Atividade Especial do Programa Saúde da Família – PSF do profissional abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), passando para:

NOME	CARGO	A CONTAR DE
Jorge Luis Espinosa Samalea	Médico-30h/s	01/05/2016

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1979, DE 20 DE MAIO DE 2016

PORTARIA No 1979, DE 20 DE MAIO DE 2016

Nomeia os membros do Conselho de Assistência Social de Timbó.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, Inciso II, alínea “c”, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei nº 1.713, de 19/12/1994 (em especial o art. 9º e seguintes) e alterações, Resolução nº 237, de 14/12/2006 do Conselho Nacional de Assistência Social, demais dispositivos legais aplicáveis à espécie e,

Considerando que “Os conselheiros representantes da Entidade Governamental, com respectivos suplentes, são indicados pelo Prefeito, devendo obrigatoriamente a indicação de recair em servidores pertencentes às seguintes áreas de atuação: Serviço Social, Saúde, Educação e outras compatíveis com a área de Serviço Social.” (art. 11 da Lei nº 1.713, de 19/12/1994);

Considerando que “Os conselheiros titulares e suplentes de Entidades não Governamentais são escolhidos bienalmente em fórum próprio, convocado pelo Prefeito Municipal,... IV – Considera-se eleitos os 12 (doze) candidatos mais votados, sendo, os seis 6 (seis) primeiros titulares e outros 6 (seis) suplentes;” (art. 14 e inciso IV da Lei nº 1.713, de 19/12/1994);

Considerando o resultado da eleição realizada nos moldes legais para escolha dos membros não governamentais do Conselho de Assistência Social,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR OS MEMBROS DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIMBÓ, composto por 12 (doze) membros titulares e respectivos suplentes governamentais e não governamentais, abaixo relacionados, sem ônus para o Município, para mandato de 2 (dois) anos, a contar de 16 de setembro de 2015:

GOVERNAMENTAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: Titular: Silvia Fernanda Brandt Dalagnolo Suplente: Luciane Giovanela
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE: Titular: Rubia Graziela Tomasoni Suplente: Eduardo Espindola
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO: Titular: Aline Langa Suplente: Lourdes Moser
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: Titular: João Marcelo Pisetta Suplente: Gladis Teresinha Longo Boaventura

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:

Titular: Jean Pierre Bezerra Museka

Suplente: Marlise Theilacker

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

Titular: Euclides Moser

Suplente: Fabiele Elaine Kannenberg

NÃO GOVERNAMENTAIS

TITULARES

1º - Marlene dos Santos, representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó – APAE.

2º - Elenise Pisetta, representante dos trabalhadores do setor.

3º - Jucineide Mengarda Longo, representante dos trabalhadores do setor.

4º - Rita Trisotto Tonolli, representante da Associação de Amparo a Terceira Idade Elze Benz – Ancionato.

5º - Idalina Aparecida dos Santos, representante dos usuários.

6º - Diva Alves da Silva, representante dos usuários.

SUPLENTE

1º - Sharly Menestrina Poltronieri, representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó – APAE.

2º - Nailda Bueno de Oliveira Viebrantz, representante dos trabalhadores do setor.

3º - Clarice Ana Andreazza, representante dos trabalhadores do setor.

4º - Andréia Baldissarelli Maresana - representante da Associação de Amparo a Terceira Idade Elze Benz – Ancionato.

5º - Renaldo Schlei, representantes dos usuários.

6º - Cleide Groth de Oliveira, representante dos usuários.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2007, DE 17 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA No 2007, DE 17 DE JUNHO DE 2016

Exonera o Servidor Público Municipal Atomir Sebastião Rufino, lotado na Administração Direta, a contar de 30 de junho do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo 50, inciso I da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar o Servidor Público Municipal abaixo relacionado, a contar de 30 de junho do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Atomir Sebastião Rufino	Supervisor da Divisão de Obras / CC-3	1990, de 01/06/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2008, DE 17 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA No 2008, DE 17 DE JUNHO DE 2016

Exonera Servidor Público Municipal ocupante de cargo em comissão, lotado na Administração Indireta, a contar de 30 de junho do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art.50, inciso I da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR o seguinte Servidor Público Municipal, a contar de 30 de junho do corrente:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES-FME		
NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Martinho de Souza Filho	Chefe de Divisão / CC-3	1930, de 01/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2009, DE 17 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA No 2009, DE 17 DE JUNHO DE 2016

Exonera Servidor Público Municipal ocupante de cargo em comissão, lotado na Administração Indireta, a contar de 30 de junho do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art.50, inciso I da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR o seguinte Servidor Público Municipal, a contar de 30 de junho do corrente:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME		
NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Wiegold Starke	Chefe de Divisão / CC-3	1935, de 01/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2010, DE 17 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA No 2010, DE 17 DE JUNHO DE 2016

Exonera Servidora Pública Municipal ocupante de cargo em comissão, lotada na Administração Direta, a contar de 30 de junho do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art.50, inciso I da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR a seguinte Servidora Pública Municipal, a contar de 30 de junho do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Márcia da Rocha	Supervisora da Divisão de Indústria, Comércio e Serviços/CC-3	1936, de 01/04/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2011, DE 17 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA No 2011, DE 17 DE JUNHO DE 2016

Exonera Servidora Pública Municipal ocupante de cargo em comissão, lotada na Administração Direta, a contar de 30 de junho do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art.50, inciso I da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR a seguinte Servidora Pública Municipal, a contar de 30 de junho do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Ingrid Wetzel Corrêa	Assessor do Departamento de Ensino / CC-2	923, de 03/03/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO SEMFA-D1393, DE 18 DE MAIO DE 2016

PORTARIA No SEMFA-D1393, de 18 de maio de 2016

Concede Promoção por Desempenho aos servidores da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 15 à 17 da Lei Complementar nº 137, de 02 de Julho de 1998, e Considerando-se o total de pontos atribuídos na Avaliação de Desempenho efetivada pelos superiores hierárquicos dos servidores.

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER PROMOÇÃO POR DESEMPENHO, - aos Servidores ocupantes de cargos efetivos / estáveis, lotados (a) na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a contar de 1º de Maio do corrente, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO				
Nome do(a) servidor(a)	Cargo	Referência salarial anterior	Referência salarial promoção	Processo nº
Christiane Martina Pellin	Auxiliar de Serv. Administrativos	Ref. 030	Ref. 031	RH16-0044
Denielle Cristiane Parno	Auxiliar de Serv. Administrativos	Ref. 031	Ref. 032	RH16-0045
Horst Sonntag	Tec. Em Segurança do Trabalho	Ref. 041	Ref. 042	RH16-0051
Mara Regina Borchardt Klemz	Auxiliar de Serv. Administrativos	Ref. 035	Ref. 036	RH16-0032
Solange Liesemberg	Auxiliar de Serv. Administrativos	Ref. 035	Ref. 036	RH16-0046

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-D1405, DE 30 DE MAIO DE 2016

PORTARIA No SEMFA-D1405, de 30 de Maio de 2016

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal de Saúde				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Joana Elisabeth Nehls Schebeck Teixeira	Dentista	Hum (01)	08.03.2016	RH16-0020
João Alberto Mergen	Médico	Hum (01)	09.05.2016	RH13-0038
Juraci Bueno de Oliveira Sacht	Técnico em Enfermagem	Hum (01)	11.04.2016	RH15-0142
Juraci Bueno de Oliveira Sacht	Técnico em Enfermagem	Hum (01)	28.04.2016	RH15-0142
Magali de Fátima Mergen	Enfermeira	Cinco (05)	11.04.2016	RH12-0122
Mara Rúbia Longo Reuter	Técnico m Enfermagem	Hum (01)	04.04.2016	RH15-0005

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de Maio de 2016; 146o ano de Fundação; 82o ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-D1406, DE 30 DE MAIO DE 2016

PORTARIA No SEMFA-D1406, de 30 de Maio de 2016

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidora ocupante de cargo estatutário.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, à servidora abaixo listada, lotada no Fundo Municipal de Trânsito, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Fundo Municipal de Trânsito				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Djanildo Amarin de Moura	Agente de Trânsito	Hum (01)	22.04.2016	RH16-0061
Lorivan de Mello	Agente de Trânsito	Meio (½)	18.04.2016	RH16-0062
Lorivan de Mello	Agente de Trânsito	Meio (½)	25.04.2016	RH16-0062
Verônica Brandes	Auxiliar Operacional	Hum (01)	15.03.2016	RH11-0179
William Gonzaga Dias	Agente de Trânsito	Hum (01)	04.05.2016	RH16-0063
William Gonzaga Dias	Agente de Trânsito	Cinco horas (05 hrs)	09.05.2016	RH16-0063

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de Maio de 2016; 146o ano de Fundação; 82o ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-D1407, DE 30 DE MAIO DE 2016

PORTARIA No SEMFA-D1407, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, à servidora abaixo listada, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal da Fazenda e Administração				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Kelly Cristina Osti Kannenberg	Atendente Serv. Administrativos	Meio (½)	29.02.2016	RH11-0179
Kelly Cristina Osti Kannenberg	Atendente Serv. Administrativos	Dois (02)	10.03.2016	RH11-0179
Kelly Cristina Osti Kannenberg	Atendente Serv. Administrativos	Hum (01)	24.03.2016	RH11-0179
Kelly Cristina Osti Kannenberg	Atendente Serv. Administrativos	Duas horas (02 hrs)	03.05.2016	RH11-0179
Neuza de Oliveira	Auxiliar Operacional	Hum (01)	07.03.2016	RH15-0168

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de Maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-D1408, DE 30 DE MAIO DE 2016

PORTARIA No SEMFA-D1408, de 30 de Maio de 2016

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados na Secretaria Municipal de Educação do Município de Timbó - SEMED, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal de Educação - SEMED				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Adriana Regina Mafra Persunh	Educadora Infantil	Hum (01)	29.03.2016	RH09-0202
Adriana Regina Mafra Persunh	Educadora Infantil	Hum (01)	15.04.2016	RH09-0202
Alice Aparecida Mota	Auxiliar Operacional	Uma hora e trinta minutos (1:30 hrs)	05.04.2016	RH02-634
Alice Aparecida Mota	Auxiliar Operacional	Hum (01)	19.04.2016	RH02-634
Alice Aparecida Mota	Auxiliar Operacional	Dois (02)	03.05.2016	RH02-634
Andrea Fernandes Gramm	Professor	Hum (01)	20.04.2016	RH02-632
Andrea Fernandes Gramm	Professor	Hum (01)	25.04.2016	RH02-632
Cristiane Henkels Hartmann	Professor	Dois (02)	10.03.2016	RH02-933
Daphne Daiane Fagundes	Professor	Meio (½)	14.04.2016	RH15-0128
Edite Putka	Aux. Recr. Infantil	Hum (01)	18.04.2016	RH14-0180
Edla Janice Perini Nones	Professor	Dois e meio (2 e ½)	06.04.2016	RH10-0052
Edla Janice Perini Nones	Professor	Meio (½)	02.05.2016	RH10-0052

Elise Helene de Souza	Educadora Infantil	Três (03)	24.02.2016	RH03-0260
Evalda de Fátima Baratieri Pompeo	Educadora Infantil	Hum (01)	05.05.2016	RH06-0346
Fabiana Milchert	Aux. Recr. Infantil	Hum (01)	03.02.2016	RH15-0009
Fabiana Sasse Ludwig	Educadora Infantil	Três (03)	06.04.2016	RH06-0279
Fernanda Figurski Osti	Professor	Meio (½)	04.04.2016	RH11-0177
Fernanda Janete Kuhl de Freitas	Aux. Recr. Infantil	Hum (01)	08.03.2016	RH15-0132
Fernanda Janete Kuhl de Freitas	Aux. Recr. Infantil	Quatro (04)	29.03.2016	RH15-0132
Julio Hilário Arpini	Professor	Hum (01)	23.03.2016	RH05-0445
Realdina Ferrari Conzatti	Professor	Hum (01)	03.02.2016	RH16-0064
Rita Fiamoncini Valcanaia	Professor	Dois (02)	28.03.2016	RH04-0083
Rita Fiamoncini Valcanaia	Professor	Meio (½)	13.04.2016	RH04-0083
Maria de Lourdes Ochner Zink	Educadora Infantil	Cinco (05)	18.04.2016	RH12-0107
Sabrina Lippel Cristofolini	Professor	Hum (01)	29.03.2016	RH15-0129
Sandra Regina Cunha de Moura	Educadora Infantil	Duas horas (02 hrs)	15.03.2016	RH02-322
Sandra Regina Dallabona Schmitt	Professor	Meio (½)	15.03.2016	RH09-0229
Scharlene Larsen Kopsel	Aux. Recr. Infantil	Hum (01)	19.02.2016	RH13-0045
Siliane Maria Erban	Educadora Infantil	Hum (01)	07.03.2016	RH16-0059
Siliane Maria Erban	Educadora Infantil	Quatorze (14)	19.03.2016	RH16-0059
Sônia Simone Sdrigotti	Professor	Hum (01)	30.03.2016	RH12-0048
Sonia Vicente	Educadora Infantil	Hum (01)	26.04.2016	RH16-0060
Sonia Vicente	Educadora Infantil	Quinze (15)	04.05.2016	RH16-0060
Tânia Regina Janke Weiss	Educadora Infantil	Hum (01)	20.04.2016	RH14-0122
Tatiana Estefânia Dreger	Aux. Recr. Infantil	Dois (02)	18.02.2016	RH14-0193
Tatiana Estefânia Dreger	Aux. Recr. Infantil	Hum (01)	13.05.2016	RH14-0193
Tereza Cristina Longo Lenzi	Educadora Infantil	Hum (01)	23.02.2016	RH15-0185
Zelinda Kinder	Auxiliar Operacional	Hum (01)	08.03.2016	RH14-0165
Zelinda Kinder	Auxiliar Operacional	Hum (01)	15.03.2016	RH14-0165
Zelinda Kinder	Auxiliar Operacional	Dois (02)	02.05.2016	RH14-0165

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de Maio de 2016; 146o ano de Fundação; 82o ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-D1409, DE 30 DE MAIO DE 2016

PORTARIA No SEMFA-D1409, DE 30 DE MAIO DE 2016

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, ao servidor abaixo listado, no Fundo Municipal Assistência Social de Timbó - FMAS, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Fundo Municipal Assistência Social de Timbó				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Kátia Regina Lazarini Vilvert	Assistente Social	Uma hora e meia (1:30 hrs)	27.04.2016	RH04-0180

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de Maio de 2016; 146o ano de Fundação; 82o ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº FME-40, DE 06 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº FME-40, DE 06 DE MAIO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Fundação Municipal de Esportes.

O Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 194 de 29/12/2000, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013, nº 3506, de 13/06/2014, nº 3679, de 01/12/2014, nº 3852, de 1º de junho de 2015, nº 4047, de 15/12/2015 e nº 4184, de 13/04/2016,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES						
Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos (GA-30)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Larissa Karine Van Bommel Fronza (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Conc.Público/Processo Seletivo)	385611	2	28/12/94	081.721.519-00	35h	06/05/2016 a 30/06/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de maio de 2016; 146o ano de Fundação; 82o ano de Emancipação Política.

MARCIO ELISIO
Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº SEMFA-D1385 DE 02 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº SEMFA-D1385 de 02 de maio de 2016

Concede Auxílio Escolar ao servidor da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito), referente ao 1º semestre de 2016.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder Auxílio Escolar Com base no artigo 66, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pelas Leis Complementares nº 110, de 16/04/97, e nº 139, de 02/07/98, regulamentado pelos Decretos nº 89, de 11/08/98, e nº 02, de 25/01/99,

- Ao servidor da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito), referente ao Primeiro semestre de 2016 - matrícula e mensalidades, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Curso/Semestre	% de Auxílio	Processo
Roger Daniel Peyerl Drews	Educação Física – 4º semestre – UNIASSELVI – EaD	40%	RH15-0163

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D1386 DE 02 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº SEMFA-D1386 de 02 de maio de 2016

Concede Auxílio Escolar à servidora da Secretaria Municipal de Educação, referente ao 1º semestre de 2016.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder Auxílio Escolar Com base no artigo 66, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pelas Leis Complementares nº 110, de 16/04/97, e nº 139, de 02/07/98, regulamentado pelos Decretos nº 89, de 11/08/98, e nº 02, de 25/01/99,

- À servidora da Secretaria Municipal de Educação, referente ao Primeiro semestre de 2016 - matrícula e mensalidades, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Curso/Semestre	% de Auxílio	Processo
Isabel Cristina Ostrowski Tais	Pedagogia- 5º semestre - UNIASSELVI - EAD	40%	RH15-0173

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D1390, DE 12 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº SEMFA-D1390, de 12 de maio de 2016

Concede Licença Prêmio à servidora Ivone Stahnke Zickuhr.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora IVONE STAHNKE ZICKUHR, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 04/11/2010 a 03/11/2015, por trinta dias (02/06/2016 à 01/07/2016), conforme Processo RH16-0056.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D1391, DE 17 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº SEMFA-D1391, de 17 de maio de 2016

Concede Licença Prêmio à servidora Sandra de Sá Teixeira.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora SANDRA DE SÁ TEIXEIRA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 05/02/2009 a 04/02/2014, por trinta dias (01/06/2016 à 30/06/2016), conforme Processo RH16-0057.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D1399, DE 23 DE MAIO DE 2016

PORTARIA Nº SEMFA-D1399, de 23 de Maio de 2016

Declara estável no serviço público municipal os servidores da Secretaria Municipal de Educação, por terem sido aprovados no Estágio Probatório.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.25 da Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, arts. 29 e 32 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterados pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998 e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Declarar estável no serviço público municipal, diante da aprovação no Estágio Probatório e do efetivo cumprimento dos demais requisitos aplicáveis à espécie, inclusive os de ordem legal e constitucional, os seguintes servidores:

Servidor (A)	Matrícula	Cargo	Portaria de Nomeação	Estável a contar de:
Aline Brancher	38760.6	Aux. Recreação Infantil	043, de 15/01/2013	04/02/2016
Simone Budtinger	16424.0	Aux. Recreação Infantil	043, de 15/01/2013	08/02/2016
Zelir Mattiello	36920.9	Auxiliar Operacional I	042, de 15/01/2013	13/02/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de Maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-D1410 DE 30 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº SEMFA-D1410 de 30 de maio de 2016.

Concede Licença a Gestante à servidora Graciela Inês Uber Gomes.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 176 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, e artigos 26 e 27 da Lei Complementar nº 411, de 23 de dezembro de 2.011;

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Licença a Gestante à servidora GRACIELA INÊS UBER GOMES, ocupante do cargo de Assessor Institucional de Controladoria, lotada na Secretaria Municipal de Fazenda e Administração, por cento e vinte (120) dias, a contar de 30 de maio de 2016 (período 30/05/2016 a 26/09/2016), conforme Processo RH16-0065.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração.

PORTARIA Nº SEMFA-D1411 DE 30 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº SEMFA-D1411 de 30 de maio de 2016.

Concede Prorrogação da Licença Maternidade à servidora Graciela Inês Uber Gomes.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 2º da Lei nº 2559, de 09 de março de 2012:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação de 60 dias da Licença Maternidade à servidora, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Nº Portaria que concedeu Licença à gestante	Data de término
Graciela Inês Uber Gomes	SEMFA-D1410 de 30.05.2016	25/11/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1383 DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA NºSEMFA-D1383 de 02 de maio de 2016.

Retifica a Licença por Acidente em Serviço à servidora Rosana Keim, concedida pela portaria 1365, de 06 de abril do corrente.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 179 e 180 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993;

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR A LICENÇA POR ACIDENTE EM SERVIÇO à servidora ROSANA KEIM, passando para 31/03/2016 a 05/06/2016, totalizando sessenta e sete (67) dias, concedida pela portaria 1365, de 06 de abril do corrente;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1384, DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA NºSEMFA-D1384, de 02 de maio de 2016.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Valmir Ribeiro.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor VALMIR RIBEIRO, ocupante do cargo de Aux. Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 15/04/2016 à 30/05/2016, por quarenta e cinco (45) dias, conforme Processo RH15-0183;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1387, DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA NºSEMFA-D1387, de 02 de maio de 2016.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Bernardete Hartmann.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora BERNARDETE HARTMANN, ocupante do cargo de Aux. Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 05/05/2016 à 20/06/2016, por quarenta e sete (47) dias, conforme Processo RH16-0035;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1388, DE 05 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA NºSEMFA-D1388, de 05 de maio de 2016.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Silvia de Souza.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora SILVIA DE SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 06/05/2016 à 06/06/2016, por quarenta e seis (46) dias, conforme Processo RH14-0159;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1389, DE 09 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA NºSEMFA-D1389, de 09 de maio de 2016.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Sirlei Gonçalves de Oliveira.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora SIRLEI GONÇALVES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 09/05/2016 à 31/07/2016, por oitenta e quatro (84) dias, conforme Processo RH06-0147;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1392, DE 17 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA NºSEMFA-D1392, de 17 de maio de 2016.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Dirce Oliva Peyerl.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora DIRCE OLIVA PEYERL, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 18/05/2016 à 20/06/2016, por trinta e quatro (34) dias, conforme Processo RH08-0183;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1394, DE 18 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA NºSEMFA-D1394, de 18 de maio de 2016.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Terezinha Valcanaia Fronza.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora TEREZINHA VALCANAIA FRONZA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 19/05/2016 à 31/05/2016, por treze (13) dias, conforme Processo RH15-0159;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1395, DE 18 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA NºSEMFA-D1395, de 18 de maio de 2016.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Ingelore Andreatta.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora INGELORE ANDREATTA, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 16/05/2016 à 15/08/2016, por noventa e dois (92) dias, conforme Processo RH09-0152;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1396 DE 19 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA NºSEMFA-D1396 de 19 de maio de 2016.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Márcia Suely Teske da Silva.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora Márcia Suely Teske da Silva, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH03-0077;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 26/04/2016 à 10/05/2016 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 11/05/2016 à 31/05/2016 (21 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1398 DE 20 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA NºSEMFA-D1398 de 20 de maio de 2016.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Waldemar Carlos Vicente.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor WALDEMAR CARLOS VICENTE, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Processo RH16-0058;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 03/05/2016 à 06/05/2016 (04 dias), 09/05/2016 (01 dia) e 10/05/2016 à 19/05/2016 (10 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 20/05/2016 à 24/06/2016 (36 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1400 DE 23 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA NºSEMFA-D1400 de 23 de maio de 2016.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Mirian Bell.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora MIRIAN BELL, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH04-0370;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 10/05/2016 à 24/05/2016 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 25/05/2016 à 12/06/2016 (19 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1401, DE 23 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA NºSEMFA-D1401, de 23 de maio de 2016.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Noeli Henkes.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora NOELI HENKES, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 24/05/2016 à 29/07/2016, por sessenta e sete (67) dias, conforme Processo RH14-0188;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1402 DE 25 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA NºSEMFA-D1402 de 25 de maio de 2016.

Cessa Licença para Tratamento de Saúde do servidor Adilson Guber.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e,

Considerando perícia realizada em 25/05/2016 pelo médico perito do município, determinando o servidor apto ao trabalho a contar de 27/05/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar Licença Para Tratamento de Saúde do servidor ADILSON GUBER, ocupante do cargo de Motorista de Ambulância, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 26/05/2016, concedida pela Portaria SEMFA-D1353, de 21 de março do corrente;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1403, DE 25 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA NºSEMFA-D1403, de 25 de maio de 2016.
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Marluce Francisca da Silva Arruda.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora MARLUCE FRANCISCA DA SILVA ARRUDA, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 26/05/2016 à 27/06/2016, por trinta e três (33) dias, conforme Processo RH12-0050;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-D1404, DE 30 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA NºSEMFA-D1404, de 30 de maio de 2016.
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Valmir Ribeiro.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de

Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor VALMIR RIBEIRO, ocupante do cargo de Aux. Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 31/05/2016 à 31/07/2016, por sessenta e dois (62) dias, conforme Processo RH15-0183;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de maio de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 117 2015 - PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 117/2015

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de preços destinado à aquisição de gasolina aditivada e óleo diesel comum (S500) destinados ao abastecimento da frota municipal (veículos de passeio, motocicletas, utilitários, máquinas e caminhões) no período de janeiro a dezembro do exercício 2016, conforme quantitativo e condições constantes do Anexo I do edital.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Rudipel Rudnick Petróleo Ltda e Auto Posto das Nações Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 2.182.057,50 (dois milhões, cento e oitenta e dois mil, cinquenta e sete reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial.

VALIDADE DA ATA: 31/12/2016.

Timbó, 22/12/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria nº 21/2016

Portaria Nº 021/2016

Exonera Ana Paula Manfrini do cargo de provimento em comissão de Assessora Jurídica.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no das atribuições que lhe confere o art.16, III da Lei Orgânica e o art. 50, § 3º, II do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Exonerar Ana Paula Manfrini do cargo de provimento em comissão de Assessora Jurídica - CPC-AJ.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação específica consignada no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Timbó, 28 de junho de 2016.

Douglas Emanuel Marchetti
Presidente

TIMBOPREV**PORTARIA TIMBOPREV Nº 158, DE 22 DE JUNHO DE 2016**

PORTARIA TIMBOPREV Nº 158, DE 22 DE JUNHO DE 2016

Exonera o Servidor Público Municipal Inativo Horacio Cristofolini, em face do falecimento ocorrido em 18 de junho de 2016.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, c/c artigo 48, Inciso IX da Lei Complementar no 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e,

Considerando o falecimento do Servidor Público Municipal Inativo Sr. Horácio Cristofolini na data de 18/06/2016;
Considerando a Declaração de Óbito nº 23547667-6.

RESOLVE:

Art.1º Exonerar HORACIO CRISTOFOLINI, Servidor Público Municipal Inativo, aposentado pelo Decreto nº 456 de 07 de março de 1986, em face do falecimento, a contar da data do óbito, ou seja, 18 de junho de 2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TP 43-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 43/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento e execução de forma parcelada de 2000 metros de meio fio (GUIA) de concreto pré-moldado Fck15Mpa, dimensões 12x15x30cm, incluindo escavação e reaterro, no perímetro urbano do Município de Treze Tílias.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 15/07/2016, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

PORTARIA Nº 162/2016

PORTARIA Nº 102/16 DE 28 DE JUNHO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a partir do dia 1º de julho de 2016, o Sr. IVO PAULO HARTMANN, CPF nº 221.124.139-53, residente e domiciliado neste município, para ocupar o cargo comissionado de DIRETOR DE GESTÃO DE RECEITAS.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 28 DE JUNHO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Mun. de Administração e Fazenda

Trombudo Central

PREFEITURA

043/2016

DECRETO 043/2016 DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Institui A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Trombudo Central.

DECRETA:

Art. 1º A Comissão de Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação tem por finalidade avaliar sua implantação e implementação por meio de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação (2016-2025).

Art. 2º A Comissão de Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação será integrada, no mínimo, por 1 (um) representante titular e 1 (um) representante suplente, das seguintes instâncias:

- I – Secretaria de Educação, Esporte e Cultura;
- II - Câmara de Vereadores;
- III - Comissão do Plano Municipal de Educação;
- IV - Conselho Municipal de Educação;
- V - Fórum Municipal de Educação.

Art. 3º Os representantes de que trata do art. 2º serão indicados pelos órgãos e entidades a que pertencem e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º A Comissão de Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação estará administrativamente vinculada a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, para garantir o seu funcionamento.

Art. 5º Os representantes que trata o artigo 2º deste Decreto não receberão qualquer remuneração por sua atuação, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Trombudo Central, 24 de junho de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

044/2016

DECRETO 044/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA COMISSÃO COORDENADORA E EQUIPE TÉCNICA PARA MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE TROMBUDO CENTRAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Coordenadora e a Equipe Técnica, para o Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação, conforme abaixo discriminadas:

I) Comissão Coordenadora:

Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Cátia Regina Marangoni Geremias

Representante do Conselho Municipal de Educação:
Rosangela Dias de Quadras

Representante dos Diretores das Escolas Municipais:
Claudia Filomena Soares Semmer

Representante da Câmara de Vereadores:
Edson Luiz Morais

Representante do Fórum Municipal de Educação:
Maria Marlete Bini Marcelino

II) Equipe Técnica, composta pelos seguintes membros e representações, conforme abaixo discriminadas:

Conselho Municipal de Educação:
Zenilda Pereira

Professora Municipais:
Simone Deves Venturi

Secretaria Municipal de Saúde:
Tania Bini Azevedo Waltrick

Associação de Pais e Amigos Excepcionais:
Denise Cardoso Schäfer

Diretores Municipais:
Giane Dilma Shweder

Secretaria Municipal de Administração e Finanças:
Daniel Augusto Pisetta

Secretaria de Educação e Esporte:
Glauca Jaqueline Bodemuller Marcelino

Câmara Municipal de Vereadores:
Edson Luiz Morais

Professores Estaduais:
Ronald Klug

Art. 2º Os membros da Comissão Coordenadora e os da Equipe Técnica, não serão remunerados, em hipótese alguma pelos trabalhos desenvolvidos, sendo consideradas de relevante serviço público suas atuações no processo de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Trombudo Central.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Trombudo Central, 29 de junho de 2016.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária Municipal de Educação e Esporte

045/2016

DECRETO 045/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016.
NOMEIA A EQUIPE TÉCNICA "PAR" (PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS).

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º- Fica Nomeada a Equipe Técnica do PAR (Plano de Ações Articuladas) no período compreendido entre 2016/2019, conforme abaixo descrita:

- 1) Técnico da Secretaria Municipal de Educação:
Sonia da Veiga Correia
- 2) Representantes dos Diretores de Escola:
Giane Dilma Schweder
Claudia Filomena Soares Semmer
- 3) Representantes dos Professores da Zona Urbana e Rural:
Ariane Lenzi Conink
Simone Deves Venturi
- 4) Representantes dos Coordenadores:
Glaucia Jaqueline Bodemuller Marcelino
Maria Marlete Bini Marcelino
- 5) Supervisores Escolares:
Vivien Erica Fronza
Doraci Adriana Jeremias Kolm
- 6) Representante dos Conselhos Escolares:
Rosi da Silva (E.E.B. Eginolf Bell)
Elke Peixer (C.E.I. Charlotte Ilse Shindler)
- 7) Representante do Conselho Municipal de Educação:
Rosangela Dias de Quadra
- 8) Dirigente Municipal de Educação:
Cátia Regina Marangoni Geremias
- 9) Técnico da Secretaria de Administração Municipal:
Daniel Augusto Pisetta

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de junho de 2016.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária Municipal de Educação e Esporte

100/2016

PORTARIA 100/2016 DE 28 DE JUNHO DE 2016.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora Pública Municipal Sra. MARCIA MENDRADA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, licença para tratamento de saúde por 15 dias, conforme atestado médico emitido no dia 28 de junho de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de junho de 2016.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretaria de Educação e Esporte

101/2016

PORTARIA 101/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016.
CONCEDE LICENÇA PARA CANDIDATURA POLÍTICA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990, Artigo 92, Parágrafo Único.

CONSIDERANDO a Lei Complementar 64/90 que "Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências".

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER Licença para atividades políticas por candidatura a cargo eletivo, ao servidor público municipal Sr. LAURI FIORIANO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Encanador / Eletricista, pelo período de 03 (três) meses a partir da data de 01 de Julho de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de junho de 2016.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

102/2016

PORTARIA 102/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016.
CONCEDE LICENÇA PARA CANDIDATURA POLÍTICA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990, Artigo 92, Parágrafo Único.

CONSIDERANDO a Lei Complementar 64/90 que "Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências".

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER Licença para atividades políticas por candidatura a cargo eletivo, ao servidor público municipal Sr. RODRIGO RAFAEL RODRIGUES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Esportivo, pelo período de 03 (três) meses a partir da data de 01 de Julho de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de junho de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

103/2016

PORTARIA 103/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA CANDIDATURA POLÍTICA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990, Artigo 92, Parágrafo Único.

CONSIDERANDO a Lei Complementar 64/90 que "Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências".

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER Licença para atividades políticas por candidatura a cargo eletivo, ao servidor público municipal Sr. CRISTIANO JEREMIAS MEYER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, pelo período de 03 (três) meses a partir da data de 01 de Julho de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de junho de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

104/2016

PORTARIA 104/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA CANDIDATURA POLÍTICA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990, Artigo 92, Parágrafo Único.

CONSIDERANDO a Lei Complementar 64/90 que "Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências".

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER Licença para atividades políticas por candidatura a cargo eletivo, a servidora pública municipal Sra. LUCIANA ROSA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, pelo período de 03 (três) meses a partir da data de 01 de Julho de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de junho de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

105/2016

PORTARIA 105/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA CANDIDATURA POLÍTICA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990, Artigo 92, Parágrafo Único.

CONSIDERANDO a Lei Complementar 64/90 que "Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências".

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER Licença para atividades políticas por candidatura a cargo eletivo, ao servidor público municipal Sr. FABIO MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, pelo período de 03 (três) meses a partir da data de 01 de Julho de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de junho de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

106/2016

PORTARIA 106/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA CANDIDATURA POLÍTICA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990, Artigo 92, Parágrafo Único.

CONSIDERANDO a Lei Complementar 64/90 que "Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências".

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER Licença para atividades políticas por candidatura a cargo eletivo, ao servidor público municipal Sr. ARILDO STOLARSKI PORTES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, pelo período de 03 (três) meses a partir da data de 01 de Julho de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de junho de 2016.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

107/2016

PORTARIA 107/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016.
CONCEDE LICENÇA PARA CANDIDATURA POLÍTICA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990, Artigo 92, Parágrafo Único.

CONSIDERANDO a Lei Complementar 64/90 que "Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências".

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER Licença para atividades políticas por candidatura a cargo eletivo, ao servidor público municipal Sr. ELIO RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Agrícola, pelo período de 03 (três) meses a partir da data de 01 de Julho de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de junho de 2016.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

108/2016

PORTARIA 108/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016.
CONCEDE LICENÇA PARA CANDIDATURA POLÍTICA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990, Artigo 92, Parágrafo Único.

CONSIDERANDO a Lei Complementar 64/90 que "Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências".

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER Licença para atividades políticas por candidatura a cargo eletivo, ao servidor público municipal Sr. EDILSON MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Geografia, pelo período de 03 (três) meses a partir da data de 01 de Julho de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de junho de 2016.
SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

109/2016

PORTARIA 109/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016.
CONCEDE LICENÇA PARA CANDIDATURA POLÍTICA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990, Artigo 92, Parágrafo Único.

CONSIDERANDO a Lei Complementar 64/90 que "Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências".

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER Licença para atividades políticas por candidatura a cargo eletivo, ao servidor público municipal Sr. ALDO CORREA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Ambulância, pelo período de 03 (três) meses a partir da data de 01 de Julho de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de junho de 2016.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

110/2016

PORTARIA 110/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016.
CONCEDE LICENÇA PARA CANDIDATURA POLÍTICA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990, Artigo 92, Parágrafo Único.

CONSIDERANDO a Lei Complementar 64/90 que "Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências".

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER Licença para atividades políticas por candidatura a cargo eletivo, ao servidor público Sr. ADRIANO HENRIQUE DA MOTA, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, pelo período de 03 (três) meses a partir da data de 01 de Julho de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de junho de 2016.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

111/2016

PORTARIA 111/2016 DE 29 DE JUNHO DE 2016.
CONCEDE LICENÇA PARA CANDIDATURA POLÍTICA.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990, Artigo 92, Parágrafo Único.

CONSIDERANDO a Lei Complementar 64/90 que "Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências".

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER Licença para atividades políticas por candidatura a cargo eletivo, a servidora pública Sra. TAISE JOELMA DA ROSA, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, pelo período de 03 (três) meses a partir da data de 01 de Julho de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de junho de 2016.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

1915

LEI 1915 DE 29 DE JUNHO DE 2016.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER BAIXAS DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder baixas de bens móveis integrantes no Patrimônio Público do Município, bens relacionados no anexo único desta Lei.

Parágrafo único. A autorização de que trata o caput deste artigo, decorre do fato de que os bens são inservíveis ao serviço Público Municipal.

Artigo 2º - Os bens deverão atender ao relatório da Comissão de Avaliação para fins de transferência, de cessão, de alienação ou outras formas de desfazimento.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de junho de 2016.
SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI
Secretária de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

DESCRIÇÃO DO BEM	Nº PATRIMÔNIO
MESA P/REFEITORIO EM MADEIRA	1186
MESA P/REFEITORIO EM MADEIRA BRANCA	1187
ARQUIVO EM AÇO CINZA 4 GAVETAS	2765
ARMARIO EM FORMICA 2 PORTAS	1467
MESA PARA ESCRITORIO EM FORMICA BRANCA E MARMORE 3 GAVETAS	2622
CADEIRA FIXA EM MDF MOGNO ESTOFADO EM COURVIN BRANCO	2725
CADEIRA FIXA EM MDF MOGNO ESTOFADO EM COURVIN BRANCO	2676
CADEIRA FIXA EM MDF MOGNO ESTOFADO EM COURVIN BRANCO	2726
CADEIRA FIXA EM MDF MOGNO ESTOFADO EM COURVIN BRANCO	2727
CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO AZUL	2668
CADEIRA FIXA ESTOFADA EM COURVIN PRETO	2758
MESA EM MDF BRANCO	2573
CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM TECIDO CINZA COM PRETO	2575
CADEIRA UNIVERSITARIA ESTOFADA EM TECIDO AZUL	2662
CADEIRA UNIVERSITARIA ESTOFADA EM TECIDO AZUL	2661
CADEIRA UNIVERSITARIA ESTOFADA EM TECIDO AZUL	2666
CADEIRA UNIVERSITARIA ESTOFADA EM TECIDO AZUL	2660
CADEIRA UNIVERSITARIA ESTOFADA EM TECIDO AZUL	2667
MONITOR LCD MARCA POSITIVO 15 POL	1657
ARQUIVO EM AÇO CINZA 4 GAVETAS	2765
ARMARIO EM FORMICA 2 PORTAS	1467
FORNO MICROONDAS MARCA BRASTEMP MAXI	2449
REFRIGERADOR MARCA PROSDOCIMO R27 STOCK PLUS	2701
FOGAO A GAS 4 BOCAS MARCA DAKO GOL SUPER	2704
BEBEDOURO DE AGUA MARCA BRITANIA AQUA 2 SAIDAS	1964
TELEVISOR MARCA CCE 20 POL	1217
ARMARIO EM FORMICA MARROM 2 PORTA DE CORRER COM VIDRO	2541
MESA PARA ESCRITORIO EM FORMICA MARROM 3 GAVETAS COM CHAVE	2560
FOGAO A GAS MARCA ATLAS AUTOLIMPANTE 6 BOCAS	1151
TELEVISOR MARCA CCE 29 POL	1180
ARQUIVO EM ACO CINZA 4 GAVETAS	2710
CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0830
IMPRESSORA MARCA HP PSC 1410	2625

CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	0590
TELEVISOR TELA PLANA 29 POLEGADAS MARCA SEMP	1230
MICROCOMPUTADOR POSITIVO INTEL CELERON D	1309
CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM COURVIN PRETO	2171
QUADRO BRANCO	1002
QUADRO BRANCO PEQUENO	1089
QUADRO BRANCO	1038
MICROCOMPUTADOR LABORATORIO POSITIVO INTEL CELERON	0771
COMPUTADOR POSITIVO CELERON INSIDE	1616
IMPRESSORA MULTI F. ADVANTAGE 3516	5758

Trombudo Central, 29 de junho de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária de Administração e Finanças

1916

LEI 1916 DE 29 DE JUNHO DE 2016.

FIXA SUBSÍDIOS DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA 2017/2020 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O subsídio mensal do Vereador para a legislatura 2017/2020 será de R\$ 2.585,00 (dois mil quinhentos e oitenta e cinco reais).

Art. 2º. O subsídio do Presidente da Câmara Municipal para a legislatura 2017/2020 será de R\$ 3.878,00 (três mil oitocentos e setenta e oito reais).

Parágrafo único. O Vice-Presidente que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou ausência do Presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento da verba de caráter indenizatório do Presidente da Câmara previsto neste artigo, proporcionalmente ao prazo de substituição.

Art. 3º. A ausência de vereadores na ordem do dia de sessão plenária ordinária ou extraordinária, sem justificativa legal, determinará um desconto em seu subsídio em valor proporcional ao número total de sessões plenárias ordinárias realizadas no mês, pois os pagamentos serão feitos por sessões ordinárias realizadas no mês.

Parágrafo único. As reuniões extraordinárias, solenes e especiais, realizadas no período ordinário, não serão remuneradas.

Art. 4º. Considera-se, como justificativa legal, para efeitos deste

artigo, a aprovação em plenário dos motivos apresentados para a ausência, sob a forma de requerimento.

Art. 5º. A partir de 01/01/2018, os valores fixados nesta lei serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X da Constituição Federal, tendo como base janeiro de 2017 em diante.

Art. 6º. É condição de legalidade para o pagamento do subsídio mensal dos Vereadores a observância dos limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar 101/2000, ficando desde já o Presidente da Câmara autorizado a fazer as devidas reduções.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações consignadas na respectiva Lei Orçamentária.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de junho de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária de Administração e Finanças

1917

LEI 1917 DE 29 DE JUNHO DE 2016.

"FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL PARA GESTÃO 2017/2020".

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O Subsídio mensal do Prefeito Municipal para o Mandato 2017/2020 será de R\$ 13.817,84 (treze mil oitocentos e dezessete reais e oitenta e quatro centavos).

Art. 2º. O Subsídio mensal do Vice Prefeito Municipal para o Mandato 2017/2020 será de R\$ 5.305,11 (cinco mil trezentos e cinco reais e onze centavos).

Art. 3º. O Subsídio mensal dos Secretários Municipais para o Mandato 2017/2020 será de R\$ 5.305,11 (cinco mil trezentos e cinco reais e onze centavos).

Art. 4º. A partir de 01/01/2018, os valores fixados nesta lei, serão corrigidos monetariamente nos mesmos percentuais das revisões concedidas aos servidores públicos municipais, limitados sempre ao mesmo índice concedido aos servidores, quando da revisão geral prevista no art. 37, X da Constituição Federal, tendo como base janeiro de 2017 em diante.

Art. 5º. - Ao ensejo do gozo de férias anuais, o Prefeito Municipal e os Secretários Municipais perceberão subsídios acrescidos de um terço.

Parágrafo único - O Vice-Prefeito terá direito à mesma vantagem se tiver atividade permanente na administração.

Art. 6º. - Além do subsídio mensal, o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais perceberão, em dezembro de cada ano, na mesma data em que for pago o décimo-terceiro salário aos servidores do Município, uma quantia igual aos respectivos subsídios vigentes naquele mês.

Parágrafo único - Quando houver pagamento da metade da remuneração de um mês aos servidores, a título de adiantamento do décimo terceiro salário, na forma da lei municipal, igual tratamento será dado ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Secretários Municipais.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas dotações consignadas nas respectivas Leis Orçamentárias.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de junho de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 90/2016.

Aviso de retificação PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 90/2016.

Comunica retificação do Edital, publicado no dia 22/06/2016, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DA GESTÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL, E CRAS, conversão de dados de software existente, treinamento inicial e suporte técnico.

A participante deverá se ater as especificações técnicas, e os serviços técnicos correlatos no Anexo I.

onde se lê : DO ANEXO I:

1.1 Constitui o objeto desta licitação a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistema de gestão da assistência social, hospedagem do sistema em servidor virtual "datacenter", Conversão de dados de sistema atualmente utilizado, implantação, treinamento dos usuários, da Assistência Social e Conselho Tutelar, suporte técnico e demais serviços descritos no edital e deste anexo.

1.2 A empresa vencedora deverá fornecer garantia dos serviços contra defeitos de fabricação e apresentação de qualidade inadequada, cuja resolução do problema, pela fornecedora, deverá ser de imediato, podendo ser aplicadas, subsidiariamente, as normas do Código de Defesa do Consumidor.

1.3 A vigência do Contrato será de 12 meses, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, com fulcro no inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93.

1.4 O Sistema deverá estar registrado junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, compatível ao sistema objeto desta licitação.

1.5 Caso o Certificado (item 3.4) não esteja em nome da proponente, a mesma deverá apresentar declaração da proprietária do registro autorizando a devida comercialização pela proponente.

1.6 A documentação de comprovação referente ao item 3.4 e 3.5 acima, deve ser apresentada dentro do envelope junto com a proposta de preços.

leia –se: DO ANEXO I:

1.1 Constitui o objeto desta licitação a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistema de gestão da assistência social, hospedagem do sistema em servidor virtual "datacenter", Conversão de dados de sistema atualmente utilizado, implantação, treinamento dos usuários, da Assistência Social e Conselho Tutelar, suporte técnico e demais serviços descritos no edital e deste anexo.

1.2 A empresa vencedora deverá fornecer garantia dos serviços contra defeitos de fabricação e apresentação de qualidade inadequada, cuja resolução do problema, pela fornecedora, deverá ser de imediato, podendo ser aplicadas, subsidiariamente, as normas do Código de Defesa do Consumidor.

1.3 A vigência do Contrato será de 12 meses, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, com fulcro no inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93.

1.4 O Sistema deverá estar registrado junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, compatível ao sistema objeto desta licitação.

1.5 Caso o Certificado (item 1.4) não esteja em nome da proponente, a mesma deverá apresentar declaração da proprietária do registro autorizando a devida comercialização pela proponente.

1.6 A documentação de comprovação referente ao item 1.4 e 1.5 acima, deve ser apresentada dentro do envelope junto com a proposta de preços.

Data de Abertura para o 13h30min do dia 05 de julho de 2016.

"Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 29/06/2016.

ENOI SCHERER

PREFEITO MUNIICIPAL

CONTRATO Nº 70/2016

CONTRATO Nº 70/2016

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Exmo. Sr. ENOI SCHERER, brasileiro, Casado, residente e domiciliado no Bairro Progresso neste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF nº 656.321.769-91, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa PRIME PRODUTOS COMÉRCIO EXTERIOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 08.680.095/0001-43, estabelecida na Rua Visconde de São Gabriel, 396, sala 64, no Município de Bento Gonçalves- RS, neste ato devidamente credenciado o Sr. Marcos Vinicius Scalcon Quadros, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 90/2016 e Pregão Presencial nº 72/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE ROMPEDOR HIDRÁULICO NOVO, ANO 2016, COM KIT HIDRÁULICO COMPLETO PARA INSTALAÇÃO EM ESCAVADERIA HIDRÁULICA, de acordo com CONVÊNIO GOVERNO DO ESTADO SC Nº 2016TR000808-PROCESSO Nº ADR31 00000488/2016, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

PROGRAMA DE TRABALHO				PREVISÃO DE CUSTOS	
Item	Qtde	Unid.	Especificação	Vlr. Unit.	Vlr. Total
01	01	UND	ROMPEDOR HIDRÁULICO NOVO, MARCA MSB, MODELO SAGA 180,ANO DE 2016, COM PESO OPERACIONAL MINIMO DE 900 KGS, DIÂMETRO DA FERRAMENTA(PONTEIR) MINIMO DE 10 MM, PRESSÃO DE TRABALHO MÍNIMO DE 100 KGF/CM², CAPACIDADE DE FRENQUENCIA DE GOLPES DE NO MÍNIMO 300 BPM COM KIT HIDRÁULICO COMPLETO PARA INSTALAÇÃO EM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E GARANTIA DE 1 ANO.MARCA MSB MODELO SAGA 180	52.000,00	52.000,00
					52.000,00

2.1 É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a instalação do KIT HIDRÁULICO COMPLETO na ESCAVADEIRA HIDRAULICA que deverá utilizar seus próprios materiais e equipamentos de acordo com as normas técnicas vigentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de R\$ 52.000,00(cinqüenta e dois mil reais) será realizado 8(oito) dias após o recebimento definitivo do equipamento pela Prefeitura Municipal de Tunápolis condicionados pela liberação dos recursos do CONVÊNIO GOVERNO DO ESTADO SC Nº 2016TR000808- PROCESSO Nº ADR31 00000488/2016, mediante apresentação da Nota Fiscal. O preço não terá reajuste e será depositado na conta específica do contratado.

2.2 Os recursos somente serão liberados para pagamentos após o secretario responsável pela pasta ter realizado as devidas conferências/vistorias no objeto.

2.3 Na emissão da nota fiscal deverá conter o número do convênio do processo licitatório e do contrato administrativo e deverão constar os dados bancários da empresa.

2.4 O objeto licitado será adquirido com recursos financeiros referente o CONVÊNIO GOVERNO DO ESTADO SC Nº 2016TR000808- PROCESSO Nº ADR31 00000488/2016 e próprios do Município.

2.5 Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

2.6 O Município somente atestará e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

2.7 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 A entrega do equipamento deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias após solicitação formal do município. O equipamento deverá ser entregue na garagem do DMER, estabelecido na Rua 25 de julho, centro deste município ou conforme determinação do CONTRATANTE,

com prévio agendamento, com o Secretario Municipal dos Transportes Obras e Urbanismo, sem custos adicionais, devendo ser firmado termo de recebimento.

4.2 O CONTRATADO deverá atentar para a qualidade do BEM a ser entregue/instalado, pois somente serão aceitos aqueles que estiverem dentro dos parâmetros solicitados, atendam aos padrões exigidos pelo Mercado e que forem entregues de acordo com o estabelecido no item anterior.

4.2.1 É de inteira responsabilidade do contratado a instalação do KIT HIDRÁULICO COMPLETO na ESCAVADEIRA HIDRAULICA que deverá utilizar seus próprios materiais e equipamentos de acordo com as normas técnicas vigente.

4.3 Não serão aceito, no momento da entrega, equipamento de marca e/ou modelo diferente daquele constante na proposta vencedora.

4.4 A CONTRATADA deverá entregar o equipamento acompanhado de seus manuais ou catálogos de operação/manutenção, editados pelo fabricante. Os documentos deverão estar em língua portuguesa ou traduzidos para este idioma.

4.5 Toda e qualquer entrega de equipamento fora do estabelecido neste CONTRATO, será imediatamente notificada à licitante vencedora que ficará obrigada a substituí-lo, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tal substituição, sendo aplicadas também as sanções previstas neste Edital.

4.6 A CONTRATANTE deverá manter atualizados, durante o período de garantia e assistência técnica, telefone, fax e endereço, devendo comunicar a Secretaria Municipal do DMER, qualquer alteração de dados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer o equipamento contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 90/2016 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer o equipamento, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O Município de Tunápolis obriga-se adquirir o equipamento acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (102,203) do Município de Tunápolis, do de ano de 2016.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2016, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 28 de junho de 2016.

ENOI SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL

PRIME PROD. COM. EXTERIOR LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 71/2016**CONTRATO Nº 71/2016**

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Exmo. Sr. ENOI SCHERER, brasileiro, Casado, residente e domiciliado no Bairro Progresso neste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF nº 656.321.769-91, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa BMC HYUNDAI S.A pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rod. Presidente Dutra, S/N, Km 315 parte, Itatiaia-RJ, devidamente inscrita sob o CNPJ nº 13.837.846/0001-22, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 91/2016 e Pregão Presencial nº 73/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

O objeto do presente contrato consiste na aquisição DE 1(UMA) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, NOVA DE ACORDO COM O CONVÊNIO GOVERNO DO ESTADO SC Nº CONVÊNIO GOVERNO DO ESTADO SC Nº 2016TR000560 – PROCESSO Nº ADR31 00000543/2016, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida

PROGRAMA DE TRABALHO				PREVISÃO DE CUSTOS	
Item	Qtde	Unid.	Especificação	Vlr. Unit.	Vlr. Total
02	01	UND	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE ESTEIRAS, NOVA, MARCA HYUNDAI, MODELO TOBEX 160LC-9S, FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO E MODELO 2016, MOTOR A DIESEL, TURBO ALIMENTADO COM 06(SEIS) CILINDROS, COM POTENCIA DE 126HP, CABINE PRESSURIZADA CONTENDO AR CONDICIONADO, PESO OPERACIONAL DE 18.050 KG.	362.000,00	362.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de R\$ 362.000,00 (trezentos sessenta dois mil reais) será realizado 8(oito) dias após o recebimento definitivo da ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE ESTEIRAS pela Prefeitura Municipal de Tunápolis e condicionados a liberação dos recursos do CONVÊNIO GOVERNO DO ESTADO SC Nº CONVÊNIO GOVERNO DO ESTADO SC Nº 2016TR000560 – PROCESSO Nº ADR31 00000543/2016, mediante apresentação da Nota Fiscal. O preço não terá reajuste e será depositado na conta específica do contratado.

2.3 Os recursos somente serão liberados para pagamentos após o secretario responsável pela pasta ter realizado as devidas conferências/vistorias no objeto.

2.4 Na emissão da nota fiscal deverá conter o número do convênio do processo licitatório e do contrato administrativo e deverão constar os dados bancários da empresa.

2.5 A ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE ESTEIRAS será adquirida com recursos financeiros referente o CONVÊNIO GOVERNO DO ESTADO SC Nº CONVÊNIO GOVERNO DO ESTADO SC Nº 2016TR000560 – PROCESSO Nº ADR31 00000543/2016, e próprios do Município.

2.6 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATANTE enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

2.7 O Município somente atestará e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATANTE, todas as condições pactuadas.

2.8 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 A entrega da ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE ESTEIRAS deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias após solicitação formal do município. A ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE ESTEIRAS deverá ser entregue na garagem do DMER, estabelecido na Rua 25 de julho, centro deste município ou conforme determinação do CONTRATANTE, com prévio agendamento, com o Secretario Municipal dos

Transportes Obras e Urbanismo, sem custos adicionais, devendo ser firmado termo de recebimento.

3.2 A CONTRATADA deverá atentar para a qualidade da ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE ESTEIRAS a ser entregue, pois somente serão aceitos aqueles que estiverem dentro dos parâmetros solicitados, atendam aos padrões exigidos pelo Mercado e que forem entregues de acordo com o estabelecido no item anterior.

3.3 Não serão aceitos, no momento da entrega, equipamento de marca e/ou modelo diferente daquele constante na proposta vencedora.

3.4 A CONTRATADA deverá entregar a ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE ESTEIRAS acompanhados de seus manuais ou catálogos de operação/manutenção, editados pelo fabricante. Os documentos deverão estar em língua portuguesa ou traduzidos para este idioma.

3.5 Toda e qualquer entrega do BEM fora do estabelecido neste contrato, serão imediatamente notificados à licitante vencedora que ficará obrigada a substituí-lo, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tal substituição, sendo aplicadas também as sanções previstas neste contrato.

3.6 A CONTRATADA deverá manter atualizados, durante o período de garantia e assistência técnica, telefone, fax e endereço, devendo comunicar a Secretaria Municipal do DMER, qualquer alteração de dados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer a ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE ESTEIRAS contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 91/2016 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer a ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE ESTEIRAS, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O Município de Tunápolis obriga-se adquirir a ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE ESTEIRAS acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (102,203) do Município de Tunápolis, do ano de 2016.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2016, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 28 de junho de 2016.

ENOI SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante

BMC HYUNDAI S.A
Contratado

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 72/2016.

CONTRATO Nº 72/2016.

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Exmo. Sr. ENOI SCHERER, brasileiro, Casado, residente e domiciliado no Bairro Progresso neste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF nº 656.321.769-91, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa FOROESTE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 86.242.252/0004-95, situada na Rua Waldemar Rangrab, 2500 no Município de São Miguel do Oeste/SC considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 91/2016 e Pregão Presencial nº 73/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

O objeto do presente contrato consiste na aquisição de 01(UM) CAMINHÃO NOVO NO CHASSI, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, 0KM, ANO DE FABRICAÇÃO 2016, MODELO 2017, CONFORME CONVÊNIO GOVERNO DO ESTADO SC Nº CONVÊNIO GOVERNO DO ESTADO SC Nº 2016TR000560 – PROCESSO Nº ADR31 00000543/2016, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

item	Qtade	unid	Preço UNIT	Especificação
1	01	unid	264.500,00	Caminhão novo no chassi, de Fabricação nacional, 0KM, ano de fabricação 2016, modelo 2017, Marca Ford, Modelo Cargo 3133; trucado e traçado (6x4); com cabine avançada; motor à diesel, com gerenciamento eletrônico de combustível, com 06 cilindros em linha, 330cvts de potência; turbinado e intercoolado; direção hidráulica; freios a ar; freio motor; freio estacionário; pneus radiais 295/80 R22,5 sem câmara; caixa de mudanças manual com 10 (dez) marchas a frente e 03 (três) a ré; tanque de combustível com capacidade para 275 litros; embreagem a ar; banco do motorista com suspensão a ar; rádio AM/FM com entrada USB; com controle automático de velocidade; tacógrafo digital; vidros elétricos; PBT (Peso Bruto Total) 23.000 kg; garantia de 12 meses sem limite de quilometragem e demais equipamentos obrigatórios previstos no Código Nacional de trânsito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento de R\$ 264.500,00(Duzentos sessenta quatro mil e quinhentos reais) será realizado 8(oito) dias após o recebimento definitivo do Caminhão pela Prefeitura Municipal de Tunápolis e condicionados a liberação dos recursos do CONVÊNIO GOVERNO DO ESTADO SC Nº CONVÊNIO GOVERNO DO ESTADO SC Nº 2016TR000560 – PROCESSO Nº ADR31 00000543/2016, mediante apresentação da Nota Fiscal. O preço não terá reajuste e será depositado na conta específica do contratado.

2.3 Os recursos somente serão liberados para pagamentos após o secretario responsável pela pasta ter realizado as devidas conferências/ vistorias no objeto.

2.4 Na emissão da nota fiscal deverá conter o número do convênio do processo licitatório e do contrato administrativo e deverão constar os dados bancários da empresa.

2.5 O Caminhão será adquirido com recursos financeiros referente o CONVÊNIO GOVERNO DO ESTADO SC Nº CONVÊNIO GOVERNO DO ESTADO SC Nº 2016TR000560 – PROCESSO Nº ADR31 00000543/2016, e próprios do Município.

2.6 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

2.7 O Município somente atestará e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

2.8 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 A entrega do Caminhão deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias após solicitação formal do município. O Caminhão deverá ser entregue na garagem do DMER, estabelecido na Rua 25 de julho, centro deste município ou conforme determinação do CONTRATANTE, com prévio agendamento, com o Secretario Municipal dos Transportes Obras e Urbanismo, sem custos adicionais, devendo ser firmado termo de recebimento.

3.2 A CONTRATADA deverá atentar para a qualidade do Caminhão a ser entregue, pois somente será aceito aqueles que estiverem dentro dos parâmetros solicitados, atendam aos padrões exigidos pelo Mercado e que forem entregues de acordo com o estabelecido no item anterior.

3.3 Não será aceito, no momento da entrega, Caminhão de marca e/ou modelo diferente daquele constante na proposta vencedora.

3.4 A CONTRATADA deverá entregar o Caminhão acompanhado de seus manuais ou catálogos de operação/manutenção, editados pelo fabricante. Os documentos deverão estar em língua portuguesa ou traduzidos para este idioma.

3.5 Qualquer entrega fora do estabelecido neste contrato, serão imediatamente notificados à licitante vencedora que ficará obrigada a substituí-lo, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tal substituição, sendo aplicadas também as sanções previstas neste contrato.

3.6 A CONTRATADA deverá manter atualizados, durante o período de garantia e assistência técnica, telefone, fax e endereço, devendo comunicar a Secretaria Municipal do DMER, qualquer alteração de dados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer o Caminhão contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 91/2016 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer o Caminhão, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O Município de Tunápolis obriga-se adquirir o Caminhão acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (102,203) do Município de Tunápolis, do ano de 2016.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2016, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 28 de junho de 2016.

ENOI SCHERER
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

FOROESTE VEÍCULOS LTDA
Contratado

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

PROCESSO DE COMPRA N°.: 98/2016. PREGÃO PRESENCIAL N°: 79/2016

Processo de Compra N°.: 98/2016.

Pregão Presencial n°: 79/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios e outros para o consumo nos grupos de convivência de Idosos, promovidos pela Secretaria de Assistência Social, de acordo com o anexo I, deste Edital e em conformidade com a Lei Municipal autorizativa nº 930/2009 de 11 de Março de 2009.

Entrega das propostas e Credenciamento até as 7h45 do dia 13 de julho de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 29 de junho de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

Turvo

PREFEITURA

CONVENIO PMT 11/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIO No 011/2016
CONVENIADA: LIONS CLUBE DE TURVO
OBJETO: Repasse de subvenção social para ajudar na pavimentação do pátio da Capela Mortuária de Turvo.
VALOR: R\$ 20.000,00.
VIGÊNCIA: Agosto de 2016.

CONVENIO PMT 12/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIO No 012/2016
CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO JEEP CLUBE LAMEIROS DE TURVO.
OBJETO: Repasse de subvenção será destinada a custear despesas com a realização do 19 passeio da Padroeira.
VALOR: R\$ 5.000,00.
VIGÊNCIA: Julho de 2016.

CONVENIO PMT 13/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIO No 013/2016
CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORRO CHATO.
OBJETO: Repasse de subvenção será destinada para investimentos na revitalização do campo de futebol do Distrito de Morro Chato.
VALOR: R\$ 30.000,00.
VIGÊNCIA: Agosto de 2016.

CONVENIO PMT 14/2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIO No 014/2016
CONVENIADA: LAR BENEFICENTE SÃO VICENTE DE PAULO.
OBJETO: Ajuda financeira para a manutenção da entidade, sendo que o mesmo deverá abrigar idosos do município de Turvo.
VALOR: R\$ 18.000,00.
VIGÊNCIA: Julho a Dezembro de 2016.

União do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO TEMPORÁRIO N. 02/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N.º 002/2016.

CONTRATA SERVIDORA PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

Em conformidade ao inciso VIII da Lei Municipal n. 957, de 18 de março de 2013, Lei Municipal n.º 091, de 27 de agosto de 2015 e alterações posteriores e, Edital de Processo Seletivo n. 001/2016, o MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida São Luiz, n.º 531, centro, inscrito no CNPJ sob o n. 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, doravante denominado CONTRATANTE e KELI PATRICIA DA SILVA, brasileira, solteira, portadora do RG n. 5.422.004 SSP/SC e do CPF n. 085.875.529-70, residente e domiciliada sito a Linha São Luiz, interior, município de Jardinópolis - SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, obedecendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Tem por objeto o presente Contrato Administrativo, a contratação por prazo determinado, da Contratada acima qualificada, para desempenhar as atribuições do Cargo de Professor do Ensino Fundamental - Anos Iniciais 1º ao 5º ano, descrito no Plano de Cargos do Magistério Público Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DISCIPLINAR: A Contratante e a Contratada sujeitam-se ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e quando omissa a legislação local, à Constituição Federal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME: A relação de emprego entre a Contratante e a Contratada, reger-se-á pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme disposto no art. 39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA QUARTA - DO HORÁRIO DE TRABALHO: A Contratada cumprirá o horário previsto para exercício das aulas, compreendendo uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

CLÁUSULA QUINTA - DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA: Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará à Contratada o vencimento correspondente ao cargo ocupado, previsto no Plano de Cargos do Magistério, e alterações posteriores, correspondendo, atualmente, a R\$ 2.780,81 (dois mil, setecentos e oitenta reais e oitenta e um centavos), acrescidos de 20% correspondente a Regência de Classe.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: O presente Contrato terá duração a partir de 04 de julho de 2016 até 30 de setembro de 2016.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CARACTERIZAÇÃO: A contratação se faz necessária para atender ao afastamento da Professora Titular da Vaga Professora ELIANE DANIEL PERTUSATTI, 40 horas semanais, que pelo período de 03 (três) meses permanecerá em Licença para Atividade Política, concedida através do Decreto Municipal N.º

3.180/2016, pelo que se justifica a contratação na necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme ampara o inciso VIII do artigo 2º, da Lei Municipal n.º 957/2013. Fica justificada também a contratação da Professora KELI PATRICIA DA SILVA com carga horária de 40 horas semanais, uma vez que a titular da vaga é detentora de 40 horas semanais e também por não haver mais candidatas aprovadas na lista de classificação do Processo Seletivo N.º 01/2016 para a vaga de Professor do Ensino Fundamental - Anos Iniciais 1º ao 5º ano.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONTRIBUIÇÕES: A Contratante descontará na folha de pagamento da Contratada, mensalmente, a importância correspondente às contribuições para o INSS.

CLÁUSULA NONA - DO TEMPO DE SERVIÇO: A Contratante, a pedido da Contratada, fornecerá certidão de tempo de serviço, conforme estabelece a Constituição Federal.

CLÁUSULA DECIMA - DA REVOGAÇÃO: Este Contrato deixará de vigorar, sempre que Lei ou disposições em contrário determinar, quitando-se as partes, pelos seus respectivos direitos, até a data de sua revogação, cessando seus efeitos.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES: O descumprimento do estipulado neste Contrato Administrativo autoriza a parte ofendida a distratá-lo e sujeita o infrator a responsabilidade civil, penal, administrativa e demais disposições estatutárias pertinentes e correlatas.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DO FORO: Para dirimir quaisquer dúvidas jurídicas resultantes deste Termo de Contrato Administrativo, fica eleito o Foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS: Os Contratantes declaram o perfeito conhecimento e compreensão de todas as cláusulas e condições do presente Termo de Contrato Administrativo, que leram, entenderam e o assinam em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

União do Oeste, SC, 29 de junho de 2016.

KELI PATRICIA DA SILVA	EVERALDO LUIS CASONATTO
Contratada	Prefeito Municipal
	P/ Contratante

Testemunhas:

01 _____
Nome: Marília Miorelli
CPF: 057.672.509-95

02 _____
Nome: José Tessaro
CPF: 460.292.909-59

DECRETO N. 3172/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.172, de 28 de junho 2016.
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, JOÃO AUGUSTINHO MESNEROVSKI, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos a serem gozadas no período de 01/07/2016 à 30/07/2016, relativas ao período aquisitivo de 01/03/2014 à 28/02/2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 28 de junho 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3173/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.173, de 28 de junho 2016.
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, MOACIR DANIEL, ocupante do cargo de Técnico em Agricultura, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura a serem gozadas no período de 01/07/2016 à 30/07/2016, relativas ao período aquisitivo de 02/03/2014 à 01/03/2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 28 de

junho 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3174/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.174, de 28 de junho 2016.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, CRISTIANE FREIBERGER, ocupante do cargo de Chefe de Setor, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde a serem gozadas no período de 01/07/2016 à 30/07/2016, relativas ao período aquisitivo de 19/03/2014 à 18/03/2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 28 de junho 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3175/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.175, de 28 de Junho de 2016.

Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ALEXANDRE MARCOS MARTINELLI, ocupante do cargo de Contador, 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, a serem gozadas no período de 11/07/2016 à 30/07/2016, relativas ao período aquisitivo de 01/07/2015 à 30/06/2016.

Art. 2º Converter 1/3 das férias em Abono Pecuniário, conforme requerimento do servidor.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correm por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 28 de junho de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

DECRETO N. 3177/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.177, de 28 de junho de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença à Servidora Municipal para atividade política e dá outras providências”.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. Inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal, Artigo 72. da Lei Complementar N.º 093, de 15 de setembro de 2015 e requerimento da servidora,

DECRETA:

Art.1º Fica concedida LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA para Servidora Pública Municipal Sra. BEATRIS NOVELLO, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o período de 04 de julho de 2016 à 02 de outubro de 2016, para fins de concorrer a cargo eletivo.

Art. 2º Esta licença fica condicionada a apresentação do comprovante de registro da candidatura para a administração pública municipal.

Art 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correm por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 28 de junho de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal 101/2014.

DECRETO N. 3178/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.178, de 28 de junho de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença à Servidora Municipal para atividade política e dá outras providências”.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. Inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal, Artigo 72. da Lei Complementar N.º 093, de 15 de setembro de 2015 e requerimento da servidora,

DECRETA:

Art.1º Fica concedida LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA para Servidora Pública Municipal Sra. SOLANIA VEDANA MATTIA, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, para o período de 04 de julho de 2016 à 02 de outubro de 2016, para fins de concorrer a cargo eletivo.

Art. 2º Esta licença fica condicionada a apresentação do comprovante de registro da candidatura para a administração pública municipal.

Art 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correm por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 28 de junho de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal 101/2014.

DECRETO N. 3179/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.179, de 28 de junho de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença à Servidora Municipal para atividade política e dá outras providências”.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. Inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal, Artigo 72. da Lei Complementar N.º 093, de 15 de setembro de 2015 e requerimento da servidora,

DECRETA:

Art.1º Fica concedida LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA para Servidora Pública Municipal Sra. CRISTIANA ASSIS CORREIA DAL SANTO, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o período de 04 de julho de 2016 à 02 de outubro de 2016, para fins de concorrer a cargo eletivo.

Art. 2º Esta licença fica condicionada a apresentação do comprovante de registro da candidatura para a administração pública municipal.

Art 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correm por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 28 de junho de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal 101/2014.

DECRETO N. 3180/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.180, de 28 de junho de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença à Servidora Municipal para atividade política e dá outras providências”.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. Inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal, Artigo 72. da Lei Complementar N.º 093, de 15 de setembro de 2015 e requerimento da servidora,

DECRETA:

Art.1º Fica concedida LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA para Servidora Pública Municipal Sra. ELIANE DANIEL PERTUSATTI, ocupante do Cargo de Professora, 40 horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o período de 04 de julho de 2016 à 02 de outubro de 2016, para fins de concorrer a cargo eletivo.

Art. 2º Esta licença fica condicionada a apresentação do comprovante de registro da candidatura para a administração pública municipal.

Art 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 28 de junho de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal 101/2014.

DECRETO N. 3181/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.181, de 28 de junho de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença à Servidora Municipal para atividade política e dá outras providências”.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. Inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal, Artigo 72. da Lei Complementar N.º 093, de 15 de setembro de 2015 e requerimento da servidora,

DECRETA:

Art.1º Fica concedida LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA para Servidor Público Municipal Sr. HELIAS ALVES, ocupante do Cargo de Motorista de Ambulância, 40 horas semanais, Lotado na Secretaria

Municipal de Saúde, para o período de 04 de julho de 2016 à 02 de outubro de 2016, para fins de concorrer a cargo eletivo.

Art. 2º Esta licença fica condicionada a apresentação do comprovante de registro da candidatura para a administração pública municipal.

Art 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 28 de junho de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal 101/2014.

DECRETO N. 3182/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.182, de 29 de Junho de 2016.

Dispõe sobre contratação de servidora em caráter temporário e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Complementar Municipal N.º 091/2015 e alterações posteriores e, Inciso VIII do artigo 2º da Lei Municipal n.º 957/2013 e considerando:

O resultado do Processo Seletivo para contratação temporária realizado a partir do Edital n.º 001/2016;

O contrato administrativo de trabalho por prazo determinado n.º 02/2016;

DECRETA:

Art.1º Fica contratada KELI PATRICIA DA SILVA – brasileira, solteira, portadora do RG n.º 5.422.004 SSP/SC e do CPF n.º 085.875529-70, para desempenhar as atribuições do cargo de PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO, com vencimento, lotação, jornada de trabalho e vigência descritos no contrato de trabalho temporário, obedecendo-se o que estabelece a legislação municipal.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 29 de junho de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra.

DECRETO N.3176/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.176, de 28 de junho de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença à Servidora Municipal para atividade política e dá outras providências”.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. Inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal, Artigo 72. da Lei Complementar N.º 093, de 15 de setembro de 2015 e requerimento da servidora,

DECRETA:

Art.1º Fica concedida LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA para Servidora Pública Municipal Sra. MARLENE NEIVA POGORZELSKI, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, para o período de 04 de julho de 2016 à 02 de outubro de 2016, para fins de concorrer a cargo eletivo.

Art. 2º Esta licença fica condicionada a apresentação do comprovante de registro da candidatura para a administração pública municipal.

Art. 3º Durante o período da licença a servidora não receberá a verba função de confiança.

Art 4º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 28 de junho de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal 101/2014.

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N.045/2016

DECRETO Nº 045/2016, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e em consonância com a Lei Municipal 229/97, alterada pela Lei Complementar 099/2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, ficando assim constituído:

GOVERNAMENTAIS

a) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:
- Ivan Roberto Galvan

b) Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social:
- Alessandra Radavelli

c) Secretaria de Administração:
- Francieli de Oliveira Chaves

d) Escola de Educação Básica Vitorio Roman:
- Dilmar Antônio Mozzer

NÃO GOVERNAMENTAIS

a) Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Galezzo Paganelli:
- José Alencar da Silva

b) Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Ângelo Anzolin:
- Elenir Zonta dos Santos

c) Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL)
- Titular: Flávio Roberto Lazarato

d) AMICRI:
- Lides Terezinha Mioto

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se o Decreto nº 015/2013, de 25 de fevereiro de 2013.

Vargem Bonita (SC), 28 de junho de 2016.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 29/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N.046/2016

DECRETO Nº046/2016, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e em consonância com a Lei Municipal 200/96, alterada pela Lei 962/2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado a CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, ficando assim constituído:

GOVERNAMENTAIS:

a) Departamento de Assistência Social:
- Tiago Maestri

b) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:
- Nádia de Lourdes Roseghini Lazaroto

c) Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social:
- Velci de Souza Chinatto

d) Secretaria de Administração e Finanças:
- Suelen Favretto

e) Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico:
- Winicius de Oliveira da Silva

NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) Usuários da Assistência Social:
- Daniela Aparecida Bartz
- Edione Miglioreto

b) Entidades e organizações de assistência social devidamente inscrita no CMAS, APAE:
- Maria Elizangela Cardoso

c) Dois representantes de trabalhadores do Setor:
- Daniela Aparecida Moraes
- Jociele Vanz.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se o Decreto nº 014/2013, de 25 de fevereiro de 2013.

Vargem Bonita (SC), 28 de junho de 2016.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 29/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N.047/2016

DECRETO Nº 047/2016, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

HOMOLOGA RESULTADO DO TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO DO EDITAL Nº 002/2016 DE 07 DE JUNHO DE 2016.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a lista de aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016, para contratação temporária, do seguinte cargo:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Inscrição	Nome	Situação	Classificação
001	Alessandro dos Santos	APROVADO	1º

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 28 de junho de 2016.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 29/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

LEI N.1077/2016

LEI Nº 1.077/2016, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

“ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 548/2003 DE 09 DE JULHO DE 2003 QUE AUTORIZA RECEBIMENTO DE IMÓVEL DOADO PELA EMPRESA CELULOSE IRANI SA.”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e, fica sancionada a seguinte lei:

Artigo 1º - O Artigo primeiro da Lei nº 548/2003 de 09 de julho de 2003, passa ter a seguinte redação:

“Artigo 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por doação, imóvel de propriedade da empresa Celulose Irani SA, localizado na Vila Campina da Alegria constituído por um terreno com área total de 1.655,00 metros quadrados, delimitada pelas confrontações georeferenciadas ao SGB constante na matrícula nº 6323 do Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvas/SC.

Parágrafo Único – o imóvel objeto da presente doação reverterá de pleno direito a empresa doadora, sem direito a retenção de benfeitorias acrescidas, no caso de desativação em definitivo de serviços públicos municipais ali prestados a população.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 28 de junho de 2016.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 29/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

LEI N.1078/2016

LEI N.1.078/2016, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

“FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE VARGEM BONITA (SC)”.

Art. 1º. Os subsídios mensais do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais de Vargem Bonita-SC, com base na competência exclusiva delimitada no art. 71 da Lei Orgânica do Município de Vargem Bonita, combinado com o disposto no artigo 29, V da Constituição Federal, com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº. 19/98, de 04 de junho de 1998, são fixados nos seguintes valores:

- PREFEITO MUNICIPAL R\$ 15.534,66
 - VICE-PREFEITO MUNICIPAL R\$ 7.691,38
 - SECRETÁRIOS MUNICIPAIS R\$ 5.511,07
- Art. 2º. Fica expressamente vedado o pagamento de qualquer gratificação, adicional, abono, verba de representação ou qualquer outra vantagem remuneratória, com exceção do décimo terceiro salário aos secretários municipais.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 28 de junho de 2016.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 30/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

LEI N.1079/2016

LEI N.1.079/2016, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

“FIXA OS SUBSÍDIOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DOS VEREADORES MUNICIPAIS DE VARGEM BONITA-SC”

Art. 1º - De acordo com a competência exclusiva delimitada no artigo 71 da Lei Orgânica do Município de Vargem Bonita, atendendo ao que dispõe o artigo 29, V da Constituição Federal, com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 19/98, de 04 de junho de 1998, os subsídios mensais do Presidente da Câmara de Vereadores e Vereadores Municipais são fixados nos seguintes valores:

- PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES R\$ 3.882,72
- VEREADORES R\$ 2.821,16

Art. 2º - Conforme dispõe a Carta Magna, fica expressamente vedado qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba e representação ou qualquer vantagem remuneratória.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 28 de junho de 2016.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 30/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.087/16

DECRETO Nº 13.087/16, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.367/16, de 22 de junho de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação
02 – Departamento de Ensino Fundamental
2.034 – Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas 100.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas 100.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação
03 – Departamento de Ensino Infantil
2.037 – Manutenção de Ensino de 0 a 6 anos
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas 1.500.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas 300.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 2.000.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Excesso de Arrecadação do exercício de 2016, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 13.070/16.

Videira, 29 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.088/16

DECRETO Nº 13.088/16, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.365/16, de 22 de junho de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 443.065,77 (Quatrocentos e quarenta e três mil sessenta e cinco reais e setenta e sete centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ – 2.063 – Atenção Básica
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.9 – Aplicações Diretas 42.800,00

15 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ – 2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas 300.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0003.0 – Aplicações Diretas 100.265,77

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2015, excesso de arrecadação de 2016 e da anulação parcial ou total das seguintes dotações:

15 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ – 2.063 – Atenção Básica
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0064.9 – Aplicações Diretas 42.800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 13.068/16.

Videira, 29 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.089/16

DECRETO Nº 13.089/16, DE 29 DE JUNHO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.366/16, de 22 de junho de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ – 2063 – Atenção Básica
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas 450.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas 100.000,00

15 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ – 2064 – Atenção de Média e Alta Complexidade
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas 300.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas 150.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 1.000.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação total ou parcial da seguinte dotação:

05 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
01 – Desenvolvimento Econômico
Proj/Ativ – 1.006 – Incentivo a Indústria
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 – Aplicações Diretas 1.000.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES 1.000.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 13.069/16.

Videira, 23 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2016 - FMS

O Município de Videira por meio do Fundo Municipal de Saúde comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2016 – FMS

HOMOLOGAÇÃO: 28/06/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE QUALIDADE EXTERNO EM ANÁLISES CLÍNICAS, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADO: PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA – PNCQ.

VALOR TOTAL DA DESPESA: R\$ 7.425,00 (sete mil, quatrocentos e vinte e cinco reais).

FUNDAMENTO: artigos art. 24, II, e atentando ao Art. 26 da Lei 8.666/93.

Videira/SC, 28 de Junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2016

Ata de Registro de Preços nº: 100/2016

Data de Assinatura: 17.06.2016

Contratada...: Tepel Comércio de Produtos Alimentícios Ltda - ME

Valor : 19.311,20 (dezenove mil trezentos e onze reais e vinte centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 60/2016-PMV

Vigência : Início: 17.06.2016 Término: 15.01.2017

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, POR MEIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2016

Ata de Registro de Preços nº: 101/2016

Data de Assinatura: 20.06.2016

Contratada...: Bagatoli Comércio de Móveis Ltda.

Valor : 18.270,00 (dezoito mil duzentos e setenta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 56/2016-PMV

Vigência : Início: 20.06.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MOBILIÁRIOS EM GERAL (ESPELHOS, QUADROS CÔNCAVOS, MADEIRAS, ENTRE OUTROS) PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) E PARA O ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2016

Ata de Registro de Preços nº: 102/2016

Data de Assinatura: 20.06.2016

Contratada...: Dismacenter Suprimentos para Informática Ltda.

Valor : 41.435,00 (quarenta e um mil quatrocentos e trinta e cinco reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 56/2016-PMV

Vigência : Início: 20.06.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MOBILIÁRIOS EM GERAL (ESPELHOS, QUADROS CÔNCAVOS, MADEIRAS, ENTRE OUTROS) PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) E PARA O ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2016

Ata de Registro de Preços nº: 103/2016

Data de Assinatura: 20.06.2016

Contratada...: Indústria de Móveis e Artefatos MA Ltda.

Valor : 87.991,50

Licitação : Pregão Presencial nº 56/2016-PMV

Vigência : Início: 20.06.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MOBILIÁRIOS EM GERAL (ESPELHOS, QUADROS CÔNCAVOS, MADEIRAS, ENTRE OUTROS) PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) E PARA O ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2016

Ata de Registro de Preços nº: 104/2016

Data de Assinatura: 20.06.2016

Contratada...: Serraria Mariani Ltda.

Valor : 7.300,00

Licitação : Pregão Presencial nº 56/2016-PMV

Vigência : Início: 20.06.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MOBILIÁRIOS EM GERAL (ESPELHOS, QUADROS CÔNCAVOS, MADEIRAS, ENTRE OUTROS) PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) E PARA O ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2016

Ata de Registro de Preços nº: 105/2016

Data de Assinatura: 20.06.2016

Contratada...: Total Sports Ltda.

Valor : 1.497,00

Licitação : Pregão Presencial nº 56/2016-PMV

Vigência : Início: 20.06.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MOBILIÁRIOS EM GERAL (ESPELHOS, QUADROS CÔNCAVOS, MADEIRAS, ENTRE OUTROS) PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) E PARA O ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2016

Ata de Registro de Preços nº: 106/2016

Data de Assinatura: 20.06.2016

Contratada...: VW Comércio Atacadista Ltda.

Valor : 24.170,00 (vinte e quatro mil cento e setenta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 56/2016-PMV

Vigência : Início: 20.06.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MOBILIÁRIOS EM GERAL (ESPELHOS, QUADROS CÔNCAVOS, MADEIRAS, ENTRE OUTROS) PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) E PARA O ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2016

Ata de Registro de Preços nº: 107/2016

Data de Assinatura: 20.06.2016

Contratada...: Clínica Veterinária Amor Animal EIRELI - ME

Valor : 39.000,00 (trinta e nove mil reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 57/2016-PMV

Vigência : Início: 20.06.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE CLÍNICA VETERINÁRIA PARA A REALIZAR A CASTRAÇÃO DE FÊMEAS DE CÃES, PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 94/2016

Ata de Registro de Preços nº: 94/2016

Data de Assinatura: 02.06.2016

Contratada...: Greca Distribuidora de Asfaltos Ltda.

Valor : 150.750,00 (cento e cinquenta mil setecentos e cinquenta reais).

Licitação : Pregão Presencial nº 56/2016-PMV

Vigência : Início: 02.06.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM FORNECIMENTOS PARCELADOS, DE EMULSÃO ASFÁLTICA CM 30 E DE RECOMPOSITOR DE PISTA USINADO A QUENTE PARA SEREM UTILIZADOS NAS MANUTENÇÕES DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/2016

Ata de Registro de Preços nº: 95/2016

Data de Assinatura: 02.06.2016

Contratada...: Nacional Asfaltos Ltda.

Valor : 15.000,00 (quinze mil reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 56/2016-PMV

Vigência : Início: 02.06.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM FORNECIMENTOS PARCELADOS, DE RECOMPOSITOR DE PISTA USINADO A QUENTE PARA SEREM UTILIZADOS NAS

MANUTENÇÕES DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2016

Ata de Registro de Preços nº: 96/2016

Data de Assinatura: 03.06.2016

Contratada...: Balestieri & Cia Ltda

Valor : 79.900,00 (setenta e nove mil e novecentos reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 54/2016-PMV

Vigência : Início: 03.06.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE TELAS DE ARAME GALVANIZADO E PALANQUES PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO ARMADO PARA SEREM INSTALADOS NAS ESCOLAS, CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E CAMPO DE FUTEBOL DO GINÁSIO MEDALHÃO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2016

Ata de Registro de Preços nº: 97/2016

Data de Assinatura: 10.06.2016

Contratada...: Assessormed Assessoria em Medicina do Trabalho Ltda.

Valor : 225.402,02 (duzentos e vinte e cinco mil quatrocentos e dois reais e dois centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 55/2016-PMV

Vigência : Início: 10.06.2016 Término: 10.12.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO PARA ATUALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTE E SAÚDE OCUPACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, PELA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 98/2016

Ata de Registro de Preços nº: 98/2016

Data de Assinatura: 17.06.2016

Contratada...: Ap Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda.

Valor : 454.300,00 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil e trezentos reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 60/2016-PMV

Vigência : Início: 17.06.2016 Término: 15.01.2017

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, POR MEIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2016

Ata de Registro de Preços nº: 99/2016

Data de Assinatura: 17.06.2016

Contratada...: Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda – ME.

Valor : 6.320,00 (seis mil trezentos e vinte reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 60/2016-PMV

Vigência : Início: 17.06.2016 Término: 15.01.2017

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, POR MEIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO CONTRATO Nº 100/2016

Contrato nº: 100/2016

Data de Assinatura: 22.06.2016

Contratada...: Alceu de Souza Campos MEI.

Valor : 2.640,00

Licitação : Concorrência nº 01/2016-PMV

Vigência : Início: 01/07/2016 Término: 01/07/2017

Objeto : PERMISSÃO DE USO DE SALA, COM ÁREA DE 15,53 M², NO GINÁSIO MUNICIPAL DO BAIRRO AMARANTE, DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DE BAR E LANCHONETE.

EXTRATO CONTRATO Nº 101/2016

Contrato nº: 101/2016

Data de Assinatura: 22.06.2016

Contratada...: Angel Confeções e Presentes Ltda.

Valor : 2.880,00

Licitação : Concorrência nº 01/2016-PMV

Vigência : Início: 01/07/2016 Término: 01/07/2017

Objeto : PERMISSÃO DE USO DA SALA Nº 04, COM ÁREA DE 15,75 M², LOCALIZADA NO TERMINAL RODOVIÁRIO WALDEMAR KLEINUBING, DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DE COMÉRCIO DE LIVRARIA E AFINS, CONFECÇÕES EM GERAL, PAPELARIA, ARTIGOS PARA PRESENTES.

EXTRATO CONTRATO Nº 102/2016

Contrato nº: 102/2016

Data de Assinatura: 22.06.2016

Contratada...: ASTRAL BAR E LANCHONETE LTDA ME

Valor : 4.668,00

Licitação : Concorrência nº 01/2016-PMV

Vigência : Início: 01/07/2016 Término: 01/07/2017

Objeto : PERMISSÃO DE USO DE SALA, COM ÁREA DE 32,80 M², NO GINÁSIO MUNICIPAL DO BAIRRO RIO DAS PEDRAS, DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DE BAR E LANCHONETE.

EXTRATO CONTRATO Nº 103/2016

Contrato nº: 103/2016

Data de Assinatura: 22.06.2016

Contratada...: AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA.

Valor : 3.936,00

Licitação : Concorrência nº 01/2016-PMV

Vigência : Início: 01/07/2016 Término: 01/07/2017

Objeto : PERMISSÃO DE USO DA SALA Nº 07, COM ÁREA DE 15,96 M², LOCALIZADA NO TERMINAL RODOVIÁRIO WALDEMAR KLEINUBING, DESTINADA À VENDA DE PASSAGENS ENCOMENDAS.

EXTRATO CONTRATO Nº 104/2016

Contrato nº: 104/2016

Data de Assinatura: 22.06.2016

Contratada...: FORMIGÃO LANCHES LTDA - ME

Valor : 7.884,00

Licitação : Concorrência nº 01/2016-PMV

Vigência : Início: 01/07/2016 Término: 01/07/2017

Objeto : PERMISSÃO DE USO DE SALA NO BALNEÁRIO XV, COM ÁREA DE 155 M², DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DE BAR E LANCHONETE.

EXTRATO CONTRATO Nº 105/2016

Contrato nº: 105/2016

Data de Assinatura: 22.06.2016

Contratada...: IVONE TEREZINHA SANTIN ME

Valor : 4.116,00

Licitação : Concorrência nº 01/2016-PMV

Vigência : Início: 01/07/2016 Término: 01/07/2017

Objeto : PERMISSÃO DE USO DA SALA Nº 02, COM ÁREA DE 16,80 M², LOCALIZADA NO TERMINAL RODOVIÁRIO WALDEMAR KLEINUBING, PARA EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES DESTINADAS AO COMÉRCIO DE LIVRARIA E AFINS, CONFECÇÕES EM GERAL, PAPELARIA, ARTIGOS PARA PRESENTES.

EXTRATO CONTRATO Nº 106/2016

Contrato nº: 106/2016

Data de Assinatura: 22.06.2016

Contratada...: LANCHONETE DOIS TREVOS LTDA ME

Valor : 18.360,00

Licitação : Concorrência nº 01/2016-PMV

Vigência : Início: 01/07/2016 Término: 01/07/2017

Objeto : PERMISSÃO DE USO DA SALA Nº 01, COM ÁREA DE 88,07 M², LOCALIZADA NO TERMINAL RODOVIÁRIO WALDEMAR KLEINUBING, PARA EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES DESTINADAS AO FUNCIONAMENTO DE LANCHONETE, RESTAURANTE E BAR.

EXTRATO CONTRATO Nº 107/2016

Contrato nº: 107/2016

Data de Assinatura: 22.06.2016

Contratada...: NELSON PELENTIR ME.

Valor : 6.400,00

Licitação : Concorrência nº 01/2016-PMV

Vigência : Início: 01/07/2016 Término: 01/07/2017

Objeto : PERMISSÃO DE USO DE SALA, COM ÁREA DE 22,29 M², NO GINÁSIO MUNICIPAL PADRE BRUNO POKOLM, DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DE BAR E LANCHONETE, E PERMISSÃO DE USO DE SALA, COM ÁREA DE 52,37 M², NO ESTÁDIO MUNICIPAL LUÍZ LEONI, DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DE BAR E LANCHONETE.

EXTRATO CONTRATO Nº 108/2016

Contrato nº: 108/2016

Data de Assinatura: 22.06.2016

Contratada...: REUNIDAS TURISMO S/A.

Valor : 7.872,00

Licitação : Concorrência nº 01/2016-PMV

Vigência : Início: 01/07/2016 Término: 01/07/2017

Objeto : PERMISSÃO DE USO DA SALA Nº 05, COM ÁREA DE 15,96 M² E DA SALA Nº 06, COM ÁREA DE 15,96 M², LOCALIZADAS NO TERMINAL RODOVIÁRIO WALDEMAR KLEINUBING, DESTINADAS À VENDA DE PASSAGENS E ENCOMENDAS.

EXTRATO CONTRATO Nº 109/2016

Contrato nº: 109/2016

Data de Assinatura: 22.06.2016

Contratada...: TRANSPORTES GARRA LTDA ME

Valor : 4.140,00

Licitação : Concorrência nº 01/2016-PMV

Vigência : Início: 01/07/2016 Término: 01/07/2017

Objeto : PERMISSÃO DE USO DA SALA Nº 03, COM ÁREA DE 15,75 M², LOCALIZADA NO TERMINAL RODOVIÁRIO WALDEMAR KLEINUBING, DESTINADA À VENDA DE PASSAGENS E ENCOMENDAS.

EXTRATO CONTRATO Nº 110/2016

Contrato nº: 110/2016

Data de Assinatura: 23.06.2016

Contratada...: CONCRETOS FARROUPILHA LTDA - EPP

Valor : 191.508,44

Licitação : Tomada de Preços nº 06/2016-PMV
Vigência : Início: 23/06/2016 Término: 23/06/2017
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS DE CONCRETO PARA PASSEIO INTERNO E ACESSO AO PÁTIO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO BAIRRO CARBONI, COM ÁREA ACESSO/PÁTIO DE 1.816,50M² E CALÇADAS DE 196,68M², ATRAVÉS DAS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO E EDUCAÇÃO.

EXTRATO CONTRATO Nº 111/2016

Contrato nº: 111/2016
Data de Assinatura: 27.06.2016
Contratada...: Mateus Spricigo - EPP
Valor : 181.725,15
Licitação : Tomada de Preços nº 05/2016-PMV
Vigência : Início: 27/06/2016 Término: 27/06/2017
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO PRÉ-MOLDADO NO HORTO FLORESTAL (PROGRAMA S.O.S. NASCENTES), COM ÁREA TOTAL: 240,00 M², PELAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E PLANEJAMENTO.

EXTRATO CONTRATO Nº 112/2016

Contrato nº: 112/2016
Data de Assinatura: 28.06.2016
Contratada...: programa nacional de qualidade Ltda - pncq
Valor : 7.425,00
Licitação : Dispensa de Licitação nº 03/2016 - FMS
Vigência : Início: 28.06.2016 Término: 06/07/2017
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE QUALIDADE EXTERNO EM ANÁLISES CLÍNICAS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE.

EXTRATO CONTRATO Nº 95/2016

Contrato nº: 95/2016
Data de Assinatura: 14.06.2016
Contratada...: Tieppo Auto Mecânica JJD Ltda - ME
Valor : 4.945,00
Licitação : Pregão Presencial nº 20/2016 - FMS
Vigência : Início: 14.06.2016 Término: 31/12/2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A MANUTENÇÃO CORRETIVA, COM MATERIAL E MÃO DE OBRA, DO VEÍCULO RENAULT MASTER MINIBUS, ANO 2014/2015, 16P, 130CV, PLACA OKH 1454, FROTA 253, PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

EXTRATO CONTRATO Nº 96/2016

Contrato nº: 96/2016
Data de Assinatura: 16.06.2016
Contratada...: Savian Administradora Ltda – EPP.
Valor : 1.102,20
Licitação : Pregão Presencial nº 59/2016-PMV
Vigência : Início: 16.06.2016 Término: 31/12/2016
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE JARDINAGEM PARA A ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL GABRIEL BOGONI, POR MEIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO CONTRATO Nº 97/2016

Contrato nº: 97/2016
Data de Assinatura: 16.06.2016
Contratada...: Savian Administradora Ltda – EPP.
Valor : 16.698,00
Licitação : Pregão Presencial nº 59/2016-PMV
Vigência : Início: 16.06.2016 Término: 31/12/2016

Objeto : AQUISIÇÃO DE GRAMA E MATERIAIS DE JARDINAGEM PARA A ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL GABRIEL BOGONI, POR MEIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO CONTRATO Nº 98/2016

Contrato nº: 98/2016
Data de Assinatura: 20.06.2016
Contratada...: Elejecel Elevadores Ltda – ME.
Valor : 162.800,00
Licitação : Pregão Presencial nº 19/2016-FMS
Vigência : Início: 20.06.2016 Término: 20.06.2017
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO, PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELEVADORES NA UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO.

EXTRATO CONTRATO Nº 99/2016

Contrato nº: 99/2016
Data de Assinatura: 20.06.2016
Contratada...: Irma Terezinha Stumm Camuzato 76327337953
Valor : 17.686,00
Licitação : Pregão Presencial nº 03/2016-FMAS
Vigência : Início: 27.06.2016 Término: 31.12.2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DESENVOLVER OFICINAS DE DANÇA E AULAS DE GINÁSTICA PARA OS USUÁRIOS DO PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO E PARA OS USUÁRIOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS DO BAIRRO AMARANTE E CRAS DO BAIRRO DE CARLI, POR MEIO DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0003/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0003/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: DAYANE DEICKE
CPF: 049.432.069-99
VIGÊNCIA: de 14 de janeiro de 2016 até 01 de agosto de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0103/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0103/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: FRANCIELE DE LOURDES RIBEIRO
CPF: 008.636.389-10
VIGÊNCIA: de 08 de fevereiro de 2016 até 31 de janeiro de 2017
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0165/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0165/2016
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: TUANE CRISTINE SAVIAN
CPF: 070.117.789-69
VIGÊNCIA: de 09 de março de 2016 até 24 de junho de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0219/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0219/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DIANA MEERHOLZ
CPF: 007.526.319-00
VIGÊNCIA: de 13 de abril de 2015 até 30 de junho de 2016
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0225/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0225/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSALINO LUIZ MANENTI

CPF: 613.137.859-20

VIGÊNCIA: de 09 de maio de 2016 até 13 de junho de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0225/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0225/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSALINO LUIZ MANENTI

CPF: 613.137.859-20

VIGÊNCIA: de 09 de maio de 2016 até 15 de setembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0471/15

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0471/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MADALENA DEMORI

CPF: 296.709.779-91

VIGÊNCIA: de 02 de dezembro de 2015 até 31 de maio de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

HOMOLOGAÇÕES FMAS - JUNHO 2016

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Assistência Social, no mês 06/2016, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 - FMAS

PROCESSO Nº 04/2016

HOMOLOGAÇÃO: 20/06/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DESENVOLVER OFICINAS DE DANÇA E AULAS DE GINÁSTICA PARA OS USUÁRIOS DO PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO E PARA OS USUÁRIOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS BAIRRO AMARANTE E CRAS BAIRRO DE CARLI, POR MEIO DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

CONTRATADO: IRMA TEREZINHA STUMM CAMUZATO 76327337953
VALOR DA DESPESA: R\$ 17.686,00 (dezessete mil seiscentos e oitenta e seis reais)

Videira, 30/06/2016

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÕES FMS - JUNHO 2016

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, no mês 06/2016, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016

PROCESSO Nº 25/2016

HOMOLOGAÇÃO: 20/06/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO, PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELEVADORES NA UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

CONTRATADO: ELEJECEL ELEVADORES LTDA. - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 162.800,00 (cento e sessenta e dois mil e oitocentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016

PROCESSO Nº 26/2016

HOMOLOGAÇÃO: 14/06/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A MANUTENÇÃO CORRETIVA, COM MATERIAL E MÃO DE OBRA, DO VEÍCULO RENAULT MASTER MINIBUS, ANO 2014/2015, 16P, 130CV, PLACA OKH 1454, FROTA 253, PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADO: TIEPPO AUTO MECANICA JJD LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.945,00 (quatro mil novecentos e quarenta e cinco reais)

Videira, 30/06/2016

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÕES PMV - JUNHO 2016

O Município de Videira no mês 06/2016, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2016

PROCESSO Nº 64/2016

HOMOLOGAÇÃO: 01/06/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA CHAPEAÇÃO, PINTURA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS NAS VIATURAS DA POLICIA MILITAR.

CONTRATADO: CHAPEAÇÃO E PINTURA PM LTDA-ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.368,00 (dezessete mil trezentos e sessenta e oito reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2016

PROCESSO Nº 66/2016

HOMOLOGAÇÃO: 01/06/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TINTAS E MATERIAIS PARA REALIZAR A PINTURA EXTERNA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTA TERESA, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: VALESAN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA (VIDEIRA)

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)

CONTRATADO: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.522,20 (dois mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2016

PROCESSO Nº 68/2016

HOMOLOGAÇÃO: 02/06/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM FORNECIMENTOS PARCELADOS, DE EMULSÃO ASFÁLTICA CM 30 E DE RECOMPOSITOR DE PISTA USINADO A QUENTE PARA SEREM UTILIZADOS NAS MANUTENÇÕES DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 150.750,00 (cento e cinquenta mil setecentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: NACIONAL ASFALTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2016
PROCESSO Nº 72/2016
HOMOLOGAÇÃO: 03/06/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE TELAS DE ARAME GALVANIZADO E PALANQUES PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO ARMADO PARA SEREM INSTALADOS NAS ESCOLAS, CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E CAMPO DE FUTEBOL DO GINÁSIO MEDALHÃO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
CONTRATADO: BALESTIERI & CIA LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 79.900,00 (setenta e nove mil e novecentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2016
PROCESSO Nº 73/2016
HOMOLOGAÇÃO: 10/06/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO PARA ATUALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTE E SAÚDE OCUPACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, PELA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
CONTRATADO: ASSESSORMED ASSESSORIA EM MEDICINA DO TRABALHO LTD
VALOR DA DESPESA: R\$ 225.402,02 (duzentos e vinte e cinco mil quatrocentos e dois reais e dois centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2016
PROCESSO Nº 75/2016
HOMOLOGAÇÃO: 20/06/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE MOBILIÁRIOS EM GERAL (TAMPÓS DE GRANITO, ESPELHOS, QUADROS CÔNCAVOS, MADEIRAS, ENTRE OUTROS) PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) E PARA O ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).
CONTRATADO: SERRARIA MARIANI LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais)
CONTRATADO: DISMACENTER SUPRIMENTOS P / INFORM. LTDA-ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 41.435,00 (quarenta e um mil quatrocentos e trinta e cinco reais)
CONTRATADO: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 18.270,00 (dezoito mil duzentos e setenta reais)
CONTRATADO: TOTAL SPORTS LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.497,00 (um mil quatrocentos e noventa e sete reais)
CONTRATADO: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 24.170,00 (vinte e quatro mil cento e setenta reais)
CONTRATADO: INDÚSTRIA DE MOVEIS E ARTEFATOS MA LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 88.040,00 (oitenta e oito mil e quarenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2016

PROCESSO Nº 76/2016
HOMOLOGAÇÃO: 20/06/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE CLÍNICA VETERINÁRIA PARA A REALIZAR A CASTRAÇÃO DE FÊMEAS DE CÃES, PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA.
CONTRATADO: CLINICA VETERINARIA AMOR ANIMAL - EIRELI - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2016
PROCESSO Nº 79/2016
HOMOLOGAÇÃO: 16/06/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GRAMA E MATERIAIS DE JARDINAGEM PARA A ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL GABRIEL BOGONI, POR MEIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
CONTRATADO: SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.102,20 (um mil cento e dois reais e vinte centavos)
CONTRATADO: MIL PLANTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 16.698,00 (dezesseis mil seiscentos e noventa e oito reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2016
PROCESSO Nº 80/2016
HOMOLOGAÇÃO: 17/06/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, POR MEIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 454.300,00 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil e trezentos reais)
CONTRATADO: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.320,00 (seis mil trezentos e vinte reais)
CONTRATADO: TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 19.311,20 (dezenove mil trezentos e onze reais e vinte centavos)

=====

CONCORRÊNCIA P/ ALIENAÇÃO Nº 1/2016
PROCESSO Nº 59/2016
HOMOLOGAÇÃO: 22/06/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA
OBJETO: PERMISSÃO DE USO ONEROSO, PARA EXPLORAÇÃO DE BENS/ESPAÇOS PÚBLICOS DIVERSOS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 2.256/2009 E SUAS ALTERAÇÕES
CONTRATADO: IVONE TEREZINHA SANTIN-ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.116,00 (quatro mil cento e dezesseis reais)
CONTRATADO: NELSON PELENTIR ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais)
CONTRATADO: LANCHONETE DOIS TREVOS LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 18.360,00 (dezoito mil trezentos e sessenta reais)
CONTRATADO: TRANSPORTES GARRA LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.140,00 (quatro mil cento e quarenta reais)
CONTRATADO: ANGEL CONFECÇÕES E PRESENTES LTDA-ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta

reais)
CONTRATADO: FORMIGÃO LANCHES LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.884,00 (sete mil oitocentos e oitenta e quatro reais)
CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S.A.
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.872,00 (sete mil oitocentos e setenta e dois reais)
CONTRATADO: ASTRAL BAR E LANCHONETE LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.668,00 (quatro mil seiscentos e sessenta e oito reais)
CONTRATADO: AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.936,00 (três mil novecentos e trinta e seis reais)
CONTRATADO: ALCEU DE SOUZA CAMPOS 76094774949
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais)

=====

TOMADA DE PREÇO Nº 05/2016
PROCESSO Nº 51/2016
HOMOLOGAÇÃO: 27/06/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO PRÉ-MOLDADO NO HORTO FLORESTAL (PROGRAMA S.O.S. NASCENTES), COM ÁREA TOTAL: 240,00 M², PELAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E PLANEJAMENTO.
CONTRATADO: MATEUS SPRICIGO - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 181.725,15 (cento e oitenta e um mil setecentos e vinte e cinco reais e quinze centavos)

=====

TOMADA DE PREÇO Nº 06/2016
PROCESSO Nº 67/2016
HOMOLOGAÇÃO: 23/06/2016
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS DE CONCRETO PARA PASSEIO INTERNO E ACESSO AO PÁTIO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO BAIRRO CARBONI, COM ÁREA ACESSO/PÁTIO DE 1.816,50M² E CALÇADAS DE 196,68M², ATRAVÉS DAS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO E EDUCAÇÃO.
CONTRATADO: CONCRETOS FARROUPILHA LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 191.508,44 (cento e noventa e um mil quinhentos e oito reais e quarenta e quatro centavos)

Videira, 30/06/2016
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TP Nº 09/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2016 – PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE VAGAS TEMPORÁRIAS NO QUADRO FUNCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, restando INABILITADAS as empresas ASSCON-PP Assessoria e Consultoria Pública e Privada Eireli – EPP, Instituto o Barriga Verde, Instituto Excelência Ltda – ME e Objetiva Concursos Ltda. Tendo em vista que todas as empresas proponentes restaram INABILITADAS,

nos termos do art. 48, §3º da Lei de Licitações, a Comissão Permanente de Licitações, fixa a data 12/07/2016 até às 16:00 horas para que as empresas apresentem nova DOCUMENTAÇÃO escoimadas das causas que ensejaram a INABILITAÇÃO.

Videira, 28 de Junho de 2016.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 66/2016

Termo Aditivo nº 66/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 99/2016

Processo: PR nº 03/2016-FMAS

Contratado: IRMA TEREZINHA STUMM CAMUZATO 76327337953.

Objeto: Alterar os dias e os horários das oficinas de dança, previstos no item 01 do Contrato de Prestação de Serviços nº 99/2016, sem alterar a carga horária semanal, conforme solicitação e justificativa do Departamento de Ação Social.

Data: 29/06/2016.

Vitor Meireles

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 007/2016 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2016 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VITOR MEIRELES

Aos 29 de Junho de 2016, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 7/2016, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 29/06/2016, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES COM RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO ATRAVES DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE, CONFORME CONVÊNIO Nº 2016TR000561, para uso na Secretaria de Obras, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

12215.7 - JEFFERSON DUWE ME						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001.00002	UN	CADEIRA ODONTOLOGICA COM ACIONAMENTO DOS COMANDOS(SOBE E DESCE DE ACENTO E ENCOSTO) NO PEDAL COM VOLTA A ZERO, BRACO DIREITO ESCAMOTEAVEL, ENCOSTO DE CABECA ARTICULAVEL, UNIDADE AUXILIAR COM BACIA DE LOUCA E SUGADOR; REFLETOR COM ACIONAMENTO NO PEDAL; KART COM 3 PONTAS (ALTA E BAIXA ROTACAO E SERINGA TRIPLICE) COM SACA BROCA, 1 MICRO MOTOR E 1 CONTRA ANGULO.		3,00	8.314,10	24.942,30
00001	UN	MOCHO ODONTOLOGICO COM REGULAGEM DA ALTURA DO ENCOSTO POR INDEPENDENTE, ESTOFAMENTO COM ESPUMA ESPESSA, REVESTIDA EM LAMINADO DE PVC, SEM COSTURA E DE FACIL ASSEPSIA, SISTEMA A GAS PARA REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO, BASE COM CINCO COM RODIZIO.		3,00	690,00	2.070,00
00001.00000	UN	LOTE Nº01		1,00	31.800,00	31.800,00
00001.00001	UN	FOTOPOLIMERIZADOR DE RESINA DE LED SEM FIO COM BATERIA, COM LEDS DE ALTA INTENSIDADE E AMPLO ESPECTRO, REVESTIMENTO DE SAFIRA, SELAMENTO DE TEFLON E COM INTENSIDADE DE LUZ ENTRE 395 E 480 NM.		3,00	1.595,90	4.787,70
Total do Fornecedor: 31.800,00 (TRINTA E HUM MIL E OITOCENTOS Reais)						
Total da Licitação: 31.800,00 (TRINTA E HUM MIL E OITOCENTOS Reais)						

1.3 Este instrumento não obriga o FMS a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o FMS solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 7/2016 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será na Secretaria Municipal de obras e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 O FMS poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do FMS.

8.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 29 de Junho de 2016.

COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Pregoeiro

JAIR WIPPEL – Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING – Equipe de Apoio

JEFFERSON DUWE ME

JEFFERSON DUWE

Contratada

<61>

AVISO DE LICITAÇÃO 031/2016

Processo de Licitação 031/2016

Modalidade: Pregão 017/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h30min, do dia 12 de julho de 2016 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 30 de junho de 2016.

LUIZ LUCIO FOSSA

Prefeito Municipal em exercício

Extrato de Contrato n.º 053/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0053/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CREDENCIANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CREDENCIADA: ARAUJO CONSTRUÇOES LTDA - EPP

CNPJ: 76.599.059/0001-00

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECONSTRUÇÃO DE PONTE EM CONCRETO SOBRE O RIO DOLLMANN, CONFORME PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA Nº 2016005090, PROPOSTA Nº 17111/2016, CONVÊNIO Nº 2016TR001124 COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, conforme memoriais descritivos, planilhas e projeto constantes dos autos do processo, previsto no edital de licitação nº 025/2016, tomada de Preços Obras e Serviços Engenharia 005/2016.

VALOR DO CONTRATO: R\$ (215.947,68 duzentos e quinze mil, novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

PRAZO VIGÊNCIA: 30/06/2016 a 31/12/2016

Vitor Meireles – SC, 30 de junho de 2016.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal, em exercício.

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 0060/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0060/2016, tendo como objeto o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Impressos. O recebimento das propostas será até às 09:45h, do dia 14/07/2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 29 de junho de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº AJG 127/2016

DECRETO Nº AJG 127/2016

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de Enfermeiro no Concurso Público Municipal nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal nº AJG 078/2015, de 08/04/15;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a senhora Bruna Fiuza de Carvalho, brasileira, solteira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê, SC, inscrita no cpf/mf sob nº 058.288.949-94, portadora da Cédula de Identidade nº 4.371.145, expedida pela SSP/SC, Coren-SC nº 456.335, para o cargo de ENFERMEIRA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº BLB 3376/11 de 23 de novembro de 2011, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 29 de junho de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 128/2016

DECRETO Nº AJG 128/2016

CREDENCIA E DESCREDENCIA MONITORES DA EMPRESA DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA-ME PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS MUNICIPAIS ACERCA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS ÁREAS SOB CONCESSÃO.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e no art. 7º da Lei Municipal nº AJG 3738/2015, de 19 de maio

de 2015 e Decreto Municipal nº AJG 109/2015;

Considerando o disposto no Ofício nº 0121/2016, de 23/06/2016, da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam credenciadas os monitores da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionadas, para fiscalizar o cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento de veículos nas áreas sob concessão, emitindo os respectivos avisos de irregularidade:

NOME	CPF	IDENTIDADE
Ezaura de Fatima Fernandes	892.210.449-04	3.209.622
Marisa Bruchez de Souza	096.454.649-35	6.665.850
Edinéia Siqueira	011.805.429-59	6.990.252
Diogo Gonçalves Klomfass	038.808.081-71	001.265.729
Neiva das Chagas Martins	079.811.709-58	108.276.428
Sabrina Lopes dos Santos	081.979.379-58	5.716.544

Art.2º. Fica descredenciada a seguinte monitora da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionada:

NOME	CPF	IDENTIDADE
Josiele Batista Delgado	104.817.169-80	6.949.030

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 29 de junho de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 129/2016

DECRETO Nº AJG 129/2016

NOMEIA REPRESENTANTES PARA COMPOR O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o Ofício nº SME/163/2016, de 07 de junho de 2016, da Secretária Municipal de Educação;

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 081/2016, de 15 de abril de 2016, que instituiu o Fórum Municipal de Educação – FME.

Considerando que não existe representatividade da EJA de rede privada no Município de Xanxerê;

Considerando o documento do Ministério Público em que comunica a impossibilidade de possuir membro representante no FME;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os representantes de órgãos públicos, autarquias, entidades e movimentos sociais, abaixo relacionados, para compor o Fórum Municipal de Educação - FME, sendo:

I. Representantes da secretaria Municipal de Educação
Deonilde Balduino Titular
Vera Lucia Correa Suplente

II. Representantes da Secretaria Estadual de Educação
Tereza Cristina Giordani Titular
Cleusa Brusamarello Suplente

III. Representante do Poder Executivo
Salette Brizola de Jesus Titular
Kelin Regina Bianchi Suplente

IV. Representante do Poder Legislativo
Adriano de Martini Titular
Cirlei Menegolla Suplente

V. Representante do Conselho Municipal de Educação
Joselene Montagna Titular
Debora Nadaletti Suplente

VI. Representante Gestor da Rede Municipal de Educação Básica
Neusa José Luiz Titular
Jucelane Luzzi Suplente

VII. Representante Gestor da Rede Estadual de Educação Básica
Ivone Watanabe de Souza Zaniol Titular
Ivone Sartori Suplente

VIII. Representante Gestor da Rede Federal de Educação Básica
Eliane Zandonai Michelin Titular

IX. Representante Gestor da Rede Privada de Educação Básica Maria Lucia Leão Peterson Titular
Irmão Elio Valandro Suplente

X. Três professores representantes da Rede Municipal- Educação Básica
Robson dos Santos Oliveira Titular
Fernanda Zanella Titular
Juvildes Tortelli Margarete Bortoluzzi Titular
Priscila Cantoni Suplente

XI. Três professores representantes da Rede Estadual- Educação Básica
Maristela Adamy Chiamolera Titular
Ana Paula Balbinot Ferreira Titular
Josiane Cruzaro Titular
Marilete Terezinha Paglia Suplente
Elizangela da Silveira Suplente

XII. Três professores representantes da Rede Federal- Educação Básica
Aline Miriane Guerios Titular

XIII. Três professores representantes da Rede Particular- Educação Básica
Catia Eliza Borges Tombini Titular
Pamela Paes Neves Titular
Duani Dinara Drvanoski Titular
Juliana Beatriz Gatto Suplente
Volneia Brito Sirlei Boff Suplente

XIV. Representante EJA da rede Publica
Eva Santana Rodrigues Titular

Jacira Neves Liborio de Avila Suplente

XV. Um representante da educação especial na rede municipal
Michele Barbosa Titular
Eli da Silva Paz Suplente

XVI. Um representante da educação especial na rede estadual
Claudete Mussio Titular
Alvaneve Fatima Moretto Suplente

XVII. Um representante das instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, com sede em Xanxerê
Rosangela Padilha Cruz Titular

XVIII. Um representante das instituições particulares de Ensino Superior, com sede em Xanxerê
Graciane Aparecida Visnieski Titular
Marivone Wisnieski Suplente

XIX. Um representante das instituições comunitárias de Ensino Superior, com sede em Xanxerê
Claudio Luiz Orço Titular
Elizandra Iop Suplente

XX. Um representante de pais da rede municipal- Educação Básica
Aracelia Marques Titular
Patricia Prudencio Suplente

XXI. Um representante de pais da rede estadual- Educação Básica
Luciane Menegotto Titular
Roseli Pereira Suplente

XXII. Um representante de pais da rede federal - Educação Básica
Régis Zanella Titular

XXIII. Um representante de pais da rede privada- Educação Básica
Luciane Conte Marcio Titular

XXIV. Um representante dos estudantes DCE
Aline Muniz Pogorzelski Titular
Leticia Turella Suplente

XXV. Um representante da pastoral da criança e da Juventude
Laleska de Vicentin Titular
Fernanda Toffolo Suplente

XXVI. Um Representante do Conselho Tutelar de Xanxerê
Roseli Nunes de Oliveira Titular
Alvair Alves Suplente

XXVII. Um Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Xanxerê
Luciana Bandeira Titular

XXVIII. Um representante das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC
Vanderlei Antonio Duarte Titular
Edson Antonio Zatta Suplente

XXIX. Um representante do sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Chapeco e Região com subsede em Xanxerê
Dionis Alex Toigo Titular
Erivelton Cecchet Suplente

XXX. Um representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (SINTE/SC)
Ivanir Brunetto Titular

XXXI. Um Representante do sindicato dos Servidores Federais da

Educação Básica, Profissional e Tecnológica
Daniele Oro Titular

XXXII. Um Representante do sindicato das Escolas Particulares
SINPROESTE Juleide Correia Titular
Maiara Afonso Gonçalves Fernandes Suplente

Art. 2º Aos integrantes do FME, não será atribuída remuneração,
sendo considerados serviços de relevante de interesse público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 29 de junho de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

EXTRATO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0149/2014

Extrato 3º Aditivo ao Contrato nº 0149/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Xanxerê.
Contratado: Transportes Wild Beast Volley Ball Ltda ME.
Objeto: Tem por objeto a Prestação dos Serviços de Transporte Escolar, na linha 35.
Fica reajustado o valor em 5% do km rodado, passando a ser o valor da Linha 35 em R\$ 2,40 por Km rodado, a partir do mês de julho de 2016, de acordo com ofício da Secretaria Municipal de Educação e Parecer Jurídico anexos ao processo.
Xanxerê-SC, 29 de junho 2016. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO Nº 0036/2016

Extrato de Rescisão de Contrato nº 0036/2016
Locatário: O Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Assistência Social.
Locador: Clube Cultural Recreativo e Esportivo 7 de Setembro.
Objeto: locação para utilização da estrutura física do Clube Cultural, Recreativo e Esportivo 7 de Setembro, composta por: Canchas de bolão "23" (sede campestre), a ser utilizada pelo Grupo da 3ª Idade do Centro de Convivência Conviver e demais grupos do município.
Fica rescindido de comum acordo a partir da presente data, o contrato de Locação nº 0036/2016 firmado em 15/04/2016, conforme justificativas no Ofício anexo ao Processo.
Xanxerê-SC, 30 de junho de 2016. Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

LEI 1524/2016

LEI Nº 1524, DE 28 DE JUNHO DE 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Serviços Gerais	
Projeto Atividade: 1.001 – Investimentos na Administração e Gabinete do prefeito	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.03.0089 (CR 114)	
R\$	20.000,00
.....	
Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 1.002 – Investimentos no Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.03.0089 (CR 115)	
R\$	50.000,00
.....	
TOTAL	70.000,00
.....	

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da subtração superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos de alienação de bens: 03.0089.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 28 de Junho de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1525/2016

LEI Nº 1525, DE 28 DE JUNHO DE 2016

RATIFICA A SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CONSÓRCIO LAMBARI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei

Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica ratificada a segunda alteração e consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Gestão Ambiental Participativa do Alto Uruguai Catarinense – Consórcio Lambari, firmado em 25 de fevereiro de 2016.

Parágrafo único. A ratificação de que trata este artigo é sem reservas, nos termos do Anexo Único, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 28 de Junho de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

ANEXO ÚNICO

2ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CONSÓRCIO LAMBARI.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CONSÓRCIO LAMBARI, é um Consórcio Público, constituído sob a forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.536.794/0001-63, com sede na Rua Marechal Deodoro, 772, 12º andar – Edifício Mirage Offices – centro, Concórdia, Estado de Santa Catarina, por intermédio dos seus municípios consorciados, reunidos em assembléia no dia 25 de novembro de 2015, de comum acordo firmam a SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CONSÓRCIO LAMBARI, na forma da Lei nº. 11.107/05, de seu do Decreto Federal nº 6.017/07, e das demais disciplinas legais aplicáveis a matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes alterações, observadas as condições abaixo estabelecidas:

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

TÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, PRAZO DE DURAÇÃO, DA SEDE E FORO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

Art. 1º O Consórcio de Municípios se denominará de CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE, e terá denominação fantasia de “CONSÓRCIO LAMBARI”.

Art. 2º O Consórcio LAMBARI é constituído como uma associação pública, com personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se pelo presente protocolo, pelo contrato de Consórcio e estatuto social, pela Lei nº 11.107/2005, pelo Decreto Federal nº 6.017/07 e demais legislações pertinentes a matéria.

CAPÍTULO II

DO OBJETIVO PRINCIPAL, DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS E MEIOS DE AÇÃO

Seção I

Do objetivo principal

Art. 3º O Consórcio LAMBARI tem por objetivo principal a união dos municípios da região do Alto Uruguai Catarinense para o desenvolvimento regional, através das relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, a fim de proporcionar melhoria nas condições ambientais da região, da qualidade de vida da população e o desenvolvimento econômico e social dos municípios consorciados.

Seção II

Dos objetivos específicos

Art. 4º Os objetivos específicos do Consórcio LAMBARI, são:

I – Executar a prestação de serviços técnicos aos municípios consorciados, nas seguintes áreas

a) assessoria Administrativa, Contábil, Financeira, Tributária, Movimento Econômico e Jurídica;

b) engenharia, Arquitetura, Topografia e correlatos;

c) vigilância Sanitária, Epidemiológica e de Saúde do Trabalhador;

d) assistência Social e Segurança Alimentar Nutricional;

e) planejamento e Gestão Urbana e Rural;

f) licitações compartilhadas;

g) tecnologia da Informação;

h) outras áreas que forem demandadas e decididas em Assembléia Geral;

II – Executar serviços públicos de interesse dos municípios, através de autorização, delegação ou concessão, nas seguintes áreas:

a) meio Ambiente;

b) agricultura;

c) vigilância Sanitária Animal (SISBI/SUASA);

d) infraestrutura urbana e rural;

e) licenciamento Ambiental;

f) limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos;

g) iluminação pública;

h) outras áreas que forem demandadas e decididas em Assembléia Geral;

Seção III

Dos meios para cumprir seus objetivos

Art. 5º O CONSÓRCIO LAMBARI, tem natureza multifinalitária, e para cumprir seus objetivos poderá:

I – planejar, adotar e executar planos, programas e projetos destinados ao cumprimento dos objetivos do Consórcio;

II – desenvolver programas ou adotar medidas destinadas à recuperação e preservação das fontes de abastecimento de água, do tratamento e destinação do lixo nos Municípios que integram este consórcio;

III – identificar e estabelecer linhas de incentivos e suporte para empreendimentos econômicos e ambientais através de acordos institucionais entre as administrações municipais consorciadas;

IV – desenvolver ações coordenadas para a ocupação do espaço territorial dos municípios associados, de forma ordenada e sistêmica, no tocante a instalação de empreendimentos empresariais, execução de serviços e atividades de interesse dos Municípios, relacionados ao meio ambiente e outras;

V – a promoção do uso racional dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente, incluindo planejar, assessorar ou executar ações de proteção e gestão do meio ambiente, proteção de florestas, da fauna e da flora, bem como a proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, monumentos, paisagens naturais e sítios arqueológicos, podendo responsabilizar-se pelos procedimentos de cadastro, controle, fiscalização e licenciamento ambiental de competência dos municípios consorciados;

VI – constituir fundos mútuos em contas bancárias vinculadas e específicas para cada um dos programas e projetos de interesse dos Municípios, isoladamente ou em parceria, visando a instalação, o desenvolvimento, a sustentabilidade econômica, social e ambiental dos Municípios consorciados;

VII – intermediar ou promover parcerias com instituições nacionais ou internacionais de qualquer origem, que visem a captação ou repasse de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das atividades do CONSÓRCIO LAMBARI, que venham a promover e melhorar a qualidade de vida da população dos Municípios consorciados;

VIII – contrair empréstimos financeiros nacionais e internacionais com a finalidade de financiar e fomentar a instalação e o desenvolvimento de empreendimentos econômicos, sociais e ambientais nos Municípios consorciados;

IX – adquirir bens móveis, imóveis, instalações e equipamentos para implantação de empreendimentos econômicos, sociais e ambientais, transferindo-os em forma de comodato, executar alienações ou locações à empreendedores, investidores ou instituições localizados nos municípios consorciados para as finalidades e objetivos a que se propõem o CONSÓRCIO LAMBARI;

X – prestar serviços técnicos especializados em formação e gestão pública, estudos de viabilidade e de mercado, auditoria e análise de gestão dos empreendimentos empresariais, sociais e ambientais instalados, com a utilização dos incentivos fiscais, materiais e financeiros, objeto do presente Consórcio;

XI – interceder e promover ações para o desenvolvimento de atividades que visem o crescimento econômico, social e ambiental dos Municípios nas áreas do turismo, lazer, qualificação, valorização e incremento das potencialidades, oportunidades e produtos locais e regionais da área de abrangência deste consórcio;

XII – acompanhar e orientar as empresas para o crescimento do valor agregado e o resultado econômico nos Municípios e micror-região;

XIII – organizar, subsidiar e incentivar a participação em exposições, feiras, eventos e atividades de interesse do CONSÓRCIO LAMBARI e dos Municípios consorciados;

XIV – constituir e participar de sociedades, empresas ou organizações públicas ou privadas, cujo objetivo seja o desenvolvimento econômico, social e ambiental nos Municípios consorciados;

XV - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

XVI – proporcionar assessoramento na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores administrativos, sociais, institucionais e de infraestrutura, especialmente na seleção, gestão, capacitação e treinamento de pessoal educação, esportes, cultura, saúde, trabalho e ação social, habitação, saneamento, agricultura, meio ambiente, indústria, comércio, turismo, abastecimento, transporte, comunicação e segurança;

XVII – prestar suporte e executar ações de integração das administrações tributárias dos municípios, podendo representá-las perante as administrações tributárias da União e dos Estados, instituir conselhos contribuintes regionalizados, realizar julgamento em instância administrativa de recursos fiscais suscitados diante da aplicação de legislação tributária municipal, estabelecer programas de fiscalização tributária conjunta, e propor políticas regionalizadas de incentivos fiscais;

XVII – executar ações de assistência social e de segurança alimentar nutricional, atendidos os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

XIX – apoiar o planejamento e a gestão urbana e territorial intermunicipal, inclusive regularização fundiária, política habitacional e mobilidade urbana;

XX – executar ações, projetos e programas de defesa agropecuária atendidos aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SISBI/SUASA.

XXI – executar ações para atuar nos diversos meios de comunicação, como internet, rádio, televisão, jornais, visando o cumprimento do princípio da publicidade e transparência da administração pública, para divulgação de programas e ações institucionais do consórcio e dos municípios consorciados;

XXII– executar estudos, projetos técnicos e serviços de engenharia, arquitetura, topografia, e correlatos;

XXIII – desenvolver ou prestar ações conjuntas de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.

XXIV - firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais e econômicas de outras entidades e órgãos de governo, seja no âmbito federal ou estadual;

XXV - ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da federação consorciados, dispensada a licitação, para a prestação de serviços, nos termos da Lei 8.666/93;

XXVI - instituir, Fundos Intermunicipais para recebimento e aplicação de recursos financeiros oriundos de entes federados, do setor

privado, de compensações financeiras e de doações de outras fontes, inclusive de instituições de outros países, visando o desenvolvimento de ações para cumprimento de seus objetivos e finalidades;

XXVII –efetuar credenciamento e realizar licitações compartilhadas em favor dos municípios consorciados, acompanhar a execução, bem como proceder à aquisição, administração ou gestão compartilhada de bens e serviços de interesse dos municípios consorciados, inclusive para a execução de ações ou programas Federais e Estaduais transferidos ou conveniados com os municípios;

XXVIII - realizar licitações de concessões públicas e parcerias público privadas e fiscalizar contratos de concessão de serviços públicos de competência dos municípios consorciados, nos termos da legislação em vigor;

XXIX - instituir banco de informação de fornecedores e registros cadastrais de licitantes e contratantes do consórcio e dos municípios consorciados, inclusive implementar e informar o cadastro de empresas e pessoas físicas inidôneas, suspensas ou impedidas de contratar e licitação com a Administração Pública, nos termos da legislação em vigor;

XXX - instituir mecanismos de controle, acompanhamento e avaliação de serviços públicos prestados pelo consórcio ou por seus municípios consorciados à população.

Parágrafo Único. No caso de contrato de que trata o inciso XXV deste artigo, firmado com um ou mais municípios para fornecer bens ou prestar serviços específicos, deverá estabelecer forma a impedir que sejam eles custeados pelos demais que não participam do contrato.

CAPÍTULO III DO PRAZO DE DURAÇÃO, DA SEDE E FORO

Art. 6º O Prazo de duração é indeterminado.

Parágrafo único.A alteração ou extinção do consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, previamente autorizado, e sendo ratificado através de lei dos municípios consorciados.

Art. 7º A sede é no Município de Concórdia, a Rua Marechal Deodoro, 772, 12º andar – Edifício Mirage Offices, sala nº 5, centro, Concórdia, Estado de Santa Catarina, podendo ser transferida pelo voto de, no mínimo, dois terços dos integrantes da Assembléia Geral, em reunião extraordinária especialmente convocada para esta finalidade.

Art. 8º Para dirimir as questões oriundas do presente protocolo de intenções ou qualquer outro instrumento e que não forem resolvidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

TÍTULO II DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E ÁREA DE ATUAÇÃO

CAPÍTULO I DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS

Art. 9º O CONSÓRCIO LAMBARI é constituído pelos seguintes Municípios que integram a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE:

I - Alto Bela Vista;

II – Arabutã;

III - Concórdia;

IV – Ipira;

V - Ipumirim;

VI – Irani;

VII – Itá;

VIII – Jaborá;

IX - Lindóia do Sul;

X – Paial;

XI – Peritiba;

XII - Piratuba;

XIII - Presidente Castello Branco;

XIV – Seara, e;

XV - Xavantina.

Art.10.Esta segunda alteração do Protocolo de Intenções, após sua ratificação por pelo menos 03 (três) dos municípios que o subscrevem, converter-se-á no contrato de consórcio público.

Parágrafo único. A qualquer momento e a critério da Assembleia Geral, é facultado o ingresso de novos municípios no CONSÓRCIO LAMBARI, através de termo aditivo, firmado entre o Presidente do Consórcio e pelo município interessado.

Art. 11. O prazo de subscrição do protocolo de intenções será de até dois anos, e o ingresso de novos sócios dependerá de autorização legislativa das respectivas Câmaras Municipais de Vereadores.

Art. 12. Consideram-se subscritores todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do art. 8º deste Protocolo de Intenções, desde que o seu representante legal tenha firmado o presente protocolo de intenções.

CAPÍTULO II DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO

Art. 13.A área de atuação do Consórcio Lambari é formada pela totalidade das superfícies dos Municípios consorciados, constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para a finalidade a que se propõe.

Art. 14. Em caso de interesse dos municípios consorciados, condicionado a aprovação da Assembleia Geral, o consórcio poderá exercer atividades fora da sua área de atuação.

TÍTULO III DOS DIREITOS, DEVERES DOS MUNICIPIOS CONSORCIADOS

CAPÍTULO I DOS DIREITOS

Art. 15. Constituem-se direitos dos Consorciados:

I – participar das Assembleias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II – votar e ser votado para os cargos do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, nas condições estabelecidas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;

III – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos municípios e ao aprimoramento do consórcio.

Art. 16. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções ou Estatuto do Consórcio Público.

CAPÍTULO II DOS DEVERES

Art. 17. Constituem deveres dos consorciados:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no Contrato de Rateio;

II – acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio, em especial ao que determina o Contrato de programa e o Contrato de Rateio;

III – cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores.

TÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO DO CONSÓRCIO E ATRIBUIÇÕES DE SUAS INSTÂNCIAS

CAPÍTULO I DA ADMINISTRAÇÃO DO CONSÓRCIO

Art. 18. A administração do Consórcio Lambari será exercida por:

I- Assembleia Geral;

II- Conselho de Administração;

III- Presidente;

IV- Conselho Fiscal; e

V- Diretoria Executiva.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES DAS INSTÂNCIAS DO CONSÓRCIO

Seção I Da Assembleia Geral

Art. 19. A assembleia geral é a instância máxima de decisão do Consórcio Lambari, sendo que o voto de cada titular será singular, independentemente dos investimentos feitos no Consórcio.

Art. 20. Os municípios que integram o Consórcio Lambari terão direito a um membro titular e um suplente na Assembleia Geral, que terão voto desde que em dia com seus compromissos financeiros com o Consórcio e demais obrigações estatutárias.

§ 1º O membro titular é o Prefeito Municipal e, o membro suplente, o Vice-Prefeito, que terá vez e voto na falta daquele.

§2º Poderão participar da assembleia geral os representantes das Câmaras Técnicas e dos Grupos Municipais de Trabalho – GTM, sem direito a voto

Art. 21. As decisões serão tomadas por maioria simples dos municípios consorciados presentes, com exceção as previstas no presente protocolo e no estatuto social.

Parágrafo único. Havendo consenso entre seus membros, as deliberações poderão ser efetivadas através de aclamação.

Art. 22. A Assembléia geral será convocada pelo Presidente sempre que houver pauta para deliberação e, extraordinariamente, quando convocado por no mínimo 1/5 (um quinto) de seus membros.

Paragrafo único. A reunião ordinária deverá ser convocada com antecedência de no mínimo 5 (cinco) dias úteis, e a a reunião extraordinária deverá ser convocada com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis, e publicada no órgão de imprensa oficial do Consórcio.

Art. 23 – Compete a Assembléia Geral:

I – deliberar sobre os assuntos relacionados com os objetivos e finalidades do CONSÓRCIO LAMBARI;

II – homologar o ingresso no Consórcio, de ente federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

III – estabelecer orientação superior do Consórcio, promovendo e recomendando estudos e soluções para os problemas administrativos, econômicos, sociais e ambientais dos entes consorciados;

IV – aplicar a pena de exclusão do Consórcio;

V – elaborar e aprovar o estatuto do consórcio e as suas alterações;

VI – eleger ou destituir os membros do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal;

VII – aprovar:

a) programa anual de trabalho proposto pelo Conselho de Administração;

b) prealização de operações de crédito;

c) A fixação, a revisão e o reajuste de valores devidos ao consórcio pelos consorciados;

d) A alienação e a oneração de bens do consórcio ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

e) o quadro de pessoal, cargos e salários dos empregados públicos do Consórcio;

f) aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos;

g) aprovar a celebração de convênios e contratos de programa;

h) aprovar o pedido de retirada do município consorciado do consórcio;

i) a contratação ou exoneração do Diretor Executivo;

VIII –homologar as decisões do Conselho Fiscal;

IX – aceitar a cessão de servidores por ente federado consorciado ou conveniado ao consórcio;

X – apreciar e sugerir medidas sobre a melhoria dos serviços prestados pelo consórcio e o aperfeiçoamento das relações do consórcio

com órgãos públicos, entidades e empresas privadas;

XI – extinguir o Consórcio na forma prevista no Protocolo de Intenções, no Estatuto e na legislação em vigor.

Art. 24. Sob pena de ineficácia das decisões tomadas em Assembleia Geral, a íntegra da ata será, em até 10 (dez) dias após a aprovação, publicada no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet ou órgão oficial.

Seção II

Do Conselho de Administração

Art. 25.O Conselho de Administração do Consórcio Lambari será composta por Presidente, Primeiro Vice-Presidente e Segundo Vice-Presidente, eleitoem Assembleia Geral, para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a re-eleição.

Art. 26. A eleição do Conselhoserá realizada no mês de dezembro de cada ano, para o exercício seguinte, assumindo automaticamente em 1º de janeiro.

§ 1º A eleição será por voto aberto e havendo apenas uma chapa poderá ocorrer por aclamação.

§ 2º No caso de empate será declarado eleito o mais idoso.

§ 3º O Presidente será substituído em caso de vaga, falta ou impedimento, pelo 1º Vice-Presidente e assim sucessivamente.

§ 4º Em caso de renúncia de membro do Conselho ou impedimento legal, será realizada nova eleição no período de 15 (quinze) dias, para completar o mandato.

§ 5º Durante o eventual período em que os cargos do Conselho estiverem vagos, a Presidência será exercida pelo Prefeito mais idoso.

Art. 27.O Conselho de Administração exercerá suas funções estabelecidas neste protocolo com o apoio da Diretoria Executiva, podendo reunir-se sempre que convocado pelo Presidente, para discutir, avaliar, propor e homologar as decisões e ações do Presidente, inclusive sobre a venda de bens móveis, contratação e demissão de funcionários.

Seção III

Do Presidente

Art. 28. O Presidente do Conselho de Administração é o representante legal do Consórciooperante a União, os Estados e Municípios, bem como seus respectivos órgãos da administração direta e indireta, instituições e empresas privadas, para tratar de assuntos relacionados com as finalidades previstas nesse Protocolo de Intenções.

Art. 29. Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

I – convocar a Assembleia Geral Ordinário ou Extraordinária;

II – convocar reunião do Conselho de administração;

III - presidir as reuniões com voto de qualidade;

IV - representar o Consórcio Lambari ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos, convênios e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômica, bem como constituir procuradores “ad negotia” e “ad juditia”, mediante decisão do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, conforme o caso;

V - movimentar, em conjunto com o Diretor Executivo, as contas bancárias e os recursos;

VI - contratar os empregados, após o devido processo seletivo;

VII – contratar ou demitir o Diretor Executivo após descisão da Assembleia Geral;

VIII - prestar contas aos órgãos públicos ou privados, concessionários dos auxílios, subvenções e contribuições que o Consórcio Lambari venha a receber.

Art. 30. Compete ao Primeiro e Segundo Vice-Presidente:

I - auxiliar o Presidente no exercício de suas funções; e

II – substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Seção IV Do Conselho Fiscal

Art. 31. O Conselho Fiscal é composto por três membros titulares e três membros suplentes, dentre os integrantes da Assembleia Geral, eleitos na mesma data para o mandato e critérios estabelecidos para eleição do Conselho de Administração.

Art. 32. Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar permanentemente a contabilidade do Consórcio Lambari;

II - acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno, quaisquer operações econômicas ou financeiras da atividade;

III - exercer o controle de gestão e dos objetivos do Consórcio Lambari;

IV - emitir parecer sobre o plano de atividades, propostas orçamentárias, balanços e relatórios de contas em geral, a serem submetidos a Assembleia Geral pelo Conselho de Administração;

V - emitir parecer sobre propostas de alterações do presente Estatuto.

Seção V Da Diretoria Executiva

Art. 33. A Diretoria Executiva é constituída por um Diretor Executivo e auxiliares.

Art. 34. Compete à Diretoria Executiva:

I - executar as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Presidência;

II - responsabilizar-se pelo funcionamento administrativo do Consórcio;

III - movimentar, em conjunto com o Presidente, as contas bancárias e os recursos do Consórcio Lambari;

IV - promover as ações necessárias à captação de recursos para o Consórcio Lambari;

V - propor, ao Conselho de Administração a solicitação de funcionários de empresas públicas e privadas, para prestarem serviços ao Consórcio Lambari;

VI - fornecer, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal

todas as informações que lhes sejam solicitadas;

VII – participar e auxiliar as Câmaras Técnicas e de Apoio;

VIII - apoiar e assessorar os Grupos Municipais de Trabalho;

IX – promover reuniões com os representantes das Câmaras Técnicas e Grupos Municipais de Trabalho;

X - elaborar o balanço e o relatório de atividades anuais a serem submetidos ao Conselho de Administração e Assembleia Geral;

XI - elaborar os balancetes, para a ciência do Conselho de Administração;

XII - elaborar a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao Consórcio Lambari, para ser apresentada pelo Conselho de Fiscal e ao órgão concessor;

XIII - publicar anualmente, no órgão de imprensa oficial do Consórcio e remeter aos municípios consorciados, o balanço anual do Consórcio Lambari;

XIV - autenticar livros de atas e de registros do Consórcio;

XV – efetuar compras dentro dos limites de orçamento aprovado pelo Conselho de Administração;

XVI - representar o Consórcio Lambari nos eventos e reuniões que lhe forem delegadas pela Presidência ou pelo Conselho de Administração.

TÍTULO V DO QUADRO DE PESSOAL, DO REGIME DE TRABALHO, FORMAS DE PROVIMENTO, REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS PÚBLICOS, CEDÊNCIA DE SERVIDORES POR ENTE CONSORCIADO E DOS ÓRGÃOS DE APOIO

CAPÍTULO I DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 35. O quadro de pessoal do Consórcio Lambari é composto por Diretor Executivo, Quadro Técnico e Auxiliares.

§ 1º O número de vagas será limitado a demanda administrativa e técnica do Consórcio.

§ 2º Resolução específica, aprovada pela Assembleia Geral, disporá sobre o quadro técnico e de auxiliares do Consórcio Lambari.

§ 3º Os empregados contratados antes da vigência do Decreto nº 6.017/2007, permanecem no quadro de pessoal do Consórcio nas condições em que foram contratados.

CAPÍTULO II DO REGIME DE TRABALHO E FORMAS DE PROVIMENTO E SALÁRIO

Art. 36. O regime de trabalho dos empregados do Consórcio Lambari é o da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Art. 37. A contratação dos empregados do Consórcio obedecerá processo seletivo, de acordo com o Plano de Cargos e Salários e ao que determina o art. 6º, § 2º, da Lei 11.107, de 5 de abril de 2005, salvo o de Diretor Executivo, que é um cargo de confiança do Conselho de Administração, cuja escolha deve ser homologada pela Assembleia Geral.

§ 1º Enquanto não houver Plano de Cargos e Salários, O Conselho

de Administração estabelecerá através de Resolução, os casos de excepcional interesse público para contratação de pessoal por tempo determinado objetivando atender as necessidades temporárias.

§ 2º Os empregados contratados antes da vigência do Decreto nº 6.017/2007, permanecem no quadro de pessoal do Consórcio nas condições em que foram contratados.

Art. 38. Os salários dos empregados do Consórcio obedecerá, sempre que possível, a média paga pelos municípios consorciados para cargos equivalentes.

CAPÍTULO III CEDENCIA DE SERVIDORES POR MUNICÍPIO CONSORCIADO

Art. 39. Os municípios consorciados ou os com eles conveniados poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada um.

§ 1º Os servidores cedidos permanecerão no seu regime originário, somente lhes sendo concedido adicionais ou gratificações nos termos e valores previstos em resolução.

§ 2º O pagamento de adicionais ou gratificações não configura vínculo do servidor cedido, inclusive para a apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária.

§ 3º Na hipótese do ente consorciado assumir o ônus da cessão do servidor, tais pagamentos poderão ser contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com suas obrigações.

TÍTULO VI DOS ÓRGÃOS DE APOIO E DAS ATRIBUIÇÕES

CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS DE APOIO

Art. 40. O Consórcio Lambari contará com os seguintes órgãos de Apoio:

I - Câmaras Técnicas;

II - Grupos Municipais de Trabalho.

Seção I Das Câmaras Técnicas

Art. 41. As Câmaras Técnicas são compostas, preferencialmente, por servidores municipais, funcionários ou empregados das instituições públicas e privadas que participam direta ou indiretamente do Consórcio Lambari, sendo coordenada por um de seus membros.

Art. 42. Compete às Câmaras Técnicas:

I – assessorar o Conselho de Administração, o Diretor Executivo e Grupos Municipais de Trabalho;

II - elaborar as políticas, diretrizes e planos de atividades, programas de trabalhos, estudos e projetos executivos e propostas orçamentárias anuais e plurianuais, a serem submetidos ao Conselho de Administração;

III - propor a contratação de serviços de terceiros, convênios e normas de relacionamento com órgãos dos Governos Federal, Estadual e Municipal e internacionais.

Seção II Dos Grupos Municipais de Trabalho

Art. 43. Os Grupos Municipais de Trabalho são formados, em cada

município, por representantes do Poder Público Municipal, Estadual ou Federal, da Sociedade Civil Organizada e da iniciativa privada.

Art. 44. Compete aos Grupos Municipais de Trabalho:

I - promover o Consórcio Lambari nas diversas comunidades municipais, urbanas e rurais;

II - identificar, em conjunto com as comunidades municipais, suas realidades econômicas, sociais e ambientais;

III - propor, em conjunto com as comunidades municipais, formas de resolução de seus problemas;

IV - fornecer ao Conselho de Administração e a Diretoria Executiva as informações sobre a execução dos trabalhos que estão sendo realizados nos municípios pelo Consórcio;

V - fornecer ao corpo técnico do Consórcio, as informações necessárias ao bom desempenho de seu trabalho;

VI – executar, no âmbito municipal, as tarefas que forem definidas pela Câmara Técnica pela administração do Consórcio;

VII - participar da elaboração e implementação das propostas e projetos a serem executados nos municípios consorciados;

VIII - integrar e compatibilizar as ações do Consórcio Lambari, com as demais ações desenvolvidas nos municípios consorciados, pela administração direta ou indireta e outros órgãos de atuação no município.

TÍTULO VII CONTRATO DE GESTÃO, TERMO DE PARCERIA E GESTÃO ASSOCIADA DO SERVIÇO PÚBLICO

CAPÍTULO I DO CONTRATO DE GESTÃO E DE TERMOS DE PARCERIA

Art. 45. O Consórcio Lambari poderá firmar contrato de gestão obedecendo, no que couber, os termos da Lei 9.649/1998, e celebrar termo de parceria, na forma da Lei nº 9.790/1999, ficando a cargo do Conselho de Administração a elaboração dos mesmos, submetidos à apreciação da Assembleia Geral, especialmente convocada para tal finalidade.

§ 1º Tanto o contrato de gestão como o termo de parceria, será considerado aprovado mediante voto favorável da maioria absoluta dos integrantes da Assembleia Geral.

CAPÍTULO II DA GESTÃO ASSOCIADA DO SERVIÇO PÚBLICO

Art. 46. A gestão associada de serviço público será firmada mediante Lei autorizativa dos municípios interessados, que deverá estabelecer:

I - competências cuja execução será transferida ao consórcio Lambari;

II - os serviços públicos objeto da gestão associada e a área em que serão prestados;

III - autorização para licitar e contratar concessões, permissão ou autorizar a prestação de serviços;

IV - as condições a que deve obedecer o contrato de programa, no caso de nele figurar como contratante o consórcio público; e

V - os critérios técnicos de cálculo do valor das tarifas e de outros preços públicos, bem como os critérios gerais a serem observados em seu reajuste ou revisão.

Seção I

A retirada ou exclusão do contrato de gestão ou de termo de parceria município consorciado

Art. 47.O município consorciado poderá se retirar ou ser excluído do contrato de gestão ou termo de parceria, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos.

Art. 48. Fica a cargo da Assembléia Geralacertar os termos da redistribuição dos custos da execução dos programas ou termos que participa o retirante.

TÍTULO VIII

DO CONTRATO DO CONSÓRCIO E DO ESTATUTO

CAPÍTULO I

CONTRATO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 49. O contrato de consórcio público será celebrado entre os municípios consorciados após edição da lei que ratifica o presente protocolo de intenções.

§ 1ºA ratificação pode ser realizada com reserva que deverá ser clara e objetiva, preferencialmente vinculada à vigência de cláusula, parágrafo, inciso ou alínea do protocolo de intenções, ou que imponha condições para a vigência de qualquer desses dispositivos.

§ 2º Caso a lei do município preveja reservas, a admissão do município no consórcio dependerá da aprovação pela AssembleiaGral.

§ 3º O contrato de consórcio público, poderá ser celebrado por dois terços dos subscritores do Protocolo de Intenções, sem prejuízo de que os demais venham a integrá-lo posteriormente.

§4º A ratificação realizada após dois anos da primeira subscrição do protocolo de intenções dependerá da homologação da assembleia geral.

§5º É dispensável a ratificação para o município que, antes de subscrever o protocolo de intenções, disciplinar por lei a sua participação no consórcio público, de forma a poder assumir todas as obrigações previstas no protocolo de intenções.

CAPÍTULO II

DO ESTATUTO

Art. 50. O consórcio Lambari é organizado por estatuto social cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas previstas no protocolo de intenções e no contrato constitutivo.

§1º As alterações estatutárias serão aprovadas pela assembleia geral extraordinária, nos termos estabelecidos neste protocolo.

§ 2º As alterações estatutárias produzirão seus efeitos mediante publicação na imprensa oficial.

TÍTULO IX

DA RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO REGIME CONTÁBIL E FINANCEIRO E DO CONTRATO DE RATEIO

CAPÍTULO I

RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS

Art. 51.Os municípios consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público, sendo que seus dirigentes responderão pessoalmente pelas obrigações por ele contraídas caso pratiquem atos em desconformidade com a lei, os estatutos ou decisão da assembleia geral.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 52. O Consórcio Lambari deverá obedecer ao princípio da publicidade, tornando públicas as decisões que digam respeito a terceiros e as de natureza orçamentária, financeira ou contratual, inclusive as que digam respeito à admissão de pessoal, bem como permitindo que qualquer do povo tenha acesso a suas reuniões e aos documentos que produzir, salvo, nos termos da lei, osconsiderados sigilosos por prévia e motivada decisão.

CAPÍTULO III

REGIME CONTÁBIL E FINANCEIRO

Art. 53. A execução das receitas e das despesas do Consórcio Lambari deverá obedecer às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 54.O Consórcio Lambari está sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da federação consorciados vierem a celebrar com o consórcio público.

CAPÍTULO IV

DO CONTRATO DE RATEIO

Art. 55. Os municípios consorciados somente entregarão recursos financeiros ao consórcio público mediante contrato de rateio.

Art. 56. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro, com observância da legislação orçamentária e financeira do ente consorciado contratante e depende da previsão de recursos orçamentários que suportem o pagamento das obrigações contratadas.

Art. 57. Constitui ato de improbidade administrativa, nos termos do disposto no art. 10, inciso XV, da no 8.429, de 2 de junho de 1992, celebrar contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas em Lei.

Art. 58. As cláusulas do contrato de rateio não poderão conter disposição tendente a afastar, ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo ou pela sociedade civil de qualquer dos entes da Federação consorciados.

Art. 59. Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio Lambari, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

Art. 60. Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o município consorciado, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao Consórcio Lambari, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista no contrato de rateio.

Art. 61. A eventual impossibilidade do município consorciado cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida em contrato

de rateio obriga o Consórcio Lambari a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Art. 62. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio, inclusive os oriundos de transferências ou operações de crédito, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas.

§ 1º Entende-se por despesa genérica aquela em que a execução orçamentária se faz com modalidade de aplicação indefinida.

§2º Não se considera como genérica as despesas de administração e planejamento, desde que previamente classificadas por meio de aplicação das normas de contabilidade pública.

Art. 63. O prazo de vigência do contrato de rateio não será superior ao de vigência das dotações que o suportam, com exceção dos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

Art. 64. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, o Consórcio Lambari deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

TÍTULO X

DA RETIRADA OU EXCLUSÃO DE MUNICÍPIO CONSORCIADO, DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I

DA RETIRADA DE MUNICÍPIO DO CONSÓRCIO

Art. 65. Nenhum município poderá ser obrigado a se consorciar ou a permanecer consorciado, sendo que a retirada do município do Consórcio Lambari dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral, na forma previamente estabelecida neste Protocolo de Intenções e no Estatuto Social.

Art. 66. Os bens destinados ao Consórcio Lambari por ente consorciado que se retira somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão do contrato de consórcio público ou do instrumento de transferência ou de alienação.

Art. 67. A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio público.

CAPÍTULO II

DA EXCLUSÃO DE MUNICÍPIO CONSORCIADO

Art. 68. A exclusão de município consorciado só é admissível havendo justa causa.

§1º Além das que sejam reconhecidas em procedimento específico, é justa causa a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do consórcio público, prevê-se devam ser assumidas por meio de contrato de rateio.

§2º A exclusão mencionada somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§3º A exclusão de município consorciado exige processo administrativo onde lhe seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

CAPÍTULO III

ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO

Art. 69. A alteração ou a extinção do Consórcio Lambari dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os municípios consorciados, sendo que em caso de extinção:

I - os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços;

II - até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os municípios consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

Parágrafo Único. Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem, e os empregados públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho.

TÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 70. Após a ratificação do presente Protocolo de Intenções pelos municípios subscritores, através de Lei específica, na forma estabelecida neste Protocolo de Intenções, o Consórcio Lambari promoverá a adequação do Estatuto Social e do Contrato de Consórcio Público, permanecendo inalteradas as demais disposições.

Art. 71. Este Protocolo de Intenções somente poderá ser alterado pelo voto de, no mínimo, dois terços dos membros da Assembleia Geral, em reunião especialmente convocada para esta finalidade.

Concórdia-SC, 25 de Novembro 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT Prefeita Municipal de Alto Bela Vista	JACKON LUIZ PATZLAFF Prefeito Municipal de Arabutã
JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal de Concórdia	EMERSON ARI REICHERT Prefeito de Ipira
VALDIR ZANELLA Prefeito Municipal de Ipumirim	MAURI DE LIMA Prefeito Municipal de Iraní
LEIDE MARA BENDER Prefeita Municipal de Itá	KLEBER MERCIO NORA Prefeito Municipal de Jaborá
PEDRO ARI PARIZOTTO Prefeito Municipal de Lindóia do Sul	ALDAIR ANTONIO RIGO Prefeito Municipal de Paial
NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal de Peritiba	CLAUDIRLEI DORINI Prefeito Municipal de Piratuba
CLAUDIO SARTORI Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco	LACI GRIGOLO Prefeita Municipal de Seara
MAURO JONES POLETO Prefeito Municipal de Xavantina	

Visto: ROBERTO KURTZ PEREIRA
OAB/SC22.519

PORTARIA 097/2016

PORTARIA Nº 097/2016

CONCEDE ADICIONAL DE GRADUAÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII e, o art. 11 da Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

Considerando o requerimento apresentado pela Servidora Municipal Sra. Izilde Jandira Paweukiewicz Fasolo, acompanhado do Certificado de Graduação em Ciências Contábeis;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública municipal, Sra. IZILDE JANDIRA PAWEUKIEWICZ FASOLO, ocupante do cargo efetivo de Atendente Administrativo, Adicional de Graduação de 5% (cinco por cento), gerando efeitos a contar desta data, tendo em vista a apresentação do respectivo certificado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 27 de Junho de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 098/2016

PORTARIA Nº 098/2016

CONCEDE ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII e, o art. 11 da Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

Considerando o requerimento apresentado pela Servidora Municipal Sra. Izilde Jandira Paweukiewicz Fasolo, acompanhado do Certificado de Pós-Graduação;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública municipal, Sra. IZILDE JANDIRA PAWEUKIEWICZ FASOLO, ocupante do cargo efetivo de Atendente Administrativo, Adicional de Especialização de 6,5% (seis vírgula cinco por cento), gerando efeitos a contar desta data, tendo em vista a apresentação do respectivo certificado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 27 de Junho de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 099/2016

PORTARIA Nº 099/2016

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor público municipal, Sr. JAIME CESAR MASIARO, para responder pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Xavantina, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º A presente designação se fará sem ônus para o Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 28 de Junho de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 28 DE JUNHO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 28 DE JUNHO DE 2016

Aprova a inscrição do Consórcio Intermunicipal do Serviço Socioassistencial de Alta Complexidade - Abrigo Institucional.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DOS ADOLESCENTES DE XAVANTINA no uso de suas atribuições legais e;

Considerando os princípios do ECA, Estatuto da Criança e Adolescente;

Considerando a necessidade de apontar orientações em relação ao acolhimento institucional para atendimento de crianças e adolescentes em situação de abandono, negligência, destituição do poder familiar, ameaça e violação de seus direitos fundamentais, conforme estabelece os artigos 90,91,93 e 101 do ECA;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Aprovado à inscrição do Consórcio Intermunicipal do Serviço Socioassistencial de Alta Complexidade - Abrigo Institucional.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, 28 de Junho de 2016.

Meryen de Quadros

Presidente do CMDCA

CÂMARA MUNICIPAL**LEI 1525 / 2016**

Xavantina (SC), 27 de junho de 2016.

LEI nº 1525 / 2016.

“FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO, DO PRESIDENTE DA CÂMARA, DOS VEREADORES E DOS SECRETÁRIOS DE DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS PARA A LEGISLATURA 2017/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições conferidas pelo artigo 56, V, da Lei Orgânica Municipal, e artigo 29, V e VI da Constituição Federal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este promulga e torna pública a seguinte

Art. 1º Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, do Presidente da Câmara, dos Vereadores e dos Secretários de Departamentos Municipais, para o mandato 2017/2020, serão pagos de acordo com os critérios determinados nesta lei.

Art. 2º Por subsídio deve-se entender o valor pago ao agente político, pelo exercício ininterrupto do cargo.

Art. 3º Os subsídios fixados nesta lei poderão ser revistos anualmente, de conformidade com o disposto nos incisos X e XI, do art. 37 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O índice usado para a revisão geral anual será o INPC-IBGE ou outro que vier a substituí-lo.

Art. 4º Os valores dos subsídios mensais fixados para vigorar a partir de 1º de janeiro de 2017 serão de:

I – R\$ 10.977,57 (dez mil, novecentos e setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos) para o Prefeito Municipal;

II – R\$ 1.709,41 (um mil, setecentos e nove reais e quarenta e um centavos) para o Vice-Prefeito;

III – R\$ 5.296,35 (cinco mil duzentos e noventa e seis reais e trinta e cinco centavos) para os Secretários de Departamentos Municipais;

IV – R\$ 2.744,00 (dois mil, setecentos e quarenta e quatro reais) para o Presidente da Câmara Municipal;

V – R\$ 1.960,00 (um mil, novecentos e sessenta reais) para o Vereador.

Art. 5º Será considerado pagamento indevido o valor que ultrapassar os subsídios estabelecidos nesta Lei, ficando o favorecido, sob pena de serem tomadas medidas legais cíveis, administrativas e criminais, obrigado a repor o excedente ao cofre municipal, devidamente corrigido, em 30 (trinta) dias após ser cientificado pela Mesa Diretora da Câmara de Vereadores, a qual poderá ser provocada por qualquer vereador mediante simples requerimento.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO 056/2016

AVISO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO LICITATÓRIO N.056/2016

PREGÃO N. 104/2016

O município de Xaxim através de seu Prefeito torna público a revogação da licitação supra.

Objetivando, contratação de serviços para Execução da 6ª Edição da Festa Estadual do Frango - FRANGO CHEF,

A revogação é à medida que se impõe para correção do vício.

Assim, o parecer da Procuradoria-geral do município, com a concordância do prefeito municipal, é de que o processo Licitatório em voga DEVE SER REVOGADO, visto que a Administração Pública detém a prerrogativa de anular ou revogar seus próprios atos (Súmula 473 do STF e Súmula 346 do STF).

Xaxim (SC), 29 de junho de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

nº 127/2013.

Art. 3º Fica estabelecido o dia 1º/4/2017 como marco inicial para apuração do valor adicionado e posterior repasse mensal, conforme estabelecido no art. 4º da Lei da Lei Complementar nº 127/2013 que instituiu o PADEX.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27 de junho de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Luís Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município – OABSC 35.698

Decreto 253

DECRETO Nº 0253/2016

FORMALIZA A ADESÃO DA EMPRESA MMC INDÚSTRIA DE PRODUTOS NUTRACEUTICOS LTDA AO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE XAXIM - PADEX E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Xaxim Estado de Santa Catarina, de acordo com atribuições inerentes a seu cargo, embasado no Artigo 66, VI, da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Complementar nº 127, de 28 de novembro de 2013,

CONSIDERANDO que a empresa MMC INDÚSTRIA DE PRODUTOS NUTRACEUTICOS LTDA através de requerimento protocolado em 27/02/2016, requereu a concessão do benefício fiscal previsto no art. 1º da Lei Complementar nº 127/2013, apresentando toda a documentação elencada nas alíneas do artigo 5º da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o pedido foi submetido à apreciação do Conselho Municipal do Desenvolvimento Econômico, em reunião realizada no dia 05/03/2016 – Ata CMDE e que foi aprovado por maioria dos seus membros, atendendo ao disposto no caput do art. 5º da Lei da Lei Complementar nº 127/2013, como consta da Ata encaminhada pelo presidente do Conselho,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido à empresa MMC INDÚSTRIA DE PRODUTOS NUTRACEUTICOS LTDA com sede nesta cidade de Xaxim, SC, inscrita sob CNPJ nº 17.103.570/0001-00, o benefício fiscal previsto no art. 1º da Lei Complementar nº 127/2013.

Art. 2º. Para a devolução dos valores relativos ao benefício fiscal postulado pela Empresa deverão ser computados os investimentos feitos pela beneficiária a partir de 27/02/2016 data do protocolo do requerimento, até o término do prazo de fruição do benefício, observando o disposto nos artigos 6º e 7º da Lei Complementar

Portaria 639

PORTARIA Nº 639/2016.

Concede licença para atividade política a servidor municipal efetivo e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº 1729, de 26 de dezembro de 1994 e posteriores alterações e Lei 9.504/97 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor municipal GILDOMAR MICHELON, matrícula 1100, ocupante do cargo de Professor, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, licença para atividade política para participar das eleições municipais de 2016, durante o período de 01 de julho de 2016 até 08 de outubro de 2016.

Art. 2º O servidor deverá entregar no Departamento de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC, cópia do registro de candidatura feito junto a Justiça Eleitoral, para fins de efetivar a presente licença, dentro dos prazos estabelecidos na legislação eleitoral.

Art. 3º O servidor supra citado não terá nenhum prejuízo em sua remuneração durante o período em que estiver afastado.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de junho de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Comunique-se, Publique-se e Registra-se.

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do município

Portaria 640

PORTARIA Nº 640/2016.

Concede licença para atividade política a servidor municipal efetivo e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº 1729, de 26 de dezembro de 1994 e posteriores alterações e Lei 9.504/97 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor municipal JOCEMAR DE MOURA, matrícula 3113, ocupante do cargo de Técnico em Agropecuária, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, licença para atividade política para participar das eleições municipais de 2016, durante o período de 02 de julho de 2016 até 08 de outubro de 2016.

Art. 2º O servidor deverá entregar no Departamento de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC, cópia do registro de candidatura feito junto a Justiça Eleitoral, para fins de efetivar a presente licença, dentro dos prazos estabelecidos na legislação eleitoral.

Art. 3º O servidor supra citado não terá nenhum prejuízo em sua remuneração durante o período em que estiver afastado.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de junho de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Comunique-se, Publique-se e Registra-se.

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do município

Portaria 641

PORTARIA Nº 641/2016.

Concede licença para atividade política a servidor municipal efetivo e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº 1729, de 26 de dezembro de 1994 e posteriores alterações e Lei 9.504/97 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora municipal ELIETE TANIA GABIATTI, matrícula 3592, ocupante do cargo de Assistente Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, licença para atividade política para participar das eleições municipais de 2016, durante o período de 02 de julho de 2016 até 08 de outubro de 2016.

Art. 2º O servidor deverá entregar no Departamento de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC, cópia do registro de candidatura feito junto a Justiça Eleitoral, para fins de efetivar a presente licença, dentro dos prazos estabelecidos na legislação eleitoral.

Art. 3º O servidor supra citado não terá nenhum prejuízo em sua remuneração durante o período em que estiver afastado.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de junho de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Comunique-se, Publique-se e Registra-se.

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do município

Portaria 642

PORTARIA Nº 642/2016.

Concede licença para atividade política a servidor municipal efetivo e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº 1729, de 26 de dezembro de 1994 e posteriores alterações e Lei 9.504/97 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor municipal JOAO VILMAR DE BARROS, matrícula 1575, ocupante do cargo de Operador, na Secretaria Municipal de Saúde, licença para atividade política para participar das eleições municipais de 2016, durante o período de 02 de julho de 2016 até 08 de outubro de 2016.

Art. 2º O servidor deverá entregar no Departamento de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC, cópia do registro de candidatura feito junto a Justiça Eleitoral, para fins de efetivar a presente licença, dentro dos prazos estabelecidos na legislação eleitoral.

Art. 3º O servidor supra citado não terá nenhum prejuízo em sua remuneração durante o período em que estiver afastado.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de junho de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Comunique-se, Publique-se e Registra-se.

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do município

Portaria 643

PORTARIA Nº 643/2016.

Concede licença para atividade política a servidor municipal efetivo e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº 1729, de 26 de dezembro de 1994 e posteriores alterações e Lei 9.504/97 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor municipal VOLNEI DERVANOSKI, matrícula 1971, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, licença para atividade política para participar das eleições municipais de 2016, durante o período de 02 de julho de 2016 até 08 de outubro de 2016.

Art. 2º O servidor deverá entregar no Departamento de Recursos

Humanos, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC, cópia do registro de candidatura feito junto a Justiça Eleitoral, para fins de efetivar a presente licença, dentro dos prazos estabelecidos na legislação eleitoral.

Art. 3º O servidor supra citado não terá nenhum prejuízo em sua remuneração durante o período em que estiver afastado.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de junho de 2016.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Comunique-se, Publique-se e Registra-se.

Luis Antonio Cipriani
Procurador Geral do município

Portaria 644

PORTARIA Nº 644/2016.

Concede licença para atividade política a servidor municipal efetivo e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº 1729, de 26 de dezembro de 1994 e posteriores alterações e Lei 9.504/97 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora municipal NILVA TERESINHA DETOFANO MORASKI, matrícula 5211, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, licença para atividade política para participar das eleições municipais de 2016, durante o período de 02 de julho de 2016 até 08 de outubro de 2016.

Art. 2º O servidor deverá entregar no Departamento de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC, cópia do registro de candidatura feito junto a Justiça Eleitoral, para fins de efetivar a presente licença, dentro dos prazos estabelecidos na legislação eleitoral.

Art. 3º O servidor supra citado não terá nenhum prejuízo em sua remuneração durante o período em que estiver afastado.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de junho de 2016.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Comunique-se, Publique-se e Registra-se.

Luis Antonio Cipriani
Procurador Geral do município

Portaria 645

PORTARIA Nº 645/2016.

Concede licença para atividade política a servidor municipal efetivo e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº 1729, de 26 de dezembro de 1994 e posteriores alterações e Lei 9.504/97 e posteriores

alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor municipal CLERIO ISIDRO ISOTTON, matrícula 721, ocupante do cargo de Oficial de Administração, na Secretaria Municipal de Administração, licença para atividade política para participar das eleições municipais de 2016, durante o período de 02 de julho de 2016 até 08 de outubro de 2016.

Art. 2º O servidor deverá entregar no Departamento de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC, cópia do registro de candidatura feito junto a Justiça Eleitoral, para fins de efetivar a presente licença, dentro dos prazos estabelecidos na legislação eleitoral.

Art. 3º O servidor supra citado não terá nenhum prejuízo em sua remuneração durante o período em que estiver afastado.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de junho de 2016.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Comunique-se, Publique-se e Registra-se.

Luis Antonio Cipriani
Procurador Geral do município

Associações

AMAI

ADENDO ATA DE LEILÃO 02/2016

ADENDO A ATA DE LEILÃO Nº 02/2016

Edital nº 010/2016

Em adendo a ata 02/2016, na data de dezessete de junho de dois mil e dezesseis, compareceu a Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), o Senhor Alcedir Rufatto, representante da empresa RUFATTO EQUIPAMENTOS LTDA, com o desígnio de adquirir o equipamento PLOTTER, MARCA XEROX, avaliado em R\$ 500,00 (quinhentos reais). Tendo em vista que o leilão para a venda de tal equipamento foi realizado na data de sete de junho de dois mil e dezesseis e não tiveram compradores, a Comissão decidiu reunir-se para deliberar sobre a venda. Em decisão unânime, a Comissão optou pela venda do bem, considerando que equipamento PLOTTER, MARCA XEROX, por duas oportunidades já havia sido levado a leilão, sem sucesso. A Comissão, de igual modo, ponderou pelos critérios adotados nos dois leilões anteriores e manteve o preço mínimo da venda, ou seja, os R\$ 500,00 (quinhentos reais). Assim sendo, a empresa RUFFATO EQUIPAMENTOS LTDA, sediada na Rua Irineu Bornhausen, 679, centro da cidade de Xanxerê, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.664.761/0001-48, representado pelo Senhor Alcedir Rufatto, portador do CPF nº 581.011.449-00 comprou o lote 02 - 01 (UM) PLOTTER, MARCA XEROX, IMPRESSÃO A ZERO, AVALIADO EM R\$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS), EM CONDIÇÕES DE USO. O pagamento foi realizado à vista. Por fim, registro que a presente ATA será publicada no Diário Oficial dos Municípios e disponibilizada no sítio www.amaisc.org.br. Nada mais havendo a declarar, o a Comissão deu por encerrada a venda, mesmo local, cuja ata foi lavrada e assinada pela Comissão e Arrematador do Leilão.

Xanxerê, SC, 17 de junho de 2016.

Comissão:

ANDREZA GALLAS - ALEXANDRE BEE LONGHI - SUELEN PICCOLI LAVRATTI

Visto do jurídico:

ADRIANO F. CONTI
Assessor Jurídico da AMAI
OAB/SC 32.161

Arrematador

RUFFATO EQUIPAMENTOS LTDA

Consórcios

CIGA

COMUNICADO N.º 1: LISTA DOS CONVOCADOS PARA A SEGUNDA ETAPA – ENTREVISTAS - EDITAL N.º 01/2016/CIGA - SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO ENSINO SUPERIOR

EDITAL N.º 01/2016/CIGA

SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO ENSINO SUPERIOR

COMUNICADO N.º 1

LISTA DOS CONVOCADOS PARA A SEGUNDA ETAPA – ENTREVISTAS

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal informa, em cumprimento ao disposto no item 6.1.1.2 do Edital n.º 01/2016/CIGA (Seleção de Estagiários do Ensino Superior), que, efetuada a apuração da pontuação dos alunos de nível superior na Primeira Etapa do Processo Seletivo, foram considerados classificados para a realização da Segunda Etapa – Entrevista – os seguintes candidatos:

Nome	Pontuação	Horários Entrevistas
Diego da Silva Laurindo	5	Entre 09:00 e 10:00
Luana Caroline da Silva	4	Entre 09:00 e 10:00
Marco Aurélio Sá da Rosa	4	Entre 09:00 e 10:00
Flavio Welker Merola Gentil	4	Entre 09:00 e 10:00
Julio Cesar da Rosa	4	Entre 09:00 e 10:00
Maicon Santos da Silva	4	Entre 10:00 e 11:00
Elizandra Lucas Nunes	4	Entre 10:00 e 11:00
Igor de Sousa Gonçalves	3	Entre 10:00 e 11:00
Lucas Peixoto Calvo	3	Entre 10:00 e 11:00
Wesley Fernandes Rosa Gonçalves	3	Entre 10:00 e 11:00
Thiago Cesar Ribeiro	3	Entre 11:00 e 12:00
Lucas dos Santos Barsch	3	Entre 11:00 e 12:00

Jean Teixeira Manoel	3	Entre 11:00 e 12:00
Mariana Silva	3	Entre 11:00 e 12:00

As entrevistas serão realizadas na sede do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal no dia 30 de junho de 2016, no período das 09:00 às 12:00, conforme programação acima.

Local das Entrevistas: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885 – Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800.

Os alunos classificados deverão comparecer ao local de realização da Entrevista portando documento de identidade.

Durante a Entrevista é vedado o uso de telefone celular.

A obrigatoriedade da presença dos classificados está restrita ao dia e horário supracitado.

Caso o aluno classificado não consiga comparecer à Entrevista no horário agendado, deverá entrar em contato com a Gerência Administrativa do CIGA para verificar a possibilidade de efetuar reagendamento de horário, sendo a Entrevista, impreterivelmente, realizada no dia 30 de junho de 2016, sob pena de desclassificação, conforme disposto no item 8.3 do Edital de Seleção de Estagiários n.º 01/2016/CIGA.

Florianópolis, 29 de junho de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

DIRETOR EXECUTIVO DO CIGA

CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0012/2016 - MEDICAMENTOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0012/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Brunópolis e Ibiam, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

M.U. BACKES & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3095;

M.U. BACKES & CIA LTDA - Ata nº AT16CIM3096.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013 de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 28.06.2016 à 30.09.2016. PAL nº: 0012/2016. Pregão Eletrônico nº: 0012. Registro de Preços nº: 0012.

Fraiburgo (SC), 29 de junho de 2016.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIMVI**CONTRATO Nº 2016/015 - PRIMEIRA ALTERAÇÃO**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2016/015
CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI
CONTRATADO: Bortoluzzi e Martins Engenharia Ltda ME
OBJETO: Alteração do prazo de execução para 69 (sessenta e nove) dias.

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br>contratos>prestação de serviços

Timbó, 24 de Junho de 2016.
HARTWIG PERSUHN
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 157 DE 28 DE JUNHO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 157, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

Abre Crédito Adicional Especial por conta de Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 6.675,80.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Especial ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 6.675,80 (seis mil, seiscentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

03.006.0013.0392.0005.2006 – Gestão de Cultura	
3339000000000000 – Aplicações Diretas	
1001615 – Recursos Ordinários 2015 – CIMVI - Cultura	R\$ 6.675,80
Total	R\$ 6.675,80

Art. 2º - O Crédito Adicional Especial que trata o artigo anterior corre à conta de Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 28 de junho de 2016.
Hartwig Persuhn
Presidente

CIS NORDESTE**ERRATA: CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016**

Errata:

Ref. Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2016.
Onde se lê na tabela Classificação Preliminar, leia-se: Classificação Final

Joinville, 29 de junho de 2016.
José Chaves
Prefeito de Garuva
Presidente do CISNORDESTE/SC

CIS/AMARP**ATA 03 2016 CISAMARP ASSEMBLEIA GERAL**

ATA 03/2016 – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP. Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas, no Auditório da AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe, sito à Rua Manoel Roque, 99, Bairro Alvorada, no município de Videira/SC, reuniram-se os prefeitos dos municípios consorciados em Assembléia Geral. O presidente do CISAMARP Excelentíssimo Sr. Luciano Paganini, Prefeito do município de Iomerê, cumprimentou os presentes e deu início a Assembléia Geral Extraordinária do CISAMARP, passando a palavra ao Diretor Executivo do CISAMARP Sr. Marcélio José Borsatti, cumprimentando a todos iniciou dizendo aos presentes que na última reunião foi discutido e aprovado a reposição salarial com data base do mês de maio aos funcionários do CISAMARP, e que, devido ao ano eleitoral a reposição foi efetuada conforme prevê a lei, referente aos meses do ano eleitoral sendo de janeiro de 2016 até abril de 2016, ficando o percentual de reposição em 3,58% (três inteiros e cinquenta e oito décimos), foi solicitado aos presentes a ratificação da resolução nº 12/2016 a qual trata da reposição, sendo ratificada por unanimidade, na sequência baseado no artigo 23 do regimento interno solicitou aos presentes alteração no mesmo, da data base do CISAMARP constante no anexo I cláusula 4ª sendo de maio para o mês de fevereiro, para que assim evite-se conflitos futuros com a lei eleitoral, o que foi aceito por todos. Em seguida foi passada a palavra ao contador do CISAMARP senhor Clóvis Biscaro o qual expos aos presentes a necessidade de abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para reforço da seguinte Dotação Orçamentária, Unidade Gestora: 1 - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe, Órgão Orçamentário: 1000 – CISAMARP, Unidade Orçamentária: 1001 – CISAMARP, Função: 10 – Saúde, Subfunção: 301 – Saúde Básica, Programa: 1 – Saúde para Todos, Ação: 2.1 – Manutenção do CISAMARP, Modalidade de Aplicação: 3.3.90 – valor de R\$ 25.000,00, sendo que a dotação se dará por anulação das seguintes Dotações Orçamentárias, Unidade Gestora: 1 - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe, Órgão Orçamentário: 1000 – CISAMARP, Unidade Orçamentária: 1001 – CISAMARP, Função: 10 – Saúde, Subfunção: 301 – Saúde Básica, Programa: 1 – Saúde para Todos, Ação: 2.1 – Manutenção do CISAMARP, Modalidade de Aplicação: 3.1.90 – valor de R\$ 18.000,00, Ação: 2.1 – Manutenção do CISAMARP Prestação de Serviços Médicos e laboratoriais, Modalidade de Aplicação: 3.3.90 – valor de R\$ 7.000,00, colocada em apreciação, foi homologada pelos prefeitos presentes e será efetivada através de resolução do presidente do CISAMARP. Nada mais havendo a tratar foi devolvida a palavra ao presidente do CISAMARP Sr. Luciano Paganini o qual agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a referida assembleia, e para constar solicitou a mim Marcélio José Borsatti que redigisse a presente ata, a qual após lida e achada conforme vai assinada pelos prefeitos presentes.

LUCIANO PAGANINI	ALCEDIR FELCHILCHER
PREFEITO DE IOMERÊ	PREFEITO DE ARROIO TRINTA
PRESIDENTE DO CISAMARP	
IVONE MAZUTTI DE GERONI	GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITA DE CALMON	PREFEITO DE CAÇADOR

IVO BIAZZOLO	GILMAR FONTANA
PREFEITO DE FRAIBURGO	PREFEITO DE IBIAM
LUDOVINO LABAS	EMERSON ZANELLA
PREFEITO DE LEBON RÉGIS	PREFEITO DE MACIEIRA
RAUL RIBAS NETO	EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO DE MATOS COSTA	PREFEITO DE PINHEIRO PRETO
ALCIR JOSÉ BODANESE	CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO DE RIO DAS ANTAS	PREFEITO DE SALTO VELOSO
WILMAR CARELLI	
PREFEITO DE VIDEIRA	

RESOLUÇÃO 17 2016

Resolução nº 17/2016

Abre Crédito Suplementar por Anulação de Dotações

Luciano Paganini, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Prefeito Municipal de Iomerê, usando da competência que lhe confere o inciso I e VIII, art. 17 do Estatuto Social do CISAMARP e de conformidade com decisão aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de junho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para reforço da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora: 1 - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe.

Órgão Orçamentário: 1000 – CISAMARP

Unidade Orçamentária: 1001 – CISAMARP

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Saúde Básica

Programa: 1 – Saúde para Todos

Ação: 2.1 – Manutenção do CISAMARP

Modalidade de Aplicação: 3.3.90 – valor de R\$ 25.000,00

Art. 2º Para suporte do Crédito de que trata o artigo anterior, fica anulada a importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), das seguintes Dotações Orçamentárias:

Unidade Gestora: 1 - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe.

Órgão Orçamentário: 1000 – CISAMARP

Unidade Orçamentária: 1001 – CISAMARP

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Saúde Básica

Programa: 1 – Saúde para Todos

Ação: 2.1 – Manutenção do CISAMARP

Modalidade de Aplicação: 3.1.90 – valor de R\$ 18.000,00

Ação: 2.1 – Manutenção do CISAMARP Prestação de Serviços Médicos e laboratoriais
Modalidade de Aplicação: 3.3.90 – valor de R\$ 7.000,00

Art. 3º a presente Resolução foi aprovada na Assembleia Geral dos Prefeitos dos Municípios Consorciados, do dia 29 de Junho de 2016 e entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Videira, 29 de junho de 2016.
Luciano Paganini
Presidente CISAMARP

CIS/AMFRI

PORTARIA Nº 01 DE 30 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº 01 DE 30 DE JUNHO DE 2016.
EXONERA SERVIDOR DE CARGO EM COMISSÃO

Célio José Bernardino, Diretor Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 26, inciso III do Protocolo de Intenções do CIS-AMFRI, e amparado na Lei Federal nº. 11.107/2005, em seu art. 4º, inciso IX c/c art. 5º, inciso IX do Decreto Federal nº. 6.017/07, RESOLVE:

Art. 1º - Fica, por este ato, EXONERADO do cargo em comissão de ASSESSOR JURÍDICO, lotado ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, o senhor CIRINO ADOLFO CABRAL NETO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

ITAJAÍ/SC, 30 DE JUNHO DE 2016.
CÉLIO JOSÉ BERNARDINO
Diretor Administrativo CIS-AMFRI

CITMAR

PORTARIA Nº 03 DE 30 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº 03 DE 30 DE JUNHO DE 2016.
EXONERA SERVIDOR DE CARGO EM COMISSÃO

Célio José Bernardino, Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 26, inciso III do Protocolo de Intenções do CITMAR, e amparado na Lei Federal nº. 11.107/2005, em seu art. 4º, inciso IX c/c art. 5º, inciso IX do Decreto Federal nº. 6.017/07, RESOLVE:

Art. 1º - Fica, por este ato, EXONERADO do cargo em comissão de ASSESSOR JURÍDICO, lotado ao Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR, o senhor CIRINO ADOLFO CABRAL NETO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

ITAJAÍ/SC, 30 DE JUNHO DE 2016.
CÉLIO JOSÉ BERNARDINO
Diretor Executivo CITMAR